ISRAEL OZANAM

Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife

Recife

Fevereiro de 2013

ISRAEL OZANAM

Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco pelo aluno Israel Ozanam de Sousa Cunha, sob a orientação da Profa. Dra. Isabel Cristina Martins Guillen.

Recife

Fevereiro de 2013

Catalogação na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz GominhoCRB4-985

O99c Ozanam, Israel.
Capoeira e capoeiras entre a guarda negra e a educação física no Recife / Israel Ozanam.. – Recife: O autor, 2013.
294 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Isabel Cristina Martins Guillen.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2013.
Inclui bibliografia.

1. História. 2. Capoeira. 3. Cidadania. 4. Educação física. 5. República – Brasil. I. Guillen, Isabel Cristina Martins. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2013-19)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO ISRAEL OZANAM DE SOUSA CUNHA

Às 9h. do dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Israel Ozanam de Sousa Cunha** intitulada "***Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife***", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Isabel Cristina Martins Guillen (orientadora), Marc Jay Hoffnagel e Raimundo Pereira Alencar Arrais. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 18 de fevereiro de 2013.

Profª. Drª. Isabel Cristina Martins Guillen

Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel

Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

Resumo

Frequentemente se considera que no início da República a capoeira foi erradicada no Recife pela polícia, mas ao mesmo tempo ela seria hoje herdeira da tradição dos "brabos" ou "valentes" que viveram na cidade no período. Essa aparente contradição está relacionada a uma compreensão daquela prática como dotada de significado estável ao longo do tempo e, no passado, pertencente naturalmente aos sujeitos classificados como "capoeiras". Ao explorar o sentido da atribuição dessa identidade coletiva por quem produziu as fontes consultadas, espera-se aqui considerá-la uma categoria que oscilou de acordo com as mudanças nas compreensões difundidas sobre a capoeiragem e com as disputas por produzir diferenças sociais que restringissem a participação política de determinados segmentos da população recifense entre o final do século XIX e o início do século XX. Portanto, a questão central desta dissertação é a relação entre os significados da capoeira no período das supostas repressões republicanas e as trajetórias dos sujeitos cujo legado é atualmente reivindicado por capoeiristas do Recife.

Palavras-chave: cidadania, cultura física, guarda negra, pós-abolição, primeira república

Abstract

Capoeira is frequently considered to have been eradicated in Recife in the beginning of the Republic by the police; however nowadays some might consider this practice the heir of the tradition of the "brabos" ("furious/angry") and the "valente" ("brave") who lived in the city during that period. This apparent contradition is related to an understading of this practice as having an estable meaning throughout time and, in the past, as naturally belonging to those called "capoeiras". By exploring the meaning of the attribution of such colective identity by those who elaborated the sources consulted, this work aimed at classifying this identity as a category that has oscillated according to the changes in the interpretations spread out about "capoeiragem" ("'capoeira' practices") and according to the disputes to produce social differences that could restrict political participation of certain segments of Recife's population between the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century. Therefore the main question in this dissertation is the relation between the meanings of capoeira in the period of the alleged republican repression and the trajectories of the subjects whose legacy is nowadays claimed by "capoeira practitioners" from Recife.

Keywords: citizenship, physical culture, Black Guard, post-abolition period, First Republic

Deputado Duarte de Azevedo: Se nos diversos pontos do Império, não em malta ou em reuniões sediciosas, mas isoladamente, um indivíduo ofender a outro com uma cabeçada, com uma rasteira, ou de qualquer outro modo jeitoso, para mais facilmente subjugar a sua vítima e feri-la ou matá-la, verificar-se-á, além do crime comum de ofensa física ou de homicídio, o delito de capoeiragem?

Deputado Seve Navarro: Não.

Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados, sessão em 29/08/1887.

A Plantinha.

Agradecimentos

Não foi por que eu quis, mas de uma maneira que não sei explicar criou-se em mim a impressão de que o tópico dos agradecimentos de uma dissertação consiste em política disfarçada de afetividade. Essa impressão carrega consigo uma distinção entre as duas coisas, o que possivelmente é uma infantilidade minha. Com ela, passei a achar que quanto mais afetivos, menos políticos seriam os meus agradecimentos; e vice-versa, a começar pela linguagem utilizada, mas também pela ausência de alguns nomes.

Bem, a essas alturas certamente ninguém vai querer ver o seu nome aqui (exceto talvez Dirceu, que não abre mão de ser mencionado neste tópico, mesmo merecendo muito mais). Porém, digo com sinceridade, estas linhas não são um ardil para evitar escrever umas vinte páginas – pois as ajudas que recebi vão por aí – e sim uma justificativa do porquê de eu não me sentir à vontade para condensar a minha gratidão aqui. Ela também não está condensada ao longo do texto. Em suas notas de rodapé eu eventualmente agradeci a algumas pessoas por motivos relacionados diretamente ao contexto da coleta de fontes e da escrita, exceto no caso da minha orientadora Isabel Guillen, a quem mencionei em função do seu papel na pesquisa como um todo.

Mas eu não fui ajudado apenas por quem consta nas notas. Aos mais próximos, tentarei ser grato no dia-a-dia de diversas formas. Os mais distantes são, no final das contas, todos os contribuintes que com seus impostos me permitiram sair da rotina de auxiliar administrativo no comércio e passar cerca de cinco anos estudando. Lamento pelas e pelos colegas de trabalho que não tiveram a mesma chance. Quando penso em vocês indo em ônibus e metrôs lotados, passando o cartão pela manhã, passando o cartão à noite e voltando em ônibus e metrôs lotados, sinto vergonha por não ter aproveitado mais a minha liberdade para estudar na iniciação científica e no mestrado.

Como manda o figurino e por serem os canais pelos os quais me chegaram os recursos e incentivos de uma maneira ampla, agradeço à FACEPE pelas bolsas do PIBIC e de mobilidade discente, ao CNPq pela bolsa de mestrado e aos departamentos de História da UFPE e da UNICAMP. Se eu soube aproveitar as oportunidades proporcionadas por eles, é outra questão. Já que estou me referindo a instituições, gostaria de saudar a todos os arquivos nos quais tive manhãs e tardes tão nostálgicas por meio de um agradecimento particular ao IAHGP, cujas portas sempre estiveram abertas para mim (exceto em sábados contíguos a feriados). Saudações também ao Terça com Tobias, o corresponsável pelos erros que certamente serão encontrados no texto.

Lista de quadros e figuras

Quadro 1: Presos por/como capoeira (profissão) 157

Quadro 2: Presos por/como capoeira (instrução) 160

Quadro 3: Presos por/como capoeira (cor) 161

Quadro 4: Presos por/como capoeira (idade) 163

Quadro 5: Denúncias de conflitos envolvendo capoeiras em bandas de música entre 1887 e 1909 (amostragem por bandas citadas).....173

Quadro 6: Denúncias de conflitos envolvendo capoeiras em bandas de música entre 1887 e 1909 (amostragem por bairro) 177

Figura 1: A República comparada à escravidão em charge sobre as deportações dos envolvidos nos episódios que ficaram conhecidos como Revolta da Vacina. Jornal Pequeno de 01/05/1905 85

Figura 2: 1 – Praça João Alfredo; 2 – Estrada dos remédios; 3 – Estrada nova de Caxangá; 4 – acesso a Capunga. Fragmento da Planta da Cidade do Recife, Reduzida dos levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley (Membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres), 1906.....112

Figura 3: Rua 15 de novembro. Fragmento da Planta da Cidade do Recife, Reduzida dos levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley (Membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres), 1906.....151

Figura 4: A Luta Romana no Recife. Acompanhava a descrição do desafio de luta entre o "sportman" pernambucano Severino Guedes e o campeão Ton Jenkins. Jornal Pequeno, 19/06/1911 233

Figura 5: Anúncio do curso de educação física de Bianor de Oliveira, pai de Valdemar. A Província, 14/08/1911.....258

Sumário

Introdução 10

Capítulo 1 – “Eu posso me orgulhar de ter em cada homem do povo, um amigo, um defensor”. Povo ou Guarda Negra? 31

1.1 Produzindo diferenças: duas noções de povo 55

1.2 “Nos chamam capangas, capoeiras, criminosos, assassinos” 90

Capítulo 2 – A primeira morte da capoeira do Recife: um modelo Sampaio Ferraz no projeto republicano de deportações 102

2.1 Meses republicanos contra uma antiga política de rua 120

2.2 Rio de Janeiro e Recife: Juca Reis e os descaminhos da repressão 142

Capítulo 3 – Quem eram “os capoeiras” do Recife? 152

3.1 “O moleque de frente da música” 162

3.2 Havia um rio entre a Aldeia do Quatorze e o Pátio do Mercado de São José 186

Capítulo 4 – “Ensaio de lexicografia popular”: fontes e interlocuções da capoeira como esporte atlético 227

4.1 “Pernambuco pode se ufanar de ter um estabelecimento de cultura física que é talvez o primeiro do país” 255

Epílogo – A segunda morte da capoeira do Recife ou o sentido da política das salvações em Pernambuco 267

Referências bibliográficas 286

Introdução

A julgar por suas memórias, o primeiro contato de Gilberto Amado com a capoeira não foi em todo diferente do meu. Estudante cheio de ilusões acadêmicas povoadas por referências a uma alta cultura estrangeira, certo dia ele se deparou com Nascimento Grande, aquele que nas décadas posteriores será associado como ninguém ao passado da capoeira recifense[1].

Essa associação é hoje reafirmada de diferentes formas, como na música Volta no Tempo, difundida pelo grupo Abadá-Capoeira, na qual ele figura junto a Pastinha, Manduca da Praia, Besouro e outros como um dos antepassados da capoeira[2] ou em sua inclusão nas Biografias de Grandes Mestres da Capoeira Nacional divulgadas pelo Grupo de Capoeira Arte e Vida, de Santos/SP[3]. No Recife ela estava presente pelo menos desde o período que se considera de renascimento da capoeira na cidade[4], como indica a criação do Grupo Nascimento Grande de Capoeira, fundado pelo Mestre Lospra em 1984, e permanece nos discursos de vários mestres da atualidade[5].

No entanto, em seu relato Gilberto Amado não afirma que Nascimento Grande *era* capoeira ou *praticava* a capoeira e prefere remeter-se à incerteza sobre a condição de um homem que era "procurado pela polícia segundo uns e, segundo outros, protegido por ela"[6]. Não se sabe até que ponto suas impressões na época sobre essa situação coincidiam com aquelas narradas décadas mais tarde, mas a afirmação de que Nascimento estava foragido, "pois o governo, vencendo resistências de protetores e

---

[1] Para a descrição desse encontro, ver AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. p.236-242.

[2] "Voltava prá ver a luta do batuque/ Voltava prá ver o brilho da navalha/ Na Bahia ver Mestre Noronha/ No Recife Nascimento Grande/ No Rio ver Manduca da Praia". Cf. FONSECA, Vivian Luiz. *Capoeira sou eu*: memória, identidade, tradição e conflito. 2009. 254 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p.147-148. Na página 92 a autora afirma que a ABADÁ é um dos maiores grupos de capoeira da atualidade.

[3] Disponível em: <http://danielpenteado.com.br/mnascimento.html>. Acesso em 19 fev. 2012.

[4] Sobre esse fenômeno, que teria começado por volta dos anos 1970, ver CORDEIRO, Izabel Cristina de Araújo. *Capoeiras do Recife entre o novo e o antigo*: estudo comparativo entre os grupos de Abadá Capoeira e do Centro de Capoeira São Salomão. 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

[5] Conforme entrevista concedida para um estudo feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre a capoeira na Região Metropolitana do Recife, com o intuito de complementar o Inventário Nacional da Capoeira. Cf. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Relatório Final da Pesquisa de Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Capoeira na Região Metropolitana do Recife*. Recife, 2010. p.14-15.

[6] AMADO, Gilberto. Op. Cit, p.240.

vacilações de autoridades policiais, decidira apreendê-lo onde fosse encontrado"[7], dá apenas uma vaga noção da complexa trama sugerida por documentos do período combinando legalidade e ilegalidade.

Gilberto Amado situa o encontro com Nascimento Grande no seu terceiro ano como aluno da Faculdade de Direito do Recife, portanto, 1907. Alguns meses mais tarde, um dos principais jornais da oposição na época daria a entender que Nascimento entrara em rota de colisão com Sargento Vigário, um protegido do governador do estado Sigismundo Gonçalves e cuja casa de jogos proibidos disputava freguesia com a dele[8]. Assim, uma perseguição a Nascimento Grande poderia estar relacionada a conflitos com correligionários do principal grupo político do estado.

Porém, ao contrário do que ocorreria anos mais tarde, a documentação policial daquele momento não leva a crer que tenha havido alguma hostilidade prolongada das autoridades para com ele, que do contrário dificilmente seria noticiado prestando queixas à polícia pelo roubo de bebidas realizados por seus funcionários num pastoril de sua propriedade na Rua da Concórdia[9]. Assim, uma pequena referência pode remeter a muitos casos dos quais emerge o sinuoso trânsito de uma pessoa ligada à memória da capoeira entre a política, a polícia e divertimentos mais ou menos ilícitos. Essa será a tônica de muitas das histórias aqui narradas.

Mas qual o lugar da capoeira nelas? Teria Gilberto Amado, após pensar nas leituras de Kant para contar as saudosas histórias de quando morou na Caxangá[10], se tornado desconfiado da simplicidade de teorizar sobre práticas que não se dizem? Acho difícil, pois apesar de projetar sobre o jovem estudante de Direito uma postura quase historiográfica de dúvida quanto aos fundamentos do sujeito kantiano[11] e não dizer *capoeira* ao pensar sobre o que Nascimento Grande era ou fazia, ele não hesita em reservar-lhe os termos *bandido e facínora*[12].

Aí começam as diferenças entre os nossos encontros com aquele homem. Embora nem sempre de maneira explícita, até para não tornar a leitura enfadonha, tentarei nesta dissertação lidar com os problemas decorrentes de pretender estudar

---

[7] AMADO, Gilberto. Op. Cit., p.241.
[8] *Escândalo – Em uma casa de jogos – O Nascimento – Nem Vigário nem Sacristão – Papel da polícia*. Correio do Recife, 12/02/1908. A notícia chega a afirmar que Vigário teria ido pessoalmente queixar-se ao governador.
[9] *Furto de bebidas – num pastoril da Rua da Concórdia*. Correio do Recife, 02/11/1908.
[10] Refiro-me ao capítulo V da terceira parte, intitulado "Caxangá e Emanuel Kant", de AMADO, Gilberto. Op. Cit., p.207-216.
[11] Ibidem.
[12] Idem, p.240.

práticas regidas por lógicas diferentes à da textualidade escrita recorrendo para isso quase exclusivamente a textos escritos.

Isso de certa forma envolve questões mais amplas, como a indefinição entre considerar a discursividade um campo da ação humana isolado de todas as outras práticas ou integrado com elas a um rol heterogêneo de lógicas semióticas traduzíveis entre si, que poderão influenciar no posicionamento em face às possibilidades da narrativa histórica. No entanto, trazer insistentemente debates assim ao longo do texto, introduzindo conceitos pensados em outros contextos de pesquisa, possivelmente não me ajudará a resolver meus problemas metodológicos e ainda poderá afastar-me da busca pelas respostas na documentação[13].

Sendo assim, é com referência aos documentos que me situarei em relação ao que foi feito pela historiografia da capoeira até o momento, procurando evitar ceder a um ceticismo paralisante, ou seja, que restrinja o potencial das fontes, mas ao mesmo tempo sem agir como se elas obedecessem a um esquema estável de referencialidade.

Se Gilberto Amado tinha alguma dúvida em relação a chamar ou não de capoeira alguém que viveu nos seus tempos de estudante, certamente ela não se devia aos mesmos motivos que eu, pois seu lugar era outro. Ele não estava entre a operação de teorização e as outras práticas, mas num nível intermediário de quem vê e vivencia aquilo que para mim só tem existência em forma de relato, ou pelo menos é o que fazem acreditar outros contatos entre ele e a capoeira, os quais estarão presentes nesta dissertação.

---

[13] Refiro-me particularmente à crítica de Willian Sewell à forma como Roger Chartier, inspirado na leitura de Michel de Certeau, distingue a prática linguística ou textual de todas as outras práticas humanas sem explicitar a natureza dessa distinção. Ver: SEWELL, William H.. Language and Practice in Cultural History: Backing Away from the Edge of the Cliff. *French Historical Studies*, Duke University Press, Vol. 21, No. 2, 1998, p. 241-254. Essas questões podem ser compreendidas de uma maneira mais ampla se analisadas no interior de um movimento recente de busca por reabilitar o social como conceito indispensável à historiografia e às ciências sociais, em oposição ao determinismo linguístico que estaria implícito em algumas abordagens influenciadas pela virada cultural. Sou profundamente grato ao professor Sidney Chalhoub por haver me situado nesses debates, através principalmente da introdução da coletânea SPIEGEL, Gabrielle M. *Practicing History*: New Directions in Historical Writing after the Linguistic Turn. New York e London: Routledge, 2005. Ver também: BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn. *Beyond the Cultural Turn*: new directions in the study of society and culture. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1999. Uma crítica à busca expressa em trabalhos como esses pode ser encontrada em HANDLER, Richard. Cultural Theory in History Today. *The American Historical Review*, University of California Press, Vol. 107, nº 05, dez.2002. Como se verá a seguir em relação ao trabalho de Samantha Pontes, entender a atribuição de significados a gestos como uma atividade que se segue naturalmente à atribuição de significados a textos pode produzir resultados que, ao invés de indicar a gestualidade como aquilo que define a capoeira e transmite sua memória, a apresenta como uma prática cujos significados só existem em função de discursos orais ou escritos proferidos por vozes autorizadas.

No meu primeiro encontro com Nascimento Grande, ainda em 2007 e por meio de uma notícia de jornal, também não fiz qualquer menção à presença da capoeira no meu caderno de pesquisa, mas sim à sua ausência. Espero que os pressupostos por meio dos quais ainda assim no início desta introdução apresentei essas duas experiências – a minha e a de Gilberto Amado – como contatos com a capoeira não pareçam tão óbvios ao término da leitura desta dissertação, embora eles tenham guiado trabalhos importantes sobre a capoeira no início da República e também a mim quando comecei a pesquisa[14].

Quem hoje tem diante de si um trabalho sobre a capoeira no passado, talvez a imagine uma prática de gestual padronizado – embora a própria padronização da capoeira tenha história[15] – e compartilhado por um grupo de pessoas cujos papéis sociais e interesses eram definidos em função dessa prática[16]. Nessa perspectiva, a identidade coletiva *capoeira* nunca chega a ter problematizada a sua relação com a capoeira enquanto prática, que pertenceria por excelência aos populares (categoria também naturalizada) e seria perseguida pela polícia, vista como ferramenta, mesmo que nem sempre eficiente, de execução do projeto modernizador empreendido por uma elite coesa.

Uma compreensão da questão nesses termos veio ao encontro do que foi entendido como uma necessidade metodológica de se identificar os capoeiras na documentação mesmo quando eles não eram classificados como tais, tendo em vista o fato de o Rio de Janeiro aparentemente ter sido o único estado onde as referências diretas à capoeira na documentação, sobretudo em processos criminais, serem frequentes no final do Império e início da República. Embora essa tendência apareça de

---

[14] Ao mencionar meu primeiro contato, eu me referia a uma notícia do Diário de Pernambuco de 15/09/1900. Essa edição se encontra parcialmente ilegível nos microfilmes consultados por mim na Fundação Joaquim Nabuco (cujo acervo me ajudou me ajudou muitíssimo), de maneira que só mais tarde reconheci o emprego da palavra "brabos" para designar Nascimento Grande e seu conhecido rival João Sabe-Tudo. Esta dissertação de mestrado é o resultado de uma pesquisa que desde a iniciação científica (PIBIC/FACEPE), iniciada em 2007, venho desenvolvendo sob a orientação da professora Isabel Guillen. Ela me aturou por quase seis anos (o que me parece uma proeza notável), sempre me incentivando profissionalmente e fazendo de tudo para criar-me condições favoráveis de trabalho em todos os sentidos.

[15] E sempre tenha sido rejeitada por alguns mestres antigos, Cf. CORDEIRO, Izabel. Op. Cit., p.76-77. Sobre as controvérsias entre os praticantes sobre os significados da capoeira e a construção da sua memória, ver também FONSECA, Vivian Luiz. Op. Cit., p.58-74 (tópico: *'Capoeira o que você é pra mim': esporte, luta, dança? As concepções de capoeira em disputa*).

[16] Em PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores*: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937). 1996. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. P.232-233 o autor afirma a existência de uma identidade compartilhada e uma comunidade de interesses entre "os capoeiras" do seu período de pesquisa.

diferentes maneiras na historiografia[17], sua principal referência é Antônio Liberac Pires, tanto por ter inspirado outros trabalhos quanto por ter as pesquisas de maior fôlego sobre a capoeira no início da República.

Um aspecto intrigante da sua dissertação de mestrado é o fato de ao mesmo tempo em que ele se mostra preocupado em historicizar os significados da capoeira como identidade ao longo do século XX[18], projeta uma noção um tanto essencialista dela ao seu período de análise, o que se refletirá na abordagem da capoeira baiana em sua tese de doutorado[19]. Assim, o fato de um pesquisador tratar a capoeira como uma categoria de certa forma a-histórica e verificável no passado mesmo na ausência do seu significante surpreende menos do que o fato disso vir de alguém em cujos trabalhos há uma reiterada reserva em relação a análises que atribuem à capoeira de determinado período aspectos que só foram associados a ela posteriormente[20].

É difícil avaliar os motivos de Antônio Pires ter estado tão alerta para essa questão e não ter refletido sobre as implicações dela para a capoeira enquanto mecanismo de agregação de indivíduos. Porém, um olhar mais demorado sobre, digamos, a base conceitual daquele autor pode ajudar a responder essa questão, pois em sua dissertação ele parece ter se apoiado em uma leitura um pouco apressada de Roger Chartier. Isso o levou a empregar o conceito de representação de tal forma que a variação dos significados da capoeira por meio dos discursos de intelectuais e praticantes ao longo de todo o século XX não se incompatibilizou com a convicção de que para além das disputas simbólicas, a capoeira possuiria contornos bem definidos e

---

[17] Como em DIAS, Adriana Albert. *A malandragem da mandinga*: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910 – 1925). 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador e em OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *Pelas ruas da Bahia*: criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana (1912-1937). 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

[18] Essa preocupação está presente tanto na dissertação quanto na tese de doutorado do autor. Para um tópico especificamente sobre isso, ver PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. Op. Cit., p.215-235.

[19] PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*: a formação histórica da capoeira contemporânea, 1890-1950. 2001. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p.28-39 e capítulo IV, particularmente o primeiro (introdução), terceiro e sétimo item. Embora Josivaldo de Oliveira também tenha chamado a atenção para isso, a única diferença entre a perspectiva dele e a daquele autor parece residir na busca por um maior refinamento analítico no momento de distinguir quem era e quem não era capoeira quando a documentação não menciona isso.

[20] Em relação àquele tratamento não surpreender, Matthias Assunção até o considera uma característica da construção da memória da capoeira que por vezes é levada pelos praticantes à universidade. Cf. ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *Capoeira*: the history of an afro-brazilian martial art. London: Routledge, 2005. p.29: "To aggregate as large as possible an audience, demands are organized around an a-historical essence that needs to be 'restored'". Sobre a reserva de Antônio Pires, ver, por exemplo, sua crítica ao que chama de "mitificação dos argumentos históricos" em PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. Op. Cit., 1996, p.36-56.

permanentes, o que permitiria a sua verificação no passado mesmo quando os documentos não o indicassem explicitamente[21].

Ele parece ter tido motivos para evitar citar Chartier e não o incluiu na bibliografia, no entanto, é muito difícil duvidar da sua presença ao longo do trabalho, pois pelo menos em uma passagem o complicado processo de condensar as impressões de pesquisa em afirmações de cunho metodológico acabou levando Antônio Pires a transcrever, decerto inconscientemente, partes de um texto daquele autor[22]. É assim que a sua crítica ao confinamento dos capoeiras do início da República à posição de capangas servis à elite desemboca apenas na insistência no papel de resistência da capoeira e não na problematização do caráter homogeneizador daquela categoria[23].

No entanto, foi porque na vida daquelas pessoas a capoeira não desempenhou necessariamente o papel esperado e porque ela não teve o destino planejado por alguns grupos que hoje existem capoeiristas para escreverem, lerem ou ouvirem falar de textos – acadêmicos ou não – que registram o passado da prática na qual eles se reconhecem. Diante disso, o meu propósito no terceiro capítulo desta dissertação é sugerir o quanto

---

[21] Um rápido sinal de que o autor prosseguiu com essa perspectiva é o fato de logo nas páginas iniciais da sua tese ele referir-se ao seu objeto de pesquisa, ou seja, a capoeira, como algo que seria do conhecimento de todos. Outro exemplo, de maiores implicações metodológicas, é a forma como se apropria da lista de "capoeiras" fornecida pelo mestre Noronha, sem discutir a distância entre a experiência do jovem no início do século XX e a do mestre atribuindo a identidade "capoeiras" a si e a outros em um texto escrito após – ou no interior – de um longo processo de construção da memória da capoeira entre praticantes, intelectuais e poderes públicos. Sobre esse assunto, ver VASSALLO, Simone Pondé. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira "autêntica". *Revista Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, ano 15, nº. 32, 2003.

[22] Embora não faça referência ao trabalho de Roger Chartier, na página 233 da sua dissertação Antônio Pires afirma que as disputas intelectuais em torno da origem da capoeira *"situam-se em um campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação, refletem os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, seus valores e seu domínio"*, o que coincide com as seguintes palavras de Chartier: *"Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação"*. E prossegue dizendo que as lutas de representações são importantes para compreender *"os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio"*. CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. 2. Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002. (Coleção Memória e Sociedade). p.17. Longe de minimizar a importância do trabalho de Chartier, creio que Antônio Pires teria encontrado contribuições melhores aos seus problemas metodológicos em textos da historiografia italiana como CERUTTI, Simona. A construção das Categorias Sociais. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Recompostos*: campos e canteiros da historia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998, que na época em que ele escreveu a dissertação talvez ainda não tivesse sido traduzido, e GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In:_____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

[23] Portanto, ele não escapa às "oposições binárias" que se propõe a criticar na dissertação de Luiz Sérgio Dias e chega a comparar a capoeira do início da República ao Movimento Negro atual como fenômenos cujos conflitos internos não eliminam sua coesão como mecanismos de resistência, o que mostra o quanto ele projeta sobre "os capoeiras" do passado um sentimento de grupo e unidade de ação (inclusive é sintomático que ele não tenha escolhido os capoeiristas da atualidade para a comparação). PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões, Op. Cit., 1996, p.45-50.

ao partilhar com as autoridades do passado a tarefa de atribuir a classificação *capoeiras* aos seus investigados alguns pesquisadores do presente podem ter deixado de lado a multiplicidade conflitante de trajetórias individuais que a legalidade instituída, e produtora de grande parte dos registros hoje consultados, esperava congregar em uma identidade coletiva facilmente distinguível e situada socialmente em lugares bem específicos[24].

Para superar esses limites, as pessoas pesquisadas precisarão adquirir nomes próprios, perfis que possam ser cotejados e acompanhados através de quaisquer lugares onde tenham aparecido na documentação, sem que haja a preocupação em integrar seus percursos particulares numa lógica de grupo, o grupo dos capoeiras. Através disso será possível questionar as argumentações baseadas nas oposições repressores/reprimidos, trabalhadores/vagabundos, elite/populares, pois o lugar da capoeira do Recife entre esses termos dependerá muito mais de destinos de indivíduos ou de pequenos grupos do que de uma luta desigual dos "capoeiras" contra a modernização, o disciplinamento e a civilização.

Por isso a pergunta "quem eram os capoeiras?" não trata como pressuposta a articulação de pessoas em torno da prática da capoeiragem. Ao invés disso, o que procuro ali é historicizar a compreensão de "capoeira" como identidade coletiva em Recife entre o final do século XIX e início do XX. Naquele capítulo, na medida em que explico como da literatura à documentação policial o lugar do "capoeira" na cidade foi situado em frente aos desfiles de bandas de música, faço dessa aglutinação presumida um ponto de partida, explorando-a por meio da quantificação das informações de pessoas que foram presas em conjunto sob a acusação de capoeira nesses desfiles.

Isso se traduz no esforço pela obtenção de dados, enfrentando dificuldades como a apresentada por Hebe Mattos e Ana Rios em relação à declaração da cor da pele nos documentos do período, o que foi possível principalmente por meio dos registros da Casa de Detenção[25]. Esses dados são então confrontados com a definição que confinou a experiência do "capoeira" do Recife ao papel social, muito específico, de "moleque de frente da música".

No limite, é investigado até que ponto o contexto das bandas pode ter definido solidariedades entre aquelas pessoas e qual o papel da capoeira nisso. Ao mesmo tempo

[24] Adriana Dias ressalta que entre os capoeiras da Bahia havia o costume de não se revelarem como tais. Infelizmente ela se concentra menos nas razões para esse "silêncio" do que em quebra-lo. Op. Cit., p.108.
[25] RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, vol.05, Jan.-Jun. 2004, p.176.

em que tento estabelecer conexões com as histórias dos partidos de capoeiras existentes em torno delas, os quais teriam surgido na cidade em um período anterior ao contemplado pela pesquisa, dois indivíduos apanhados como capoeiras em frente à música terão os diferentes registros fragmentários de suas vidas cruzados com os de outras pessoas, de maneira a demonstrar a fragilidade da expectativa de que a capoeira as tenha aglutinado em um grupo que se reconhecia como tal.

Essa abordagem do capítulo três é fundamental na conexão entre os capítulos iniciais, que apresentam o momento em que a capoeiragem era genericamente compreendida no interior dos debates políticos do final do século XIX e "capoeira" consistia em uma categoria de acusação bastante evocada nas disputas por definir as diferenças sociais no período, e o quarto capítulo. Em meu primeiro capítulo, concentrei-me em analisar como um tipo específico de atuação das pessoas pobres de cor junto a políticos abolicionistas do Partido Liberal fez com que elas fossem transformadas em "capoeiras" por republicanos e antigos conservadores nos anos iniciais da República. Eles argumentavam que o povo da nação não podia ser reconhecido naquela massa de negros ignorantes, tradicionalmente pagos pelos liberais para lutarem a seu lado em meetings e eleições.

Sintonizados com as interpretações que no Rio de Janeiro associavam a malta de capoeiras Flor da Gente à criação de uma Guarda Negra manipulada para defender a Monarquia, os republicanos de Pernambuco proclamaram que podiam provar, principalmente por conta de incidentes ocorridos na visita do propagandista Silva Jardim a Recife em 1889, que o liberal abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha criara uma Guarda Negra pernambucana com seus capoeiras no final do Império. Com isso, esperava-se que a ele e a seus correligionários fosse negado qualquer espaço na política do novo regime. Ser capoeira, portanto, significava um tipo de experiência incompatível com a participação na política republicana. Resquícios dos vícios monárquicos, os capoeiras deveriam ser suprimidos da sociedade da mesma forma que o trono.

Atentos a isso, os liberais se recusavam a aceitar que a população na qual se apoiavam fosse classificada dessa forma, mesmo reconhecendo que ela se utilizava da violência para defendê-los. Ou seja, José Mariano e seus aliados não negavam que se amparavam em uma complexa rede de relações estabelecida desde antes mesmo da campanha abolicionista com pessoas pobres de cor, só não aceitavam a forma como elas estavam sendo definidas. Em seus discursos, eles afirmavam que o Partido Republicano

de Pernambuco estava empenhado em restabelecer a escravidão no Brasil e por isso tratava cidadãos como capoeiras e guardas negras. A reação de José Mariano se voltou principalmente contra os senhores de terras que, segundo ele, só haviam aderido ao republicanismo para combaterem a abolição e insistiam em ser indenizados pela libertação dos seus escravos, a começar por Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti.

Mas alguém que se reconhecia como liberto ou livre pobre do Recife daquele período não dependeria dos discursos de José Mariano para sentir sua liberdade e seus direitos políticos ameaçados diante de uma eventual ascensão dos republicanos. Os próprios republicanos frequentemente se declaravam insatisfeitos com a abolição e com a ausência de medidas governamentais que coagissem os pobres ao trabalho. Assim, quando surgirem oportunidades de Ambrósio Machado e outros republicanos assumirem o governo de Pernambuco, parte daquela população se mobilizará para enfrenta-los ao lado de José Mariano, como é possível perceber não só através da imprensa, mas de processos e da documentação policial.

Essa postura de membros do Partido Republicano de Pernambuco e de pessoas ligadas a ele estava relacionada a um amplo projeto de sociedade, apresentado no segundo capítulo, conforme o qual Pernambuco deveria reeditar a repressão à capoeira realizada no Rio de Janeiro pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz, cujo resultado passava por Recife a caminho de Fernando de Noronha. Isso era visto como uma maneira de extinguir o que se considerava uma vagabundagem alimentada pelos cargos públicos e auxílios pecuniários diretos, tradicionalmente oferecidos por antigos políticos monárquicos em troca de apoio. Inclusive cogitava-se até a possibilidade de deportar para Fernando de Noronha o próprio José Mariano.

Para que tudo isso ocorresse, no entanto, seria necessário que os republicanos controlassem a política local e tivessem à disposição uma polícia de sua confiança. Então nesse capítulo procuro mostrar que foi exatamente contra essa possibilidade que os marianistas e "seu povo", como se dizia na época, lutaram nos gabinetes e nas ruas de tal forma que o Partido Republicano só esteve no governo de Pernambuco por um curto período nos tumultuados anos iniciais da República. A julgar por sua imprensa, contudo, os poucos meses nos quais governaram teriam sido suficientes para a supressão da capoeiragem em Recife e ela só teria voltado logo em seguida a dominar as ruas da cidade devido à retomada do controle da política por Mariano e seus aliados.

Entretanto, quando confrontadas as notícias da imprensa com as documentações da Casa de Detenção do Recife e do Presídio Fernando de Noronha, percebe-se que

mesmo no período do governo republicano os sujeitos cujas prisões se anunciavam como parte de uma repressão definitiva à capoeira eram, em geral, rapidamente postos em liberdade. Em pouco tempo eles estavam de volta às localidades da cidade nas quais ao longo de anos haviam consolidado redes de solidariedade baseadas em laços consanguíneos e em ligações com autoridades públicas.

Assim, enquanto o Partido Republicano e seus projetos rapidamente se dissolveram nos meandros da política local, por meio do cruzamento nominativo é possível encontrar referências àqueles homens sendo presos e soltos na documentação de até mais de vinte anos depois. Em relação às deportações, o tipo de fonte que indica as viagens de ida de Recife a Fernando de Noronha nos momentos iniciais da República, indica igualmente as viagens de volta; e não apenas de presos naturais de Pernambuco, mas também de outros estados, como o Rio de Janeiro, que antes haviam passado por Recife a caminho do presídio do arquipélago.

Portanto, se os sujeitos definidos como capoeiras, brabos ou guardas negras vieram um dia a desaparecer definitivamente das ruas do Recife, não foi devido a uma perseguição sistemática naquele momento. Em alguns casos, esses homens voltaram à cidade para incorporar-se na polícia – que no projeto idealizado pelo Partido Republicano deveria combater os "capoeiras" e não ser constituída por eles – e na política nos anos seguintes.

São essas permanências que procuro aventar no epílogo da dissertação, no qual analiso de que maneira a história de uma tentativa de extermínio dos brabos ou valentes nos anos 1900 narrada por Oscar Mello pode ter relação com o desfecho da campanha política de 1911, conhecida como campanha "salvacionista", na qual aparentemente mais uma vez os potenciais alvos da repressão pegaram em armas contra o governo e decidiram os rumos da política em Pernambuco. Nesse momento, porém, conforme explico no quarto capítulo, a capoeiragem já não estava no centro dos discursos de quem procurava desfazer as redes de relações estabelecidas por aqueles sujeitos.

Nele eu argumento que no decorrer da primeira década do século XX a capoeira começa a ser dissociada do universo do crime na medida em que ganha espaço no Recife um movimento, também existente no Rio de Janeiro, de valorização dos esportes de luta e da educação física. Isso despertou determinados setores da sociedade para um gestual até então considerado próprio de sujeitos mal reputados, o qual a partir de então será abstraído deles e considerado positivamente como o esporte brasileiro da

capoeiragem, acepção específica que acabou por de certa forma esvaziar a noção de "capoeira" como categoria de acusação.

Tal movimento inclusive resultará na criação de um Centro de Cultura Física em 1913 onde a capoeira seria ensinada juntamente com outros esportes. Essa instituição antecedeu em quase vinte anos o Centro de Cultura Física criado pelo mestre Bimba na Bahia, que até este momento era a experiência do gênero mais antiga da qual se tinha notícia, e indica que se processava uma notável mudança nos significados da capoeira em Recife. Como se verá, porém, essa mudança talvez possa ser compreendida como a apropriação, por parte dos grupos que produziram a maior parte dos documentos consultados, de uma concepção de capoeira como um jogo definido por um gestual que desde muito já era difundida entre os sujeitos submetidos a suas estratégias de produção das diferenças sociais.

Desse modo, o quarto capítulo deverá ser concluído com a sugestão de que o desaparecimento do "capoeira" das fontes a partir dos anos 1910 parece relacionado à difusão de uma concepção de capoeiragem como algo positivo e especificamente relacionado ao gestual e não às repressões que extinguiram quem era conhecido como praticante do jogo da capoeiragem. Ao contrário, por meio de seus nomes próprios é possível acompanhar alguns deles até pelo menos o início dos anos 1920.

De certa forma, trata-se de uma tentativa de estabelecer contato com uma história que ultrapassa os anos abordados neste trabalho e da qual tenho apenas algumas indicações. Nela se conta que a capoeira do Recife até a década de 1960 era tida como uma prática indefinida, dispersa e muito violenta, alheia ao "caráter inocente" e amigável atribuído à capoeira baiana[26] ou a qualquer padronização pela qual ela viesse passando em outros estados.

Embora não haja consenso entre os mestres mais reconhecidos sobre como situar a capoeira que é feita no Recife atualmente entre a angola, a regional ou a síntese contemporânea, não parece haver dúvidas de que ela é totalmente diferente da que existia no Recife quando eles começaram suas atividades[27]. Para esses mestres, suas academias foram as primeiras e se há algo no passado da cidade que poderia ser chamado de capoeira, é preciso ir buscar no que faziam os brabos e valentões do início do século XX[28], os quais de lá não teriam saído, sucumbidos à repressão republicana[29].

[26] CARNEIRO, Édison. *Capoeira*. Rio de Janeiro: Funarte/MEC, 1975. Cadernos de Folclore, 1., p.3.
[27] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Op. Cit., 2010. p.9-52.
[28] Ibidem, p.34. Depoimento do mestre Coca-Cola.

Assim, os principais mestres contemporâneos fazem questão de distanciar-se do que havia de capoeira no Recife imediatamente antes deles, de afirmar sua autenticidade em contraposição àquela luta opaca, misturada a outras práticas, como às coreografias do samba[30] e ao passo do frevo[31], e cuja violência fazia alguns baianos dizerem que "em Pernambuco não tem capoeirista, tem brigão de rua"[32].

Nesse caso, a referência aos baianos se dá muito mais por filiação do que por oposição. Quando esses mestres começaram a se envolver com a capoeira no Recife, o fizeram entendendo-a como uma prática que embora outrora tivesse existido em várias partes do Brasil, sua expressão mais legítima naquele momento deveria ser procurada na Bahia[33].

Uma reportagem de Samir Abou Hana em um dos jornais de maior circulação na cidade naquele período sugere o grau de disseminação dessa concepção sobre o papel da capoeira baiana. O jornalista reconhece que no passado a capoeira era praticada em várias partes do país por pessoas de diversas posições sociais e até menciona os comentários de Gilberto Amado sobre Nascimento Grande. No entanto, enquanto em Pernambuco a capoeira teria "sumido após perseguição policial", na Bahia ela se mantivera como tradição[34].

Assim, mesmo quando se trata de dar um depoimento para a pesquisa complementar ao Inventário Nacional de Referências Culturais da Capoeira, feita com o intuito de destacar a importância da capoeira do Recife para o desenvolvendo da prática no país, os mestres têm a Bahia como centro de irradiação da capoeira atual para outros estados, inclusive o Rio de Janeiro[35]. Ainda que nem sempre eles enfatizem a influência direta ou indireta (através do Rio de Janeiro) da capoeira baiana em suas trajetórias, há a percepção de que foi a influência dela que prevaleceu no Recife.

---

[29] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Op. Cit., 2010, p.10. Depoimento do mestre Mulatinho.
[30] Ibidem. p.34.
[31] Como se verá no quarto capítulo.
[32] Palavras do mestre Carrapato, Cf. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Op. Cit., 2010. P.38.
[33] Segundo Simone Pondé Vassallo, a característica lúdica da capoeira baiana era tomada como expressão de pureza e originalidade, enquanto a violência era tida como sinônimo de descaracterização da prática, o que pode ajudar a entender o interesse de alguns mestres do Recife em mudar a imagem que se tinha da capoeira da cidade, associando suas práticas ao que se fazia em Salvador: "o elemento lúdico, também chamado de vadiação ou brincadeira, passa a encarnar a verdadeira essência da capoeira". VASSALLO, Simone Pondé. Resistência ou Conflito? O legado folclorista nas atuais representações do jogo da capoeira. *Campos - Revista de Antropologia Social*, Curitiba, Vol. 7, No 1, 2006. P.74-77.
[34] *A capoeira do passado que a Bahia mantém como tradição*. Diário de Pernambuco, 03/03/1968.
[35] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Op. Cit., 2010. Isso também é analisado em CORDEIRO, Izabel. Op. Cit.

Esse é o caso do mestre Duvalli, que teria começado a interessar-se pela capoeira na época da publicação daquela reportagem. No seu depoimento ele afirma que a capoeira de hoje é totalmente diferente da que conheceu, os movimentos corporais são diferentes, assim como seu significado, pois antes era unicamente uma luta, uma maneira de enfrentar as adversidades cotidianas e não uma questão de cultura[36].

Assim, desprovida de um discurso para lhe atribuir significado "cultural" e presumivelmente incapaz de despertar sentimento de pertencimento, essa não-capoeira seria individualizada até os anos 1960 por valentes sem padrão ou instrumental[37]. Ela não foi inventariada, só existe pelo que não era (não era a capoeira baiana ou carioca) nos discursos dos mestres mais conhecidos da capoeira do Recife de hoje e só tem legitimidade se projetada num passado mais distante, nos brabos e valentões de, no máximo, os anos 1920[38], embora geralmente se acredite que a repressão veio ainda antes disso.

Com efeito, em seu trabalho sobre a relação entre o antigo e o novo na capoeira do Recife entre as décadas de 1970 e 1990, Izabel Cordeiro parte do pressuposto de que após ter sido erradicada pela polícia republicana ainda nos primeiros anos do século XX, a capoeira teria ressurgido em Pernambuco "através de pessoas que direta ou indiretamente tiveram contato com a capoeira baiana"[39]. Através da sua experiência como capoeirista e do contato com os diversos mestres da cidade, Izabel produziu um relato indispensável para a compreensão do percurso por meio do qual as narrativas acerca dos brabos e valentões do Recife entre o final do século XIX e início do século XX se tornaram parte da memória da capoeira da cidade ao mesmo tempo em que se crê na inexistência de uma continuidade entre as práticas deles e a capoeira do Recife de hoje.

Isso implica em um enfoque diferente do escolhido por Samantha Pontes para compreender como se articula a memória dos grupos de capoeira do Rio de Janeiro. Ela

---

[36] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Op. Cit., 2010. p.42-44.

[37] "Isto bate com as declarações de Cândido Valença. O pai dele contava histórias de empregados que eram capoeiristas nos anos 1960, que eram brigões, valentes, mas não tinham instrumental nenhum". Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Op. Cit., 2010. P.9.

[38] "Mas, até hoje ninguém fala de Mestres mais antigos que nós, a não ser os valentões de 1920. Se você perguntar quem começou primeiro, eu não vou saber, mas quando eu montei minha academia, não tinha nenhuma outra por aqui. Então, graças a nós que incentivamos a Capoeira, hoje ela pode ser tida como um Patrimônio Imaterial em Pernambuco". Depoimento do Mestre Coca-Cola. Ibidem, p.34.

[39] CORDEIRO, Izabel. Op. Cit., p.96. Sobre a capoeira baiana como símbolo da brasilidade ver PONTES, Samantha Eunice de Miranda Marques. *Patrimônio Gestual da Capoeira Carioca*. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p.38-43.

se propôs a procurar na gestualidade dos mestres entrevistados a produção do que chamou de "universo da capoeira", ou seja, os símbolos que compõem a identidade capoeirista no Rio de Janeiro de hoje[40].

Diante de uma abordagem aparentemente tão interna ao mundo dos praticantes, onde não só a escrita mas a própria oralidade em princípio parece prescindida em favor de uma análise da memória em gestos[41], daquilo que a capoeira teria de mais característico, a alegação de que na construção do universo da capoeira do Recife uma literatura, em geral produzida por não praticantes, desempenhou um papel fundamental pode parecer um demérito que só poderia vir de um não praticante. No entanto, é num pequeno conjunto de livros e artigos, precariamente classificáveis em crônicas ou memórias – pois não tenho a intenção atribuir a eles qualquer unidade que ultrapasse o fato de terem sido apropriados nesse processo de construção da memória da capoeira – que me parece adequado procurar os fundamentos da complexa periodização predominante da capoeira do Recife.

Nesses textos ela nem sempre foi mencionada, mas ao longo do tempo pequenos lances de escrita lhe conferiram centralidade entre uma gama diversa de classificações, indivíduos e práticas presente neles, como é o caso do capítulo das memórias de Gilberto Amado que numa pequena frase de Samir Abou Hana na reportagem citada se tornou um exemplo da história da capoeira no Recife. Em diferentes momentos desta dissertação tratarei de como as narrativas desses autores sobre capoeiras, brabos e valentões se relacionam com o que pode ser dito com base em outras fontes a respeito das pessoas às quais eles se referiam.

Algumas dessas narrativas foram situadas por Raimundo Arrais num movimento de resposta às transformações urbanas e ao discurso de modernização predominante no Recife entre os anos 1930 e 1940[42]. Assim, por meio das suas reminiscências autores como Mário Sette, Fernando Pio e Eustórgio Wanderley privilegiariam costumes compartilhados pelas pessoas comuns e pequenos acontecimentos na tentativa de reconstituir na escrita a cor local da cidade que desaparecia diante dos seus olhos[43].

---

[40] PONTES, Samantha. Op. Cit.
[41] Que ela define como o "corpo humano em movimento". PONTES, Samantha. Op. Cit., p.108.
[42] ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o Riacho:* a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas, 2004. (Série Teses.). Capítulo 1, principalmente das páginas P.22-30. Ele menciona tanto o período de 1930-1940 quanto de 1920-1950, talvez neste caso por conta das publicações de Eustórgio Wanderley entre 1953 e 1954.
[43] Idem, p.62-64.

Preservada das mudanças, essa cidade idealizada reservaria funções definidas para tipos populares e personagens pitorescos, de modo que o lugar da capoeira seria os desfiles de bandas civis e principalmente militares, praticada por negros e herdada da escravidão[44]. Como se verá no decorrer desta dissertação, esses e outros autores da época nem sempre concordaram a respeito dos significados de ser capoeira e sua relação com outras identidades, mas o fato de eles enfatizarem a ruptura entre o antigo e o novo na história da cidade frequentemente levou a uma assimilação dessa ruptura por parte de quem consultou as suas obras em busca de relatos sobre a capoeira do passado[45].

Quem lê os jornais do Recife no momento em que alguns dos mais antigos mestres da atualidade começavam e se envolver com a capoeira, ou seja, num período posterior ao analisado por Raimundo Arrais, pode facilmente ficar com a impressão de que o Recife na segunda metade do século XX revivia aqueles conflitos entre o antigo e o novo apresentados pelos autores dos anos 1930 e 1940[46]. A propósito, não é difícil encontrar referências a eles nas reportagens da época[47], juntamente com anúncios e análises de novos trabalhos que de diferentes maneiras – por vezes bem parecidas com as suas[48] – evocavam um passado que de certa forma coincide com o período analisado nesta pesquisa[49].

Crônica de crimes sensacionais e personagens que compunham a atmosfera de violência vivenciada na cidade entre o final do século XIX e início do XX, o livro *Recife Sangrento,* publicado no final os anos 1930 pelo antigo repórter policial Oscar

---

[44] Como aparecem na descrição de Fernando Pio. Cf. PIO, Fernando. *Meu Recife de Outrora.* 2 ed. Recife: SEEC, 1969. P.35-40.

[45] Cf. OZANAM, Israel. Brabos ou capoeiras? Repensando a repressão republicana no Recife. *Revista Tempo Histórico*, v. 2, p. 01-17, 2010.

[46] São abundantes as referências nesse sentido na imprensa daqueles anos, por exemplo: *Este Recife (velho) está morrendo, vamos falar dele.* Jornal do Commercio, 08/01/1967, p.4 (4º caderno – página inteira); *Festas tradicionais perdem luta contra o modernismo*. Jornal do Commercio, 06/02/1966, p.24; *Situados entre ruas antigas, velhos templos cedem lugar à passagem de novas avenidas.* Diário de Pernambuco, 10/03/1968, p.9 (3º caderno – página inteira); *A velha "Rua Nova"*. Jornal do Commercio, 22/01/1967, p.1 (4º caderno – página inteira); *Cresce a Av. Dantas Barreto liquidando parte do Recife antigo*. Diário de Pernambuco, 03/03/1968, p.9 (página inteira); *Simpósio sobre velhos sobrados.* Jornal do Commercio, 15/02/1966, p.16; *Velho Bastos relembra saudosos carnavais.* Jornal do Commercio, 05/02/1967, p.24.

[47] Embora por vezes não sejam citados, como na edição do Diário de Pernambuco de 05/01/1981, na qual trechos inteiros sobre os valentões são copiados do livro Recife Sangrento de Oscar Mello, sobre o qual tratarei a seguir. O mesmo aconteceu com um conhecido artigo de Ascenso Ferreira publicado em 1942 sobre os brabos e capoeiras do Recife, plagiado na reportagem "A estranha origem do frevo", do suplemento da edição do Jornal do Commercio de 04/03/1962.

[48] A exemplo do livro Clã do Açúcar, anunciado no Jornal do Commercio de 08/03/1960, p.11. Ele faz menção a questões que serão analisadas no epílogo desta dissertação.

[49] Foi também um período de evocação do início da República em Pernambuco através de artigos comentando livros como Ordem e Progresso, de Gilberto Freyre e apresentando as pesquisas que depois seriam reunidas no volume Os Tempos da República Velha, de Costa Porto. Nas duas obras há rápidas referências a capoeira e a valentões do Recife.

Mello, não é tão facilmente situável no mesmo empreendimento dos autores analisados por Raimundo Arrais. No entanto, seus estilos de narrativa eram parecidos e nas décadas posteriores eles integrarão igualmente o conjunto de referências básicas para a composição de uma memória da capoeira no Recife.

Nesse aspecto, aliás, juntamente com *Maxambombas e Maracatus*, de Mário Sette, o livro de Oscar Mello prevalece sobre os demais. O pequeno enredo no qual acompanha os antigos valentes do Recife entre a fama dos tempos de maxixes, casas de jogos proibidos e proteção política e o momento da repressão iniciada pelo chefe de polícia Santos Moreira em 1904 pareceu ideal a uma analogia à repressão sofrida pela capoeira no Rio de Janeiro no início da República. Assim, numa leitura conjunta com referências esparsas de outros autores, acabou se consolidando a visão de que uma ou duas gestões de chefe de polícia foram capazes de privar o Recife moderno da presença da capoeira até pelo menos a década de 1960[50].

Rastrear a contribuição desses autores em textos oriundos da universidade ou dos poderes públicos certamente é mais simples do que entre os capoeiristas[51]. O fato de narrativas da primeira metade do século XX sobre os brabos e valentões terem sido difundidas pela imprensa ao longo da segunda metade, ou seja, do período que seria tomado como de renascimento da capoeira no Recife, certamente não garante que elas estiveram na base da compreensão que os mestres mais destacados nesse processo construíram acerca do passado da capoeira[52].

No entanto, ao menos indiretamente, através de um conhecido livro de Valdemar de Oliveira, é difícil negar a presença das narrativas daqueles autores entre os praticantes da capoeira do Recife contemporâneo[53]. Publicado em 1971, *Frevo*,

---

[50] Entre os trabalhos que compartilham uma interpretação composta nesses termos estão OLIVEIRA, Valdemar de. *Frevo, capoeira e passo*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1971, p.88; ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*: as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911. Natal: EDUFRN, 1998 e CORDEIRO, Izabel. Op. Cit.

[51] Eles são a referência básica das páginas dedicadas à capoeira do Recife no Inventário Nacional da Capoeira: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Dossiê - Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília, 2007. p. 28-37.

[52] Além de casos como aqueles mencionados na nota 47, havia outros em que os autores eram nominalmente citados, como na crônica "Frevo, Fabulosa Invenção Pernambucana", do Jornal do Commercio de 24/02/1963, onde *Maxambombas e Maracatus*, de Mário Sette, é destacado. O mesmo ocorre com *Recife Sangrento*, de Oscar Mello, num tópico Valentões do Recife publicado na seção Retrato da Cidade do Diário de Pernambuco de 30/01/1965. Nessa seção, que mesclava notícias correntes da cidade com crônicas de décadas anteriores, Severino Barbosa incluiu também os nomes dos valentões listados por Oscar Mello.

[53] Durante a preparação desta introdução fui convidado por Izabel Cordeiro a assistir na sede da Federação Pernambucana de Capoeira ao lançamento de dois livros de Mônica Beltrão – que também se inspira na narrativa daqueles autores – sobre a capoeira do Recife. Na ocasião, a mestre Isa Mulatinho,

capoeira e passo articula as interpretações tradicionais a respeito das capoeiras baiana e principalmente carioca com as narrativas de Oscar Mello e Mário Sette. Desse modo, sintetiza uma trajetória da capoeira do Recife entre as bandas de música e o passo do frevo, em conformidade com uma espécie de cronologia nacional baseada no que na época já havia sido escrito sobre a repressão republicana à capoeira do Rio de Janeiro e a "evolução singular" da capoeira baiana[54].

Tendo em vista que as histórias contadas por Oscar Mello são repletas de casos nos quais ser valente e brabo significam o mesmo que ser bamba, malandro e "conhecedor de todos os 'trucs' da capoeiragem"[55], Valdemar de Oliveira de alguma maneira se viu autorizado a inscrever aqueles nomes próprios elencados pelo autor no panteão de capoeiristas do Recife antigo[56].

Dentre os capoeiristas de maior destaque no Recife do final dos anos 1970, o mestre Zumbi Bahia era particularmente preocupado em destacar a relação da capoeira com a identidade negra[57]. A forma como ele e seu aluno Antônio Carlos Nóbrega apresentaram a história da capoeira do Recife e seu papel nela indica o impasse dos capoeiristas do Recife daquele momento ao recusarem uma ligação direta com o que havia no Recife imediatamente antes deles e manterem a alusão aos brabos e valentões do passado como seus antecessores.

Num cordel datado de 1970, cujo objetivo parece ter sido a divulgação da academia Sede Boi Castanho, de Zumbi Bahia, a capoeira de Pernambuco é representada nas primeiras estrofes pela luta de Zumbi em Palmares e no combate aos holandeses. Essa trajetória dá um salto para o Recife entre a escravidão, a liberdade e a repressão de Deodoro da Fonseca, que teria sido "o primeiro a combatê-la"[58].

A partir de então, as estrofes são compostas por meio de paráfrases ao livro de Valdemar de Oliveira, acompanhando inclusive a sequência da narrativa do autor. Onde em *Frevo, Capoeira e Passo* aparece "assim se mostravam à testa das bandas de música,

---

esposa do mestre Mulatinho, contou aos presentes como o livro de Valdemar de Oliveira foi importante na trajetória de capoeiristas mais antigos e conclamou a plateia a ler a obra.

[54] OLIVEIRA, Valdemar de. Op. Cit., p.89.

[55] MELLO, Oscar. Recife Sangrento. Recife, s/e, 1937. p.49.

[56] OLIVEIRA, Valdemar de. Op. Cit., p.87-88.

[57] Cf. CORDEIRO, Izabel. Op. Cit., p.62.

[58] ZUMBI BAHIA E AVESTRUZ. *História da Capoeira no Recife*. Recife: [s.n.], 1979, p.1 (3ª estrofe). O cordel se encontra disponível na Biblioteca Blanche Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco. Avestruz foi o nome dado a Antônio Carlos Nóbrega na capoeira, Cf. CORDEIRO, Izabel. Op. Cit., p.63. No Diário de Pernambuco de 09/08/1979 é anunciada a criação da Sede Boi Castanho de Capoeira e informa-se que durante o 1º batismo de capoeira no Recife haveriam "alguns dados sobre capoeira primitiva, a maneira como os capoeiristas dançavam o frevo na frente das bandas".

afirmando, pela trunfa de pixaim, sua virilidade ao mulherio sempre simpático ao homem verdadeiramente macho", no cordel está escrito "Afirmavam-se pela trunfa do pixaim,/Ao mulherio sempre simpático/Ao homem macho de fato e de brio/Com toda virilidade/Mostravam seu poderio"[59].

Portanto, uma literatura em torno da relação entre as tradições e as transformações sociais no Recife é mobilizada na composição de uma memória da capoeira no Recife, com base na qual se poderá reservar a mestres como Zumbi Bahia o papel de próceres da nova capoeira, apesar da incerteza sobre a relação entre ela e o passado da cidade: "meus senhores e senhoras/vejam o que sucedeu/na Sede do Boi Castanho/a Capoeira renasceu/é o mestre Zumbi Bahia/quem diz que ela não morreu"[60].

Entre o "renasceu" e o "não morreu", o cordel demarca o lugar do mestre e apresenta o endereço e o telefone da Escola Boi Castanho de Capoeira, inspirando-se direta e indiretamente em textos que ao mesmo tempo registraram o passado de brabos e valentões como praticantes da capoeira e instituíram um marco preciso para a morte dela no passado. Ou seja, não se trata de uma simples influência da uma elite letrada sobre os praticantes da capoeira e sim da apropriação de determinados textos com fins de explicar o fato de aquela capoeira que eles encontraram no Recife quando começaram a envolver-se com a prática não lhes parecer adequada ao que na mídia ou em eventos de abrangência nacional era difundido como a capoeira legítima.

Quando for o momento de os poderes públicos assinalarem alguma particularidade da capoeira do Recife, será igualmente no discurso daqueles autores que se fará alusão à repressão de Santos Moreira no início do século XX e mesmo assim se concluirá que "em Recife, a capoeira se mantém voltada para a luta, o jogo é mais duro, o que remete à tradição dos antigos capoeiras pernambucanos, conhecidos como bravos e valentes"[61]. Entre reiteradas afirmações de que faltam estudos detalhados sobre a história da capoeira do Recife, os autores do Inventário Nacional da Capoeira se viram sem muitas alternativas senão reafirmar uma memória consolidada da ruptura na trajetória da capoeira da cidade e ao mesmo tempo antever a possibilidade da existência de uma antiga tradição local.

---

[59] ZUMBI BAHIA E AVESTRUZ. Op. Cit., p.5 (1ª estrofe); OLIVEIRA, Valdemar. Op. Cit., p.84. Esse é um exemplo dentre outros possíveis, havendo também frase diretamente extraída do livro, como "no Recife, a capoeira era um brazão de valentia", que em Valdemar de Oliveira se encontra na pág.82 e no cordel na pág.3 (1ª estrofe).

[60] ZUMBI BAHIA E AVESTRUZ. Op. Cit., p.7-8.

[61] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Op. Cit., Brasília, 2007, p.32-33 e p.49.

Pleitear a participação de determinados escritores nas definições da capoeira elaboradas pelos atores envolvidos com a prática não consiste propriamente numa novidade[62]. Ao fazer isso aqui, minha intenção foi apresentar minimamente como tal fenômeno no Recife contribuiu para a emergência de uma interpretação acerca do passado da capoeira que de outra maneira eu correria simultaneamente o risco de considerar como dada ou de simplesmente verificar se está certa ou errada, sem ter certeza de quais meus objetivos com isso.

Ao oferecer no decorrer da dissertação uma narrativa fundamentada em documentos que nem sempre complementam, mas por vezes se contrapõem, ao que foi dito com base naqueles autores, estarei implicitamente sugerindo deslocamentos na memória difundida entre praticantes da capoeira, um percurso que pode ser bastante arriscado. Um exemplo disso é que se eu recusar aos indivíduos classificados como brabos e valentões a posição de antepassados dos capoeiras de hoje, estarei recorrendo a uma concepção tão essencialista da capoeira como a que pretendo questionar.

Por outro lado, ao problematizar o emprego da identidade coletiva *capoeira* e propor uma análise mais ampla das trajetórias das pessoas hoje vinculadas ao universo da capoeiragem do Recife entre a memória compartilhada e os documentos da época espero fornecer elementos por meios dos quais se possa pensar sobre o que foi feito de uma tradição que não me parece ter acabado sob a repressão no início do século. Não é difícil deduzir que isso produz em mim uma expectativa sobre possíveis interesses de quem hoje se reconhece como praticante da capoeira no Recife em verificar os desdobramentos (inclusive rupturas) naquela continuidade no período posterior ao contemplado por minha pesquisa.

Nesse sentido, o ato de levar a público um trabalho como este implica uma aposta de êxito duvidoso sobre o alcance de um texto acadêmico entre atores para os quais as narrativas mais interessantes sobre o passado não trazem necessariamente as mesmas questões e o mesmo estilo por ele apresentado. Seja como for, ao menos quando se tratam de capoeiristas que vão à universidade, a produção acadêmica por vezes é tomada como complementar à fala dos representantes da memória do grupo.

Embora Samantha Pontes trate rapidamente da participação de intelectuais nas disputas entre as capoeiras Regional e Angola, o papel deles na constituição dos significados da prática parece secundário em seu trabalho diante da ideia de que a

[62] Particularmente importantes nesse sentido são os dois artigos já citados de Simone Pondé Vassallo.

memória da capoeira é transmitida dos mestres para os alunos[63]. No entanto, mesmo quando ela pretende demonstrar que a identidade dos capoeiristas pode ser compreendida e transmitida por sua gestualidade, escolha que aparentemente minimiza a um só tempo o papel da escrita e dos não praticantes no fenômeno, é principalmente na produção acadêmica que ela verifica desde o século XIX "a emergência e metamorfoses do sujeito capoeira no tecido social brasileiro, definindo-o como um tipo construído a partir de sua gestualidade e identificado através da rede de relações que estabelece com outros sujeitos sociais"[64].

Na análise dessa emergência, porém, nunca fica claro se para a autora o capoeira do passado é uma construção discursiva, como a definição das narrativas construídas como "mitos" parece sugerir, ou se, conforme os termos dela, é o sujeito capoeira que ela encontra nas fontes de uma época da qual não é possível obter relatos orais dos praticantes. Pois é a esses relatos, afinal, e não a uma tradução direta do gestual em palavras, que ela recorre quando se trata de compreender os significados do universo da capoeira hoje[65].

Assim, é numa leitura orientada pela fala socialmente legitimada de determinados mestres que os gestos são entendidos como elementos significativos na construção da identidade compartilhada pelos capoeiristas. Fora dessas relações permeadas por controvérsias que definem hierarquias e autoriza interpretações não há como analisar os significados da capoeira.

Todavia, aí pode residir uma fragilidade desta introdução, que ocultou a sua seletividade por trás de expressões como "mestres mais conhecidos", "principais mestres contemporâneos" ou "capoeiristas de maior destaque". Com efeito, a verificação do substrato das interpretações predominantes nas últimas décadas entre os praticantes da capoeira a respeito do passado dela no Recife exigiria uma análise mais abrangente dos seus discursos do que a realizada aqui com base no levantamento complementar para o inventário do IPHAN e em alguns outros documentos.

---

[63] Por exemplo, PONTES, Samantha. Op. Cit., p.109: "Por isso concentramos nesses corpos [dos mestres] atenção especial, pois não apenas guardam os saberes da capoeira, mas determinam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido". Para uma perspectiva diferente, ver ASSUNÇÃO, Matthias. Op. cit., p.28: "It is thus methodologically unsound to expect them to separate neatly the knowledge they received through oral tradition from the information gathered through other means".

[64] PONTES, Samantha. Op. Cit., p.20.

[65] Ibidem, p.55: "Seguindo essa orientação, propomos o uso do patrimônio gestual da capoeira, ou melhor, das narrativas construídas pelos mestres de capoeira a respeito desse patrimônio, como estruturas de mediação para compreensão do moderno universo da capoeira, por ser esse universo construído gestual e discursivamente".

Parece-me difícil definir a quantidade e a natureza das fontes necessárias para avaliar quais símbolos eram compartilhados e quais referenciais prevaleciam e prevalecem entre pessoas das quais ainda precisam ser estudados o sentimento de grupo e as relações que determinaram, por exemplo, qual parcela delas falaria ao IPHAN. Isso remete inclusive à maior quantidade de informações disponíveis sobre a segunda metade do século XX em relação ao período anterior, que será tratado nos capítulos desta dissertação.

Portanto, não me iludo quanto à representatividade dos dados levantados nesta introdução, mas na ausência de maiores pesquisas precisei delinear as interlocuções do que hoje me parece o discurso hegemônico sobre o passado da capoeira no Recife, apesar da impossibilidade de dedicar-me a uma pesquisa exaustiva sobre o assunto. Esse será também o destino das questões contextuais cuja inexistência ou insuficiência de trabalhos a respeito me obrigará a uma análise fadada a ser questionada por pesquisas futuras.

No entanto, prefiro tentar analisar com base na minha pesquisa documental o papel da polícia e a pertinência de categorias como *povo* no início da República, por exemplo, do que agir como se essas e outras questões fossem pontos pacíficos e pudessem ter força de determinação sobre a prática estudada. Isso se torna um risco ainda maior quando se trata de estudar um período que apesar das revisões recentes continua alvo de explicações simplificadas, especialmente quando se trata de relacionar um objeto de escala restrita a dimensões mais abrangentes da sociedade e política no período[66].

[66] Para um comentário nesse sentido, ver LESSA, Renato. Uma Redescoberta da Primeira República. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política*: o experimento da Primeira República brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. p.13-14. Sobre como a historiografia recente vem tratando o período ver GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, nº. 26, vol.13, Jan. 2009.

Capítulo 1 – "Eu posso me orgulhar de ter em cada homem do povo, um amigo, um defensor". Povo ou Guarda Negra?

Às armas, cidadãos! Esse era o tipo de frase que chamaria a atenção de um leitor de jornal na avaliação dos Srs. Simões e Andrade[67]. Eles a puseram no título do anúncio da sua Loja das Estrelas do Brasil em uma época marcada por conflitos violentos no Recife, relacionados à indefinição política – ou aos "negócios da maldita política", como dizia o anúncio – decorrente da ausência de um partido predominante[68].

Em 1906, evocando esses conflitos, o autor de um folheto anônimo em resposta à missiva do então professor da Faculdade de Direito do Recife Francisco Faelante da Câmara ao futuro presidente da República Afonso Pena dirá que somos um povo sem memória[69]. Essa afirmação acompanhou o argumento de que o Recife não era naquele início de século um lugar de opressão política como Faelante alegava, mas havia sido quando este fora autoridade policial a serviço de um grupo partidário que aterrorizava a cidade[70].

Impresso na tipografia do *Jornal do Recife*, pertencente ao então governador do estado[71], o folheto garante evocar a história "em toda a sua transparência de éter límpido, na sua implacável sinceridade, a história fato, a história depoimento, a história documento"[72]. O método dessa história consistiria em elencar episódios que, para além de quaisquer frases de efeito, pudessem comprovar as afirmações publicadas, ao contrário do que Faelante teria praticado em seu artigo.

Essa forma de definir a legitimidade de narrativas orientadas pelo princípio de realidade já inspirava os debates políticos de quando ocorreram os episódios aos quais o folheto se remete. Assim como as ruas, as páginas da imprensa entre os últimos anos da Monarquia e os primeiros da República foram palco de uma luta por decidir quais

[67] *Às armas, cidadãos!* Gazeta da Tarde, 28/11/1891.
[68] Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil*: The Case of Pernambuco, 1868-1895. 1975. 282f. Tese (Ph.D.) – Departament of History, Indiana University, USA. P.208-213. Na mesma época, houve um anúncio semelhante: *Em armamento!* Gazeta da Tarde, 18/12/1891.
[69] *Resposta ao artigo do Dr. Faelante da Câmara publicado na Província de 13 de maio de 1906*. Pernambuco: Tipografia do "Jornal do Recife", 1906. Agradeço ao biógrafo de José Mariano, Tadeu Sales, pela indicação dessa fonte por ter me tirado muitas dúvidas sobre o período.
[70] Idem, p.7.
[71] NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.2. P.123-139.
[72] *Resposta ao artigo do Dr. Faelante da Câmara*... op. cit., P.6.

relatos sobre a história recente prevaleceriam na definição dos papéis desempenhados por cada grupo na instauração do novo regime e, por conseguinte, dos seus lugares nele.

Aquele panfleto inclusive ressoa papéis insistentemente reafirmados em jornais dos anos 1889 e 1890, tanto os impingidos aos adversários, como quando afirma que Faelante lamentou o fim da Monarquia, quanto os atribuídos a si, como na ênfase à "reorganização forçada" pela qual precisou passar a agricultura de Pernambuco. Neste caso o autor parece sugerir que a crise na lavoura mencionada na missiva a Affonso Pena seria culpa não do grupo político predominante em Pernambuco em 1906 e sim de uma mudança brusca nas relações de trabalho pela qual a agricultura passara em virtude da ação de pessoas entre as quais, como se verá adiante, teria estado o próprio Faelante e a facção do Partido Liberal à qual ele era vinculado[73].

Talvez por isso o primeiro episódio apresentado no folheto teria ocorrido na eleição para deputados da Assembleia Geral em 1884, na qual a abolição seria a tônica entre os liberais liderados por José Maria de Albuquerque Melo e principalmente José Mariano Carneiro da Cunha[74]. De acordo com um conservador contemporâneo ao evento, era em torno desse último que girava "a massa popular do Recife, povo inclinado a desordens e a anarquia", sobretudo das freguesias de São José e do Poço da Panela, onde ele morava[75]. Se comparada à expressa pelos aliados de Mariano, essa opinião só diferia no juízo de valor atribuído aos que o acompanhavam[76].

Como se verá no próximo tópico, isso será decisivo na disputa em torno da participação não apenas dele próprio na política do novo regime, mas também de uma parte significativa das pessoas da cidade, especialmente aquelas tidas como pobres e de cor. Para os seus adversários, seja em 1906, seja em 1884, no dia da eleição Mariano foi à igreja matriz de São José acompanhado por seus capoeiras, e diretamente auxiliado pelo cocheiro Nicolau, provocar as cenas de sangue que resultaram na morte do Major

---

[73] Vale destacar que antes da proclamação da República não era difícil ver um jornal liberal, embora de uma facção contrária e só momentaneamente próxima ao grupo de Faelante, afirmar que a lavoura ia mal devido ao período de substituição do trabalho escravo pelo livre. Ver: *Auxílios à Lavoura*. Jornal do Recife, 17/09/1889.

[74] *História Antiga – ponto 3º*. Diário de Pernambuco, 11/12/1889. Mesmo afirmando que Mariano se tornou abolicionista de última hora, provocando os incidentes com seus capangas nas eleições só para bajular Joaquim Nabuco, ainda assim o artigo reconhece a conotação abolicionista da campanha.

[75] Trata-se de Félix Cavalcanti (1821-1901), cujo diário foi publicado em: FREYRE, Gilberto. *O velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti"*. Recife: Massangana, 1989. (Série República, 7). P.73. A respeito da liderança de José Mariano, "líder do Poço da Panela", e José Maria, ver PORTO, José da Costa. *Os Tempos da República Velha*. Recife: Fundarpe, 1986. P.10-13.

[76] Entre os seus aliados, Mariano era tido como um grande tribuno do povo. Ver, por exemplo, A Província, 08/08/1889, citado por GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Abolição*: a liberdade veio do norte. Recife: Massangana, 1988. P.276.

Manoel Joaquim Ferreira Esteves, conhecido como Bodé, principal representante do Partido Conservador na freguesia[77].

Exceto por um ou outro caso ainda da década de 1870 e mencionado com pouca frequência por seus adversários, o assassinato de Bodé estará no topo da lista de provas de que José Mariano representava "a putrefação da monarquia" e, portanto, não deveria ser assimilado pela República, "sob pena de envenenar o seu organismo puro e são"[78]. Essa afirmação compunha um dentre muitos artigos do *Diário de Pernambuco* que combatiam os esforços de Mariano por estabelecer uma compreensão sobre a evolução dos acontecimentos nos últimos anos da Monarquia que lhe permitisse ser reconhecido como republicano. Mas a situação era difícil[79].

Membro do partido que comandava o Gabinete do Império quando foi proclamada a República, ele primeiramente se via entre os vestígios das lutas de até pouco antes contra os conservadores. O fato de o *Diário de Pernambuco*, jornal tradicionalmente favorável a estes, ter sido o principal veiculador de acusações por parte de propagandistas do movimento republicano contra José Mariano nos primeiros meses da República é um exemplo disso[80]. No entanto, eram esses propagandistas, mais especificamente as lideranças do Partido Republicano de Pernambuco, que

---

[77] Página 74 do diário em FREYRE, Gilberto. Op. Cit.. No diário eles são chamados de "capoeiras", no folheto de 1906 é utilizada a palavra "sicários". No último capítulo será analisado o fato de que àquelas alturas a expressão "capoeira", mesmo quando presente na classificação de um indivíduo, aos poucos ia deixando de ser empregada para desqualificar os sujeitos, especialmente em conflitos políticos, embora no mesmo folheto haja alusões à capoeiragem. *Resposta ao artigo do Dr. Faelante da Câmara*... Op. cit., P.9-10.

[78] *A verdade histórica*. Diário de Pernambuco, 04/12/1889. Um desses casos anteriores seria a suposta tentativa de assassinato do bispo Dom Vital em 1873 e o ataque ao colégio dos Jesuítas, quando teria começado o "reinado" do Cabeleira, como era conhecido Mariano entre seus adversários. Cf. *História Antiga*. Diário de Pernambuco, 08/12/1889.

[79] Logo após 15 de novembro, Mariano tentou aproximar-se de Isidoro Martins Júnior, liderança do Partido Republicano de Pernambuco, e instituir com ele um novo governo. HOFFNAGEL, Marc. Op. Cit., p.214-215. A *Província* ainda faria alusões positivas a Martins Júnior por algum tempo, como indica a edição de 25/02/1890. Porém, como ressaltou o *Diário de Pernambuco* em 12/12/1889, esse ímpeto por participar do novo governo se contrapunha às declarações do próprio Mariano num artigo na *Província* de 30/11/1889. De várias outras maneiras os republicanos perseguiram as tentativas marianistas nesse sentido, como quando pediram à polícia que não fosse autorizado o Club Casaca de Couro, supostamente encabeçado pela "facção hostil à República" que se levantava no bairro de São José contra uma autoridade policial. *Ao cidadão Dr. Chefe de Polícia*. Diário de Pernambuco, 14/02/1890. Dois dias depois se dirá que a autoridade em questão era o subdelegado João Carolino do Nascimento, injuriado pela imprensa marianista. E conclui: "felizmente não estamos atravessando os 'bons tempos' de outrora. Confiamos que o Dr. Antonio Antunes Ribas saberá manter a ordem pública que hoje lhe está confiada, principalmente quando o pessoal que provoca é conhecido como Guarda-Negra". Agradeço a Celso Castilho por fornecer-me alguns desses e vários outros documentos, além do apoio ao longo dos anos e da participação em minha banca de qualificação, o que vale igualmente para os professores Antônio Montenegro e Marcus Carvalho.

[80] NASCIMENTO, Luiz do. Op. Cit. p.93-95. Logo após 15 de novembro, o Diário afirmou que a revolução fora consequência fatal da ascensão do gabinete liberal àquele ano e que a República precisava ser conservadora. Em seguida o emblema das armas imperiais foi tirado do cabeçalho do jornal.

representavam o principal obstáculo à permanência dele como figura de destaque naquele novo arranjo de forças.

Isso, porém, não se devia ao simples fato de Mariano ter integrado um partido monárquico. Pequeno e pouco articulado, o Partido Republicano de Pernambuco não estava preparado para assumir o controle do estado em 15 de novembro e tratou desde cedo de fazer alianças tanto com os antigos conservadores, quanto com a facção liberal conhecida como leões, contrária ao grupo de Mariano, que emergia, afinal, como quase o único inassimilável da situação[81]. Contra ele era mobilizada uma série de acusações que emergiram na esteira da ação dos propagandistas republicanos da Corte na década de 1880.

De acordo com Maria Tereza Chaves de Mello, esses propagandistas teriam estabelecido "pares antinômicos assimétricos" como recurso retórico por meio do qual se ampliou o campo semântico do vocábulo República, definindo as disputas políticas no Brasil daqueles anos[82]. Para analisar o fenômeno nesses termos, ela se baseou no trabalho de Reinhart Koselleck, que em um dos artigos publicados no livro *Futuro Passado* afirma que quando uma unidade de ação política define a si própria por meio de um conceito, executa simultaneamente um recorte que exclui outras, recusando-lhes os predicados vinculados a esse conceito[83]. O autor chama de assimétricos os atributos utilizados para designar o adversário sem que este se reconheça neles. Na designação de grupos, um deles pode constituir a si próprio por meio, por exemplo, da propaganda, baseando-se numa dualidade em relação a outro grupo, situado numa posição de desvantagem nesse discurso (daí a noção de "pares assimétricos").

De posse dessa ferramenta metodológica, Maria Tereza de Mello pretende avaliar a penetração social do conceito de República e como ele ajudou a derrubar a rede simbólica da Monarquia, pressupondo que o ambiente histórico do Brasil estava preparado para legitimar essa disputa desigual, na qual a Monarquia representaria tão somente a negação dos valores cada vez mais presentes no horizonte de expectativa do

---

[81] HOFFNAGEL, Marc. Op. Cit., p.213. Digo "quase" porque também havia alusões negativas a uma liderança dos Leões, Ulisses Costa: *Dai chumbinho e Ulysses*. Diário de Pernambuco, 29/03/1890, p.5.

[82] MELLO, Maria Tereza Chaves de. República *versus* Monarquia: a consciência histórica da década de 1880, *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 14 Nº 1 - janeiro/abril de 2010, p.17-22. Da mesma autora, A modernidade republicana. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol.26, 2009, p.15-17.

[83] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original em alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira, revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p.193: "do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale linguisticamente a uma privação".

povo[84]. Da forma como essa propaganda foi apropriada e, sobretudo, da concepção de povo que parece guiar o trabalho da autora tratarei no próximo tópico.

Por ora, convém levar em conta a análise, indispensável em sua obra, do esforço dos propagandistas em atrelar as ideias de democracia, progresso e cientificidade ao conceito de República, enquanto que à Monarquia ficariam reservadas marcas negativas como a incapacidade de promover reformas e uma espécie de criminalidade institucional centrada na polícia e nos capoeiras. Os símbolos empregados nesses discursos estarão bastante presentes nas publicações dos republicanos do Recife no final dos anos 1880. Embora isso fosse feito de diferentes maneiras, predominava a tríade José Mariano, Guarda Negra e restauração[85].

Contida ou explícita, a ironia vazava a reprodução dos boatos de que o líder do Poço da Panela ao invés de esquecer sua amizade com o conde d'Eu e a princesa Isabel após o 15 de novembro, procurou impedir a difusão da notícia da queda do trono no Recife e manter o estado de coisas, como indicava a própria manutenção do nome "A Província" em seu jornal[86]. Assim, ele teria se lançado em uma tentativa desesperada de manter a Monarquia no Norte, dividindo o país, após o emprego do assassinato e da intimidação para conter o movimento republicano em Pernambuco durante o ano de 1889[87].

Para executar essas ações violentas, Mariano teria reunido seus brabos ou capoeiras em uma Guarda Negra. Subordinados a ele e no comando da sua malta de brabos estariam o comerciante e major da guarda nacional Francisco de Paula Mafra e o tenente-coronel Francisco Gonçalves Torres, a quem os adversários chamavam de

---

[84] MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. P. 13.

[85] Uma dessas diferentes maneiras era politizar até as pequenas ocorrências, designando com o antigo título de "Imperial Marinheiro" um embarcadiço "valentão" que promovia desordens: *Valentão*. Gazeta da Tarde, 14/01/1890.

[86] É com esse argumento que alguns antigos aliados, como Luiz de Andrade, justificaram seu afastamento de Mariano e aproximação do líder republicano Isidoro Martins Júnior. Jornal do Recife, 26/07/1890. É importante destacar que quando digo "republicano", refiro-me às pessoas de alguma maneira ligadas ao Partido Republicano de Pernambuco ou, antes de 1888, ao movimento que lhe deu origem. Eles eram designados como "republicanos históricos" não só por si próprios, mas também por adversários, como se pode perceber em: *O desempenho dos compromissos*. A Província, 12/04/1890. Para Mariano apresentado como amigo do Conde D'Eu, ver: Jornal do Recife, 03/09/1890. O jornal *A Província* era, conforme seus adversários, uma espécie de símbolo da violência marianista. Ver: *A Província é Fina*! Diário de Pernambuco, 29/12/1889, p.3. Até o fim da sua existência, em 1933, o jornal nunca mudou o nome para, por exemplo, O Estado. Cf. NASCIMENTO, Luiz do. Op. Cit. p.235-236.

[87] *Cidadãos*! Diário de Pernambuco, 11/04/1890.

Chico Torres ou Chico Torrão[88]. Embora dentre os guardas negras fossem sempre destacados Manoel de Abel, Paula Neri, Rosendo e o já conhecido cocheiro Nicolau, além de Pedro Valente, Bico Doce e aparentemente João Duelo, os relatos quase sempre fazem questão de ressaltar a presença de muito mais pessoas, por vezes centenas, como na data em que seria realizado um comício do célebre propagandista republicano Silva Jardim[89].

As referências àqueles homens muitas vezes surgiam de forma irônica, em meio à "hipótese de que volte a restaurar o regime do descalabro do Sr. Conde d'Eu", no qual eles teriam funções de destaque em cargos públicos, especialmente na polícia[90]. Com o título "Se a monarquia voltasse", um artigo do início de 1890 retoma os elementos mais evocados na crítica ao grupo de José Mariano no início da República. Nele, se a monarquia voltasse:

> Paula Neri, Nicolau e Manoel de Abel ficariam encarregados da polícia. Renasceria o regime da capoeiragem e da faca de ponta. (...) A imprensa negreira tiraria duas edições por dia. (...) O preto Macário seria chefe de polícia; as casas de jogo e os prados prosperariam (...) E a pátria entregue à sanha dos abutres ficaria mesmo na espinha, coitada! O Dr. Carneiro Vilela escreveria outra Bertoleza; muito foguete, muita facada, muito pouca vergonha e muitos fósforos (...) mas descanse a *guarda negra*, porque isso é só no *faz de conta.*[91]

Como indica o cruzamento nominativo a partir de publicações como essa, os homens acusados de capoeiragem nos debates políticos desse período eram geralmente chamados de brabos. Outro artigo, que descreve Mariano fantasiado de Beduíno liderando os homens da bravura arregimentados por Francisco Torres, tem como

---

[88] *O Célebre Chico Torrão*. Diário de Pernambuco, 05/02/1890; *Cidadãos*! Diário de Pernambuco, 12/04/1890 (repete-se o título da notícia acima, do dia anterior); *O major Afonso Leal ao público*. Diário de Pernambuco, 17/12/1889.

[89] Houve um João Duelo muito conhecido na época e apontado por Oscar Mello como um dos principais valentões da cidade. Acredito que seja o mesmo mencionado na última notícia da nota acima e em: *Criados infiéis*. Diário de Pernambuco, 05/03/1890. Sobre a convocação de centenas de pessoas por Mariano para hostilizar Silva Jardim, ver: *A verdade (documentos para a história) IV*. Diário de Pernambuco, 06/12/1889.

[90] *Ao glorioso partido da Guarda Negra*. Diário de Pernambuco, 09/02/1890.

[91] *Se a monarquia voltasse...* Diário de Pernambuco, 11/02/1890. Grifos do original. "Fósforos" era uma alusão às fraudes eleitorais das quais Mariano era acusado, já "A Bertoleza" foi uma opereta que estreou em setembro de 1889 no Recife, conforme MENDONÇA, Helena. *O Don Juan da Rua Nova*: um estudo-itinerário sobre A Emparedada da Rua Nova, de Joaquim Maria Carneiro Vilela. 110f. Dissertação (mestrado em teoria literária) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p.67. Diante do que diziam os jornais, essa opereta, que foi escrita por Carneiro Vilela, homem das letras pertencente ao grupo de Mariano, parece ter tido uma temática abolicionista.

desfecho os nomes de alguns "moleques, capoeiras e canalhas"[92]. Embora cada vez menos, essa combinação entre as designações "brabo" e "capoeira", e também "capanga", permanecerá sendo estabelecida nos anos seguintes. A primeira inclusive tendeu a sobrepujar as outras duas quando se tratava de pessoas com passagem pela polícia e protegidas por autoridades[93].

No artigo cujo trecho foi acima transcrito, a racialização parece empregada para desautorizar as práticas políticas do grupo de José Maria e José Mariano, tendo em vista o intenso atrelamento tradicionalmente estabelecido por parte dos opositores republicanos (ou de quaisquer grupos contrários ao gabinete do momento) entre a Monarquia e as ações violentas praticadas por pessoas negras, principalmente após a abolição[94]. Esse recurso era utilizado também nas invectivas contra as estratégias do grupo marianista após a proclamação da República, especialmente aquelas nas quais se recorria à lembrança da atuação abolicionista de José Maria, José Mariano e seus correligionários.

No início de 1890, quando o líder conservador pernambucano João Alfredo de Oliveira voltou ao Recife, Mariano quis dedicar-lhe uma recepção abolicionista – já que aquele político tinha sido o chefe do gabinete do Império quando da lei da abolição – na tentativa de construir novas alianças e escapar ao isolamento político. Na ocasião, os adversários associaram a iniciativa à restauração e à Guarda Negra e se chegou a afirmar que os presentes cantariam o hino: "Está feita a abolição/pelo partido liberal/Viva, viva o Conde d'Eu/E a princesa imperial/No dia 1º de dezembro/como dizem certo é.../foram matar Zé Mariano/quem morreu foi seu Bodé" [95]. Naquele início de República, porém, diz o autor do artigo, não haveria facadas, pois "os brabos estão na embira. Que pena!".

---

[92] *Carnaval – a guarda negra mascarada*. Diário de Pernambuco, 16/02/1890 (republicado em 18/02). Aqui aparece uma alusão a "Agostinho", possivelmente o mesmo que mais de uma década depois estará envolvido também com o grupo de José Mariano.

[93] Ver, por exemplo: *Tiro de Pistola na Encruzilhada. Impunidade dos Criminosos. Os Brabos da Capunga.* Jornal Pequeno, 13/04/1903; *Conflito. Facadas. Em Santana de Dentro.* Jornal Pequeno, 16/08/1905.

[94] Ao analisar os confrontos na chegada de Silva Jardim a Salvador, Wlamyra Albuquerque afirma que também lá havia um empenho "dos republicanos em racializar as interpretações do conflito", o que "servia para desqualificar a monarquia e seus defensores. (...) A imagem depreciativa atribuída aos partidários da monarquia na Corte tornou-se voz corrente em todo o Império. A partir do modelo jornalístico carioca, depreciar os negros que defendessem o governo de Dom Pedro II era tarefa fácil". ALBUQUERQUE, Wlamyra de. *A exaltação das diferenças*: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900). 2004. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.138.

[95] *Convite Cousa Especialidade*. Diário de Pernambuco, 12/02/1890.

Nesse caso, a remissão ao assassinato de Bodé foi calculada. Para o *Diário de Pernambuco*, era útil mostrar que o líder liberal, restaurador e violento havia vitimado também membros do Partido Conservador, mesmo que num evento passado alguns anos antes. Desde 1884 havia sido difundida uma versão do caso segundo a qual naquela noite o próprio João Alfredo fora obrigado a refugiar-se disfarçado no Arsenal de Marinha e depois em um navio inglês ancorado no porto para fugir à ação dos capoeiras que tomaram as ruas à procura de conservadores, após participarem dos conflitos na matriz de São José[96]. Por isso, não surpreende que um pseudônimo muito utilizado nos artigos do Diário no início da República fosse "a alma do Bodé" [97].

Porém, no hino jocosamente atribuído aos liberais na chegada de João Alfredo em 1890, a ideia de que alguém tinha ido matar José Mariano se aproxima da informação segundo a qual só por isso os "amigos mais dedicados deste, inclusive Nicolau e Rosendo" partiram em defesa do seu chefe. Essa perspectiva foi obtida de um simpatizante dos liberais por Gilberto Freyre, que, sempre inquieto com apenas uma versão para os episódios, procurou um contraponto ao que escreveu Félix Cavalcanti, velho conservador, em seu diário[98].

Quando os críticos de José Mariano retomarem casos ainda mais antigos, como conflitos de maio de 1873, também o farão em função da situação política imediata, tendo em vista que naquela época Mariano teria encorajado a multidão a tentar derrubar o presidente da província, desembargador Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena, com quem ele lutaria para manter uma frágil aliança nos meses iniciais da República. Portanto, para os primeiros historiadores da República que publicavam na imprensa, o argumento da cientificidade não era incompatível com uma seletividade rigorosamente fundada em suas necessidades imediatas (e nesse aspecto talvez a escrita da história não tenha mudado muito).

Ao conectar vários episódios do passado liberal eles acabaram expondo uma trajetória de política nas ruas que viria desde os anos 1870, principalmente daquele maio de 1873 – quando sob o domínio conservador Mariano teria emergido como tribuno popular após ter apanhado da polícia junto com o povo nas ruas –, até a queda da Monarquia, passando pelo assassinato de Bodé e os conflitos com os republicanos no

[96] FREYRE, Gilberto. Op. Cit., p.74.
[97] Por exemplo: *O patriota manqué*. Diário de Pernambuco, 16/04/1890. E a alma diria: "Ei-lo a mover de novo a capangagem".
[98] FREYRE, Gilberto. Op. Cit., p.74-75 (nota 43).

final da década de 1880[99]. Diante da difícil tarefa de explicar a adesão de numerosas pessoas aos apelos de um inimigo da República, os principais recursos utilizados eram desqualifica-las ou dizer que durante anos Mariano as enganou, como enganou aos próprios republicanos ao defender o trono[100].

Em relação a isso, convém considerar a pertinência do tema da restauração naquele momento. Mesmo se seus opositores não acreditassem num empenho efetivo de Mariano em promovê-la e tendessem a considera-lo mais um mero oportunista, que a qualquer custo procurava aderir ao novo regime, não se pode subestimar o peso dessa acusação[101].

Embora sua pesquisa tenha se dedicado apenas ao movimento monarquista que nas duas primeiras décadas da República se articulou no Rio de Janeiro e em São Paulo, Maria de Lourdes Janotti afirma que havia restauradores em todas as antigas províncias[102]. Algumas das suas lideranças, dentre as quais o ex-ministro Ouro Preto, acreditavam que Pernambuco era um dos redutos fiéis ao trono e estaria pronto para levantar-se caso contasse com apoio[103].

Como não há pesquisas a respeito, é difícil saber em quem o último chefe do gabinete do Império pensava quando julgou bem-vinda a restauração em Pernambuco. Para as lideranças do movimento republicano no estado, entretanto, não havia dúvidas: em troca de favores do ministro, inclusive uma cadeira no senado, José Mariano abandonara em 1889 a ideia de aproximar-se dos republicanos, passando a combatê-los e, portanto, estaria disposto levar adiante essa luta se fosse acionado[104].

---

[99] *História Antiga - Ponto 2º - Meeting do Cabeleira e seu espancamento. Presente de coroa de pau.* Diário de Pernambuco, 08/12/1889 (ele teria apanhado na mesma ocasião do conflito com Dom Vital) e *O Sr. José Mariano e a sua conferência (viver às claras) III.* Diário de Pernambuco, 19/04/1890.

[100] *A verdade (documentos para a história) III*. Diário de Pernambuco, 05/12/1889: "professando teorias um pouco livres, não por que visse na democratização das classes uma tendência e uma necessidade do século atual, mas tão somente porque serviam de alicerce aos seus desígnios ambiciosos, o Sr. José Mariano conseguiu, por muito tempo, trazer o espírito dos habitantes da então província embalado na persuasão de que, à semelhança dos Gracos, *o seu tribuno* daria a vida na praça pública pela advocacia dos direitos do povo". Grifo do original. Como abordarei no próximo tópico, o argumento da desqualificação do "povo marianista", no entanto, tendia a ser mais empregado do que esse.

[101] Não me parece que após alguns meses de República ainda se acreditasse que Mariano conspirava contra ela, mas apenas que se declararia Monarquista caso esta voltasse, como indica o artigo: *O Cabeleira em Ação*. Diário de Pernambuco, 10/04/1890.

[102] As duas primeiras organizações formais dos restauradores no Brasil, que também tinham simpatizantes entre os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, foram o Partido Monarquista paulista, de 1895, e o Centro Monarquista do Rio de Janeiro, de 1896. JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. P.9.

[103] Cf. Idem, P.42-46. Sem entrar em detalhes, entre as páginas 54-55 ela menciona a existência de um núcleo monarquista em Pernambuco.

[104] O Norte, 22/06/1889. Citado por HOFFNAGEL, Marc. Op. Cit., p.187. Ver também: *O Dr. José Mariano pode ser republicano.* Diário de Pernambuco, 08/12/1889. Nesse artigo o autor ironicamente

Nesse sentido, atrelar a sua facção do Partido Liberal a pretos e capoeiras de uma Guarda Negra não poderia ser mais conveniente. Com efeito, "guarda negra" não foi um nome especificamente criado para um grupo de brabos reunidos por José Mariano, esse era o título de uma associação de libertos em defesa da monarquia organizada no Rio de Janeiro durante as comemorações do aniversário da Lei do Ventre Livre em setembro de 1888, num momento em que no sul do país os fazendeiros aderiam cada vez mais à propaganda republicana, muitos dos quais revoltados pela forma como tinha sido realizada a abolição da escravidão[105].

Com estatuto próprio e objetivos explícitos de lutar em favor do trono, a Guarda será apresentada pela imprensa republicana entre 1888 e 1889 como um bando de mercenários capoeiras, contratados pelo gabinete do Império. Por outro lado, José do Patrocínio a incentivará como um canal de defesa dos direitos políticos dos libertos[106].

No entanto, para Carlos Eugênio Soares, restringir a análise da Guarda Negra aos eventos ocorridos após a abolição é deixar de lado o fato de ela representar um capítulo da política de rua exercida pelos capoeiras no Rio de Janeiro desde pelo menos quinze anos antes. Para começar, as perspectivas divergentes sobre o seu significado refletiriam a existência de dois projetos de Guarda Negra. Enquanto um seria conduzido pelo grupo organizado que criou a associação e publicou o estatuto, o outro consistiria em um desdobramento da aliança entre os capoeiras e o Partido Conservador na Corte[107].

Associada à politização dos soldados egressos da guerra contra o Paraguai, quando as maltas de capoeira voltaram a ser um relevante problema na capital do país, essa aliança foi marcada pelo surgimento de uma das mais conhecidas entre elas, a Flor da Gente, nas eleições de 1872, cuja ação violenta teve um papel significativo na vitória dos conservadores[108]. Os liberais na época imprimiram um caráter racial ao conflito, o que para Carlos Eugênio Soares é um indicativo de que a ação dos negros ao lado dos

---

afirma que Mariano podia até ser republicano, só não assumir cargos públicos na República, pois seria temerário confiar-lhe os destinos dela. Num artigo já citado do Diário de Pernambuco (*A verdade histórica*, de 04/12/1889), se afirma que ele fora simpatizante dos republicanos nos tempos conservadores, mas apostou tanto na Monarquia quando Ouro Preto subiu, que ameaçou a vida dos republicanos em 22 de julho de 1889.

[105] Cf. GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889). *Revista Estudos Afro-asiáticos,* Rio de Janeiro, nº. 21, 1991.

[106] Cf. GOMES, Flávio dos Santos. Op. Cit.

[107] Cf. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição*: os capoeiras na Corte imperial 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1999. P.259-260.

[108] Idem, p.207-219; P.228.

conservadores na conjuntura de aprovação da Lei do Ventre Livre ia muito além de um capanguismo como troca de favores pessoais, expressando um interesse daquela população em ter uma participação direta no processo político mais amplo[109].

Se mais tarde os capoeiras foram acusados de atuarem tanto contra quanto a favor do movimento abolicionista, para o autor isso seria reflexo da própria divisão interna ao Partido Conservador e estaria relacionado também à existência de livres entre os praticantes da capoeira naquele momento. De qualquer forma, haveria uma ligação direta – inclusive envolvendo os mesmos atores – entre recrutamentos militares realizados por dois ministérios conservadores, o que deu origem à Flor da Gente em 1872 e o que resultou na Guarda Negra em 1888, cuja agressividade acabaria fugindo ao controle do governo[110].

Nos dois casos, o inimigo principal seria o movimento republicano. De acordo com Soares, a guerra entre ele e os capoeiras, da qual o primeiro embate teria ocorrido nas eleições de 1873, culminou nos ataques da Guarda Negra aos republicanos no último ano do Império, notavelmente a um comício em 30 de dezembro de 1888, e teve seu desfecho na repressão promovida por um dos participantes desses conflitos: Sampaio Ferraz, antigo republicano e primeiro chefe de polícia do Rio de Janeiro na República[111].

Conforme o autor, essa hostilidade mútua estaria relacionada à origem comum de republicanos e liberais no final dos anos 1860 e teria sido profundamente reforçada ao expressar uma reação contra o alinhamento entre políticos republicanos e fazendeiros contrários à abolição imediata da escravidão. Embora o nível de participação do ministério conservador naquelas ações sempre tenha sido alvo de controvérsias, o autor considera um indício da conexão ministerial o fato de no último gabinete do Império, comandando pelo liberal Visconde de Ouro Preto, não ter sido relatada a atuação da Guarda Negra[112].

No entanto, Carlos Eugênio Soares não se detém no fato de que esses dois projetos de Guarda Negra mencionados por ele se dividiam sobretudo entre a identidade reconhecida e a atribuída pelos adversários. Por um lado, havia uma Guarda Negra que se apresentava como tal e não parece ter se articulado politicamente, por outro havia aquela que era assim apresentada por quem tinha um interesse particular em associar a

[109] Cf. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Op. Cit., p.221.
[110] Idem, p.250-264.
[111] Idem, p.250-264.
[112] Idem, p.232-233; 257; 259-264.

violência da capoeiragem aos conservadores, ou seja, os republicanos e os liberais. Talvez esteja relacionada a isso a ausência de referências à Guarda Negra durante o gabinete liberal de 1889.

De uma forma ou de outra, em relação ao Recife é preciso levar em conta o alerta emitido pelo autor para as especificidades locais no jogo das disputas entre os partidos em torno do fim da escravidão e dos direitos dos libertos[113]. Isso porque nessa cidade, como já deve ter sido possível perceber, o estigma da Guarda Negra pareceu mais convincente na classificação das práticas de parte das lideranças liberais associadas a José Maria e José Mariano do que dos conservadores.

O fato de no Rio de Janeiro a Guarda ter sido vista como uma milícia contratada por João Alfredo, amigo pessoal do patrono da Flor da Gente Joaquim Duque-Estrada Teixeira, foi cuidadosamente esquecido pelos republicanos que publicavam no *Diário de Pernambuco*[114]. Mas isso não significa que não era na capoeira do Rio que eles se inspiravam ao produzir seus relatos sobre a Guarda Negra de Mariano, pelo contrário, essa ressonância pode ser confirmada de diversas maneiras.

Em primeiro lugar, as comunicações por meio de viagens ou correspondências punham políticos da província em constante ligação com a Corte, de maneira que tanto liberais quanto republicanos no Recife sabiam dos episódios que marcaram a história da Guarda Negra. Dois destes, Ribeiro de Brito Filho e Aníbal Falcão (uma das principais lideranças do Partido Republicano em Pernambuco e inicialmente aliado de Martins Júnior), estavam no Rio de Janeiro e participaram dos eventos em 30 de dezembro de 1888[115].

Em segundo lugar, para além do emprego recorrente da própria expressão Guarda Negra, os termos pelos quais a atuação dos "brabos" é descrita remetem diretamente à trajetória da capoeira no Rio. Isso é perceptível até em sutilezas presentes nas periodizações da vida pública de Mariano, frequentemente publicadas naqueles dias:

> Por sua iniciativa ou por simples assentimento, foi criada, na cidade do Recife, uma espécie de *guarda negra* que tinha, como fim, suplantar as

[113] SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Op. Cit., p.254.
[114] Alusões a João Alfredo em comentários sobre a Guarda Negra publicados no Diário de Pernambuco eram muito raras e no geral indiretas e questionáveis, como o título "Itamaracá", lugar de nascimento do líder conservador, em um artigo que trata da criação daquela guarda. Diário de Pernambuco, 12/02/1890. Sobre a amizade de João Alfredo e Duque-Estrada, ver SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.251.
[115] JARDIM, Antônio da Silva. *Memórias e viagens*: campanha de um propagandista (1887-1890). Lisboa: Tipografia da Cia. Nacional, 1891. p.369 e p.409. Ver também OLIVEIRA, Valdemar de. Op. Cit., p.80.

> tendências republicanas e obedecer instintivamente às ordens do seu chefe *supremo*, praticando tudo quanto fosse necessário fazer a bem de sua causa. Era a *flor* desse pessoal de ação que se mostrava mais intransigente em todos os cometimentos em que tomava parte[116].

Embora aí haja uma referência à Guarda Negra apenas por analogia ("uma espécie de guarda negra"), em outros casos era pronunciada a preocupação em garantir que ela realmente existiu como tal no Recife. Fundada como braço de um movimento monarquista chamado União Nacional, teria no correligionário de Mariano e redator da *Província* Pereira Júnior um dos seus maiores entusiastas[117]. A relação entre essas duas instituições era veiculada de diversas formas, como na modinha de carnaval jocosamente atribuída ao povo de Mariano: "a coragem decisiva/da princesa Imperiá,/fez criar-se a Guarda Negra/ e a União nacioná"[118].

Sempre recorrendo à descrição de eventos específicos como comprovação de suas afirmações, esses autores elegiam o dia programado para a já mencionada conferência de Silva Jardim no Recife, 22 de julho de 1889, como a data em que Mariano mais evidentemente tinha empregado a Guarda Negra na oposição aos republicanos:

> Tornou-se, pois, um fiel reprodutor das cenas características da oposição sistemática e virulenta que no dia 22 de julho entendeu desenvolver contra os republicanos, quando, no pátio da matriz de Santo Antônio, à *fina flor de sua gente* dirigiu a palavra, intimando-lhe que não permitisse a efetuação da conferência anunciada[119].

O autor, que assina como Licínio de Macedo, se apresenta como testemunha ocular do ocorrido. Segundo ele, Mariano teria dito que Silva Jardim "era um emissário e caixeiro itinerante dos fazendeiros do sul", acusação que "só o chefe da *guarda negra* do Estado de Pernambuco jamais trepidaria em invectivar" contra um cidadão de virtudes cívicas, morais e intelectuais como as de Silva Jardim. Sobre a célebre conferência e esse tal Licínio de Macedo tratarei adiante, pois antes é preciso chamar atenção para o fato de tanto naquele artigo de dezembro de 1889, quanto nesse de maio

---

[116] *A verdade (documentos para a história) V*. Diário de Pernambuco, 07/12/1889. Aqui e em todas as outras citações os grifos são do original.

[117] *História Antiga*. Diário de Pernambuco, 08/12/1889; *Notas contemporâneas*. Diário de Pernambuco, 18/12/1889; *O major A. Afonso Leal e a Guarda Negra*. Diário de Pernambuco, 20/12/1889. Pereira Júnior é apresentado como um guarda negra em: *Entradas de sentimento.* Diário de Pernambuco, 19/03/1890. Foi feita uma referência à União Nacional no jornal *A República Brasileira*, do Rio de Janeiro, ainda em meados de 1889, em artigo parcialmente transcrito por GOUVEA, Fernando da Cruz. Op. cit., p.265-266.

[118] *Club Carnavalesco da Lanceta*. Diário de Pernambuco, 20/02/1890. A simulação da oralidade na escrita de declarações atribuídas a pessoas pobres de cor foi empregada na imprensa em todo o período pesquisado, especialmente em charges.

[119] *O Sr. José Marianno e a sua conferência (viver às claras) XV*. Diário de Pernambuco, 11/05/1890.

do ano seguinte serem empregadas e grifadas as expressões "a flor desse pessoal" e "a fina flor de sua gente".

É difícil exagerar o impacto do imaginário da Flor da Gente nas duas primeiras décadas da República. Convertida em sinônimo de capoeiragem política[120], ainda em 1906 o folheto em resposta a Faelante chamará de "fina flor do bando da Província" os responsáveis pela agressão aos estudantes que certa vez tiveram a corajosa ideia de dar vivas a Martins Júnior, líder do Partido Republicano, em plena festa organizada para José Mariano[121]. Certamente o fato de em 1890 pessoas acusadas de capoeiragem no Rio de Janeiro estarem sendo deportadas para Pernambuco contribuiu para avivar esse assunto[122].

Em alusão a isso, foi publicado no *Diário de Pernambuco* um protesto em nome de Francisco Torres, Paula Neri e Manoel de Abel contra a ordem da polícia de lançar seiscentas e cinquenta e quatro facas que haveriam sido usadas para defender o Conde d'Eu e a *Província*. Embora para a *Gazeta da Tarde* "a *fina flor da gente* que vive lá por baixo d'água" devesse estar muito animada com a notícia[123], o *Diário* apresenta os brabos de terra firme argumentando que as armas deveriam ter sido depositadas no Instituto Histórico, tanto como relíquias quanto para alguma necessidade eventual. Em vista disso, sugere-se que Juca Reis, rico capoeira carioca cuja deportação para Fernando de Noronha provocou uma crise no ministério de Deodoro, mandaria buscar as armas no fundo do oceano[124].

Em meados de 1890, entretanto, o *Diário de Pernambuco* cessou bruscamente de publicar acusações desse tipo ao transformar-se em órgão oficial do governo do Barão de Lucena, que contava com José Mariano para compor uma ampla chapa de conciliação favorável a Deodoro na assembleia constituinte nacional[125]. Apesar disso,

---

[120] Cf. SOARES, Carlos Eugênio. Op. Cit. P.224-225 e P.218-219: "A tradição literária da 'Belle Époque' deixou para a história a 'Flor da Gente' como a expressão máxima da violência política dos últimos anos do Império, sempre a serviço da facção conservadora".

[121] *Resposta ao artigo do Dr. Faelante da Câmara*... op. cit., p.14-15. Convém salientar que nos anos 1870 e 1880 na Corte, a Flor da Gente também era designada por "flor do seu pessoal", "fina flor" etc. e não apenas estritamente pelo seu nome. Cf. SOARES, Carlos Eugênio. Op. Cit., p.205-274, especialmente a 222. Possivelmente contribuíram para ativar esses episódios na memória do crítico de Faelante as crônicas sobre o final do império publicadas no início do século XX em Recife (ver, por exemplo, as citadas na nota 718, página 198 desta dissertação).

[122] Sobre as deportações, ver SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.324-339. Voltarei a elas no capítulo 2.

[123] *Arsenal submarino*. Gazeta da Tarde, 25/02/1890.

[124] *Protesto*. Diário de Pernambuco, 01/03/1890. Sobre a prisão e deportação de Juca Reis em 1890, ver o tópico 2 do capítulo 2 desta dissertação e também SOARES, Carlos Eugênio. Op. Cit., p.243.

[125] Embora o *Diário* afirmasse defender Lucena apenas por admirá-lo e não por ser seu porta-voz (Diário de Pernambuco, 04/09/1890), os contratos firmados com ele em agosto de 1890 repuseram a folha em sua tradicional posição de órgão oficial do governo, Cf. NASCIMENTO, Luiz do. Op. Cit., p.79-95. Sobre a

uma parte dos republicanos, particularmente os que seguiram Martins Júnior na recusa em aliar-se a Mariano, persistiram através de outras folhas, incorporando entre os acusados seus antigos companheiros. Estes, homens como Aníbal Falcão, meses antes publicavam no *Diário* muitos dos artigos citados até aqui e agora se encontrariam "aos beijos e aos abraços com a célebre Guarda Negra"[126].

Entre os articuladores dessas críticas se destacou Felício Buarque, o principal defensor da ideia de que no Recife houve mesmo uma Guarda Negra marianista. Ele vinha afirmando isso desde meados 1889 como correspondente de um jornal do Rio de Janeiro intitulado *A República Brasileira*, em artigos por vezes transcritos no *Diário de Pernambuco*[127]. Oculto nessas publicações sob o já mencionado pseudônimo Licínio de Macedo, ele revelará sua identidade em maio de 1890 ao concluir uma série de dezesseis artigos em refutação à conferência realizada por José Mariano no teatro Santa Isabel em 14 de abril de 1890[128].

Isolado naqueles momentos iniciais do novo regime, o líder do Poço convocou a conferência a fim de consolidar um esforço que já vinha desempenhando para provar-se republicano e devolver às lideranças do movimento em Pernambuco a acusação de traição dos seus princípios[129]. Para isso Mariano se aproveitou das bandeiras que no passado os republicanos levantaram pensando justamente diferenciar-se dos liberais marianistas, como a adesão ao comtismo e à ditadura centralizadora proposta pela

---

aliança entre Mariano e Lucena, da qual Martins Júnior se recusou a participar, ver HOFFNAGEL, Marc. Op. Cit., p.220 e PORTO, Costa. Op. Cit., p.16-26.

[126] Jornal do Recife, 23/09/1890. Ao se declarar em aberta oposição ao governo após a queda do Partido Republicano e a ascensão do Barão de Lucena "e seu preposto, Correia da Silva", a *Gazeta da Tarde* se ressentirá pelo fato de *A Província* afirmar que o *Jornal do Recife* estaria sozinho na oposição – ignorando a *Era Nova*, o *Pequeno Jornal* e a própria *Gazeta da Tarde*. Sobre o *Diário de Pernambuco*, se diz que era favorável a Lucena como fora ao Partido Republicano e aos governos anteriores. *Também nós*. Gazeta da Tarde, 23/07/1891.

[127] Diário de Pernambuco, 13/08/1889. Para a consulta de outros artigos da *República Brasileira*, fui beneficiado pelo fato de Fernando da Cruz Gouvêa geralmente publicar quase na íntegra vários documentos em seus livros. O mesmo vale para edições de dois dos mais importantes jornais desses debates entre 1889 e 1890: *O Norte* e *A Província*, aos quais tive acesso também por meio do trabalho de Marc Hoffnagel. Quando há trinta ou quarenta anos atrás esses autores desenvolveram suas pesquisas, as edições de 1889 e 1890 desses dois jornais ainda estavam acessíveis. Ao menos em Recife, infelizmente esse não é mais o caso, o que não surpreende se forem levadas em conta as condições de alguns dos arquivos da cidade. Outros jornais da década de 1890 (*Diário de Pernambuco*, *Gazeta da Tarde*, *A Época*, *Jornal do Recife* e ainda algumas edições da *Província*) foram consultados diretamente por mim. Só quando este capítulo já havia sido redigido, fiquei sabendo que a Biblioteca Nacional digitalizou e disponibilizou a sua coleção da *Província* em http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx.

[128] *O Sr. José Mariano e a sua conferência (viver às claras) XVI*. Diário de Pernambuco, 14/05/1890. Após aparecer como Licínio de Macedo nos quinze artigos da série, assina o décimo sexto e último acrescentando "Felício Buarque". Em: *A verdade (documentos para a história) I*. Diário de Pernambuco, 03/12/1889 afirma-se que a imprensa não se voltara contra Mariano só após o 15 de novembro como este dizia, mas sim desde muito antes através dos jornais *Diário de Pernambuco* e *O Norte* no Recife e *Correio do Povo* e a *República Brasileira* (com os textos de Felício Buarque) no Rio de Janeiro.

[129] HOFFNAGEL, Marc. Op. Cit, p.214-215.

facção de Silva Jardim, em contraposição aos princípios definidos no manifesto republicano de 1870 e ao federalismo adotado por Deodoro em 1889-1890[130].

Essas diretrizes haviam sido escritas por Aníbal Falcão em 1888. Embora Felício Buarque tenha afirmado que a conferência só tinha servido para deixar Mariano "consciente do juízo desfavorável que a opinião pública tripula à 'louca abnegação' de seus brabos admiradores"[131], em pouco tempo seria ele, Buarque, quem se veria obrigado a amargar em uma posição de desvantagem, como redator de um jornal de curta duração, a aproximação entre Falcão e Mariano[132].

Em relação a essa nova conjuntura, um dos maiores esforços da *Época* será denunciar a tentativa do grupo de Aníbal Falcão em modificar o passado da Guarda Negra construído pela propaganda republicana quando estava unida[133]. Este teria chegado ao ponto de afirmar que o Clube 22 de julho, antes tratado como uma "verdadeira espinha de garganta d'*A Província*" por lembrar os episódios da Guarda Negra no dia da conferência de Silva Jardim, não fora criado para atingir a figura de José Mariano especificamente, mas sim do extinto Partido Liberal em geral[134].

Sempre cobrando fidelidade ao distanciamento da gente de Mariano mantido pelos republicanos até pouco antes, *A Época* lamentava que "ontem se pregava, mesmo depois da República, a guerra contra a chamada Guarda-Negra; hoje se anda par e passo com esta mesma Guarda-Negra"[135]. A obstinada posição de Felício Buarque em relação

---

[130] HOFFNAGEL, Marc. Op. Cit, p.168-172. Costa Porto põe Aníbal Falcão e Martins Júnior como representantes do Manifesto de 1870, sem levar em conta aquela mudança de orientação cujo marco foi a publicação das Normas Republicanas em 1888. Op. Cit., p.10-15. Aníbal Falcão já não era mais aliado de Martins Júnior quando na imprensa é acusado de aproximar-se de Mariano, como apontam Costa Porto nessa passagem e Marc Hoffnagel em sua tese, já citada, página 218.

[131] No já mencionado: *O Sr. José Mariano e a sua conferência XVI (viver às claras)*. Diário de Pernambuco, 14/05/1890.

[132] Fundado em 1889, *A Época* pertencia a uma facção conservadora contrária a João Alfredo e, por conseguinte, ao *Diário de Pernambuco*, como se percebe no *Diário* de 03/05/1890. O fato de só ter durado entre agosto de 1889 a setembro de 1890 não se deveu à República, abraçada pela folha sem maiores traumas além de uma mudança no cabeçalho de "Órgão do Partido Conservador" para "Órgão Conservador" em novembro de 1889 e "Órgão Republicano Conservador" em março de 1890. A essas alturas o jornal era abertamente ligado a Martins Júnior. Sobre *A Época*, ver NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit. p.307-310.

[133] *Batendo em retirada.* A Época, 29/07/1890. Nessa edição são rebatidas as afirmações do grupo de Aníbal Falcão de que Mariano seria mais confiável do que Martins Júnior. Em resposta a seus ataques, Alfredo Falcão, irmão de Aníbal, afirmou no *Estado de Pernambuco*, jornal que dirigia, sentir "'bastante repugnância' em entreter polemica com Felício Buarque, redator d'A Época". Cf. NASCIMENTO, Luiz, op. cit., p.319.

[134] *Moscas por cordas*. A Época, 31/07/1890. A folha ainda afirma que esses republicanos agora aliados de Mariano foram os mesmos que pelo *Diário de Pernambuco* haviam escrito em verso e prosa espirituosos pontos de história e "quem apelidou do José Mariano de Cabeleira". O clube é considerado uma "espinha de garganta d'A Província" em: *A "Província" e o Clube Republicano 22 de Julho*. Diário de Pernambuco, 03/05/1890.

[135] *Curvas e Zig-zags*. A Época, 20/08/1890.

às práticas dos liberais marianistas e de seus aliados me parece jamais ter sido abordada pela historiografia. Contudo, indiretamente o resultado desse esforço acabou posteriormente conferindo a ele uma posição de destaque entre os primeiros historiógrafos da República[136].

Isso se deve certamente a um livro publicado em 1894, o qual permitiu a esta dissertação escapar do desconforto de atribuir aos republicanos martinistas do Recife de então uma interpretação dos episódios da Guarda Negra no Rio de Janeiro fornecida unicamente pela historiografia produzida quando eles já estavam todos mortos. Com efeito, o simples fato de, como mencionei acima, os políticos transitarem entre o Recife e a Corte e trocarem correspondências sobre os acontecimentos não garante que sua compreensão sobre o percurso da capoeira no Rio coincidia com as de Carlos Eugênio Soares, Flávio Gomes ou Michael Trochim[137].

Embora os indícios nesse sentido sejam por demais abundantes quando se observa as expressões empregadas nas narrativas sobre a Guarda Negra do Recife[138], é por meio do livro *Origens Republicanas* que se adquire uma noção de como pode ter sido pensado na cidade o enredo que atrelava a capoeiragem política dos negros contra os republicanos, a decadência e queda da Monarquia e o movimento monarquista no Rio de Janeiro.

Publicado no calor das insinuações sobre o caráter restaurador da Revolta da Armada e da publicação do manifesto dos republicanos paraenses, parte do livro é dedicado a refutar *O Imperador no Exílio*, de Afonso Celso[139]. Com base em relatos do último ano da Monarquia, como uma longa descrição da Guarda Negra publicada por

---

[136] JANOTTI, Maria de Lourdes. Op. cit., p.8.

[137] Trochim em cujo artigo vi pela primeira vez uma referência ao livro de Felício Buarque: TROCHIM, Michael R. The Brazilian Black Guard: Racial Conflict in Post-Abolition Brazil. *The Americas*, Vol. 44, No. 3 (Jan., 1988), pp. 285-300.

[138] Inclusive quando as guardas negras do Rio e do Recife eram tratadas como uma só, "cujas armas banharam-se de sangue em S. João d'El Rei, na capital do ex-imperio aos 30 de dezembro do ano passado e quase aqui aos 22 de julho próximo". *A guarda negra pelo avesso*. Diário de Pernambuco, 14/12/1889.

[139] BUARQUE, Felício. *Origens republicanas*: estudo de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Afonso Celso 'O Imperador no Exílio'. Recife: s/e, 1894. P.1-14. Embora o livro tenha sido originalmente publicado em Recife, só pude encontra-lo na Biblioteca Central Cesar Lattes da UNICAMP. O exemplar da primeira edição disponível pertenceu a Hélio Viana, que o leu na década de 1920, quando ainda era um jovem estudante, e deixou suas impressões furiosamente registradas a lápis nas margens das páginas. Para ele, todas aquelas histórias de Guarda Negra eram infundadas, pois "os capoeiras estavam quase acabados" no final do Império (p.114). Ao concluir a leitura, Viana registrou suas conclusões bem ao tom dos comentários ao longo da obra: "Livro asqueroso: asneiras e calúnias. Pouco aprendi com ele, muito me enojei". Portanto, se levados em conta os apontamentos de juventude do grande historiador mineiro, pode ser que nada do que aqui escrevo baseado em Felício Buarque e em outros republicanos tenha acontecido.

Rui Barbosa no Diário de Notícias[140], ele descreve os principais episódios que marcaram a história dela no Rio e sua ressonância em outras províncias, especialmente na Bahia e em Pernambuco[141].

Porém, neste caso ele é bastante sucinto e não reproduz suas minuciosas acusações a José Mariano. Àquelas alturas, em 1894, já não era tão fácil distinguir quem eram os inimigos do Partido Republicano – que inclusive já incluía "homens de antigas agremiações" – quanto nos tempos das passeatas "em cuja frente muitos 'brabos da Guarda Negra', armados de grossos cacetes, erguiam vivas descompassados à monarquia, ao Conde d'Eu e ao Sr. José Mariano, à proporção que hostilizavam a República"[142].

De qualquer forma, tanto ao tratar do Rio de Janeiro em seu livro, quanto do Recife em artigos de jornais, a forma como é descrita a relação entre os "indivíduos de mau aspecto"[143] que compunham a Guarda Negra e os homens públicos a quem ela protegia reflete uma espécie de consenso entre os adversários de Mariano e que, com outro significado, não se distanciará totalmente da visão dele próprio e de seus aliados a esse respeito. Em sua conferência no teatro Santa Isabel, por exemplo, ele afirmou que durante a famosa eleição de 1884, o guarda-costas de um dos seus inimigos, ao ouvir os rumores de que Mariano havia sido assassinado "desembainhou uma formidável faca e

---

[140] BUARQUE, Felício. Op. cit., p.81-84. Aspectos do percurso da capoeira na Corte hoje bastante destacados pela historiografia, como a ligação entre a Flor da Gente e a Guarda Negra, já estavam presentes em textos produzidos no Rio de Janeiro àquela época. Cf. SILVA, Ana Carolina. *De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição*: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. P.145-168.

[141] BUARQUE, Felício. Op. cit., p.37-91. Mesmo não mencionando o livro, que em todo caso se encontra em suas referências bibliográficas, Maria de Lourdes Janotti afirma que o manifesto dos monarquistas do Pará após a queda do trono provocou uma reação que inspirou "uma corrente historiográfica republicana, e da qual um dos seus lídimos representantes foi Felício Buarque". Op. cit., p.58-59. Janotti não se detém nesse autor provavelmente porque o objetivo dela era estudar o movimento monarquista e não a historiografia republicana.

[142] *O Sr. José Mariano e a sua conferência (viver às claras) XIV*. Diário de Pernambuco, 07/05/1890. No período de publicação de *Origens Republicanas*, o Partido Republicano de Pernambuco foi combatido pelo governo de Barbosa Lima, que ironicamente era um fervoroso republicano no Rio de Janeiro desde os tempos do Império. Cf. HOFFNAGEL. op. cit., p.227-229. Sobre a reestruturação do Partido Republicano em 1891, ver o Jornal do Recife de 19 de maio de 1891, citado por ZACARIAS, Audenice. *Legalidade e autoridade*: a implantação da República no Estado de Pernambuco (1889-1893). 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Pernambuco, Recife. P.67.

[143] BUARQUE, Felício. Op. cit., p.81.

correu gritando: vou vingar o homem! (*aplausos*) Quanto isto é belo, edificante e invejável; quanto a dedicação eleva e nobilita as próprias almas contaminadas!"[144]

Reconhecendo abertamente o apoio recebido de homens como aquele guarda-costas e declarando que por eles havia sido salvo em muitas ocasiões, Mariano apenas nega o fizessem em troca de dinheiro: "asseguro-vos, meus senhores, que nunca tive capangas a meu serviço, nunca precisei de assalariados para defenderem comigo as santas causas a que me tenho consagrado". Os seus adversários, prossegue, eram incapazes de entender que a atitude daquelas pessoas era fruto da abnegação em favor de alguém em quem elas acreditavam que podiam confiar[145]. De certa forma, porém, eles também explorarão esse aspecto, tratando-o não apenas como íntimo da sua gente, mas como parte dela.

Um conto publicado em alusão ao principal apelido de José Mariano é útil à compreensão desse aspecto. Muitos anos antes do início da República, Antônio Pinheiro de Castro, que pretendia escrever uma "biografia dos pernambucanos ilustres, pelas letras, pelas armas e pelos seus serviços prestados à igreja", teria ido ao lugar de nascimento do célebre Cabeleira e lá conhecido Antônia Grande, que se dizia bisneta do famoso valente[146]. Trata-se de uma referência não declarada ao romance de Franklin Távora, cujo título o autor do conto aproveita para perguntar se o atual Cabeleira, ou seja, José Mariano, "protetor e protegido dos célebres Nicoláus, Paula Neri, et reliquia, o comandante da extinta Guarda Negra, é descendente do afamado José Gomes Cabeleira que afinal foi enforcado e de cujo nome ainda se fala com certo pavor" nos lugares de suas maiores façanhas[147].

Essa índole é insistentemente atribuída ao líder liberal em artigos joco-sérios como esse e outros, nos quais "Mariano Cabeleira e seu rancho" são apresentados como um grupo que inclui escritores, políticos e acadêmicos como Carneiro Vilela, Faelante da Câmara, Pereira Júnior e José Maria no mesmo nível de integridade que José da Benta, Raimundo Mouco, Pé de Serra, Nicolau, Bico Doce etc., nenhum dos quais moralmente dignos de discutir política republicana[148]. Da mesma forma, quando se

---

[144] *O discurso.* A Província, 20/04/1890. Mantive a nota dos aplausos porque se trata de uma transcrição da conferência, ou de trecho dela, realizada por Pereira Júnior e publicada na *Província* entre 17 e 23 de abril de 1890. Ele também registrou e publicou reações contra Mariano vindas de alguns presentes.
[145] *O discurso.* A Província, 20/04/1890.
[146] *Atendite*! Diário de Pernambuco, 23/03/1890.
[147] E complementa: "no caso afirmativo, em que grau se acha de parentesco, isto com certeza, por que quero dar luz a um trabalho completo".
[148] *A Guarda Negra ilude-se (22 de julho)*. Diário de Pernambuco, 19/03/1890; *O major Afonso Leal ao público*. Diário de Pernambuco, 17.12.1889.

elencavam os membros da Guarda Negra, eram postos lado a lado Chico Torres, "comandante dos brabos", Ulisses Costa (político de destaque no Partido Liberal), Alferes Agostinho de tal "afinador-mor de violão", Dr. Hygiene de Holanda (chamava-se José Higino, político e catedrático da Faculdade de Direito do Recife, que pesquisava a história de Pernambuco no período holandês) e Chico Bigode, "compadre do Dr. Mariano, guarda municipal"[149].

Porém, em muitos casos era em tom bastante sério que se denunciava essa fusão entre homens que deveriam manter um padrão de moralidade condizente com as funções públicas, principalmente José Mariano, e "essa claque baixa, analfabeta, de que S. S. se cerca, [e que] só serve para desprestigiá-lo no conceito dos homens de bem"[150]. Sério ou não, em qualquer gênero de publicação que pretendia enfatizar essa peculiaridade dos correligionários de Mariano, nada parecia mais adequado do que retratá-los incorporando os divertimentos, os trabalhos e o vocabulário atribuídos à população negra da cidade, como um maracatu em dia de carnaval:

> A figura da *rainha* será confiada ao elegante Faelante, que de saiote curto (...) e empunhando um grande e bem enfeitado *maracá*, fará as delícias da festa, mostrando-se insigne sambeira. (...) Tocarão os pandeiros as distintas baianas: Chico Torrão, Pedro Valente, Rames, Nunes, Agostinho (...) A santa preta, padroeira do maracatu, será conduzida cuidadosamente em uma salva, pelo artista Anselmo *Befa*, que prestar-lhe-á toda a reverência[151].

Embora tal prática não tenha se restringido a essa época e a esse grupo, aí ela tinha uma motivação específica na composição social heterogênea da agremiação abolicionista da qual a Guarda Negra era vista como uma sucessora direta: o Club

---

[149] *O major A. Affonso Leal descobrindo o plano do Cabeleira (vulgo Dr. Mariano)*. Diário de Pernambuco, 22/12/1889; *O Major A. Affonso Leal, o cadete Costa e Sá e o partido do Dr. Marianno*. Diário de Pernambuco, 29/12/1889. "Afinador de violão" é uma referência às agressões aos martinistas – que eram apelidados de violões – atribuídas também a outros homens, como a Praxedes do Gaz. No mesmo sentido, é mencionado "A. G. de G. L., morador à Rua do Cabugá, de onde deviam ser atiradas garrafas no Dr. Silva Jardim". Esses são apenas alguns exemplos de pessoas entre muitas outras de origens sociais as mais variadas possíveis. Sobre José Higino, ver: BLAKE, Augusto Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Volume 4, p.452-455.

[150] *Ontem e Hoje*. Diário de Pernambuco, 09/08/1889.

[151] *O maracatu do Major Affonso Leal*. Diário de Pernambuco, 16/02/1890. Não consegui identificar o "artista Anselmo *Befa*". Quanto ao Major Afonso Leal, trata-se de um pseudônimo muito utilizado naquele período e cuja história infelizmente não há espaço aqui para explorar. Outra publicação semelhante a essa do maracatu é *Date lucem barraquinha*. Diário de Pernambuco, 02/04/1890: "Hoje, porém, que os ingleses Palú, Faelante, Gambá, Bico Doce, Aleixo e seu quilombo deram para iluminar a cidade, já ninguém se enxerga (...) [eles] podem ser ingleses de Cuba ou do Congo. Acú ô! Acú babá Palú Lerê, nibá! Guimbê Lareiqua".

Cupim[152]. Criado em 1884 com a intenção de promover a libertação dos escravos por todos os meios, o Cupim teve como membros iniciais João Ramos, Numa Pompílio, Fernando de Castro e os irmãos Guilherme e Alfredo Pinto.

Por isso, eram frequentemente ironizados naqueles artigos sobre a Guarda Negra, embora geralmente em tom mais leve[153] e salientando o argumento de que Mariano se aproveitava deles para promover-se como abolicionista retrospectivamente. Logo, apesar de ele ter participado ativamente do Cupim e até refugiado escravos em sua casa no Poço da Panela, Mariano não compôs o seu núcleo fundador[154].

De acordo com Celso Castilho, o clube era integrado por pessoas de várias origens e status, incluindo comerciantes, ex-escravos, médicos e trabalhadores do porto, algo incomum a sociedades abolicionistas em 1884[155]. O autor destaca, no entanto, que essa composição não se devia a nenhum ideal de inclusão dos menos favorecidos elaborado pelas lideranças do Cupim e sim à necessidade de compor uma complexa rede que fizesse funcionar a logística necessária para manter uma organização que roubou, escondeu e enviou ao Ceará, onde já tinha havido a abolição, um número próximo a dois mil escravos do Recife e arrabaldes em menos de quatro anos[156].

Narrativas posteriores, por vezes bastante pitorescas, tenderam a destacar a abnegação das lideranças do clube, deixando de lado o fato, mencionado por Celso Castilho, de que os escravos ajudavam a pagar uma parte dos custos das viagens e havia regras para o uso do dinheiro que os impediam de ser reembolsados caso a fuga fracassasse[157]. De qualquer forma, sempre parece ter sido reconhecida a atuação destacada de homens de origem pobre como Sebastião Grande de Arruda, cuja foto foi incluída no catálogo da exposição em comemoração aos cinquenta anos da abolição, em 1938[158].

---

[152] Essa associação era frequente. Ver, por exemplo: *O major A. A. Leal, A Guarda Negra, o cabelleira e o club do cupim*. Diário de Pernambuco, 19/12/1889; *O major A. Afonso Leal e a Guarda Negra*. Diário de Pernambuco, 20/12/1889; *Sonetos Líticos*. Diário de Pernambuco, 14/02/1890.

[153] Como num anúncio de um produto no qual se diz indiretamente que João Ramos, ao contrário do fluminense Juca Reis, não praticava capoeira. *Mais uma do João Ramos.* Gazeta da Tarde, 08/05/1890.

[154] Cf. CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters*: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888, Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008. p.175.

[155] Idem, p.172-176.

[156] Ibidem.

[157] CASTILHO, Celso. Op. cit., p.199-200. Um exemplo dessas narrativas pitorescas foi publicado originalmente no *Jornal Pequeno* em maio de 1905 por Carneiro Vilela. Ver: VILELA, Carneiro. O Club do Cupim. In: SILVA, Leonardo Dantas. *A Abolição em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

[158] *Cinquentenário da abolição em Pernambuco. Catálogo da exposição realizada no Teatro de Santa Isabel de 13 a 31 de maio de 1938.* A descendência de Sebastião Grande parece ter vivido em melhores condições, ou pelo menos esse deve ter sido o caso do seu filho dentista, o Dr. Bertoldo de Arruda, que

Diante das operações do Club Cupim, a polícia entre 1886 e 1888 teria sido concentrada na recaptura de escravos pela administração provincial, produzindo uma obstinada reação liderada por José Maria na Assembleia contra o empenho anti-abolicionista dos conservadores, sobretudo quando a 3 de maio de 1887, a polícia invadiu o prédio de uma empresa na Rua do Imperador e prendeu homens, mulheres e crianças que se acreditava serem escravos escondidos[159].

No entanto, no início da República qualquer proeminência no movimento abolicionista reivindicada pelo grupo de José Mariano seria muito questionada, já que nele e no próprio Club Cupim houvera republicanos[160]. De qualquer forma, Mariano parece ter preferido enfatizar a traição dos princípios abolicionistas por parte dos republicanos ao tentarem cooptar antigos proprietários de escravos após o 13 de maio, ao invés de negar o seu abolicionismo pregresso[161].

Os "republicanos históricos", por sua vez, inicialmente insistiram em sua participação, destacando a figura de Maciel Pinheiro como abolicionista antes mesmo de Nabuco ou Mariano e mais tarde promovendo festividades[162]. Ao mesmo tempo, nos seus artigos, o fato de Chico Torres constar comandando os brabos não o tornava nem minimamente favorável aos escravos: "como abolicionista foi um algoz, e a prova está em ter ele uma mão defeituosa por uma escrava que se defendeu, dando-lhe uma punhalada na mão. O público poderá verificar"[163]. Outra iniciativa comum nesse sentido era apresentar a República como corolário da abolição, com formulações do tipo: "se tendo libertado o negro não se podia deixar de libertar o branco"[164].

---

nos primeiros anos do século XX possuía um consultório na Rua Nova, tida como uma das mais elegantes da cidade. Cf. WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife antigo*. 1ª série. Recife: Colégio Moderno, 1953. P.31. Para a origem social de Sebastião Grande, ver: CASTILHO, Celso. Op. cit., p.174.

[159] CASTILHO, Celso. Op. cit., p.193-195. Enquanto para o *Diário de Pernambuco* após a abolição o partido conservador a nível nacional significava João Alfredo, para *A Província* significava Cotegipe.

[160] Idem, p.174; HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.172-173.

[161] *Comemoração Abolicionista*. Diário de Pernambuco, 13/05/1890. Nesse anúncio assinado por José Mariano, Numa Pompilio, Guilherme Pinto, João Ramos e Barros Sobrinho há um elogio a Maciel Pinheiro, liderança republicana abolicionista que morrera seis dias antes da proclamação da República. A acusação de traição será discutida no próximo tópico.

[162] *Dr. Maciel Pinheiro*. Jornal do Recife, 10/11/1889. Também se conferia esse mérito a Martins Jr.: *Martins Jr. e a "folha do Norte"*. Gazeta da Tarde, 13/05/1890. *Festival a 13 de maio*. Diário de Pernambuco, 06/05/1890. Em suas memórias, Silva Jardim aponta apenas João Ramos e Aníbal Falcão como propagandistas da abolição em Pernambuco. Op. cit., p.187-188. Embora possa parecer um tanto facciosa, utilizo a expressão "republicanos históricos" pelos motivos que mencionei na nota 86.

[163] *O célebre Chico Torrão.* Diário de Pernambuco, 05/02/1890.

[164] *Duas datas*. Diário de Pernambuco, 15/11/1890; *As duas liberdades.* Gazeta da Tarde, 13/05/1890. Sobre os libertados pela lei, Júlio Falcão diz: "os *moderados* abolicionistas temiam as consequências da grande lei, receavam os desatinos e desregramentos dos redimidos. Honra a eles que souberam ser *homens* diante da sociedade que abria as suas portas aos infelizes, que eram até então os párias que nos envergonhavam diante da civilização". Em: *A abolição e a república.* Gazeta da Tarde, 13/05/1890.

Geralmente, nesses casos a racialização da escravidão fazia com que o seu término fosse apresentado como uma libertação de toda a raça negra, embora um liberal como José Maria, talvez por conhecer de perto os principais interessados, enfatizasse mesmo antes da abolição a existência de negros que não eram escravos e viviam como quaisquer outros cidadãos[165]. Apesar daquelas iniciativas entre os republicanos, depois de decretada a abolição ela entraria mais em seus discursos como um tema superado, ao qual Mariano tentava apegar-se na esperança de ressuscitar a sua popularidade: "qual abolicionismo, meu Cabeleira; esta questão já está morta"[166].

Se for levado em conta o fato de que para algumas lideranças abolicionistas, o fim da escravidão deveria ser acompanhado de reformas sociais complementares, esse debate remete diretamente às expectativas em torno do lugar dos ex-escravos e, por extensão, da população pobre e de cor em geral no novo regime[167]. José Mariano, no entanto, se apropriou dessa associação entre a campanha abolicionista e a Guarda Negra, invertendo o seu significado:

> E o que é, senhores, essa outra instituição a que eles desdenhosamente apelidam de *guarda negra*? São todos os grandes batalhadores da santa cruzada da abolição e as vítimas que foram libertadas do cativeiro, hoje agradecidos aos seus benfeitores; São os denodados cidadãos que concorreram para que se apagasse a mais negra mancha da fronte de nossa pátria, quando muitos dos que se diziam republicanos ou que se fizeram por amor da escravidão, queriam a sua conservação (*Aplausos frenéticos e prolongados que abafam a voz do orador. Ouvem-se apartes fazendo referências pessoais*)[168].

Infelizmente não me foi possível ter uma ideia do teor dos apartes pessoais que seus adversários teriam feito nesse momento, em meio aos aplausos. Mariano respondeu imediatamente: "Não precisamos personalizar, meus senhores; contento-me em dizer que essa guarda negra faz a pátria livre e há de continuar a defendê-la (*aplausos prolongados*)". Assim, nas palavras dele o abolicionismo não era esvaziado pela sua identificação com essa Guarda Negra, ao contrário, ela é que adquiria positividade e

---

[165] Referindo-se à prisão de quatro pessoas suspeitas de serem escravos, José Maria afirma: "A única razão para os policiais questionarem a condição legal dos quatro foi porque eram pessoas de cor, como se fosse um fato raro que entre nós a existência de homens de cor que não são escravos, como se não vivêssemos em um país de negros – de homens desta raça que também alcançaram os maiores sucessos que um cidadão deste país pode alcançar". Citado por CASTILHO, Celso. Op. cit., p.194. Sobre os esforços para desracializar a escravidão no século XIX, empreendido homens como Antônio Rebouças, ver MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Série Descobrindo o Brasil).

[166] *A guarda negra perdeu a cabeça.* Diário de Pernambuco, 17/12/1889.

[167] Cf. TROCHIM, Michael R. Op. cit., p.286. Eram justamente essas reformas que temiam antigos senhores de escravos republicanos como Ambrósio Machado, de acordo com ele mesmo em artigo no Jornal do Recife de 17/10/1889.

[168] *O discurso.* A Província, 20/04/1890.

perenidade em virtude do mister de levar adiante a causa dos ex-escravos. Nessas circunstâncias, se ampliam os significados daquela reação à recepção – citada no início do capítulo – em homenagem a João Alfredo.

Atentos ao cálculo político de Mariano, seus adversários afirmavam que se ele estava tão interessado em comemorar a abolição, por que, alegando motivos de saúde, se recusou a recepcionar Joaquim Nabuco no ano anterior, quando este voltou ao Recife? Pergunta retórica, que eles mesmos respondiam relembrando o fato de que naquela época ainda vigorava a Monarquia e o gabinete de Ouro Preto, que não gostava de Nabuco e a quem Mariano estava reverenciando ao ponto de mandar acabar "com o meeting de Jardim, Martins Junior, Veras e outros que seriam até assassinados pela Guarda Negra do Poço e união nacional do Pereira"[169]:

> Se o intuito de alguns *orleanistas* preparando festas para a recepção do ilustre Sr. conselheiro João Alfredo, é arregimentar a *guarda negra*, dando-lhe um chefe ostensivo, estou certo de que o ex-ministro que promulgou a abolição dos escravos saberá desprezar essa tática, zelando por seu nome de republicano e fugindo a responsabilidade direta de um crime à República[170].

Aceitar a homenagem, portanto, aproximaria João Alfredo de um crime na medida em que os realizadores dela eram quase todos criminosos. Naqueles dias, cresceram na imprensa os pedidos às autoridades policiais para que na ocasião da recepção fizessem "uma *limpa* na capangagem que cerca o improvisado Cabeleira"[171].

Não mais se referindo a episódios dos tempos do Império, mas a circunstâncias das quais eles esperavam ter controle, os republicanos martinistas desejavam ver posta em prática a consequência natural da criminalização da gente de Mariano há muito pleiteada por eles na imprensa:

> Constando que o ex-José Mariano (sic) pretende fazer uma manifestação ao João Alfredo, nós, os cidadãos estrangeiros, pedimos à polícia para fazer um cerco a fim de prender os célebres brabos que vão em sua companhia, pois a ocasião é magnífica e só assim ficaremos tranquilos[172].

O próximo capítulo será dedicado aos planos de repressão à capoeira no Recife daqueles momentos iniciais da República, considerando até que ponto os seus

---

[169] *Notas contemporâneas*. Diário de Pernambuco, 18/12/1889. Isso é reafirmado no dia seguinte: *A última prova I*. Diário de Pernambuco, 19/12/1889.
[170] *À luz dos fatos*. Diário de Pernambuco, 21/12/1889. Grifos do original.
[171] *Os republicanos à polícia*. Diário de Pernambuco, 17/12/1889. O autor assina como Marat.
[172] *Alerta republicanos*. Diário de Pernambuco, 17/12/1889. "Cidadãos estrangeiros" é uma referência a Ricardo Guimarães, republicano de origem portuguesa cujo assassinato por Paula Neri será comentado adiante. No mesmo dia, em outra notícia se pede para que a polícia mantenha os olhos nos "companheiros do cabeleira": *Ao subdelegado do Recife*. Diário de Pernambuco, 17/12/1889.

propugnadores tiveram meios para executá-los. Antes, porém, é necessário deter-se mais um pouco no fato de que essa execução dependeu do resultado de disputas no campo da atribuição de classificações sociais, ao qual os pesquisadores da capoeira desse período tenderam a dar pouca atenção, talvez com receio de verem seu objeto de pesquisa desaparecer enquanto identidade agenciada. Foi nele que uma parte dos grupos em disputa pelo controle do Estado procurou tornar compreensíveis as reações contrárias aos seus projetos de República e justificar a recusa à participação direta no jogo político por parte de grandes parcelas da população.

1.1 Produzindo diferenças: duas noções de povo

No passado, quando queria impressionar um político que chegava ao Recife, José Mariano convocava diretamente uma "massa enorme de povo" a acompanhá-lo. Após 15 de novembro, tendo em vista a sua derrocada, para fazê-lo seria obrigado a recorrer ao prestígio dos "verdadeiros abolicionistas" Barros Sobrinho, João Ramos e Numa Pompilio. Um republicano considerava esse argumento a última prova de que Mariano já não era popular e, portanto, aquela recepção a João Alfredo seria um grande fracasso[173].

Entretanto, a afirmação de que a sua perda de prestígio junto ao povo decorreu das violências praticadas contra os republicanos por ele em 1889 não foi acompanhada de uma clara distinção entre esse povo e a multidão que o ajudou a praticar as violências. Mesmo assim se concluiu que o pretenso tribuno não estava preparado para lidar com uma época de verdadeiro "governo do povo pelo povo", diferente daquela na qual funcionava a sua popularidade forjada:

> As últimas esperanças dos sebastianistas em relação à volta dos belos tempos do marianismo vão se dissipando (...). E, se estamos no regime da ditadura, é a espada que brilha, a espada e não a faca de ponta; a arma defensora da pátria vibrada pelo braço do soldado inteligente e patriota e não a faca ou a navalha manejada pela mão do capoeira e do capanga exclusivamente em defesa dos seus interesses ou de quem melhor pagar[174].

Sem o auxílio do capoeira e do capanga, o representante brasileiro na linhagem dos verdadeiros tribunos da história seria Silva Jardim e não José Mariano, que só se

[173] *A última prova IV*. Diário de Pernambuco, 01/01/1890. Essa série de artigos é assinada apenas com um xis.
[174] Idem. A alusão a Dom Sebastião, rei de Portugal no século XVI, envolvia em uma aura de misticismo as presumidas pretensões de restauração da Monarquia no Brasil.

lembraria do povo na hora de aproveitar-se de sua ingenuidade para criar uma guarda pessoal[175]. O mote de que o antigo líder dos cachorros, como era chamada a sua facção liberal em oposição aos leões, abusou da "ignorância dos homens do povo, criando a guarda negra" remete aos dois significados que a categoria "povo" adquiria no discurso daqueles republicanos[176]. Um deles seria "o povo de José Mariano, isto é, o povo que assassina, o que corta a orelha, que provoca desordem, pois conta os heróis Nicolau, Rosendo, Ricardo, Bico-Doce, Boca de Velha, Mané Miau, Paula Neves, José da Benta, Bentinho, etc.", contratados pelo major Francisco de Paula Mafra e outros[177].

Diferente do "povo que pensa, quer, e sente", esse existiria apenas em função dos benefícios, em geral pecuniários, concedidos individualmente às partes que o constituíam[178]. Apesar de eventualmente ser lamentada a exploração de sua ignorância pela astúcia de Mariano, na maioria das vezes o tom contra aquelas pessoas era verrinário, certamente na intenção de despertar o leitor para a ameaça que representavam "as iras furibundas de uma malta inconsciente"[179], composta por negros pobres, ignorantes e violentos.

Em um dos artigos publicados ainda em 1889 no jornal da Corte *A República Brasileira*, Felício Buarque se atém particularmente a essa característica daquele povo, conferindo-lhe centralidade na promoção de personalidades políticas. Segundo o autor, um dos muitos vícios do abolicionismo teria sido promover figuras nulas como Mariano, a quem acompanhava "esta a casta faminta que chamam por grossa hipérbole 'povo'", o que conferia um caráter de massas à defesa da Monarquia em Pernambuco:

> A grande ralé popular (...) vai de rastros porque não tem consciência, vai de braços já que perdeu o direito de ser reta e firme em sua vontade. A grande canalha, amalgamada em um bolo, bestificada em sua entidade moral, e arruinada pela educação e pelo desleixo, a gentinha, que é sempre a mesma de todas as manifestações – é quem aclama o Sr. José Mariano[180].

---

[175] *Tribuno de oitiva*. Diário de Pernambuco, 24/04/1890.
[176] *A Verdade (documentos para a história) VI*. Diário de Pernambuco, 08/12/1889.
[177] *Notas contemporâneas*. Diário de Pernambuco, 14/12/1889. Não consegui obter nenhuma informação consistente sobre se a designação de Cachorros era tomada como uma injúria por Mariano e seus aliados, até porque foi cada vez menos utilizada no início da República. De acordo com Silva Jardim, ela era recebida com orgulho por eles: JARDIM, Antônio da Silva, op. cit., p.390.
[178] *Notas Contemporâneas*. Diário de Pernambuco, 14/12/1889.
[179] *O Cabeleira em Ação*. Diário de Pernambuco, 10/04/1890.
[180] Transcrito em: *Os ídolos*. Diário de Pernambuco de 13/08/1889. Conforme Gouvêa, na *República Brasileira* esse artigo foi publicado na edição de 25/07/1889, ou seja, pouco depois do dia programado para o meeting de Silva Jardim no Recife (op. cit., p.265-266). Há quem acredite que as "classes populares" (Eduardo Silva) ou a "gente do povo brasileiro, inclusive a multidão de libertos" (Gilberto Freyre) tinham afeição pela Monarquia e a Igreja antes e depois da República. Embora isso pareça plausível com base em alguns documentos, creio que, ao menos em relação ao Recife, sejam necessários estudos muito cuidadosos antes de ser afirmado, pois a minha impressão é a de que "classes populares"

Quando já não for tempo de defender a Monarquia, mas de afirmar-se como republicano, é também a "seu povo" que Mariano recorrerá para legitimar-se. Na ocasião da conferência convocada por ele com esse objetivo em abril de 1890, mencionada no tópico acima, os esforços dos republicanos se concentrarão como nunca em afirmar a artificialidade dos aplausos oferecidos por uma "súcia de idiotas", "imbecis" e "sandeus"[181].

Divulgava-se que para aparentar popularidade, Mariano mandaria Paula Mafra, Chico Torres e Faelante contratarem, por valores entre três e cinco mil réis por cabeça e com passagem de trem paga, uma grande quantidade de pessoas dos arrabaldes do Recife e de localidades mal reputadas para, de facas na cintura, impedirem apartes dos seus opositores e aplaudir o seu chefe a todo instante[182]. No entanto, justamente nessa conferência, ciente das consequências dessas afirmações para a fama da popular, Mariano se empenhará em explicar a natureza da sua relação com aquelas pessoas. De acordo com ele, ao insistirem em afirmar que contava com um apoio comprado, seus adversários demonstravam a própria limitação moral:

> Incapazes de uma dedicação, de um sacrifício desinteressado, eles não compreendem a sublimidade desses rasgos de verdadeiro heroísmo que os homens do povo todos os dias sabem ter quando precisam defender aqueles que lhes inspiram confiança e pelos quais eles chegam ao sacrifício de lutar e de morrer (*aplausos prolongados*)[183].

Em suas palavras, se o povo, o mesmo que pensava e tinha vontade própria, agia com violência em seu favor, seria por concordar com suas ideias e por ver nele um amigo:

> Esses são meus brabos, e eu posso me orgulhar de ter em cada homem do povo, um amigo, um defensor. Quantas vezes, nas lutas arriscadas em que precisei empenhar-me, encontrei-os a meu lado, batendo-se com denodo, salvando-me muitas vezes da morte! E quantas vezes eu nem sequer conhecia

---

ou "multidão de libertos" envolvem pessoas demais para que se possa referir-se à sua afeição, no singular. Mas mesmo considerada no singular, no Recife essa afeição pareceria direcionada muito mais a algumas personalidades e seus correligionários do que às grandes ideias e instituições. Ver: SILVA, Eduardo. *As queixas do povo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.59-81 e FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso.* 6. ed. São Paulo: Global, 2004. P.261-263 (nota 57).

[181] *Ainda a conferência (novas variações)*. Diário de Pernambuco, 20/04/1890.

[182] No mesmo *Ainda a conferência (novas variações)*. Diário de Pernambuco, 20/04/1890. Ver também: *Na ponta*. Diário de Pernambuco, 12/04/1890; E reafirmando isso depois do episódio: *Ambição de Glória*. Diário de Pernambuco, 20/04/1890: nele se diz que a conferência não teria correspondido a "nenhuma expectativa do povo (...) convença-se o Sr. Mariano de que nem toda a população do Recife se presta a manejar o punhal". Assina em nome dos mortos Ricardo, Paiva e Bodé. Não consegui identificar o Paiva.

[183] *O discurso.* A Província, 20/04/1890.

> esses homens de tão louca abnegação? (*Aplausos frenéticos e prolongados. Aclamações ao orador*).

Mas a nota dos aplausos frenéticos, a referência à "louca abnegação" e a informação de que havia cinco mil pessoas presentes na conferência[184] se voltavam contra Mariano na habilidosa escrita dos seus adversários[185]. Para eles, a prova de que tais aplausos eram inconscientes veio quando Mariano mencionou as críticas que lhe estavam sendo dirigidas na imprensa. Incapaz de representar o seu papel, a plateia teria imediatamente gritado "apoiado", como se aquelas palavras reproduzidas por ele lhe fossem favoráveis[186].

Esse incidente cômico foi um prato cheio para os republicanos, mas ele não era indispensável, pois a inadequabilidade daquele povo à vida pública seria evidente só de olhá-lo: "esta gente por mais que se vista sempre mostra que não está bem com o casaco e sapatos e desde que S. S. ia apresentar-se em público de dia, tinha de escolher gente melhor"[187]. Esse raciocínio parece traduzir-se na seguinte pergunta: após um longo período no qual a sociedade lhes proibia o uso de sapatos por conta da sua condição, a quem aquelas pessoas poderiam enganar calçando-os?[188]

Logo se vê que o abolicionismo e os princípios igualitários presentes no discurso republicano em alguns momentos – especialmente antes da abolição – não eram apropriados àquela luta contra o marianismo. Nela a própria identidade do Partido Republicano ficaria esvaziada se fosse atribuída a condição de povo legítimo àquela grande quantidade de pessoas que apoiavam o seu maior adversário. Nesse sentido, optava-se por ridicularizar a possibilidade de pretos de origens pobres se tornarem intelectualmente independentes e úteis à sociedade.

Assim como no conto sobre o Cabeleira e seu possível parente homônimo – o Cabeleira José Mariano –, aqui outra história contada sob o pseudônimo Antônio Pinheiro de Castro pode ser instrutiva: "Compareço com o meu mamulengo", diz o

---

[184] *A conferência.* A Província, 16/04/1890.
[185] Daí aquela afirmação de Felício Buarque no trecho acima, página 46, nota 131.
[186] *A conferência de quinta-feira*. Diário de Pernambuco, 17/04/1890. O autor narra essa história "para se dar uma ideia de quanto era inconsciente a gente que o Sr. José Mariano trouxe do Poço e da Várzea para aplaudi-lo e manobrar a bicuda, se fosse preciso".
[187] *Desenganos e desesperanças*. Diário de Pernambuco, 25/04/1890.
[188] Sobre escravos não poderem usar sapatos ou qualquer outro calçado, ver o tópico O sapato e o sanitarismo imperial, em ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In:_____ (org.). *História da vida privada no Brasil.* Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Volume 2. P.11-93. Ver também: WISSENBACH, Maria Cristina. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil.* República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Volume 3. P.53-55.

autor, "para contar pela última vez a história de um povo no século 19. Era um dia um preto, rústico, imbecil, selvagem quase. Vivia vida obscura, ignorada, como só sabem viver os pretos". Até que um dia ele virou engenheiro naval e, sem que em relação a isso a polícia tomasse qualquer providência, "o negro, descobriu coisas fabulosas!" Depois, no entanto, estas se mostraram uma grande fraude, da qual ainda restaria uma barcaça construída, "atestado vivo da mais crassa ignorância, na vida de um povo!"[189].

O preto aí em questão, um certo Veríssimo, cujo nome completo era Veríssimo Barbosa de Souza, foi bastante ironizado em publicações relacionadas à Guarda Negra e ao Club Cupim[190]. Ele empregou em seus inventos, desenvolvidos desde pelo menos o início dos anos 1880, o capital de acionistas da empresa Minerva Progresso Pernambucano, dissolvida em junho de 1903[191]. No entanto, não consegui encontrar fontes que confirmem o envolvimento de correligionários de Mariano nesses projetos.

Não obstante o que foi dito acima, a ênfase dos republicanos na inadequação daquelas pessoas como povo, por conta de uma incapacidade de pensarem em interesses acima de seus instintos imediatos, não consistia unicamente em cálculo político empregado na luta contra Mariano. Apesar de diferentes e em alguns momentos opostos, homens como Felício Buarque, José Isidoro Martins Júnior, Vicente Cisneros, Aníbal Falcão, Albino Meira e outros mantinham uma concepção da representação política muito diferente da ideia que nos dias de hoje talvez aparente mais adequada ao liberalismo constitucional e ao republicanismo.

Expressa em seus aspectos centrais a cada vez que esses políticos se manifestavam na imprensa, suas concepções tinham como fundamento uma tradição cuja familiaridade entre eles pode ser diretamente percebida em detalhes das mais corriqueiras acusações:

> Chico Torrão e os demais da claque *cabeleirofila* já estão aliciando os *brabos* para o dia 14, quando o seu chefe pretende falar! Eles acreditam que ainda

[189] *"Ferragens do goianense".* Diário de Pernambuco, 02/04/1890.

[190] Ver, por exemplo, *A província e o club 22 de julho*. Diário de Pernambuco, 06/05/1890. Mas também havia republicanos apostando em seu invento, o moto-contínuo pela pressão do ar: "É esperado amanhã, no vapor *Pernambuco*, que vem do sul, o cidadão Veríssimo Barbosa de Souza, construtor do barco *Minerva*. Consta-nos que traz consigo o maquinismo que deve ser sentado naquele navio importante trabalho de seu engenho, o qual acaba de ser feito sob sua direção na capital Federal". *O barco minerva*, Gazeta da Tarde, 06/02/1890. Sua presença no Recife causava algum furor na imprensa, fosse pelas gozações, as críticas aos fundamentos do seu projeto ou as comemorações em sua homenagem.

[191] JURISDIÇÃO, Decreto nº 8148, de 25 de junho de 1881. *Concede privilégio a Veríssimo Barbosa de Souza e Guilherme Telles Ribeiro para o motor por meio de pressão do ar, de sua invenção*. Disponível em:<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=57882&norma=73735> Consultado em 27 de março de 2012; DIÁRIO OFICIAL [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, n. 151, 28 jun. 1903. p.3121-3122.

> estamos nos tempos dos capangas, da faca de ponta e do cacete. Eles vão para o [teatro] Santa Isabel, não defender um princípio, porque o princípio deles é o *primo vivere*! Eles vão no dia 14 proclamar a sua existência a todo transe, e terminada a conferência sair para a rua a proclamar a separação do Brasil a título de federação![192]

Em meio a essa disputa conjuntural, o autor do artigo permite que se entreveja uma das possíveis fontes inspiradoras da sua opinião sobre o lugar da maior parte da população na política republicana. A expressão "primo vivere" aí empregada me parece uma contração apressada de "primum vivere, deinde philosophari", frase há muito tempo atribuída a Thomas Hobbes[193], autor que esteve na base das diferentes compreensões da representação difundidas entre os operadores da política naquele período[194].

O movimento hipotético no qual Hobbes descreve a instituição do Estado por uma multidão ou uma massa incapaz de viver na condição de liberdade absoluta é, nessa perspectiva, transposto para o ambiente de instituição do Estado republicano no Brasil. Um aspecto decisivo disso é que no modelo hobbesiano o governante representa os anseios não dessa multidão ou massa que o instituiu, pois se assim fosse o Estado apenas reproduziria a dispersão e o conflito anterior à sua existência, mas sim do povo, que nada mais é do que uma criação do próprio Estado que o representa[195].

A produção desse povo ou a "transição cívica" da massa a povo, portanto, seria tarefa de um Estado criativo. Daí decorre que o simples fato de os indivíduos existirem e possuírem direitos dentro dos limites da nação não significava que constituíam o povo da República, no máximo eles seriam a matéria-prima que o Estado deveria lapidar até torná-los aptos a pôr o bem comum acima dos seus desejos imediatos. Embora não se possa dizer que todos os republicanos de Pernambuco liam Hobbes ou o liam exatamente nesses termos, essa perspectiva se aproxima muito daquela compreensão de que o povo republicano e o povo de Mariano só tinham em comum, se muito, o nome.

Aliás, o uso do pronome possessivo ("seu povo") corresponde aí a uma exclusão, pois em um pensamento político onde os conceitos possuíam um significado marcado pela tradição hobbesiana, o povo de Mariano não ultrapassaria a qualidade pré-política de multidão e não consistiria em unidade política de ação racionalmente

---

[192] *Cidadãos!* Diário de Pernambuco, 12/04/1890. Assim como no tópico anterior, os grifos aqui são sempre do original.

[193] Cf. REZENDE, Arthur. *Phrases e curiosidades latinas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1952. P.604. Ela significa "primeiro viver, depois filosofar" e remete a uma vida pautada pelas coações da sobrevivência.

[194] HOLLANDA, Cristina Buarque de. Op. Cit., p.45-47.

[195] Idem, p.48: "no limite a representação como arte mimética significaria a reprodução artificial do próprio estado de natureza. Nesse caso, nenhuma serventia haveria no Estado".

estabelecida. Essa multidão seria composta então de partes desconexas, sedentas por suprir suas vontades e, por isso, facilmente controladas por um homem astuto. Alimentando-as individualmente, ele manobrava suas condutas conforme os seus próprios desejos.

Além do mais, o fato de a ênfase na relação de identidade entre soberano e povo ter tido bastante ressonância nos conceitos de representação inspirados em Hobbes acabava implicando em resistências à aceitação da disputa entre grupos políticos como algo próprio do Estado republicano[196]. Consequentemente, Mariano era uma ameaça à unidade do corpo social e do próprio Estado, preocupação exemplificada nas referências à divisão do país entre a barbárie orleanista do norte e a República do sul[197].

Entre as diferentes interpretações do conceito de representação política hobbesiano que coexistiam no Brasil naquele período, as que se identificavam como positivistas (o que era o caso de muitos republicanos em Pernambuco) tendiam a ser bastante rígidas em relação a essa primazia da unidade do corpo político em torno de um Estado centralizado[198]. No primeiro documento citado neste tópico, o contraponto ao regime marianista da capoeiragem é feito precisamente pela espada do soldado da ditadura e não por um forte povo ativo. Pois, nesse caso, a vontade do povo não seria comunicada por este diretamente e sim deduzida por aqueles que a partir de princípios científicos conduziriam seus destinos na ditadura republicana[199].

Talvez por isso não parecesse constrangedor reconhecer que a inauguração da República em Pernambuco não se deu por uma retumbante expressão popular e sim por iniciativa formal de políticos como Albino Meira e Martiniano Veras[200]. Da mesma

---

[196] HOLLANDA, Cristina Buarque de. Op.cit., p.30 e p.49.

[197] Além dos artigos diretamente relacionados a isso e citados no tópico anterior, ver também: *Voto de Louvor*. Diário de Pernambuco, 04/02/1890.

[198] HOLLANDA, Cristina Buarque de. Op. cit. p.31. Além de o positivismo de Aníbal Falcão dominar o programa do Partido Republicano publicado em 1888 (Ver: HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.168-173), havia alusões a máximas e princípios comteanos em diversos textos de republicanos na imprensa, como a epígrafe "viver às claras" dos artigos da série "O Sr. José Mariano e a sua conferência", de Felício Buarque. Viver às claras é uma tradução de "vivre au grand jour", máxima defendida por Comte em: COMTE, Auguste. *Systeme de politique positive, ou traité de sociologie, instituant la religion de l'humanité.* Paris: E. Thunot et Cie, 1854. Tomo 4. p.312. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=8gdYZNf36wAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. A máxima se encontra inclusive entre as epígrafes do livro. A esse respeito, ver também: BOSSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do positivismo à desconstrução*: ideias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004.

[199] HOLLANDA, Cristina Buarque de. Op. cit. p.81-83: "em síntese, o povo não se faz representar, mas é representado". Não surpreende que a *Província* publicasse críticas ao republicanismo positivista, que para José Mariano era "a negação da soberania popular": *O discurso.* A Província, 20/04/1890.

[200] *A Verdade (documento para a história) IX*. Diário de Pernambuco, 12/12/1889.

forma, pensando nacionalmente, a armada e o exército teriam conduzido a revolução refletindo a vontade nacional, noção que daria conteúdo e unidade às aspirações do povo, que não teria o papel de exprimi-las[201].

Positivistas ou não, essas interpretações apresentavam o Brasil como um país de povo que não tinha a forma de povo, o que tornava perigoso o processo de eleição daqueles que melhor representariam os interesses nacionais. Caso a condição de povo fosse conferida à massa inconsciente, a partir de então incumbida de escolher nas urnas os seus representantes, o resultado seria um congresso repleto de ilustres desconhecidos, presos a localismos e despreparados para o debate público, questões sempre retomadas nas discussões sobre a expansão ou restrição do voto[202].

A posição mais extrema nesse sentido foi formulada nos seguintes termos: se a massa não era capaz de votar de acordo com o interesse nacional, então a fraude eleitoral realizada a mando de homens conscientes seria um mal necessário, sem o qual os mais bem preparados não conseguiriam ser eleitos[203]. O responsável por essa interessante solução foi ninguém menos que o já conhecido Gilberto Amado, aquele que se deparou com Nascimento Grande nos tempos de estudante no Recife[204].

Agora deputado federal, mais velho do que quando viveu e mais novo do que quando narrou o ano de 1907, ele via nisso uma alternativa – ao menos provisória – para a representação política num contexto no qual não seria possível atribuir a condição de povo coeso a uma multidão fracionada:

> Constituiriam o povo brasileiro os cinco milhões de agregados das fazendas e dos engenhos, caipiras, matutos, jagunços, gaúchos, caboclos, vaqueiros, capangas, capoeiras, cangaceiros, pequenos artífices das vilas e das aldeias, trabalhadores rurais, colonos, pequenos lavradores dependentes?[205]

Ao longo do seu livro, sem o qual não me seria possível realizar estas considerações, Cristina Buarque de Holanda parte dessa constatação feita pelos parlamentares do início da República. Centrada na análise dos anais do congresso, onde,

---

[201] *Mariano e a sua conferência VI (viver às claras).* Diário de Pernambuco, 23/04/1890. No artigo do dia seguinte, fugindo um pouco às suas considerações imediatas, Felício Buarque (Licínio de Macedo) insere a "decretação da lei n.3353 de 13 de maio de 1888 que, estabelecendo a igualdade social perante as leis, incorporou à população civil mais de um milhão de emancipados" como causa para a queda da Monarquia e "imperecibilidade" da República. No último artigo da série ele diria também que o escravo fora substituído pelo cidadão, uma mudança de status social à qual ele próprio tinha dificuldades de se adaptar, como se pode perceber em outros dos seus artigos citados aqui.

[202] HOLLANDA, Cristina Buarque de. Op. cit. p.130-134 e p.159-172.

[203] Idem, p.130-134.

[204] Ver, acima, páginas 10 e 11.

[205] Anais da Câmara dos Deputados, 12/09/1925, p.376. Citado por HOLLANDA, Cristina Buarque de. Op. cit. p.21.

como ela própria afirma, se dispunha da "serenidade reflexiva" de quem não está diretamente ameaçado pelo acesso das massas à política[206], a autora se depara com uma situação na qual aquelas identidades sociais elencadas por Gilberto Amado apareciam como um dado da realidade brasileira. Por serem inconciliáveis com a coesão implícita à categoria povo, elas produziam o consenso de que os homens comuns levavam uma existência desordenada e dispersiva, criando problemas em torno do modelo de cidadania viável no Brasil[207].

Um próximo passo metodológico, portanto, talvez seja sair desse universo ao mesmo tempo rico e restrito dos anais parlamentares e observar em outras documentações as lutas por meio das quais foram atribuídas, devolvidas, enfim, conflituosamente atreladas às pessoas aquelas identidades que ali parecem naturais ao quadro de dispersão social do país. Certamente cada uma daquelas categorias (jagunços, cangaceiros, vaqueiros, etc.) mereceria estudos específicos, nos quais se poderia avaliar se alguma delas mudou tanto de significado ao longo do tempo quanto capoeira. Isso talvez pudesse levar à conclusão de que a forma como elas foram mobilizadas no debate político travado entre as ruas e as redações de jornais sugere que a intervenção criativa da representação produzia não apenas o povo, seu representado, mas também a sua negação.

Ao comentar uma passeata em comemoração pelo primeiro mês da proclamação da República realizada no Recife pela "mocidade do comércio", o jornal *A Província* afirmou que José Mariano foi um dos nomes aos quais se ergueram vivas em seu percurso[208]. No dia seguinte, isso é contestado nas publicações a pedido do *Diário de Pernambuco*, sob o argumento de que aquela mocidade nunca se rebaixaria a aplaudir Mariano, tarefa que cumpriria "aos da guarda negra, aos Nicolaus, Rosendos, e outros, e aos próprios escritores d'A Província, tão bons uns como outros"[209].

Entretanto, se em princípio a impressão provocada pelo artigo é a de que o aplauso a Mariano foi uma completa invenção do seu jornal, na medida em que prossegue o relato do episódio é possível vislumbrar no que consistiu a alegada inexistência do aplauso: "Não houve quem ouvisse um só viva a José Mariano partido dos manifestantes. Apenas na rua do Barão da Vitória, um *cafajeste* qualquer, um

[206] HOLLANDA, Cristina Buarque de. Op. cit., p.28.
[207] Idem, p.159-160.
[208] A Província, 17/12/1889.
[209] *Quanta Imprudência!* Diário de Pernambuco, 18/12/1889.

maltrapilho, certamente capanga marianista, ergueu por duas vezes um viva a seu *ídolo*".

Que José Mariano pudesse ter adeptos no comércio da cidade certamente não pareceria algo estranho naqueles anos e isso pode ter incentivado os seus correligionários a tratarem como aliados os manifestantes[210]. No final das contas, entre uma edição de *A Província* e outra do *Diário*, alguém mudou de caixeiro integrante do povo para cafajeste maltrapilho, integrante da capangagem.

Ainda que o argumento da transgressão e da desordem fosse empregado para recusar a alguém a condição de cidadão, geralmente a alteridade parecia estabelecida muito menos em função da criminalidade do que do pertencimento a uma rede adversária de alianças e troca de favores. Ademais, proibidas ou não de votar como povo, seriam pessoas como essas as responsáveis por executar as fraudes eleitorais promovidas de diferentes formas por políticos como Gilberto Amado e, segundo alguns, José Mariano[211].

Os mesmos critérios me parecem válidos no sentido inverso. Como já foi visto, o modelo de compreensão da realidade brasileira compartilhado por alguns republicanos decerto tornaria um perfil de pessoa – preta, analfabeta, pobre – mais facilmente incompatibilizável em seus discursos com um papel ativo na vida pública. Por outro lado, em tese haveria características que automaticamente autorizariam um indivíduo a usufruir dos direitos de cidadão.

Por exemplo, em certa narrativa sobre a época da "agitação abolicionista" se diz que um dos presentes numa conferência foi impedido de falar, um sinal de despotismo e

---

[210] A relação de José Mariano com o comércio havia lhe rendido até mesmo um palacete de presente, que por sua vez lhe rendera críticas das quais Joaquim Nabuco o defendeu em discurso pronunciado no teatro Santa Isabel em 26/10/1884: NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife*: eleições 1884. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. P.36. Embora naquele folheto contra Faelante se diga que mais de cento e cinquenta firmas nacionais e estrangeiras se declararam favoráveis à Junta Governativa dos republicanos em 1891, ainda assim se reconhece que quando mais tarde Mariano for preso o comércio fechará as portas em protesto. *Resposta ao artigo do Dr. Faelante da Câmara*..., p.15-16 e p.19.

[211] Como se verá ao longo deste trabalho, o grupo ao qual Gilberto Amado fora vinculado nos tempos em que morou no Recife não prescindia das práticas ilegais de homens que eles talvez até chamassem de cidadãos, mas que seriam tomados por brabos, criminosos e capoeiras pelos seus adversários. Sobre as práticas eleitorais de José Mariano, se dizia que "No dia da eleição, por exemplo; o assassino Nicolau votava com o nome de Francisco da Cunha Souto; Rosendo, com o de Manoel de Assunção Cruz, Manoel Panelada, com o de Geroncio da Silva e assim por diante" *A conferência de quinta-feira*. Diário de Pernambuco, 17/04/1890. Ou ainda: "no dia da eleição cada um deles [dos corretores políticos de Mariano] conduzia os seus eleitores em manada para as seções eleitorais, como no tempo da escravidão os feitores conduziam os escravos para o eito; alcançada a vitória se distribuíam os favores na razão direta do número de votos com que cada corretor entrava". Em *Delirium Adoesionis*. Diário de Pernambuco, 04/06/1890.

intolerância porque "a sua bem pronunciada posição social dava-lhe esse direito irrecusável", mas recusado por Mariano, que só aceitaria as ovações mercenárias da sua gente[212]. O problema é que naquele momento de disputas cerradas, dificilmente algum adversário seria tido como alguém de "bem pronunciada posição social", da mesma maneira que ninguém reconheceria capoeiras ou guardas negras entre os seus. Um indicativo da força de negativação destas categorias é o fato de terem sido mobilizadas pelo próprio grupo de José Mariano para desqualificar os seus adversários da Corte na época do último gabinete conservador e, portanto, da aproximação entre liberais e republicanos:

> Ao ressurgimento das primeiras manifestações do movimento republicano, apareceu a insidiosa criação da Guarda-negra, da Tocha Vermelha e de tantas outras variantes da capoeiragem, abençoadas pelo Sr. presidente do conselho, e por este entre ao Sr. José do Patrocínio, - o único negro que se vendeu depois do 13 de maio... (...) Suprema inépcia dos defensores do trono e dos sustentadores do terceiro reinado![213]

Se poucos meses depois as circunstâncias mudaram com a ascensão liberal e chegou a vez de Mariano tornar-se o defensor do trono e sustentador do terceiro reinado, isso não significa que ele passou a atribuir àqueles que o acompanhavam a designação de capoeiras. Ao escrever sobre a capoeira do Rio de Janeiro no final do Império, Carlos Eugênio Soares optou por não problematizar esse jogo de atribuições de identidades, preferindo toma-las como imanentes quando apareciam relacionadas à capoeira, sobretudo no discurso liberal.

Essa escolha conferiu consistência documental ao seu trabalho, mas restringiu os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos em questão. Assim, no trecho em que se transcreve um documento no qual Duque-Estrada, o protetor da Flor da Gente, defende os seus amigos chamando-os de cidadãos, o leitor pode sentir que algo significativo deixou de ser explorado no trabalho[214].

Mas em relação a isso é preciso levar em conta duas coisas. Em primeiro lugar, com o conceito de "partido capoeira", o autor procurou evitar essa restrição, explorando

---

[212] *Mariano e sua conferência*. Diário de Pernambuco, 18/04/1890.
[213] O "presidente do conselho" era João Alfredo, a quem naquela época Mariano estava pouco interessado em homenagear. A Província, 10/02/1889. Consultei esse artigo em *A política da incoerência (novos documentos para a História) III*. Diário de Pernambuco, 21/12/1889. Com esse título, não é difícil saber por que o Diário resolveu transcrever o artigo da folha adversária. São muito frequentes as críticas à "incoerência" de Mariano entre ser monarquista e republicano, incoerência na qual lhe seguiria o "seu povinho", como se diz em: *Horror!* Diário de Pernambuco, 17/04/1890.
[214] SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.225-227.

a especificidade da atuação dos capoeiras na vida pública da Corte[215]. Em segundo lugar, no Rio de Janeiro do século XIX, a capoeiragem teria sido um forte mecanismo de agregação de indivíduos, ou seja, os capoeiras parecem ter compartilhado um sentimento de grupo fundado nessa identidade[216]. Inclusive, de acordo com o autor, foram justamente esses dois aspectos dela que se perderam após a repressão do início da República[217].

Assim como Soares argumenta que desde o fim da guerra contra o Paraguai a ação dos capoeiras estariam sintonizadas com os debates parlamentares e as leis sancionadas, Maria Tereza de Mello dedica uma grande atenção à difusão entre as pessoas comuns das ideias que deram conteúdo histórico ao conceito de progresso no Brasil do final do Império[218]. Segundo ela, uma mentalidade historicista e cientificista teria conquistado tanto republicanos quanto monarquistas nas grandes cidades brasileiras, informando os debates e reformando a linguagem.

A autora analisa então a difusão dessa nova cultura por meio de meetings, carros alegóricos carnavalescos, teatro e literatura. Neste último ponto destaca inclusive o papel da poesia científica do líder republicano do Recife Martins Júnior. A partir disso, ela conclui que em virtude da incapacidade do sistema simbólico da Monarquia em dar conta do predominante quadro de disposição mental pelo novo e pelas reformas daí decorrentes, "o povo pode ter introjetado uma ideia de crise e decadência através de sinais visuais e auditivos, ou mesmo até por uma linguagem e uma semântica novas"[219].

Como centro irradiador da difusão dessa nova cultura teria estado o Rio de Janeiro, mais particularmente a Rua do Ouvidor, uma espécie de passarela democrática[220] por onde transitariam pessoas de todas as condições sociais, absorvendo as novas expectativas e as novas ideias[221]. É difícil negar a repercussão da vida da Corte entre os republicanos de Pernambuco, as narrativas sobre a Guarda Negra que o digam, mas daí a acreditar que isso se alastrou persuasivamente por toda a população me parece

[215] SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.241-246.
[216] Idem, p.24-33.
[217] Idem, p.339-340.
[218] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit., 2007. P.19-91; MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit., 2009. p.15-31.
[219] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit., 2007. P.10-13.
[220] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit., 2009. P.25.
[221] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit., 2007. P.55-62. Na página 56 a autora cita algumas declarações de homens públicos da época, dentre as quais a seguinte, de Silvio Romero: "O Brasil é o Rio de Janeiro, dizem os insensatos, incapazes de compreender o espírito de uma nação, e que o enclausuram nas vitrines da Rua do Ouvidor" e, com base nisso, ela afirma: "Mas era nessa rua apertada que pulsava a vida do país".

tão problemático quanto considerar que o fato de pessoas de todas as camadas sociais circularem pela Rua do Ouvidor significava que o faziam de forma semelhante, preocupadas com as mesmas questões.

Sobre este ponto, no entanto, nada de consistente poderia ser dito aqui, tendo em vista que a minha pesquisa se restringiu a Recife. Em relação a essa cidade, pode-se lamentar que ao consultar as memórias de Silva Jardim na parte onde ele menciona a centralidade da Corte na vida nacional, a autora não tenha avançado algumas páginas até os tópicos nos quais ele comenta a necessidade de viajar ao norte e os episódios dessa viagem[222]. Pois a partir deles é possível perceber nuanças na forma como a ideia de República chegou a grandes parcelas da população e ao mesmo tempo despertar a atenção para diferentes significados que a categoria povo pôde adquirir naquelas disputas.

Em maio de 1889, com a eleição de Quintino Bocaiúva para a presidência do Partido Republicano em nível nacional, o confronto entre a velha guarda do manifesto de 1870 e a facção radical do partido, encabeçada por Silva Jardim e da qual Aníbal Falcão fazia parte, pendeu negativamente para estes. Era a época em que o Conde d'Eu, marido da princesa Isabel, realizaria uma viagem ao norte, a fim de preparar o terreno para o terceiro reinado. Nessas circunstâncias, Jardim, estimulado por Falcão, resolveu realizar uma excursão de propaganda viajando no mesmo navio que o Conde[223].

Ainda que os seus companheiros, parentes e até mesmo sua corajosa esposa temessem pela vida dele em Pernambuco, tido como um velho reduto monarquista, era aí que o propagandista concentraria os seus esforços, enquanto o Conde viajaria também por outras províncias[224]. Ao desembarcar em Recife a 16 de junho de 1889, não foram relatados confrontos[225]. Jardim inclusive achou a sua chegada muito aclamada, em contraste com a frieza da recepção ao príncipe consorte[226]. No dia 20, entretanto, durante o discurso realizado em um teatro, ele enfrentou a primeira oposição. Houve exibições de revólveres em meio a vaias e gritos de "viva o imperador", o que tornou sua situação difícil na cidade, tendo em vista que a partir de então os proprietários dos estabelecimentos onde poderiam ser realizados novos eventos lhe fecharam as portas[227].

---

[222] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.335 e p.384-420.
[223] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.181-184.
[224] Cf. JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.335-339. Em relação à sua esposa, ao menos era essa a opinião dele.
[225] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.187.
[226] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.333.
[227] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.188.

Apesar de logo as acusações pelas ocorrências terem começado a recair sobre José Mariano, a sua posição nesse momento era ambígua[228]. O seu maior interesse inicialmente não parecia consistir em aceitar ou combater a propaganda republicana e sim transmitir ao Rio de Janeiro a crença de que só ele tinha o controle sobre o povo do Recife, como seguirá sugerindo pouco menos de um ano mais tarde, ao narrar aqueles episódios: "Concorri poderosamente para que ele desembarcasse aqui sem sofrer a menor agressão e fosse acatado durante o tempo em que aqui se demorou"[229].

Quando souberam dos conflitos na passagem de Silva Jardim pela Bahia – prossegue Mariano –, os republicanos tiveram receio dos boatos de que o mesmo ocorreria no Recife. Ele então teria ido pessoalmente à redação do *Norte* e redigido um artigo que foi publicado tanto nessa folha, quanto na *Província* "pedindo ao povo que não recusasse hospitalidade nem deferências ao *consciencioso propagandista*". Mais ainda, "tinha tal importância, julgava-se tão valiosa a minha intervenção que o apelo por mim feito ao povo, além de publicado nos jornais, foi afixado como ordem do dia na porta da tipografia do *Norte*, certamente para se tornar ainda mais conhecida a minha atitude"[230].

Em seguida, ele teria enviado um telegrama a Aníbal Falcão, que se encontrava no Rio de Janeiro, afirmando serem falsos os boatos, e acalmado um grupo de acadêmicos que lhe pediram garantias ao propagandista. Assim, a única diferença entre as descrições de Mariano e Jardim sobre o desembarque deste em Recife se refere à aclamação recebida na chegada: "chegou o Sr. Silva Jardim e desembarcou senão no meio de ruidosa manifestação porque não tinham povo para fazê-las, sem o mais ligeiro incidente, na mais plena liberdade". Porém, mesmo após o desembarque tranquilo, os líderes republicanos continuaram se sentindo ameaçados, de maneira que quando foi programado um discurso de Silva Jardim no terraço da casa de Ribeiro de Brito no dia 26, Martins Júnior e Maciel Pinheiro procuraram Mariano para assegurar que os republicanos não seriam agredidos[231].

---

[228] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.185-186. Embora em princípio ironizasse a possibilidade de conflitos entre monarquistas e republicanos, depois o tom da *Província* se tornou agressivo e ameaçador, como na edição de 18/06/1889, citada por Hoffnagel.

[229] *O discurso.* A Província, 19/04/1890.

[230] Idem. Contra o argumento de que Mariano protegeu Silva Jardim contra agressões em sua passagem por Recife, Felício Buarque exclui daí qualquer mérito replicando que só pelo povo dele Jardim poderia ser agredido: *O Sr. José Mariano e a sua conferência (viver às claras) XIII*. Diário de Pernambuco, 03/05/1890.

[231] Não se tratavam apenas de ameaças, a casa de Ribeiro de Brito, onde Jardim estava hospedado, havia sofrido um atentado em 20 de junho. Cf: HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.189 e BUARQUE, Felício. Op. cit., p.94.

Após esse dia, Silva Jardim circulou pelo interior da província e, dentre as suas conferências, a realizada na cidade de Escada recebeu algum destaque, pois lá era crescente a adesão de ex-senhores de escravos à República[232]. Sobre esse dia, o secretário dele afirmou que "alguns homens de cor que tinham ido a mandado perturbar a conferência" hesitaram diante da eloquência do orador e acabaram aderindo às suas propostas[233].

No entanto, não foi bem essa a versão do *Jornal do Recife*. Mais tarde a folha se tornaria um baluarte anti-marianista, mas naquele momento não fazia oposição ao líder do Poço por que ele e Sigismundo Gonçalves, dono do jornal e liderança dos leões, estavam juntos tentando reorganizar o Partido Liberal[234]. Em vista disso, foi publicado um artigo no qual era questionado o crescimento – anunciado pelo jornal republicano *O Norte* – da aceitação da República em Escada se comparada ao ano anterior[235].

O autor do artigo no *Jornal* não se mostrou contrário aos republicanos, mas considerou um equívoco *O Norte* basear seu argumento no pequeno número de cinquenta libertos que deram vivas a Pedro II na conferência de Silva Jardim. Isso porque, de acordo com ele, se não fosse a diligência do delegado de polícia, teria ocorrido um confronto entre libertos e republicanos no dia sete de julho naquela cidade, quando cerca de mil pessoas tentaram impedir a chegada de Silva Jardim à estação de trem.

A Província, por sua vez, vinha tentando desacreditar essa campanha republicana no interior, ora a denunciando sua aproximação com os ex-senhores de escravos, ora associando-a à anarquia e à revolução[236]. Com o passar dos dias, o seu tom se tornou cada vez mais ameaçador, sobretudo após os rumores de que Dom Pedro II havia sofrido um atentado no Rio de Janeiro[237]. Portanto, no retorno de Silva Jardim ao Recife o clima era tenso. O tópico das suas memórias no qual são narrados aqueles momentos foi intitulado "Um punhado de bravos, a uma horda de malfeitores: sob a

---

[232] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., P.177.
[233] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.387.
[234] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit.
[235] *Escada*. Conferência Republicana. Jornal do Recife, 12/07/1889. *O Norte* teria dito que "cerca de 50 pobres homens de cor – ingênuos e libertos deram vivas a Pedro II, limitando-se a isto a contra manifestação republicana na Escada. E quem viu o que ela foi no dia 2 de Dezembro do ano passado é levado a reconhecer que a ideia republicana tem aberto largo caminho naquela cidade". É de se supor, portanto, que houvera uma forte oposição aos republicanos em 2 de dezembro de 1888, em Escada.
[236] Como nas edições de 07/07/1889 e 10/07/1889.
[237] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.189-192. De acordo com ele, A Província de 18/07/1889, alerta para a possibilidade de represálias do povo contra Silva Jardim em Recife devido ao atentado contra o imperador.

espada... do Poço da Panela". Nele o autor afirma que na volta ao Recife "estava-se em plena guerra civil e achávamo-nos sob a espada do Poço da Panela, onde morava o caudilho"[238].

Justamente por isso ele via a necessidade de realizar um grande discurso popular na capital pernambucana antes de partir para o sul[239]. Mais uma vez, tratava-se de medir forças com aquele que se proclamava tribuno do povo e havia tentado iludir os republicanos com uma falsa proteção. Em manifesto ao povo pernambucano publicado na sua folha, *O Norte*, eles denunciam então Mariano como um antigo simpatizante do republicanismo que agora estava comprometido com o terceiro reinado e declaram a intenção de realizar um meeting em 22 de julho no largo da matriz de Santo Antônio, no centro do Recife[240].

A partir de então, um conflito parecia iminente. De acordo com Marc Hoffnagel, o Cônsul norte-americano demonstrou preocupação com a possibilidade de haver "uma revolta de negros e mulatos" na cidade e foram interrompidos o comércio e a circulação de bondes[241]. Se os republicanos prometiam resistir ao impedimento da reunião por "sicários e capoeiras" de Mariano[242], era por que eles acreditavam que podiam contar com os seus. Baseado no que teria visto no discurso de Silva Jardim na casa de Ribeiro de Brito, o líder do Poço tenderia a zombar desse apoio e o utilizaria para devolver aos republicanos as acusações que sobre ele recaíam:

> Os republicanos que me injuriam dizendo que tenho capangas, e que injuriam os homens do povo que abnegadamente se batem pelas ideias a meu lado, chamando-os de capangas e *brabos*, tinham julgado conveniente garantir-se assalariando alguns indivíduos. Pois bem, esses mesmos indivíduos, aos quais eu nunca assalariei, e que estavam ali fazendo a sua empreitada, quando me viram presente, começaram a aclamar-me e a dar-me vivas de envolta com as manifestações republicanas que se tinham incumbido. Refiro estes fatos, meus senhores, para vos provar que nunca comprei aclamações, e também para pôr à prova a sinceridade destes que me atacam exatamente por aquilo que só eles são capazes de fazer (*Aplausos prolongados*)[243].

Desde a sua passagem pela cidade de Goiana havia sido organizada uma escolta armada para Silva Jardim, que era protegido de perto por um "bravo" criado chamado

---

[238] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.319.
[239] Idem, p.396-397.
[240] Idem, p.398; HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., p.191.
[241] HOFFNAGEL, Marc Jay. Recife entre a monarquia e a república. *Anais da XXV reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH.* Rio de Janeiro, 2005. P.214.
[242] O Norte, 21/07/1889, citado por HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 2005, p.214.
[243] *O discurso.* A Província, 20/04/1890.

Inocêncio[244]. Dentre os republicanos, Barros Cassal era o responsável por "aliciar gente" e talvez por isso fosse um dos mais convictos de que o meeting deveria ser realizado a qualquer custo, apesar da possível escassez de pessoas de inteira confiança[245]. Fossem quais fossem os critérios para esse aliciamento, entre as despesas gastas com o meeting Silva Jardim incluiu duzentos e trinta mil réis com "sustento de homens, etc."[246].

Diante das proporções do incidente, é compreensível que ele tenha sido eleito um marco na ação da Guarda Negra de Mariano[247]. Doravante seria reafirmada constantemente a versão segundo a qual na hora e local definidos para o meeting, José Mariano reuniu os seus brabos, "mais de 300 pessoas, vindas da Cabanga, da Várzea, do Poço e de outras paragens, compreendendo malfeitores, desordeiros assalariados a 2$000 por dia, soldados disfarçados à paisana, guardas fiscais e outros empregados de baixa categoria"[248]. Após a concentração, ele teria sido acompanhado "por esse '*povo'* com o qual, de propósito, procurou confundir as classes honestas e trabalhadoras da cidade do Recife".

Os republicanos, contudo, não compareceram ao local. Dirigindo-se às redações de *O Norte*, o delegado Barros Rego afirmou que não impediria o comício, mas advertia que a polícia não teria força suficiente para conter a população e proteger Silva Jardim[249]. Pediu-se então que ele fizesse essa afirmação por escrito e, em vista do seu

---

[244] Em texto altamente favorável a Silva Jardim, publicado em 1945, Otávio Pinto apresenta a chegada dele a Goiana cercada de rumores de que elementos disfarçados da Guarda Negra haviam sido vistos na cidade e que o meeting republicano poderia ser impedido a cacete. Contudo, de acordo com o autor, exceto por um pequeno incidente, toda a visita transcorreu ao som dos aplausos do povo e da Marselhesa tocada pela Curica, uma banda de música da cidade. PINTO, Otávio. A visita de Silva Jardim a Goiana. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XL, 1945, p.246-254. Sobre Inocêncio, ver JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.402.

[245] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.402-412. Em relação às pessoas de confiança, se o "Barros Canal" em cuja casa Jardim ficou hospedado no bairro da Capunga for um equívoco na escrita de Barros Cassal, gaúcho cunhado de Aníbal Falcão, pode-se supor que os homens arregimentados não eram estranhos a Mariano, pois desde aquela época e durante muito tempo depois esse será um dos bairros da cidade mais conhecido como domínio dos brabos, assim como o Poço da Panela e a Cabanga. Sobre a relação entre Cassal e Falcão, ver HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.218.

[246] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.418.

[247] Como em *A "província" e o club republicano 22 de julho*. Diário de Pernambuco, 03/05/1890 e muitos outros artigos já citados aqui.

[248] *A verdade (documentos para a história) IV*. Diário de Pernambuco, 06/12/1889. A informação de que soldados haviam participado era contestada desde as primeiras vezes em que foi publicada: *Ao Diário de Pernambuco*. Jornal do Recife 24/07/1889: "Afirmou o Diário que entre as pessoas que acompanhavam o Dr. José Mariano achava-se grande numero de guardas cívicos disfarçados. Isso é apenas inexato. Por ordem do chefe de polícia pessoalmente transmitida a mim, a guarda cívica esteve a postos no quartel" para agir em caso de motim. Quem assina é Joaquim S. P. Siqueira Cavalcanti.

[249] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.193–195.

assentimento, Jardim concordou em cancelar os seus planos[250]. Aos olhos de José Mariano, essa foi uma saída muito conveniente para os republicanos, que atribuíram o cancelamento ao pedido de prudência feito pela autoridade policial, embora Maciel Pinheiro e Aníbal Falcão já o viessem desejando[251].

O fato de o delegado ter recomendado por escrito a não realização do meeting pode até ter sido tratado como uma vitória moral pelos republicanos no futuro, especialmente quando quase um ano mais tarde a mesma autoridade intervier nos apartes à conferência de Mariano no teatro Santa Isabel[252]. Ali o tratarão como um "famoso capoeira", perito nesse jogo, e afamado empalmador, que estava tentando exercer suas artes em uma repartição pública[253].

Porém, no contexto do meeting, eles lhe fizeram declarações favoráveis aproveitadas pelo *Jornal do Recife* em sua disputa contra os conservadores. Estes geralmente publicavam nas colunas "a pedido" do *Diário de Pernambuco* explorando tanto a possibilidade de o governo liberal impedir o direito de reunião dos republicanos quanto a de que o meeting se realizasse e houvesse um morticínio.

Talvez achando que isso reforçaria a sua argumentação, a coluna Dia-a-Dia da folha liberal transcreve o trecho do jornal *O Norte* onde os republicanos afirmam que "tinham compreendido que as autoridades policiais se sentiam impotentes para garantir a ordem pública ameaçada por elementos anárquicos, dirigidos por uma *vontade superior*", de maneira que cessara "o seu compromisso de falar ao POVO, desde que a este se infundia terror, e tratava-se de substituí-lo por uma horda de desordeiros e

---

[250] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.404-405.

[251] Silva Jardim reconheceu essa intenção de seus correligionários, mas recusou que fosse a sua. Op. cit., p.403. A esse respeito, na transcrição de Pereira Júnior, José Mariano teria dito: "Entretanto o honrado delegado do 1º distrito, temendo que do encontro de ânimos apaixonados e naturalmente exacerbados resultassem conflitos deploráveis que lhe cumpria evitar, de *motu proprio* foi ter com os convocadores da reunião e obteve deles a promessa de que não a realizariam. E eles que não a realizariam mesmo quando aquela autoridade não lhes tivesse ido pedir, dando-lhes assim airosa saída" (sic).

[252] "O Sr. Barros Rego vendo os brabos contentes, estava radiante e satisfeito pelo serviço que estava prestando ao tribuno (...) vê uma malta apoderar-se do Teatro, provocar distúrbios, expelir dos camarotes quem em termos corteses dava apartes ao Sr. José Mariano e em vez de ser um elemento de ordem, se constituiu instrumento desta malta?!" A versão predominante entre os adversários de Mariano foi a de que o delegado expulsara José Rabelo de um dos camarotes, que teria sido ocupado por Chico Torres, "o homem das loterias". *A conferência*. Diário de Pernambuco, 18/04/1890. Porém, nas publicações a pedido o delegado afirma que Francisco Torres já se encontrava no camarote quando ele chegou lá e que, ao contrário do que José Rabelo dizia, a República não tinha sido generosa ao mantê-lo no cargo de delegado, pois ele havia se demitido e reconsiderado a decisão após pedido de Martins Júnior. *A conferência de ontem e o Sr. Delegado*. Diário de Pernambuco, 17/04/1890 (em sua resposta foi mantido o título do artigo publicado contra ele). No dia seguinte Rabelo ainda prossegue a discussão no *Diário*.

[253] *Retrato a óleo de um famoso capoeira e afamado empalmador*. Gazeta da Tarde, 31/01/1890. Na descrição ele é chamado de "Regos Burros", numa inversão de sobrenome frequente em gozações daquele período. Mais tarde, outras autoridades policiais ficarão conhecidas por praticar a capoeiragem. A expressão "empalmar" é um sinônimo de "furtar".

malfeitores"[254]. Diante disso, para o Jornal do Recife uma simples dedução lógica poderia provar, por meio das palavras dos próprios republicanos, que o povo não desejava a República:

> É preciso convir que se há uma vontade superior capaz de infundir terror ao próprio Povo, é que essa vontade tem por si a força da maioria, e, que essa maioria na linguagem da metafísica política é que merece chamar-se *povo*, sobretudo quando se quer resolver pelo sufrágio popular a questão do governo nacional, como pretendem os republicanos[255].

Portanto, segundo o jornal, foi a vontade superior do povo maioria que infundiu terror ao outro povo, que não passava de um punhado de republicanos, e impediu o meeting de acontecer. Diante dessa espirituosa conclusão, inserida num debate que indica a ausência de qualquer consenso sobre quem e quais práticas poderiam ser chamadas de genuinamente populares, o *Diário de Pernambuco* reagiu. De posse do mesmo trecho da edição de *O Norte*, indaga então quais gentes constituíam a "horda e desordeiros e malfeitores" aos quais o *Jornal do Recife* não dera atenção em sua análise[256]. Dedicando-se ainda ao assunto em outra edição, o *Diário* toca num ponto crítico da concepção de representação política que parecia reger a prática marianista:

> Que o direito do maior número está na estrutura da democracia, nunca o contestamos, nem o contestaremos. Mas também o que não pode contestar o douto escritor do Dia-a-Dia é que esse direito se consubstancia nas leis, e que portanto estas são as verdadeiras *vontades superiores* e traduzem perfeitamente em relação a cada povo o estado social respectivo[257].

E complementa que em países livres e democráticos como o Brasil, a maioria expressava nas leis a vontade nacional. Contra ela ninguém teria o direito de insurgir-se, nem mesmo essa "vontade superior", ademais estranha ao povo, já que lhe infundia terror. Se naquele momento e mesmo depois, na República, a constituição da legislatura por meio do acesso universal a instrumentos de participação política característicos de um Estado liberal, como o sufrágio, era alvo de controvérsias, o que dizer da participação direta e irrestrita, o "absolutismo da multidão", decantado pelos liberais marianistas?[258]

Ao contrário de mais tarde, quando Mariano tiver perdido força com a queda do gabinete liberal, a redação do *Diário* ainda mantinha aí um tom relativamente discreto.

---

[254] *Dia-a-Dia*. Jornal do Recife, 24/07/1889. Como sempre, grifos do original.
[255] Idem.
[256] *Meeting Malogrado*. Diário de Pernambuco, 25/07/1889.
[257] *Penitet*. Diário de Pernambuco, 27/07/1889.
[258] Sobre esse aspecto da participação política, ver: HOLLANDA, Cristina Buarque de. Op. cit., p.159-172. A expressão entre aspas se encontra em *Dia-a-Dia*. Jornal do Recife, 23/07/1889.

Nas publicações a pedido, porém, as interpretações sobre os acontecimentos de 22 de julho eram apresentadas sem muitos rodeios. Em uma delas, após acusar Mariano de incutir ódio contra Silva Jardim chamando-o de "caixeiro dos indenistas, e de assalariado dos fazendeiros do sul", o autor afirma que "assalariados, sim, foram por quem hoje todos nós sabemos, os capangas mandados para o pátio da matriz de Santo Antônio com ordens de não consentirem fosse por que meio, na realização do meeting anunciado"[259]. E afirma que ao encontrar-se com a multidão no largo de Santo Antônio:

> O rei pequeno da terra requisitou uma banda de música marcial, e largou-se à frente dela percorrendo as ruas da capital, acompanhado apenas do seu séquito de todos os tempos - gente de toda pertencente a classe ínfima da população, que, brandindo grossos cacetes e empunhando facas, ameaçou perturbar a tranquilidade publica, produzindo mesmo um certo pânico na cidade e muitos fechamentos de casas comerciais[260].

Descrito em tais termos, esse séquito poderia constituir o que fosse, menos o povo pernambucano. Na versão dos liberais para a atuação de Mariano àquele dia, o desenrolar dos acontecimentos não difere muito do que afirmava a oposição, exceto em relação à classificação social do grupo que o acompanhava. De acordo com eles, José Maria e José Mariano ao se encontrarem com o povo conduziram uma marcha em favor da Monarquia, do gabinete Ouro Preto e do Partido Liberal. Às três horas da tarde, ao largo da matriz de Santo Antônio afluía "grande massa popular disposta a impedir o meeting, sendo que já às quatro horas da tarde era difícil o trânsito (...) manifestando-se com grande animação todo esse ajuntamento em sentido contrário à pessoa do Sr. Silva Jardim e as dos seus amigos"[261].

Teria então chegado o "ilustre Sr. Dr. José Mariano" e convidado o povo a acompanha-lo até o quartel do 14º batalhão do exército a fim de obter-se uma banda de música para organizar uma passeata cívica. Nela também Pereira Junior teria discursado em favor da Monarquia, "acompanhando o povo com verdadeiro entusiasmo ao Dr. José Mariano, e erguendo vivas ao Imperador, à Família Imperial e as autoridades da província".

Embora diga que Mariano pedira respeito às pessoas republicanas, o próprio *Jornal do Recife* reconheceria que se na Assembleia Provincial àquele mesmo dia o líder liberal foi contrário ao impedimento do meeting pelo governo, alegando que esse

---

[259] *O 'meeting' anunciado para o dia 22*. Diário de Pernambuco, 27/07/1889. Eram chamados de indenistas os antigos proprietários que pediam indenização pelos seus escravos libertados pela lei de 13 de maio de 1888.
[260] Idem.
[261] *O meeting republicano*. Jornal do Recife, 23/07/1889. Ver também: A Província, 23/07/1889.

tipo de intervenção era contra a índole do Partido Liberal, por isso mesmo defendeu também que ele não deveria proteger Silva Jardim contra "qualquer explosão do sentimento popular". Concordando com essa posição, o *Jornal* completa: "não se confunda democracia com república (...) a forma completa, a forma absoluta da republica é o despotismo, e absolutismo por absolutismo é preferível o da multidão ao do indivíduo"[262].

A julgar pela transcrição de sua conferência do ano seguinte, Mariano fora ao largo de Santo Antônio naquela tarde pôr as coisas mais ou menos nesses termos apresentados pelo *Jornal do Recife.* Porém, ele próprio admitia ter tido uma atitude menos conciliadora do que a folha tentava atribuir-lhe ao narrar sua chegada ao local do incidente:

> Não concordando com a doutrina da ditadura positivista pregada pelo Sr. Silva Jardim, ao passo que sempre me sentira atraído para a doutrina republicana democrática, entendi ser de meu dever, não opor-me à conferência anunciada, mas a ela comparecer e estabelecer debate na praça pública, logo que tivesse o Sr. Silva Jardim acabado de falar, e provocar o povo para que, depois de bem esclarecido sobre a doutrina pregada como propaganda republicana, se dissesse se a aceitava. Nunca pretendi, repito, impedir o Sr. Silva Jardim de falar na conferência anunciada; mas sagrado pela confiança do povo, entendi ter o direito de, na ocasião do *meeting*, provocar um plebiscito, uma manifestação solene do povo para convencer aquele propagandista de que nós tínhamos orientação democrática muito diferente[263].

Sugerindo que "provocar o povo" a declarar se aceitava a "doutrina pregada como propaganda republicana" por Silva Jardim não consistiria propriamente em uma ameaça, Mariano argumenta que problema dos republicanos foi terem acreditado nos boatos sobre uma possível agressão. Ora, conclui, se ele agisse da mesma forma e se deixasse influenciar por boatos, não estaria naquele momento realizando sua conferência no teatro Santa Isabel.

A partir daquele 22 de julho, o marianismo emerge como a antítese do republicanismo em Pernambuco. Quando Silva Jardim parte para o sul, é a vez de voltar a Pernambuco o Conde d'Eu, a quem agora *A Província* receberá efusivamente, ao contrário da recepção tímida à sua primeira passagem[264]. Defendendo a Monarquia democrática contra a ameaça de uma ditadura de senhores de escravos, ela se voltava especificamente contra o grupo comtiano liderado por Silva Jardim, que tentava atrair

---

[262] No já citado *Dia-a-Dia*. Jornal do Recife, 23/07/1889.
[263] *O discurso.* A Província, 19/04/1890.
[264] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. p.193–195.

antigos senhores e tinha maior influência em Pernambuco: "os abolicionistas devem permanecer em guarda contra a ditadura republicana"[265].

O posicionamento abertamente contrário à abolição por parte de republicanos de Pernambuco não os ajudava muito a esquivar-se dessas acusações. Em uma notável mudança em relação ao seu discurso antes da lei de 13 de maio, alguns deles agora se referiam a ela como precipitada e mal concebida. Um dos maiores exemplos disso foi grande senhor de terras e político Ambrósio Machado, duramente criticado pelo movimento republicano nos tempos das eleições de 1884, por ser contrário ao abolicionismo de Mariano, e agora membro destacado do Partido Republicano de Pernambuco[266].

Na tarde de 22 de julho, foi contra ele e outros dois homens da lavoura que Mariano discursou às pessoas reunidas no largo de Santo Antônio, dizendo que o republicanismo estava contaminado por "Arariba, Ambrósio e Marcionilo, esses escravocratas despeitados, que só querem a indenização"[267]. Essas palavras foram atribuídas a ele por Ambrósio Machado na imprensa, em uma resposta na qual se manifestam tanto a exasperação contra uma acusação considerada injusta, quanto um relativo reconhecimento das atitudes pelas quais teria sido acusado, segundo ele, apenas:

> Com a danada intenção de expor-nos aos ódios e aos insultos de uma multidão ignorante e inconsciente, que constitui o que ele chama *seu povo* (...) Fui daqueles que se opuseram à vertigem abolicionista. E entretanto, ideia generosa e humanitária, a libertação dos escravos, dentro de certo prazo,

[265] A Província, 14/08/1889 (citada por Hoffnagel no trecho da nota acima). Ao tratar das ideias de Aníbal Falcão, Silva Jardim afirma que um conceito adiantado da política positiva como "ditadura" acabava se tornando inoportuno perante uma opinião pública não elucidada sobre o seu significado: "muitos não entendem que ela não é tirania porque a representação nacional e a opinião pública a fiscalizam e equilibram. A palavra é que ofende o ouvido". Ele também procura descrever os republicanos desaconselhando ex-senhores de escravos a pedirem indenização. JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.329 e p.164.

[266] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. p.176-180: "Thus, Republican leaders who had hailed the government's courageous act of May 13, 1888 that ended slavery, now considered that action hasty and ill conceived". E cita artigos de jornais republicanos que criticam a abolição. No entanto, o autor afirma que foi relativamente baixa a adesão de ex-senhores ao Partido Republicano em Pernambuco. Sobre Ambrósio Machado, Emília Vasconcelos diz que: "fazia parte de uma família de proprietários que conviviam há gerações na administração de escravarias e personificava o senhor de engenho que atuou na política provincial e imperial, e manifestou-se contra o fim da escravidão". VASCONCELOS, Maria Emília (no prelo). *O doutor Ambrósio Machado e os trabalhadores do engenho Gaipió-Ipojuca, Zona da Mata Sul de Pernambuco (1885-1893)*. P.2. Agradeço a Emília por ter me permitido a leitura do texto antes mesmo da publicação.

[267] *Os agricultores republicanos e o Dr. José Mariano*. Diário de Pernambuco, 04/08/1889. Cruz Gouvêa apresenta o Barão de Arariba, Ambrósio Machado e Marcionilo da Silveira Lins como modelos de articuladores dos Clubes da Lavoura, contrários à abolição imediata e incondicional da escravidão. GOUVÊA, Fernando da Cruz. Op. cit., p.242.

> com a indenização constitucional, nunca foi repelida pelos proprietários e fazendeiros brasileiros[268].

Ele fora contra a abolição, mas caso ela tivesse sido realizada com o mínimo de legalidade os proprietários não hesitariam em fazer essa concessão à causa humanitária. No entanto, prossegue, sua luta não obteve êxito e, derrotado, não alimentava ódios contra os ex-abolicionistas, alguns dos quais eram agora seus aliados. É fácil depreender que ele está se referindo àqueles republicanos que de abolicionistas passaram a críticos da abolição após a lei, em uma espécie de jogo de concessões de ambos os lados com o propósito de unir forças contra a Monarquia.

Quanto a Mariano, haveria se aproveitando dos lucros políticos obtidos com o tema da abolição – do qual por isso mesmo não queria se desapegar – para chegar ao poder e com o dinheiro do tesouro público reunir em torno de si "uma recova de ociosos, de pretendentes a empregos público, elementos de desordem e de anarquia" e fazer "acreditar aos libertos, que ele foi o seu único libertador e que continua a amparálos contra a re-escravização pelo seu ex-senhor". Em sua resposta nas publicações a pedido do *Diário*, Mariano não refutou a informação de que em 22 de julho havia dito aquelas coisas contra Ambrósio e os outros dois proprietários. Pelo contrário, em todos os artigos da série que escreveu a respeito, ele tentou basicamente ratificar com detalhes essa afirmação.

Neles, Ambrósio Machado aparece como um "cavaleiro errante da escravidão", cuja campanha contra Mariano remontaria à célebre eleição de 1884, quando este o venceu duplamente, primeiro desafiando a sua pressão para que não se declarasse abolicionista e, segundo, nas próprias urnas[269]. Mentor do Clube da Lavoura de Ipojuca, criado um ano antes com o objetivo de se opor aos "excessos abolicionistas"[270], esse ex-senhor de escravos constituiria para os abolicionistas "o tipo bem acabado do escravocrata intransigente"[271].

Se a vida política dele vinha sendo pautada por adaptar-se a qualquer ambiente contrário ao abolicionismo, continua Mariano, não haveria calúnia em se dizer isso publicamente ao povo, "a que ele chama de *multidão ignorante e inconsciente*", o que

---

[268] *Os agricultores republicanos e o Dr. José Mariano*. Diário Pernambuco, 04/08/1889.
[269] *José Marianno e o Libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado I*. Diário de Pernambuco, 07/08/1889 e também *José Mariano e o Libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado IV*. Diário de Pernambuco, 14/08/1889. Gouvêa confirma essa disputa de 1884 em Op. cit., p.268.
[270] GOUVÊA, Fernando da Cruz. Op. cit., p.270. Sobre essa função do Clube da Lavoura, ver HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 2005. p.213.
[271] *José Marianno e o Libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado II*. Diário de Pernambuco, 08/08/1889.

não surpreenderia, pois "para os ditadores o povo não passa mesmo disso"[272]. Portanto, o tipo de República que se estava tentando implantar no Brasil seria muito compatível com as aspirações de alguém que

> Sempre quis a escravidão do negro e agora quer a ditadura sobre o branco proletário e sobre o descendente do escravizado, porque isso de governo não é para todos, mas só para quem é fidalgo, rico, honrado e ainda hoje tem saudades dos bons e bucólicos tempos das senzalas e dos eitos para os quais quer fazer a pátria voltar[273].

Direcionada especificamente a Ambrósio Machado, a invectiva recairá sobre todo o movimento republicano em Pernambuco numa série de nove artigos intitulada *A República da Escravidão*, iniciada em 09 de agosto de 1889 na *Província*[274]. Desconsiderado pelos marianistas quando de sua promulgação em dezembro de 1888, o programa do Partido Republicano de Pernambuco é então descoberto e utilizado para associar a ditadura republicana à re-escravização[275].

O alvo principal desses artigos é a hierarquia subjacente ao esquema de classificação social abundantemente expresso pelos republicanos. Segundo a *Província*, o objetivo da proclamação da República seria instituir uma ditadura capaz de confinar ao trabalho disciplinado o povo, o qual seria para os republicanos "a canalha, a capangagem da monarquia que irá expiar os seus enormes crimes de liberdade e abolicionismo, servindo aos réus públicos e escravocratas na ditadura do machado e da foice, enfileirada no eito da fazenda"[276].

Se em sua campanha, prossegue a *Província*, eles já tratavam o povo com "epítetos de canalha, capangas, e outros", o que seria das liberdades quando aqueles homens estivessem no governo?

> Nas malhas estreitas de uma república ditatorial, eles enxergam uma certa sujeição das massas populares, onde estão os seus ex-escravisados, e nelas não lhes escaparão as bases de um regime férreo da pretendida república (...). Que juízo farão do povo, de que modo o poderão tratar os republicanos

---

[272] *José Marianno e o Libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado II*. Diário de Pernambuco, 08/08/1889, e também *José Marianno e o Libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado III*. Diário de Pernambuco, 09/08/1889.
[273] *José Marianno e o Libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado III*. Diário de Pernambuco, 09/08/1889.
[274] Sobre a série, com trechos transcritos, ver GOUVÊA, Fernando da Cruz. Op. cit., p.261-292.
[275] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.196-198.
[276] Da coluna *Traço e Troços* da Província, transcrito por GOUVÊA, Fernando da Cruz. Op. cit., p.274-275.

> escravocratas depois de organizada a república da escravidão, essa de que esperam a retribuição em tresdobro das custas da abolição?[277]

Assegurando que o povo não permitiria a ascensão de semelhante regime, a *Província* posiciona Mariano não tanto como o seu doutrinador, quanto como o único capaz de refrear a sua revolta, como teria feito ao proteger Silva Jardim quando esteve em Recife. No entanto, ameaça, "quando o povo quer é difícil contê-lo", então "a lição que a data de 22 de julho recorda aos homens da ditadura deve ser guardada como um aviso e como um exemplo"[278].

Ao sugerir a existência de uma crença difundida entre o povo de que todo republicano era abolicionista, Maria Tereza de Mello deixa de lado a possibilidade de que vozes como essas de José Mariano e seus correligionários tenham atingido amplas parcelas da população[279]. Não pretendo especular sobre qual conceito de República era mais aceito entre aquelas pessoas, se o dos marianistas que lhes falavam ou se o defendido pelos propagandistas republicanos na Rua do Ouvidor.

Isso porque pensando nesses termos permaneceria o risco de atribuir-se uma centralidade à antítese Monarquia/República definida por esses propagandistas nas preocupações de pessoas para as quais talvez tal oposição só adquirisse sentido através de grupos e mesmo indivíduos em nível local. Estes sim seriam percebidos como representantes de determinado projeto que poderia interessar a algum segmento da população, como os "moços do comércio", e a população negra dos bairros pobres da cidade ou, até mesmo, embora não necessariamente, de nenhum projeto além da concessão de favores pessoais, como sugere a conversa que Silva Jardim teria travado com o cocheiro Miguelzinho de Casusão, condutor da diligência com a qual partiu de Goiana, a caminho de Recife:

> - O senhor, ainda que mal lhe pergunte, é o dr. Silva Jardim, o que veio com o conde de Eu?
>
> - Para servi-lo, cidadão.
>
> - Para servir a Deus. Há muita gente por aí do seu partido. Ainda outro dia um sujeito me disse que se não for nomeado para um emprego, passa-se para o seu lado.

---

[277] *A República da Escravidão*. A Província, 06/08/1889, transcrito por GOUVÊA, Fernando da Cruz. Op. cit., p.273-274.
[278] *A República da Escravidão*. A Província, 08 e 09/08/1889, transcrito por GOUVÊA, Fernando da Cruz. Op. cit., p.278-280.
[279] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. Cit., 2009. p.27.

- Não há de ser por isso, cidadão[280].

Segundo Maria Tereza de Mello, apesar das adesões de escravocratas ao republicanismo e de o Manifesto de 1870 não ter sido muito eloquente no tocante à "questão servil", "para a opinião pública, a abolição e a republica eram 'ideias avançadas' que se conjugavam, ou melhor, que não podiam ficar separadas. Em sua famosa conferência de 30 de dezembro de 1888, Silva Jardim lembrou que 'o republicano era claramente considerado um abolicionista'"[281]. Não sei se com isso ela quis dizer que tal afirmação foi recebida exatamente como Jardim esperava, como se o simbolismo do discurso de homens como ele fosse capaz de renovar as demandas das pessoas superando inexoravelmente quaisquer outras motivações presentes nas suas escolhas[282].

Mesmo alguém que simpatizasse por seus discursos – partindo do pressuposto, a meu ver questionável, de que isso era inevitável – ainda assim outras questões poderiam definir a manutenção de uma posição favorável à Monarquia, o que no Recife àquelas alturas significava dizer favorável ao gabinete que defendia a Monarquia no momento. O próprio Silva Jardim reconheceu isso ao contar que no calor dos preparativos para o comício de 22 de julho de 1889, em Recife, um dos seus correligionários encontrou um

[280] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.378. O nome do boleeiro se encontra em PINTO, Otávio. Op. cit., p.253. Apesar de ter como referência o trabalho de Koselleck, ao ler os conflitos do período através da antítese estabelecida pelos republicanos a autora não parece ter levado em conta uma nota metodológica do historiador alemão: "não podemos permitir que a força sugestiva dos conceitos políticos nos prenda a uma leitura dualista das condições históricas antagônicas que ela implica, ou que foram por ela provocadas. Como categorias do conhecimento histórico, as antíteses do passado costumam ser bastante grosseiras. Nenhum movimento histórico pode ser suficientemente conhecido com os mesmos conceitos antagônicos com que foi vivido ou compreendido pelos que dele participaram. Em última análise, isso significa adotar a história dos vencedores". A meu ver, não se trata de com isso afirmar que havia algo mais profundo sobre aqueles episódios que só pode ser dito com as categorias da atualidade e sim de não esquecer que os materiais dos quais o pesquisador dispõe fornecem compreensões alinhadas aos conceitos e demandas dos grupos que os produziu, ou seja, poderia haver outros interesses em jogo, outras formas de repartir e classificar a sociedade que não ficaram explicitamente registrados por seus atores – que talvez nem tivessem meios para isso –, mas dos quais há sinais nos próprios textos daqueles que pretendiam estabelecer as dualidades que lhes pareciam convenientes nos documentos que chegaram ao pesquisador.

[281] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. Cit., 2007. p.195.

[282] A autora afirma: "Entretanto, a adesão de escravocratas ao republicanismo – por mágoa, sensação de traição ou por vingança – manchou a áurea de idealismo que revestia aquele princípio político". Porém, em sua argumentação subsequente ela parece pretender enfatizar que a parcela mais sincera dos republicanos teria se queixado daqueles que aceitavam a adesão dos escravocratas, como se essa parcela monopolizasse os sentidos atribuídos à República e pudesse impedir a mácula ao ideal republicano provocado pelas adesões. Idem, p.196.

sujeito que afirmou ter estado com o líder republicano e apertado sua mão: "inté o moço era muito simpático", teria dito o homem, "mas o mataria mesmo" assim[283].

Entretanto, a autora não precisava ter tomado conhecimento desse episódio, ocorrido em uma longínqua província do norte, para suspeitar do alcance dos significados difundidos pela propaganda republicana sobre o conjunto da sociedade. Para isso, haveria indicações no próprio Rio de Janeiro, como o fato de que a conferência de Silva Jardim em 30 de dezembro de 1888, à qual ela se refere como famosa, obteve essa fama exatamente por de ter sofrido ataque violento de uma grande quantidade de pessoas.

Só me parece haver duas explicações possíveis para ainda assim a autora considerar natural a aceitação generalizada do discurso republicano: ou ela esqueceu, pois certamente o sabe, que esse discurso jamais poderia ter sido aceito pela parcela do povo que na dicotomia nele demarcada entre Monarquia e República era posta do lado da Monarquia (por exemplo, os chamados capoeiras ou guardas negras), ou então ela, sem perceber, assimilou a interpretação dos republicanos e não considerou aquelas pessoas parte do povo.

Acredito que se trata da segunda opção, tendo em vista a distância estabelecida em seus trabalhos, com base em relatos dos republicanos, entre os guardas negras que agiram no comício e o povo receoso de sua atuação: "o povo então se afastou temeroso e um oficial da polícia dispersou a Guarda Negra"[284]. De acordo com ela, notícias assim contribuiriam para o descrédito da Monarquia entre a população, na qual ia se formando "a ideia de que o governo é o responsável pela agitação mais perigosa nas ruas, graças ao recurso permanente aos capoeiras na repressão"[285].

Com efeito, baseando-se no que os propagandistas republicanos diziam ser o povo, dificilmente se chegará a outra conclusão que não a de que este consentiu a seus

[283] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.401. Diante disso, eles pensaram, seria inevitável a luta armada naquele dia.
[284] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. Cit., 2007. p.21. Ao afirmar que a relação entre "a polícia (ou políticos) e os capoeiras" era um dos "fatos que escandalizavam a população, provocando em todos uma grande confusão mental", e que a Guarda Negra particularmente era "o alvo da maior indignação pública", a autora não deixa dúvidas sobre o fato de ela não só descrever, mas também incorporar, a distribuição de classificações sociais realizada pelos republicanos: MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. Cit., 2009. p.27. Do contrário, ela teria explorado, por exemplo, o fato de na imprensa as ocorrências de 30 de dezembro de 1888 terem sido descritas também como "lutas civis" e não unicamente como invasões da Guarda Negra: MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. Cit., 2007. p.23.
[285] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. Cit., 2007. p.35.

projetos[286]. Uma abordagem equivalente, embora a partir da perspectiva oposta, é a de Fernando da Cruz Gouvêa em seu livro sobre a abolição. Nele a concepção de povo difundida pelo grupo de Mariano é totalmente adotada pelo autor, que, consequentemente, louva o líder do Poço como um autêntico tribuno popular[287].

No entanto, nem todos os republicanos estavam sempre firmes em suas convicções como Felício Buarque, Ambrósio Machado e outros nesse jogo de atribuição de identidades. Mesmo Silva Jardim alegando que o povo não era só "o terceiro estado" e sim todos os brasileiros, ele justificava de maneira frágil a baixa presença em seus meetings desse terceiro estado, assegurando que ele "sempre foi pequena parte em todas as nossas agitações políticas"[288].

A fragilidade dessa justificativa reside em um fenômeno observado e narrado por ele próprio quando da sua passagem pelo Recife. Da leitura das suas memórias, se pode depreender duas coisas a esse respeito: primeiro, ele pensava a representação política de uma forma muito mais abrangente e flexível do que muitos dos seus correligionários (ao menos os de Pernambuco) e, segundo, a popularidade de José Mariano foi algo que o impactou profundamente. E se digo "popularidade" é por conta da ambiguidade de sua narrativa sob esse aspecto.

Crendo que a presença do "terceiro estado", ou seja, das pessoas de origem humilde, nas agitações políticas no Brasil era tradicionalmente pequena, as atribuições de papéis aos envolvidos em conflitos contra os republicanos pareciam inequívocas nos registros de diário de Jardim e nos textos do seu secretário Luiz Pires. Nesse sentido, tanto os responsáveis pelos ataques no Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1888 quanto em Salvador em 1889 – quando lá ele esteve de passagem, a caminho do Recife – foram apresentados de maneira não muito diferentes do discurso republicano visto até aqui: tratava-se de capangas, guardas negra ou homens de cor ignorantes usados por políticos astutos e não de mobilizações populares contra ele, pois, afinal, estas nem eram comuns no país.

---

[286] E não seria difícil chegar a conclusões parecidas com as dela se alinhando à perspectiva dos republicanos do Recife, pois nesta cidade eles também diziam sobre os políticos imperiais coisas do tipo: "condenavam a guarda negra fora do governo, a alugavam quando subiam e com este procedimento desacreditaram o sistema monárquico". No já citado: *Delirium Adoesionis*. Diário de Pernambuco, 04/06/1890.

[287] Ao referir-se a Licínio de Macedo, que ignora tratar-se de Felício Buarque, o autor afirma: "O correspondente do jornal do Rio pretendia que os republicanos tinham no Recife respaldo popular, mas como o povo acompanhava os liberais, seria por ele contraditoriamente tratado como 'horda', 'desordeiros', etc." Op. cit., p.267.

[288] MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. Cit., 2007. P.200. Vale destacar que o que eu aí chamo de frágil a autora chama de convincente.

Contudo, ao chegar a Recife, o republicano fluminense sentiu dificuldades em adaptar esse discurso a uma circunstância que lhe pareceu estranha[289]. Não só deixou de mostrar-se certa a ausência do terceiro estado nas agitações políticas, como este parecia compor a base partidária de atuais inimigos da República, os cachorros de José Mariano. Após explicar a divisão interna do Partido Liberal entre a fidalguia dos leões e os cachorros, ele reconhece: "Os cachorros são o terceiro estado, o povo, que se formou violento, forte, revolucionário. O Recife é a única cidade do Brasil em que há verdadeiramente um proletariado"[290].

O argumento da fragmentação social que impedia a conformação de um autêntico povo com os trabalhadores pobres, tão presente nas discussões sobre a representação política entre o final do Império e o início da República, perdia para ele a capacidade explicativa frente a uma coletividade que era ao mesmo tempo popular e multidão, consciente e inconsciente, ativo e manipulado. Assim, conceitos excludentes como povo e brabo implicavam uma distinção insuficiente para dar conta daquele fenômeno em torno da figura de José Mariano:

> Essa massa proletária, sem ofício certo, forma na cidade nortista uma coorte de bravos, capaz de morrer por um capricho de submissão por um homem, mesmo mais que por uma ideia. Ela tem o instinto da revolta contra todas as prepotências e tiranias, mas é suscetível de sacrificar a mesma liberdade quando mal guiada pelos especuladores políticos (...) Com uma faca de Pasmado na mão esses homens são capazes de todos os arrojos. A bravura é para eles uma religião, e a luta singular um hábito. Se um valente sabe da existência de outro, dito mais valente, convida-o a experimentar forças. Às vezes atira para o lado a faca terrível e avança para o outro, desarmado; impávido; toma-lhe da arma, bate-lhe com ela o corpo e solta-o: - é a suprema afronta. Se a luta se empenha, o mais forte abandona o vencido quando lhe vê a flôr do sangue... Por esta expressão poeticamente sinistra ele quer significar a golfada do sangue produzida pela ferida certeira no pescoço, que antecede numa sufocação de moribundo a agonia derradeira [291].

Diante dessas pessoas, ele ficara com a sensação de que não eram as ideias, mas os homens, que as orientavam. Infelizmente para ele, naquele caso os homens em questão não eram os seus correligionários:

> Tive de operar neste meio, e infelizmente tive de encontrar, ao lado da geral simpatia popular, as resistências do mais aclamado dos chefes demagógicos, José Mariano. Audaz, valente, experimentado na intriga política, prestigiado pela adversidade, espadeirado ao lado do povo uma vez nas ruas do Recife,

[289] Para afirmar isso me baseio principalmente no trecho das memórias entre as páginas 389-399. JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit.
[290] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit. p.390. Entre os antagonismos de Pernambuco, ele destacou a pobreza impressionante na qual viviam muitas pessoas, frente à pujança urbanística do Recife, p.372.
[291] Idem, p.392-393.

> eliminado fraudulentamente do Parlamento no Rio uma outra, o caudilho pernambucano abandonara as tradições revolucionárias de sua terra[292].

Para Silva Jardim, portanto, Mariano ao lado do povo tivera um grande passado de lutas e adversidades, agora abandonado em troca de promessas do governo monárquico. No entanto, ele recorda que o líder dos cachorros chegou a prometer-lhe proteção em sua passagem por Recife, numa atitude dúbia que o decorrer dos acontecimentos se mostraria, ainda segundo ele, uma tentativa de servir aos dois lados e não de reviver antigos ideais revolucionários[293].

Caso a alcunha "homem de gabinete" possa definir algum político ou acadêmico daquele período, certamente esse não é o caso de Silva Jardim. Como em diversas cidades de Pernambuco e de outras províncias, em Recife ele caminhou pelas ruas, observou os costumes, caracterizou os bairros e descreveu sua experiência com uma sutileza notável[294]. Parece plausível supor que ao vislumbrar aquele traço característico da política no Recife, ele tenha se perguntado os porquês de Mariano conseguir o que seus correligionários não conseguiam. Uma resposta possível, à qual ele talvez até tenha chegado, é a de que eles pouco tentavam.

Enquanto Mariano apostava naquelas pessoas para concretizar os seus projetos de poder, entendendo-as como peças decisivas no jogo político do país, vários líderes republicanos pareciam não apenas concedê-las pouco crédito nesse sentido, como também ser indiferentes à possibilidade de que elas tomassem conhecimento disso. Da mesma forma, enquanto Mariano tentava atrair a parcela de cor dessas pessoas, era sobretudo ela que os republicanos de Pernambuco não costumavam ver como o seu público. Isso pode ser dito até sobre as suas principais lideranças abolicionistas, como Aníbal Falcão, para quem a tendência historicamente fetichista do negro tinha como consequência para a sua "inteligência um desenvolvimento inferior ao que apresentam os órgãos afetivo e ativo do cérebro"[295].

---

[292] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit. p.393.
[293] Idem, p.395.
[294] Embora certamente ele obtivesse informações dos anfitriões, suas descrições de passeios nas ruas, inclusive a pé, demonstram um grande interesse em conhecer as cidades de perto. A abundância disso ao longo das suas memórias – ou nos trechos de diário transcritos nela – é tão grande que seria difícil indicar aqui só uma parte. Um exemplo em relação a cidades de Pernambuco se encontra entre as páginas 379-383. JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit.
[295] FALCÃO, Aníbal. *Fórmula da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1933. P.96. Levado a público em 1883, o texto de Falcão se detém em apresentar o positivismo como alternativa ao debate entre o monogenismo e o poligenismo, passando curiosamente ao largo de qualquer discussão sobre Darwin ou Spencer. Em sua análise, o autor rejeitava totalmente um certo materialismo cuja preocupação em encontrar fundamentos exclusivamente biológicos para a diferença entre as raças o fazia perder-se nas análises especulativas do monogenismo e poligenismo. Inspirado em Augusto Comte,

Em conformidade com essa expectativa sobre a sua capacidade, Isidoro Martins Junior recomendava que os ex-escravos "aprendessem as 'virtudes do trabalho' em colônias agrícolas administradas pelo exército"[296]. Logo, quando o seu colaborador Albino Meira chegasse ao governo do estado em 1890, que liberdade precária poderia esperar alguém que de alguma maneira, seja pelo antigo estatuto legal, seja apenas pela cor, carregava consigo a marca da escravidão?

Afinal, o próprio Meira, ao criticar a abolição incondicional, afirmara que antes dela o governo deveria ter promulgado leis de trabalho compulsório, além de outras medidas compensatórias para os senhores[297]. Assim como as críticas a ela (figura 1), essa postura foi além dos meses imediatamente posteriores à abolição. Quase três anos mais tarde, um jornal filiado a Martins Júnior recomendava que as deportações a Fernando de Noronha decretadas logo após a proclamação da República, fossem substituídas pela reclusão em instituições que deveriam, "sob uma disciplina militar, submeter esses magotes de vadios que abundam em nossas cidades", afinal, os economistas condenavam o sistema de regulamentar as indústrias, mas não "o sistema de baixar leis que obriguem o cidadão ao trabalho"[298].

Figura 1 – A República comparada à escravidão em charge sobre as deportações dos envolvidos nos episódios que ficaram conhecidos como Revolta da Vacina. Jornal Pequeno de 01/05/1905.

Caso os virtuais atingidos por leis como essas não lessem os jornais, os discursos ou os livros nos quais elas eram propostas, Mariano cuidaria para que tais ideias lhes

---

Falcão atribuía a subdivisão da raça humana nas três grandes raças (branca, amarela e negra) inicialmente às influências do meio natural ("cosmológicas") e num segundo momento ao desenvolvimento das relações sociais. Embora admita uma distinção fundada na constituição cerebral dos indivíduos das três raças, predominando na branca a função intelectiva, na amarela a ativa e na preta a afetiva, segundo ele isso se devia a fatores sociológicos, que se refletiam no ritmo de desenvolvimento histórico das raças. Portanto, os negros estariam apenas retardados na marcha da civilização, "mas que isso de modo algum denota uma inaptidão social e intelectual intrínseca" à raça deles. Creio que deve ser compreendida em face dessas discussões a afirmação de que "para Aníbal Falcão, por exemplo, o nível mental do negro era marcado pelo 'fetichismo' comum a outras raças inferiores". HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 2005. p.212.

[296] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 2005. P.212.

[297] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.175. O artigo no qual Albino Meira afirma isso foi publicado em 10 de janeiro de 1889 na *Província*, o que mostra o quanto Mariano sabia ser flexível nesse ponto quando lhe convinha, pois naquela data, ainda sob um gabinete conservador, ele não estava em luta contra os republicanos.

[298] *Os Problemas Sociais - Trabalho*. Gazeta da Tarde, 21/11/1891.

chegassem aos ouvidos. Daí as críticas à "República da Escravidão", na qual os ex-escravos seria forçados a trabalhar, largamente difundidas pelos marianistas em suas manifestações. E estas não precisavam ser grandes meetings, poderiam não passar, por exemplo, de uma conversa informal com um amigo no estabelecimento do major Francisco de Paula Mafra, que acabou resultando num ajuntamento de dezenas de pessoas para escutar Mariano[299]. Ele então dizia que naquele início de República os governantes colocavam "soldados na escada afim de não ouvir as queixas do povo. Que ele quando era gente dava audiência a todas as horas, em casa, no escritório, na Assembleia, na rua, nos quiosques, nas escadas, nos botequins, nos becos" etc.[300]

Mas de que importava a muitos republicanos que Mariano fizesse isso, se para eles as pessoas reunidas ali, "na cocheira do Paula", eram apenas os "cocheiros analfabetos, (...) os Faelantes budeonicos, os Nicolau de Poço, toda a troça que enfim tudo sugava" de Mariano quando ele estava no poder e compunha a sua Guarda Negra?[301] Logo, diante da possibilidade de quem assim os classificava controlar a política local, o "povo de Mariano" tinha bastantes motivos para ceder ao apelo de mobilização emitido por aqueles com os quais estava sempre em contato nas ruas, nas cocheiras, nos pátios. Um desses episódios ocorreu quando em 21 de fevereiro de 1892, Francisco de Paula Mafra encabeçou um numeroso "ajuntamento popular sedicioso" na

[299] *Meeting*. Diário de Pernambuco, 21/12/1889. Ana Maria da Conceição, "mestiça analfabeta" que ditou "a pessoa idônea" as informações solicitadas por Gilberto Freyre para serem utilizadas no livro Ordem e Progresso, teria por volta de 25 anos e levava uma vida agitada entre o trabalho braçal e os pastoris ("gozei as delícias dos beijos quentes dos filhos dos brancos") nessa época. Ela "'embora não tivesse sido escrava', mas apenas nascido na escravidão e 'logo liberta', diz ter apreciado muito 'o Dr. Nabuco e Zé Mariano e Da. Olegarinha", esposa de Mariano. Ana Maria trabalhara no engenho do coronel Marcionilo, aquele mesmo contra o qual Mariano e os seus, dentre os quais talvez ela própria, gritavam em 22 de julho de 1889. Por que será que a moça apreciava os maiores inimigos daquele que foi seu patrão? É deles que ela se lembrará ao fazer sua narrativa no bairro da Torre em 1941, onde nessa data trabalhava como lavadeira e engomadeira, além de "benzer cobreiro, dores de dente e mau-olhado". FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2004. P.614. Sobre a relação em nível de ajuda pessoal entre Mariano e ex-escravos, ver CASTILHO, Celso. Op. cit., p.192-193.

[300] *Meeting*. Diário de Pernambuco, 21/12/1889. Ainda em Ordem e Progresso, Freyre descreve José Mariano como um tipo "uma tanto demagógico que na sua província natal era visto por vezes nos quiosques, a comer sarapatel com cafajestes, seus compadres, uns, e outro, seus capangas". Idem, p.665.

[301] *A guarda negra em desespero*. Diário de Pernambuco, 22/12/1889. É importante sublinhar que esse artigo é uma paródia à reunião narrada em outro tom no artigo da nota acima. Apesar de que também naquele talvez haja alguma ironia quando se diz que um dos lugares onde Mariano atendia ao povo era no "escritório da companhia de carnes verdes", em aparente alusão a problemas ocorridos durante a administração liberal na província. No final do artigo de 22/12 é escrito: "P. S - Convida-se o povo do Poço para a recepção do João Alfredo".

Rua 15 de novembro, em frente às redações da *Província*, contra a Junta Governativa dos republicanos de Pernambuco[302].

Essa conjuntura tinha resultado da reviravolta provocada em novembro de 1891 pela elevação de Floriano Peixoto à presidência e a derrubada de Deodoro da Fonseca. Com este caíram os governos estaduais a si associados, sobretudo o de Pernambuco, onde dominava uma aliança de diferentes grupos políticos – entre os quais o de José Mariano – comandada pelo Barão de Lucena, amigo íntimo e colaborador de Deodoro[303]. Martins Júnior e Ambrósio Machado, que se encontravam isolados após se recusarem terminantemente a compor aquela chapa para eleições da Constituinte ao lado de Mariano, se viram então em uma rara oportunidade de controlarem a política estadual ao lado do comandante das tropas do exército estacionadas na cidade, o general Ourique Jaques[304].

Essas tropas foram fundamentais para os planos republicanos porque José Maria, momentaneamente à frente do governo do estado quando da queda de Deodoro, fortalecera a polícia recrutando uma grande quantidade de pessoas para defender os seus aliados[305]. Com a vitória das tropas do exército após rápidos conflitos de rua, foi instituída a Junta Governativa composta por três integrantes: Ambrósio Machado, o general Ouriques Jaques, e José Vicente de Meira Vasconcelos, primo de Albino Meira[306].

De acordo com o tenente de artilharia do exército Arthuliano Barreto Luiz, testemunha no processo instaurado após o episódio de fevereiro de 1892, foi contra aqueles três homens que a "multidão desordeira" reunida por Paula Mafra e acompanhada por uma banda de música gritava: "fora esta junta de merda, composta de um mentecapto, um ladrão e um corno, abaixo o infame e sanguinário Floriano

[302] *Denúncia à Justiça*. Réu: Major Francisco de Paula Mafra. Recife. Segundo Cartório do Crime, 19 de maio de 1892. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP). P.5. No processo, a rua também é chamada por seu antigo nome: Rua do Imperador.
[303] PORTO, Costa. Op. cit., p.31-35; HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.219
[304] Em artigo no *Jornal do Recife*, Martins Júnior declara ter dito a Lucena que o "Partido Republicano Histórico" ficaria profundamente chocado com a presença de Mariano na chapa: *Ao Partido Republicano e aos meus concidadãos em geral.* Jornal do Recife, 14.08.1890. No entanto, Ambrósio Machado, a quem Martins chama de "meu ilustre correligionário e amigo", também aponta algumas demissões e nomeações nos municípios de Escada e Bonito como causas para a recusa deles. *Ao público.* Jornal do Recife, 15/08/1890.
[305] Ao mencionar esse episódio, Mário Melo, cujo pai e depois ele próprio fez parte do grupo de Mariano, afirma que José Maria era um fervoroso adepto de Deodoro e, portanto, teria organizado a defesa por motivação pessoal. MELO, Mário. Pernambuco ante a revolta da esquadra. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XXXIX, 1945, p.144-157. Ver também: HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.223-224.
[306] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.225 afirma que José Vicente era tio de Albino, mas Albino Meira se refere a ele como primo em *Ao público*. Jornal do Recife, 13/08/1890.

Peixoto"[307]. É difícil saber com segurança de onde viria tanta disposição para desafiar nesses termos ao mesmo tempo o governo federal, estadual e o exército. De acordo com as testemunhas, da sacada da redação da *Província*, Faelante da Câmara ameaçava de morte o questor policial que compareceu ao local e emitia gritos "convocando o povo à sedição"[308].

Enquanto conclamava a resistência aos soldados enviados para conter a manifestação, Francisco de Paula Mafra ainda teria dito que "por causa destas e de outras foi que se matou o cadete Júlio Borges". Trata-se de uma alusão aos conflitos que levaram à ascensão da Junta, os quais quatorze anos mais tarde o folheto em resposta a Faelante iria ressoar: "Na própria noite da revolução, os sicários, antes de fugirem, cevaram a sede de sangue no infeliz cadete Júlio Borges"[309]. Apesar de, assim como o folheto, o relato da *Gazeta da Tarde* ter sido favorável à Junta, ela leva a crer que o cadete estava prestes a matar José Maria quando foi assassinado: "um herói – o cadete (...), que há pouco chegara do sul, penetrara em Palácio, e, agarrando o Dr. José Maria, disse-lhe: 'O Sr. responde pela morte de meus patrícios' e pôs-lhe ao peito um revólver. Mas sobre ele cai um grupo de assassinos, e crivaram o pobre moço de facadas"[310].

Nove meses depois daqueles conflitos em frente à redação da Província, Gervásio Fioravante Pires, na época um jovem promotor público aliado de Martins Júnior, ainda lutava contra a atitude suspeita dos oficiais de justiça na tentativa de ver punido o major Paula Mafra. Ele pedia rapidez ao juiz responsável pelo processo, que se arrastava por meses "apesar de serem muito conhecidas e muito fáceis de encontrar as testemunhas apresentadas"[311].

Sua pressa era compreensível, pois a situação mudara para os republicanos quando Floriano indicou como substituto da Junta Governativa Alexandre Barbosa Lima, cujas crescentes tensões com Martins Júnior acabariam levando-o a depender do apoio da gente de Mariano, mais uma vez mobilizada por José Maria, em sua luta contra

---

[307] *Denúncia à Justiça*. Réu Major Francisco de Paula Mafra... P.20. Mentecapto é um sinônimo de louco ou idiota.
[308] Idem, p.10.
[309] *Resposta ao artigo do Dr. Faelante da Câmara*... op. cit., p.16.
[310] *Os acontecimentos.* Gazeta da Tarde, 19/12/1891.
[311] *Denúncia à Justiça*. Réu Major Francisco de Paula Mafra... P.64. Fioravante tinha 22 anos na época. Pouco depois, em 1896, ele faria concurso para lente substituto de Direito Criminal na Faculdade de Direito do Recife e passaria a catedrático de Direito Penal em 1907. No final da década seguinte, seria eleito deputado federal, embora, cético, há tempo tivesse se tornado um tanto relapso e desinteressado pela vida pública conforme BEVILAQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife.* 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1977. P.408-410.

os republicanos históricos[312]. Mas Fioravante perdeu a corrida contra o dono da cocheira. Em 23 de janeiro de 1893, quando Barbosa Lima já estava em conflito aberto com Martins Júnior, o juiz José Gomes Villar julgou improcedente a denúncia contra Francisco de Paula Mafra[313].

Dentre os principais motivos que levaram Floriano a substituir a Junta Governativa por Barbosa Lima, estaria a impopularidade dela[314]. Pois isso resultava em mobilizações como aquela de fevereiro de 1892, num clima de instabilidade social diferente de tudo o que o presidente queria para a sua já conturbada administração. Mas para que a presumida "claque baixa, analfabeta" achasse uma má ideia ver Ambrósio Machado no governo, não era necessário que Mariano e seus aliados o dissessem[315].

Em um breve e estimulante artigo sobre as relações entre Ambrósio Machado e os trabalhadores do engenho Gaipió, de sua propriedade, Maria Emília Vasconcelos apresenta a forma como, após a abolição, estes eram tratados pelo subdelegado Felix José da Câmara Pimentel, filho do primeiro proprietário do lugar e amigo íntimo de Ambrósio Machado: "a presença desse subdelegado no referido engenho já tinha ocorrido outras vezes, notadamente para resolver conflitos como o ocorrido em novembro de 1888 no qual Félix José distribuiu palmatoadas para apaziguar um conflito entre trabalhadores"[316].

Nas palavras do próprio subdelegado, a violência era necessária porque aqueles eram "homens sem senhores e que 'só o cacete podia intimidar'"[317]. Situado próximo ao Recife, não me parece um exagero supor que as práticas predominantes nesse engenho tivessem repercussão entre os trabalhadores da cidade, de maneira que se não posso garantir que não havia uma afeição generalizada pela ideia de República no Recife quando ela foi proclamada – e suspeito que isso não seja o mais importante –, também me parece muito difícil sustentar que houvesse essa afeição por homens da República como Ambrósio Machado.

---

[312] PORTO, Costa. Op. cit., p.66.
[313] *Denúncia à Justiça*. Réu Major Francisco de Paula Mafra... P.86.
[314] Como afirma Hoffnagel com base num relatório de Joaquim de Almeida Pernambuco a Floriano Peixoto em 02/03/1892. HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.227 (e nota 37).
[315] A expressão entre aspas foi retirada do artigo citado na página 50, nota 150.
[316] VASCONCELOS, Maria Emília. Op. cit., p.6-8. A autora aponta que nos tempos da escravidão, Ambrósio Machado mantinha o hábito de administrar incentivos entre os escravos para estimular a sua lealdade, uma prática que para ele aparentemente significava o máximo de concessão aceitável em tais relações de produção.
[317] Idem, p.10. Ela extrai essas palavras dele do *Ofício da Delegacia de Ipojuca em 24 de novembro de 1888*. RCP - Delegacia de Polícia de Ipojuca, Nº 205 (1883-1890), APEJE.

Além da difusão de histórias como essas pelos próprios trabalhadores e, através de políticos marianistas, das opiniões publicadas pelos republicanos, é preciso considerar a possibilidade de a orientação política contida nessas publicações ser do conhecimento de grande parte da população, que dela poderia apropriar-se de maneiras muito variadas. O jornal *A Época*, por exemplo, do qual Felício Buarque era redator, desde a sua fundação esteve politicamente filiado a Paulino José de Sousa[318], político conservador há tempo empenhado na defesa da escravidão[319]. Por isso mesmo, o jornal lançava muitas críticas a João Alfredo que, como se viu, era o presidente do conselho de ministros quando foi aprovada a lei da abolição.

Diante disso, deve-se avaliar uma agressão contra o proprietário da *Época* pelos "brabos" de Mariano apenas como resultado de alguma inimizade entre o seu chefe e aquele homem?[320] Assim, a comodidade com que os republicanos classificavam os negros presentes nos comícios como meros "capangas capitaneados pelo homem das loterias", em referência a atividades ilícitas de Chico Torres, é uma indicação da sua arriscada despreocupação com a possibilidade de aquelas pessoas não serem manipuláveis e, portanto, volúveis como a noção de capangagem poderia sugerir[321].

Apesar disso, não compor a sua base social com tais sujeitos e impedir que eles tivessem legitimidade para recorrer a quaisquer canais de participação na vida pública em benefício de quem quer que fosse, consistiu na orientação subjacente à prática geralmente adotada pelos republicanos martinistas de Pernambuco naquele período. Geralmente, mas nem sempre.

1.2 "Nos chamam capangas, capoeiras, criminosos, assassinos"

Pelo menos em duas ocasiões, o acordo tácito segundo o qual aquela era a gente de José Mariano, variando apenas a classificação atribuída a ela, foi ameaçado. Nos dois casos, a dimensão dessa ameaça pode ser mensurada pela reação dele. Com efeito, uma

---

[318] NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., p.308. Ele cita nesse sentido a primeira edição, de 8 agosto de 1889, que não consultei.

[319] Como se pode observar no *Discurso proferido na sessão de 23 de agosto de 1871 sobre a proposta do governo relativa ao elemento servil pelo conselheiro Paulino José Soares de Souza, deputado pelo 3º distrito da província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve & C., 1871. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01730700#page/3/mode/1up>. Consultado em 14 de maio de 2012.

[320] *A conferência.* Diário de Pernambuco, 18/04/1890.

[321] Idem.

das características básicas da crítica ao marianismo vinda de conservadores, republicanos ou leões era homogeneizar o povo que o acompanhava. Não se estabelecia qualquer distinção entre homens como Manoel de Abel e um liberto que, certa vez ajudado por Mariano, só eventualmente, em comícios ou passeadas, mobilizava-se para apoiá-lo[322]. No entanto, certa vez seus adversários, e um republicano em particular, recorreram a outra estratégia.

Em 15 de setembro de 1889, com a Monarquia e o gabinete liberal ainda em vigor, a polícia do Recife prendeu o jockey mulato Antônio Crispim de Oliveira por seduzir a filha de um proeminente comerciante português, amigo de José Mariano. Diante de uma oportunidade imperdível de pôr o tribuno contra a parede, republicanos e conservadores encabeçaram grandes mobilizações em defesa de Crispim[323]. Embora Ricardo Guimarães, o principal republicano envolvido na questão, também fosse de origem portuguesa, *O Norte* cuidou para atribuir um teor racial à situação, convocando "a gente de cor" da cidade para protestar em 17 de setembro[324].

Mesmo arriscando o apoio recebido dos ex-senhores, os republicanos foram diligentes em aproveitar aquela chance de enfraquecer a relação entre Mariano e sua base. Como resultado, de acordo com Marc Hoffnagel, essa manifestação parece ter atraído um grande número de simpatizantes negros e mulatos, um número estimado entre mil e quinhentas e quatro mil pessoas, que "ouviram uma série de discursos criticando uma Monarquia que 'sabe libertar os escravos mas não sabe respeitar os direitos de cidadania dos homens de cor'"[325].

Além disso, o que talvez José Mariano mais temesse acabou acontecendo: ele e Joaquim Nabuco foram formalmente convidados a tomar parte nas manifestações. Após recusarem, os manifestantes teriam ficado revoltados. Nas palavras do delegado do segundo distrito policial, naquela ocasião:

> Diversos grupos de desordeiros, vindos da Estância, espalhando-se pelas principais ruas da freguesia da Boa Vista, aos gritos de "viva a República" e "mata Marinheiro", tentaram invadir alguns estabelecimentos comerciais, especialmente de negociantes portugueses. Armados de faca e cacete, os desordeiros criaram grande pânico em sua passagem, obrigando por isto os

[322] Não estou sequer dizendo que essa diferença existia, mas sim que geralmente ela não era estabelecida, o que acabava favorecendo Mariano de certa forma, pois o transformava em alguém cercado por uma massa que, desqualificada ou não, parecia conceder-lhe uma força política incomum.
[323] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. p.198-201.
[324] O Norte, 17.09.1889. Citado por HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.199.
[325] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 2005. P.215. Citado da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, edição de 27/09/1889.

> ditos estabelecimentos e algumas casas particulares a cerrarem as portas com receio de invasão dos malfeitores[326].

Portanto, nesse caso os papéis se inverteram. A autoridade policial pertencente ao partido de Mariano chama de desordeiros e malfeitores os defensores de Crispim, que são chamados de povo e não de bando ou "fina flor" pelo autor daquele folheto de 1906, em resposta a Faelante[327].

No dia seguinte, foi a vez de Gaspar Drummond, conservador derrotado nas últimas eleições, ir à frente da *Província* chamar Mariano para liderar a marcha. Nova recusa, nova revolta. Finalmente, em 19 de setembro, o republicano Ricardo Guimarães desafiou a proibição da polícia e discursou no mesmo lugar, foi quando em um rápido movimento Paula Neri avançou sobre ele, o esfaqueou e fugiu através das oficinas da *Província*[328]. Para os adversários de Mariano, o assassinato de Ricardo Guimarães foi um marco na cronologia da violência na última década da Monarquia, um exemplo das dificuldades que tiveram os que quiseram se interpor à relação de Mariano com o seu público[329].

Tiveram e teriam, pois uma nova tentativa nesse sentido, aparentemente a última significativa, foi feita vários meses mais tarde nas comemorações de um ano da República, que ainda não ia como os republicanos martinistas esperavam. Após poucos meses de domínio com Albino Meira, eles viam o governo entregue àquela coalizão lucenista da qual se recusaram a participar em virtude da presença de Mariano. Este não

---

[326] *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 17 de setembro de 1889*. Fundo da Secretaria de Segurança Pública, Vol.476 (1889-1894), APEJE. O delegado do segundo distrito assina o ofício com data de 17/09, o que deixa a dúvida sobre se as manifestações teriam ocorrido dia 16, como fica subentendido, ou se ele acabou assinando com a data da ocorrência. Durante a iniciação científica, quando encontrei esse documento, eu ainda procurava no Recife equivalentes da Guarda Negra do Rio, de maneira que um documento no qual "desordeiros" gritavam "viva à República" me pareceu algo incompreensível. Só mais tarde, ao deslocar a minha atenção para os esquemas atribuições de categorias sociais, pude perceber que as ações de uma Guarda Negra, tal como esta fora entendida tanto por liberais quanto por republicanos no Recife do final do Império, dificilmente seriam denunciadas em documentos produzidos pelas forças do governo liberal.

[327] *Resposta ao artigo do Dr. Faelante da Câmara*... op. cit., p.10-11.

[328] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.200-201. O autor cita *O Norte* de 01/10/1889 e a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 20/09/1889 ao tratar do incidente. Provavelmente por não ter utilizado outros documentos nos quais esse nome era mencionado, ele acreditou que o nome correto era "Paulo Neri".

[329] Além dos artigos já citados, ver: *Cidadãos. Diário de Pernambuco*, 16/04/1890. E o caso não seria evocado apenas pelos republicanos do Recife, pois está presente na narrativa de Alexandre Júnior, que, assim como Felício Buarque, foi um dos primeiros representantes da historiografia republicana: "No dia 6 de Setembro de 1889, foi apunhalado em plena praça do Recife o distinto e estimado orador popular Ricardo Guimarães. A multidão indignada contra esse ato selvagem e violento, reuniu-se para linchar o criminoso, Paula Neri, que se refugiou no escritório d'A Província de propriedade de José Marianno. O governo provincial prometeu justiçar o assassino; porém o mais que fez foi obriga-lo a assentar praça no exercito ativo": FERREIRA JUNIOR, Alexandre Dias. *Histórico da Fundação da República Brasileira*. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890. P.32-33.

havia sido impedido de integrá-la talvez por ser visto como alguém que desfrutava do apoio de grande parte da população, apesar de homens como o Barão de Arariba, acompanhado de Vicente Cisneros Cavalcante, terem insistido na sua exclusão junto a Lucena até o fim[330].

No próximo capítulo se verá que assim como os redatores da *Gazeta da Tarde*, Cisneros cultivava um amplo projeto de transformação social em um governo republicano, do qual uma das primeiras ações deveria ser a repressão à capoeiragem. Nesse sentido, as versões de Cisneros e daquele jornal para o que ocorreu no "bodo aos pobres", organizado pelo Clube Republicano da Madalena naquelas comemorações a um ano do regime, possui a expressividade de quem percebia os seus infortúnios como sintomas de problemas sociais profundos, relacionados à capoeiragem e a capangagem com a qual Mariano transformava qualquer demonstração de nobreza cívica em um teatro de violências. Na tentativa de transmitir a este texto esses significados tanto quanto possível, é com base naquelas duas versões que em princípio narrarei o caso.

Apesar de filiado politicamente a Martins Júnior, Vicente Cisneros não pertencia àquele clube em particular. Mesmo assim, se ofereceu para ajudar a transformar o largo do Viveiro, no bairro da Madalena, num lugar apropriado à realização de uma Quermesse beneficente pelas famílias distintas da sociedade. Nele haveria também uma distribuição de esmolas no valor de 1$ em prata, além de panos para roupas e gêneros alimentícios a 120 pobres previamente selecionados.

Como na maioria das celebrações públicas da época, esperava-se que uma banda de música animasse os festejos, sendo solicitada ao governador Correia da Silva – aliado de Lucena – a da polícia. Este a disponibilizou prontamente, no entanto se ofereceu para comparecer ao local. Isso gerou certa hesitação entre os republicanos, porquanto Martins Júnior, membro honorário do Clube, estaria presente para falar aos pobres e ao povo (apesar dos esforços de aproximar-se desse público, a narrativa de Cisneros demonstra explicitamente uma distinção entre essas duas categorias de pessoas)[331].

A festa se realizaria em um final de semana, em 15 de novembro seriam distribuídas as esmolas e no dia seguinte haveria a quermesse beneficente, na qual o produto da venda de bilhetes a serem sorteados se reverteria em ajuda a outras pessoas pobres. Os prêmios para os sorteios haviam sido doados voluntariamente por vários

[330] *Política de cartazes.* Diário de Pernambuco, 04/09/1890.
[331] *Assalto à quermesse da Madalena.* Diário de Pernambuco, 27/11/1890.

negociantes, que até "da própria capital federal, presentearam sacas de café para essa festa". Enquanto isso, a organização e a distribuição das esmolas no primeiro dia contariam com uma ampla ajuda de senhoras e senhoritas de famílias.

Com toda essa mobilização, "estava tudo preparado no dia 15, quando às 4 horas da tarde principiaram a chegar os pobres, não os que tinham de receber os óbolos, como também uma grande quantidade de outros de diversas freguesias apresentando cartões da polícia". Os cento e vinte previamente selecionados foram levados a um local reservado e aos outros, em número igual, tentava-se explicar que não receberiam cartões, "porque todos já estavam distribuídos e que os cartões da polícia não eram destinados a receber esmola naquela ocasião e sim a eles poderem esmolar publicamente. Alguns se retiravam, outros, impertinentes, ficavam".

À noite, os pobres que não estavam destinados a receber esmolas, em número superior a cem, invadiram o pátio da barraca onde seriam distribuídas as esmolas. Diante disso, decidiu-se iniciar logo a distribuição, mas antes Martins Júnior pediu a palavra:

> Nessa alocução chamava a atenção dos infelizes desfavorecidos da fortuna ali presentes, mostrando-lhes que aquela festa fora a primeira daquele gênero e que sem dúvida alguma seria seguida de outras e que aqueles pobres deviam bem dizer a República, cujo governo haveria de cuidar da sua sorte.

É difícil saber como Martins Júnior poderia garantir isso, se com um ano de República ele não estava mais bem posicionado no governo do que nos tempos da Monarquia. Seja como for, a afirmação de que aquele era o primeiro bodo aos pobres realizado na cidade talvez fosse uma alusão implícita – embora tivessem lhe pedido para não falar em política – ao fato de que quem se apresentava como o líder dos pobres não teria feito nada naquele sentido até então.

Ao término da alocução do líder republicano, prossegue Cisneros, "um viva, partido não só do povo, como dos infelizes que iam ser socorridos, troou nos ares (...) Aquele espetáculo comoveu bastante e eu orgulhei-me de ser republicano". Assim, embora muitas vezes eles tivessem sido "obrigados a com severidade repelir a invasão" dos pobres, o clima era de felicidade.

Nesse momento, entretanto, chega o governador e, com ele, José Mariano. Ouvem-se então vivas a Martins Júnior e vaias a Mariano, que foi chamado de Cabeleira. Este, que certamente não gostava da ideia de haver uma festa aos pobres sem

a sua presença, ficou profundamente contrariado com a recepção e se retirou em companhia do governador.

No domingo, 16, parte do dia foi ocupada com as arrumações para a quermesse da noite, mas o clima era de incerteza. Circulavam boatos de que o governador não mais liberaria a música da polícia e, pior, que José Maria e José Mariano ordenariam um ataque contra a festa. Algumas senhoras se assustaram e pensaram em não ir, mas muitos não acreditavam que o pessoal da *Província* fosse capaz de mandar capoeiras invadirem um ambiente daqueles[332]. Às cinco horas se soube que a música não compareceria. Apesar disso, o largo do Viveiro "estava repleto de povo: os bondes descarregavam passageiros sobre passageiros". Já não havia pobres para receber esmolas, então começaram a venda de bilhetes e os sorteios.

Porém, nesse momento "o fim mais santo, mais sublime – a mulher distribuindo caridade por suas mãos róseas –, foi interceptado pelo vandalismo brutal, selvagem, da malta desordeira de capoeiras" em número superior a trinta[333]. Embora a *Gazeta da Tarde* tenha dedicado ao caso da quermesse os editoriais (ou artigos de fundo, como se dizia) dos dias 17, 18, e 19 de novembro, ainda assim a sua descrição não será mais detalhada do que a de Vicente Cisneros, que esteve no centro do conflito. Este afirmou que viu Antônio Ignácio do Rego Medeiros Júnior, o responsável pelas vaias a Mariano no dia anterior, perseguido por alguns homens que se voltaram contra ele, Cisneros, quando os repreendeu. Então o incidente lhe envolveu cada vez mais: "eu recuo um pouco, mas nesta ocasião um outro grupo em número de 6 a 8 homens, armados de cacete, invade a barraca e sobre mim dirigem e me descarregam diversas cacetadas".

Foi quando sacou um revólver, com o qual diz que andava por viver sob ameaça de José Maria, e apontou para eles. Porém, imediatamente recebeu uma cacetada no braço e outra no revólver, escapando com o auxílio de homens que ajudavam na construção das barracas[334]. Ao ver algumas praças de polícia, o republicano incialmente se sentiu aliviado por achar que teriam chegado em socorro dos agredidos. Porém, logo estas se uniram aos capangas e Cisneros só escapou por conta da intervenção de um indivíduo, que ao mesmo tempo o repreendeu por ter sacado a arma, mas o ajudou a

[332] De acordo com o testemunho de Antônio Inácio Júnior, até Martins Júnior teria lhe dito a algo nesse sentido: *Quermesse da Madalena – O inquérito.* Jornal do Recife, 28/12/1890.
[333] *Quermesse – Selvageria*. Gazeta da Tarde, 18/11/1890.
[334] Ele também menciona a perseguição que sofria de um certo Siqueira Brito como motivo para andar armado. O meu esforço para não deixar escapar aspectos significativos daquelas disputas não foi suficiente para impedir que várias questões ficassem sem resposta, como o fato de entre os atacantes estarem José Cisneros de Albuquerque e Arthur Cisneros, parentes de Vicente Cisneros que pertenciam ao grupo de Mariano.

fugir. Era Pedro Carneiro, irmão de Paula Mafra. Portanto, diria a *Gazeta da Tarde*, "saíram vitoriosos os capoeiras atacantes, fazendo muitos ferimentos, cortes, etc."[335]:

> O móvel do ataque já está no domínio público, toda a gente o sabe: foi uma causa política. O Club Republicano da Madalena ontem telegrafou para a Capital Federal, narrando todo o ocorrido ao Governo Federal. De longe não se avaliará de certo o drama pujante que presenciou Pernambuco, sendo atacada uma parte da população sensata por uma horda de capoeiras que campeiam impunes nas ruas da cidade[336].

Além da *Gazeta* e do *Jornal do Recife*, então sob forte influência de Martins Júnior[337], havia outras folhas que apresentavam o episódio como uma ação de capoeiras. O *Pequeno Jornal*, por exemplo, publicou pelo menos um artigo denunciando o governador Correia da Silva na qualidade de homem controlado por José Mariano, que por isso "nega o auxílio da polícia, faz retirar a música e... entrega o rico e populoso bairro da Madalena à Flor da Gente, aos heróis do 22 de julho de 1889"[338].

Entretanto, apesar de Mariano compor a base do governo, as coisas não lhe estavam favoráveis a esse ponto, pois a chapa ampla e heterogênea que dominava a situação aparentemente não lhe dava condições de controlar por completo a polícia. No último dos seus três editoriais, a *Gazeta da Tarde* elogia o Dr. Galdino Eudoxio de Brito, chefe de polícia, por encarregar-se de conduzir pessoalmente o inquérito sobre a "selvageria bárbara praticada pela malta de capoeiras"[339], numa indicação de como a situação da polícia servia de termômetro para medir as oscilações políticas do período: ela estando dividida, o governo possivelmente também estava.

Se naquele episódio Mariano pôde contar com o apoio da corporação, foi porque no posto chave de delegado de um dos dois distritos policiais da cidade estava ninguém

---

335 *Selvageria.* Gazeta da Tarde, 17/11/1890.

336 *Selvageria.* Gazeta da Tarde, 17/11/1890. Ver também *Quermesse da Madalena.* Jornal do Recife, 04/12/1890, onde se transcreve o que o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro publicou sobre o caso. É preciso levar em conta que Partido Republicano de Pernambuco havia recentemente sido removido do governo e substituído pelo Barão de Lucena devido às articulações deste no Rio de Janeiro. Portanto, melhor do que ninguém os republicanos sabiam da importância de tentar influenciar as opiniões que lá se difundiam sobre os acontecimentos em Pernambuco.

337 Poucos meses depois, ele se tornaria o seu chefe de redação no lugar de Ulisses Viana. Cf. NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., p.122-123.

338 *Publicações solicitadas – Autômato.* Jornal do Recife, 27/11/1890. Transcrito do *Pequeno Jornal*, ao qual nunca tive acesso. Não se deve confundir essa folha com o outro *Pequeno Jornal*, que surgiu no final da década e seria substituído pelo *Jornal Pequeno* em 1899, este sim muito consultado por mim para esta pesquisa. Apesar disso, através da *Gazeta da Tarde* é possível saber que o *Pequeno Jornal* voltaria a tratar do 22 de julho oito meses depois: "Pequeno Jornal – Distribuiu-se hoje o n.30 do 2º ano desse valente órgão de oposição. O seu artigo editorial, tratando do dia 22 de Julho, essa data memorável para todos os bons republicanos de Pernambuco, está esplêndido de indignação e de verdade. Não podemos ocultar um *muito bem*, ao valoroso e ilustrado coleguinha". *Pequeno Jornal.* Gazeta da Tarde, 27/07/1891.

339 *Quermesse – Selvageria.* Gazeta da Tarde, 19/11/1890.

menos do que Faelante da Câmara[340]. Ele teria conduzido as praças agressoras para o local e quando o subdelegado da Madalena, que aparentemente não era marianista mas estava em posição inferior à sua, as prendeu, ele as soltou[341].

Portanto, talvez as coisas não estivessem tão sob o controle de Mariano como sugeria o *Pequeno Jornal*. O clima era de instabilidade, o *Diário de Pernambuco*, então órgão lucenista, por um lado aceitou publicar a versão de Vicente Cisneros para o caso, mas não teve entre seus redatores quem lhe desse muita atenção. Pelo contrário, chegou-se inclusive a afirmar que apesar de inadequado o lugar onde ocorreu, a desforra era um direito de Mariano, o que provocou indignação no *Jornal do Recife*[342]. Este se via entre refutar as informações sobre a quermesse veiculadas pelo *Diário* e reservar espaço para as respostas à *Província*, que em "linguagem de meretriz" não queria reconhecer que o "ídolo do povo" fora vaiado, uma vergonha naquele momento em que se dizia que Ouro Preto estava prestes a voltar do exílio[343].

O *Jornal do Recife* rebatia principalmente os artigos que atribuíam a Vicente Cisneros, "honrado negociante, conhecido nesta sociedade inteira como homem morigerado, membro de uma família respeitável", a culpa pela agressão, por supostamente ter sido o único a chegar armado na festa[344]. Diante de tantas versões conflitantes, o *Jornal* decide ignorar a recusa do chefe de polícia e publicar o inquérito, no qual são acusados alguns dos homens já associados à Guarda Negra, como Rosendo, Manoel Panelada, Mena da Costa e "um tal Marinho, ex-guarda fiscal". Além de Faelante, entre os principais mandatários surge o alferes Pedro Carneiro, o irmão do major Paula Mafra[345].

Desde que o pai de Antônio Rego Medeiros Júnior, o jovem que vaiou Mariano no bodo, envolveu Paula Mafra em seu comentário sobre o caso da quermesse no *Jornal*

---

[340] *Uma ocorrência.* Jornal do Recife, 28/11/1890. Nessa narrativa de alguém que transcreve o que teriam sido as palavras de Mariano e Faelante em um encontro entre os dois e o narrador, Faelante é apresentado como um delegado arbitrário, agressivo e submetido às ordens do chefe.

[341] *Repartição de Polícia – Subdelegacia de Polícia do Distrito da Madalena*. Diário de Pernambuco, 22/11/1890. O subdelegado afirma que eles foram soltos, mas não cita nominalmente Faelante como responsável pela soltura. Quem o faz é Vicente Cisneros, que, assim como Antônio Barros Medeiro, também testemunhou no inquérito policial. *Inquérito Policial.* Jornal do Recife, 22/10/1890, aí se diz que "depôs largamente o Sr. Vicente de Cisneros, atribuindo, segundo nos consta a autoria dos factos, como mandantes, aos Drs. José Mariano e José Maria, com a intervenção do Dr. Faelante da Câmara, 2º delegado de polícia desta cidade, e como mandatário ao Sr. Pedro Batista Carneiro, comissário de polícia, acompanhado de capangas". Mais uma vez, o alegado protagonismo de Faelante numa situação como essa faria com que ela recebesse um grande destaque no folheto de 1906. *Resposta ao artigo do Dr. Faelante da Câmara...* p.11-13.

[342] *Quermesse da Madalena – Defesa Oficial.* Jornal do Recife, 23/10/1890.

[343] *Publicações Solicitadas – Cínicos.* Jornal do Recife, 23/10/1890.

[344] Idem.

[345] *Quermesse da Madalena – O inquérito.* Jornal do Recife, 27/12/1890.

do Recife, o major vinha afirmando que nem mesmo viu a quermesse: "porque não faço número em festas de violões"[346]. Dias depois, ele voltou ao *Diário de Pernambuco* para fornecer detalhes que, juntamente com o que dizia a *Província* sobre o caso, remetem ao tipo de preocupação que guiava os aliados de Mariano naquela situação.

Em seu artigo, Paula Mafra demonstra um grande interesse em afastar de si e dos seus as características atribuídas aos aliados do "benemérito José Mariano" pelos adversários[347]. No centro da questão está o alferes Pedro Carneiro, acusado de ser o chefe da malta de capoeiras que atacou a quermesse no dia 16 de novembro. De acordo com Mafra, para começar, seu irmão seria natural da freguesia de afogados e não um retirante como fora dito, e se ele tinha sido promovido a autoridade policial só para cometer fraudes eleitorais, como afirmava o redator do *Jornal do Recife* Ulisses Viana, o foi "com aquiescência desse mesmo Sr. Ulisses e todos os chefes liberais de então".

O argumento de Mafra indica que o esforço em dissociar o seu irmão de certo perfil negativo esbarrava em informações desfavoráveis que ele não se via em condições de negar. Diante disso, tratou de partir para o ataque, incorporando entre os culpados os próprios acusadores. Aliás, ao longo da sua narrativa, ele enfaticamente reverte aos republicanos e aos leões não só determinadas práticas, mas as alcunhas atribuídas aos aliados de Mariano, chamando Ulisses Viana de valentão e Vicente Cisneros de "arranca touco".

Na contramão das narrativas martinistas sobre a campanha de Silva Jardim, ele afirma que naqueles dias de 1889, foi o seu irmão a vítima da violência política do grupo de Martins Júnior, a quem ele chama "o tal José Isidoro". Isso porque na "primeira arenga" feita pelo "caixeiro viajante dos escravocratas do sul", Pedro Carneiro resolvera pergunta-lo: quando "ele que pretendeu o lugar de tabelião da corte, [se] fosse escolhido, estaria na missão de propagar a República ditatorial?"[348] De acordo

[346] *A pateada da Madalena.* Diário de Pernambuco, 20/11/1890. Ele confirmou uma informação de que fora inquilino do avô de Antônio Inácio Medeiros Júnior. Pedro Carneiro e Francisco de Paula Mafra eram irmãos de sobrenomes diferentes, já que Francisco de Paula, por "conveniências comerciais" e com "respectiva autorização do ministro da guerra", havia mudado o seu sobrenome para Mafra. Assim, Medeiros afirmou que "Pedro Mafra" estava na quermesse por achar que os dois irmãos tinham sobrenome Mafra, só que o major Francisco de Paula interpretou o "Pedro Mafra" como uma referência a ele e não ao irmão, desse mal entendido começou o embate na imprensa entre Paula Mafra e Rego Medeiros pai. "Violões" era o apelido dos republicanos históricos.

[347] *As mentiras da Madalena.* Diário de Pernambuco, 27/11/1890.

[348] Se não tivessem sido escritas mais de cem anos depois, alguém poderia lançar a hipótese de que Pedro Carneiro baseou sua pergunta nas interpretações de Angela Alonso sobre a "Geração 1870". Ver: ALONSO, Angela. *Ideias em movimento:* a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

com Mafra, por ter feito essa pergunta houve "facas [e] pistolas apontadas contra meu irmão".

Por outro lado, esse incidente era um sinal de que, ao contrário dele, Pedro Carneiro não se incomodava em comparecer a "festas de violões". E tendo em vista que havia sido anunciado pelos quatro ventos que todos poderiam ir à quermesse gritar, beber cerveja, etc., ele "quis ir ver a festa como era, e quase às 8 horas para lá se dirigiu, tomando um bonde e levando por companhia casualmente uma bengalinha fina, mais fina que o dedo mínimo, e nada mais", pois não era homem de andar armado. Chegando lá, "notou que sua presença foi estranhada, porém não se incomodou", pelo menos não até perceber que Antônio Medeiros Júnior conversou com o subdelegado e voltou de posse de um revólver para entregar a Vicente Cisneros.

A partir daí, Pedro Carneiro teria sentido que os republicanos planejavam algo e decidido evitar a desgraça de haver tiros disparados naquele ambiente; tiros estes que acabou ouvindo em seguida. O alferes teria visto então correndo para junto dele e chorando Antônio Medeiros Júnior, que caiu sobre uma grade e a quebrou. "Compreendendo então meu irmão que a *festa dos violões* havia começado, não tirou os olhos do Sr. Cisneros, que estava de revólver em punho". Os dois então se enfrentaram, "o Sr. Cisneros apresentou-lhe o revólver, ação que meu irmão interrompeu porque segurando-lhe a mão com a arma homicida", pediu que a entregasse "e evitasse uma desgraça naquele meio".

Após tomar-lhe a arma, para garantir a Cisneros que eram boas as suas intenções "abriu o revólver, deixando cair as balas". Por fim, Pedro teria indicado ao seu agressor por qual o caminho deveria seguir com maior segurança em sua volta:

> Foi tudo quanto se deu na decantada festa da Madalena, com meu irmão o Sr. alferes Pedro Batista Carneiro, e digam agora os espíritos bem intencionados se o acaso não permitisse que ele lá estivesse e visse o recebimento do revólver, fazendo o propósito de tomá-lo como realmente o fez, não era fato que o Sr. Cisneros tido e havido como *arranca touco*, teria dado tiros a esmo, ou mesmo vitimado alguém *casual* ou propositalmente?

No conflito narrado por Paula Mafra, é notável a ausência de um dos dois lados. Nele não aparece o "pardo" que, segundo o subdelegado da Madalena, teria dito "isto é demais" e desfechado diversas chibatadas em Antônio Inácio[349], nem os mais de trinta "capoeiras" de uma malta de Pedro Carneiro, e sim apenas os tiros e a algazarra dos

[349] *Repartição de Polícia – Subdelegacia de Polícia do Distrito da Madalena*. Diário de Pernambuco, 22/11/1890.

violões. Diante da disparidade entre as versões, ele mesmo questiona: "digam todos os espíritos bem intencionados se essa história que o *valentão* do *Jornal do Recife* e o tal José Isidoro e seus colegas *violões* contam com referência ao alferes Pedro é a mesma".

Com efeito, não era a mesma, mas em alguns pontos a de Vicente Cisneros era surpreendentemente parecida. No longo relato que publicou no *Diário* ele reconhece a atitude conciliadora daquele indivíduo no final da luta, cujo nome ali não menciona. Isso, porém, não o impediu de em seu depoimento à polícia citá-lo como cabeça do grupo[350]. Não seria difícil extrair dessas versões a imagem de capoeira pacífico para Pedro Carneiro, bastaria toma-las apenas como complementares – e não conflitantes – e esquecer que essa imagem naquele momento soaria contraditória por definição.

Nesse sentido é insistente a preocupação dos marianistas em recusarem as categorias que lhes eram atribuídas, explicando o seu contexto de emergência:

> Como o Sr. Rego Medeiros não gosta de mim pela simples razão de ter eu sido preferido na apresentação de candidato à Câmara Municipal pelo partido liberal em 1886, razão de todo seu ódio aos amigos liberais e a mim em particular, na sua mentira conta uma história da carocha, servindo-se de um nome imaginário em que eu pudesse ficar envolvido como desordeiro[351].

Com o relato, portanto, Paula Mafra esperava deixar provado ao "respeitável público" que o seu irmão era "um homem amigo da ORDEM E PROGRESSO". Pois se os martinistas difundiam aquelas histórias a respeito deles, era "por despeito e inveja ao mais benemérito dos pernambucanos vivos – José Mariano Carneiro da Cunha".

Por inveja ou não, percebe-se que eles chegaram a tentar aproximar-se do segmento da sociedade tradicionalmente caro ao líder do Poço. Isso implicou num esforço por diferenciar internamente o "terceiro estado" e cativar a sua parcela menos afeita ao marianismo. Mesmo que aparentemente não tenham logrado bom êxito e nos seus discursos a baixa origem social continuasse a ser considerada em bloco uma característica marianista, aquele esforço possuiu um aspecto talvez ainda mais perigoso para o pessoal da *Província*: ele poderia implicar numa vigilância sistemática para com a parcela daquela população que parecia manter laços mais profundos com ele.

O estigma da capoeiragem, tão eloquentemente impingido pela *Gazeta da Tarde* aos responsáveis pelos conflitos na quermesse, aparecerá nesse contexto como um dos

---

[350] Ele aparece como mandatário na interpretação do depoimento feita pelo *Jornal do Recife*, citada na nota 341. A atuação do alferes foi mesmo salientada no texto publicado do testemunho: *Quermesse da Madalena – O inquérito.* Jornal do Recife, 27/12/1890. Alguém ainda teria dito a Vicente Cisneros que José Mariano declarou a um amigo: "Mandei esbandalhar a quermesse da Madalena e quebrar a cara do Cisnero".

[351] Ainda em: *As mentiras da Madalena*. Diário de Pernambuco, 27/11/1890.

mais adequados ao núcleo principal dos aliados de Mariano. Isso porque o crime, a baixeza, a desordem e a capangagem características à Monarquia apareciam então condensadas na figura do capoeira, que aos olhos dos republicanos de cidades tão afastadas quanto Rio de Janeiro, Belém e Recife se tornara o alvo por excelência dos planos de repressão[352].

José Mariano tanto sabia dos riscos de ter sobre os seus o peso dessa identidade, quanto percebia que pelas origens deles, suas características físicas e valores, estavam vulneráveis a isso. A complexidade desse dilema é condensada na justificativa que a *Província* oferecerá para os acontecimentos da quermesse da Madalena:

> O Sr. José Mariano foi vaiado. Foi um desacato. O que há de estranhável que os seus amigos tirem a desforra? (...) Se desde o primeiro dia, em represália, o Sr. Martins tivesse pago o seu atrevimento na rua, desacatado publicamente por estes a quem S. S. chama desordeiros, os seus amigos teriam mudado de rumo. Nos chamam capangas, capoeiras, criminosos, assassinos nos papéis públicos, e vivem a nos ferir em nossa honra, a caluniar a nossa pobreza honrada, a cuspir em nossas faces os insultos miseráveis que a covardia anônima gera, e depois fogem tristemente e se surpreendem com a represália[353].

Para a *Província,* os amigos de Mariano eram pobres honrados e a quermesse é que era "um ajuntamento ilícito, uma reunião de indivíduos levianos, ainda mais, capazes de todas as infâmias". Mas isso pouco importava aos adversários, pois a marca da desordem já lhes parecia muito própria ao marianismo para que se desvinculasse dele. Interessante mesmo seria manter só a desordem, eliminando a popularidade. Por isso o *Jornal do Recife* transcreveu com toda a satisfação as declarações da *Província*, pois nelas se reconhecia que o grande tribuno do povo fora vaiado em público e que "eles", os seus amigos, recorreram à violência na desforra: "estejam todos entendidos: aquilo que se sabia, *A Província* confessou-o!"[354]

---

[352] Nesse sentido, além de SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., ver também LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem:* a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906). Salvador: EDUFBA, 2008.

[353] *O jornal em plena tragédia.* A província, 19/11/1890.

[354] *Glória ao cacete!* Jornal do Recife, 19/11/1890. Em seu artigo, a Província dissera aquilo a título de hipótese, sobre o que deveria acontecer caso Mariano fosse vaiado e, complementou, "a verdade, porém, é que o Sr. José Mariano não foi vaiado, e que o conflito da quermesse não foi o resultado de um plano preconcebido. Um estrangeiro [referência a Rego Medeiros Júnior] correndo para o lado das barracas perseguido por soldados, e o Sr. Cisneiros com as valentias de D. Quixote puxando um revolver deram causa ao incidente". *O jornal em plena tragédia.* A província, 19/11/1890. O *Jornal do Recife*, porém, não transcreveu esse trecho do artigo.

Capítulo 2 – A primeira morte da capoeira do Recife: um modelo Sampaio Ferraz no projeto republicano de deportações

Em relação ao caso narrado no final do capítulo anterior, os capoeiras, julgavam alguns republicanos, realizaram duas vinganças ao atacarem a quermesse. A primeira por conta da vaia sofrida por seu líder, da qual José Maria quisera tomar satisfações imediatamente, mas fora dissuadido por José Mariano e o governador Correia da Silva, que preferiam não se envolver diretamente nas ações. No dia seguinte, porém, quando já não estavam presentes no teatro dos conflitos, "eles" organizaram não só uma reação à vaia, mas também "uma desforra que reabilitasse os brabos do Poço, e os vingasse da inércia em que durante três meses os teve o governo do Dr. Albino Meira"[355].

Esses brabos, de uma linhagem que remontava os conflitos em maio de 1873, teriam sofrido vários reveses no breve intervalo entre maio e julho de 1890, quando Martins Júnior conseguira através de contatos no Rio de Janeiro a substituição do governador Marechal Simeão de Oliveira por Albino Meira[356]. Foi quando o Partido Republicano teve alguma chance de executar os projetos concebidos por homens como Vicente Cisneros, que agora era atacado violentamente em público.

Para ele, nos primeiros meses da República, antes mesmo de Meira, até foram enfrentadas "a vagabundagem e capoeiragem; a polícia se não se podia comparar as dos Estados europeus, era boa, escolhia a melhor gente e todos trabalhavam com dedicação"[357]. Porém, prossegue, apesar de suas boas intenções de soldado honesto, o governador Marechal Simeão não conhecia os "grande abutres que sempre giravam ao redor dos cofres públicos".

Cisneros, que se declarava submetido à orientação política de Martins Júnior, não reconhece que este conspirara silenciosamente contra o Marechal quando este se aproximou de José Mariano. Até porque nesse longo artigo no *Jornal do Recife*, ele procura colocar-se acima dessas sinuosidades políticas apresentando o seu projeto de República para Pernambuco, contendo seis pontos. Talvez para mostrar-se autorizado a manifestar aqueles planos ao governo do estado, ele conta a sua história desde 1863,

[355] *Eles.* Jornal do Recife, 19/10/1890. Em pouco mais de um desses três meses, o governador foi Ambrósio Machado, uma curta gestão raramente mencionada.
[356] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.215-216.
[357] *Ao cidadão governador Barão de Lucena.* Jornal do Recife, 21/09/1890.

quando ainda era um jovem republicano pelo qual ninguém se interessava e aportou em Pernambuco, vindo de Alagoas.

Aparentemente a primeira atuação política da qual se orgulhava ocorreu nos tempos do gabinete Saraiva, quando na câmara municipal do Cabo ajustou as finanças da cidade e mandou representações ao ministro da Agricultura e à Assembleia Legislativa contra os erros da Monarquia. Talvez por simpatia com o líder conservador, ou por achar inconveniente criticá-lo no *Diário de Pernambuco*, ele mal menciona o gabinete João Alfredo e passa imediatamente a Ouro Preto. Situando a si próprio em destaque na "falange republicana", Cisneros afirma ter divulgado o seu Manifesto Republicano Federativo no momento em que Manoel Alves de Araújo organizava a viagem do Conde d'Eu para o norte do país, em 1889.

E quando todos se preparavam para o terceiro reinado, chega a notícia da República em Pernambuco. Ele se encontrava no campo e só soube dela quando chegou ao Recife, tratando logo de apresentar ao governo o seu projeto, cujos pontos eram os seguintes: primeiro, "livrar Pernambuco do enxame de ladrões e pistoleiros que noite e dia esgotavam seus recursos"; segundo, "limpar a cidade do Recife da malta de vagabundos e capangas que a infestavam trazendo sua população em constante sobressalto"; terceiro, transformar a zona açucareira por meio de uma convenção entre uma instituição de crédito e o Estado; "quarto, curar do bem estar da classe jornaleira e artística" até então abandonada pela Monarquia; quinto, "extinguir a colonização estrangeira oficial em um Estado onde a população indígena noite e dia batia às estradas em procura de trabalho: onde, o salário não ultrapassa 640 reis diários" e, por fim, "formar estabelecimentos para a instrução agrícola, desviando assim a mocidade para o estudo de outras ciências"[358].

O jornal *Gazeta da Tarde* só se tornaria órgão oficial do Partido Republicano em 1892, mas desde sua fundação, em 1888, era abertamente favorável ao movimento e recebia colaborações de republicanos como Felício Buarque e o próprio Martins Júnior[359]. Nele, propostas de transformação social semelhantes a condensada por Cisneros no artigo do *Jornal do Recife* foram expressas de diferentes maneiras – em editoriais, folhetins e mesmo em simples notícias locais – nos anos iniciais da República.

[358] *Ao cidadão governador Barão de Lucena.* Jornal do Recife, 21/09/1890.
[359] NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., p.281-286.

Ainda no governo do Marechal Simeão, a *Gazeta* demonstrava que também para a sua redação, a criminalidade em geral e a capoeira em particular deveriam estar entre os primeiros pontos a serem enfrentados pelo novo governo. Em artigo intitulado "A capoeiragem", embora sejam feitos elogios às autoridades, fica expressa uma preocupação com a forma como vinha sendo executada a repressão:

> Seja pela ineficácia das leis repressoras, ou por causa que ignoramos, o que é certo é que ela ainda se mantém aqui na Capital com grande escândalo: e se a polícia não for ou continuar a ser bastante enérgica, eles voltarão ao antigo estado. É preciso pois que as autoridades sejam inflexíveis com *esse povo*, que terão as bênçãos da sociedade, por esse serviço real que lhe tenham prestado[360].

O tom bastante ameno com que se cobrava atitude da polícia é compreensível, pois até o dia daquela edição a sua chefia em Pernambuco foi ocupada interinamente por Martins Júnior[361]. O chefe efetivo, Antônio Antunes Ribas, veio do Rio Grande do Sul e foi recebido com festa pelos republicanos, que possivelmente se sentiriam mais à vontade a partir de então para realizar cobranças enfáticas[362].

E elas não se fizeram demorar. Alguns dias mais tarde a coluna Trocos Miúdos, que por vezes desempenhava o papel de editorial da *Gazeta da Tarde*, lamentou que a repressão à vagabundagem que vinha ocorrendo "não tomasse as proporções enérgicas das providências tomadas pelo Dr. Sampaio Ferraz, chefe de polícia no Rio". Sendo mais específico, o autor afirma que "até sentimos que as providências tomadas pelo chefe de polícia de Pernambuco não conseguissem ainda livrar-nos da grande peste

---

[360] *A capoeiragem*. Gazeta da Tarde, 18/01/1890.
[361] *Chefatura de polícia.* Gazeta da Tarde, 20/01/1890.
[362] *A música de polícia.* Gazeta da Tarde, 20/01/189. Se bem que inicialmente a *Gazeta da Tarde* tentava mostrar-se republicana, mas isenta de partidarismo em suas considerações. Isso só mudou com a ascensão de Lucena, no que pode ter contribuído, além do republicanismo dos redatores, a sua profunda aversão aos antigos líderes conservadores, sobretudo a João Alfredo: "Está constituído neste estado o antigo partido conservador, com a mesma denominação, com as mesmas ideias, com a mesma gente, com as mesmas figuras que até ontem alardeavam serem os verdadeiros *guardas das instituições monárquicas*! (...) Se os conservadores fingem aderir à república, é apenas por amor às posições das quais eles sempre se julgaram senhores (...) Os maiores inimigos que a sacrossanta causa da república pode ter são os conservadores". *Alerta Republicanos,* Gazeta da Tarde, 17/04/1890. Apesar de João Alfredo ter se afastado da política após o início da República, o protagonismo de grandes vultos do Partido Conservador na política pernambucana no início do regime contrasta bastante com o que estava acontecendo no Rio de Janeiro, conforme a avaliação de Carlos Eugênio Soares, para quem a morte do "Conselheiro João Fernandes Costa Pereira, ministro do Visconde de Rio Brando e de João Alfredo" em 10 de dezembro de 1889 foi "um final simbólico do fim da velha ordem conservadora". Op. cit., p.333.

donde se tem gerado os *capoeiras* e os gatunos, cujo número, destes últimos, é incontável entre nós"[363].

Quando se volta aos atos da administração policial relativos à mendicância, uma indústria "ilícita e criminosa" cuja existência era "inexplicável no solo desta boa parte do planeta", o autor da coluna demonstra ter criado expectativas em torno rigorosidade do Chefe de Polícia para com os mendigos, que viviam "a expor as suas feridas, muitas vezes, as mais das vezes mentidas e falsas, com as suas cantilenas chorosas a excitar a compaixão pública". Se nos artigos dos republicanos relativos à quermesse que ocorreria meses mais tarde o tom em relação aos pobres oscilava entre a compaixão e o rigor, aqui não são feitas concessões e o chefe de polícia é criticado por estar estabelecendo uma distinção entre vagabundos e mendigos, a estes distribuindo cartões que lhes permitia implorar a caridade pública. Seria de posse desses mesmos cartões que alguns mendigos mais tarde tentariam sem sucesso receber esmolas na quermesse da Madalena, na qual se deram os incidentes analisados no final do capítulo anterior.

Para que se compreenda o orgulho com o qual os republicanos defendiam a rigorosidade da polícia frente aos pobres, é preciso levar em conta que na compreensão da maior parte deles um "Estado previdenciário" não estava em questão. O que havia era a oposição entre a sociedade que defendiam, regida pelo trabalho e pela livre iniciativa, e a construída por políticos herdeiros da tradição monárquica como José Mariano, que transformavam "o povo em pensionista do Estado":

> Incapazes de adquirir as simpatias populares pelo doutrinamento, pela exposição de ideias, conquistam uma claque à custa dos exaustos cofres públicos, constituem uma clientela à custa das rendas já débeis da pátria! E eles não se limitam a isso: eles condenam os verdadeiros patriotas, os que não prometem empregos, os que elevam o homem à categoria de cidadãos e não o rebaixam ao nível de pretendentes eternos àqueles que repelem com a *popularidade* comprada com o suor dos contribuintes (...) Que valem essas levas de funcionários a atulharem as repartições?[364]

Entre jovens republicanos recém-saídos da Faculdade de Direito do Recife – como o promotor do processo do major Paula Mafra, Gervásio Fioravante –, mas

[363] A ênfase nos gatunos não surpreende, naqueles anos e em vários posteriores eram extremamente recorrentes as queixa por furtos no Recife. No terceiro capítulo se verá que capoeiras e gatunos nem sempre apareciam como figuras tão distintas. *Trocos miúdos*. Gazeta da Tarde, 08/02/1890.

[364] *Lógica ou insensatez.* Gazeta da Tarde, 21/07/1891. Ver também: *Publicações solicitadas – Fatos inexplicáveis.* Jornal do Recife, 22/10/1890. Esses apelos talvez não lhes parecessem contraditórios, mas sim complementares, à política de distribuição de cargos entre correligionários de Martins Júnior no período em que os republicanos estiveram no governo. Sobre essas nomeações, ver: HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975, p.216-218. Isso inclusive seria motivo de muita tensão entre martinistas e o governador Barbosa Lima quando este foi nomeado. Idem, p.229-230.

também entre homens maduros e bem estabelecidos como Vicente Cisneros, parecia predominar uma ansiedade por romper com relações longamente estabelecidas entre a população e o Estado no Recife, o que se expressava em uma intensa diferença na atitude diante de práticas antes tratadas com alguma naturalidade, mesmo se vistas como dignas de repressão[365]. O evento que no fim da Monarquia e início da República era considerado como nenhum outro o lugar da capoeira do Recife, o desfile de banda de música, é um exemplo disso.

Em janeiro de 1887, um jornal ligado ao partido do governo geralmente narraria tais episódios em termos assim: "ontem ao regressar para o respectivo quartel (fortaleza das Cinco Pontas) o 2º batalhão de linha que fora fazer exercício de fogo no largo da Paz em Afogados, diversos capoeiras acompanhando a música e munidos de pedras e cacetes cometeram desordens e diversos ferimentos"[366]. Poucas linhas, nenhuma indignação.

Já a *Gazeta da Tarde*, também aliada ao governo três anos depois, afirmaria que "por mais ligeiros que queiramos ser e o exija uma simples notícia local, força-nos ao contrário a indignação profunda que nos domina a todos, diante desse fato estupendo, horrorosamente selvagem" ocorrido no desembarque do 22º batalhão de infantaria. Depois de fornecer alguns detalhes, conclui: "a cidade em peso viu e escandalizou-se diante aquele espetáculo simplesmente tristíssimo da capoeiragem, que se exibia cruelmente ao toque da música (...) O fato é grave demais para que as autoridades deixem de cumprir com os seus deveres"[367].

Naqueles primeiros momentos da República, era impensável para os redatores da *Gazeta* que o "espetáculo da capoeiragem" tomasse conta do palco onde, ao som da Marselhesa, se definia o futuro da nação[368]. Por isso faziam parecer insólito algo desde muito tempo integrado à rotina da cidade e certamente vivenciado por eles mesmos nos últimos anos ou décadas. Era como se concebessem uma certa paisagem republicana,

---

[365] No inquérito policial (nota 345) Vicente Cisneros afirmou ter 51 anos em 1890. Nas publicações de homens como Ambrósio Machado, não parecia haver tanta preocupação com o progresso e a civilização, exceto se isso significava prejudicar José Mariano.

[366] *Capoeiragem.* Diário de Pernambuco, 04/01/1887. Agradeço a Ezequiel Canário pela indicação desse documento.

[367] *Capoeiras.* Gazeta da Tarde, 03/01/1890. Busquei citar dois casos correntes, que não tiveram muita repercussão. Essa comparação com as notícias da época do Império, no entanto, é arriscada, pois só tenho dados dos seus últimos dois ou três anos. Nada impede de, antes disso, ter havido algum momento em que se tentou romper com a aparente naturalidade em torno das ocorrências descritas como ações de capoeiras em frente às bandas.

[368] Para "cantar a Marselhesa", hino nacional francês, como sinônimo de progresso e República, ver o já citado: *A abolição e a república.* Gazeta da Tarde, 13/05/1890.

que para ser preparada seria necessário o concurso de expedientes mais radicais do que os consagrados pela Monarquia na instrução pública, na higiene, no combate ao crime ou em quaisquer outros setores[369].

Assim, anúncios de prisões de "brabos" tradicionalmente estabelecidos em determinada freguesias passaram a ser louvados pela *Gazeta da Tarde* como parte da repressão republicana à capoeira:

> Foi preso mais um dos brabos, mais um desses tenebrosos valientes, mais um celebérrimo da fina flor da gente, o nosso conhecido Lourenço José da Hora, que em boa hora felizmente deixou de por em sobressalto fora da hora nossas famílias. Bem ditos, mil vezes bem ditas as mãos que te pegaram, ó Zé da Hora ó inseparável amigo do Manoel da Jacinta, ó irmão de proezas do Marreca! Bem ditas sim, mil vezes bem ditas as mão que te pegaram, como as que tem pegado e tiverem de pegar os teus alter egos[370].

Certamente elas não pegariam Manoel da Jacinta, morto no ano anterior. Este era não apenas amigo, mas tio de Lourenço, aparentemente por isso convertido em figura de destaque na freguesia onde agia, pois em agosto de 1889 sua prisão fez surgirem rumores de que "que dentro em pouco apareceria ali um troço de desordeiros da Estrada Nova a fim de tomá-lo do poder das praças"[371].

A Estrada Nova de Caxangá era onde vivia Chico Torres, ela ligava a Várzea e Zumbi aos Remédios, Madalena e Lucas, local de realização das violentas corridas de cavalo do Prado Pernambucano[372]. Em uma dessas corridas num de domingo de 1889, o grupo de Manoel da Jacinta e seu sobrinho Lourenço José se envolveu em um conflito de grandes proporções com o de Nicolau e José da Benta, geralmente associado a José Mariano. Tudo começou após o quarto páreo, no qual os jóqueis Antônio Marcelino, que montava o cavalo Good Morning, e Manoel Panelada, montando o Capricho, trocaram chicotadas[373].

Ao chegarem ao local do encilhamento, onde se preparavam os cavalos, tomou parte no atrito entre os dois "o célebre valentão da Estrada Nova do Caxangá" Manoel da Jacinta, "o seu sobrinho Lourenço José da Hora e outros indivíduos de igual jaez e que formam a *polícia* dos prados!"[374] Travou-se então um combate entre dois grupos,

---

[369] E mesmo na constituição de poderes políticos, pois vale lembrar que os republicanos de Pernambuco não acreditavam no sistema Monárquico nesse âmbito e aceitavam a possibilidade de revolução armada Ver: FALCÃO, Aníbal. Op. cit., p.; HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975, p.171.
[370] *Prisão importante*. Gazeta da Tarde, 20/01/1890.
[371] *Antes assim*. Diário de Pernambuco, 23/08/1889.
[372] Ver adiante a figura 2, na página 112.
[373] *Conflito, morte e ferimentos.* Diário de Pernambuco, 16/04/1889; Jornal do Recife, 16/02/1889, p.1, c.6.
[374] Idem.

do qual saíram feridas entre onze e vinte pessoas, além das senhoras que passaram mal diante dos disparos e das "facas manejadas pelos facínoras"[375]. Manoel da Jacinta levou um tiro na boca e uma facada que lhe atravessou o pulmão, morrendo na hora; Lourenço, que chegou até a ter sua morte anunciada pelo *Jornal do Recife*, ficou gravemente ferido:

> Eis o que podemos narrar de tão lastimável ocorrência, resultante do fato de as diretorias dos prados, em vez de requisitarem força pública para conter aos perturbadores da ordem, cercarem-se, assim como os autores dos *tribofes*, segundo nos informam, de indivíduos desordeiros e até criminosos. Assim o querem, assim o tenham![376]

Com efeito, tanto em queixas publicadas em dias posteriores, quanto nas informações concedidas pelo delegado do 1º distrito, acusa-se a diretoria do Prado de impedir a entrada da polícia em qualquer circunstância, preferindo manter no ambiente "uma malta de turbulentos e audaciosos guarda costas e capangas da pior espécie"[377]. Isso não significava que nenhuma autoridade policial punha os pés no ambiente, o próprio delegado e o comandante geral da guarda-cívica estavam presentes no momento do conflito. No entanto, seja porque o medo lhes teria dominado, conforme o *Jornal do Recife*, seja porque o piquete de cavalaria convocado pelo telefone não tenha chegado a tempo, conforme o *Diário de Pernambuco,* ou por algum outro motivo mais comprometedor, no final das contas não houve registro de ação policial no local[378].

Tendo em vista que acordos entre jóqueis para definir os resultados das corridas, uma prática conhecida como tribofe, eram motivo de muita irritação por parte da plateia que tinha o hábito de apostar nos páreos, a *Gazeta da Tarde* e o *Jornal do Recife* lamentaram o fato de "o povo de baixa esfera" ter travado luta entre si e não contra os jóqueis tribofeiros, que em acordo com a diretoria do Prado costumavam enganar o

---

[375] A presença de mulheres que os jornais chamariam de senhoras e não de vagabundas no mesmo ambiente em que se encontravam homens conhecidos como brabos e capoeiras não era algo raro no período. Nesse caso específico, é importante destacar que os Prados eram tidos por alguns como "divertimento dos ricos", como se pode observar em *O presidente da província e os prados*. Jornal do Recife, 18/04/1889. O autor desse artigo critica alguém que se revoltou contra o orçamento municipal porque carregava nos "impostos sobre as habitações dos pobres (cortiços) e apenas se tributava com 25$000 um divertimento dos ricos (os prados)". Ele discordou por acreditar que os prados já eram muito taxados, mas não disse nada sobre a afirmação de que eram um divertimento dos ricos.

[376] Jornal do Recife, 16/02/1889, p.1, c.6. A notícia da morte de Lourenço não é confirmada nos relatos do *Diário de Pernambuco* e da Repartição da Polícia.

[377] *Carnificina no Prado Pernambucano*. Jornal do Recife, 16/04/1889.

[378] *Conflito, morte e ferimentos.* Diário de Pernambuco, 16/04/1889; Jornal do Recife, 16/02/1889, p.1, c.6.

público[379]. No entanto, as diligências policiais atribuíram o confronto a motivações alheias às circunstâncias daquela tarde. Para o chefe de polícia:

> A causa verdadeira do conflito não foi, como pareceu acreditar-se, o que vulgarmente se chama *tribofe*, mas sim o resultado de rixas anteriores, tais como um conflito que travaram Manoel de tal, conhecido por Panelada, e Antônio Marcelino de tal, em princípio deste mês na praça Saldanha Marinho da freguesia de Santo Antônio, do qual resultou sair esbordoado aquele *Panelada*; sendo certo que em dias da semana passada Manoel da Jacinta fora avisado de que seria assassinado no *Prado Pernambucano*, se lá fosse, empenhando-se diversos amigos seus para que ele ali não comparecesse[380].

O próprio Manoel da Jacinta havia pouco tempo antes se envolvido na morte de um certo Antônio Cosme "por ocasião de funcionar um presépio na Estrada Nova do Caxangá, no lugar Zumbi", o que pode ter relação com as ameaças que passou a sofrer[381]. Portanto, entre pastoris e prados, pastoras e tribofes, aqueles homens iam acertando contas antigas e demarcando os espaços de seus grupos; uma longa trajetória de relações, por vezes baseadas em laços consanguíneos, das quais a imprensa republicana esperava ver o fim após o 15 de novembro.

Valorizando as ocorrências e estimulando novas prisões, ela se esforçava para apresentar um quadro de desarticulação das maltas de brabos através das prisões dos seus principais membros a da vigilância de seus redutos, como no caso de Damião José Pereira, cujos feitos de bravura o teriam tornado rei da Estrada dos Remédios e a "quem os moradores dali temiam e respeitavam" quando foi agarrado e recolhido à detenção[382]. Procurava-se com isso transmitir a impressão de que as prisões não eram desconectadas entre si, realizadas ao sabor das ocorrências, e sim parte de um amplo projeto do qual cada novo sucesso era contabilizado com expressões como "mais um preso!" ou "um de menos"[383].

Foi com o mesmo título da notícia sobre Damião que se anunciou a prisão de alguém ainda mais famoso na Estrada dos Remédios. Ao tratar como um a menos o "celebérrimo Bentinho, irmão do herói José da Benta" – apontado pelas diligências

---

[379] *Prado Pernambucano*. Jornal do Recife, 17/04/1889. O *Jornal* cita a *Gazeta da Tarde*, que não encontrei disponível nessa data.
[380] *Repartição da Polícia*. Jornal do Recife, 17/04/1889.
[381] *Conflito e ferimentos.* Diário de Pernambuco, 12/02/1889.
[382] *Um de menos.* Gazeta da Tarde, 08/03/1890 e *Preso.* Gazeta da Tarde, 08/03/1890. E também: "Bonita Colheita! Pela madrugada de hoje o cidadão subdelegado do Recife, capitão José Vicente, deu um passeiozinho bem agradável e salutar pelo célebre *Becco da Lama*, e aí não se fez esperar a sua ação policial: caíram-lhe nas unhas o Salú, o Victorino e mais alguns *habitués* daquelas paragens encantadas. Que bom!", em *Brabos do Recife.* Gazeta da Tarde, 27/02/1890.
[383] *Mais um preso!* Gazeta da Tarde, 13/02/1890. Por vezes o preso era acusado de crimes realizados no interior do estado. Esse era o caso de Belo Carvoeiro, da cidade de Itambé.

policiais como autor da morte de Manoel de Jacinta no Prado e conhecido, juntamente com Bentinho, como parte do povo arregimentado por Paula Mafra para José Mariano – o narrador soleniza um caso policial como o fim de uma longa história. Mas ela só estava começando[384].

A prisão de Bentinho naquele início de 1890 ocorreu porque ele havia sido pronunciado por ferir levemente a Maria Gregória no beco do Quiabo, bairro de afogados. Tendo em vista a sua fuga na ocasião, a *Gazeta* afirmou apenas constar-lhe "que o Dr. Juiz de Direito já mandou denunciar o ofensor e que este é um dos *brabos* de Afogados e irmão de José da Benta". Ficava a expectativa de que naquele momento de combate à impunidade haveria a captura[385].

Após ser preso, ele aguardaria até 18 de fevereiro do ano seguinte para ir a júri pela agressão, este o condenou a pena de um ano no grau máximo do artigo 201 do código criminal[386]. Tendo em vista o tempo que já havia passado preso, Bentinho foi solto por Alvará do Juiz de Direito do 3º distrito criminal em 22 de maio de 1891[387] e tratou de nos próximos anos reconquistar espaço nos Remédios, estabelecendo com as autoridades uma relação que lhe garantisse mais segurança para agir em seu território:

> No lugar Remédios, freguesia de afogados, reside um indivíduo conhecido por *Bentinho*, altamente protegido, que fez-se terror daquele ponto. Quase diariamente ele espanca, fere e mata, sem que a polícia o chame a contas. Ainda ontem, a 1 hora da tarde, selvagemente entrou na casa de um pardo de nome Paulo, encontrando-o a dormir em uma esteira, deu três facadas naquele infeliz, que foi conduzido depois para o Hospital Pedro II, sendo grave o seu estado. A polícia não viu e nada soube. *Bentinho* é protegido e é quanto basta[388].

---

[384] *Um de menos.* Gazeta da Tarde, 10/03/1890. Além do artigo citado na página 56, Bentinho é citado entre os brabos de José Mariano em *O major Afonso Leal ao público*. Diário de Pernambuco, 17/12/1889. Como indica o caso do Sr. Gondim, que ser verá adiante, o humor do *Diário de Pernambuco* geralmente era feito com base em informações que circulavam pela própria imprensa. De acordo com aquela folha, a ligação entre José Mariano e os irmãos José da Benta e Bentinho estava relacionado ao fato de o tio deles, chamado Vera Cruz, morador do Poço da Panela, ser compadre de Mariano. *O major A. Afonso Leal descobrindo o plano do Cabeleira (vulgo Dr. Mariano).* Diário de Pernambuco, 22/12/1889. Nesse artigo Vera Cruz aparece como um "guarda negra".

[385] *Inquéritos policiais.* Gazeta da Tarde, 29/01/1890. Embora a investigação não tenha prosseguido necessariamente por conta da fama de Bentinho: "Não tendo sido preso o ofensor e sendo o ferimento considerado leve, a referida autoridade em vista da lei só prosseguiu no inquérito por ter a ofendida apresentado atestado de miserabilidade o qual foi exigido pelo delegado".

[386] *Tribunal do Júri*. Diário de Pernambuco, 19/02/1891. Bentinho é um dos inúmeros casos de homens que foram chamados tanto de brabos quanto de capoeiras por seus contemporâneos. Para uma referência a ele como capoeira, ver ARAÚJO, Guilherme de. Capoeiras e Valentões do Recife. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XL, nº145, 1946, p.118-122.

[387] A informação da data da soltura obtive nos registros da Casa de Detenção, assim como outros dados pessoais dele, que quando possível foram cruzados com fontes diferentes. *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.113.

[388] *Três facadas.* Jornal Pequeno, 27/11/1899.

Alguns anos antes dessa notícia, ele já escapava das autoridades em situações nas quais talvez se misturassem a fama e a influência de que desfrutava, como sugere a prisão de duas praças municipais por agirem "covardemente" diante dele na ocasião em que feria um soldado de outro distrito policial[389]. Isso ocorreu no pátio de Santa Cruz, ponto relativamente afastado da Estrada dos Remédios, mas é principalmente nela que nos anos seguintes a atuação do "célebre Bentinho" se tornaria cada vez mais reconhecida[390]. No início do século ele aparentemente terá até mesmo adquirido alguma prevalência sobre as autoridades com as quais estabelecia contato naquela localidade, ou pelo menos é o que leva a crer a sua atitude frente ao guarda-fiscal José Lins num final de tarde de 1907.

Tudo começou quando um porco se encontrava na hora errada e no lugar errado, vagando pela Estrada dos Remédios, e foi apreendido pelo fiscal. Este se preparava para leva-lo ao depósito quando de uma quitanda surgiram alguns homens, dos quais se destacava Bentinho, que com uma faca "investiu contra José Lins, dizendo-lhe: *Solta o porco ou morre!* O ameaçado disse que cumpria ordens, o que bastou para o agressor feri-lo com a faca". Os ânimos se acalmaram quando "muitas famílias" pediram a Bentinho para retirar-se; a essas alturas alguns meninos soltaram o animal, "que saiu triunfante correndo com uma comprida corda pela estrada afora"[391].

Para o *Jornal Pequeno*, tudo aquilo se deu "por causa de um porco". Será mesmo? Segundo a sua reportagem, o animal não pertencia a Bentinho e sim a um certo Terto, que também era guarda-fiscal, só que da Capunga. Possivelmente o seu porco perambulava pelos Remédios porque ele era amasiado com a dona da quitanda de onde saiu Bentinho para proteger sua propriedade. Incumbido pela municipalidade para recolher os animais que se encontravam soltos pelas ruas, José Lins não disputou com Bentinho tanto a correição propriamente, mas sim a possibilidade de jurisdicionar em uma área na qual outras funções de autoridade já estavam estabelecidas e aceitas até

---

[389] *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 28 de setembro de 1896*. Fundo da Secretaria de Segurança Pública, Vol.477 (1895-1897), APEJE. Um mês depois ele ainda não havia sido preso: *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 20 de outubro de 1896*. Fundo da Secretaria de Segurança Pública, Vol.477 (1895-1897), APEJE.

[390] Para Bentinho como "célebre", ver: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 18 de fevereiro de 1901*. Fundo da Secretaria de Segurança Pública, Vol.957 (1901), APEJE. Ver também: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 15 de janeiro de 1900*. Fundo da Secretaria de Segurança Pública, Vol.926 (1899-1900), APEJE.

[391] *Por causa de um porco – Nos Remédios.* Jornal Pequeno, 13/04/1907.

mesmo por um funcionário como ele. Assim adquire um sentido amplo a afirmação do *Jornal Pequeno*: "viva o porco do Terto... mais inviolável que a Constituição".

Perto dali, como indicado na figura 2, a praça onde se encontrava a residência do ex-ministro João Alfredo representava mais ou menos um ponto de encontro para quem vinha dos Remédios, do Lucas, onde ficava o prado, e da Estrada Nova de Caxangá e quisesse passar pela Capunga. Neste bairro havia um dos principais caminhos até o centro da cidade, por conta da rota do trem urbano a vapor que vinha de Caxangá, conhecido como Maxambomba. O laço pessoal de Bentinho com um fiscal daquela complicada localidade talvez lhe criasse condições de percorrê-la e por ela comunicar-se com os bairros centrais.

Figura 2 – 1 – Praça João Alfredo; 2 – Estrada dos remédios; 3 – Estrada nova de Caxangá; 4 – acesso a Capunga. Fragmento da Planta da Cidade do Recife, Reduzida dos levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley (Membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres), 1906.

No entanto, a Estrada dos Remédios era longa e é possível Bentinho vivesse na extremidade oposta à Capunga, não abrangida pela figura 2, onde ficava o Catucá e a Rua do Quiabo, na qual ele agredira Maria Gregória em 1890. Próxima ao largo da paz e do encontro entre quatro rios, talvez fosse por essa extremidade que ele seguia de barco – pois era pescador – para o centro da cidade, onde se envolvia em crimes e pescarias com gente tida por capoeira no bairro de São José, como se verá no próximo capítulo.

No tempo em que José Lins e Bentinho brigavam para mandar nos porcos e nas pessoas da Estrada dos Remédios, o Partido Republicano de Pernambuco há muito já havia sido derrotado politicamente, Martins Júnior estava morto e seus antigos correligionários dispersos em alianças com políticos que manteriam abertamente ligações com homens conhecidos como brabos e capoeiras. Tratar a prisão de Bentinho em 1890 como a negação da lógica representada por seu irmão José da Benta, na qual cada localidade obedecia a leis indiferentes à legalidade instituída, era uma tentativa de estabelecer a concepção segundo a qual morrera com a sociedade monárquica uma história que – apesar da *Gazeta da Tarde* – se estenderia República adentro, ao longo de décadas ou, no caso particular de Bentinho, ainda por pelo menos vinte anos.

Embora a possibilidade de que isso viesse a acontecer fosse constantemente repelida por republicanos convictos como os daquele jornal, até eles logo achariam que algo estava indo errado com o projeto republicano. Isso ao mesmo tempo os deixava cada vez mais diligentes na parte que lhes cabia, concedendo espaço à ação heroica de jovens do perfil de Ribeiro de Brito – aquele mesmo em cuja casa se hospedara Silva Jardim –, que agora era subdelegado da Boa Vista e prendia homens como Manoel Grande, "um valentão, um destemido, um *ornamento* da fina flor da gente", no mesmo lugar onde alguns anos mais tarde Bentinho feriria um soldado[392].

Mas as ações não tinham a sistematicidade esperada e logo a administração policial reproduzia as práticas corriqueiras dos tempos da Monarquia: três dias depois da prisão, Manoel Grande estava solto[393]. Como que em uma tentativa de realizar no discurso aquilo que temiam não ocorrer, os redatores na notícia seguinte apresentam a ele, "aquele mesmo de quem ainda terça-feira, 4, denunciamos uma brabeza", como um "belo ornamento da extinta fina flor da gente"[394] .

A sensação de que no Recife as medidas de moralidade pública não estavam sendo eficientes se baseava principalmente no que se acreditava ser a situação de outras partes do país: "A providência que pedimos foi aliás dada há muito tempo no Rio de Janeiro e há bem poucos dias no Pará, onde a polícia cercou de todas as vigilâncias *aquele povo*"[395]. O fato de na imprensa de Belém daquela época afirmar-se igualmente que o Pará era o único estado onde após o início da República não haviam sido tomadas medidas severas de combate à capoeira[396] é um indicativo da atitude ambígua dos republicanos de diferentes partes do Brasil. Ambígua porque transmitia a impressão de que a República estava executando uma repressão, afinal, tratava-se de uma "extinta fina flor da gente", mas, ao mesmo tempo, que os chefes de policia dos seus estados não estavam sendo eficientes o bastante, isto é, não estavam agindo como Sampaio Ferraz no Rio de Janeiro[397].

---

[392] *Manoel Grande.* Gazeta da Tarde, 04/02/1890. O episódio de Bentinho em 1896 está na página 111.
[393] *O que é isso?* Gazeta da Tarde, 07/02/1890. Sobre essa preocupação com a polícia, ver *Necessidade urgente.* Diário de Pernambuco, 21/03/1890, onde se pede uma polícia independente, nas condições em que exigia a ciência, pois "no tempo do império esta província esteve presa da anarquia, em pleno regime da faca de ponta, regime açulado por políticos pouco escrupulosos, que dele tiravam todo seu prestígio. E a polícia era cúmplice desse regime".
[394] Ainda em: *O que é isso?* Gazeta da Tarde, 07/02/1890.
[395] *Uma boa providência.* Gazeta da Tarde, 10/02/1890.
[396] LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Op. cit., p.120.
[397] Filho de uma família tradicional de fazendeiros paulistas, João Batista Sampaio Ferraz foi um membro ativo da propaganda republicana e durante o império exerceu por seis anos o cargo de promotor público

Talvez o Recife tenha sido ainda mais impactado por esse imaginário da repressão porque passavam pela cidade deportados de todos os estados para o presídio de Fernando de Noronha, do qual se tinha notícias com relativa frequência na imprensa local[398]. Ao verem um navio com "59 desses heróis da navalha e da rasteira" deportados do Rio de Janeiro para Fernando de Noronha, os republicanos do Recife se ressentiram de não poderem, como pôde Sampaio Ferraz, driblar qualquer obstáculo legal à "medida arbitrária, altamente arbitrária, e altamente moral e justa", porque de "segurança, e de saúde pública, se o não fosse já de vergonha nacional", contra os capoeiras[399]. Considerados o flagelo da população fluminense e verdadeiros *carimbos nacionais*:

> Eram eles o braço armado que somente tinha sentimento de perturbar a ordem e desmanchar as conferências republicanas, eram os povos voluntários assalariados da *guarda negra*, e o regime republicano tinha o dever imprescindível de limpá-los da face do país, quando ele trepasse as ameias do poder quase por uma questão de moralidade social.

Sendo assim, prossegue o redator, a postura do governo provisório no Rio de Janeiro deveria ser seguida pelos seus agentes em outros estados, sobretudo em Pernambuco, pois "em nenhum ponto do país, depois da capital federal, eles cresceram e desenvolveram-se mais do que" nesse estado:

> Mil vezes a imprensa noticiou o espetáculo da capoeiragem a exercitar os seus movimentos à plena luz do sol e diante das músicas, mil vezes ela mediu as consequências desse escândalo, contou o número dos crimes e outras tantas vezes eles riram dos receios das reclamações da imprensa da sociedade que ela representa, para continuarem a sua faina, a darem o que fazer ao compasso e à faca de ponta. As medidas repressivas tem-se limitado a prisões temporárias dentro da capital, quando ela são feitas, e contra isso é que nós clamamos, como exigindo da parte dos governos uma medida mais séria e mais duradoura: arrancá-los mesmo da sociedade pernambucana[400].

Logo, mesmo procurando revesti-los com a aura da repressão eficiente, casos como o de Manoel Grande não passavam em branco: os homens estavam sendo presos e soltos em seguida, como sempre haviam sido. Que o Recife se destacava junto com o Rio entre as cidades da capoeira, o deputado Duarte de Azevedo já dizia no fim do

---

na Corte. Assim como Ribeiro de Brito, Vicente Cisneros e outros no Recife, ele conhecia a violência de perto. Cf. SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.263 e p.330-331.

[398] Como o relatório do diretor do presídio publicado na coluna Repartição da Polícia, do *Diário de Pernambuco*, em 23/02/1890, no qual se mencionam os "59 capoeiras do Rio de Janeiro, enviados pelo governo central, no transporte de guerra *Madeira*" no mês anterior. Sobre essa leva de presos, ver: SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.335. O autor também menciona a viagem do vapor Madeira na página 264, afirmando que nele foram 154 e não 59 capoeiras.

[399] *Trocos miúdos.* Gazeta da Tarde, 23/01/1890. Esse método de Sampaio Ferraz é mencionado também em: SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.339-340.

[400] Ainda em *Trocos miúdos.* Gazeta da Tarde, 23/01/1890.

Império: "o delito da capoeiragem, que é um delito quase peculiar da cidade do Rio de Janeiro, e que me consta começa a aparecer na cidade do Recife, não é um crime de pessoa isolada, nem que se possa dar nos lugares do interior; é crime próprio das nossas grandes cidades"[401].

Mas afirmações como essa não serão aqui pontos de partida para considerações mais amplas em sua direção, afinal, possivelmente também se dizia em outras cidades que nelas havia tido capoeiras como em nenhum outro lugar além do Rio. Ademais, se o deputado por São Paulo estivesse em Recife nas décadas anteriores, não sei se trataria a capoeira como algo que estava apenas começando na cidade em 1887.

No editorial da *Gazeta da Tarde*, parece destacar-se a convicção de que era possível exercer alguma influência sobre as autoridades policiais, convencendo-as de que o Recife era o segundo maior teatro de ação dos capoeiras, o que significava grupos fortemente articulados e proteção política, algo que só poderia ser combatido com medidas radicais[402]. Isso era reiterado até mesmo quando se anunciava que algum subdelegado fizera uma boa colheita de "capoeiras e vagabundos":

> Nós achamos que é ainda pequena a medida de correção adotada contra semelhante gente. Os maus sentimentos que eles cultivam (...) exigem que a maior severidade, uma severidade mesmo em extremo caia sobre ele, para exemplo dos outros. É lícito seguir neste ponto à polícia da Capital Federal[403].

Se a imprensa acreditava que poderia convencer (ou pressionar) a polícia, era porque havia alguma comunicação entre as duas[404], o que gerava expectativas e provocava constantes pedidos de deportações[405]. Quando estas aconteciam, muitas vezes eram realizadas pelo vapor Liberdade – cujo nome certamente os passageiros da

---

[401] *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados, Segunda sessão da vigésima legislatura. Volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p.487. No último capítulo retomarei essa fala para discutir outra questão.

[402] Para as precauções em relação a isso que teriam sido tomadas por Sampaio Ferraz, como a extinção da polícia secreta, ver: SOARES, Carlos Eugênio, op. cit., p.332.

[403] *Capoeiras e Vagabundos*. Gazeta da Tarde, 17/01/1890. Vale destacar que não encontrei registros de presos dessa ocorrência nos livros de entrada da Casa de Detenção. Como se diz que eles foram recolhidos ao quartel, talvez tenham sido soltos de lá mesmo e não encaminhados à detenção.

[404] Por exemplo, em *A eles.* Gazeta da Tarde, 24/01/1890, chamou-se a atenção da polícia para oito mulheres e seis homens, "verdadeiros vagabundos", que praticavam imoralidades em um quiosque da Rua do Barão da Vitória (atual Rua Nova), junto à ponte da Boa-Vista. Segundo o jornal, no dia seguinte o subdelegado de Santo Antônio, "tomando em consideração o que escrevemos", se dirigiu até o local, encontrou e prendeu aqueles vagabundos. Isso foi publicado na edição de quatro dias depois: *Boa colheita*. Gazeta da Tarde, 28/01/1890.

[405] Motivados por outras acusações além da capoeiragem, como furto (ver: *Com a boca na botija...* Gazeta da Tarde, 07/04/1890) e vagabundagem: "Reúnem-se todas as noites no Pátio do Terço na esquina do beco da Lenha uma súcia de indivíduos que proferem palavras obscenas desrespeitando as famílias que por ali passam. O subdelegado de S. José que lance as suas vistas sobre esses cujos. Ainda pode se fazer uma *remessinha*.... para Fernando". *Vagabundos.* Gazeta da Tarde, 27/03/1890.

viagem de ida mudariam se pudessem –, que se tornou cada vez citado na imprensa recifense desde que voltou de Fernando de Noronha em 11 de fevereiro de 1890, "para onde fora em comissão do Governo levar um bocado da *fina flor da nossa gente*" e "por desarranjo da máquina teve de andar bordejando há dias diante do nosso porto"[406]. Conforme os registros do presídio do arquipélago, naquela leva foram apresentados trinta e três sentenciados, os quais ficaram recolhidos na aldeia do presídio[407]. Menciona-se também "dez presos capoeiras", mas não fica explícito se estavam incluídos entre os sentenciados ou se eram deportados[408].

Isso de certa forma gera alguma dúvida sobre o teor daquela viagem, pois havia uma diferença entre os presos sentenciados – julgados e condenados – e os deportados arbitrariamente pelo governo provisório na repressão à capoeira e à vagabundagem, diferença a qual não me parece ter sido muito observada pela imprensa republicana no Recife. Outra dúvida que emerge desse e de outros documentos se refere à procedência dos presos. Em 26 de abril de 1890 voltava ao Recife o Vapor São Francisco, após levar ao presídio praças de polícia com alguns parentes, pessoas em visita, entre as quais a senhora Leonor Porto, da antiga sociedade abolicionista Ave Libertas, "que veio visitar seu genro o Sr. major diretor Justino da Silveira", e mais vinte e dois vagabundos e capoeiras[409].

Embora se diga que a embarcação havia seguido do Recife no dia 21, para onde voltava, não há informações sobre se os presos eram da cidade. Esse, porém, não foi o caso de outra viagem da canhoneira Liberdade, que ia do Recife a Fernando de Noronha para, segundo a imprensa, "ali deixar mais umas 'finas pétalas da fina flor da gente'"[410]. Pois nos registros do presídio se afirma que dos dezenove indivíduos a bordo, quinze vinham da Bahia e três de Pernambuco. Nesse caso, como em outros, a presença de alguém além do esperado ou a ausência de algum passageiro previsto, sugere as articulações de inimigos e aliados de pessoas que eram passageiros em potencial do Liberdade às vésperas da viagem[411].

---

[406] *Canhoneira Liberdade.* Gazeta da Tarde, 11/02/1890.
[407] *Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha, 15 de fevereiro de 1890*. Nº 55. Fundo Fernando de Noronha, Apeje. A aldeia e o presídio em si eram coisas distintas, só ficavam totalmente reclusos neste os presos mais perigosos. Cf. SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.328.
[408] *Repartição da Polícia,* Diário de Pernambuco, 23/02/1890.
[409] *Correspondências. Fernando de Noronha, 26/04/1890.* Sobre Leonor Porto e o Ave Libertas, ver CASTILHO, Celso. Op. cit., p.166.
[410] *Canhoneira liberdade.* Gazeta da Tarde, 20/02/1890.
[411] Na viagem a que se refere a nota 409, por exemplo, o diretor declara: "Participo-vos que, foram recebidos neste presídio os 21 presos de que trata o vosso ofício de 16 do andante mês e mais o de nome

Apresentar como questão de ordem social e de moralidade uma perseguição de cunho político foi algo corriqueiro nos discursos contra a capoeiragem no Brasil entre o século XIX e o início do XX, consistindo em Pernambuco no passo seguinte à atitude dos republicanos martinistas em face aos correligionários de antigos liberais, vista no capítulo 1[412]. No editorial da *Gazeta da Tarde* de 23 de janeiro, citado um pouco acima, os capoeiras são apresentados como um problema de saúde e segurança pública, mas ao mesmo tempo se inclui entre os motivos para reprimi-los o fato de eles terem integrado a Guarda Negra, que desmanchava os comícios republicanos no final do Império.

No Rio de Janeiro, Carlos Eugênio Soares afirma que teve essas características a repressão realizada pelo chefe de polícia Tito de Matos ainda durante a Monarquia[413]. Embora o autor tenha tendido a considerar diferente a postura de Sampaio Ferraz, ao recair de forma geral e irrestrita sobre todos os capoeiras, aliados de quem quer que fossem e não só dos seus adversários, ele reconhece que em sua ação o republicano contou "com o auxílio de um pequeno mas ardiloso grupo de informantes, eles mesmos capoeiras e velhos conhecidos da polícia"[414]. Teriam esses também sido reprimidos?

Assim como no Recife uma grande liderança liberal era acusada pelos republicanos de fazer política com seus capoeiras após a proclamação da República, em Belém, Antônio Lemos, também antigo liberal, teria seus correligionários presos e deportados para o Amapá como capoeiras e vagabundos em 1890, uma medida que os republicanos – que governavam o Pará com auxílio do exército naquele momento – declaravam de segurança pública e desprovida de motivações políticas[415]. Isso, porém, não os impediam de denunciar o grupo de Lemos por contar com capoeiras importados de um lugar onde teria havido muitos deles: Pernambuco[416]. Assim, enquanto Nascimento Grande entraria nas memórias do período como o capoeira aliado de José

Manoel Pedro José dos Santos". *Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha, 22 de abril de 1890*. Nº 121. Fundo Fernando de Noronha, Apeje.

[412] Cautelosamente, por tratar-se do governo de um aliado em potencial, o jornal marianista chamará atenção para isso desde antes, ainda na gestão do Marechal Simeão de Oliveira: "Com o fim, sem dúvida, de auxiliar a regularização, diremos assim, a organização do trabalho, que é uma necessidade vital para a grandeza da nação, abriu-se uma campanha incansável contra o capoeira e contra o vagabundo (...) Em virtude de medidas compreensivas, os agentes de polícia capturam à direita e à esquerda, de dia e de noite, de alto a baixo, com a gana feroz de extinguir o vício de *não fazer nada*; é natural, é justo. Mas (...) essa medida dá o exemplo de não ter começado por casa e, por isso, levanta odiosas suspeita parecendo fazer seleção entre vagabundo e vagabundo, entre capoeira e capoeira (...) A lei, se sempre foi, como lei, igual para todos: agora o deve ser como exemplo, a fim de que não pareça que, sob a caba do bem público, serve apenas de instrumento de paixões". *Monólogos.* A Província, 31/01/1890.

[413] SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.236-237.

[414] Idem, p.331-332.

[415] LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Op. cit., p.85-140

[416] Idem, p.110-111.

Mariano, o pernambucano Antônio Marcelino seria o "capanga-mor" de Antônio Lemos em Belém[417].

Entre as idas e vidas das embarcações e dos discursos de repressão, os republicanos de Pernambuco tentavam influenciar o governo de Simeão e fazer crer que José Mariano estava cercado, como em uma sátira publicada, na qual ele conta seus feitos e conclui dizendo: "meus amigos de outrora/Nicolau, Neri, Rosendo/Manoel de Abel e outros mais/como estão hoje sofrendo!"[418] Quando se tratava de narrar a situação vivenciada naquele momento por cada um dos aliados da *Província*, sempre havia um espaço, geralmente no final do texto, para os brabos da Guarda Negra: "Pobre Nicolau! Eu também lamento o teu destino, valente bravo democrata. (...) Joaquim das Couves e Manoel de Abel, a vocês dois, um apertado amplexo (...) Tenhamos firmeza, porque no dia em que o Conde d'Eu puxar a espada, ao som da corneta da boca do Paula [Mafra]... Adeus Francisca"[419].

Utilizando-se das informações disponíveis no momento – nesse caso, dos registros policiais – aquela sátira sugeria que para os "brabos" mais próximos a Mariano, a República não havia começado bem, com Manoel de Abel preso, assim como, no mesmo dia, o cocheiro Nicolau e Joaquim das Couves, enquanto do "infeliz Paula Neri, modelo municipal", se dizia, "repousa em paz"[420]. Sobre este último, uma nota discreta na *Província* alguns meses mais tarde indica o esforço de até o fim evitar realizar as acusações tão evocadas pelos adversários: "O vapor Jaboatão trouxe-nos a notícia de que faleceu em Fernando de Noronha, o detento Paula Neri, que para ali

---

[417] Em suas memória sobre Belém, José Sampaio Ribeiro afirma: "a grande influência da capoeiragem nestas plagas certamente se deveu à importação de capangas, em pleno zênite do lemismo. Foi o terror daqueles dias o temível Antônio Marcelino, capanga-mor. Trouxera escolhido a dedo, um gango da mesma laia, de Pernambuco". Citado por LEAL, Luiz. Op. cit., p.110 (nota 175). Seria esse "capoeira pernambucano" Antônio Marcelino o mesmo jóquei que se envolveu na morte do célebre Manoel da Jacinta no Recife em 1889 (ver, acima, as páginas 107-110) e, como tratarei adiante, lutou contra Bernardino Caboclo em 1891? Curiosamente, não tenho informações dele no Recife em 1890. Sobre Nascimento Grande, Gilberto Freyre diz: "nos últimos dias do Império, fora, ainda rapazola, homem da confiança de José Mariano" Op. cit., 2004, p.954. Mais tarde, quando já idoso, seria na casa de José Mariano Filho que passaria os seus últimos dias, de acordo com Câmara Cascudo: *Flor de romances trágicos.* Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966, p.57.

[418] *Fatalidade.* Diário de Pernambuco, 26/02/1890.

[419] *Entradas de sentimento.* Diário de Pernambuco, 19/03/1890. Com o título "Cartas de um capoeira", foi publicado no início de 1891 no Rio de Janeiro um relato no qual um certo J.S. afirma ter conhecido "um capanga do chefe político pernambucano Zé Mariano e um velho lutador dos tempos da Praieira" em Fernando de Noronha. Cf. SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.328.

[420] A referência a Paula Neri é do artigo citado na nota acima. Sobre a prisão de Manoel de Abel: *Repartição da polícia.* Diário de Pernambuco, 08/02/1890; A prisão de Nicolau no dia de Joaquim das Couves é mencionada em *Repartição da polícia,* Diário de Pernambuco – 10/01/1890. Os dados sobre a prisão deles se encontram no *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.87.

seguira atacado de beribéri"[421]. Para aquele jornal, o detento, não o capanga, capoeira ou assassino de Ricardo Guimarães, havia sido transportado a Fernando de Noronha como qualquer preso vítima daquela doença e lá falecido.

Também serviam de base para artigos da imprensa martinista anúncios de prisões de outras pessoas eventualmente mencionadas como pertencentes à guarda de Mariano, como Bentinho, além de casos suspeitos na documentação policial, a exemplo de um certo Antônio do Poço, preso sem nota de culpa em 10 de dezembro de 1889 e do qual não foi registrada a saída da Casa de Detenção – mas a ele não encontrei referências na imprensa[422]. Dessa forma, mesmo os livros de registro de entrada e saída de presos daquele momento não apresentando diferenças significativas no perfil das detenções[423], as referências a deportações e a prisões de homens virtualmente ligados a José Mariano merecem atenção.

Se os redatores lançavam mão de diversas fontes de informações disponíveis para decantar através do humor a repressão aos brabos de Mariano, o mesmo vale para os rumores de que ele próprio esteve ameaçado de deportação, insinuados nessa "Cena de Molière":

> Dr. Mariano: - E o governador não passa de um bobo, um tolo, que na conferência que tivemos não quis dar-me atenção e até, pareceu-me, que queria ameaçar-me com cadeia e deportação.
> O Mena: - E para que servem os seus *brabos* do Poço? Não se faça mole, senão há de ficar sempre no que está.
> Dr. Mariano: - Nessa não caio eu; porque sei perfeitamente que todo o desejo do governo é achar um motivo para pôr-me daqui para fora[424].

Essa história será contada sob uma orientação narrativa mais preocupada com a verossimilhança por Albino Meira, logo depois de concluída a sua curta passagem pelo governo de Pernambuco. Respondendo a um artigo da *Província* no qual lhe foram feitas inúmeras acusações, ele se detém na de que haveria pedido a deportação do líder do Poço ainda durante o governo de Simeão. Em contraposição a isso, afirma que quando perguntado pelo Marechal sobre essa deportação, respondeu "que reputava um

---

[421] *O detento Paula Neri.* A província, 31/08/1890. Sobre o envio de presos doentes a Fernando de Noronha, ver, adiante, nota 536.
[422] Preso em 10/12/1889, ele se chamava Antônio Francisco de Farias. *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.79.
[423] Afirmo isso com base na consulta dos livros 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891) e 4.3/48 (cont./1890 a abril/1891) de entrada e saída de presos da Casa de Detenção do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).
[424] *Cena de Molière.* Diário de Pernambuco, 22/12/1889. O Mena em questão é seu aliado Mena da Costa.

grande erro, pois que não reputava o Dr. José Mariano um homem *perigoso à República*: acrescentando o Marechal, por sua vez, que assim pensava também"[425].

Tivesse ele sido ou não favorável àquela deportação, essa desavença com a *Província* indica que a questão esteve presente nos momentos iniciais da República, como mais tarde Mariano reconheceria:

> Os perversos, os vingativos e os especuladores continuam a atribuir-me esse grande crime pelo qual pedem até a minha eliminação, não mais da república mas do seio da sociedade, apontando-se-me como um facínora, como um homem pernicioso, que tem a seu serviço uma legião de *brabos* e uma formidável *guarda-negra* incumbidos de executar os seus planos tenebrosos!"[426]

2.1 Meses republicanos contra uma antiga política de rua

Apesar do que afirmou Albino Meira em relação a José Mariano, será ao governo dele que os seus partidários aludirão como principal momento de combate à capoeiragem em Pernambuco. No artigo em resposta à *Província*, ele nega que tenha deixado o cargo por livre e espontânea vontade e se mostra abertamente hostil a Simeão. Porém, meses antes o clima era outro, ele acompanhava o Marechal em sua descida nas escadarias do palácio do governo, do qual este se retirava junto com José Mariano para dar-lhe lugar. Na ocasião, os "republicanos históricos" fizeram festa, destacaram a afinidade entre Mariano e o ex-governador e desejaram a este uma boa viagem para o Rio de Janeiro[427]. Sem reconhecerem que tinham sido os articuladores da mudança de governo, se congratulavam por ter chegado a sua vez[428].

Dividida em três partes publicadas em dias diferentes pela *Gazeta da Tarde*, a "Carta do compadre Simão ao compadre Lili" dá uma ideia do que representava para alguns republicanos não precisarem mais negociar com governantes que para eles só

---

[425] *"A Província"*. Jornal do Recife, 19/08/1890.

[426] *O discurso*. A Província, 20/04/1890. Albino Meira ainda diria que se falava deportação de José Mariano naquele momento em: *Ao público*. Jornal do Recife, 13/08/1890.

[427] *Marechal Simeão.* Gazeta da Tarde, 26/04/1890. No mesmo sentido: *General Simeão d'Oliveira,* Diário de Pernambuco, 26/04/1890. Tranquilos por saberem o que aquela partida significava para eles, os martinistas destacaram cuidadosamente a participação de Mariano na despedida. Um exemplo do quanto esse tom ameno e mesmo favorável era calculado é o fato de que poucos dias antes a *Gazeta* fazia o seguinte comentário sobre a conferência que ele ia realizar: "Vai falar republicanamente, em favor da república (...) contra a qual – quando constituindo uma simples aspiração de um punhado de moços patriotas, confiantes no futuro da pátria, por cujo bem-estar trabalhavam com esforço, açulou muitas vezes as cóleras da *fina flor da gente* que o rodeava devota". *Variações.* Gazeta da Tarde, 12/04/1890.

[428] Apesar de no mesmo artigo da nota 425 Albino Meira admitir que Martins Júnior foi ao Rio de Janeiro queixar-se do fato de o governador Simeão ter se aproximado de Mariano.

teriam aceitado a República de última hora, em resposta à abolição, e a haviam convertido numa mera reedição da política monárquica. Na carta, esse é o papel desempenhado por Simão, admirador do Marechal Simeão e amigo do "Dr. Zé Mariano", que repreende o seu compadre por não ter sabido abandonar a Monarquia na hora certa, de maneira a beneficiar-se de sua derrubada: "Você perdeu a patente/que o Lucena lhe arranjou (...) Bem eu lhe disse em caminho:/Vamos botar manifesto/Ao Rei apoio não presto/Pois tirou nosso pretinho"[429].

Incapaz de compreender as mudanças que vinham ocorrendo, Lili não tirou proveito dos novos símbolos mobilizados no debate político: "chore muito e bote luto/que é tudo uma confusão/é tudo igual, tudo fala/até negro de Senzala/é aqui um cidadão (...) Acabou-se a fidalguia/não há mais negro nem cabra". Em outras palavras, ele não soube ser como Ambrósio Machado, que derrotado pela abolição tratou de aliar-se com antigos abolicionistas que pudessem ajudar-lhe a fazer uma República na qual ele e seus companheiros da lavoura tivessem mais voz[430].

Ao contrário do seu compadre, Simão era especialista em adaptar-se e isso lhe rendera muito prestígio: "Eu por cá, vou bem contente/sempre alegre e satisfeito/ junto aos amigos do peito,/ da mais *fina flor da gente*./Tenho sido visitado/por homens da melhor roda,/por esta cidade toda/tenho sido procurado"[431]. A resiliência de Simão também tinha lá seus percalços, como o susto que tomou quando foi a uma festa no Poço: "nunca vi cousa tamanha,/a gente ali corre risco", mas o que importava, afinal, era que ele havia se beneficiado a ponto de conquistar o posto de ministro da agricultura e até procurava um bom lugar para Zé Mariano no novo estado de coisas[432].

Agora, pensava o pessoal do Partido Republicano na *Gazeta* e no *Diário*, o momento era outro, os Simões davam lugar a Albino Meira e Chico Torrão entenderia que Mariano não estava mais no trono, pois já havia morrido desde 15 de novembro: "tu podes, ó Torrão! Nos trens e principalmente nos palacetes da Florentina e da Roda, tua residência habitual, caluniar a República e os republicanos; tu podes mesmo dizer que tens 500 homens para abater a República". Da Roda e das Florentinas eram ruas

---

[429] *Carta – Do compadre Simão ao compadre Lili (2ª época).* Gazeta da Tarde, 30/01/1890.

[430] Se bem que Ambrósio não era apresentado como um adesista pelos republicanos, e sim como uma das figuras de destaque do partido. Martins Júnior o chamava de amigo e ele foi elogiado por Silva Jardim, embora de uma maneira um tanto dúbia, como um "tipo do velho caráter pernambucano". Para a afirmação de Martins Júnior: *Ao partido republicano e aos meus concidadãos em geral.* Jornal do Recife, 14/08/1890. Ver também: JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.333.

[431] *Carta – Do compadre Simão ao compadre Lili (2ª época) II.* Gazeta da Tarde, 06/02/1890. Grifos do original.

[432] *Carta – Do compadre Simão ao compadre Lili (2ª época) III.* Gazeta da Tarde, 14/02/1890.

conhecidas ao longo de anos por suas mulheres mal reputadas. Será nesta última que num início de noite de 1906, Maria da Hora Tavares, uma "mulhersinha capoeira" que vinha "fazendo gestos de capoeiragem em frente a uma música particular que passava", foi presa pelo major Manoel Batista, sobre o qual ainda voltarei a tratar[433].

Porém, em 1890, para o autor do artigo, Chico Torrão precisaria aceitar o "decreto" que garantia o pudor das mulheres, abolia loterias que roubavam o público, proibia de matar Ricardos em plena Rua do Imperador e determinava que seriam deportados para Fernando de Noronha todos os jornalistas que acoitassem assassinos, ficando "revogados o reinado do Cabeleira e todas as bicudas em contrário"[434]. Desse modo, conclui, o único tipo de república que ele poderia abater com aqueles homens seriam as habitações coletivas de estudantes.

Era um momento de euforia. A cada novo anúncio de conflito de rua entre valentões, a imprensa republicana exigia "Fernando com eles!"[435] e a prisão de João Grande, "capoeira e turbulento de primeira força" até lembrou as medidas de Sampaio Ferraz no Rio. Em uma sexta-feira à noite, o comandante da 4ª estação da Guarda Cívica soube que ele se achava escondido na casa de sua mãe, em uma parte do bairro da Boa Vista conhecida como Giriquiti, e lá efetuou sua prisão[436].

Com o Partido Republicano no governo, o tema da prisão e deportação dos capoeiras passou a fazer-se presente em todos os tipos de notícias do dia-a-dia. Até em simples alertas aos guardas fiscais, os animais soltos nas ruas se tornavam cães ou mesmo carneiros capoeiras:

> Pedem-nos para chamarmos a atenção do Sr. Fiscal do 2º distrito da Graça para animais soltos que passeiam naquela localidade. Há perto do Hipódromo um carneiro que dá valentes testadas. Ainda hoje *meteu a cabeça* numa criança que ficou bastante magoada. Está se acabando com os *capoeiras* gente, e se toma-se essa medida com entes racionais, porque o Sr. Fiscal não a põe em execução com os irracionais?[437]

Agora as deportações de capoeiras e vagabundos do Rio de Janeiro para Fernando de Noronha poderiam ser efetivamente seguidas pelas autoridades de

---

[433] *Mulher capoeira.* Correio do Recife, 09/04/1906.
[434] A expressão "matar Ricardos" é uma referência ao assassinato de Ricardo Guimarães. A esse respeito, ver, acima páginas 91-92.
[435] *Agressão.* Gazeta da Tarde, 14/06/1890.
[436] *Capoeira*. Gazeta da Tarde, 12/05/1890. Sobre a estratégia empreendida por Sampaio Ferraz de efetuar as prisões "na porta de casa, literalmente falando", ver: SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.331-332.
[437] *Carneiro capoeira.* Gazeta da Tarde, 07/05/1890. Embora aí haja uma associação direta a um golpe atribuído aos capoeiras, a cabeçada, no caso dos "cães capoeiras" a referência parece resultar apenas da recorrência do tema da repressão à capoeiragem naqueles dias: *Cães capoeiras.* Gazeta da Tarde, 16/06/1890.

Pernambuco[438]. Logo após o início do seu governo, Albino Meira enviou ofícios ao inspetor do Arsenal de Marinha e ao comandante do cruzador Liberdade recomendando que diante da necessidade de livrar Pernambuco "e principalmente esta cidade do Recife, dos desordeiros e anarquistas de todo gênero que a infestam e perturbam; e sendo, para isso, provavelmente necessário fazê-los transportar para o presídio de Fernando de Noronha", aquela embarcação fosse posta de prontidão para viagem[439]. Em júbilo, a *Gazeta da Tarde* publica:

> Pobres capoeiras! Em parte alguma os míseros acham proteção! Os da nossa pobre terra estão ameaçados de ir dar um passeio à "Liberdade" e pegar uns caranguejos em Fernando (...) É exato: está a corveta ou cruzador, de fogo aceso, prontinho para levar a ilha que o Sr. Fernão de Noronha descobriu uma meia dúzia dos *pardavascos*... e serão só eles?...[440]

Alguns dias depois, o diretor do presídio de Fernando de Noronha responde a ofício de Albino Meira informando que, além de alguns sentenciados e detentos doentes, haviam sido recolhidos por ele "vinte e três indivíduos", que pelo visto se tratavam de deportados, dentre os quais não estavam Martiniano José de Santana e Luiz Mateus de Araújo, cujos nomes constavam no ofício do governador[441]. Quem sabe esses dois escaparam de última hora com a ajuda de algum conhecido, afinal, as motivações pessoais pareciam ser um fator importante nesse processo, como indica a deportação de um certo João, presumivelmente motivada por uma rixa entre ele e o Sr. Santos, professor da escola da localidade do Monteiro, no Poço da Panela[442].

Aparentemente a combinação entre conflitos pessoais e algumas características ou antecedentes do indivíduo era mais decisiva para a sua deportação do que o crime

---

[438] *Capoeiras.* Gazeta da Tarde, 06/05/1890. O jornal tentava fomentar as ações publicando ofícios do chefe de polícia Antônio Antunes Ribas a Albino Meira, nos quais solicitava reforço e material para a polícia: *Excelentes medidas.* Gazeta da Tarde, 02/05/1890.

[439] *Desordeiros e anarquistas.* Diário de Pernambuco, 03/05/1890. Três meses depois, em sua resposta à *Província*, ele negará que pediu a deportação de Mariano dizendo: "É uma falsidade, repito: eu nunca pedi a deportação de ninguém". *"A Província"*. Jornal do Recife, 19/08/1890.

[440] *Meadas.* Gazeta da Tarde, 05/05/1890. Se forem tomadas por base as acepções de "padavasco" como "mulato disfarçado" ou "metido a pardo" atribuídas por Pereira da Costa, o emprego dela aí pode ser mais uma indicação da racialização do combate à capoeiragem, já tão presente nas publicações contra o "povo da guarda negra" que acompanhava José Mariano. COSTA, Francisco Augusto Pereira da Costa. *Vocabulário pernambucano. Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XXXIV, nº 159-162, 1936, p.545-546. Esse volume da revista do Instituto é ocupado por inteiro pelo amplo vocabulário preparado pelo autor, que morrera em 1923, com base em documentos de praticamente todo o período ao qual se dedica esta dissertação.

[441] *Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha, 20 de maio de 1890*. Nº 170. Fundo Fernando de Noronha, Apeje.

[442] *Injustiça.* Gazeta da Tarde, 06/06/1890. A *Gazeta* considerava uma injustiça os outros envolvidos na ocorrência não terem sido também deportados. Em um sentido diferente, a preocupação sobre quem sofreria com o cumprimento de determinações do governo para que fossem perseguidos capoeiras e vagabundos ocupou particularmente a *Província* desde cedo, conforme, acima, a nota 412.

que o levou à prisão. No caso acima, por exemplo, João e seus companheiros foram flagrados tirando laranjas de um sítio, enquanto um vagabundo morador do Catucá, local onde Bentinho agredira Maria Gregória, foi enviado ao vapor Liberdade após dar uma chicotada no condutor da Companhia Ferro Carril, em cujos bondes tinha o costume de tentar viajar sem pagar[443].

Por questões políticas, o Poço da Panela não era o melhor lugar para se morar naqueles dias, já que os atestados de boa conduta dos quais precisaria alguém ameaçado de deportação dificilmente seriam lá emitidos por pessoas bem quistas pelo governo. Ao elaborar sua argumentação no pedido de *habeas corpus* em favor de Malaquias Fernandes de Amorim, antigo maquinista da Estrada de Ferro Recife-Caxangá e muito possivelmente o mesmo Malaquias acusado de pertencer à Guarda Negra[444], o advogado Arthur de Albuquerque Melo afirmou: "desordeiro ele não o é", pois "residindo no Poço de Panela há tempos e onde é qualificado eleitor, Malaquias encontraria inúmeros atestados de boa conduta e decência. Mas é que, extremados como estão agora os negócios políticos da terra, ele bem pode ser uma vítima, e de certo o é, de ódios infundados"[445].

No momento, aquela não era a melhor forma de se proteger um acusado. Dois dias depois da petição, quando esperava que Malaquias lhe fosse apresentado, o juiz Antônio Domingos Pinto foi comunicado pelo administrador da Casa de Detenção que isso não seria possível, pois o preso havia "embarcado com destino ao presídio de Fernando *por ordem do governador do Estado*"[446]. Em virtude de casos como esse, se os pesquisadores que se dedicaram à complicada tarefa de adaptar a gestão do chefe de polícia Manoel dos Santos Moreira (1904-1908) ao modelo "Sampaio Ferraz" de repressão republicana à capoeira houvessem pesquisado os primeiros anos do regime, teriam enfrentado muito menos dificuldades em transformar Francisco Xavier Guedes

---

[443] *Ação louvável.* Gazeta da Tarde, 04/06/1890. Ver também o pedido de deportação para um preto conhecido por charuto, sob acusação de furtar doces de uma criança que os vendia e de tentar, sem sucesso, realizar outro furto: *Que charuto!* Gazeta da Tarde, 14/06/1890.

[444] Ver: *O major Afonso Leal ao público.* Diário de Pernambuco, 17/12/1889.

[445] *Petição de Habeas Corpus.* Malaquias Fernandes de Amorim. 1890. Memorial da Justiça de Pernambuco. Crime – Comarca do Recife. Caixa 1207 (1890-1892), p.3.

[446] Aparentando perplexidade, o juiz, ligado a antigos conservadores, publicou essas palavras na coluna "a pedidos" do *Diário* no momento em que caíam os republicanos: *À Magistratura.* Diário de Pernambuco, 24/07/1890. Também é mencionado o caso idêntico de Miguel Arcanjo de Freitas. Pouco depois, no governo do barão de Lucena, Malaquias seria posto em liberdade. *Petição de Habeas Corpus.* Malaquias Fernandes de Amorim... p.16. Sobre a relação do juiz Antônio Domingos Pinto com lideranças conservadoras, ver: HENDRICKS, Howard. *Education and Maintenance of The Social Structure:* The Faculdade de Direito do Recife and the Brazilian Northeast, 1870-1930. 1977. 235f. Tese (Ph.D.) – Departament of History, Indiana University, USA. P.198-199.

Pereira – que na gestão de Albino Meira substituiu Antônio Antunes Ribas na chefia da polícia – no Sampaio Ferraz do Recife[447].

Porém, apesar de cômodo, isso exigiria que fosse ignorado tudo aquilo que enfraquece esse argumento em aspectos que vão desde o resultado das prisões e o alcance das deportações, até a capacidade dos republicanos de se manterem no governo imbuídos de um discurso de ruptura com as práticas de alguns importantes políticos dos tempos da Monarquia. Após conseguir aquiescência do Barão de Lucena para a substituição de Simeão por Albino Meira, Martins Júnior e o novo governador quiseram implantar o seu projeto de República controlando todas as nomeações e substituindo aliados de proeminentes políticos imperiais por jovens bacharéis republicanos em cargos jurídicos e outras posições[448].

Confiando no governo central e talvez no Progresso, eles esperavam suplantar a intrincada teia de relações estabelecida por políticos experientes como José Mariano e Lucena, que ia desde um cabo eleitoral empregado em uma ferrovia, até o presidente da República. Disso é uma indicação a forma como Maximiniano Félix Bahia resolveu defender-se das acusações de roubo que recaíam sobre ele, as quais comprometeram seu emprego de despachante da estrada de ferro Recife-Caruaru, ao qual teria sido indicado por um republicano "distintíssimo"[449].

Em seus artigos na imprensa, Bahia se apresentou como um autêntico republicano, eleitor de Martins Júnior e aspirante a membro do Clube 22 de Julho[450]. Ele se defendeu afirmando que estava sendo perseguido pelo "Sr. Gondim, inspetor dos trens e dos armazéns da mesma estrada, que na qualidade de defensor perpétuo do Sr. Dr. José Mariano, entendeu intrigar-se comigo" por não ser favorável à "exaltada propaganda" marianista feita na repartição.

Apelando para o governador Albino Meira, Félix Bahia diz que depois de ter publicado seus protestos foi demitido pelo Dr. Saraiva Junior, chefe do trafego interino da estrada. Enquanto isso, Gondim, que compunha a Guarda Negra e vivia de fazer críticas à República, permanecia em seu cargo. Este, por sinal, não existia em estrada alguma e "só foi criado na de Caruaru para bem se colocar um *cabo eleitoral*; que pelas

[447] *Dr. Antônio Antunes Ribas.* Gazeta da Tarde, 20/05/1890. Se a historiografia não o fez, a imprensa martinista tentaria fazê-lo. Por exemplo, o *Jornal do Recife* dois anos mais tarde diria que ainda como delegado do 2º distrito – portanto antes de assumir a chefia da polícia – Guedes Pereira eliminou "inteiramente a horda de desordeiros e capangas que infestavam a cidade". Jornal do Recife, 24/05/1892. Citado por ZACARIAS, Audenice. Op. cit., p.116.
[448] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. p.217.
[449] *Ao público.* Diário de Pernambuco, 02/05/1890.
[450] *Ao Exmo. Sr. Dr. Governador do estado e ao público em geral IV.* Diário de Pernambuco, 10/05/1890.

suas cabalas é por demais conhecido nos anais de eleições"[451]. Os apelos de Bahia dão a entender que ele se sentia alvo de uma conspiração dos aliados de Mariano só por ser eleitor do Partido Republicano, embora este estivesse no governo:

> Quase toda pessoa empregada na estrada de Caruaru foi colocada pela influência dominante do Sr. Dr. José Mariano; e que tendo como principal cabeça o Gondim, é provável que na primeira voz do dito Gondim todos se movam. Foi, com efeito, o que se deu. Apresentou-se a Guarda Negra contra mim, e houve alguns deles que tiveram a coragem de dizer: que eu era um empregado mal comportado, que vivia constantemente embriagado insultando as partes; entretanto se me chamarem para esse terreno, eu demonstrarei quem são os malcomportados, quem vive embriagado e aqueles que ofendem as partes[452].

Confiando que os republicanos entrariam na briga ao seu lado, Félix Bahia adverte: "O célebre Gondim projeta mandar-me para Fernando de Noronha, porém, eu rio-me dele, dizendo-lhe: quem matou Ricardo Guimarães é quem vai para Fernando"[453]. Apesar disso, ele acabou preso e processado entre o final de julho e início de agosto de 1890[454]. Uma vez que isso coincide com a queda de Albino Meira, a primeira impressão é a de que Bahia estava mesmo sofrendo perseguição política e sua situação piorou com a queda dos seus correligionários. No entanto, para alguns republicanos ele não passava de um ladrão irrisório e foram eles próprios que pediram a sua deportação[455]. Isso, porém, não os impediu de aceitar as informações do rejeitado e passar a incluir "Gondim da estrada de Caruaru" na claque do pessoal da *Província*[456].

Tenha Bahia sido abandonado por seus correligionários ou apenas tentado com argúcia aproveitar-se das disputas políticas do momento para livrar-se de uma acusação, a sua história indica o peso da base de José Mariano mesmo naquele momento, dispondo de integrantes ativos e que desde os tempos do Império não se furtavam a manifestar-lhe apoio[457]. Em alguns casos, como o do delegado Barros Rego, as pessoas

---

[451] *Ao Exmo. Sr. Dr. Governador do estado e ao público em geral.* Diário de Pernambuco, 04/05/1890.
[452] Idem.
[453] *Ao Exmo. Sr. Dr. Governador do estado e ao público em geral*. Diário de Pernambuco, 13/05/1890.
[454] *Crônica Judiciária.* Diário de Pernambuco, 02/08/1890.
[455] *Bahia preso.* Gazeta da Tarde, 31/07/1890.
[456] *O menino Arthur D' "a província".* Diário de Pernambuco, 02/07/1890.
[457] Ao rebater no *Diário* uma publicação da edição anterior do próprio jornal que o acusava de exercer a função de escrivão de paz da freguesia da Graça sem ser nomeado, Manoel Nivardo Ferreira Gomes declarava que havia sim recebido a nomeação: "mas, como eu propalo aos quatro ventos, que somente a devo ao ilustre e honrado Sr. Dr. José Mariano, a quem serei eternamente grato, por isto, esta infâmia, por isto, esta vingança". Talvez alguns meses depois, nos momentos difíceis, Mariano tenha lhe pedido alguma prova de gratidão. *Ao público e especialmente aos moradores da freguesia da Graça.* Diário de Pernambuco, 14/08/1889. Quanto ao caso de Félix Bahia, era comum a população aproveitar-se dos conflitos políticos para obter benefícios, como em 1893, durante os confrontos entre o governador Barbosa Lima e o Partido Republicano. A intendência municipal do Recife, com o republicano Ribeiro de Brito à frente, havia emitido um orçamento que revoltou os locatários do mercado de São José. A reação

acusadas pelos republicanos de serem aliados de Mariano estavam desde aqueles tempos nos cargos[458].

A cada funcionário inimigo que permanecia e a cada um que tentavam substituir à força, os republicanos viam o seu projeto desmoronar mais rapidamente. Ao mesmo tempo, os "capoeiras" cujas prisões, deportações e até mesmo mortes eles tão insistentemente decretaram em sua imprensa pareciam no final das contas escapar impunes, como o assassino de Ricardo Guimarães:

> Que fim teve o processo do célebre Paula Neri, autor do bárbaro assassinato de Ricardo Guimarães. Dizem que o processo sumiu-se para mais tarde se requerer perempção da causa por falta de provas. Será isto exato? Aos dignos doutores governador do Estado e chefe de polícia pode-se uma providencia. Já está quase a completar um ano que se deu o assassinato e não consta que esteja em andamento o processo. Providencias. Providencias e justiça[459].

Eles tinham razão em preocupar-se com a perempção, pois foi exatamente o que aconteceu com Manoel de Abel, absolvido em 16 de junho de 1890 em uma sessão presidida por Sigismundo Gonçalves, que era juiz de Direito do 3º distrito, por crime cometido em 1887[460]. Nesse caso é difícil saber se a parte responsável pela tramitação do processo simplesmente o deixou de lado até ser extinto, pois a relação entre os dois antigos liberais, Sigismundo e Mariano, era por demais complexa para que se possa supor algo nesse sentido. Embora no último gabinete da Monarquia eles tivessem estado juntos, naquele início de República o *Jornal do Recife*, pertencente ao primeiro, era praticamente porta-voz do Partido Republicano. Foi dele que vieram essas lamentações, meses depois da queda de Albino Meira:

> O Sr. Dr. José Mariano quer a toda força alistar na guarda local o seu guarda costas, o celebérrimo Manoel Rosendo, só tendo encontrado resistência contra a sua transloucada pretensão por parte do Dr. Juiz Municipal, que já

---

destes foi fazer uma passeata até o palácio do governador e pedir-lhe apoio, no que foram atendidos. Quando Ribeiro de Brito resolveu ir pessoalmente ao mercado negociar com os locatários, houve conflitos violentos. Para um resumo desse episódio, ver: PORTO, Costa. Op. cit., p.52-53. Embora essa estratégia não pareça ter funcionado com Maximiniano Felix Bahia – se é que tentou mesmo utilizá-la –, talvez ele não estivesse sozinho, pois não foi deportado para Fernando de Noronha e menos de um mês depois da sua prisão teve pedido de *habeas corpus* aceito. *Crônica judiciária – Tribunal da Relação.* Diário de Pernambuco, 20/08/1890.

[458] *A conferência de ontem e o Sr. Delegado.* Diário de Pernambuco, 16/04/1890.

[459] *Não há quem responda.* Diário de Pernambuco, 15/05/1890. Se esses eram os planos de seus protetores, acabaram frustrados, pois Paula Neri morreu poucos meses depois (ver, acima, página 118).

[460] *Tribunal do júri do Recife.* Diário de Pernambuco, 17/06/1890. Um dado interessante: o "guarda negra" Manoel de Abel deu entrada na detenção como "pardo claro". Ver: *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.99. Assim como dos meses anteriores a ele, do período do governo de Albino Meira não há sinais de uma onda de repressão por capoeiragem nesses livros.

> tem tido muitos pedidos e é possível que venha a ceder. Pelo delegado da capital, Faelante da Câmara, e pelo juiz de paz do Poço da Panela, foram passados atestados afiançando a excelente conduta de Manoel Rosendo[461].

O cocheiro Nicolau já era alistado desde muito antes, mas no 14º batalhão de infantaria do exército, o mesmo no qual Mariano conseguira a banda de música para o desfile em favor da Monarquia em 22 de julho de 1889[462]. Embora as diligências policiais sobre o caso do prado tenham apontado o irmão de Bentinho, José da Benta, como autor do assassinato de Manoel da Jacinta, além dele, Antônio Marcelino e Nicolau responderiam a processo pelos conflitos daquele dia, o primeiro por homicídio e o segundo por ferimentos[463]. No entanto, a ligação entre os acusados pode ser vista com ressalva se levado em conta o comentário da relação entre José Mariano e Nicolau, feita por Gilberto Freyre no prefácio à primeira edição do diário de Félix Cavalcanti, sobre quem ele afirma:

> Deus o livrasse de viver entre a canalha como José Mariano; (...) de sair pelas casas dos pardos pedindo voto e botando molecas no colo; de proteger capoeiras como Nicolau do Poço da Panela que perto da Rua da Praia – a velha Rua da Praia tão ligada à vida de Félix – um belo dia do ano de 1886 travou luta com Bentinho do Lucas ou Bentinho da Madalena (...) O pretexto foi se ter sabido no Lucas que Nicolau andava dizendo que Bentinho não tinha homem de coragem do seu lado. O motivo não deixou de ser político: Bentinho tinha simpatias pelos "Conservadores". Dizem que o pachola do negro até usava pera, que era o distintivo "Conservador": pera, barba ou cavanhaque[464].

A respeito da luta, na qual teriam sido mortos Pedro Canhoto e Severino do Pombal, e de sua motivação, Freyre pode ter ficado sabendo muitos anos mais tarde por seu cozinheiro José Pedro, filho de Bentinho ("negro velho adamado que ninguém diria filho de valentão tão terrível")[465]. No entanto, fica a dúvida sobre se ele era o mesmo Bentinho irmão de José da Benta – os dois, como se viu, aparentemente aliados de Nicolau e de José Mariano e não dos conservadores. Tendo em vista a proximidade da Estrada dos Remédios com o Lucas e a Madalena, localidades que Freyre atribui ao apelido de Bentinho, há a possibilidade de tratar-se da mesma pessoa.

Quando respondeu ao processo pelos conflitos no prado, o cocheiro Nicolau se aproximava dos cinquenta anos de idade, transcorridos de uma maneira da qual o seu corpo, marcado por uma grande cicatriz na testa e outra no nariz, dava uma eloquente

---

[461] *Oh!!!* Jornal do Recife, 27/11/1890.
[462] *A provocar desordens*. Gazeta da Tarde, 09/01/1890.
[463] *Petição de Habeas Corpus*. Antônio Ferreira Dias, conhecido por Antônio Marcelino, e outros. 1891. Memorial da Justiça de Pernambuco. Crime – Comarca do Recife. Caixa 1207 (1890-1892).
[464] FREYRE, Gilberto. Op. cit., 1989, p.41.
[465] Idem.

indicação[466]. Morador do Poço da Panela, ele seria mencionado entre os "cocheiros analfabetos" de Paula Mafra[467], apesar de, assim como Manoel de Abel, possuir uma característica rara nos presos daquela época: saber ler. Também como Abel, Nicolau seria absolvido pelo Júri e solto, embora um pouco mais tarde, em 11 de julho de 1891[468].

A cada nova informação de que um daqueles homens fora posto em liberdade, surgiam queixas e se trazia de volta às notícias o nome do indivíduo, mesmo quando ele não estava diretamente envolvido no caso relatado. Quando foi tratado como um ornamento da "extinta flor da gente", Manoel Grande já havia sido preso, solto e preso novamente. Um mês depois, lá estava a *Gazeta da Tarde* pedindo na notícia da prisão de Luiz Cabo, "terror dos Coelhos, lugar onde era respeitado pelos seus constantes atos de *bravura*": "não esqueça-se a polícia do 1º distrito da Boa Vista, de um tal Manoel *Grande*"[469].

Da mesma forma que a pleiteada repressão fora inserida em uma periodização política, a permanência da impunidade com o passar do tempo se tornou um dos pontos tratados como sinais do fracasso da tentativa de romper com o passado dos partidos monárquicos[470]. A possibilidade de que a República não se convertesse nessa ruptura era cada vez mais preocupante na medida em que, para que ela se tornasse possível, precisavam ser enfrentados agora os novos grupos republicanos, dos quais "os homens são os mesmos, educados todos nos vícios da política imperial" e muito bem estabelecidos[471].

---

[466] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.87.

[467] Publicação já citada na nota 301: *A guarda negra em desespero*. Diário de Pernambuco, 22/12/1889.

[468] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.87. Joaquim das Couves, preso com ele no ano anterior, havia sido solto dois dias depois da prisão. Apesar de absolvido ainda em 1890, Nicolau continuou preso até o ano seguinte porque Sigismundo Gonçalves, responsável também pelo seu processo, recorreu da decisão do Júri. Logo após ele ainda teria um pedido de *habeas corpus* negado, para só ser solto um pouco depois, em circunstâncias que não pude sondar. *Petição de Habeas Corpus*. Antônio Ferreira Dias, conhecido por Antônio Marcelino, e outros... p.16.

[469] *Prisão importante*. Gazeta da Tarde, 15/03/1890.

[470] *Peres*. Gazeta da Tarde. 27/06/1890: "Admira-me Srs. Redatores que em pleno domínio republicano os larápios estejam tão audazes como no tempo da decantada monarquia". Essa afirmação consta em uma carta enviada à *Gazeta* por Manoel de Oliveira Maia, retificando a versão fornecida pelo informante do jornal sobre um caso de roubo anunciado no dia anterior. Para uma das recorrentes queixas dos redatores contra a impunidade, ver: *Nem por estar perto*. Gazeta da Tarde, 20/02/1890.

[471] *Pro Patria*. Gazeta da Tarde, 17/05/1890. Ver também a transcrição de um artigo do jornal *Temps*, de Paris, França: *Classificação dos republicanos*. Gazeta da Tarde, 22/05/1890. A forma como esses vícios eram percebidos é condensada na descrição que Vicente Cisneros dizia prevalecer sobre José Mariano até entre aqueles que se aliaram a ele após a subida de Lucena: "José Mariano é um elemento nefasto e perigoso para Pernambuco; para si e seus amigos tem devorado os cofres públicos; não há patotas nem

Não convém aqui avaliar se distribuindo os cargos públicos entre os seus aliados quando estavam no governo e, quando fora, aproximando-se de velhos liberais dos leões, os republicanos estavam fazendo algo fundamentalmente diferente da velha política monárquica. Mais interessante me parece chamar a atenção para a mudança que se tentava processar em relações pessoais estabelecidas por alguns políticos imperiais específicos, vistos pelos "republicanos históricos" como representantes da ordem a ser superada.

Por exemplo, no lugar de um partidário do Barão de Lucena, preso a ele por laços de dependência longamente estabelecidos, acreditava-se que era hora de pôr um jovem bacharel como Manoel Borba, submetido apenas ao imperativo da lei. E foi assim que o Barão concluiu que Martins Júnior não era capaz de cumprir o compromisso estabelecido com ele de não prejudicar seus protegidos e convenceu o Marechal Deodoro de que os republicanos eram "perturbadores da ordem"[472]. Era o fim do governo Albino Meira, substituído pelo próprio Barão em fins de julho de 1890[473].

A nova e última oportunidade dos republicanos com a Junta Governativa no final do ano seguinte também seria bastante curta. Ela foi criada não a partir de uma sólida base social em Pernambuco e sim de laços estabelecidos com as tropas do exército estacionadas na cidade e da circunstância criada pela queda de Deodoro e seus aliados no Rio de Janeiro[474]. Mas logo Floriano Peixoto enviaria a Pernambuco Alexandre Barbosa Lima.

Apoiado pelas mobilizações de rua organizadas por José Maria, ele vencerá as disputas com o Partido Republicano, o qual, após ter fracassado em controla-lo, havia tentado por todos os meios derrubá-lo e levar ao governo o seu membro Ambrósio Machado, que era vice-governador[475]. Só com muita dificuldade a *Gazeta da Tarde* sobreviveu àqueles anos de disputa com Barbosa Lima, em meio a destruição das suas

---

sinecuras em que não esteja envolvido, e para terror de seus desafetos cerca-se de centenas de capangas e assassinos assalariados pelos cofres públicos; todas as repartições lhe pertencem, com elas alimenta sua matilha de capangas". *Ao cidadão governador Barão de Lucena.* Jornal do Recife, 21/09/1890.

[472] GUERRA, Flávio. *Lucena, um estadista de Pernambuco*. Recife: APEJE, Imprensa Oficial, 1958. O mesmo trecho foi citado por ZACARIAS, Aldenice. Op. cit., P.57. No novo momento político, se dirá: "Não podemos compreender República de monarquistas, nem Monarquia de Republicanos". *Gazeta da Tarde*, 26/10/1891.

[473] HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975, p.219. Em artigo citado na nota 480, Vicente Cisneros menciona o curtíssimo governo de Ambrósio Machado, depois de Albino e antes de Lucena, mas esse geralmente não era levado em conta.

[474] Idem, p.223-225.

[475] Idem, p.235 e PORTO, Costa. Op. cit., p.66.

oficinas, interrupção forçada da circulação, além de prisão e agressão de pessoas da diretoria, redação e outras funções[476].

Inimiga de Floriano, contra o qual gritara em frente à redação da *Província* em 21 de fevereiro de 1892[477], a gente de Mariano inicialmente ajudou Barbosa Lima por conta do risco maior de ver o Partido Republicano de volta ao governo. No entanto, com este derrotado, Mariano apoiará a revolta do Rio Grande do Sul contra Floriano em 1893-1894 e acabará perseguido e preso pelo governador[478].

Mas ali não já não era tão intenso o peso de um discurso civilizador carregado de sentido político que pudesse ameaçar o status dos homens conhecidos como brabos e capoeiras em suas localidades e o tipo de interação que eles – e muitas outras pessoas – estabeleciam com o Estado. Com efeito, quaisquer políticos que tiveram presença significativa no governo de Pernambuco nos anos seguintes, a começar pelo próprio Barbosa Lima e os martinistas, o fizeram em estreita relação com os políticos dos velhos partidos imperiais e suas práticas[479], inclusive na relação com aqueles homens. Portanto, sobre essa época um republicano poderia dizer: "meus projetos não eram postos em prática, a política tudo absorvia" – era como Vicente Cisneros definia a situação que se delineava já em 1890[480].

No mesmo artigo em que mencionou o esforço contra a capoeiragem feito nos meses iniciais da República, ele afirmou que no momento no qual escrevia, e José Mariano reconquistava espaço após a subida de Lucena, "a tranquilidade, confiança e segurança individual pouco a pouco vão desaparecendo". Talvez no intuito de tornar mais vívida na narrativa a escalada da violência, Cisneros disse que "no dia 23 do passado, em uma rua pública às 9 horas da noite, um preso foi tomado por dois

[476] NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., p.287- 295.
[477] Ver, acima, as páginas 87-88.
[478] Sobre a complicada história de que Barbosa Lima, sob influência de Aníbal Falcão, em princípio teria integrado a conspiração junto com Mariano, ver: MELO, Mário. Op. cit. Vários contemporâneos provavelmente se perguntaram onde estava o povo de Mariano quando ele foi preso. Com alguma dose de satisfação, Félix Cavalcanti dá uma resposta em seu diário, evocando antigos episódios: "Eis verificado o nosso prognóstico quando, por ocasião de registrarmos o assassinato de Bodé, dissemos que receasse José Mariano: que em ocasião crítica o 'seu povo' talvez o abandonasse. Já o abandonou. Aquela 'muralha viva' (conforme expressão de Joaquim Nabuco, em um artigo aqui no Recife publicano) que o cercava, não pôde evitar que 25 soldados de polícia fossem arrancá-lo de sua casa e o encerrassem na fortaleza do Brum (...). E lembre-se José Mariano que esta já é a segunda prova da dedicação exaltada e leal do 'seu povo'. Quando em 1873, Lucena mandou espaldeirá-lo em praça pública, por 13 soldados de cavalaria, o 'seu povo', que alguém calculava em número de 1.600 pessoas, desapareceu todo, como por encantamento, deixando-o só". Como já citado, o diário foi publicado em FREYRE, Gilberto. Op. cit., 1989.
[479] No que se refere estritamente à manutenção do quadro político dos antigos partidos, esse é o argumento central de Marc Hoffnagel (1975) em seu trabalho.
[480] *Ao cidadão governador Barão de Lucena.* Jornal do Recife, 21/09/1890.

capangas de faca de ponta em punho". Por fim, adverte ao Barão, "se não puserdes um freio à traição de vossos conselheiros e um limite às demissões de vosso chefe de polícia, Pernambuco voltará aos últimos tempos da Monarquia"[481].

Aos olhos daqueles republicanos, nem mesmo símbolos da Monarquia aparentemente menos perigosos do que a capoeira davam lugar aos da República[482]. Em setembro de 1891, quando a Intendência Municipal do Recife resolveu trocar o nome da Rua da Conceição por Rua Silva Jardim, as placas foram arrancadas em meio a manifestações consideradas de inspiração religiosa pela *Província* e anárquicas pela *Gazeta da Tarde*, que se revoltava com a justificativa dada pela folha adversária[483]. Para a *Gazeta*, tudo não passava de "vergonhosíssima manifestação desse ódio que os pequeninos inimigos de Silva Jardim votam-lhe ainda até em sua morte"[484].

Era no nível da administração da cidade que naquele momento os martinistas lutavam para resistir ao Barão de Lucena, convocando o povo a castigar os "esses falsos defensores dos vossos direitos" nas eleições para a câmara municipal[485]. Derrotados, alegarão que o pleito foi tomado por irregularidades, sobretudo no Poço da Panela e adjacências[486]. No entanto, as suas próprias notícias dão a entender que agentes ligados ao governo, tanto da polícia quanto políticos marianistas como Pereira Júnior, tentaram impedir incidentes no dia da votação[487].

Alguns republicanos, no entanto, não estavam dispostos a reconhecer naquele governo qualquer cuidado com a ordem pública. Durante a campanha eleitoral, o tema do combate à capoeira e à vagabundagem se tornou um destacado aspecto de comparação entre os períodos de Albino Meira e do Barão de Lucena:

---

[481] *Ao cidadão governador Barão de Lucena*. Jornal do Recife, 21/09/1890.

[482] Em uma das três escolas públicas de Ipojuca, município no qual ficava o engenho de Ambrósio Machado, a regente, uma professora nomeada havia pouco tempo, mantinha a coroa imperial junto à indicação de que o prédio se trata de uma instituição de ensino. A *Gazeta da Tarde* se pergunta então se esse "delito gravíssimo de lesa-republicanismo" teria sido cometido por ignorância ou se ela pensava que a Monarquia logo voltaria. *Sebastianismo ou ignorância?* Gazeta da Tarde, 04/07/1891. Ver também *Manifestação monarquista.* Gazeta da Tarde, 14/12/1891.

[483] *A comédia de ontem.* Gazeta da Tarde, 15/09/1891: "22 de julho de 1889; 14 de Setembro de 1891! Como estas duas datas vergonhosas para quem as fez vêm enlamear as páginas nítidas, gloriosas, da tão brilhante e enriquecida história pernambucana!"; *Ainda a comédia*, Gazeta da Tarde, 16/09/1891.

[484] Após escapar ileso em diversos conflitos Brasil afora durante a propaganda republicana, Silva Jardim caiu em um vulcão – literalmente – em viagem a Itália naquele ano de 1891. Já a Rua da Conceição, mantém esse nome até hoje. Costumo caminhar por ela aos sábados quando, após passar diante da Rua da Imperatriz, me dirijo ao Instituto Histórico. Desse percurso, entretanto, também fazem parte a bela praça Maciel Pinheiro e a pequena travessa Martins Júnior.

[485] *Eleições municipais.* Gazeta da Tarde, 12/09/1891.

[486] *Belezas da eleição de ontem.* Gazeta da Tarde, 01/10/1891: "Nas freguesias do Poço e Várzea a cabala e a fraude atingiram o cúmulo". Ainda foram relatadas fraudes nas freguesias de Apipucos e Monteiro, próximas ao Poço, e também na de Recife, no centro da cidade.

[487] *Belezas da eleição*. Gazeta da Tarde, 02/10/1891.

> Acoimam-nos de haver cometido loucuras quando fomos governo; vejamos que loucuras foram estas. Organizamos o serviço de ganhadores e criados, que hoje é letra morta; mandamos capoeiras e faquistas para Fernando de Noronha; acabamos com o entrudo de pó; reduzimos o pessoal desnecessário de certas repartições; finalmente organizamos, - porque inda fomos nós que organizamos um orçamento sem *déficit*. Restabelecemos o império da lei; o crime foi refreado; a vagabundagem procurou ocupar-se, a mendicidade quase que desapareceu![488]

Como em muitas outras publicações, ficam expressos os aspectos básicos da estratégia para minar os fundamentos da influência de determinados políticos imperiais: reprimir a capoeira e substituir a prática de sustentar uma clientela de vagabundos com cargos e dinheiro públicos por outra, centrada na organização e incentivo do trabalho. Eles admitiam que na execução desses feitos talvez tivessem se excedido, afinal, estavam em plena revolução, mas isso não era nada comparado aos retrocessos constatados após a queda do seu governo:

> É naturalíssimo que entre estas medidas cometêssemos algum erro; quem não erra? Mas loucuras, não as fizemos. Acusam-nos de medidas um tanto fortes; nós nos justificamos lembrando que estávamos no período revolucionário, no período em que eram precisas medidas enérgicas e imediatas! Mas nós não impedimos quermesses à força de cacete; mas nós não criamos verbas secretas; não infestamos a cidade de larápios e capoeiras; não aliciamos a brava gente; não impedimos a livre manifestação do pensamento, finalmente não arrancamos placas nem especulamos com os sentimentos religiosos do Povo![489]

Portanto, para os martinistas a repressão só teria fracassado devido à queda do seu partido, que permitiu aos capoeiras saírem dos seus esconderijos ou voltarem de Fernando de Noronha prontos para vinganças como a da quermesse – a qual já se passara havia quase um ano – e para reforçarem a polícia, convertida em uma espécie de exército do governo estadual[490]. Antes de mencionar os motivos pelos quais o governo poderia querer tomar uma medida como essa, convém salientar que apesar do discurso cerimonioso da imprensa republicana, o presídio de Fernando de Noronha não representava apenas o ponto final de uma repressão definitiva no Recife, como talvez o representasse em outras cidades.

---

[488] *O município*. Gazeta da Tarde, 21/09/1891.
[489] Idem.
[490] Sobre o retorno dos deportados, ver: *Eles.* Gazeta da Tarde, 27/09/1891 (por equívoco, no cabeçalho consta como dia 26). Também: *Belezas policiais.* Gazeta da Tarde, 22/10/1891. Aí um leitor complementa uma notícia sobre agressões de policiais afirmando: "o cidadão espancado é um homem conceituado e bem visto no comércio do Recife, o qual se emprega na compra e venda de vasilhames" e teria sido agredido por praças que "por seu procedimento e força bruta, trazem o povo horrorizado sendo que o último [de nome José Pereira] foi um dos tais perdoados de *Fernando*... note-se: perdoado já por três vezes". A respeito da militarização da polícia por Lucena: *A polícia.* Gazeta da Tarde, 07/10/1891 e também *A polícia*. Gazeta da Tarde, 08/10/1891.

Administrado pelo governo de Pernambuco, ele era tema recorrente na imprensa da capital e o trânsito de presos entre o seu porto e o do arquipélago não poderia ser considerado nenhuma novidade. Durante um bom tempo a grande preocupação nesse sentido, decerto compartilhada não só por republicanos, era o fato de que se na ida para Fernando os detentos procediam de diversos estados, na volta o destino era um só: Recife.

Quando a Intendência Municipal de São Paulo decidiu pedir ao chefe de polícia para serem deportados os condenados daquela cidade, a *Gazeta da Tarde* lembrou que poucos dias antes o vapor Madeira havia ancorado no Recife "conduzindo para o mesmo destino de Fernando de Noronha uma grande carga de vagabundos, de malvados e capoeiras arrancados em boa hora do seio da sociedade fluminense e no meio dos aplausos gerais do país". Para o autor da coluna Trocos Miúdos, isso não seria problema se não fosse um detalhe:

> Os galés, os criminosos, os maus e perversos que têm lá cumprido a sua sentença, não voltam para donde saíram; não é para o lugar onde foram condenados e onde poderiam estar sob as vistas da polícia que eles regressam depois de sua quarentena criminal na ilha; é para cá, é para Pernambuco, o primeiro porto mais próximo daquele repositório que eles se encaminham e onde fixam sua residência. Ora, isto pode ser muito direito, mas o que é também, é simplesmente nocivo e prejudicial ao nosso povo e à nossa capital. Só por aí se poderá explicar o aumento sempre crescente da criminalidade pernambucana[491].

Ele até insinua que os presos poderiam ser enviados para o alto Amazonas ou Mato Grosso, mas volta atrás, possivelmente temendo da reação dos seus colegas daquelas localidades. Se, afinal, não havia como evitar que saídos de Fernando de Noronha os vagabundos e capoeiras se estabelecessem em Recife, o governo deveria imediatamente sujeita-los ao trabalho obrigatório em estabelecimentos criados para esse fim[492]. Isso já poderia começar com os mais de cem desembarcados naqueles dias no Recife a bordo do vapor Jacuípe, antes que se restabelecessem em seus espaços de ação: "o trabalho obrigatório é uma necessidade palpitante (...) O governo do Estado deve

[491] *Trocos miúdos.* Gazeta da Tarde, 29/01/1890. Assim, enquanto para muitos no Rio de Janeiro a viagem do vapor Madeira era uma partida que significava o último grande ato da repressão à capoeira (SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p335), em Pernambuco ela era uma preocupante chegada, mesmo para aqueles que também tentavam avalia-la como o ponto alto da repressão republicana. Quanto à coluna Trocos Miúdos, aparentemente se acreditava que tinha uma boa aceitação, do contrário talvez não inspirasse o título de um Schottisch posto à venda na casa Prealle & Cª da Rua Barão da Vitória no ano seguinte. *Schottisch – Trocos Miúdos*. Gazeta da Tarde, 28/07/1891.

[492] *Vagabundos – Trabalho obrigatório.* Gazeta da Tarde, 28/11/1890.

curar essa moléstia enquanto estão recrutas nesta cidade os *bravos* que voltam do exílio idos"[493].

A informação de que as cento e vinte e duas pessoas desembarcadas do Jacuípe eram brabos recentemente deportados e agora novamente soltos na cidade favorece à argumentação desenvolvida até aqui sobre o significado da repressão. Contudo, é preciso levar em conta que assim como as ações da administração policial durante as gestões do Marechal Simeão e de Albino Meira adquiriram uma conotação específica de repressão à capoeira principalmente por conta do discurso da imprensa ligada ao Partido Republicano, quando ascendeu o Barão de Lucena e, com ele, José Mariano, qualquer evento que pudesse ser apontado como um retrocesso nesse sentido, seria valorizado por aquela imprensa.

Quando analisado o ofício relativo à viagem do Jacuípe, remetido pelo diretor do presídio de Fernando de Noronha, percebe-se que em princípio nem todos os passageiros foram encaminhados ao Recife para serem postos em liberdade[494]. A lista nominal dos presos anexada ao documento especifica apenas quarenta e dois encaminhados por estarem com as penas cumpridas. Destes só nove tiveram sentenças temporárias, os demais haviam sido presos há pelo menos trinta anos e já não tinham o perfil de alguém que após seu retorno poderia ser acusado de capangagem ou de praticar capoeira em frente a bandas. Esse era o caso, por exemplo, do africano ex-escravo Agostinho, preso desde 1853 e solto nas ruas do Recife aos oitenta anos de idade[495].

Nos registros da Casa de Detenção, consegui identificar trinta e quatro das cento e vinte e duas pessoas presas, pertencentes tanto ao grupo das que haviam cumprido a pena, quanto ao outro, o qual não fica claro se era integrado apenas por quem foi requisitado pelas autoridades policiais do Recife[496]. Com base nessas informações, é

---

[493] *Vagabundos – Trabalho obrigatório.* Gazeta da Tarde, 28/11/1890.

[494] *Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha, 27 de outubro de 1890*. Nº 106. Fundo Fernando de Noronha, Apeje. De todas as pessoas presas embarcadas, três eram mulheres. Pouco tempo antes o vapor Jacuípe havia levado para Fernando 57 pessoas, dentre as quais 44 presos sentenciados possivelmente oriundos de diversos estados, como do Ceará: *Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha, 21 de outubro de 1890*. Fundo Fernando de Noronha, Apeje. Enquanto isso, na volta, o destino era Recife. Pouco antes da viagem do Jacuípe, trinta presos já tinham sido enviados para a capital a bordo do Beberibe: *Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha, 03 de outubro de 1890*. Fundo Fernando de Noronha, Apeje.

[495] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.219. Conforme a lista fornecida pela diretoria do presídio de Fernando de Noronha, trinta e um dos cento e vinte e dois embarcados para o Recife eram ex-escravos.

[496] O que se diz na polícia a respeito também deixa dúvidas: "Foram mais recolhidos ontem cento e vinte e um sentenciados vindos do presídio de Fernando de Noronha, a fim de terem o conveniente destino, estando terminadas as penas de que foram condenados". *Repartição da polícia.* Diário de Pernambuco,

possível observar que o caso de Agostinho não era exceção. Mesmo que não se tome como referência os estranhos dados de Braz Congo, Fernando Mina e Jacinto Moçambique, que constava possuírem 89, 120 e 128 anos respectivamente, é preciso levar em conta que a média de idade entre os trinta e quatro era de 63 anos e meio, uma boa parte dos quais decorridos em Fernando de Noronha, ou seja, não eram os "capoeiras" recentemente deportados dos quais tratava a *Gazeta da Tarde* ao referir-se aos passageiros daquele navio[497].

Isso, porém, não significa que nele não tenham vindo pessoas mais facilmente classificáveis nesses termos. Afinal, exceto no caso das que constavam entre as trinta e quatro encontradas nos registros da Casa de Detenção, não tenho como saber quem eram, há quanto tempo estavam presas e para onde foram as oitenta pessoas que não constavam como sentenciadas que cumpriram pena e, portanto, não tiveram a data da sua sentença registrada pelo diretor[498]. Embora nos livros da Casa de Detenção seja possível perceber que algumas delas eram homens bastante idosos, fica em aberto a possibilidade de todos os demais serem daqueles geralmente considerados brabos e capoeiras, até porque, esse foi o caso de pelo menos um.

Dentre todos os nomes incluídos na lista dos que voltavam para o Recife, Bernardino Caboclo foi um dos três únicos que constavam como "deportado", indicando a condição na qual havia sido enviado a Fernando de Noronha. Conhecido como célebre brabo e citado entre os que auxiliavam José Mariano, ele será em dois momentos apresentado como companheiro inseparável de dois homens de fama semelhante[499]. O primeiro deles, Manoel Torres Galindo, receberia destaque entre os valentões nas páginas de um experiente repórter policial da época[500].

31/10/1890. Como no ofício do diretor do presídio se diz que uma parte dos presos foi enviada a pedido das autoridades, não há como saber se aí a autoridade policial (que inclusive trata todos como sentenciados) quis dizer que seriam soltos quando estivessem com as penas cumpridas – alguns imediatamente, portanto – ou se todos estavam com as penas cumpridas, o que não parecia ser o caso se tomada por base a lista enviada pelo diretor. Na coluna da *Repartição da polícia* se mencionam 121 presos, mas na lista do presídio de Fernando constam 122.

[497] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.216-221. Uma ressalva: no próximo capítulo se verá que chegavam a ser presos como capoeiras em frente a bandas de música homens de sessenta anos de idade.

[498] Uma coisa que também chama a atenção e lembra as preocupações expressas na *Gazeta da Tarde* é o fato de nenhuma das trinta e quatro ter sido registrada como natural do Recife e apenas cinco serem do interior de Pernambuco. De todas, a maioria foi solta pouco depois, algumas ainda passaram uns meses presas e de oito a data de saída não é indicada.

[499] Bernardino (só o primeiro nome) é citado entre os brabos do Poço e Várzea que auxiliavam José Mariano em *O major Afonso Leal ao público*. Diário de Pernambuco, 17/12/1889.

[500] MELLO, Oscar. Op. cit., p.30.

Pouco depois de Bernardino voltar de Fernando de Noronha, "os dois *brabos*" rondavam o bairro de Santo Amaro exibindo armas proibidas e mandando duas praças de polícia "que tirassem refles afim de verem como se ia para o *Cemitério*"[501]. No entanto, as praças acabam armando-lhes uma cilada e obtendo reforços, "que ao chegarem e pressentidas pelos *valentes* um deles saca a faca e investe para o ordenança do subdelegado, quando é agarrado pelo punho, desarmado e preso, ao mesmo tempo que o seu companheiro era *seguro*".

Em sua reportagem a respeito do caso, o *Diário de Pernambuco* afirma que "o célebre *Manoel Bezerra Torres Galindo*, que há poucos dias saiu da cadeia, por ter respondido ao júri – *onde foi absolvido* – é o mais valentão", e lembra que Bernardino Caboclo havia chegado de Fernando de Noronha havia pouco tempo. Embora se afirme que importantes revelações feitas à autoridade policial levavam a crer que os dois continuariam presos, o jovem promotor público e bacharel republicano João Evangelista Frota de Vasconcelos, dedicado à propaganda antimonárquica desde ao menos o início da década de 1880, viu anulado o processo que instaurou contra aqueles homens pelo uso de armas ofensivas e proibidas[502].

Aos vinte e quatro anos, Bernardino já possuía fama de brabo suficiente para ser evocada até em casos cujos resultados lhe tinham sido desfavoráveis, como quando Antônio Marcelino acertou três tiros em seu braço e um em sua costela. No final da notícia é posta uma "nota" presumivelmente "curiosa: *Caboclo* também é *brabo* e momentos antes fizera Marcelino saltar a varanda de um primeiro andar"[503]. Como a maioria dos feridos naquela época, Bernardino foi recolhido ao Hospital Pedro II e talvez tenha se passado muito tempo até sentir-se totalmente restabelecido, pois só

[501] *Dois grande réus da polícia.* Diário de Pernambuco, 09/01/1891. Tratava-se de um desafio para luta corporal, pois refles eram armas brancas usadas por policiais.

[502] *Denúncia à Justiça*. Réu Manoel Torres Galindo, e Bernardino Honório da Luz. Recife. Segundo Cartório do Crime, 15 de janeiro de 1892. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). O crime de que foram acusados correspondia ao Art. 297 do código criminal de 1830, que foi o utilizado no processo. Conforme Luiz do Nascimento, João Evangelista foi um dos redatores do jornal republicano *O Tentamen*, que circulou no Recife entre 1883 e 1884. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.6. P.171-172. Entre 1904 e 1906, em uma conjuntura política bastante distinta, ele será proprietário e diretor do periódico de ciências e letras *Cultura Acadêmica*, em cuja redação estarão lado a lado homens como Faelante da Câmara e Gervásio Fioravante, publicando, de acordo com a própria redação, "as manifestações do saber dos produtos intelectuais da Faculdade de Direito do Recife". NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.7. P. 131.

[503] *Tiros.* Gazeta da Tarde, 12/10/1891. Ainda não me foi possível identificar se esse João Marcelino, o que se envolveu na morte de Manoel de Jacinta e o guarda-costas do político paraense Antônio Lemos são a mesma pessoa.

voltei a encontrar referências a ele nas correspondências das autoridades policiais oito anos mais tarde, quando se feriu novamente em um duelo com Joca da Calú[504].

Logo após a morte de Manoel Torres Galindo em 1902, é Pedro Luís da Silva, conhecido como Pedro Talhado, que aparecerá como companheiro inseparável de Bernardino Caboclo[505]. Assíduo na prisão desde os anos 1890, Pedro Talhado talvez o conhecesse daquela época e, assim como ele, receberá uma grande atenção da imprensa no início do século, quando a criminalidade do Recife estiver ainda mais pronunciada em suas páginas[506]. A descrição que se faz dele o converte em um exemplo de tudo o que a imprensa martinista vinha tentando fazer remover das ruas do Recife nos primeiros meses da República.

De acordo com o *Jornal Pequeno*, os incidentes que resultaram em sua prisão em junho de 1907 teriam se desencadeado depois que ele fora flagrado por um grupo de talhadores do capitão Eldípio tentando roubar a venda desse senhor. Os talhadores lhe deram voz de prisão, mas "Pedro Talhado, munido de um tijolo, e armado de enorme punhal, resistiu, não consentindo que ninguém de si se aproximasse"[507]. Foi quando um dos empregados avisou ao subdelegado do distrito e este se dirigiu ao local, só conseguindo prender Pedro com o auxílio de doze praças de polícia.

Ao ser submetido a interrogatório na casa do subdelegado, Talhado se deparou com uma pistola deixada em cima da mobília e "tentou agarrá-la, não conseguindo devido a ligeireza da esposa do subdelegado que arrebatou a tempo a arma". Recolhido ao xadrez no posto policial, ele à noite ainda seria flagrado pelo cabo do destacamento arrancando os tijolos do ladrilho para fugir. Foi posta então uma guarda exclusivamente para vigiá-lo até o dia seguinte pela manhã, quando deu entrada na Casa de Detenção.

Pode-se supor que diante da ameaça de deposição por adversários eventualmente apoiados pelo exército, o governo estadual considerasse conveniente transferir dos presídios para a sua polícia homens assim. É possível que isso tenha sido válido para os

---

[504] *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 20 de julho de 1899*. Fundo da Secretaria de Segurança Pública, Vol.478 (1898-1899), APEJE.

[505] *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 30 de julho de 1902*. Fundo da Secretaria de Segurança Pública, Vol.432 (1902), APEJE. "O famigerado" Manoel Torres Galindo, "conhecido por Neco Torres", havia morrido de tuberculose na Casa de Detenção onde cumpria pena de 97 anos. De acordo com o *Jornal Pequeno*, "tendo fugido da cadeia em 1894", ele fora recapturado "pouco depois na Paraíba, por ocasião provocar um assassinato". Aparentemente era mantido preso desde então. *Criminoso Célebre.* Jornal Pequeno, 09/05/1902.

[506] *Repartição da polícia.* Diário de Pernambuco, 26/09/1890; *Repartição da polícia.* Diário de Pernambuco, 23/12/1890. Sobre sua atuação anos mais tarde, ver, por exemplo, o *Correio do Recife* de 22/06/1908.

[507] *O CÉLEBRE PEDRO TALHADO – Pormenores de sua prisão.* Jornal Pequeno, 15/06/1907.

anos 1900 e me parece que foi para os 1890. E talvez as oscilações entre facções políticas no governo tenham favorecido a que homens alistados para apoiarem determinada situação acabassem no futuro permanecendo na polícia e defendendo outros grupos, abandonando seus antigos aliados.

A ideia de que questões de ordens diversas, algumas circunstanciais como embriaguez e injúrias, poderiam frequentemente interferir em antigos laços de solidariedade pode parecer plausível se forem ponderados os inúmeros casos de agressões e assassinatos entre homens considerados companheiros. É difícil obter informações sobre Bernardino Caboclo na época daquele episódio de Pedro Talhado. Nos diferentes documentos a respeito dele em períodos anteriores, há uma variação em seu sobrenome, que ora aparece como Honório de Souza, dos Santos, de Lima, de Sena – o mais recorrente – e da Luz, este grafado apenas, e pouco legível, na capa do processo que respondeu com Torres Galindo.

Por volta de 1909, começam a aparecer informações significativas sobre um Bernardino Caboclo de sobrenome Teodoro da Luz. Apresentado como um homem "de altura regular, escuro, corpulento, de musculatura forte", aos olhos do repórter do *Jornal Pequeno* ele aparentava ter uma idade bastante aproximada à que teria àquelas alturas o Bernardino Caboclo que voltou de Fernando de Noronha em 1890[508]. Entre as informações do início do século, um caso envolvendo antigos companheiros ajuda a pensar a questão da instabilidade desses laços.

Nele se diz que Bernardino Caboclo era inseparável de Abdias Alexandre da Silva, que costumava reunir "em casa diversos camaradas que passavam o dia a fazer libações cantando modinhas ao violão". Certo dia, Abdias, embriagado, teria insultado Bernardino, que mesmo após um pedido de desculpas resolveu se vingar. Assim, enquanto Abdias dormia, desferiu-lhe quatro facadas. "Em seguida, o criminoso limpando a lâmina da faca na camisa e depois na língua fugiu" à procura das autoridades policiais, às quais se entregou. A informação de que Bernardino era pai de três filhos e empregado como diarista da casa Rosback Brothers é situada na reportagem como um complemento normal ao fato de ele e Abdias serem "conhecidos no cadastro da polícia, principalmente na do Espinheiro, pelas suas bravatas".

[508] *Assassinato bárbaro – entre dois companheiros.* Jornal Pequeno, 22/11/1909. De acordo com o repórter, ele representava ter 38 anos. Com base na idade declarada por Bernardino no processo em 1891, em 1909 ele deveria ter 42 anos.

Casos assim eram comuns, alguns homens que ficariam conhecidos como praticantes da capoeiragem teriam problemas com a justiça criminal por conflitos com pessoas pelas fontes consideradas cúmplices, parentes ou aliados[509]. O caso mais conhecido nesse sentido e que possivelmente tivera em alguma medida motivações políticas foi o conflito entre Nascimento Grande e João Sabe-Tudo, que de amigos passaram a rivais e foram os responsáveis pelos duelos talvez mais evocados na memória da capoeira do Recife[510].

João Sabe-Tudo, apelido sugestivo de João Batista da Roza, foi um daqueles homens que para a indignação dos redatores da *Gazeta da Tarde* desembarcavam no Recife, vindos de Fernando de Noronha, em 1890[511]. Embora, como foi visto, esses desembarques fossem preocupação sempre presente, aos olhos dos republicanos eles se combinavam com outras ações que denunciavam uma perigosa articulação política no final daquele ano.

Em um debate no qual mais uma vez estiveram presentes os conflitos em torno das classificações sociais, o *Jornal do Recife* reagirá contra o que considerava a remoção sistemática de integrantes do exército ligados ao Partido Republicano, ao mesmo tempo em que voltavam de Fernando de Noronha os capoeiras aliados de Mariano e da *Província*:

> Ainda a pouco, por ocasião de serem remetidos para Fernando, em viagem de instrução, donec corrigantur, uns desordeiros, temíveis, a Província bradou às armas, porque eles eram pernambucanos. Agora são acintosamente arrancados aos seus lares pernambucanos beneméritos, e a Província bate palmas à sua obra. De modo que para o Sr. José Mariano valem mais esses temíveis capoeiras, incompatíveis com a ordem e a segurança nas ruas desta cidade, do que distintos oficiais do exército, mantenedores da tranquilidade pública (...) Uma cousa, porém, é forçoso confessar, e é que essa substituição está no caráter e nos interesses da Província. Os que vão, não lhe convém aqui, porque são os homens da espada protetora dos direitos do cidadão: os que vem, lhe são necessários, porque são os homens da navalha homicida[512]

[509] No último documento, de 1911, que obtive do caso de Bernardino Caboclo, mais uma vez haveria informações desencontradas. Afirma-se que ele estaria sendo submetido a julgamento daquele caso de 21 de novembro de 1909, porém, vítima aparece como Zacarias de tal e não Abdias da Silva. Ainda se diz que Guilhermino Torres era o subdelegado do Espinheiro na ocasião, e não seu irmão Arthur Silva, que segundo a notícia da nota acima era o subdelegado em exercício.

[510] Sobre a amizade entre eles, ver: CASCUDO, Câmara. Op. cit., p.57. Após ler um texto seu no qual mencionava Nascimento Grande, um leitor de Eustórgio Wanderley o teria lembrado em carta: "não se pode falar em Nascimento Grande sem relembrar a figura, também muito popular, do seu ex-amigo e depois acérrimo inimigo, que foi João Sabe-tudo". WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife antigo*. 2ª série. Recife: Colégio Moderno, 1954, p.24. Desde a época a imprensa os apresentava como dois grandes rivais.

[511] *Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha, 22 de maio de 1890*. Nº 179. Fundo Fernando de Noronha, Apeje.

[512] *Os que vão e os que vêm.* Jornal do Recife, 16/12/1890. A expressão em latim significa algo como "até que sejam corrigidos".

Sempre tentando unir forças com a oficialidade das tropas estacionadas no Recife, composta frequentemente de pessoas vindas de outros estados, os republicanos martinistas costumavam apresentar o exército como uma espécie de vanguarda do verdadeiro povo[513], um contraponto à capoeiragem do povo de Mariano, que servia ao governo lucenista. Para eles, transformar o exército em sua base era uma saída para o fato de os capoeiras combaterem qualquer tentativa de aproximação entre o chefe do Partido Republicano e a população: "evidentemente o Dr. Martins Junior é um pesadelo para o ídolo do povo, e qualquer manifestação de apreço que ele recebe, tira-lhe o sono e o sizo"[514].

A imprensa martinista investirá então em uma campanha de solidariedade aos militares que, por serem próximos de Martins Júnior, estariam sofrendo remoções para outros estados, como os que haviam requisitado sem sucesso o teatro Santa Isabel para uma conferência sua. Tentando insuflá-los a se revoltarem contra o governo, ela lembrará que as remoções de oficiais foi um dos motivos que levaram os militares a derrubarem o gabinete Ouro Preto e a Monarquia[515], e atribuirá a José Mariano a responsabilidade por aquelas que estavam ocorrendo em Pernambuco: "O Sr. José Mariano já dispõe de uma metade de capangas e de assassinos, resta saber se o governo quer que o exército coopere com estes capangas e assassinos com o fim de impor a política detestável do ídolo"[516].

Vinte anos mais tarde, quando a política pernambucana for controlada pela facção chefiada pelo conselheiro Rosa e Silva, antigo membro do Partido Conservador, será a vez dos aliados de José Mariano, inclusive republicanos históricos, tentarem se favorecer de uma articulação com os militares liderados pelo General Dantas Barreto, que em 1891 ainda era o Major Dantas Barreto, amigo dos martinistas e removido ao Piauí por membros da coalisão que mais tarde lhe apoiará[517].

Mas ao menos em um caso na administração lucenista, um litígio envolvendo militares não teve resultado desagradável aos republicanos. Trata-se da absolvição do alferes Domingos de Melo Castro no processo ao qual respondeu por ter disparado contra soldados do 14º batalhão de infantaria – o mesmo ao qual pertenceu o cocheiro

---

[513] *Às urnas, cidadãos!* Gazeta da Tarde, 23/09/1891.
[514] Ainda em *Os que vão e os que vêm.* Jornal do Recife, 16/12/1890.
[515] Jornal do Recife, 10/12/1890, p.2 e também *Vingança pequenina.* Gazeta da Tarde, 02/07/1891.
[516] *A república e o exército.* 16/12/1890.
[517] *Vingança pequenina.* Gazeta da Tarde, 01/07/1891; *Major Dantas Barreto.* Gazeta da Tarde, 17/08/1891. Para a campanha de Dantas Barreto ao governo do estado em 1911, ver: ANJOS, João Alfredo dos. *A revolução pernambucana de 1911.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade, 2009.

Nicolau – que teriam se insubordinado no Poço da Panela. Na ocasião, um dos soldados foi morto e os demais "que acompanhavam a vítima em suas transloucadas correrias" foram condenados a seis meses de prisão em Fernando de Noronha[518].

O grande problema para os republicanos martinistas era que homens como esses iam, mas depois voltavam do arquipélago, como voltou Bernardino Caboclo, enquanto João Evangelista Frota de Vasconcelos, o promotor público responsável pela denuncia contra ele e Torres Galindo, após ver o processo anulado foi removido do posto na capital para a comarca de Granito, situada a cerca de seiscentos quilômetros de distância do Recife. Para a *Gazeta da Tarde*, isso ocorreu porque ele tinha "a suprema *infelicidade* de ser amigo do Dr. Martins Júnior; por isso era um obstáculo ao governo: ele procura esmigalhá-lo"[519]. Em sua interpretação daquela conjuntura, portanto, a situação não era boa: os capoeiras chegavam de Fernando de Noronha, cometiam crimes e os homens comprometidos em prendê-los e restabelecer a ordem eram mandados para longe por serem republicanos.

É difícil calcular até onde isso teria chegado se a queda de Deodoro não tivesse pego a polícia de José Maria ainda incapaz de conter o exército e impedir a ascensão da Junta Governativa. Mas esta também logo cairia, numa oscilação que não sei se na polícia era acompanhada com a remoção sistemática dos homens recrutados pelo grupo adversário. Como já foi dito, talvez por alterações assim, com o passar do tempo muitos dos homens mais conhecidos como capoeiras da cidade – alguns dos quais egressos de Fernando de Noronha – não ficariam conhecidos por suas ligações a José Mariano, mas sim a Barbosa Lima ou ao grupo contra o qual Faelante se manifestava em sua carta ao futuro presidente em 1906. Foi justamente esse, afinal, o caso de João Sabe-Tudo, cuja fama seria construída com referência a episódios posteriores à sua volta de Fernando de Noronha.

2.2 Rio de Janeiro e Recife: Juca Reis e os descaminhos da repressão

O resultado imprevisto da repressão tão decantada pelos republicanos estava delineado nos desdobramentos de um dos mais importantes episódios apresentados pela

[518] *Alferes Melo Castro.* Gazeta da Tarde, 29/08/1891.
[519] *Mais um.* Gazeta da Tarde, 14/09/1891. É notável que a expressão "mais um" na local da *Gazeta* já não se dirige a mais um capoeira preso, como nas edições otimistas da folha nos primeiros meses da República, mas sim a seus correligionários que lhes pareciam perseguidos pelo governo.

historiografia como símbolos de um divisor de águas na história da capoeira. Trata-se da deportação de José Elísio Reis, o Juca Reis, como capoeira fluminense célebre por ter combatido nas ruas a propaganda republicana[520]. Ao início de 1890 ele teria voltado de Portugal para a repartição da herança do seu pai, o conde de São Salvador de Matosinhos, quando na Rua do Ouvidor recebeu voz de prisão de Sampaio Ferraz em pessoa[521].

O então ministro e grande líder republicano Quintino Bocaiúva, no entanto, fora muito ligado ao Conde e por ele teria sido escolhido para traçar o programa de seu jornal, O Paiz[522]. Em virtude disso, Quintino protagoniza uma das várias crises ministeriais do governo de Deodoro, ao tentar impedir a deportação ameaçando demitir-se[523]. No Recife, esse conflito foi retratado na sextilha humorística da seção Contas e Pontas da *Gazeta da Tarde*, segundo a qual Bocaiúva não teria gostado da ideia de "prender assim o menino,/irmão do amigo e patrão", mas "não obstante o Sampaio/Quer mandá-lo pra Fernando"[524].

Uma semana mais tarde, comemorava-se a vitória de Sampaio Ferraz:

> Se daqui até o Rio
> Não fosse tão grande o *espaço*
> Ia dar já um abraço
> No integérrimo Ferraz
>
> Resistir ao poderio
> Do Quintino Bocaiuva
> Do governo - o manda chuva -
> É ser mesmo um *Ferrabraz*
>
> Vai o Elísio Reis *gingar*
> Dar cabeçada às paredes
> De uma prisão militar;
>
> Não andamos mais pra trás
> Temos homens, como vedes,
> - Viva o Sampaio Ferraz! –[525]

---

[520] SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.336-337.
[521] Idem.
[522] *Na hora da adversidade*. O Paiz, 07/08/1917. Isso é afirmado em meio a um retrospecto da folha fluminense, realizado em virtude de um acidente ocorrido em suas instalações.
[523] SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.336-337.
[524] *Contas e pontas.* Gazeta da Tarde, 16/04/1890. Baseado em Dunche de Abranches, Carlos Eugênio Soares (op. cit., p.226, nota 115) afirma que Juca Reis era filho do Conde, o que é confirmado nos registros da Casa de Detenção. No entanto, na imprensa do Recife ele é geralmente mencionado como irmão do visconde de Matosinhos. O "menino" contava na época com 36 anos, conforme o *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.146.
[525] *Contas e pontas.* Gazeta da Tarde, 24/04/1890; Há uma gozação sobre o caso em: *Meadas.* Gazeta da Tarde, 29/04/1890.

Bem como no discurso de alguns republicanos, na historiografia se apresentou o fracasso de Bocaiúva como um sinal de que havia homens capazes de impedir que na República os capoeiras se beneficiassem como antes de relações pessoais para saírem impunes[526]. Por quaisquer que tenham sido as forças, no dia três de maio era publicado telegrama do Rio informando que Elísio Reis seguia para Fernando de Noronha no vapor Arlindo[527]; no dia dez chegou ao Recife às cinco horas da tarde e, escoltado por uma força de trinta praças comandados por um oficial, foi em direção à Casa de Detenção[528]. Desde o seu desembarque no Arsenal de Marinha, havia uma grande quantidade de pessoas presentes, mas no percurso de meia hora pelas ruas da cidade a aglomeração foi aumentando, de maneira "que ao aproximar-se o preso da Casa de Detenção a multidão era enorme"[529].

No entanto, ao invés de marco de uma mudança social e política promovida pelos republicanos, talvez esse caso forneça maiores indicativos da instabilidade da própria noção de "republicanos" como unidade de ação que promovia a superação da sociedade monárquica. Para os que mantinham algum vínculo com Quintino Bocaiúva, como era o caso de Martins Júnior, não haverá como simplesmente ignorar essas tensões em nome da unidade do movimento, como Silva Jardim alegava fazer no passado[530]. Começam então a aparecer vozes segundo as quais ao invés de uma lição sobre a nova ordem republicana, a prisão de Juca Reis era apenas uma reedição das arbitrariedades monárquicas:

> A polícia do Rio prende um cidadão qualquer, que por acaso é um estroina, um frequentador de café, um rapaz bonito, um tipo puxado a romance de Montepio, com umas histórias galantes na carteira e uns adultérios rosados na sua crônica de *haut gommeux*, mete-o na cadeia e joga-o para Fernando, sem perguntar quantos anos tem nem se tem direitos a defender. Até aí, porém, nada de novo, porque se isso era coisa que se fazia todo o santo dia na Monarquia, também é coisa que se vai fazendo quase todo dia na República[531].

---

[526] SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.336-337. Também no Rio de Janeiro, Luiz Sérgio Dias declara difícil a vida "dos tempos pós-Sampaio Ferraz". *Quem tem medo da capoeira?* Rio de Janeiro, 1890-1904. Rio de Janeiro: Secretaria municipal das Culturas, 2001. (Memória Carioca; v.1), p.172.

[527] *Pelo telégrafo.* Gazeta da Tarde, 03/05/1890: "Seguiu ontem, preso como capoeira, no vapor 'Arlindo' com destino a Fernando de Noronha, o indivíduo Elísio Reis, irmão do Conde Matosinho".

[528] *Preso.* Diário de Pernambuco, 11/05/1890; *Repartição da polícia.* Diário de Pernambuco, 13/05/1890.

[529] *Elísio dos Reis.* Gazeta da Tarde, 12/05/1890.

[530] JARDIM, Antônio da Silva. Op. cit., p.370. Sobre ligação de Martins Jr. e Bocaiúva, ver: PORTO, Costa. Op. cit., p.15-16

[531] *Aos sábados.* Gazeta da Tarde, 17/05/1890. Mais uma vez, Elísio Reis era tratado como se fosse bem mais novo, talvez na tentativa de atenuar as acusações que recaíam sobre ele.

Desagravando a má reputação do deportado, F. Filho mostra que todas as considerações favoráveis aos métodos de Sampaio Ferraz, feitas anteriormente, podiam ser repensados com a inversão no significado do projeto republicano decorrente de seus efeitos terem sido sentidos por quem não deveria. Ele prossegue então afirmando que a grande novidade ali era o aparato cerimonioso mobilizado pelas autoridades em torno de uma prisão desnecessária e contraproducente:

> Enquanto eles pensam que ergueram na opinião um espantalho exemplificante, como o corpo enforcado baloiçando no ar sob a vergada forca, a vítima, como em todos os casos, vai crescendo simpaticamente na opinião com o seu papel de perseguido. O outro, o Draco da república, o prende-gente da polícia fluminense, firmou bem o seu direito ao *brevet* de qualquer coisa célebre e nova no número das vexações policiais[532].

A alusão às comemorações da semana que terminava – completavam-se dois anos da abolição da escravidão – evoca naquela mesma coluna o embaraço no qual se viam os antigos representantes do republicanismo entre suas cisões internas em um ambiente onde o número dos que reivindicavam a identidade de republicano crescia vertiginosamente: "Até os *indenizistas* deram vivas ao 13 de maio e os *adesos* vivas à República! (...) Amanhã gritareis da mesma forma vivas à monarquia!"[533]. E era assim que republicanos, fossem novos ou antigos, durante o conflito em torno daquela deportação rejeitavam-se mutuamente até no interior da imprensa que tradicionalmente levava esse nome.

Quando ainda estava em Recife, Elísio Reis contratou como médico assistente Antônio Carneiro da Cunha, irmão de José Mariano (um dos mais ansiosos por ter reconhecido o seu quinhão de republicanismo), o qual juntamente com o Dr. Vieira da Cunha, médico da Casa de Detenção, emitiu um atestado de que o preso se encontrava gravemente enfermo e não poderia embarcar. Por conseguinte, foi recomendado um adiamento de quinze dias na viagem, mas Albino Meira o rejeitou alegando um telegrama do ministério da justiça, no qual teria sido ordenada a deportação imediata de Elísio para Fernando por conta dos boatos de que ele teria escapado.

Apesar de severo em suas críticas a Albino Meira na longa coluna que publicou acerca do caso na *Província*, o irmão de José Mariano se volta principalmente contra aquele que teria auxiliado o governador na decisão:

---

[532] *Aos sábados.* Gazeta da Tarde, 17/05/1890.

[533] Eram chamadas de adesas ou adesistas as pessoas que só teriam se preocupado em ser reconhecidas como republicanas após o 15 de novembro. Já sobre os indenistas ou indizenistas, ver nota 259.

> Para o caso que exponho e para muitos outros, tem o ilustre governador a seu lado, como conselheiro ou assistente, um João de Oliveira, tipo da mais baixa extração e da mais reles estatura moral, que não trepidou, por uma petulância sem nome e só digna de inconscientes, em afirmar que o atestado médico era gracioso e fora naturalmente obtido pelo dinheiro do peticionário[534].

Em uma publicação a pedido no *Diário de Pernambuco*, João de Oliveira respondeu denunciando a atitude de Carneiro da Cunha como uma tentativa de manter uma sociedade baseada em privilégios, já que, de acordo com ele, se o preso fosse um pobre qualquer do Recife, embarcaria calado e seu estado de saúde não seria avaliado:

> Em honra, porém, da República, venceu o dever: apesar de *reumatismos musculares, febres vespertinas, fluxões reumáticas, náuseas, ofegâncias, vômitos, etc. etc.* o capoeira milionário se convenceu que hoje impera o regime austero da lei e da igualdade; a esta hora, em caminho de Fernando, só lhe resta almejar pela sonhada restauração orleanista, que tenha como teve o regime decaído, uma bitola para o vagabundo das ruas e outra para o vagabundo dos palácios. Esperem e até lá tenham paciência[535].

Naquele momento, porém, a emissão de atestados médicos para impedir deportações talvez favorecesse a mais pessoas do que essas declarações fazem supor[536]. Mas a referência à igualdade perante a lei presente nela é um aspecto do discurso de alguns republicanos que precisa ser levado em conta antes que as suas invectivas contra a população pobre e de cor que acompanhava José Mariano ou que vivia na mendicância seja tomada como uma espécie de defesa radical das hierarquias sociais.

Criminosas, vagabundas e incapazes, essas pessoas integravam para eles o rol das que ameaçavam a sociedade. Porém, assim como no caso Crispim e na Quermesse da Madalena, os republicanos da *Gazeta da Tarde* se posicionaram em defesa de pessoas que não demonstravam ser muito diferentes das classificadas naqueles termos, ou pelo menos era assim que julgava um leitor quando pediu a publicação da informação de que o fiscal da freguesia de Santo Antônio e o seu guarda Domingos

---

[534] *O embarque do Sr. José Elísio dos Reis*. A Província, 13/06/1890. Eustórgio Wanderley diz ter conhecido pessoalmente o doutor Carneiro da Cunha, que segundo ele seria generoso ao ponto de não cobrar pela maior parte das suas consultas e ainda comprar remédios para os pacientes. WANDERLEY, Eustórgio. Op. cit., 1953. P.113-116.

[535] *Ao conhecido médico Carneiro da Cunha (ex-presidente da câmara municipal).* Diário de Pernambuco, 14/06/1890.

[536] *É extraordinário.* Gazeta da Tarde, 28/05/1890. Fazendo a ressalva de que o governo era sério e de que a ocorrência não passava de um caso extraordinário, afinal, eram tempos de Albino Meira, se acusa a polícia de Olinda de dar parte de doentes, aparentemente para soltar presos que seriam enviados a Fernando de Noronha. Se foi esse o caso, talvez tal medida não eliminasse o risco, pois caso a doença não fosse bem escolhida, ela poderia ser justamente o motivo da deportação, como sugerem a menção a presos enviados para Fernando de Noronha com beribéri (*Diretoria do Presídio de Fernando de Noronha, 20 de maio de 1890*. Nº 170. Fundo Fernando de Noronha, Apeje), o caso de Paula Neri e a ironia do autor de *Meadas.* Gazeta da Tarde, 29/04/1890.

Soriano estavam proibindo as "pobres quitandeiras que do taboleiro tiram meios de subsistência" de venderem em qualquer praça, indo de encontro às posturas municipais dos anos 1870, ainda em vigor em Recife: "um jornal que sempre está pugnando pelo bem estar das classes oprimidas e sempre o pobre acha em seus redatores um intérprete aos sentimentos da honra e da dignidade dos que sofrem"[537].

Mesmo que no complemento da notícia os redatores da *Gazeta* se portem de maneira um tanto ambígua, perguntando ao fiscal o porquê de consentir o comércio na calçada do Correio ou mesmo dentro dele ao invés de concentrar-se na solicitação do leitor, em outros momentos, como durante a epidemia de varíola, eles seriam mais explícitos em suas considerações:

> A sequestração que as autoridades subalternas policiais tem feito ao seu arbítrio, para remover os variolosos das classes pobres, deixando em plena liberdade os variolosos que dispõem de recursos para tratarem-se em sua residência, é uma falta de equidade, é um crime de lesa ciência e humanidade, somente em observância aos preconceitos sociais[538].

No entanto, o intuito desse artigo é defender a sobreposição igualitária da ciência, através da Inspetoria de Higiene Pública, aos desejos de indivíduos de quaisquer classes e não posicionar-se como defensor dos interesses dos mais pobres. Da mesma forma, em outros casos, como no das quitandeiras, as referências à lei e à ordem que devem prevalecer sobre os interesses do rico ou do pobre, estabelecendo princípios igualitários, não se confunde com o papel de protetor e protegido da gente pobre às vezes atribuído a José Mariano por seus correligionários e por si próprio.

Assim, em relação à capoeiragem, a igualdade que alguns republicanos propunham era a de que todos os capoeiras, ricos ou pobres, que foram inimigos do seu movimento deveriam ser reprimidos, e não que muitos deles poderiam não ser capoeiras e sim cidadãos. Daí a preocupação em garantir que José Elísio Reis sofresse as agruras da deportação nas mesmas condições dos demais presos[539]. Mas ele parecia muito hábil em estabelecer novas relações que o deixassem à vontade por onde passava. Em 23 de maio de 1890, quando ainda estava recolhido à Casa de Detenção do Recife, foi nela realizado o casamento de Francisco André Soares com Francisca Nonata da Silva:

> Depois de concluído o mesmo ato foi apresentado pelo Major Administrador um envelope fechado o qual sendo aberto pelo mesmo delegado perante os

[537] *Mais um pouco de humanidade.* Gazeta da Tarde, 02/09/1891.
[538] *Epidemia de varíola.* Gazeta da Tarde, 10/06/1890. No artigo eles não pareciam estar se referindo a nenhum adversário que porventura estivesse sendo privilegiado.
[539] Destacada por Carlos Eugênio Soares na obra já citada, p.337 (nota 117).

> circunstantes foi encontrada dentro a quantia de 20$000 rs. ofertada pelo cidadão detendo Elísio dos Reis, para ser entregue aos nubentes que primeiro realizassem o seu casamento naquela casa. O que se fez. Solenizaram com certeza os noivos o apertado nó do casamento, com aquele cobresinho que dissolvido dava algum vinho[540].

Se tomada como referência a informação de que não se pagava mais de 640 réis diários por uma jornada de trabalho[541], tal presente significou no mínimo o salário de um mês para um trabalhador considerado pobre. Essa era a diferença de entrar na Casa de Detenção como "capitalista" e "cidadão detento" e não como criado, ganhador ou carroceiro desordeiro[542]. No início do mês seguinte, em meio às controvérsias sobre o seu estado de saúde, Elísio Reis finalmente foi enviado a Fernando de Noronha[543]. Contudo, a atenção dedicada pela imprensa ao desenrolar do processo de deportação contrasta com a tímida nota publicada pela polícia pouco tempo depois, em meio a outras ocorrências na longa coluna da Repartição:

> De acordo com o disposto no aviso do ministério da justiça de 11 de junho último e conforme vos requerem os indivíduos José Elísio dos Reis e Adolfo Duarte de Morais, os quais haviam sido por ordem do governo deportado para o Presídio de Fernando, como capoeiras, fiz ontem transferi-los da Casa de Detenção para bordo dos paquetes *Nerthe* e *Tamar*, nos quais seguiram para Europa, tendo ambos assinado perante esta chefatura o termo recomendado pelo citado aviso e em virtude do qual obrigaram-se a não regressar ao território da República sem licença do governo, sob pena de reclusão por tempo indeterminado[544].

O fato de esse documento do Ministério da Justiça ter sido emitido no dia seguinte ao embarque de Elísio Reis para Fernando de Noronha reforça o argumento de que a deportação dele foi aceita por pressão de adversários de Quintino Bocaiúva ansiosos para que ele pedisse demissão e não apenas por uma demonstração de força da ala do Partido Republicano da qual fazia parte Sampaio Ferraz[545]. Como se percebe no comunicado da polícia, esse tipo de concessão favoreceu não apenas ao filho do Conde de Matosinho, mas também a alguém de nome Adolfo Duarte de Morais e ainda, nas

---

[540] *Solenizando nó...* Gazeta da Tarde, 26/05/1890.
[541] Fornecida por Vicente Cisneros no já citado: *Ao cidadão governador Barão de Lucena.* Jornal do Recife, 21/09/1890.
[542] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.146.
[543] Idem.
[544] *Repartição da polícia.* Diário de Pernambuco, 04/09/1890. Tratei rapidamente dessa questão no artigo: OZANAM, Israel. Brabos ou capoeiras? Repensando a repressão republicana no Recife. *Revista Tempo Histórico*, Recife, nº 2, 2010.
[545] Em 21 de maio a *Gazeta da Tarde* transcreveu em tom de discordância uma notícia de um jornal português na qual se dá a entender que a deportação de Elísio Reis não seria sinal de força da facção republicana habituada aos conflitos de rua, e sim um artifício dos adversários de Quintino no governo para forçar seu pedido de demissão: *Verdades... na vice-versa*. Gazeta da Tarde, 21/05/1890.

mesmas condições, ao súdito português Jerônimo Cardoso, embarcado no vapor alemão *Valparaizo*, a pedido do encarregado do Consulado de Portugal em Pernambuco.

Sem a informação de que as relações pessoais expressas na vontade de Quintino Bocaiúva acabaram prevalecendo, é assim que Carlos Eugênio Soares conclui a sua narrativa sobre o caso:

> Quintino Bocaiúva coloca seu cargo à disposição, pedindo a deportação de Juca Reis para a Europa, e não a solitária de Fernando de Noronha. Na queda de braços que se segue no Conselho de Ministros, Sampaio Ferraz leva a melhor, em seu igualitarismo jacobino, e em 1º de maio Juca parte do Rio no vapor Lucinda, rumo ao norte.
> Em 8 de julho de 1890, falecia em sua casa na rua Barão de São Félix 26, de desgosto, o preto Cândido Fonseca Galvão, ou melhor, o Príncipe Obá II da África, monarca da Cidade Negra. A história virava uma página[546].

No entanto, mesmo se tivesse a informação da partida de Juca Reis para a Europa, dificilmente as conclusões do ilustre historiador da capoeira do Rio de Janeiro teriam sido diferentes. Isso porque, em vista do que foi dito anteriormente, a sua pesquisa se orientou mais por identificar os capoeiras nas fontes do que em problematizar a atribuição dessa identidade e o fato de a definição dela ser alvo de controvérsias no período.

Em parte, em alguns pontos do seu trabalho, essa escolha implicou em um alinhamento da interpretação do autor às dos atores que produziram a documentação consultada. Digo "em parte" porque Soares decerto não compartilhou os julgamentos negativos que atribuíram à capoeira, embora nem por isso tenha deixado de considerar "capoeiras" quem eles classificaram como tais e de narrar a sua repressão como eles narraram. Por isso, não surpreende que a ideia de que a morte de Dom Obá simbolizava o fim de uma era tenha sido incorporada por ele em termos semelhantes aos empregados por republicanos no Recife:

> O príncipe Obá já não flameja nas ruas da Capital Federal. Poucos tipos eram tão vulgarizados aí (...) Todo o Rio de Janeiro conhecia-o perfeitamente bem, pela *pose*, pela maneira de armar ao efeito e pela soma de gargalhada que provocava, sempre que passava em qualquer ponto da cidade. Sucumbiu, entretanto, (...) como qualquer pobre mortal que sobre sua pessoa não houvesse atraído a atenção do público. E o seu cadáver permaneceu longas horas no leito de agonia, insepulto até a putrefação. Coisas deste mundo! A República não podia deixar de ser-lhe madrasta: o seu tempo passara. E com ele lá se foi o príncipe[547].

[546] SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.264.
[547] *Um pouco de tudo.* Diário de Pernambuco, 17/07/1890.

Se a morte de Dom Obá simbolizava uma página da história que terminava no Rio de Janeiro, no Recife essa página – como muitas outras daquele período – parece ter sido escrita com tinta ferrogálica, deixando na seguinte marcas capazes de confundir-lhe a leitura pela sobreposição dos caracteres novos pelos da anterior:

> Capoeiras – Anteontem presenciamos um vergonhoso espetáculo na Rua 15 de novembro. Diversos capoeiras à frente da música que dirigia-se ao palácio a fim de tomar parte nas festas da República, todos de cacetes e facas a provocarem escândalos e distúrbios. É mister providenciar a respeito, isto é fazer com que estes desordeiros desapareçam do meio em que vivemos[548].

Talvez os mesmo que iam às comemorações de um ano da República àquele dia tenham sido os que também nessa Rua 15 de novembro – que já voltava a ser chamada de Rua do Imperador na própria *Gazeta da Tarde* – acompanhavam a guarda de honra que tomou parte em um cortejo cívico meses antes, conforme uma pequena notícia local do jornal[549]. Esse cortejo em homenagem ao novo governador, o Barão de Lucena, que substituía os republicanos, foi descrito em outra coluna do mesmo jornal num misto de receio, pesar e deslumbramento: "a comissão da imprensa fez-se apresentar pelos Dr. José Mariano d'A *Província*, Alfredo e Maia *d'Estado*; não fomos porque... estávamos de luto, e quem está triste não pode mostrar-se alegre"[550].

Das repartições públicas e classes convidadas para as festividades, apenas o reduto de Martins Júnior, a Academia de Direito, não se fez representar[551]. No entanto, apesar das leves alusões ao autoritarismo do governo, esse é um caso raro na *Gazeta da Tarde* de relato no qual o povo que acompanha Mariano não é a claque mercenária ou os capoeiras, como na Quermesse da Madalena. Aí ele será apenas o povo – embora a falta de uma vírgula ("o povo, que durante o trajeto") não lhe conceda todo o alcance possível – dando as mais efusivas demonstrações de apreço pelo líder: "ao chegar o préstito a Rua do Crespo o povo que durante o trajeto não se fartava de dar vivas ao Dr. José Mariano, tirou os cavalos do carro em que o valente democrata ia sentado e puxou-o... à mão, até o Palácio do Governo, onde dissolveram a passeata"[552].

---

[548] *Capoeiras.* Gazeta da Tarde, 17/11/1890.
[549] *Capoeiras.* Gazeta da Tarde, 06/08/1890: "Ontem ao entrar na Rua do Imperador a guarda de honra, que tomou parte no cortejo cívico, acompanhavam grande número de capoeiras, bem junto aos nossos respeitáveis abdomens abriu-se uma navalha, e grande número de facas ornavam as mãos daquela súcia de vândalos".
[550] *As festas de ontem.* Gazeta da Tarde, 06/08/1890. Na nota 133 faço uma menção à atuação de Alfredo Falcão, do *Estado de Pernambuco*.
[551] No final do ano seguinte, já no governo de Floriano Peixoto, ele seria nomeado diretor da Faculdade de Direito do Recife. Cf. *Dr. Martins Júnior.* Gazeta da Tarde, 07/12/1891.
[552] Ainda em: *As festas de ontem.* Gazeta da Tarde, 06/08/1890.

No entanto, como indica a figura 3, se foi na Rua do Crespo e em direção ao palácio do Governador que José Mariano passou a ser carregado pelo povo, este parece coincidir com "o grande número de capoeiras" que na outra notícia do mesmo jornal é anunciado tomando parte nos festejos na Rua 15 de novembro (ou Rua do Imperador)[553]. Se extrair da *Gazeta* a opinião de que as pessoas chamadas de capoeira eram o povo pernambucano exige o vacilante confronto de duas notícias e uma ressalva na pontuação, para a redação da *Província* não havia qualquer dúvida quanto a isso.

Figura 3 – Rua 15 de novembro. Fragmento da Planta da Cidade do Recife, Reduzida dos levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley (Membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres), 1906.

Pela ótica desse jornal, no início daquele mês de agosto o povo – não os capoeiras, o povo – de Mariano ou o povo da nação, que eram o mesmo, podiam comemorar a liberdade com o fim do breve, porém tenso, período em que os martinistas e seus projetos mais lhe ameaçaram:

> O povo, à sombra benéfica e protetora de um governo livre e patriótico, ergueu a fronte sempre altiva e nobre e desviou os olhos do presídio de Fernando de Noronha para fitá-los no vulto sublime da pátria libertada, nas alegrias da família, nas conquistas do trabalho, nas aspirações do futuro, nos santos intuitos da liberdade e da civilização. O historiador imparcial e justo não deixará de registrar no mármore da história o período ressurgente da dignidade do povo pernambucano, francamente iniciado no dia 4 de agosto e continuado nos dias de governo do esforçado Barão de Lucena[554].

A *Província* pode até não conseguir fazer com que um historiador da sua posteridade considere a forma como ela narra os acontecimentos algo além disso – da sua narrativa. No entanto, se por um instante quase é possível pensar que a compreensão por ela expressa foi compartilhada pelos seus maiores adversários, ou seja, "o povo" se confundiu com "os capoeiras" e "o povo de Mariano" também na *Gazeta da Tarde*, talvez seja um sinal de que merece uma maior análise o tipo de evento que serviu de palco a essa sobreposição de papéis sociais: um desfile de bandas de música.

[553] Citado na nota 549.
[554] *Semper Honos.* A Província, 17/10/1890. O dia 04 de agosto foi quando Lucena assumiu o governo.

Capítulo 3 – Quem eram "os capoeiras" do Recife?

Seja como capoeiras ou povo, as pessoas que tomaram parte no "cortejo cívico" que encerra o capítulo anterior não foram descritas com muitos detalhes. Como se viu, a sua atuação no espaço público naquele momento, mesmo quando realizada individualmente, costumava ser apresentada em termos abrangentes, como parte da ação que se considerava própria do grupo dos "capoeiras" ou "brabos", ao qual presumivelmente pertenceriam e que deveria ser reprimida como tal. Por razões bastante circunscritas às disputas em torno de alianças políticas no início da República, a pertinência desse tipo de interpretação das experiências de uma parte da população já era posta em dúvida desde aquele período.

Um exemplo disso foi a resposta de José Mariano à forma como o *Jornal do Recife* descreveu a atitude dos seus correligionários certa vez em uma reunião liberal[555]. Realizada na redação do *Jornal*, ela teria sido atacada por um crescido número de capangas marianistas acompanhados do seu líder, homens conhecidos como desordeiros[556]. Que Mariano recusava definições como capanga, capoeira e desordeiro às pessoas que o apoiavam, insistindo em considera-las cidadãs, é possível perceber nos capítulos anteriores. Contudo, nesse episódio ele lançou aos seus adversários outra questão, que cerca de um século depois seria – bem ou mal – retomada pela historiografia: quem eram aquelas pessoas?[557]

Desafiado por José Mariano a dizer quem eram e quais os nomes das pessoas que acusava, o *Jornal do Recife* afirmou que não as conhecia e "por serem desconhecidas de todos, só podem ser inscritas na massa incógnita dos desordeiros"[558]. Ainda que a alegação de distanciamento em relação a certos setores a população por parte dos liberais – ou mesmo republicanos – adversários de Mariano não soe persuasiva após o que foi contado até aqui, a resposta do *Jornal* contém uma implícita sugestão metodológica que resolvi levar em conta: "não os conhecemos, uma vez que

[555] Trata-se da reunião na qual a facção liberal dos leões pretendia selar sua aliança com Martins Júnior, afastando-se mais uma vez de José Mariano, após uma curta aproximação no último gabinete do Império. HOFFNAGEL, Marc. Op. cit., 1975. P.218-219.
[556] *Os acontecimentos de ontem.* Jornal do Recife, 08/07/1890.
[557] *A notícia do Jornal do Recife.* A Província, 09/07/1890. Esse editorial contrário à versão do *Jornal do Recife* para o caso é assinado pelo próprio José Mariano.
[558] *A Defesa*. Jornal do Recife, 10/07/1890.

com eles não lidamos. Se a polícia, porém, estivesse presente devia tê-los conhecido e podia satisfazer-lhe o Sr. Dr. José Mariano"[559].

Seguir o conselho do *Jornal do Recife*, porém, exige cautela. "Conhecer" para o redator talvez significasse apenas verificar a identidade naturalmente pertencente aos indivíduos e não um procedimento específico destinado a imprimir-lhes as categorias de acusação disponíveis, atrelando-as a um conjunto de informações consideradas capazes de caracterizá-los. Justamente por resultarem de um procedimento específico, essas informações não poderiam ser encontradas em qualquer documento produzido pela polícia[560]. A categoria de acusação em questão era "capoeira" e as informações que caracterizariam os acusados – cor, idade, profissão – poderiam dizer-me qual conjunto de aspectos foram mais recorrentemente associados à capoeiragem pela polícia em determinado momento, desde que eu soubesse em qual fonte estavam disponíveis.

Após um período considerável de pesquisa nos volumes de correspondências entre autoridades policiais (subdelegados, delegados e chefe de polícia) cheguei a duas conclusões a esse respeito. Em primeiro lugar, não era neles e sim nos registros de entrada e saída de presos da Casa de Detenção do Recife que se poderia encontrar o conhecimento produzido pelos procedimentos então disponíveis de identificação criminal; em segundo lugar, o conjunto de ocorrências nas quais a polícia definia a transgressão e o transgressor em função da capoeira se resumia às que envolviam desfiles de bandas de música, mesmo nos jornais havendo referências a ela em outros contextos.

---

[559] *A Defesa*. Jornal do Recife, 10/07/1890. A existência de algum tipo de contato entre os adversários de Mariano e pessoas como as que o acompanhavam é sugerida de diversas maneiras nos capítulos anteriores. Por exemplo, nos períodos de união entre os liberais, também pertencia aos leões a política considerada típica dos cachorros, como lembrou Paula Mafra a Ulisses Viana quando este denunciou Pedro Carneiro como seu "irmão capoeira". Já em relação aos republicanos, um trecho das memórias de Silva Jardim sugere que eles arregimentavam homens para auxiliá-los nos possíveis conflitos de rua. Ademais, o fato de nas colunas sobre a "Guarda Negra" serem mencionados muitos nomes que eram encontrados nas notícias policiais mostra que aquelas pessoas não eram tão desconhecidas assim. Considero importante reafirmar isso para que a abertura deste capítulo não seja percebida como concordante com o argumento – sem dúvida coerente, mas por demais esquemático – apresentado por Robert Levine, segundo o qual naquele período "as massas permaneciam sem rosto", anônimas, ignoradas pelas pessoas de posição social elevada. Os dois grupos, segundo ele, apesar de coexistirem, viveriam em "mundos separados". LEVINE, Robert. *A velha usina.* Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos brasileiros, v.45), p.102-103; Essa perspectiva foi endossada por Rita de Cássia Barbosa de Araújo. *Festas: máscaras do tempo:* entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996. P.305-306.

[560] Nesse sentido, ver CUNHA, Olívia. *Intenção e gesto*. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. P.32-33. Vale destacar que algumas das rotinas e técnicas analisadas pela autora, apesar de em parte conhecidas por autoridades pernambucanas desde fins do século XIX, só viriam a ser implantadas em Recife nos anos 1910. Agradeço a David Lacerda por ter me indicado o livro e ainda me presenteado com um exemplar.

Esse último aspecto é importante porque me parece necessário levar em conta em quais situações a capoeira era considerada o aspecto definidor de uma dada coletividade na perspectiva da instituição que produziu a fonte dotada de informações pessoais sobre quem foi classificado como capoeira. Do contrário, o potencial agregativo da capoeira estaria sendo sugerido por mim – o que não é o caso – e não por determinados atores sociais do período.

Nesse sentido, a pergunta "quem eram os capoeiras?" precisa ser respondida em relação à situação em que os sujeitos recebiam a classificação depreciativa de "capoeira", e não através da projeção retrospectiva de um sentimento de pertencimento e uma comunidade de interesses entre todas as pessoas que praticavam exercícios de capoeiragem, as quais em alguns casos nem chegaram a ser definidas como "capoeiras" nas fontes[561]. Portanto, partirei daquela compreensão dos "capoeiras" como uma grande massa de desconhecidos agindo em grupo e apanhados pela polícia nos desfiles de bandas em dois momentos distintos – embora, como se verá adiante, eu os considere menos distintos do que por vezes foram considerados.

Em fins de julho de 1900, a *Gazeta da Tarde* noticiou que o Dr. Barros Rego, ainda delegado do primeiro distrito, teria realizado um cerco contra "um número considerável de *capoeiras*, quando estes exibiam-se em frente ao batalhão de polícia na ocasião em que passava pela rua Mathias de Albuquerque"[562]. Apesar de os tempos em que decantava uma repressão à capoeira pelo Partido Republicano aos moldes da de Sampaio Ferraz já houvessem passado, a redação da antiga folha republicana declarou-se disposta a aplaudir medidas como essa do delegado, mesmo fazendo oposição a seu grupo político.

Além dos elogios àquela autoridade, o *Diário de Pernambuco*, ligado ao governo, compartilhou com a *Gazeta* a referência ao grande número de presos e a alternância entre as expressões capoeira e capanga para defini-los[563]. Até mesmo *A Província* noticiou a ocorrência sem muita variação em relação à descrição das outras folhas, embora não tenha feito referências a capangas[564]. Esse quase consenso da

[561] Exemplo disso é o capitão Manoel Batista, o Batistinha, muito respeitado nas memórias sobre o Recife daquele período e que, segundo Oscar Mello, "também era dado a 'trucs' de capoeiragem", sem que por isso tenha sido tratado como "capoeira" em qualquer documento. MELLO, Oscar. *Recife Sangrento*. 3 ed. Recife, s/e, 1953. P.150-151. E quando a *Gazeta da Tarde* chamou o delegado Barros Rego de capoeira – como mencionado no capítulo 1, página 72 –, foi justamente com o objetivo de depreciar seu adversário político, tanto que o tratou também como ladrão.
[562] *Boa pesca.* Gazeta da Tarde, 26/07/1900. Grifos do original.
[563] *Capoeiras.* Diário de Pernambuco, 27/07/1900.
[564] A Província, 26/07/1900, p.1, c.4.

imprensa em relação a um caso de prisões, algo muito difícil dez anos antes e mesmo alguns anos depois, remete ao mesmo tempo à força da associação – existente há muito – entre a capoeira e os desfiles de bandas e à expressiva redução do teor político da categoria *capoeira* em relação aos primeiros anos da República[565].

De acordo com *A Província*, as prisões ocorreram quando o 1º corpo de polícia voltava de exercícios na Campina do Bodé, em São José, no mesmo dia em que o 34º batalhão de infantaria do exército fez um passeio militar percorrendo diversas ruas da cidade. Oito anos mais tarde, outro jornal oposicionista, o *Correio do Recife*, também noticiaria um cerco a capoeiras que acompanhavam um batalhão quando regressava de manobra na Campina do Bodé, desta vez o 27º de infantaria do exército[566].

Como se verá adiante, essas duas ocorrências de capoeiras em frente às bandas não diferem muito de diversas outras entre as décadas de 1890 e 1900. No entanto, ao resultarem em entradas na Casa de Detenção, elas foram apreendidas sob uma ótica centrada – talvez como nunca – menos no acontecimento genericamente concebido que deu ensejo à ação policial, como faziam os jornais, e mais na qualificação dos agentes[567].

Os dois cercos acima citados resultaram em sessenta e nove entradas cujo "motivo da prisão" declarado nos livros da Casa de Detenção foi "capoeira", quarenta e duas no de julho de 1900 e vinte e sete no de setembro de 1908[568]. O preenchimento do campo "motivo da prisão" não parecia obedecer a uma regra quanto à inclusão de uma prática ou de uma identidade, ou seja, coexistem expressões como gatuno e furto, desordeiro e desordens e, no caso de capoeira, como uma mesma palavra designava as duas coisas, é difícil saber precisamente o sentido em que foi utilizada[569].

---

[565] Essa percepção em relação particularmente à capoeira de certa forma se aproxima do que, no geral, Raimundo Arrais (op. cit., 1998. P.81) considerou uma mudança no eixo da vida pública da cidade, que "não girava mais em torno das coisas da política" na década de 1900 como nos anos imediatamente anteriores e posteriores à proclamação da República.

[566] *Cerco.* Correio do Recife, 12/09/1908.

[567] Laércio Dantas, velho parceiro do Terça com Tobias, está desenvolvendo uma dissertação sobre os debates criminológicos que deslocaram o centro da análise do fenômeno do crime para o criminoso em Recife no final do século XIX. O meu contato com o tema se divide em antes e depois do início da pesquisa dele.

[568] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/60 (1900-1901), p.129-135; *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.135-138.

[569] Entretanto, a ficha de Antônio Gonçalves da Silva, em cujo motivo se escreveu "capoeira, digo, furto", leva a crer que era a capoeira enquanto prática, a prática do grupo em frente à banda, que estava em questão quando se levava aqueles homens à prisão. *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/60 (1900-1901), p.131. Se, apesar da correção, incluo Antônio nos cálculos dos presos por capoeira, é com o intuito de remeter à recorrente

O motivo pelo qual um sujeito foi preso dificilmente seria um dado fornecido às autoridades por ele próprio, contudo, suas declarações em relação a outros tópicos eram necessárias para que a polícia pudesse apresenta-lo a si mesma e à justiça criminal em seus procedimentos de identificação[570]. Até que ponto os presos, provavelmente cientes de estarem passando por uma "contaminação social", forneciam seus dados conforme o que acreditavam serem seus dados?[571] Por outro lado, as autoridades policiais só preenchiam por sua conta os campos nos quais elas se sentiam mais aptas a falar sobre o preso do que ele próprio, como "motivo da prisão" e "sinais característicos", ou por vezes o faziam também com aqueles destinados às respostas dos presos, como filiação e profissão?

A propósito, é importante destacar que ao contrário dos autos de qualificação frequentemente encontrados em processos, nos livros de entrada e saída da Casa de Detenção as autoridades não pareciam ter a intenção de fazer crer que perguntaram qualquer coisa aos detentos. O que há ali são os seus dados, nada se diz explicitamente sobre como foram obtidos.

No entanto, da leitura do campo "naturalidade" fica a impressão – quem sabe fruto da vontade de encontrar algum sinal das vozes dos presos – de que a informação era registrada na medida em que ia sendo ouvida, de maneira que se sucedem Pernambuco, Palmares, Paraíba, Afogados, Macau, Muribeca, sem muita distinção entre bairros, cidades e estados. A falta de um padrão, embora comum também a alguns campos preenchidos a critério da polícia, talvez indique que os registros, apesar das mediações, podem dizer muito sobre aquelas vidas para além do contexto do procedimento de identificação.

Por outro lado, em alguns aspectos a própria mediação das autoridades possivelmente dificultava a declaração de uma marca pessoal totalmente alheia àquela pela qual elas *conheciam* o indivíduo[572]. Em relação à profissão, por exemplo, o quadro 1 indica que em 1908 dois dos presos por capoeira foram considerados sem ocupação.

---

associação, à qual ainda voltarei, entre os capoeiras de frente das bandas e a prática do furto. Ao referir-se a 41 capoeiras, a *Província* sugere que não o considerava um deles. A Província, 26/07/1900, p.1, c.4.

[570] Nesse aspecto também são instrutivas as observações de CUNHA, Olívia. Op. cit., p.108.

[571] Idem, p.19. A autora trata os procedimentos de identificação criminal como parte de um "ritual de contaminação social".

[572] Embora não seja o caso desses sessenta e nove presos, era frequente pessoas com passagem pela polícia terem uma profissão indicada no próprio apelido. Há casos assim inclusive entre as que na época ou mais tarde foram associadas à capoeiragem, como Antônio Padeiro, acusado de tentar assassinar Nascimento Grande em 1917. *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 25 de janeiro de 1917*. Fundo SSP, Vol.458 (1917), APEJE.

Tendo em vista a intensidade com que a capoeira em frente às bandas era associada à vadiagem, torna-se difícil supor que essa informação partiu dos dois presos, especialmente porque eles possuíam as idades de quatorze e quinze anos, superiores às de outros entre os sessenta e nove cujas profissões eram indicadas[573].

QUADRO 1 Presos por/como capoeira (profissão)

Profissão	1900	1908	Total
Criado	6	10	**16**
Jornaleiro	7	4	**11**
Alfaiate	6	0	**6**
Sapateiro	5	1	**6**
Ganhador	3	1	**4**
Padeiro	1	2	**3**
Carroceiro	2	0	**2**
Cigarreiro	2	0	**2**
Marceneiro	2	0	**2**
Sem ocupação	0	2	**2**
Agricultor	1	0	**1**
Apalazador	1	0	**1**
Armador	0	1	**1**
Barriqueiro	0	1	**1**
Catraieiro	1	0	**1**
Comércio	1	0	**1**
Ferreiro	1	0	**1**
Fressureiro	0	1	**1**
Gazeteiro	0	1	**1**
Mascate	1	0	**1**
Negócio	0	1	**1**
Peixeiro	1	0	**1**
Pintor	1	0	**1**
Verdureiro	0	1	**1**
Canteiro	0	1	**1**

Levando isso em conta, é sugestiva a ausência de uma categoria genérica como "trabalhador", predominante nos dados quantitativos apresentados por Marcos Bretas – e que o levou a desconfiar das profissões declaradas – a respeito de pessoas presas por capoeiragem no Rio de Janeiro também em dois momentos distintos, os anos de 1885 e 1890[574]. Nesse ambiente, ao contrário do Recife, aparentemente não havia uma situação específica – uma ação coletiva como em frente às bandas – na qual aos olhos da polícia os indivíduos deixavam de ser apenas desordeiros ou vagabundos para se tornarem os capoeiras.

Assim, as prisões por capoeiragem no Rio de Janeiro naquele momento estavam disseminadas pelo espectro de ocorrências, de maneira que o autor reuniu inúmeros casos de meses distintos e os agrupou. No entanto, antes de com isso visar à definição de regularidades e tendências capazes de definir aqueles sujeitos em conjunto, Bretas aponta reiteradamente a dificuldade de, com base naqueles dados, estabelecer generalizações:

> Em torno de uma questão como "quem são os capoeiras", nenhuma resposta satisfatória pode ser construída. Existe uma diversidade espacial e temporal

[573] Maciel Juvencio e Luiz de França Ferreira teriam nove anos de idade e respectivamente as profissões de alfaiate e barriqueiro. Quanto à cor, os dois foram registrados como preto e preto fulo. *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/60 (1900-1901), p.135; *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.136. Já sobre a associação entre o capoeira de frente às bandas e a vagabundagem, é significativo o editorial: *Vagabundagem*. Diário de Pernambuco, 27/07/1900.

[574] BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). *Revista Estudos Afro-asiáticos,* Rio de Janeiro, nº. 20, jun. 1991.

> que permite a convivência de muitas realidades envoltas sob o mesmo conceito. Mesmo quando restringimos nossa interrogação ao personagem carioca do século XIX, a resposta ainda não pode ser exata[575].

Apesar dessa sugestão, acompanhada de referências à desagregação das maltas por volta de 1890, trabalhos realizados posteriormente a respeito da capoeira no Rio de Janeiro no início da República continuaram procurando fornecer para aquela questão respostas baseadas na concepção de que a capoeiragem era um indicativo da coesão – em torno, por exemplo, do compartilhamento de valores e da condição de reprimidos – existente entre os seus praticantes, fossem eles definidos como capoeiras ou não[576]. Em relação a Recife, onde nem mesmo existem trabalhos sobre os virtuais laços de solidariedade estabelecidos em torno de partidos de capoeiras ao longo do século XIX, o cuidado nesse sentido precisa ser redobrado.

Por exemplo, entre os sessenta e nove homens presos como capoeiras naqueles episódios de 1900 e 1908 não havia nenhum dos que mais tarde foram, através do percurso descrito na introdução desta dissertação, considerados os principais representantes da capoeira do Recife no início da República. Embora diversas fontes indiquem que a maioria destes eram vivos por volta daqueles anos, raramente eles foram presos em grupo, frente aos desfiles de bandas de música. Quando o foram, como se verá adiante, suas trajetórias acabam contribuindo para que se perceba que até mesmo entre os capoeiras de frente das bandas o contato (seja na solidariedade ou no conflito) para além daquele ambiente não eram uma regra.

Um primeiro olhar sobre o quadro 1 talvez possa induzir à impressão de que as atuações profissionais apresentadas refletem rotinas compartilhadas entre pessoas de baixa renda, especialmente as que se ocupavam de tarefas aparentemente próximas, como verdureiro, peixeiro e fressureiro. No entanto, no interior de cada uma dessas categorias profissionais poderia haver um conjunto específico de normas e estratégias

---

[575] BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p.240.

[576] Em sua tese de doutorado, Luiz Sérgio Dias fica entre considerar a capoeira uma "marca imposta socialmente" à "turma da lira", que não seria propriamente uma malta de capoeiras, e tratar a capoeira como "uma expressão cultural de aglutinação negra e mulata". Talvez inspirado em um artigo da revista Kosmos de 1906, o qual mencionarei no próximo capítulo, o autor tenta solucionar essa questão argumentando que entre os integrantes da "turma da lira" do início da República havia "capoeiras individualizados", ou seja, ela não era uma comunidade de capoeiras como as antigas maltas. No entanto, se eles não se aglutinavam em torno de uma experiência cultural compartilhada na capoeiragem, por que o autor os trata como "capoeiras"? E se havia esse compartilhamento, por que trata-los como "individualizados"? DIAS, Luiz Sérgio. *Da "turma da lira" ao cafajeste.* A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro da Primeira República. 2000. 222f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de filosofia e ciência sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. P.46-47. Algo parecido já havia sido criticado em seu trabalho anterior por Antônio Liberac Pires, que apesar disso e de ter empreendido uma ampla pesquisa em processos, não apresenta uma abordagem muito distinta. Op. Cit., 1996, p.45-50.

de ação mais ou menos formalizadas quase inexploradas pela historiografia sobre o Recife, mas das quais há muito mais indícios do que de uma solidariedade entre "capoeiras"[577].

Então no estabelecimento de uma correlação entre algum segmento de trabalhadores e a capoeira com o fim de identificar um universo de valores e práticas compartilhadas, talvez seja mais prudente procurar na categoria profissional o mecanismo agregativo. Um indicativo disso é o fato de em ocorrências em que "os capoeiras" são tratados em conjunto não haver uma significativa regularidade entre as profissões. Mesmo quando observados apenas dois casos, como no quadro 1, percebe-se que enquanto uma ocorrência produz referências expressivas a um segmento de atuação, como seis alfaiates ou cinco sapateiros e um apalazador em 1900, em outra elas podem ser escassas ou inexistentes[578].

Vale salientar que a indicação não só da condição de trabalhador, mas também da função específica desempenhada, era talvez a mais recorrente alusão por parte da imprensa a algum papel social dos sujeitos mencionados em suas notícias, mesmo os considerados desordeiros. Isso ocorria até em situações onde a capoeira costumava ser o principal referencial. Ao descrever um conflito durante um regresso da banda Mathias Lima pelo bairro de São José na noite de 23 de setembro de 1902, *A Província* trata José Correia de Vasconcelos não só como capoeira, mas também como sapateiro. Enquanto Joaquim Casadinho, por ele assassinado, seria apenas um ganhador que por ali passava[579].

De acordo com o jornal, após José ocultar-se em um beco e em seguida voltar com a intenção de fugir, "os seus companheiros reconheceram-no e seguraram-no, dando-lhe um golpe de navalha na mão e fazendo-lhe um ferimento largo de faca na

[577] Como no "motim" de peixeiros no mercado de São José em 1908, do qual tratei de passagem em OZANAM, Israel. As fronteiras entre popular e elite em torno da "Pobreza em Mocambos" (no prelo). In: BORGES, Raquel, et. al. (Org.). *Fronteiras Culturais no Recife Republicano*. Recife: Bagaço, 2013. Inclusive não sei se em todas as profissões listadas no quadro 1 as pessoas desfrutavam de status e nível de renda semelhantes. Então a relação entre a capoeira e elas precisaria ser analisada caso a caso, a exemplo dos carroceiros, curiosamente pouco representados no quadro mas sobre os quais muito haveria a dizer sob esse aspecto em uma análise específica sobre o tema.

[578] Apalazador era quem fazia as costuras dos calçados. Cf. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., 1936, p.38. No verbete o autor cita uma notícia de 1914 sobre o Clube Carnavalesco dos Apalazadores. Dizer que é problemática a associação imediata dos presos por capoeira a determinadas profissões não é uma tentativa de encerrar a questão. Ao contrário, trata-se do reconhecimento da dificuldade de adentrar no complexo mundo do trabalho, inclusive para explicar as associações possíveis, como a presença expressiva de criados tanto em 1900 quanto em 1908.

[579] A Província, 23/09/1902, p.1, c.5. A descrição do ocorrido nas correspondências policiais nem sequer menciona a capoeira, mas sim a profissão e a cor de Quincas Casadinho, "pardo escuro", ganhador na Estação Central de caruaru. *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 22 de setembro de 1902*. Fundo SSP, Vol.432 (1902), APEJE.

região lateral direita do tórax"[580]. Capoeiras juntos em frente à banda, portanto companheiros. Talvez tenha sido esse o raciocínio do redator da notícia, ainda que o fato de eles terem precisado "reconhece-lo" e após isso o terem ferido deixe dúvidas sobre os significados desse companheirismo.

Independentemente de o contato estabelecido nos desfiles das bandas irem muito ou pouco além deles, em outros contextos era mais difícil a capoeira ser um fator de destaque nas fontes que mencionaram aqueles homens. No quadro 1 consta apenas um pintor, Manoel Constâncio da Paz. A prisão em tais circunstâncias o inscreveu em um rol muito distinto daquele no qual sutilmente será assinalado cerca de cinco anos mais tarde, quando obtiver a distinção de ter o seu nome e o de "d. Maria da Paz" situado entre os de quem doava cupons para a Liga Contra a Tuberculose[581].

Seguindo o que parecia ser o costume de realizar-se esse ato em momentos de celebração, o casal o fez "pelo nascimento de Ludgero". Solteiro na época da prisão, em 1906 ele parecia constituir uma família[582]. Apesar de quarenta e cinco cupons serem uma doação modesta em comparação com as de quem doava milhares de uma vez – o que levou Manoel Constâncio para o final da lista publicada no jornal –, nela ele figurou como "senhor"[583].

Manoel Constâncio fazia parte do terço dos presos por/como capoeira que sabiam ler (quadro 2). Embora a predominância de analfabetos possa ser tomada como um argumento a favor de quem acredita que as práticas culturais no período estavam cindidas entre o mundo "popular" da oralidade e o mundo letrado das "elites", prefiro assinalar os 31,8%, muitas vezes tratados como inexistentes, e supor que o caminho mais simples de alinhar rigorosamente práticas culturais por nível social ou por outras características

QUADRO 2 **Presos por/como capoeira (instrução)**

	Analfabeto		Sabe Ler	
	Nº	**%**	**Nº**	**%**
1900	27	64,3	15	35,7
1908	20	74,1	7	25,9
Total	**47**	**68,2**	**22**	**31,8**

[580] A Província, 23/09/1902, p.1, c.5.
[581] A Província, 27/03/1906, p.1, c.5.
[582] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/60 (1900-1901), p.130. O fato de constar como solteiro não significa que não tivesse companheira na época.
[583] Apesar de o nome completo ser o mesmo e de a idade do preso em 1900 viabilizar a confirmação, fica a ressalva da possibilidade de que não fosse a mesma pessoa. No entanto, se a notícia tratasse de um crime praticado por um "desordeiro" e não de uma doação realizada por um "senhor" e sua família, será que eu teria alguma dúvida de que se tratava da mesma pessoa?

geralmente evocadas nos dirá pouco – e o previsível – sobre as experiências daquelas pessoas[584].

A propósito, Manoel Constâncio foi registrado como preto, mas isso não põe os pretos que sabiam ler e foram presos naqueles dois episódios em uma posição necessariamente melhor quando mencionados em outras situações. Napoleão de Barros, por exemplo, já havia sido preso recentemente quando foi pego no desfile do batalhão de polícia em julho de 1900[585].

Juntamente com um certo Francisco de Assis, único indicado como sapateiro entre os aqueles presos em 1908, os dois homens acima constituíam o total de pretos que sabiam ler entre os presos nas duas ocorrências. Dos demais, indicou-se cinco brancos e quatorze pardos (dois dos quais "pardos claros"). O total de brancos, porém, não se restringia aos alfabetizados, ele é relativamente aproximado ao de pretos se comparado ao de pardos, embora em termos percentuais em 1908 a diferença entre os dois seja significativa (quadro 3)[586].

Enquanto pesquisadores da capoeira do Rio de Janeiro conseguem apontar o período em que, no século XIX, a capoeira deixou de ser uma prática eminentemente escrava, em relação a Recife ainda não há a possibilidade de estabelecer qualquer periodização semelhante[587]. No máximo, com base no primeiro capítulo desta dissertação, pode-se dizer que na perspectiva de alguns grupos políticos do início da República os negros e a capoeira integravam juntos o rol de fatores incompatíveis com o projeto republicano de participação política.

QUADRO 3 Presos por/como capoeira (cor)

	Branco		Preto		Pardo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1900	10	23,8	12	28,5	20	47,7
1908	2	7,4	7	25,9	18	66,7
Total	**12**	**17,4**	**19**	**27,5**	**38**	**55,1**

Em contrapartida, como se verá no último capítulo, dentre os que se posicionaram favoravelmente à capoeira no decorrer dos anos 1900 e na década seguinte, haverá quem procure dissocia-la de uma herança africana (pois a questão era a

[584] Para uma perspectiva diferente da minha nesse aspecto, ver a tese de Clarissa Nunes Maia, particularmente o seu comentário sobre a alfabetização dos presos: *Policiados*: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. P.213.

[585] *Repartição Central da Polícia*. A Província, 02/02/1900.

[586] Em 1908 foram registrados três "pretos fulos" e um "pardo escuro", duas categorias cujas diferenças entre si eu não saberia precisar.

[587] Cf. BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p.241; SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.152,162 e capítulo 4.

das origens da capoeira) em favor do elemento nacional. De qualquer forma, de onde quer que ela fosse originária, o quadro 3 indica que apesar dos discursos anteriores sobre a Guarda Negra, "os capoeira" em Recife naquele início de século não eram necessariamente percebidos como pretos, mesmo em frente às bandas ela tendo sido perpetuada pela crônica como coisa de "moleque", expressão que congrega as condições de escravo e menor[588].

3.1 "O moleque de frente da música"

Na época em que a polícia registrou a capoeira como motivo da prisão daquelas vinte e sete pessoas que acompanhavam o desfile do 27º batalhão de infantaria em regresso da Campina do Bodé, Francisco Augusto Pereira da Costa publicava na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) uma definição do capoeira de Pernambuco que constituiria a base das sucessivas referências à capoeiragem no estado nas décadas posteriores[589]. Apesar da repercussão, as linhas sobre o assunto correspondiam a uma mínima fração do *Folk-lore Pernambucano*, que preencheu integralmente o segundo volume da Revista do IHGB em 1908[590].

Conhecido por reunir e trabalhar com um alentado aporte documental, Pereira da Costa pode ter mencionado a origem, nas rivalidades de bandas de música, dos partidos de capoeiras Quarto e Espanha nos anos 1850-60 a partir de lembranças da infância ou por relatos orais de outras testemunhas, pois nasceu em 1851[591]. Entretanto, a sua descrição, como muitas daquelas comentadas no capítulo 1, é feita em comparação ou contraste com a experiência da capoeiragem no Rio de Janeiro.

De acordo com o autor, ao contrário do fluminense, o capoeira em Pernambuco não seria tão "acentuadamente manifestado". Era como se para além do seu espaço de atuação por excelência, ele não pudesse ser encontrado ou não tivesse um valor etnográfico que o diferenciasse: "O nosso capoeira é antes o moleque de frente da música, em marcha, armado de cacete, e a desafiar o partido contrário, que aos vivas de

[588] Uma das várias referências possíveis para esse significado de "moleque" é o dicionário de Pereira da Costa que, como eu disse na nota 440, foi redigido no início do século XX. Op. cit. P.495-496.
[589] Ele se fez presente desde entre os memorialistas, como comentarei a seguir, até na dissertação de Carlos Eugênio Soares. Op. cit., p.206.
[590] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Folk-lore Pernambucano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo LXX, parte II, 1908, p.240-242.
[591] A data do seu nascimento é fornecida em GASPAR, Lúcia. Pereira da Costa. *Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>.

uns, e morras de outros, rompe hostilidades e trava lutas, de que não raro resultam ferimentos, e até mesmo casos fatais!..."[592]

Ainda que homens como Claudino dos Santos e Luiz Raimundo Rodrigues, com sessenta e quarenta e dois anos respectivamente, desestabilizassem a precisão do tipo social sugerido por Pereira da Costa ao serem presos por capoeira em frente às bandas, o quadro 4 indica que a idade até vinte e três anos abrangia mais de oitenta por cento dos presos nas ocorrências de 1900 e 1908. Contudo, isso não significa que aos olhos dos seus contemporâneos todos eles seriam vistos como "molecada". Das faixas etárias estabelecidas no quadro, a menos arbitrária é a primeira delas, pois era até quatorze anos que as autoridades policiais costumavam incluir a expressão "menor" junto ao nome nos livros de entrada e saída de presos da Casa de Detenção.

Assim, menores seriam apenas dezesseis dos sessenta e oito presos, não oscilando muito a proporção de sua participação nas duas amostras. Apesar disso, geralmente é dessa parcela que lembrará quem nas décadas seguintes escreveu sobre a capoeira do Recife[593].

QUADRO 4 Presos por/como capoeira (idade)

	1900		1908		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 14 anos	10	24,3	6	22,2	**16**	23,6
de 15 a 23	21	51,3	18	66,7	**39**	57,3
de 24 a 35	8	19,5	1	3,7	**9**	13,3
Acima de 36	2	4,9	2	7,4	**4**	5,8

Ecoando Pereira da Costa – e antigas referências à Flor da Gente –, mais tarde Fernando Pio descreverá em seu livro de memórias a ação da "fina flor da molecada" atuando junto às bandas dos batalhões do exército que tocavam em procissões e festas religiosas[594]. Apesar de algumas das informações apresentadas, como a respeito da morte do espanhol Pedro Garrido, antigo regente da banda do corpo da Guarda Nacional, não constarem em *Folk-lore Pernambucano*, sua narrativa lembra em muitos aspectos a daquele autor, especialmente no que se refere à explicação da expressão "cabeça seca", sinônimo de escravo, utilizada pelos partidários do Quarto em sua quadra "Viva o quarto/Morra Espanha/Cabeça seca/É quem apanha"[595].

[592] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., 1908, p.240.
[593] A soma dos totais dá sessenta e oito porque não consta a idade do homem cujo motivo da prisão é "capoeira, digo, furto". A média de idade dos vinte e dois que sabiam ler era de cerca de 19,7 anos, mas oscilava entre 13 e 42. Como se verá no caso de Felipe Neri no próximo capítulo, nem sempre o "moleque" era um menor.
[594] PIO, Fernando. Op. cit., p.35-39.
[595] Idem, p.38.

Até as quadras desafiadoras que seriam proclamadas pelos membros dos dois partidos parecem ter sido geralmente obtidas no texto de Pereira da Costa, embora ele aponte como fonte de uma delas Silvio Romero[596]. Mário Sette, por exemplo, após reproduzi-las em Maxambombas e Maracatus, faz uma nítida alusão à definição do capoeira de Pernambuco disponível em *Folk-lore Pernambucano*, citando, entre aspas, "os moleques de frente de música"[597].

"Simples arruaceiros" que na tenra idade iam "em passo de ginga"[598] agredindo a um e a outro, inebriados pelo furor dos dobrados das bandas, nessas narrativas de décadas posteriores eles quase não existiam para além do evento que os unia, a coletividade não se fragmentava em indivíduos com vidas diferentes entre si: "O molecório gingava, dava seus vivas, mas não passava daquilo"[599].

Antes da publicação do *Folk-lore Pernambucano*, porém, os capoeiras do Recife como moleques em frente às bandas receberam uma formulação no romance *Sua Majestade, O Vício*, de Artúnio Vieira, levado a público a partir de junho de 1891 como folhetim na *Gazeta da Tarde*[600]. A questão da referencialidade na narrativa é posta nos termos de uma acentuada preocupação em situar temporal e espacialmente o enredo, através da descrição de elementos etnográficos[601].

Assim, no folhetim e nas notícias locais do jornal coincidem as ruas da cidade e o tipo de sujeito que simbolizavam as maiores misérias do Recife. Como foi possível observar nos capítulos anteriores, naqueles anos para a *Gazeta da Tarde*, da qual Artúnio Vieira era redator, estas começavam pela capoeiragem. No romance ela é apresentada entre vícios, junto com histórias de adultério, jogos, embriaguez, desagregação do lar, feitiçaria e ociosidade, que refletiriam a degeneração moral da sociedade brasileira durante a Monarquia recém-deposta, pois ele está sempre aludindo a um passado quase presente.

---

[596] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., 1908, p.242.
[597] SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus.* 4 ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. (Coleção cidade do Recife, 19). P.87-88.
[598] FERREIRA, Ascenso. Os "brabos do Recife". *Boletim da cidade e do porto do Recife.* Recife: n.5-6, 1942.
[599] VAREJÃO, Lucilo. A propósito das velhas bandas de música. . *Boletim da cidade e do porto do Recife.* Recife: n.43-62, jan./dez. 1952 – 1956. Interpreto o "não passava daquilo" dessa forma e não como uma alusão à inexistência de violência porque o autor afirma também que o entusiasmo dos moleques os levava cometerem "toda a sorte de tropelias – pauladas, facadas e navalhadas", o que seria justificado pelo efeito provocado pelos dobrados executados pelas bandas.
[600] *Sua Majestade, O vício.* Folhetim 1. Gazeta da Tarde, 23/06/1891.
[601] Um exemplo do uso dessa expressão naquele contexto: *Trajetória Republicana.* Gazeta da Tarde, 11/08/1891.

Porém, o ponto de partida de Artúnio Vieira para tratar da capoeiragem em frente às bandas não é a massa de capoeiras mencionada nas crônicas e memórias acima citadas. Por meio de um único personagem, o menino Guilherme, o leitor acompanha as idas e vindas de alguém que, na perspectiva do autor, viveu diversas situações que poderiam definir sua experiência, pois lutou pela sobrevivência entre as esmolas, o trabalho e o furto, e só se entregou ao crime por falta de oportunidades.

Desde o seu início, as histórias de Guilherme e sua irmã Guilhermina teriam sido marcadas pelo vício e o crime. Nascidas no presídio de Fernando de Noronha, as crianças, antes de serem separadas pela morte da mãe (uma loira "desregrada, imoral, afeita a homens de farda"), contavam apenas uma com a outra na vida difícil do quadro do Giriquiti, área pobre da freguesia da Boa Vista, no Recife dos anos 1870.

Com suas vocações para o desenho e para a mecânica ignoradas por professores e autoridades públicas, Guilherme, assim como outros meninos, aprendia nas ruas a beber, a fumar e a conseguir seu próprio sustento. Quando não adquiria comida com os recursos que entre agosto e dezembro lhe rendia a fabricação de papagaios, vendidos aos empinadores nas ruas, o menino ia à Ribeira, "leia-se: *Mercado da Boa-Vista*", e tentava pegar uns fretes. Quando isso não dava resultado, vagava, pedia a um caixeiro ou, na Ribeira, "procurava qualquer daquelas vendedeiras africanas, e entabolava com ela certa conversação, da qual, às vezes tirava proveito. A miséria torna o homem perspicaz. Guilherme compreendeu a que, para uma africana, o melhor meio de ser favorecido, é tomar-lhe a *benção*"[602].

Artúnio Vieira pretendia apresentar seu personagem como um anjo decaído, então lhe atribuía traços de bons costumes e inteligência aos quais fazia alusão nas passagens em que responsabilizava a sociedade ou, especificamente, o governo pelo destino dele. Se por um lado, com o seu velho boné do 9º batalhão de infantaria, o menino "juntava-se a três ou quatro camaradas e ia vadiar pela cidade inteira", pescando peixes e crustáceos ou, à noite, roubando bolo dos tabuleiros das praças, por outro dividia tudo com os colegas e depois ainda levava algo para a mãe e a irmã[603]. No mesmo sentido, já que em sua passagem pela Escola de Aprendizes Marinheiros, onde aprendeu a ler, foi castigado pelo professor ao demonstrar criatividade para o estudo, ele teria motivos para entregar-se à vadiagem, e se entregava:

[602] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 2. Gazeta da Tarde, 24/06/1891.
[603] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 3. Gazeta da Tarde, 26/06/1891.

> Guilherme, como todo o menino atirado ao mundo, cafunava a castanha, jogava o pião, empinava o papagaio e capoeirava na frente de qualquer música. Quando passava em frente de algum menino desconhecido, balanceava o corpo e a cabeça; isto é: *gingava*; e punha o velho boné sobre o olho esquerdo. Isto quer dizer que ele metia fumaças de valentão[604].

Em meio a infortúnios que determinavam a definição de seu caráter, Guilherme é deslocado dos problemas imediatos e arrebatado por um desfile de banda de música. Certo dia, após tentar, sem sucesso, atingir com um tijolo a um taverneiro português que tentara deflorar sua irmã próximo ao local onde moravam, ele fugiu para o bairro de Santo Antônio: "estava de pé, em frente a uma das vitrinas da *Librairie Française*, na rua 1º de março, quando ouviu o rufar de tambores (...) O menino regaçou as mangas do paletó, pôs o velho boné a três quartos para a esquerda, e disse consigo: olé!"[605].

Mas percebeu que não tinha um cacete, só trazia como arma um compasso, foi quando escutou "umas pancadas do zabumba; os rufos pararam; a banda começou a tocar uma marcha, - um dobrado, - chamado Poeira". O menino disse: "lá vem o nove. Que dobrado bom!"[606]. Ao ingressar no desfile, "deu uma bofetada num pobre capoeirasinho" e lhe tomou o cacete.

Na narrativa de Artúnio Vieira, tomar parte no desfile, transformar-se no moleque, era uma espécie de sonho por meio do qual uma criança sofredora se libertava das agruras de não ter uma família e um Estado que a protegessem. Quando preso, com medo de ser embarcado, será gritando "Espanha!" na "frente do 9º de infantaria" que Guilherme literalmente sonhará[607]. Desse modo, "capoeirar" em frente à banda adquiria um significado bastante pessoal para aquele menino, enquanto as experiências coletivas analisadas com mais detalhes pelo autor se concentram em outros contextos, sobretudo naqueles nos quais a ineficiente intervenção do Estado na promoção do bem estar dos menores ou, de um modo geral, da civilização, resultaria em práticas como as da molecagem em frente às bandas.

Contudo, o contraste entre o tom genérico das crônicas e memórias e a atenção de Artúnio Vieira para com a experiência pessoal de Guilherme pode ser questionado quando a atenção se volta para um aspecto nada desprezível da escrita deste autor: a ficção. No gênero narrativo de romances como *Sua Majestade, O Vício*, um indivíduo

---

[604] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 2. Gazeta da Tarde, 24/06/1891.
[605] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 6. Gazeta da Tarde, 01/07/1891. A Rua 1º de março é aquela mesma "Rua do Crespo" que foi palco, junto com a 15 de novembro, do episódio que encerra o capítulo 2.
[606] Idem. O "nove" é referência ao nono batalhão de infantaria.
[607] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 14. Gazeta da Tarde, 10/07/1891. Voltarei adiante aos partidos Quarto e Espanha.

específico, enquanto personagem, representa exatamente o contrário, ou seja, aglutina em seu perfil todo um segmento da população[608].

Guilherme, portanto, não seria um menino pobre visto pelo autor nas ruas do Recife. Ele seria todos os meninos pobres. O sentido dessa generalização naquele romance, ao apresentar um retrato da pobreza e situar no mesmo nível moral dela algumas personagens alusivas à elite imperial, é estabelecer um quadro no qual culpados e vítimas contribuíam, juntos, para a doença moral da sociedade[609]. Diante disso, ainda que o Brasil tivesse começado a curar-se com a lei do ventre livre, o verdadeiro remédio fora a proclamação da República[610].

Ao longo dos anos 1890, as expectativas de Artúnio Vieira em relação às mudanças políticas pelas quais o país passara não tiveram um destino melhor que a de outros republicanos mencionados nos capítulos anteriores. Até porque ele não esperava por qualquer República. Durante a presidência de Floriano Peixoto, as incompatibilidades políticas amplas[611] ao lado das disputas locais que puseram em conflito os republicanos e o governador Barbosa Lima criaram uma situação extremamente difícil para Artúnio Vieira divulgar a sua produção, que incluía a literatura, a música e o teatro[612].

Em 1893, após conflitos relacionados à proibição da apresentação de sua peça "Os Rabichos" pela polícia, Artúnio Vieira viu interrompida a circulação do jornal *A Tarde*, fundado no final do ano anterior e no qual, como redator principal, constantemente publicava críticas ao governo de Barbosa Lima[613]. Também em 1893,

---

[608] A esse respeito, referindo-se a uma literatura europeia familiar a autores tais qual Artúnio Vieira, ver: GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco. *A cultura do romance*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009. (Coleção Romance, 1). P.636.

[609] O segundo romance de Artúnio Vieira, que começou a ser divulgado em janeiro de 1892, chamava-se "Tempestade de um lar". Pelo título, talvez apresentasse uma proposta semelhante, mas não tive acesso a ele. NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., v.2., p.285.

[610] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 51. Gazeta da Tarde, 29/08/1891; *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 11. Gazeta da Tarde, 07/07/1891.

[611] Desde 1891 a Gazeta da Tarde criticava o misto de federalismo e unitarismo que drenava os recursos dos estados, apresentando a educação do cidadão como arma não só contra a volta da Monarquia, mas também contra a República "radical". Ver o já citado *Trajetória Republicana.* Gazeta da Tarde, 11/08/1891.

[612] Luiz do Nascimento menciona uma "polca escrita e composta" por Artúnio Vieira. Op. cit., v.2., p.347.

[613] Idem, p.351-352. No anúncio da suspensão da publicação, dizia-se: "Um dia, que não vem longe, A Tarde ressurgirá (...) salvo se... antes disso, seus redatores houverem caído como Ricardo Guimarães". Isso sugere o quanto Artúnio Vieira se considerava próximo à tradição republicana apresentada nos capítulos anteriores. Sobre o assassinato de Ricardo Guimarães, ver capítulo 1 desta dissertação, p.91-92.

como professor primário ele será transferido do Recife para o interior de Pernambuco e em seguida demitido "'a bem da moral pública'"[614].

O cargo público ocupado pelo autor era mais um aspecto de uma vida profissional dedicada à questão dos menores e da educação, que incluía também a comercialização de material didático de sua autoria:

> Gramática Infantil – por Artúnio Vieira – aprovado pelo conselho literário – A gramática infantil tão ansiosa e justamente esperada por alguns professores, acha-se, finalmente à venda. Sobre as outras oferece ela as seguintes vantagens: precisão nas exposições; aclaramento e simplificação dos mais controversos pontos da gramática portuguesa; finalmente, divisão das matérias pelos graus de ensino (...) [615].

Diante disso e do fato de na documentação policial os menores consistirem em um entre outros grupos etários percebido como capoeiras nos desfiles de bandas, talvez a atenção particular de Artúnio Vieira ao problema da educação dos menores no início da República tenha alguma relação com a subsequente predominância da definição do capoeira como o moleque de frente das bandas[616]. No entanto, trata-se apenas de uma vaga sugestão, pois não sei se Pereira da Costa só começou a identificar o capoeira naqueles termos após a publicação de *Sua Majestade, O Vício* e nem mesmo se teve contato com o romance, embora este tenha adquirido alguma repercussão na época da publicação, na qual o autor do *Folk-lore Pernambucano*, como aluno da Faculdade de Direito do Recife, aparentemente circulava por um ambiente sensível às novidades literárias vinda de antigos republicanos[617].

---

[614] NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., v.2., p.350.

[615] *Gramática Infantil.* Gazeta da Tarde, 19/10/1891.

[616] Uma preocupação à qual ele possivelmente estava ainda mais sensível por motivos pessoais: "Ao amigo – Artúnio Vieira – pelo feliz nascimento da bebê felicitam Cleodon de Aquino e Julio Hancem. 20-07-91. Parabéns". *Coluna Pública.* Gazeta da Tarde, 20/07/1891. Mas não quero dizer que tudo não passava de uma busca por suprir demandas afetivas imediatas ou interesses profissionais. Só uma análise documental mais detida autorizaria a correlação, bastante plausível, da proposta pessoal de Artúnio Vieira com a tendência mais ampla, presente em autores como Coelho Netto, de valorização do papel da educação das crianças no futuro da nação naqueles anos. A esse respeito, ver: HANSEN, Patricia Santos. América. Uma utopia republicana para crianças brasileiras. *Revista Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, nº. 44, vol.22, julho-dezembro de 2009.

[617] No final de julho de 1891, a *Gazeta* anunciou em uma coluna: "Este mimoso romance, que tanto tem agradado aos nossos leitores, vai ser brevemente publicado em livros". *Sua Majestade – O vício – Romance Original de Artunio Vieira.* Gazeta da Tarde, 31/07/1891. Podia estar agradando a alguns, mas o autor no próprio folhetim mencionava também algumas críticas que vinha recebendo. De acordo com Luiz do Nascimento, quando foi iniciado, em dezembro de 1892, o jornal *A Tarde* trazia "paginado em forma de livro, para recortar e encadernar, o romance 'Sua majestade, o Vício'". Op. cit., v.2, p.350. A repercussão não se restringiu a Pernambuco, cerca de seis anos depois ele seria publicado no mesmo formato no jornal *O Pará*, intercalado com o folhetim *A Rainha da Noite*, de Xavier de Montepin. Ver, por exemplo: O Pará, 07/10/1898.

Tendo sido ou não o difusor daquela definição, não foi Artúnio Vieira que cunhou a expressão "moleque" para referir-se aos capoeiras em frente às bandas[618]. Ao longo de todo o período analisado nesta dissertação, inclusive nos anos posteriores aos considerados de repressão sistemática à capoeira, a presença de menores entre seus praticantes será uma alusão constante: "quando mediam forças e faziam exercícios de capoeiragem, dois menores, ontem, às 10 horas do dia, na Praça da República, a polícia compareceu levando para o xadrez o de nome João Senhorinho, que se achava armado de canivete"[619].

Por vezes descrições de lutas entre menores remetiam a um aspecto senão lúdico, ao menos de treinamento e aperfeiçoamento das habilidades por meio de confrontos assistidos por várias pessoas[620]. Embora não houvesse lugares fixos para esse tipo de atividade, alguns se destacam, como a Campina do Bodé:

> Capoeiragem – É costume de vários indivíduos praticarem exercícios de capoeiragem na campina do Bodé, manejando facas e cacetes. Ontem, às 6 horas quando, um numeroso grupo, se entregava a esse perigoso recreio, um menor de nome Arthur, que tomava parte no exercício, recebeu uma cacetada, ficando ferido. Enquanto a vítima ia banhar o ferimento no chafariz próximo, o jogo de cacetadas prosseguia sempre animado[621].

Aquele campo aberto, localizado no bairro politicamente agitado de São José, era o local onde batalhões de polícia e do exército realizavam manobras e exercícios de fogo. Nessas ocasiões, muitos dos garotos que os acompanhavam intervinham no protocolo, vaiavam autoridades e às vezes obrigavam os comandantes a mudarem seus planos para a ocasião. No entanto, é difícil saber em que sentido essas atitudes se relacionam com outras reações da população frente às tensões políticas mais ou menos latentes nos conflitos entre as duas corporações.

---

[618] Ver, por exemplo, *Ofício da Subdelegacia da freguesia da Boa Vista em 28 de março de 1881*. Fundo PC, Vol.173 (1881), APEJE, p.259: "Comunico a V. Srª que ontem ao regressar a guarda de honra do 14º batalhão que acompanhou a procissão desta freguesia, fez acompanhar uma força da guarda cívica, para dispersar a molecagem que ia a frente da música". Agradeço a Roberta Duarte pela indicação desse documento. O emprego anterior dessa expressão é indicado pelo próprio Artúnio Vieira: *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 6. Gazeta da Tarde, 01/07/1891.

[619] Jornal Pequeno, 11/11/1909, p.2, c.5. Sobre a interpretação de que teria havido essa repressão – e minha crítica a ela – ver: OZANAM, Israel. Op. cit., 2010. Do ponto de vista metodológico é um artigo bastante pobre, mas acho que cumpre com o objetivo de mostrar que não houve uma repressão policial direcionada à capoeiragem em Recife nos anos 1900.

[620] *Deponente.* Jornal Pequeno, 27/12/1899. Dois menores, cujos nomes não são citados na notícia, lutavam com faca feita de arco de barril. Coincidentemente um dos presos no cerco de 1908 era o barriqueiro Luiz de França, de nove anos de idade. Para outro caso de luta com aplausos da plateia, sem referências a menores ou a capoeira, ver: Jornal Pequeno, 28/12/1904, p.2, c.3.

[621] *Capoeiragem.* Correio do Recife, 24/04/1908.

Em março de 1904, quando o 40º batalhão de infantaria do exército retornou a Recife das ações no extremo norte do Brasil, foram organizados festejos para ovacioná-lo como defensor das fronteiras nacionais[622]. No entanto, na ocasião ocorreram diversas "tentativas de conflito" apresentadas em uma linguagem imprecisa e relutante pelo *Jornal Pequeno*. Dizia-se que elas teriam sido promovidas "pela politicagem de S. José, visto a comissão encarregada das festas não ter ouvido alguns amigos da situação dominante, com influência naquela freguesia"[623].

A narrativa dos incidentes ocorridos no trajeto do batalhão ali e em Santo Antônio, porém, não levaria o leitor a percebê-los como relacionados entre si: disparos realizados por um mudo que trabalhava no mercado de São José, praça de polícia que "atirou num popular" quando o cortejo passava defronte ao quartel do destacamento de São José, soldado da polícia agredindo praça do 14º batalhão e "a molecagem por sua vez vingava-se dos policiais vaiando-os fortemente". Ou ao menos era assim que os jornais, orientados por diversos interesses, descreviam o que consideravam atitudes hostis de menores ou populares, ora contra a polícia, ora contra o exército.

Dois anos mais tarde, Antônio Henriques, oficial do mesmo 40º batalhão, se queixará da forma como a imprensa descrevia a reação das autoridades frente aos "capoeiras e vagabundos" que desvirtuariam os exercícios na Campina do Bodé. Dentre as informações negadas pelo oficial, estaria a de que o comandante da força dispensara, com o objetivo de favorecer a "capangas e vagabundos", a cavalaria da polícia geralmente posta para enfrenta-los junto aos batalhões. Além disso, prossegue, nenhum oficial teria sido vaiado por garotos naquela ocasião, até porque eles saberiam reprimir tal comportamento.

A essa afirmação seguiu o reconhecimento de que "o capitão Bezerra teve necessidade de mandar dispensar, ou melhor, enxotar alguns capoeiras, que na frente do batalhão flanqueavam a música, empunhando facas". Mas, para ele, isso nada tinha a ver com a sugestão da imprensa de que o povo havia sido agredido: "não confundamos, Sr. redator, o povo com desordeiros, vagabundos e capoeiras, verdadeiros elementos perniciosos da sociedade"[624].

Seguindo essa linha de raciocínio, no trecho de sua longa carta em que se detém no fato de um menor ter sido agredido na ocasião, o capitão explicita ainda mais a sua

---

[622] *40º batalhão.* Jornal Pequeno, 23/03/1904. Por esses dias o *Jornal Pequeno* publicou mapas do país com títulos do tipo *Como é grande o Brasil.* 27/04/1904. Ver também *A extensão do Brasil*, 29/04/1904.
[623] Jornal Pequeno, 24/03/1904. A julgar por essa informação, o marianismo perdia espaço por lá.
[624] *Escrevem-nos...* A Província, 07/12/1906.

intenção de se opor a uma definição dos capoeiras que lhes punham quase automaticamente na condição de vítimas. Ele procurou, portanto, desfazer a imagem do capoeira como moleque – ou seja, de faixa etária e cor específicas – indefeso, agredido em momento de "recreio":

> O observador calmo e imparcial que quiser narrar o que vê na campina do Bodé, que um grupo numerosíssimo de capoeiras e vagabundos de todas as idades invade a área ocupada pela tropa e ainda mais, por ocasião do tiroteio, fingem-se feridos, representam comedias que só traduzem a falta de moralidade e decadência de um povo ante a força armada de seu país, símbolo da defesa das instituições pátrias. Assim é que, na tarde de 3 do andante, quando a 1ª companhia do 40º batalhão, estendida em atiradores, rompia o fogo, uma malta de vagabundos conhecidos, de todas as idades, sem distinção de cor, invadiu a área ocupada pela referida força, privando deste modo a presteza exigida na realização das manobras, e, ainda mais, impedindo a fiscalização por parte dos oficiais, que chegaram a suplicar a retirada de tais vadios que os recebiam com mofa e nestas condições foi necessário mandar limpar a vanguarda[625].

Portanto, embora não fizessem parte do povo, aqueles capoeiras e vagabundos, sem distinção de cor ou idade, simbolizavam a decadência dele ao expressarem seu desdém pelos significados que a oficialidade atribuía aos exercícios. Mesmo que não se queria tomar ao pé da letra a versão do capitão, sobretudo expressões como "suplicar", essa descrição provoca a impressão de que a postura dos praças e músicos talvez se interpusesse entre os oficiais e os "capoeiras", tornando a presença destes mais plausível no local do que julgavam aqueles. Isso deixando de lado o fato de essa consideração incorporar parte do argumento de Antônio Henriques, segundo o qual os oficiais rejeitavam a presença de capoeiras nos desfiles, o que, como se verá a seguir, não era um consenso.

Até aqui, de um dos desfiles de banda que resultaram em dezenas de prisões por capoeira ao questionamento da definição dos capoeiras pelo capitão do 40º batalhão, passando pelo romance de Artúnio Vieira, quase todas as observações em torno da relação entre a capoeira e as músicas se restringiram às bandas dos batalhões do exército. Uma pergunta legítima diante desse percurso diz respeito à quão significativa era a presença delas – em comparação às da polícia, guarda municipal, particulares, etc. – nas denúncias de capoeiras em bandas por mim coletadas.

Uma explicação nesse âmbito se torna necessária diante do destaque conferido por Raimundo Arrais às sociedades musicais civis ou particulares quando analisou o lugar das bandas nas transformações vivenciadas no espaço público do Recife no início

[625] *Escrevem-nos...* A Província, 07/12/1906.

do século XX[626]. O autor salienta que as bandas eram parte da vida da cidade em um sentido amplo, ao se fazerem presente em diversos contextos, mas se concentra basicamente nas retretas, como evento que se caracterizava pela apresentação das bandas[627].

A atenção a esse aspecto da participação das bandas na vida pública se justificaria pelo que as retretas exprimiam das mudanças de significados sociais experimentados na cidade naquele período. De acordo com Arrais, elas, especialmente as ocorridas na Praça da República, teriam passado de evento compartilhado por um público politicamente inquieto e de todos os níveis sociais até 1903, quando foram proibidas, para uma oportunidade de exibição dos padrões de sociabilidade ligados à ordem e à elegância das camadas elevadas a partir de 1908, ano em que teriam voltado a ocorrer[628]. Isso, porém, não teria implicado na ruptura das relações, marcadas por partidarismos e conflitos, entre a população pobre e as bandas, pois estas, aquecendo os instrumentos no percurso de ida até as retretas, arrastaria aquela população atrás de si[629].

Aparentemente o autor compreendeu as retretas como uma ocasião de exibição das bandas civis por excelência[630]. O rápido comentário que ele faz acerca dos partidarismos estabelecidos em torno de bandas militares, em trecho que remonta aos conflitos de meados do século XIX entre os partidos de capoeiras ligados às bandas do 4º Batalhão de Artilharia e do Corpo da Guarda Nacional, é logo sucedido por referências a capoeiras atuando em frente a bandas civis[631].

---

[626] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., 1998, p.19-22.
[627] Idem, p.82.
[628] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., 1998, p.80-81. Houve retretas nesse intervalo, inclusive várias em 1907 (por exemplo: Jornal Pequeno, 08/04/1907, p.2, c.2 e Jornal Pequeno, 16/06/1907, p.1, c.4), mas compreendo que o autor não quis ser rígido na delimitação e sim ressaltar as transformações pelas quais elas passaram.
[629] Idem, p.86.
[630] O que é surpreendente em vista a profusão de indicações em contrário, como um artigo em protesto contra a diminuição das retretas em 1904, o qual faz referência apenas às bandas militares e policiais: *As Retretas.* Jornal Pequeno, 14/01/1904. Nos anúncios era comum constarem apenas elas, a exemplo do primeiro caso citado na penúltima nota acima e *Retreta*. Jornal Pequeno, 16/04/1902. Para o emprego, na época, das expressões "policiais" e "militares" para distinguir as bandas marciais, ver: Jornal Pequeno, 24/02/1904, p.1, c.6. Portanto, embora a retreta pudesse ser realizada com bandas civis, essa expressão remetia a um evento típico de bandas militares e policiais, como inclusive sugeriu um observador da época ao defini-la como uma "tocata à tardinha ou à noite pelas bandas dos corpos do exército ou de polícia nos jardins públicos, em frente ao palácio do governo e quartel general, e das casas de residência dos comandantes de corpos o que outrora tinha o nome de recolher". COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., 1936, p.641.
[631] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., 1998, p.87-90. Ele alude às militares apenas no trecho em que cita Lucilo Varejão, autor que se refere a elas ao tratar de conflitos com capoeiras.

No entanto, se ainda assim ao tratar de capoeiras em frente à música eu me referi a atitudes e possíveis laços estabelecidos no âmbito das bandas militares, é porque estas, conforme o quadro 5, correspondem a 82% das presenças nos quarenta incidentes que constituem minha amostragem de referências a capoeiras em desfiles das músicas entre os anos de 1887 e 1909[632]. Aliás, tendo em vista que em um dos casos não há qualquer informação sobre a banda, trata-se de uma porcentagem referente aos trinta e nove restantes. Neles as bandas civis constam em apenas 15,3%, que somados se igualam aos das bandas da polícia. Estas, ao contrário das militares, não foram especificadas na maior parte dos documentos relativos à amostragem, de maneira que na tabela se tornou impossível dividi-las por batalhões.

QUADRO 5

Denúncias de conflitos envolvendo capoeiras em bandas de música 1887-1909 Amostragem por bandas citadas		
Banda de Música	**Nº**	
40º batalhão do exército	10	
14º batalhão do exército	5	
34º batalhão do exército	5	
2º batalhão do exército	4	
27º batalhão do exército	3	
Batalhão não especificado	3	
22º batalhão do exército	1	
49º batalhão do exército	1	
		%
Total	**32**	**82,1**
Polícia	6	
Guarda Municipal	1	
Escola Correcional	1	
		%
Total	**8**	**20,5**
Pedro Afonso	2	
Mathias Lima	1	
Clube Santa Cecília	1	
Colégio São Joaquim	1	
"Música particular"	1	
		%
Total civis	**6**	**15,3**
Não informada	1	

A baixa representatividade das bandas policiais pode ser mais um indicativo dos perigos de reunir em um só grupo as pessoas que eram vistas como capoeiras de frente das músicas e aquelas relacionadas por autores como Oscar Mello, Guilherme de Araújo e Ascenso Ferreira[633]. Isso porque, como analisei em um breve artigo publicado em meados de 2011, havia uma forte presença na polícia por parte de alguns dos homens mencionados por aqueles memorialistas[634].

[632] Os casos estão distribuídos entre os anos desse intervalo da seguinte forma: 1887 (2), 1889 (2), 1890 (2), 1895 (1), 1896 (1), 1897 (1), 1900 (3), 1901 (3), 1902 (2), 1903 (7), 1904 (6), 1905 (1), 1906 (2), 1907 (4), 1908 (2), 1909 (1), mas não se trata de um levantamento exaustivo e realizado com vistas a essa quantificação e sim da reunião de dados coletados ao longo da pesquisa. A soma das presenças não corresponde à soma dos casos porque algumas vezes havia mais de uma banda.

[633] O que não significa assumir a tipologia estabelecida – ainda que "sem querer entrar em análises sociológicas" – por Ascenso Ferreira quando distinguiu os "brabos legítimos" dos "simples arruaceiros" que saíam "em passo de ginga, à frente das bandas militares". Op. cit., p.1. Sobre a impossibilidade de basear essa distinção em fontes do período, ver: OZANAM, Israel. Op. cit., 2010.

[634] OZANAM, Israel. *"Vou-me embora porque Apolônio da Capunga já anda na Boa Vista querendo prender gente"*: capoeira e polícia no Recife no início da República. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL

Com efeito, embora um levantamento mais abrangente pudesse produzir resultados diferentes, a predominância das bandas do exército na amostragem é pronunciada o suficiente para duvidar-se de que seria revertida. Como a soma dos seus totais sugere, o quadro 5 não restringe cada ocorrência a uma banda, antes ele indica quantas vezes cada banda esteve presente nos quarenta conflitos, de maneira que mesmo nas ocorrências nas quais são mencionadas bandas da polícia, a referência a capoeiras pode estar relacionada a pessoas ligadas às bandas do exército.

Apesar de limitados, os casos em que estiveram envolvidas bandas civis não devem ser ignorados. Até porque, ao contrário das bandas da polícia e da Escola Correcional, todas as suas ocorrências na amostragem se deram em situações nas quais elas estavam sozinhas, sem a companhia de uma banda militar. Portanto, nesses seis casos eram mesmo as bandas civis que as pessoas denunciadas como capoeiras seguiam. Mas, das informações provenientes dessa amostragem, essa não é a única que estabelece um elo entre "capoeiras" e algumas bandas civis.

O artigo de Francisco Rodrigues sobre as antigas bandas de música do Recife, publicado na revista do IAHGP de 1942, provavelmente está entre os mais extensos publicados sobre o tema[635]. Em suas páginas não há espaço para qualquer reverência aos desafios e rivalidades que porventura – porquanto ele também não os dá destaque – tenham existido entre as aquelas agremiações, "pois não pode se admitir a ideia de desafio musical como se o músico fosse um canalha ou pastora de presépio para haver preferência de parte a parte"[636]. Mas apesar de seu esforço em fazer emergir uma memória das músicas nos aspectos que considerava harmoniosos e educados, em uma das páginas finais é assim que ele descreve o desfile de certa banda civil:

> Os seus dobrados eram enfeitados de solos de bombo fora do compasso e ao mesmo tempo de pancada nos pratos que por tudo isso fazia crescer o entusiasmo e até mesmo a coragem dos capoeiras que ladeava a Pedro Afonso. Sociedade composta de homens dispostos, capazes de enfrentar a certos e determinados perigos[637].

Única a aparecer em duas das seis ocorrências de capoeiras em bandas civis apresentadas no quadro 5, a Sociedade Musical Pedro Afonso teve sede na rua do

---

DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

635 RODRIGUES, Francisco de Assis. Antigas bandas de música do Recife. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XXXVII, 1942, p.41-54.

636 Idem, p.47.

637 Idem, p.51.

mesmo nome[638], contígua ao mercado de São José, onde havia uma concentração importante de alguns homens que foram de alguma forma associados à capoeira pelas fontes, como se verá adiante nas considerações sobre as trajetórias de Januário Dória e outros. Assim, se não há indicações de que os acusados de capoeira em frente às bandas compartilhavam o pertencimento a um grupo que mantinha relações com os integrantes destas agremiações para além daquele contexto, não se pode ignorar os indícios de que essas relações existiam entre algumas dessas pessoas, talvez em função dos locais de moradia e mesmo dos partidarismos, dois aspectos que remetem novamente às bandas militares.

Mas antes de abordá-los, é importante ressaltar um outro aspecto, que dificulta as generalizações em torno das possíveis ligações entre pessoas acusadas de capoeira e as bandas com base nas ocorrências em que aquelas aparecem acompanhando os desfiles destas. Ele consiste na ausência de estudos que forneçam detalhes sobre o tipo de relação estabelecida entre as bandas e os promotores dos eventos para os quais elas eram cedidas ou contratadas.

Embora em alguns casos isso pareça exigir poucas explicações, como a banda de determinado batalhão acompanhando ele próprio a caminho de um exercício, outras vezes a ligação parece indefinida, de maneira que não se sabe ao certo se quem aparece como capoeira estava ali por querer acompanhar aquela banda em particular ou por estar associado ao evento do qual ela tomou parte. Por exemplo, no primeiro dia de maio de 1907 teriam sido vistos diversos capoeiras praticarem violências "entusiasmados pelos dobrados da apreciada banda do 40º batalhão"[639].

Levando em conta a frequência com que apareciam denúncias de capoeiras em frente à banda do 40º, essa seria uma informação facilmente integrável no conjunto de dados que indicariam as ligações entre "os capoeiras", pois era como os definia o jornal, e a banda do exército. Esta, no entanto, participava na ocasião da passeata operária que regressava à "sede da Sociedade dos Estivadores, na Rua do Vigário", de onde aparentemente havia partido.

Por um instante então não se poderia, ao invés de assimilar a classificação estampada no título da notícia (algo conveniente para uma dissertação sobre a capoeira), enquadrando aquelas pessoas em um modelo de relação entre os capoeiras e as forças

[638] RODRIGUES, Francisco de Assis. Op. cit., p.51. Depois a sede mudou para a Rua da Penha, perto dali. Cf. A Província, 26/02/1905, p.1, c.5.
[639] *Os capoeiras.* Jornal Pequeno, 02/05/1907.

armadas, cogitar a possibilidade de eles se definirem como "os operários" ou "os estivadores"[640]? Não se trata de escolher entre uma classificação ou outra, mas de reconhecer que as práticas daquelas pessoas, suas expectativas e normas de conduta podem ter sido elaboradas e negociadas através de laços identitários conformados em função de outras práticas que não aquela que está no centro deste trabalho. E isso sem dúvida cria o grande embaraço de transformar o espaço por excelência de explicação dos significados compartilhados por "capoeiras", o desfile de bandas de música, em tema cuja análise foge em parte ao alcance de quem pesquisa a capoeira.

Dos quarenta casos aos quais se refere o quadro 5, em quatro não foi possível sondar a natureza do evento no qual a banda havia tomado parte (isso se não havia realizado apenas uma passeata por diversas ruas e voltado à sede ou quartel). Nos outros trinta e seis, há só uma referência às bandas terem retornado de uma retreta, em uma ocasião que reuniu quatro bandas militares[641]. Assim, mesmo a realização delas e os conflitos de capoeiras em bandas serem referências constantes na documentação, as duas situações quase não se encontraram na amostragem.

Creio que o trabalho de Raimundo Arrais é o único a fornecer uma análise a respeito do papel das retretas que pode contribuir para interpretar esse desencontro. Com base nele, se poderiam sugerir duas explicações. A primeira, relacionada ao fato de parte dos casos aos quais se refere o quadro 5 terem ocorrido no período em que as retretas estavam proibidas; a segunda remeteria ao nível social elevado do público para o qual elas passaram a ser executadas a partir de 1908[642]. A primeira me parece satisfatória, mas só parcialmente, pois, como foi apontado acima, houve retretas depois de 1903 e antes de 1908[643]. Outra objeção é o fato de cerca de vinte casos apontados na amostragem terem ocorrido antes de 1903 e ainda assim nenhum deles esteve relacionado a retretas.

---

[640] Afinal, Ascenso Ferreira disse que Nascimento Grande em algum momento de sua vida "exercia a profissão de chefe dos estivadores". Op. cit., p.3. Mas essa minha menção é apenas provocativa, pois nunca vi qualquer fonte do período que relacionasse Nascimento Grande, por um lado, ao tipo do capoeira de frente da música e, por outro, à profissão de estivador. Além disso, não havia nenhuma referência à estiva entre as profissões declaradas dos presos nos cercos de 1900 e 1908 ou nas várias outras ocorrências encontradas por mim.

[641] *Arruaças.* Jornal do Recife, 03/08/1901. Há também um caso de quando a banda de música do corpo de polícia voltava do "recolher" em 17/01/1889. *Ferimento.* Diário de Pernambuco, 18/01/1889.

[642] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., 1998, p.19-22; p.85.

[643] Ver, acima, nota 628.

Esse último ponto põe em questão também a segunda explicação possível, já que antes de 1903 pessoas de todos os níveis sociais frequentariam as retretas[644]. Entretanto, essa segunda explicação tem como base uma noção que deve ser analisada.

Dos quarenta casos por mim coligidos, em dezenove há uma indicação explícita de que os conflitos com os "capoeiras" foram observados no regresso do evento ao qual a banda havia se dirigido. Embora o fato de serem relatados no regresso não signifique que eles só eram vistos nesses momentos, alguns memorialistas e ao menos um romancista do período compartilhavam a percepção de que era nos trajetos que os capoeiras criavam conflitos nas bandas[645]. Isso pode parecer um fundamento à noção, expressa por Raimundo Arrais em seu livro, de que apesar do compartilhamento de algumas práticas entre pessoas de níveis sociais distintos – como o apreço pelas bandas –, estavam sendo estabelecidas fronteiras culturais entre "elite" e "populares" perceptíveis nas demarcações dos espaços destinados a cada grupo na cidade.

A insuficiência dessa distinção, sobretudo quando se atribui a cada um dos dois grupos dois conjuntos específicos de práticas culturais, em interpretações acerca dos conflitos sociais no Recife daquele período exigiria análises que não poderei realizar nesta dissertação[646]. No que se refere particularmente às denúncias de capoeiras em desfiles de músicas, entretanto, o quadro 6 sugere que não era rara a presença de grupos inteiros de pessoas assim classificadas em bairros frequentados por setores da população que usufruíam de distinção social.

QUADRO 6

Denúncias de conflitos envolvendo capoeiras em desfiles de bandas 1887-1909
Amostragem por Bairro

	Bairro do Recife	Boa Vista	Santo Amaro	Santo Antônio	São José	Não identif.	Total
Nº	5	3	2	15	10	5	40
%	12,5	7,5	5	37,5	25	12,5	100

[644] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., 1998, p.19-22.

[645] Artúnio Vieira dizia que "o recolher da música é o momento tenebroso em que se debatem exasperadamente os partidários. Não é muito raro haver mortes, ou ferimentos nestas ocasiões". *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 7. Gazeta da Tarde, 02/07/1891. Nesse caso, "recolher" significava o regresso mesmo e não retreta, pois o autor se referia a um momento em que a banda voltava de um desembarque. Fernando Pio ilustrou a sua narrativa sobre os capoeiras com um regresso de procissão: "A música do 4º batalhão de artilharia, instrumentos arriados, voltava, silenciosa, num passo cadenciado, rumo ao quartel". Op. cit., p.35. Já Lucilo Varejão destaca a ida e a volta à sede entre as "coisas mais típicas da época, nessa matéria de bandas de música". Op. cit., p.1. Em oito dos casos a ação de capoeiras foi apontada no percurso de ida, ou seja, menos da metade que nos regressos.

[646] Esbocei essa questão em um artigo recente, já citado acima, intitulado As fronteiras entre popular e elite em torno da "Pobreza em Mocambos" (no prelo). In: BORGES, Raquel, et. al. (Org.). *Fronteiras Culturais no Recife Republicano*. Recife: Bagaço, 2013.

Certamente definir os espaços frequentados por pessoas de posição social elevada em termos de bairros é algo bastante vago. É preciso ser mais específico e explicar, por exemplo, que os casos apontados em Santo Antônio ocorreram em algumas das ruas principais, inclusive as que talvez fossem consideradas as mais destacadas da cidade, a Rua do Imperador ou 15 de novembro e a Rua Nova ou Barão da Vitória, responsáveis por sete dos quinze casos.

Em contrapartida, mesmo as bandas transitando por diversas áreas da cidade, passando por arrabaldes e cidades vizinhas[647], bairros considerados de má reputação em sentido amplo, como Afogados, ou por ser domínio de homens tidos por "brabos", como a Encruzilhada, nem sequer apareceram na lista. Ademais, essas afirmações partem da concepção, bastante duvidosa, de que a prática da capoeira em frente às bandas era uma atividade reservada às pessoas pobres.

Embora Raimundo Arrais não tenha problematizado essa questão, ele próprio deu destaque a uma notícia do *Jornal Pequeno* de 14 de maio de 1900 a respeito de conflitos em frente às bandas, na qual se afirma que os capoeiras não eram apenas "gente descalça". "Pelo contrário: em sua maioria eram indivíduos mais ou menos vestidos e engravatados. Pelo fato que aí fica vê-se que muito longe de ser extinta está a capoeiragem em nossa terra"[648].

Em cada documento no qual as autoridades da polícia e a imprensa homogeneizaram sob o título de capoeiras os sujeitos vistos em frente aos desfiles de bandas de música, escapam vestígios de papéis sociais e laços de solidariedade diversos e amplos que mereceriam análises específicas, relativas aos contextos nos quais aparecem, como as "mulheres capoeiras":

> Acompanhavam ontem à tardinha o 27º batalhão de infantaria que voltava de Beberibe, as mulheres Olindina Olivia da Conceição, Maria Luiza de Abreu, vulgo "Trepa no Caixão" e Ana Maria da Conceição, vulgo "Ana Coroada", que armadas de cacete, vinham ocupando lugar saliente entre os camaradas. O subdelegado do Pombal prendeu-as, a primeira no lugar Curuja e as duas últimas no Pororó, recolhendo-as à Casa de Detenção. Não faltava mais nada. Homens capoeiras temos visto, porém, mulheres...[649]

[647] Por exemplo: A Província, 23/09/1902, p.1, c.5 (banda Mathias Lima voltando de um passeio em Jaboatão).
[648] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., 1998, p.90. Aqui me refiro só a quem foi denunciado como capoeira de frente às bandas, pois se fosse para considerar todas as pessoas que em algum momento foram mencionadas como praticantes de exercícios de capoeiragem, de autoridades policiais a negociantes, a questão se tornaria ainda muito mais complexa.
[649] *Mulheres capoeiras.* Correio do Recife, 16/02/1908.

O apelido de Maria Luiza evoca um aspecto ressaltado por Oscar Mello em mulheres conhecidas no meio policial daquele período por serem bastante disputadas pelos seus amantes, de maneira que frequentemente um deles era assassinado. Esse seria o caso de Laura Passos, chamada de Laura Cemitério, cujas relações envolviam "os coronéis e os jovens da nossa alta sociedade"[650]. Ao mesmo tempo, o apelido de Ana Maria pode ser, ainda que de maneira tênue, associado a uma cerimônia de coroação de rainhas de maracatu, o que hipoteticamente a situaria em uma dinâmica de relações das quais talvez não fizessem parte muitos dos homens presos em frente às bandas, mas que eram familiares a Adama, fundador de um maracatu e conhecido pela habilidade nos "trucs" ou "jogo" da capoeira, mas aparentemente dissociado do universo das bandas[651].

Assim, a imagem do capoeira moleque definido por Artúnio Vieira, ligado à vida militar, partidário das bandas do exército e dono de um boné do 9º batalhão de infantaria por vezes parece distante, pois está longe de ser suficiente para representar, mesmo para fins de análise, o conjunto complexo de experiências em torno da capoeira em frente às bandas (para não mencionar fora delas). No entanto, o fato de não dar conta da complexidade não significa que não fazia parte dela. Como se verá a seguir, daí também emerge uma série de questões – talvez as mais salientes na documentação – a serem exploradas.

Para aquele romancista, a capoeiragem é indissociável do partidarismo das bandas militares, fruto da afeição provocada por suas performances, das quais os capoeiras seriam ao mesmo tempo expectadores e realizadores. Em *Sua Magestade, O vício,* o personagem Guilherme se entregava ao furor dos desfiles com outros moleques em virtude do arrebatamento provocado pelos dobrados em seus espíritos, cujas expressões criativas eram constantemente tolhidas em outros contextos. Em contraposição à insistência com que eram ignorados por diversos setores da sociedade, no momento dos desfiles eles extrapolariam os limites de sua condição:

---

[650] MELO, Oscar. Op. cit., 1937, p.69. Entre os jovens de famílias distintas que eram amantes de Laura Passos e tiveram problemas estava Machadinho (citado entre os "valentes" por Oscar Mello), com quem ela ao menos uma vez se encontrou na casa de dança dirigida por Nascimento Grande, situada na distinta Rua 15 de Novembro ou Rua do Imperador. Digo isso com base na reportagem sobre um caso no qual Machadinho ficou gravemente ferido: *Tentativa de Assassinato – Na Rua Nova – Tiro e Ferimento Grave – Fuga do Criminoso.* Jornal Pequeno, 13/04/1903. Talvez João de Albuquerque Maranhão tivesse em mente essa casa quando em relato a Gilberto Freyre para o livro Ordem e Progresso afirmou que dançou muito maxixe "rebolando nas salas como os capoeiras do Recife, que usavam calça balão e gaforinha. Esses bailes eram presididos por Nascimento Grande, o capoeira-chefe". Op. cit., 2004, p.112.

[651] MELLO, Oscar. Op. cit., 1937, p.49-52. Sobre ele ser hábil na capoeira como "jogo", tratarei no próximo capítulo.

> A música marcial exalta; a música, só por si, é como que um estimulante de espírito; calcula-se o que pode produzir em ânimos já de si exaltados! Condenamos a capoeiragem, mas damos razão ao capoeira. Em frente à música, o capoeira salta, grita, briga, fere, mata, é morto, mas não o faz por si; é a música que o arrasta a estes paroxismos, é a música que os arrebata! Na frente da música o fraco torna-se herói! Não é, pois, de admirar que na frente da música o capoeira fique como possesso, possua-se de *um furor de furar*, na chistosa, elegante e autorizadíssima frase de um mestre![652]

A imagem do capoeira "a saltar e a gritar como um doido"[653] sob o efeito da música parecia difundida entre as pessoas que acompanhavam a rotina das bandas quando escrevia Artúnio Vieira, como sugere o dobrado intitulado *Vagabundo*, considerado "um verdadeiro *anzol* para os capoeiras"[654]. Composto por Francisco de Paula Neves de Seixas, ele vinha sendo ensaiado pela banda do 14º batalhão no início de 1890.

Décadas mais tarde, será esse o tom de Lucilo Varejão ao dizer que era justo o entusiasmo da "molecada sadia e inconsequente" que precedia as bandas, "pois os dobrados sob que elas marchavam eram de matar"[655]. Esse autor relaciona os conflitos entre a "negrada facciosa" nos desfiles e as rivalidades existentes entre as próprias agremiações, tanto entre as da polícia e do exército, quanto as civis[656]. Nesse sentido, é pelo apreço maior ao ritmo frenético da marcha de uma ou outra dessas bandas, conjugado às rivalidades existentes entre elas, que alguns autores explicaram a aglutinação de seus apreciadores em torno de partidos e a origem dos dois mais destacados:

> Esses partidos dos capoeiras, são do *Quarto* e *Espanha*, que se originam das rivalidades entre duas excelentes bandas de música que, pelo ano de 1856, existiam entre nós; uma, a do 4º batalhão de artilharia, e outra, de um corpo da guarda nacional, mestrada por um espanhol de nome Pedro Garrido, de cuja nacionalidade vem a denominação dos seus partidários[657].

Embora afirme que o dobrado *Banha Cheirosa*, que levaria ao delírio os partidários do Quarto, nunca mais tinha sido executado depois que o 4º batalhão de artilharia partiu para a campanha do Paraguai em 1865, Pereira da Costa usou o tempo verbal no presente quando mencionou os dois partidos, e não considerou a existência deles indissociável da rivalidade entre aquelas duas bandas. Com efeito, referindo-se

---

[652] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 6. Gazeta da Tarde, 01/07/1891. Creio que ele se refere a um mestre da literatura, o qual teria utilizado a expressão "furor de furar".
[653] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 7. Gazeta da Tarde, 02/07/1891.
[654] *Vagabundo*. Gazeta da Tarde, 07/05/1890.
[655] VAREJÃO, Lucilo. Op. cit., p.1.
[656] Idem, p.2.
[657] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., 1908, p.240.

aos anos 1870, Artúnio Vieira explicou que "a Espanha preferia, neste tempo, a música do 9º; o Quarto, preferia a banda do 2º de infantaria", ou seja, em pouco tempo os vínculos haveriam mudado e das antigas bandas só restariam os nomes dos partidos[658].

Ultrapassando um contexto de rivalidade específico, o Quarto e o Espanha parecem ter definido solidariedades ao longo da segunda metade do século XIX, exprimindo a aproximação e os conflitos entre membros das forças armadas de diversas patentes e trabalhadores pobres, fossem eles livres, libertos ou escravizados. Ao menos é o que leva a crer os desdobramentos de um assassinato ocorrido em agosto de 1887, quando o segundo batalhão de infantaria regressava da missa na igreja de Santa Cruz acompanhado de "um grupo numeroso de capoeiras"[659].

A respeito do caso, algumas testemunhas forneceram relatos que se complementam no sentido de uma narrativa segundo a qual um homem conhecido como Pedro do Vigário, "armado de um ferro fino e comprido", investira contra o "mulatinho" Albino, escravo de Ventura Pereira Penna, quando o batalhão entrou no largo das cinco pontas. Nesse momento, ouviu-se "que Pedro do Vigário tinha ferido um moleque" e foi visto "um crioulinho abaixar-se, apanhar uma pedra e jogá-la com pouca força e logo depois cair, sendo que nessa ocasião foi voz geral que o dito mulatinho acabava de ser ferido com uma estocada" que Pedro Vigário lhe dera pelas costas. Diante disso, "gritavam os capoeiras 'corre que você matou'", então o denunciado correu e foi perseguido.

Mas um dos testemunhos destoa dos demais. Para Erasmo Marinho, 1º cadete furriel daquele mesmo batalhão, o verdadeiro assassino de Albino não foi Pedro do Vigário e sim alguém cujo nome não sabia, mas que conhecia de vista "porque tinha tido com ele uma questão no carnaval"[660]. Quando essa afirmação foi registrada, porém, Erasmo já se encontrava para lá de comprometido. Em depoimentos à polícia, um sargento e um soldado da Guarda Cívica declararam ter ouvido Erasmo dizer que viu Pedro cometer o crime, mas ia prestar juramento em favor do acusado porque eles eram partidários da "música quartista"[661].

---

[658] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 7. Gazeta da Tarde, 02/07/1891.
[659] *Habeas Corpus.* Erasmo Marinho Correia César. 1888. Memorial da Justiça de Pernambuco. Crime – Comarca do Recife, p.12. Na época em que o consultei, o processo não se encontrava guardado em nenhuma caixa. Agradeço mais uma vez a Maria Emília pela indicação dele ainda nos meus primeiros dias de pesquisa, em 2007.
[660] *Habeas Corpus.* Erasmo Marinho Correia César... Cópia do depoimento de Erasmo Marinho César, p.16-17.
[661] Idem, p.9.

Em vista disso e da singularidade da sua versão para o crime, ao ser apresentado como testemunha de defesa do réu no Tribunal do Júri ele foi submetido a uma arguição de perjúrio pelo promotor público e preso em flagrante por ordem do juiz presidente do tribunal. Inclusive o documento que serve de base para estas considerações sobre o caso não é o processo contra Pedro do Vigário, mas o pedido de *habeas corpus* impetrado por Erasmo Marinho, no qual constam cópias do inquérito relativo ao assassinato de Albino.

Ao analisar o pedido, o juiz do terceiro distrito criminal demonstrou perplexidade diante do fato de um aspirante a oficial do exército ter chegado a tal ponto para proteger um correligionário do Quarto: "jurar em sentido contrário porque sendo ele do seu partido de música quartista (um cadete capoeira de frente de música!) não o havia de comprometer e sim procurar salvá-lo!"[662] Mas se a acusação contra Erasmo fornece um eloquente indício da estreiteza das relações que podiam ser estabelecidas em torno dos partidos em um ambiente de intensa rivalidade entre corporações, o mesmo pode ser dito da refutação dela. O cadete ter adaptado o seu depoimento a fim de favorecer a um correligionário é tão possível quanto terem outras testemunhas feito o mesmo para prejudicar antigos desafetos.

O fato de os membros da Guarda Cívica terem pretendido incriminar a um só tempo Erasmo e Pedro sugere que aos olhos deles os dois eram vistos como parte de um mesmo grupo, do qual queriam desforrar-se. De acordo com um oficial do 2º batalhão, pouco antes dos conflitos de agosto de 1887, Pedro do Vigário ferira a um membro da Guarda Cívica com uma navalha. Embora as circunstâncias dessa ocorrência não sejam detalhadas, uma declaração do próprio advogado de Erasmo o vincula senão diretamente a Pedro, ao menos a um conjunto maior de pessoas do qual este fazia parte e que foi entendido, afinal, como o grupo de capoeiras partidários do Quarto. Isso porque, de acordo com ele, o sargento e a praça da Guarda Cívica que acusaram Erasmo eram seus desafetos "a propósito de conflitos anteriores entre praças daquela guarda e companheiros do paciente"[663]. Com isso, de certa forma o próprio advogado reconheceu o alferes como partidário do Quarto.

Mas o cadete capoeira que "quando estava de folga não deixava de acompanhar música", ao emergir dos relatos sobre essa ocorrência, não representa necessariamente

[662] *Habeas Corpus.* Erasmo Marinho Correia César... Cópia do depoimento de Erasmo Marinho César, p.9. A observação entre parênteses indica que para o juiz, assim como para cronistas posteriores, os partidos das músicas era algo próprio de capoeiras.
[663] *Habeas Corpus.* Erasmo Marinho Correia César... p.2.

uma identificação entre os partidários do Quarto e o exército contra a Guarda Cívica[664]. A associação um tanto genérica dos "populares" ao "exército" federal contra a "polícia" das oligarquias estaduais da Primeira República em outros momentos pareceu convidativa por integrar grandes parcelas da população às tensões políticas mais amplas[665]. No entanto, ela resume as incompatibilidades entre as corporações àquele contexto político, não explicando as disputas entre polícia e exército anteriores ao início da República, e não dando conta da existência de conflitos pessoais ou de pequenos grupos que não se confundiam com aquelas tensões[666].

Nesse sentido, é significativa a aparente desconfiança em relação ao testemunho de Manoel Alexandrino, as quais o promotor procurou desfazer ou apurar ao questionar se ele era desafeto de Pedro do Vigário, ao qual acusava mesmo sendo também furriel do 2º batalhão. Pelas respostas de Manoel, o promotor parece ter sugerido que no passado um teria sequestrado a mulher do outro ou influenciado em sua perda de emprego quando eram companheiros de trabalho em uma oficina de sapatos[667].

A testemunha admitiu que no passado trabalhara com Pedro na oficina, mas nega a existência de qualquer diferença entre os dois. Tendo ou não utilizado a condição de testemunha para resolver intrigas de outrora, Manoel Alexandrino, mesmo pertencendo ao exército e ao mesmo batalhão que Erasmo, não pareceu preocupado em proteger Pedro do Vigário por ser partidário do Quarto, muito pelo contrário. Mesmo porque as passagens dos autos nas quais o cadete é acusado de ser integrante do partido de capoeiras o põem como tal nos momentos de folga e não através de uma aliança existente entre o Quarto e o 2º batalhão. Desse modo, com base no processo seria difícil

---

[664] O trecho entre aspas teria sido o que disse o sargento da Guarda Cívica Antônio Martiniano da Silva em seu depoimento. *Habeas Corpus.* Erasmo Marinho Correia César... Cópia do depoimento das testemunhas, p.5-6. Isso foi reiterado com indignação pelo juiz do terceiro distrito, como se percebe no verso da quarta página de sua argumentação.

[665] Essa perspectiva é apresentada em ARRAIS, op. cit., 1998, p.143-146; Baseando-se nele, Clarissa Maia faz afirmações semelhantes. Op. cit., p.139-145.

[666] Antes de refletirem tensões políticas amplas, essas disputas podiam ter motivações mais circunscritas a grupos restritos, como as rivalidades dos próprios partidos. No caso, já citado, de março de 1881, a autoridade policial afirmou que a guarda de honra do batalhão do exército protegeu o capoeira contra a polícia: "Ao chegar à rua do Pires, um dos capoeiras puxa de um compasso para ferir a outro, o sendo presenciado pela guarda cívica, procurou prender o dito indivíduo o qual correndo para junto da guarda de honra esta imediatamente debandou contra a força pública, resultando sair 5 praças da guarda cívica feridos, os quais mandei vistoriar pelo doutor Souza. É para lamentar que dê-se destes fatos com aqueles que devem ser os primeiros a coadjuvarem a polícia, e não ser contra ela como constantemente se vê nessas ocasiões". *Ofício da Subdelegacia da freguesia da Boa Vista em 28 de março de 1881*. Fundo PC, Vol.173 (1881), APEJE, p.259. Como se verá a título de hipótese no epílogo desta dissertação, tais tensões políticas mais amplas podem antes ter sido catalisadas pela ação de pequenos grupos e do que determinadoras delas.

[667] *Habeas Corpus.* Erasmo Marinho Correia César... Cópia do depoimento das testemunhas, p.9.

fazer suposições a respeito do nível de solidez e integração com algum batalhão do exército por parte daquele partido nos anos finais do século XIX.

As afirmações de Artúnio Vieira três ou quatro anos mais tarde remetem ao mesmo tempo para a permanência e o declínio das duas denominações: "Entre os capoeiras, há dois partidos, hoje fraquíssimos: Espanha e Quarto"[668]. Mas não se deve esquecer que esse "hoje fraquíssimos" pode ter sido escrito na esteira das expectativas, analisadas no capítulo anterior, a respeito da repressão à capoeira no início da República e manifestadas na *Gazeta da Tarde* também através da pena dele próprio enquanto redator.

Assim, em vista das inúmeras referências à capoeiragem em frente a bandas nas décadas seguintes, o otimismo com que ele descreve o contraste entre a liberdade da molecagem nos tempos do Império e a vigilância da cavalaria nos cortejos do início da República deve ser situado no contexto em que foi expresso:

> Hoje, qualquer guarda de honra leva um piquete de cavalaria na vanguarda, na retaguarda e nos flancos por causa da capoeiragem; nesse tempo, porém, não havia isto. Qualquer banda de música que saía levava uma guarda avançada de capoeira, - moleques, como vulgarmente se diz, que amedrontava os transeuntes[669].

Mas minha sugestão não implica que não tivesse sido mantida nas décadas seguintes a impressão de que a cavalaria era um bom remédio contra os capoeiras naquelas ocasiões. Por vezes os conflitos presenciados pelo público eram atribuídos à ausência da cavalaria, ainda que outras pela sua presença, o que se tornava mais uma fonte de atritos entre polícia e exército quando se tratava de uma banda militar[670]. Por isso não surpreende que décadas mais tarde Fernando Pio tenha se aproximado da afirmação de Artúnio Vieira quando mesmo narrando um desfile no qual a cavalaria da polícia não estava presente desde o início, descreveu o momento da chegada dela como de debandada geral da molecada[671].

Embora não haja uma abundância de vestígios nesse sentido, a mesma ressalva ao argumento da cavalaria parece plausível à informação sobre o declínio dos partidos. Aparentemente as expressões ditas em voz alta durante os desfiles eram o aspecto que identificava os partido de capoeiras para o público, mas mesmo quando não há uma

---

[668] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 7. Gazeta da Tarde, 02/07/1891.
[669] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 6. Gazeta da Tarde, 01/07/1891.
[670] Nos dois sentidos, ver: *Os capoeiras em ação – na rua da Concórdia.* Correio do Recife, 09/08/1905 e *Repartição Central da Polícia*. Diário de Pernambuco, 14/09/1900.
[671] PIO, Fernando. Op. cit., p.39-40.

especificação do significado da expressão por quem produziu o registro, ele pode servir de indício da permanência do partido, como em um documento do delegado do primeiro distrito policial do Recife acerca de um incidente durante uma procissão em 13 de maio de 1897:

> Ontem quando regressava da procissão a música da guarda municipal, ao passar na Rua Nova, dois capoeiras dos muitos que vinham jogando Espanha, dispararam tiros de revólver, atingindo um dos tiros a um capoeira, que por sua vez promovia desordens armado de punhal. Os ofensores e ofendidos evadiram-se em seguida[672].

Há a possibilidade de Espanha ter se tornado um sinônimo de capoeira, por isso a expressão "jogando Espanha". Esse pode ter sido o sentido com que foi empregada a expressão nove anos mais tarde na descrição da brincadeira realizada pelo "Sr. Samuel Garcia e Antônio Felismino" em um hotel na Rua das Águas Verdes: "Ambos brincavam de *espanha*, sendo que Garcia estava armado de faca e seu companheiro de revólver. Como fosse brincadeira, a cousa ficou por isso mesmo"[673].

Entretanto, mesmo que possam produzir essa impressão relacionados um ao outro, esses documentos analisados juntamente a uma notícia de 31 outubro de 1907 indicam possíveis continuidades nas práticas dos antigos partidos:

> Capoeiras em ação – O indivíduo de nome Sebastião José Francisco, acompanhado do menor cujo nome não podemos saber, escolheram ontem a Rua Augusta para fazer exercícios de capoeiragem. Estavam assim os dois a dar trejeitos e saltos, aos gritos canalhas de *fora a Espanha* quando apareceu inopinadamente o tenente Araújo, que prendeu a Sebastião, mandando-o logo para a Detenção. Quanto ao menor, evadiu-se[674].

Essa descrição não evoca a capoeira em geral, mas sim o trabalho de manutenção de um tipo de relação específica que, ao menos após a fase de acirradas disputas políticas do final do Império e início da República, voltou a ser o principal elemento de definição do capoeira: a performance no contexto das bandas, compartilhada por menores – neste caso um menor que talvez estivesse aprendendo a como executar o ritual do partido, ou ensinando. Ao se reproduzirem República adentro, essas práticas enfraqueceram a acepção de "capoeira" que nos discursos de alguns grupos políticos entre o fins dos anos 1880 e o início da década seguinte era estendida

---

[672] *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 14 de maio de 1897*. Fundo SSP, Vol.433 (1897-1898), APEJE. Grifo do original. Tratava-se de um comunicado ao questor, como era designada a autoridade máxima da polícia naqueles anos.

[673] Correio do Recife, 17/05/1906, p.2, c.6. O "Sr. Samuel" depois foi a um hotel na Rua das Trincheiras e travou discussão com desconhecido. Estava armado de faca e foi preso pelo major Manoel Batista.

[674] *Capoeiras em ação.* Correio do Recife, 31/10/1907.

às experiências políticas de uma parcela da população mais ampla, classificando-as como algo próprio da corrupção imperial, sobretudo do último gabinete[675].

Haveria muito reducionismo em sustentar que os partidos de capoeiras se mantiveram após 1889 justamente porque seus membros lutaram nas ruas contra a ascensão do Partido Republicano e seu projeto de repressão. Não se pode dizer que as pessoas geralmente identificadas como capoeiras em frente às bandas sempre pertenciam a algum dos partidos, nem que eram todas correligionárias dos liberais de José Mariano ou se sentiram ameaçadas pelo discurso republicano.

Em contrapartida, não há como ignorar as indicações de que a instabilidade política do Recife nos primeiros anos da República – e talvez em 1911, como esboçarei no epílogo – teve significados que ultrapassam a ressonância de tensões vivenciadas na Capital Federal em torno de disputas entre autoridades públicas da alta esfera. Ela pode ter sido igualmente definida em função das expectativas ou, mais precisamente, receios de grupos urbanos desprovidos de prestígio social, mas tradicionalmente capazes de articular-se com políticos provinciais ou estaduais. Daí a atenção conferida nos capítulos anteriores a sutilezas como a imbricação entre "povo" e "capoeiras" na descrição do cortejo cívico em comemoração pela vitória da aliança Lucena-Mariano em agosto de 1890 ou a episódios eloquentes como a manifestação contra a Junta Governativa de 1892, duas situações vivenciadas ao som das bandas de música presentes nos locais[676].

Porém, quaisquer interpretações que se proponham a abranger as aspirações de sujeitos que receberam pouca atenção da historiografia para além do tratamento em bloco facilitado por categorias como "populares" ou "capoeiras" exigem cautela. Os casos a seguir podem ajudar a entender por quê.

3.2 Havia um rio entre a Aldeia do Quatorze e o Pátio do Mercado de São José

Bem como no episódio motivador daquela carta do capitão Antônio Henriques em dezembro 1906, foi na ocasião da realização de exercícios militares em 21 de julho de 1900 que um enfrentamento de grandes proporções deixou indícios sobre a

[675] Conforme analisado no primeiro capítulo.
[676] Sobre a presença de uma banda no ajuntamento em 1892: *Denúncia à Justiça*. Réu: Major Francisco de Paula Mafra. Recife. Segundo Cartório do Crime, 19 de maio de 1892. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP). P.20.

capoeiragem no universo dos batalhões do exército e sobre possíveis relações entre soldados e pessoas que acompanhavam o desfile. Além disso, resultou em um relato vazado pelas tensões entre exército e polícia expressos nesses eventos e pelas instabilidades nos significados de ser capoeira de frente das bandas, em relação a outros papéis sociais desempenhados por aqueles sujeitos.

O enfrentamento não se deu na Campina do Bodé, mas sim na operação de rendição do 34º batalhão de infantaria, que se encontrava acampado na linha do tiro, em Beberibe, pelo 40º batalhão. Baseado no ofício do subdelegado do primeiro distrito do bairro da Boa Vista, o delegado do segundo distrito da capital afirmou sobre o caso:

> Foi uma cena de verdadeiro canibalismo que teve como protagonistas (assim faz notar em seu ofício ainda a mesma autoridade) parentes dos soldados dos referidos batalhões. A malta de capoeiras ao atravessar a Rua do Conselheiro Rosa e Silva desfechou tiros de pistolas e diversas cacetadas em pessoas do povo, acrescendo que naquele momento os gatunos que vinham na malta, aproveitando a confusão, fizeram diversos roubos em casa comerciais da mencionada rua[677].

A malta de capoeiras era composta por parentes dos soldados? Com efeito, não era tão incomum eles figurarem assim nos relatos e não como "as pessoas do povo" que foram vítimas das cacetadas. Embora tenham sido observados distúrbios tanto na volta do 34º àquela tarde quanto na ida do 40º pela manhã, era principalmente em relação a este que a capoeira fazia parte de laços familiares que dificultavam, por parte da imprensa e das autoridades, a interpretação dos casos através de delimitações esquemáticas entre povo, soldados e capoeiras.

Novos distúrbios menos de dois meses mais tarde, quando o 40º retornava do tiro de Beberibe após ser rendido pelo 14º batalhão, levaram as autoridades a prestarem esclarecimentos sobre a identidade social das pessoas que repreenderam no desfile, como faria o capitão Antônio Henriques em 1906. Talvez elas não o tivessem feito se o *Jornal do Recife* não tivesse publicado uma notícia segundo a qual praças do esquadrão de cavalaria que acompanhava o 40º batalhão de infantaria em seu regresso agrediram a mulheres e crianças.

Diante disso, na coluna Repartição Central da Polícia no *Diário de Pernambuco* foram publicados ofícios afirmando que os soldados da cavalaria "procederam durante o trajeto de Beberibe ao quartel, com a máxima correção e não espancaram a populares,

---

[677] *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 23 de julho de 1900*. Fundo SSP, Vol.479 (1900), APEJE. A expressão entre parênteses não é minha, mas do próprio delegado se referindo ao fato de em seu ofício o subdelegado ter destacado o papel dos parentes dos soldados no incidente. Conselheiro Rosa e Silva era o nome, que não vingou, da Rua da Imperatriz.

limitando-se apenas a dispersar os desordeiros"[678]. Essa versão foi endossada pelo próprio comando do 40º batalhão, para o qual, conforme a coluna, "apenas foram dispersados os capoeiras e desordeiros".

Mas não se deve esperar muito das concordâncias entre a polícia e o exército, mesmo no âmbito das principais autoridades. Nos confrontos ocorridos na ida do 40º batalhão em julho, o delegado do segundo distrito insinuou que a malta de capoeiras agiu daquela forma porque o atual comandante do 2º distrito militar, ao contrário do anterior, era negligente em manter "a ordem e a disciplina entre os seus subordinados e o respeito no seio da família Pernambucana"[679]. Com isso, a polícia teria precisado enfrentar os capoeiras sozinha[680].

Assim como o *Jornal do Recife* na volta do 40º batalhão em setembro, *A Província* apresentou sobre sua ida em julho uma informação discordante das da polícia. De acordo com a folha, na ocasião ninguém havia sido detido, enquanto o delegado e o *Diário de Pernambuco* afirmaram que o subdelegado "conseguiu prender Januário Dória de Menezes, cabeça da malta de desordeiros", "e a seus comparsas Arthur Batista da Silva, conhecido por 'Jararaca' e Antônio Francisco do Nascimento, vulgo 'Preiá'"[681].

Essa pequena informação, ignorada por um dos jornais, representa uma grande oportunidade de problematizar interpretações que poderiam parecer óbvias para as experiências de um chefe de malta de capoeiras e um de seus "comparsas". Com isso se perceberá que quando analisadas de perto as trajetórias de pessoas que foram presas como capoeiras em frente às músicas podem não ter estado vinculadas a nenhum partido, seja político, seja das bandas, e nem mesmo se cruzarem umas com as outras em outros ambientes que não os desfiles, fora dos quais a prática da capoeiragem não parecia definir qualquer pertencimento, nem mesmo presumido por quem as registrou como criminosas.

---

[678] *Repartição Central da Polícia.* Diário de Pernambuco, 14/09/1900.
[679] *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 23 de julho de 1900*. Fundo SSP, Vol.479 (1900), APEJE.
[680] Mas naquela gestão policial também eram feitas denúncias relacionando capoeira e polícia, como quando teria havido conflitos na perseguição a capoeiras por atirarem pedras no bonde que conduzia a banda do 14º batalhão do exército: "A culpa desse conflito, dizem-nos, cabe ao subdelegado do 2º distrito da Boa Vista, que não tem força moral para com os desordeiros de sua circunscrição, e com os quais convive, tendo alguns até, ao seu serviço, como capangas". Jornal Pequeno, 15/01/1904, p.1, c.3.
[681] *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 23 de julho de 1900*. Fundo SSP, Vol.479 (1900), APEJE. O Diário de Pernambuco (26/07/1900) se baseou no próprio comunicado do delegado do 2º distrito, embora ainda assim tenha noticiado o caso como se os 40º e 34º batalhões estivessem juntos no local.

Arthur Jararaca é um dos poucos homens que, situados por mais de um cronista entre os brabos e valentões do Recife, foi associado por outras fontes à capoeira em frente às bandas[682]. Apesar de ter sido preso em 1900 no desfile do 40º, o destino de Jararaca seria decidido em um ambiente marcado pela presença do 14º batalhão de infantaria, igualmente conhecido pelos profundos laços estabelecidos com a rotina da cidade, especialmente próximo à Aldeia do Quatorze, no bairro da Boa Vista[683].

Foi aí que em 05 de janeiro de 1905, já tarde da noite, o subdelegado do primeiro distrito dessa localidade Augusto Jungmann soube de um crime há pouco ocorrido em uma quitanda da Rua do Príncipe, cuja "vítima era o crioulo Arthur Jararaca e o ofensor Mário Armando de Araújo, auxiliado na luta por Olívio Soares da Rocha, conhecido por Deca"[684]. A autoridade recebeu essa informação após ter sido chamada para averiguar a existência de um homem gravemente ferido no quadro Valério, no Pombal[685].

Tratava-se da residência de Arthur Jararaca, que foi encontrado deitado no chão, com uma facada na parte superior direita do abdômen. Augusto Jungmann então "ministrou uma solução de jucá ao ferido, que ainda falava com bastante segurança e confirmou o que se tinha conseguido saber na quitanda". De acordo com o seu relato, ele estava armado com uma volta e Mário com uma faca, através da qual foi ferido por

---

[682] Em OZANAM, Israel. Op. cit., 2010 comento o fato de Arthur Jararaca ser designado como brabo, valente ou capoeira a depender da fonte. No que tange a outros homens mencionados pelos memorialistas, as relações que as fontes me permitiram estabelecer com as bandas em geral são bastante tênues, como quando Corre-Hoje teria dirigido injúrias a um músico do 40º batalhão ou quando outro músico teria sido ferido pelo "célebre desordeiro" Eleutério. Correio do Recife, 17/05/1906, p.2, c.6; *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 25 de fevereiro de 1898*. Fundo SSP, Vol.478 (1898-1899), APEJE.

[683] Anos mais tarde, um contemporâneo publicaria que a Aldeia do Quatorze era um "amontoado de casebres de madeira, cobertos de latas velhas" comparável às favelas dos morros cariocas, localizada em um dos distritos da Boa Vista. Ela receberia aquele nome por ficar relativamente perto do quartel do 14º e por ser habitada por soldados e seus parentes. WANDERLEY, Eustórgio. Op. cit., 1953, p.65-66. Infelizmente isso exigiria muitas páginas, mas seria pertinente para a explicação desse aspecto a análise do cerco policial que levou presas oitenta e nove pessoas residentes na Aldeia do Quatorze dois meses após aquele desfile do 40º no qual teriam agido capoeiras e gatunos ou parentes dos soldados. *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 12 de setembro de 1900*. Fundo SSP, Vol.479 (1900), APEJE. No ofício constam os nomes de todos os presos. Ao iniciar sua coluna a respeito do caso, *A Província* afirma: "Aquele núcleo de casebres de má aparência, situado no Pombal, é perigosíssimo, e serve há muito de refúgio a gente da pior espécie. Não é, pois, de admirar que as vistas da polícia se voltassem para aquele ponto, no momento em que mais do que nunca se desenvolve no Recife os casos de furto e quando a capoeiragem campeia desassombradamente". No entanto, apesar desse início, no decorrer das linhas o leitor percebe que o propósito da redação era pedir cautela à polícia e de certa forma se opor à perseguição aos habitantes da Aldeia do Quatorze. A Província, 13/09/1900, p.1, c.3.

[684] *Os últimos crimes.* A Província, 08/01/1905.

[685] No *Vocabulário Pernambucano*, Pereira da Costa define "quadro" como "o mesmo que cortiço". Op. cit., p.613.

ter ficado tonto e caído após receber de Deca uma forte pancada de tamborete pelas costas.

Arthur mencionou uma desavença anterior com Mário, possivelmente se referindo a uma luta travada no ano anterior ali perto, na Rua da Soledade, da qual saíra ferido[686]. O subdelegado ordenou então um cerco às casas de Mário e de Deca, mas não pôde comandá-lo por muito tempo porque precisou ir ao segundo distrito da Boa Vista em auxílio ao capitão Manoel Teotônio Costa nas diligências policiais acerca da morte de Manoel Rouxinho, que teve seu nome posto logo após o de Arthur Jararaca na lista de valentes do Recife mais tarde publicada por Oscar Mello e foi assassinado na mesma noite em um samba[687].

A longa reportagem que orientou a descrição acima é bastante minuciosa, contendo detalhes e inferências que remetem ao acompanhamento das investigações de perto: "sobre uma cadeira [na sala de visita da casa de Mário] via-se uma vasilha com água e sal e chumaços de panos, indicando que ali alguém havia feito curativos de ferimentos e confirmando as suspeitas de que Mário também houvesse sofrido ferimentos na luta travada com Jararaca". Em nenhum trecho, porém, ela faz qualquer menção à prática da capoeiragem ou à identidade de capoeira tão manifestada no relato do desfile da banda do 40º em julho de 1900, no qual Jararaca fora preso.

Conforme o seu redator, a reportagem foi baseada em informações sobre os acontecimentos colhidas por um "companheiro" do jornal "na mesma noite e nos próprios locais em que eles se desenrolaram"[688]. Essa forma de compor o relato difere daquela na qual um informante levava à redação, pessoalmente ou por carta, a sua versão e de outra, bastante comum, fundamentada nas investigações da polícia[689]. Ou seja, os redatores do jornal não dependeram da leitura de ofícios e relatórios policiais,

---

[686] *Jararaca.* Jornal Pequeno, 03/05/1904, p.1, c.6.

[687] MELO, Oscar. Op. cit., p.29. O subdelegado até poderia estar precisando de ajuda para realizar as diligências sobre o conflito entre os policiais e as pessoas que se encontravam no samba, cujo resultado foi a morte de Manoel Rouxinho. Porém, no longo processo sobre esse incidente, há uma informação de que na ocasião ele estaria em um pastoril na Linha de Limoeiro e não com os seus subordinados, chegando só depois ao local do samba, onde teria sido recebido pelos companheiros de Manoel Rouxinho aos gritos de "mata esta polícia safada". *Denúncia à Justiça*. Réus: José Dionísio Correia e outros. Recife, 22 de março de 1905. (IAHGP). P.25 (a capa do processo está parcialmente destruída).

[688] *Os últimos crimes.* A Província, 08/01/1905.

[689] Não era só a imprensa filiada ao governo que se baseava nas informações da polícia, no caso de Machadinho (da nota 650) foram transcritas no *Jornal Pequeno* as diligências policiais. Isso era comum e ocorreu também na *Gazeta da Tarde* na época da enorme repercussão de um crime no qual se envolveu João Duelo, outro homem da lista de Oscar Mello. *O Crime da Rua do Rangel – recapitulação feita pelo delegado do 1º distrito.* Gazeta da Tarde, 11/11/1891. Cito aqui apenas uma das nada menos que vinte e seis edições da *Gazeta da Tarde* que só em 1891 – pois o crime ocorrera no final do ano anterior – trataram do caso.

em geral indiferentes à capoeira fora do contexto das bandas, ou da perspectiva de uma única pessoa que ia às redações por vezes diretamente interessada no caso, para descrever a situação e os atores envolvidos.

Ainda assim, a reportagem não permite a conclusão de que o pertencimento a um grupo definido em função da prática da capoeiragem teve algum papel na forma como foram percebidos os envolvidos ou no desenrolar do caso[690]. Mas, é só isso? Ao que tudo indica, os relatos sobre o caso deixam escapar algo a respeito de laços de solidariedade estabelecidos com as bandas dos batalhões do exército.

Às doze horas do dia seguinte, quando Arthur Jararaca já havia morrido no hospital, Mário Araújo foi encontrado gravemente ferido, com três facadas, na casa de um parente. Interrogado, ele declarou ter sido injuriado pela vítima e, após repeli-la, agredido, o que o levou a usar a faca. Depois, no entanto, teria sido desarmado por um tal Severo, que entregou a faca a Jararaca e este a utilizou para fazer-lhe os ferimentos que apresentava. Pelo inquérito incluso entre os autos do processo instaurado contra Mário, percebe-se que no posto policial ele confirmou sua versão e acrescentou que Severo era contramestre da banda do 14º batalhão de infantaria[691].

Mas as testemunhas, todas residentes na região da Aldeia do Quatorze, não confirmaram essa informação e, exceto no caso de Deca, os seus relatos puseram Mário em situação complicada, fornecendo atestados negativos de sua conduta. Alexandrina de Jesus, proprietária da quitanda em frente à qual ocorreu a luta, teria afirmado "que Mário é desordeiro e que dizia que não havia soldado de polícia que lhe tomasse a faca e que pouco tempo levara umas navalhadas na aldeia do quatorze e que disse por diversas vezes na sua quitanda que era homem para brigar com vinte ou dez homens"[692].

Aos quarenta e três anos, jóquei e ex-praça tanto do exército quanto da polícia, o companheiro da jovem Alexandrina, Miguel Archanjo, prontamente isentou o músico Severo, que morava na mesma rua de sua quitanda, e afirmou ter tomado conhecimento de "que Mário antes da luta com Jararaca o tinha ido insultar em sua própria casa no

[690] Comum na documentação do Recife desse período, na do Rio de Janeiro de meados do século XIX aparentemente isso era muito diferente. Com base nela, Carlos Eugênio Soares descreve rituais de iniciação e conflito em torno da prática da capoeira, o que indicava o compartilhamento de normas e o engendramento de ações coletivas por meio das maltas, as quais seriam amplamente conhecidas pelo público. Op. cit., 1998, p.43-103.
[691] *Apelação crime vinda do Júri do Recife.* Réu: Mário Armando de Araújo. Recife. Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco, 1906. Nº6359. (IAHGP). P.15.
[692] Idem, p.20.

quadro do Valério"[693]. Pelo que foi registrado nesses mesmos autos, fica a impressão de que tal disposição das testemunhas havia sido expressa também na noite da luta. De acordo com o irmão de Severo, Mário, quando ferido, teria pedido a Miguel Archanjo "o favor de leva-lo para casa, pois ele estava perdendo muito sangue e tendo escurecimento de vista"[694]. O ex-praça então se recusou e o pediu que fosse embora para não complica-lo.

Pode-se argumentar que essas atitudes não implicavam necessariamente em uma tentativa de prejudicar Mário e proteger Severo e Jararaca, inclusive talvez ninguém julgasse ter visto o músico tomar a faca do acusado e entregá-la a Jararaca. Além do mais, Manoel Archanjo estava doente no dia da luta, não podendo levar Mário em casa, e as suas preocupações sobre vir-se envolvido no caso se mostraram plausíveis diante do fato de ter sido preso com Alexandrina pela polícia naquela noite e de ter tido sua quitanda tratada como lugar de "gente da pior espécie" pela *Província*[695].

No entanto, em seu longo depoimento à polícia, Alexandrina acabou mencionando que Mário foi perseguido por Severo e outras pessoas. Este inclusive pareceu preocupado com o fato de ter sido arrolado como testemunha no processo. Ausente entre as que foram interrogadas em 22 de fevereiro de 1905, ele foi intimado por um oficial de justiça a comparecer em 09 de março, mas não compareceu[696]; cinco dias depois, após nova intimação, deu seu testemunho tentando isentar-se ao máximo. Afirmou só ter tomado conhecimento de detalhes do caso através dos jornais, o que não o impediu de afirmar que vira dois indivíduos correndo pela calçada e um deles gritando "ai, não me mate", talvez na tentativa de apresentar o morto na condição de vítima[697].

Seja como for, a ideia de que Severo tomou parte no conflito em nada dissona do perfil dos músicos militares ou policiais traçado por diversas fontes do período. Tanto era frequente eles constarem como protagonistas de confrontos em situações nas quais estavam reunidos em execuções, quanto fora das bandas – mas mesmo assim destacados

---

[693] *Apelação crime vinda do Júri do Recife.* Réu: Mário Armando de Araújo... p.22. A informação de que ele era ex-praça consta em: *Os últimos crimes.* A Província, 08/01/1905.
[694] Idem, p.40.
[695] Idem, p.21-22. Nas páginas 17-18 há a informação de que Alexandrina não fez um curativo em Mário quando esse lhe pediu, mas teria mandado chamar um enfermeiro do hospital militar, que ficava ali junto, para ajuda-lo; Quanto à afirmação da *Província,* ver o mesmo *Os últimos crimes.* 08/01/1905.
[696] Parece que inicialmente houve um equívoco no mandado, pois Severo estava entre as testemunhas arroladas, mas em seu lugar foi intimado o contramestre Ernesto Cezar de Santa Isabel, que havia dado baixa do serviço no exército conforme documento anexado ao processo. *Apelação crime vinda do Júri do Recife.* Réu: Mário Armando de Araújo... p.24 e 27-28.
[697] Idem, p.45-48.

como músicos nas notícias, ofícios e processos – eram acusados de ferimentos, roubos e, principalmente, defloramentos[698].

Familiarizados com as perturbações do sossego público, os músicos marciais na descrição de Fernando Pio seguiam executando o dobrado em meio ao pânico geral do conflito entre capoeiras e polícia no desfile[699]. A fronteira entre músico e capoeira inclusive nem chegam a ser tão precisamente delimitada no romance de Artúnio Vieira, pois por um período Guilherme tocou pistom na banda do Arsenal de Marinha[700].

Diante disso, não se poderia dizer que, de uma maneira geral, os capoeiras estabeleceram uma diversificada rede no âmbito dos batalhões do exército, que incluía parentesco, habitações próximas e o partidarismo das bandas? Talvez algo possa ser afirmado nesse sentido no que tange a Arthur Jararaca. Mas por que "os capoeiras"? A capoeira está para essas relações como para muitas outras na polícia, clubes carnavalescos (com se verá adiante), categorias profissionais etc., universos que, muito ou pouco formalizados, remetem nas fontes bem mais à associatividade do que a prática da capoeiragem.

A situação do adversário de Jararaca pode ajudar a entender o perigo de simplificação das experiências ao se conferir um amplo alcance à noção de capoeiragem como um conjunto de normas ou significados compartilhados, uma cultura cuja "identificação" seria suficiente não só para congregar todas as pessoas mencionadas pelas fontes como praticantes da capoeira, mas até mesmo aquelas que não o foram[701]. Acima eu me mostrei favorável à ideia de que a capoeiragem no Recife de fins do século XIX e início do XX não era restrita a pessoas de uma cor específica e de uma origem social específica. Com base nas indicações metodológicas de Antônio Liberac Pires em sua tese, Mário de Araújo em princípio poderia me parecer um ótimo exemplo disso.

---

[698] Sobre músicos de bandas policiais ou militares acusados, ver, entre outros, os seguintes casos. Conflito entre músicos e indivíduos armados com faca: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 17 de julho de 1894*. Fundo SSP, Vol.432 (1894-1896), APEJE; roubo de uma cabrita preta e branca: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 23 de abril de 1898*. Fundo SSP, Vol.433 (1897-1898), APEJE; defloramentos: *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 18 de setembro de 1901*. Fundo SSP, Vol.480 (1901), APEJE; *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 22 de abril de 1914*. Fundo SSP, Vol.454 (1914), APEJE; *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 22 de janeiro de 1906*. Fundo SSP, Vol.440 (1906), APEJE. Como se verá rapidamente adiante, eles também poderiam estar no centro dos confrontos entre os clubes carnavalescos.

[699] PIO, Fernando. Op. cit., P.36.

[700] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 87. Gazeta da Tarde, 12/10/1891.

[701] Pois foi isso que Liberac Simões Pires se sentiu autorizado a fazer com base em sua noção de "cultura da capoeira". Op. cit., 2001, p.147-148.

Ele era branco, alfabetizado e filho do "notável advogado" José Maria de Araújo[702]. Inclusive um dos seus parentes acompanhou de carro as diligências policiais na noite da luta e levou consigo as duas crianças filhas de Mário quando estas choravam, assustadas com a presença da polícia em sua casa[703]. Apesar de considerado membro de uma "família conceituada" e das circunstâncias atenuantes unanimemente admitidas pelo júri, as respostas deste o fizeram ser condenado a doze anos e três meses de prisão[704]. A defesa ainda recorreu da decisão, apontando desrespeitos às normas processuais e irregularidades no julgamento, mas Mário Armando de Araújo foi deportado para Fernando de Noronha e ficou preso até 04 de fevereiro de 1916[705].

Antes que se considere este um exemplo de capoeira da elite cuja condenação seria um exemplo eloquente da intensidade da repressão à "cultura da capoeira", é importante ter em mente, em primeiro lugar, que no processo e na reportagem não são feitas associações diretas ou indiretas entre Mário e algum grupo de capoeiras e nem sequer se diz que ele praticava exercícios de capoeiragem. Diante disso, inverter a argumentação e trata-lo como alguém que, por ser de uma posição social superior, não compartilhava de um universo de relações análogo ao de Jararaca também não se mostra uma boa solução, pelo contrário.

Alguns parentes de Mário moravam na Rua das Pernambucanas, no distrito das Graças, mas a sua residência propriamente – na qual parecia viver com a esposa, os dois filhos e uma "parda velha", conforme *A Província* – era na Rua do Pombal, próximo de onde morava Jararaca. Nas horas em que passou foragido após ferir de morte o adversário, a polícia foi levada pelas investigações a revistar algumas casa à sua procura, dentre elas "a de José Grande, na Aldeia do Quatorze"[706]. Mas não é porque morava ali que este homem tinha alguma afinidade com as tropas do exército.

Embora no tom de antigo repórter policial Oscar Mello tenha tratado os "valentes" do Recife como homens vigiados e reprimidos por briosas autoridades policiais, vários dos que ele listou tiveram durante anos relações bastante estreitas com a

[702] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/68 (1905-1920); *Os últimos crimes.* A Província, 08/01/1905. A referência a seu pai como notável advogado consta na apelação da decisão, no final do processo já citado, p.76.
[703] *Os últimos crimes.* A Província, 08/01/1905.
[704] Idem e *Apelação crime vinda do Júri do Recife.* Réu: Mário Armando de Araújo... p.70.
[705] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/68 (1905-1920).
[706] *Os últimos crimes.* A Província, 08/01/1905.

corporação[707]. Entre eles, estava "José Grande da Aldeia", a quem Guilherme de Araújo, ao escrever sobre "capoeiras e valentões" do Recife, registrou como um homem de autoridade na região do Pombal[708].

Ter sido praça da polícia não tornava necessariamente alguém inimigo do exército; o dono da quitanda onde ocorreu a luta entre Mário e Arthur Jararaca, por exemplo, havia sido praça das duas forças. No entanto, em primeiro lugar as referências a José Grande nos jornais, mesmo quando negativas, o põem não apenas como praça, mas em íntima relação de solidariedade com a polícia:

> Escrevem-nos pedindo que chamemos a atenção do Dr. chefe de polícia para o indivíduo de nome José Grande, praça da guarda municipal. Esse indivíduo é conhecido desordeiro e acha-se pronunciado por crime que o nosso informante ignora. José Grande reside na freguesia da Boa Vista, no Pombal, e mantém escandalosamente uma casa de tavolagem de que tira férteis proventos, e é amigo particular do subdelegado do 2º distrito daquela freguesia[709].

Em segundo lugar, essa solidariedade mais de uma vez foi expressa especificamente contra pessoas pertencentes ou que haviam pertencido ao exército. Um episódio de grande repercussão nesse sentido foi "a luta havia entre músicos dos simpatizados cordões carnavalescos Lenhadores e Pás" em 1909[710]. De acordo com o *Jornal Pequeno*, ainda nos preparativos do carnaval as orquestras dos dois clubes, compostas respectivamente pela banda completa do 27º batalhão e por dezoito músicos do 49º batalhão de caçadores, já haviam rivalizado em suas execuções, dando origem a uma tensão que só não resultou em conflito – envolvendo ainda o Clube Leques de Pena – por conta da intervenção dos diretores das agremiações.

---

[707] MELO, Oscar. Op. cit., 1937, p.11-32. Sobre algumas dessas relações, ver o meu artigo, já citado, de 2011.

[708] ARAÚJO, Guilherme de. Op. cit., p.120.

[709] *Escândalo*. Jornal Pequeno, 13/04/1901. Casa de tavolagem é o mesmo que casa de jogos. Refiro-me aos jornais porque na documentação policial não era bem assim que as autoridades o apresentavam: *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 27 de fevereiro de 1901*. Fundo SSP, Vol.480 (1901), APEJE. Sobre o mesmo caso, no qual ele, José Alves e Ernesto estariam "agredindo a quem encontravam" na Encruzilhada, distrito das Graças, o mesmo em que morava a família de Mário Armando de Araújo, ver: *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 08 de março de 1901*. Fundo SSP, Vol.480 (1901), APEJE. É preciso cuidado com o fato de outras pessoas no período terem o apelido José Grande, como José Bezerra (Jornal Pequeno, 09/02/1910, p.1, c.5) e José Severino (Fundo SSP, Vol.480, 13/01/1897). Porém, a meu ver, era José Pereira, morador do Pombal, o mais conhecido de todos.

[710] *Luta e ferimentos – A morte de um policial – triste acontecimento.* Jornal Pequeno, 24/02/1909. Assim como *A Província* na morte de Arthur Jararaca, aí o *Jornal Pequeno* afirma: "nossa reportagem se pôs a campo, e, depois de colher informações mais ou menos detalhadas, trouxe-nos o seguinte". Em outro caso José Grande é mencionado de passagem como alguém que aparentemente impediu o assassinato de uma pessoa por um ex-praça do 2º batalhão do exército na estrada do Pombal. *Plano Falhado.* Jornal Pequeno, 19/06/1902.

Diante disso, as autoridades policiais fizeram reuniões com a diretoria dos clubes e "ficou assentado que os Lenhadores e Pás, se encontrariam no pátio de Santa Cruz, afim de se estabelecer a paz e, efetivamente à hora aprazada, cruzavam bandeiras os citados clubes". Nesse momento, porém, iniciou-se um conflito em princípio atribuído ao músico do 27º Alfredo Frangão, no qual a polícia tentou intervir. O que era uma rivalidade entre as bandas militares se tornou, assim, um confronto entre a polícia e o exército, pois "as patrulhas do exército que guarneciam os músicos, tomaram a defensiva, munidas de sabres, punhais etc."[711].

Ainda conforme o jornal, José Grande estava presente e, ao ver a luta, "sacou um punhal em defesa da polícia, o que está verificado pelas diligências procedidas. *Zé Grande* já foi soldado de polícia e sempre quando há barulhos da polícia com paisano ele se apresenta em defesa dos seus antigos colegas"[712]. Sobretudo se um deles fosse assassinado. A vítima do conflito, Joaquim Jerônimo da Silva, conhecido como Pau Velho, também morava no Pombal, tinha sessenta e três anos de idade e possivelmente vários de proximidade com José Grande[713].

Se na ocasião da morte de Arthur Jararaca as diligências policiais pelas redondezas levaram à possibilidade de que Mário de Araújo estivesse escondido na casa de José Grande, havia quem acreditasse que a ligação entre os dois era estreita e talvez isso forneça algumas pistas para a disposição negativa em relação ao acusado por parte de várias testemunhas[714]. Assim, ao que tudo indica, Mário estava longe de ser alheio àquele contexto complexo de relações que envolvia bandas, clubes, a polícia e o exército nos dois distritos policiais da Boa Vista.

O percurso interpretativo por meio do qual ao longo do século XX os valentes listados por Oscar Mello se tornaram sinônimos de capoeiras foi analisado na introdução desta dissertação. O fato de no inventário nacional do IPHAN e em alguns

---

[711] Depois Alfredo Frangão se livrou das suspeitas, que então recaíram sobre José Avelino Napoleão: *Ainda o crime da Boa Vista – diligências policiais – descoberta do assassino.* Jornal Pequeno, 25/02/1909.

[712] Ibidem. Grifos do original.

[713] Ibidem. De acordo com o jornal, Pau Velho era de cor branca e deixou filhos. Como se percebe pela data das notícias, em 1909 as relações de José Grande com a polícia já se estendiam por, no mínimo, oito anos. A testemunha considerada de mais valor para a polícia aparentemente morava no mesmo local que os dois, pois se chamava Eugênio do Pombal.

[714] Não se deve estranhar que, apesar de suas ligações com ela, a polícia tenha feito revista na casa de José Grande. Em primeiro lugar, não se sabe se ele foi constrangido de alguma forma por essa ação. Em segundo, e mais importante, ter ligações com a polícia não significa ligações com toda a polícia. No ano de 1901, quando se denunciou uma relação íntima entre José Grande e um subdelegado da Boa Vista, a autoridade do primeiro distrito não era Augusto Jungman e sim o Major Figueiredo, acusado de ser protetor de Jovino dos Coelhos, do qual voltarei a tratar. Cf. *Ao Dr. Chefe de Polícia*. Jornal Pequeno, 17/05/1901. De qualquer forma, o subdelegado do qual José Grande seria amigo era o do segundo distrito.

círculos de capoeiristas da atualidade aqueles homens serem tratados como antepassados precisa, sem dúvida, ser levado em conta em uma pesquisa sobre a capoeira do período em que viveram. Não foi a toa que levantei a documentação acima citada sobre José Grande[715].

No entanto, isso não me autoriza a projetar sobre pessoas como ele o sentimento de pertencimento ou a "cultura da capoeira" compartilhada – digamos que o seja – pelos capoeiristas de hoje que mantém essa memória. Nesse sentido, a familiaridade com o meio capoeirístico da atualidade, que Antônio Liberac Pires apontou como um importante aspecto favorável ao seu trabalho de "identificação" da cultura da capoeira entre pessoa que não foram definidas como capoeiras na Bahia do início da República, pode não ter sido assim tão favorável[716].

Nas fontes que encontrei a seu respeito, José Grande não foi apontado como pertencente a nenhuma malta de capoeiras ou grupo que remetesse a algum tipo de universo compartilhado em função da capoeiragem. A propósito, ele nem sequer é mencionado como praticante da capoeiragem. Se ainda assim eu simplesmente fizesse o trabalho da polícia, classificando-o como "capoeira", e visse a luta contra Jararaca e o contato com ele como "indícios históricos" de que também Mário era um capoeira, estaria a um passo de conceber a capoeira como o aspecto definidor de todas as experiências compartilhadas pela maior parte da população do Recife, sem que ela ser mencionada ou não nas fontes e o sentido disso tivessem muita relevância.

Assim, o emprego da categoria "capoeira", agregando uma comunidade presumida, transforma pesquisar a capoeiragem em algo independente dos significados a ela atribuídos no período analisado. O que era uma tentativa de aproximar-se da capoeira a partir de indícios, em vista de não abundarem informações a seu respeito nas fontes, acaba se transformando em uma abordagem histórica na qual o objeto da investigação não é historicizado.

O lugar da capoeira no contexto da morte de Arthur Jararaca deveria ser procurado na malta chefiada por Januário Doria, da qual ele faria parte de acordo com a

---

[715] Tenho informações sobre ele até 1913: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 02 de setembro de 1913*. Fundo SSP, Vol.453 (Jul./Dez. 1913).

[716] "Por um lado, não nego a possibilidade de ter selecionado alguns indivíduos que não vivenciaram as experiências possíveis em um universo entre os capoeiras. (...) Também, confesso que às vezes fiquei em dúvida mas, optei sempre em cortar, em delimitar dados precisos, que revelassem de forma significativa a cultura da capoeira. Talvez esses tenham sido os momentos do trabalho quando mais se fez valer os envolvimentos do historiador com o seu objeto". PIRES, Antônio Liberac. Op. cit., 2001, p.148.

notícia de sua prisão em frente à banda do 40º em 1900[717]. O problema é que em Recife naqueles anos a compreensão de "malta" como uma reunião de indivíduos mal reputados em um sentido amplo parecia mais frequente do que como uma reunião de capoeiras em particular ou de "brabos" (expressão muito utilizada em circunstâncias nas quais a capoeiragem era associada à política, como se viu nos capítulos anteriores).

Embora circulasse na cidade a compreensão de "malta" que caracterizou a capoeira mais ou menos institucionalizada do Rio de Janeiro nas últimas décadas do Império, no tocante ao dia-a-dia do Recife ela era empregada sem uma acepção muito marcada, referindo-se a vagabundos, bilheteiros ou desordeiros em geral[718]. Em meio a classificações sobrepostas, nada impede que entre as pessoas acusadas nesses termos houvesse aquelas apontadas em outros momentos como praticantes de exercícios de capoeiragem. Pelo contrário, disso pode ser dado um exemplo bastante eloquente:

> Entre desordeiros – ontem à tarde os conhecidos *Adama* e *Baiano* travaram luta felizmente sem consequências graves, porque estavam ambos desarmados. As praças que fazem o policiamento do mercado de S. José fecham os olhos a estas coisas, dizem-nos que por conveniência, e no entanto vive naquele pátio uma malta de turbulentos a provocar desordens e outros absurdos. A polícia podia dar um paradeiro a isto[719].

A eloquência da notícia reside no fato de a luta ter ocorrido entre Januário Doria, que fora indicado como chefe da malta da qual fazia parte Jararaca, e Adama, um dos poucos "valentes" que Oscar Mello explicitamente caracterizou como "conhecedor de todos os 'trucs' da capoeiragem, desde a 'rasteira' ao 'quebra-corpo'"[720]. Mas a notícia é eloquente também em outros aspectos. Apesar de serem esses os protagonistas da luta,

---

[717] Ver, acima, página 188.

[718] Para a difusão daquela noção específica de malta a partir da história da capoeira no Rio de Janeiro, ver: *O governo provisório – Importantes revelações – A deportação dos capoeiras – O conde Matosinho – Demissão do General Quintino (Do Dia do Rio)*. Jornal Pequeno, 08/05/1901. Essa coluna, que ocupava o rodapé da primeira página, como um folhetim, prosseguiu. Depois foi publicada outra: *O governo provisório – Importantes revelações (...) Ainda os capoeiras – Demissão do Sr. Quintino... (Do Dia do Rio)*. Jornal Pequeno, 10/05/1901. Já para um emprego genérico de "malta" quando se referia a ocorrências em Recife, ver: Jornal Pequeno, 02/07/1908, p.2, c.5 (malta de peralvilhos); Jornal Pequeno, 29/03/1905, p.2 , c.3 (malta de vagabundos); *Com a polícia.* Jornal Pequeno, 19/02/1903 (malta de vagabundos e bilheteiros); *Vadios.* Gazeta da Tarde, 28/01/1890 (malta de vagabundos).

[719] *Entre desordeiros.* Jornal Pequeno, 30/05/1902.

[720] MELO, Oscar. Op. cit., 1937, p.49. Na época havia outras pessoas de apelido "Baiano" mencionadas pela imprensa e pela polícia, como os de nome Luiz de França, Manoel Batista e Júlio Vieira de Araújo. Este último inclusive atuava na mesma localidade, nas cercanias do mercado de São José, e era "conhecido desordeiro e gatuno": *Farandola de vadios*. Jornal Pequeno, 01/03/1910. A respeito dos outros dois: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 17 de setembro de 1909*. Fundo SSP, Vol.445 (Jul./Dez. 1909); *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 13 de novembro de 1900*. Fundo SSP, Vol.479 (1900). Mas eu sei que na notícia citada se trata de Januário Doria, o mesmo que foi preso com Jararaca, porque adiante se faz uma referência a esse conflito dele com Adama e é citado o seu nome completo.

a capoeira não é mencionada, como não foi em nenhum documento que encontrei sobre Baiano fora do contexto dos desfiles de bandas.

Sem ser empregada em direta alusão à capoeiragem, a expressão malta referia-se a uma ampla gama de relações estabelecidas no contexto de práticas ilegais. Entre elas, o termo "malta de gatunos" parecia prevalecer[721]. Contudo, isso se dissocia menos da capoeiragem do que sugere a apaixonada defesa dos "capoeiras" feita por Clarissa Maia, para quem eles "estavam no limite entre a rebeldia popular e a criminalidade. Embora muitos fossem reconhecidos criminosos com passagem pela polícia, deve ser ressaltado o fato que os conflitos de rua não eram aproveitados para se fazer assaltos ou saques às lojas"[722].

Apesar de eu não ter muito a dizer sobre o modelo "capoeira, rebelde popular" apresentado pela autora, Januário Doria e aparentemente outras pessoas que com ele conviviam eram descritas das duas formas quando agiam nos desfiles de bandas, como indicam as referências aos "gatunos que vinham na malta" fazendo "diversos roubos em casa comerciais", em 21 de julho de 1900, quando Baiano e Jararaca foram presos na marcha do 40º batalhão[723]. Essa associação entre capoeira e gatuno perpassou todo o período por mim abordado.

No romance de Artúnio Vieira, o capoeira Guilherme realizava furtos com o consentimento da mãe e, quando músico do Arsenal, furtou do mestre da banda dinheiro do tesoureiro da festa do Arco da Conceição para pagar, junto com seu amigo André, visitas a "uma mulata e uma negra" que moravam na Rua da Senzala[724]. Mais tarde, quando desertaram, foram morar com elas e tomaram parte nos arrombamentos regulares realizados à noite por dois negros, o estivador Manoel e Vítor, chefe do grupo e encarregado de vender as mercadorias furtadas[725].

---

[721] *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 05 de dezembro de 1914*. Fundo SSP, Vol.454 (1914) (abaixo assinado de comerciantes pedindo proteção contra malta de gatunos em Santo Antônio); há menções a "malta de gatunos" também em: Jornal Pequeno, 16/01/1907, p.2, c.3 e Jornal Pequeno, 23/02/1911, p.2, c.1.

[722] MAIA, Clarissa Nunes. Op. cit., p.126-127. Ela expõe brevemente um panorama da capoeiragem em Recife nas últimas décadas do século XIX como elemento definidor de solidariedade entre os escravos, criando um espírito de grupo e uma arma de resistência. Essa identificação entre escravos produzida pela capoeira com o tempo teria sido transferida para outros referenciais, como o partidarismo das bandas de música marciais. Como não pesquisei o período anterior ao final dos anos 1880, não posso tecer considerações a esse respeito, porém, as afirmações da autora sobre esse aspecto não parecem basear-se em uma significativa pesquisa em fontes da época e sim nas menções a isso feitas pelos autores Valdemar de Oliveira, Gilberto Freyre, Rita de Cássia Araújo, Edson Carneiro e Thomas Holloway, pesquisador da capoeira no Rio de Janeiro.

[723] Ver, acima, página 188.

[724] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 89. Gazeta da Tarde, 14/10/1891.

[725] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 91. Gazeta da Tarde, 16/10/1891.

Fora das bandas, aos olhos das autoridades policiais e da imprensa, um homem como o baiano Januário Doria parecia melhor caracterizável como larápio e gatuno, como no título de uma pequena local indicando sua prisão no mercado de São José em junho de 1902[726]. A propósito, no caso dele, "fora das bandas" quase sempre significava no mercado de São José, seu pátio e redondezas. Ali fervilhava uma rede instável em torno de atividades definidas pelo código penal como roubos e furtos, seguidas da receptação e venda das mercadorias, extorsão – e também de um comércio mais ou menos legalizado –, ambiente no qual os jangadeiros que chegavam à praia de Santa Rita tinham uma importante atuação[727].

Certa vez, em um dia de trabalho, Januário teria visto "chegar numa jangada Manoel Francisco de Melo que conduzia para vender 1.400 ovos acondicionados em caixões". Lembrando-se de uma encomenda que lhe havia sido feita na Rua do Fogo, combinou de compra-los a "6$000 por cento de ovos". A julgar pelos livros da Casa de Detenção, a profissão de ganhador atribuída a Baiano envolvia uma espécie de intermediação do processo de compra e não apenas o transporte do produto[728]. Assim, ele teria ido à Rua do Fogo e voltado à praia para convidar o vendedor a ir lá buscar o seu dinheiro.

Contudo, "ao chegar *Baiano* na praia, viu que os caixões estavam saindo com outro destino. Indagando de Manoel este lhe disse já haver vendido os ovos". A fama que os jornais atribuíam a Januário Doria sugeriria que nesse momento a vida do jangadeiro estava em perigo. No entanto, apesar do esforço do redator da notícia por apresenta-lo como alguém agressivo, se diz apenas que ele ficou indignado e tirou uma "desforra" no mínimo dúbia. Um menor – talvez um conhecido de desfiles de bandas – teria lhe pedido auxílio para carregar um caixão com mais de duzentos daqueles ovos:

> No momento em que o caixão era ajudado pelo turbulento, este, de certo, propositalmente, deixou-o cair quebrando todos os ovos. Sem perder tempo *Baiano* foi logo avisar ao tenente Luiz Araújo, subdelegado do 1º distrito de São José. Esta autoridade conhecendo de perto a *Baiano*, para apurar o fato mandou recolhê-lo ao xadrez[729].

---

[726] *Gatuno*. Jornal Pequeno, 05/06/1902: "Januário Doria de Menezes fez ontem uma *branquinha* no Mercado de S. José, e sendo preso foi recolhido à cadeia".

[727] Ajuda a entender esse aspecto a investigação policial acerca de uma rede de receptação e venda de mercadorias roubadas naquela localidade em maio de 1903: *22 gatunos. A polícia. Nossa reportagem.* Jornal Pequeno, 05/05/1903. Nos dias subsequentes o jornal retorna ao assunto.

[728] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/62 (1902). Em concordância com o apelido, na naturalidade de Januário consta "Bahia".

[729] Correio do Recife, 08/06/1906, p.2, c.6.

Ou seja, a desforra foi a presumida intencionalidade de quebrar os ovos. O "conhecer de perto" ao qual o jornalista se refere consistia em uma operação que ele próprio realizou em sua escrita, ao iniciar sua reportagem com "Januario Doria de Menezes é o nome de um célebre desordeiro do 1º distrito de S. José". Em outras palavras, o ato de conhecer consistia em ser capaz de remeter-se a um registro no qual o indivíduo se encontrava enquadrado a categorias de acusação que serviam de lentes através das quais seriam interpretadas todas as suas atitudes.

Como já foi visto no início deste capítulo, na Casa de Detenção essa operação se materializava por meio do encontro entre os dados caracterizadores do acusado e as informações sobre as circunstâncias que o levaram até ali. Logo, quando a reportagem do *Correio do Recife* referiu-se ironicamente à "figura altamente *simpática*" de Baiano, com a qual o administrador da Casa de Detenção constantemente se deparava, possivelmente aludia não só às suas práticas, mas ao mesmo que as autoridades policiais quando registraram: preto fulo, nariz achatado, falta de dentes na parte superior etc.[730]

Mas é bom não carregar nas tintas ao apresentar a relação entre Baiano e a polícia em um sentido de repressão e controle. Naquela mesma reportagem se afirma que no momento em que era conduzido à prisão, ele "conseguiu iludir aos policiais que o conduziam" e fugir. O que significa "iludir"? Como se viu acima, ao noticiar a luta de Januário Doria com Adama quatro anos antes, a redação do *Jornal Pequeno* havia sido informada de que por conveniência "as praças que fazem o policiamento do mercado de S. José fecham os olhos" para as ações de homens como eles[731].

Essa é uma entre várias indicações de que no dia-a-dia de trabalho conflituoso do pátio do mercado, o baiano Januário estava entre as pessoas que gozavam de uma posição diferenciada perante algumas autoridades policiais do local:

> Ontem às 4 1/2 horas da tarde no beco dos Porcos o crioulo alcunhado por Baiano travou-se de razões com o indivíduo conhecido por Alfredo Rouco, saindo este com uma facada na perna direita. A polícia do mercado de S. José, que compareceu na ocasião, prendeu Baiano, soltando-o na mesma ocasião. O mais engraçado é querer o cabo que comandava a patrulha, depois de soltar o criminoso, levar o ofendido à presença do Dr. delegado. E esta?!...[732]

Contar com a colaboração de uma parcela da polícia podia nessas circunstâncias ser uma espécie de contrapartida necessária à má reputação que, como sugere a

[730] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/62 (1902).
[731] Notícia já citada na nota 719: *Entre desordeiros.* Jornal Pequeno, 30/05/1902.
[732] *Facada.* Jornal Pequeno, 04/04/1902.

reportagem analisada acima, punha Januário e outros homens, como Adama, na condição de naturalmente suspeitos. Afinal, quando se tinha de arcar com essa suspeição, podia ser inviável subsistir em uma rotina de trabalho que envolvia transações onde o dinheiro nem sempre estava em mãos – às vezes feitas em nome de outros, como naquela compra de ovos – e compromissos estabelecidos oralmente, nos quais se estava a um passo da acusação de furto ou extorsão.

Em 14 de abril de 1906, por exemplo, Raimundo Tibúrcio, conhecido por Veneno, foi ao subdelegado do 1º distrito de São José explicar que havia trocado murros com Januário Doria no dia anterior no largo do mercado porque "este queria a força que ele lhe emprestasse 2$000"[733]. Observadas a partir de hoje, as fronteiras entre crime e trabalho podem parecer muito imprecisas naquele ambiente. Entretanto, qualquer ruído nas interações de homens como Baiano e a polícia resultava na demonstração, por parte das autoridades superiores, de que para elas não havia qualquer imprecisão: ainda naquele ano ele será obrigado a assinar o termo de bem-viver, no qual a pessoa se comprometia em procurar uma "profissão decente e lícita" no prazo de alguns dias[734].

Quando lutou com Adama, anos antes, Baiano estava sendo processado como "autor de furto de carvão de pedra", produto com o qual talvez tivesse negociado[735]. Em suas atividades nas cercanias do mercado ele geralmente era descrito atuando sem companheiros e não há indícios de que fizesse suas transações amparado por um grupo maior, definido seja por "gatunos", seja por "ganhadores".

Mas esse não era o caso de Adama. Tratado como "o terror do pátio do mercado", Paulino José dos Santos, pois esse era o seu nome completo, frequentemente estava acompanhado[736]. Isso ocorria até mesmo fora do distrito de São José, como na ocasião de uma luta contra Antônio Quatorze (outro "valente" da lista de Oscar Mello e

[733] A Província, 15/04/1906, p.1, c.7.
[734] A Província, 01/11/1906, p.2, c.5: "Assinará hoje termo de bem-viver na delegacia do 1º distrito da capital o desordeiro de nome Januário Doria de Almeida ou Januário Doria de Menezes, vulgo *Bahiano*". Naquele ano ele havia sido preso certa vez, quando o próprio chefe de polícia passava na localidade: Correio do Recife, 21/05/1906, p.2, c.4. Sobre o termo de bem-viver: *Repartição da Polícia.* Diário de Pernambuco, 24/01/1890 e *Providência acertada.* Diário de Pernambuco, 24/01/1890.
[735] *Larápio e desordeiro.* Jornal Pequeno, 05/06/1902: "Foi preso hoje o célebre Januário Doria de Menezes, conhecido por Baiano, autor de furto de carvão de pedra, pelo que estava sendo processado. Há dias noticiamos uma luta dele com o turbulento *Adama*, tendo ficado aquele ferido no braço. O Dr. Barros Rego mandou vistoriar Baiano e abriu inquérito contra *Adama*. Isto é que pode dizer-se: de uma cajadada matou dois coelhos. As circunstâncias do furto não são detalhadas".
[736] *Luta.* Jornal Pequeno, 26/06/1902. Embora seu primeiro nome fosse Paulino, às vezes nas fontes o seu apelido constava como "João Adama". Isso não era tão raro, Apolônio da Capunga, por exemplo, não se chamava Apolônio e sim Austricliniano Procópio da Colônia.

"capoeira" da de Guilherme de Araújo), na qual Adama teria estado "acompanhado de mais três desordeiros" quando fugiu[737].

Antônio Quatorze era inspetor de quarteirão na ilha do bairro do Recife (ligada por duas pontes àquela na qual fica São José) e o seu policiamento na área portuária da cidade era muitas vezes descrito como totalmente arbitrário. No início de 1903, por exemplo, após os soldados às suas ordens não terem encontrado nenhuma arma com um foguista que mandara revistar, ele ainda assim o teria prendido, esbofeteado e dito: "- *Safado nem uma faca tem!*"[738].

Semelhante atitude talvez possa ser entendida como um contraste entre valores relacionados a uma percepção da masculinidade, na qual qualquer homem que se prezasse deveria andar armado, e a atribuição de proibir esse tipo de prática enquanto autoridade policial, o que causava bastante reação na imprensa: "Antonio Quatorze, um turbulento conhecido e célebre, feito inspetor de quarteirão!... O Dr. Chefe de polícia bem sabe que Antônio Quatorze está no caso de ser policiado e não de policiar. Como tudo nesta terra é assim não nos causa muito assombro"[739].

Entretanto, as informações de que por vezes, sob as ordens dele, a polícia do bairro do Recife "prendia a quem encontrasse em sua frente"[740] adquire uma certa lógica face a um caso de grande repercussão, no qual ele é acusado de, juntamente com o advogado José Luiz Gonçalves Pena e alguns capangas, prender italianos inocentes que depois sofreriam tentativas de extorsão para serem libertados[741]. Ao que tudo indica, a atuação policial de Antônio Quatorze durante vários anos se deu entre práticas como essas e o recebimento de "certa quantia mensal" oferecida por negociantes da localidade em troca da proteção dos seus estabelecimentos[742].

Esse contrato teria sido abalado no início de 1907, ao surgirem suspeitas de que ele estava sendo conivente com roubos que vinham ocorrendo em sua jurisdição, o que levou muitos negociantes a interromperem os pagamentos[743]. A situação de Antônio

---

[737] Idem. MELO, Oscar. Op. cit, 1937, p.29; ARAÚJO, Guilherme de. Op. cit., p.120.
[738] *Preso por ter cão...* Jornal Pequeno, 08/04/1903. Foguista era quem operava as fornalhas dos vapores.
[739] No já citado: *Luta.* Jornal Pequeno, 26/06/1902.
[740] *Polícia do Recife.* Jornal Pequeno, 08/04/1903.
[741] *Escândalo. A Polícia!!!* Jornal Pequeno, 18/04/1903. Digo que teve repercussão não só pelo destaque dado no jornal a essa notícia, mas porque ela provocou o envio de mensagens à redação. Uma foi do advogado, que negou ter estado em companhia de Antônio Quatorze e acusou os italianos de terem envolvimento com a gatunagem: *Carta.* Jornal Pequeno, 21/04/1903. Alguém também pediu à redação para publicar que, apesar de ter o mesmo nome, uma da pessoa residente em Olinda havia mais de 25 anos não era a mesma mencionada na reportagem: *Declaração*. Jornal Pequeno, 21/04/1903.
[742] Jornal Pequeno, 05/04/1907, p.2, c.5.
[743] Ibidem.

Quatorze parece ter piorado um pouco mais quando chegou ao conhecimento do tenente-coronel José Vicente, subdelegado daquela localidade, a informação de que ele "protegia o célebre gatuno e desordeiro Antônio Bernardo", inclusive escondendo-o em sua casa no período em que se curava das feridas sofridas em um conflito no qual agredira dois policiais[744].

O risco para Antônio Quatorze aí residia no fato de que, conforme o *Jornal Pequeno*, o próprio Chefe de Polícia Manoel dos Santos Moreira estava empenhado na prisão de Antônio Bernardo[745]. O jornal não explica os motivos dessa perseguição em particular, mas dificilmente ela se devia apenas à fama de desordeiro e gatuno. Afinal, pela avaliação que *A Província* fazia de Santos Moreira, ele também sabia proteger os que lhe convinham[746]. Por quaisquer que tenham sido os motivos, a autoridade arquitetou um plano para capturar Antônio Bernardo, que foi realizado longe do bairro do Recife:

> Chegando ao conhecimento do Dr. Santos Moreira de que aquele facínora, em companhia de Pedro Talhado, transitava na Estrada de Limoeiro e Estrava Nova, organizou uma diligência de 6 praças disfarçadas, sob a direção do capitão José Muniz de Almeida. Essa diligência tinha a aparência de uma serenata. Para desviar a atenção do criminoso e atraí-lo mais facilmente uma praça a paisana deveria ir na frente tocando em um violão e cantando modinhas[747].

Pedro Talhado, aquele mesmo que no capítulo anterior foi encontrado atuando com Bernardino Caboclo muito depois de este regressar de Fernando de Noronha em 1890, conseguiu fugir[748]. Antônio Bernardo, no entanto, foi preso e teria afirmado a

---

[744] Jornal Pequeno, 05/04/1907, p.2, c.5. Isso lembra a relação que se quis existente entre Mário de Araújo e José Grande.

[745] *Diligência importante. Policiais disfarçados.* Jornal Pequeno, 27/04/1907.

[746] É o que parece ter ocorrido em relação a Abdon de Azevedo, homem com passagens pela polícia e acusado de assassinar o português Francisco Soares na saída de um maxixe. Em um artigo sobre a impunidade de 25/06/1901, o *Jornal Pequeno* publicou: "*A Província* noticiou que tendo sido Abdon encontrado sábado último em Afogados o Sr. Dr. Santos Moreira proibiu que o subdelegado o prendesse...". *Grave!* Jornal Pequeno, 25/06/1901. Isso havia sido dito na edição da *Província* de dois dias antes, na qual se critica a alegação de Santos Moreira, prefeito do Recife na época, de que Abdon havia sido despronunciado (ou seja, de que a justiça o havia indiciado como autor do assassinato e depois voltado atrás). Nesse mesmo momento os maxixes tornaram a funcionar na cidade, o que também chamou a atenção do jornal. A província, 23/06/1901, p.1, c. 3-4. Mais tarde, durante a gestão de Santos Moreira na chefia de polícia, Abdon será acusado de outro crime em um maxixe, notícia rapidamente desmentida. Jornal Pequeno, 11/02/1907, p.3, c.5 e Jornal Pequeno, 13/02/1907, p.2, c.4. Um dos proprietários de maxixe que nesse mesmo ano teve o seu estabelecimento autorizado foi João Sabe-Tudo, já mencionado no capítulo anterior (p.140) em relação a sua volta de Fernando de Noronha em 1890, mas cuja trajetória de envolvimento com a política e rivalidades com Nascimento Grande é complexa o bastante para não poder ser satisfatoriamente analisada aqui. Jornal Pequeno, 11/01/1907, p.2, c.1.

[747] *Diligência importante. Policiais disfarçados.* Jornal Pequeno, 27/04/1907.

[748] Ibidem. Não creio que Antônio Bernardo e Bernardino Caboclo sejam a mesma pessoa. Também não creio que confundi o Bernardino Caboclo de 1890 com Antônio Bernardo ao associá-lo a Pedro Talhado

Santos Moreira "que Antônio Quatorze era seu amigo e que absolutamente não o prenderia em qualquer hipótese"[749].

Após isso, Antônio Quatorze foi demitido[750]. Mas o que o complicou não foi ter chegado a altas autoridades a informação de que ele, tido por criminoso, assumia um papel importante no policiamento de um bairro central da cidade. A imprensa diariamente veiculava informações de que a polícia era integrada por valentões, parte dos quais hábeis na capoeiragem, donos de casas de jogos e outros estabelecimentos mal reputados[751]. Entre eles havia alguns dos homens perigosos elencados nas memórias de Oscar Mello, Guilherme de Araújo e Ascenso Ferreira, os quais mantinham relações com as autoridades políticas e em certos momentos foram discretamente apresentados praticando a capoeiragem, como Chico Cândido[752].

Para além desses casos, até a figura notória do capoeira em frente à banda era, não raro, apresentada como policial[753]. Claro, as autoridades, especialmente as mais próximas aos praças, poderiam recusar aos seus subordinados a classificação depreciativa de "capoeira". Foi o que ocorreu em um conflito no desfile da banda Pedro Afonso quando regressava da festa de Santa Cruz em 05 de maio de 1902, no qual saiu ferido com um tiro "o crioulo José Pedro". Conforme a reportagem da *Província:*

> Entre os capoeiras que vinham promovendo distúrbios desde a Boa-Vista, notava-se duas praças de polícia. Estas foram vistas capoeirando de faca em punho por muitas pessoas que se achavam à porta do Café Familiar, quando a banda passou. No entanto o subdelegado de Santo Antônio, que apresentou-se para fazer averiguações muito depois, ouvindo de um moço que presenciara a luta a firmação desse pormenor, mostrou-se ofendido e como

---

no capítulo anterior, pois este não me parece ter tido o apelido "Bernardino", tampouco "Bernardino Caboclo".

[749] *Diligência importante. Policiais disfarçados.* Jornal Pequeno, 27/04/1907.

[750] *Escrevem*-nos. Jornal Pequeno, 10/05/1907.

[751] Que as autoridades superiores tinham conhecimento do que saía nos jornais e os levavam a sério, sabe-se pela quantidade de ofícios solicitando averiguações de casos noticiados, principalmente de abusos da corporação. Por outro lado, as autoridades subalternas por via de regra os respondiam dizendo que a imprensa estava mentindo. Foi em uma querela dessas que descobri a existência do jornal Gazeta da Tarde: *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 18 de agosto de 1890*. Fundo SSP, Vol.476 (1889-1894), APEJE; *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 19 de setembro de 1890*. Fundo SSP, Vol.476 (1889-1894), APEJE. Em relação a outros jornais, ver, entre outros: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 21 de julho de 1896*. Fundo SSP, Vol.432 (1894-1896), APEJE (*A Província*); *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 21 de julho de 1896*. Fundo SSP, Vol.433 (1897-1898), APEJE (*Jornal do Recife*); *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 12 de fevereiro de 1904*. Fundo SSP, Vol.438 (1904), APEJE (*Jornal Pequeno*). Não por coincidência, não encontrei nenhum ofício desse tipo a respeito de notícias do *Diário de Pernambuco*.

[752] Ver o emblemático caso de Chico Cândido em meu artigo de 2011.

[753] Por exemplo: "Domingo último, às 8 horas da noite, quando voltava da festa de S. José de Ribamar a banda de música no Club Santa Cecília, um soldado de polícia, de faca em punho, vinha mostrando sua perícia na capoeiragem". A Província, 21/07/1903, p.2, c.1.

> oficial de polícia protestou e desmentiu grosseiramente aquele que pretendia *caluniar* os seus ordeiros e bem disciplinados auxiliares[754].

Por conseguinte, não surpreende que alguém ainda mais respeitado na polícia, o capitão Manoel Batista, subdelegado em diferentes distritos e admirado por Oscar Mello e Eustórgio Wanderley, tenha sido descrito não como um capoeira, mas como um homem "querido e popular no Recife", que apreciava as bandas de música e "também era dado a 'trucs de capoeiragem'" com a finalidade de prender "desordeiros"[755]. Mas esse pormenor não impedia que autoridades como ele julgassem prudente ter entre seus subordinados pessoas também consideradas hábeis na capoeiragem, porém não tão bem quistas pelos jornalistas da época. Um exemplo é o caso no qual Manoel Batista decidiu – de maneira injusta e violenta na avaliação do *Jornal Pequeno* – mandar prender o Sr. Eduardo Alves no Café 15 de novembro em uma noite de carnaval de 1905, após este ter tido uma discussão com um de seus subordinados: "o cabo de polícia, numa gesticulação de capoeira, acompanhado de três ou quatro soldados, segurou o moço pelo cós e lá se foi Eduardo para o posto da delegacia do 1º distrito"[756].

Portanto, a reputação de Antônio Quatorze não deviam ser nenhuma novidade para o chefe de polícia e muito menos para o coronel José Vicente, subdelegado do Recife, que possivelmente sabia até da sua ligação com Antônio Bernardo. A questão é saber onde se situam as relações que sustentam determinado estado de coisas considerado inaceitável por alguns atores – no caso, parte da imprensa. Ao que tudo indica, o infortúnio de Antônio Quatorze foi perder a confiança dos comerciantes por conta da suspeita de envolvimento com os gatunos que roubavam as lojas, pois se continuasse apoiado por eles, nem as autoridades policiais o tirariam do cargo.

Em favor dessa afirmação há um caso ocorrido exatamente no mesmo período e na mesma localidade com o sargento de polícia Octaviano Medonho. De acordo com uma carta enviada ao *Jornal Pequeno*, devido ao seu mau comportamento ele teria sido removido do destacamento do bairro do Recife por uma autoridade superior, o que irritou ao coronel José Vicente, o subdelegado. Este, para ter o sargento de volta, conseguiu com os comerciantes do bairro um abaixo assinado e foi até "o Dr. Elpídio

---

[754] A província, 06/05/1902, p.2, c.1. O relato do Fundo SSP não faz referência a policiais entre os capoeiras. O do *Jornal Pequeno* também não, mas é importante destacar que este se concentra no crime contra o crioulo Pedro. Diz, por exemplo, que, após cometê-lo, Oscar Pessoa foi empurrado por um certo Ataíde que era mestre tanto da Pedro Afonso quanto da banda do 14º batalhão.

[755] MELO, Oscar, op. cit., 1937, p.20-21; WANDERLEY, Eustórgio. Op. cit., 1953, p.59-63. Os dois autores eram jornalistas no início do século XX.

[756] Jornal Pequeno, 06/03/1905, p.2, c2.

Figueiredo, secretário geral do Estado, de quem solicitou a reintegra do posto do citado *Medonho*"[757]. O pedido foi prontamente aceito.

O autor dessa carta assinou "um comerciante", sugerindo que havia dissenso entre os negociantes sobre a quem favorecer. Inclusive há a possiblidade de que este em particular não fosse em todo hostil a Antônio Quatorze, a quem alude no final da missiva como alguém mais ou menos injustiçado, demitido apesar da obediência devotada ao subdelegado, de quem ocultava as "bandalheiras e falcatruas".

Após ser despedido, Antônio Quatorze parece ter continuado realizando atividades ilegais no bairro do Recife, mas foi em São José que se deu sua prisão como gatuno no ano seguinte[758]. Nesse momento, Antônio Bernardo, cuja prisão arquitetada em um disfarce de serenata havia sido tão ostentada, já se encontrava solto e era procurado novamente[759]. A prisão de Antônio Quatorze algum tempo após a sua demissão talvez possa ser interpretada como uma satisfação prestada aos negociantes considerados prejudicados por sua participação em roubos que ele era pago para evitar.

No entanto, assim como parecia ocorrer com Apolônio da Capunga, trabalhar ou não para a polícia era algo que extrapolava o pertencimento oficial à corporação, de maneira que ser preso no caso deles geralmente tinha um significado bastante peculiar: "Antônio Quatorze, que a polícia ultimamente guardou por alguns dias na Detenção, supondo-o implicado nos últimos roubos do Recife, acha-se presentemente ao serviço dessa mesma polícia na qualidade de 'secreta'"[760]. Conforme a notícia, logo ele passou a levar a efeito investigações (e possivelmente outras atividades) como policial secreto a pedido dos seus superiores.

Mas nem todas essas suas atividades, especialmente quando inspetor de quarteirão, eram revestidas de suspeição. Também havia casos em que a imprensa o noticiava cumprindo determinações da subdelegacia em favor da ordem pública, como na ocasião em que prendeu cinco embarcadiços "cantando modinhas ao som de três afinados pinhos" em vista da proibição de serenatas, "que muito perturbam o silêncio público", por parte do subdelegado do bairro do Recife[761].

---

[757] *Escrevem*-nos. Jornal Pequeno, 10/05/1907.
[758] *Antônio Quatorze.* Correio do Recife, 15/07/1908. Sobre a prisão de Antônio Quatorze, ver: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 02 de setembro de 1908*. Fundo SSP, Vol.442 (Jan./Jun. 1908), APEJE.
[759] *Antônio Quatorze.* Correio do Recife, 15/07/1908.
[760] *Os Ladrões.* Correio do Recife, 07/08/1908. Aparentemente ele nem chegou a ser registrado no livro da Casa de Detenção nessa ocasião. Sobre Apolônio da Capunga realizar prisões mesmo sem oficialmente fazer parte da polícia, ver: OZANAM, Israel. Op. cit., 2011.
[761] Jornal Pequeno, 06/02/1907, p.2, c.5.

O barulho, a embriaguez e por vezes a licenciosidade das letras cantadas eram características associadas às serenatas talvez justamente porque esse nome definia um tipo de laser bastante compartilhado por grupos de homens como o já mencionado Adama[762]. Nesse sentido, o fato de a diligência com seis praças contra Antônio Bernardo e Pedro Talhado ter sido disfarçada de serenata como forma de não chamar a atenção dos acusados – e não o contrário – é bastante sintomático. Prática comum ao universo daqueles homens, talvez tenha sido também na tentativa de proibir uma serenata que Antônio Quatorze brigou com Adama em 1902, na ocasião em que este se acompanhava de mais três pessoas[763].

As circunstâncias daquele conflito entre os dois não foram detalhadas e parecem remeter a questões anteriores mal resolvidas. No entanto, um episódio seis anos mais tarde indica tanto a dimensão da vivência do grupo de Adama nas redondezas do mercado de São José para além da luta pela subsistência, quanto a noção de que aquela forma de expressão permanecia considerada algo a ser coibido:

> Consta uma ordem procedente da chefatura de polícia, proibindo "serenatas". Ontem, às 9 horas da noite, munido e um valente "pinho" e dois cavaquinhos, os indivíduos José Paulino dos Santos, vulgo "Adama", Luiz Roberto de Souza, cognominado "Tablaelê" (sic), José Joaquim dos Santos e José Rodrigues da Silva, dispuseram-se a fazer uma "serenata". Saíram os trovadores pelo bairro de S. José e entraram no de Santo Antônio, cantando modinhas apaixonadas, enquanto outros, entusiasmados gritavam "bonito!", dando força assim aos companheiros[764].

Cercados por uma força policial, "os 'serenistas' receberam voz de prisão mas, não se revoltaram, e calmamente seguiram caminho do quartel". Próximo ao Pátio do Livramento, no entanto, Tabalelê tentou fugir, sendo recapturado e espancado pela polícia, o que revoltou o acadêmico de Direito Vulpiano Machado e um amigo que passavam pelo local[765]. Porém, nem sempre a violência nas serenatas de Tabalelê era fruto da intervenção policial. Dois meses depois, nos "coqueirinhos", local situado ainda no 2º distrito de São José, Antônio Ipojuca se recusou a parar de tocar quando

---

[762] *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 20 de agosto de 1890*. Fundo SSP, Vol.476 (1889-1894), APEJE ("cantando modinhas licenciosas"). Sem citar documentos, Valdemar de Oliveira, logo na primeira página do tópico "a capoeira no Recife" em *Frevo, Capoeira e Passo*, associa as serenatas à prática da capoeiragem nas ruas mal iluminadas do Recife. Op. cit., p.82.

[763] Já citado: *Luta.* Jornal Pequeno, 26/06/1902.

[764] *Ao som do pinho.* Correio do Recife, 04/05/1908.

[765] Idem. No ano seguinte, será a vez da redação desse jornal se revoltar contra um espancamento aplicado em Tabalelê por alguns policiais, pois às vezes pessoas com a reputação dele não recebiam da imprensa exatamente o mesmo tratamento que Baiano quando do seu conflito na praia de Santa Rita. *Império do Facão.* Correio do Recife, 08/03/1909. Tabalelê foi preso, mas logo solto: *Casa de Detenção*, Correio do Recife, 15/03/1909.

Tabalelê mandou, o que levou este a tomar e quebrar o instrumento utilizado pelo outro, resultando em uma briga da qual os dois saíram feridos[766].

Se a solução violenta para conflitos de qualquer natureza era parte integrante da vida daqueles homens, isso não os impedia de se articularem para tirar proveito de situações potencialmente favoráveis na rotina entre o rio e o mercado. E apesar de atuar principalmente nas redondezas da Estrada dos Remédios e Estrada Nova de Caxangá, também em São José o pescador Bentinho, tão comentado no capítulo anterior, encontrará uma forma de tomar parte nessas articulações, como aponta uma notícia evocativa da permanência de práticas que se esperavam erradicadas no projeto republicano contra "os capoeiras", ali analisado:

> O indivíduo Bentinho, junto com o célebre desordeiro "Tabalelê" fizeram uma embrulhada tal, com uma jangada que lhes não pertence, com um senhor residente no 2º distrito de S. José, que resultou este perder 16$000. Parece-nos que o fato será levado ao conhecimento da polícia. Além de espertos, os dois malandros acima são conhecidíssimos arruaceiros[767].

Realizar atividades ilegais fora do seu reduto não era necessariamente mais perigoso para Bentinho, pois, afora o auxilio de Tabalelê, em São José havia a vantagem de ser menos conhecido pelas autoridades. Ademais, estando perto do rio, diante de qualquer eventualidade ele poderia rumar para oeste. É o que leva a crer a notícia "Proezas do Bentinho em S. José", que foi publicada no *Correio do Recife* poucos dias após a ocorrência acima. De acordo com o jornal, ele andava promovendo conflitos na Rua Imperial num sábado quando, "avisado pelo telefone, compareceu o subdelegado capitão Cireno Gonçalves; mas, não conhecendo esta autoridade o desordeiro, conseguiu este escapar atravessando os mangues na direção dos Remédios"[768].

Assim, de ganho em ganho iam fazendo a vida, ainda que em atividades diferentes daquela pelas quais eram conhecidos ou em cuja atuação se declaravam. Tabalelê, por exemplo, sabia ler e era alfaiate conforme o seu registro na Casa de

---

[766] *Ferimentos.* Correio do Recife, 13/07/1908.
[767] Correio do Recife, 19/05/1908, p.2, c.1.
[768] *Proezas do Bentinho em S. José.* Correio do Recife, 25/05/1908. Sobre as relações políticas de Bentinho, não consegui encontrar nada além das denúncias, assinaladas nos capítulos anteriores, de envolvimento dele e de seu irmão com José Mariano. Nessa notícia de 1908, afirma-se que ele constava como criminoso de morte no estado de Alagoas. De acordo com Guilherme de Araújo, "Bentinho encontrou a morte quando atravessava a nado um braço do Capibaribe, fugindo à repressão da polícia". Porém, conforme a Província, ele foi assassinado em 22 de junho de 1909, em uma venda na Rua dos Prazeres, nos Coelhos. Na coluna relativamente longa a esse respeito, o velho órgão marianista fez uma descrição favorável à vítima. Conforme o jornal, Luiz Boi, autor do assassinato, entrou no estabelecimento atirando em Bentinho pelas costas e depois fugiu para a Madalena, localidade vizinha aos Remédios, onde talvez tenha se originado a inimizade entre os dois. *Tiros e ferimentos*. A Província, 23/06/1909 e *Notas Policiais.* A Província, 01/07/1909.

Detenção[769]. Assim, era comum em sua forma de subsistência uma relativa irregularidade no trabalho desempenhado, tanto no sentido de variarem nas atividades, quanto no de infringirem normas oficiais ou acordos estabelecidos no âmbito de alguma atuação profissional: "Ontem, às 2 horas da tarde os marinheiros da polícia marítima prenderam à ordem do capitão do porto, os indivíduos Paulino José dos Santos, vulgo 'Adama', e Antônio José dos Santos, vulgo 'Antônio Roque', que estavam pescando no alto mar com bombas de dinamite"[770].

No entanto, as consequências de agir em prejuízo de algum grupo profissional ao qual não pertenciam ia certamente depender da pressão que esse grupo era capaz de exercer sobre as autoridades, tanto para penalizar quanto para proteger alguém, como sugerem os casos de Antônio Quatorze e Octaviano Medonho com os negociantes do bairro do Recife. Embora não se possa fazer uma afirmação a esse respeito sem a segurança de ter como base pesquisas específicas sobre o assunto, pode-se supor que levar vantagem sobre jangadeiros fosse menos arriscado do que conflitar-se com comerciantes.

Só que mesmo sem aparentemente manter com a polícia relações semelhantes às de Antônio Quatorze, Adama parece ter visto no agitado comércio do pátio do mercado de São José uma oportunidade de enveredar pelo perigoso e paradoxal segmento da venda de proteção contra pessoas como ele. Mas a coisa parece não ter dado muito certo, pois após aquela luta contra Quatorze em 1903, Adama foi "deportado para Fernando de Noronha, pelo fato de andar (...) extorquindo dinheiro de negociantes do pátio do Mercado"[771].

Poderia ter sido esse e não uma seresta casual ou qualquer outra questão o motivo da briga entre os dois? É difícil dizer. A notícia, já citada, na qual se menciona do recebimento de dinheiro por Antônio Quatorze trata a transação como pagamento, por parte dos negociantes, pelos serviços policiais prestados. No caso de Adama é usado o verbo extorquir. No entanto, creio que consistiam em duas atividades semelhantes, vistas de perspectivas distintas talvez pelos diferentes graus de inserção dos dois sujeitos na polícia.

---

[769] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.62.
[770] *Bomba de Dinamite. No alto mar.* Correio do Recife, 02/04/1909. Eles se achavam pescando no lugar chamado Barreta.
[771] *Adama*. Jornal do Recife, 19/01/1904.

Entretanto, Adama não parece ter partido às escuras para o ramo no qual Antônio Quatorze era especialista. Segundo a notícia acima, as extorsões eram realizadas "de parceria com o célebre facínora Siri Donzelo", o que o aproxima, mesmo de maneira bastante indireta, das práticas mais ou menos ocultas da força policial. Isso porque na época em que andava com Adama, Siri Donzelo também foi visto em companhia de Apolônio da Capunga, conhecido desde essa época como praticante da capoeiragem, realizando prisões no bairro da Boa Vista sem pertencer oficialmente à corporação[772].

Na documentação policial consultada, as referências explícitas a policiais secretos como Chico Congo se concentram no início dos anos 1890, em aparte coincidindo com as acusações da *Gazeta da Tarde* de que o grupo de José Mariano criara as verbas secretas e espalhara pela cidade "larápios e capoeiras"[773]. Na imprensa, contudo, esses cargos são mencionados em período bem posterior, como se viu em relação a Antônio Quatorze[774].

Na mesma notícia em que abordou as acusações de extorsão que resultaram na deportação de Adama, o *Jornal do Recife* sugeriu que após retornar de Fernando de Noronha o seu contato com a polícia extrapolava bastante a condição de reprimido[775]. Em um sábado de janeiro em 1904, por exemplo, após "desacatar" alguns "rapazes" no pastoril da Rua da Concórdia, Adama teria sido apenas aconselhado a proceder melhor pelo capitão Manoel Epifânio, subdelegado do 1º distrito de São José[776]. Conforme o

---

[772] OZANAM, Israel. Op. cit., 2011.

[773] *O Município.* Gazeta da Tarde, 21/09/1891. Ver também: *Regimen Anarchico.* Gazeta da Tarde, 12/10/1891. Sobre o policial secreto Chico Congo: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 28 de agosto de 1890*. Fundo SSP, Vol.431 (1890-1893), APEJE. Ver ainda: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 06 de setembro de 1890*. Fundo SSP, Vol.476 (1889-1894), APEJE. Eu disse que coincidia "em parte" porque há uma referência um pouco anterior à polícia secreta: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 04 de fevereiro de 1890*. Fundo SSP, Vol.476 (1889-1894), APEJE.

[774] Ver página 207. Para notícia de prisão realizada por um secreta: *Gatunos*. Jornal Pequeno, 09/06/1903. Encontra-se referência à polícia secreta na imprensa no início dos anos 1890: *Oficiais de justiça.* Gazeta da Tarde, 06/101891. Havia um Clube Misto Secretas do Arruda em 1913, mas não sei se há alguma relação. Jornal Pequeno, 07/01/1913, p.4, c.1.

[775] *Adama*. Jornal do Recife, 19/01/1904.

[776] Seria possível supor que se tratava do pastoril de Nascimento Grande, porém, a notícia do *Jornal Pequeno* sobre o caso, apesar de bem menor, informa que se tratava do de Antônio Honorato. Jornal Pequeno, 18/01/1904, p.2, c.1. Foi essa também a localização indicada por Guilherme de Araújo, que passou uma reprimenda em Ascenso Ferreira (op. cit., p.2) porque, segundo ele, o poeta foi relapso ao dizer, entre outras coisas, que o pastoril ficava na Campina do Bodé: "Estamos de algum modo concorrendo para a História de nossa terra e daí a razão para que devemos nesses casos funcionar com a imparcialidade de um juiz, com a serenidade e frieza de um pesquisador". ARAÚJO, Guilherme de. Op. cit., p.121. Tratava-se do choque entre duas compreensões sobre a função das crônicas, uma aparentemente mais preocupada em recuperar uma cor local, sem muitas hierarquias, por meio de uma narrativa pitoresca; já a outra, dedicada a produzir subsídios para a História, com agá maiúsculo, e

Jornal, só após receber acintosamente o conselho da autoridade Adama foi preso, mas, ainda assim, posto em liberdade logo em seguida.

Antes, porém, ainda no caminho da prisão, uma vez mais foi expressa a rede de solidariedade que da qual Adama parecia fazer parte em São José: "em caminho um grupo de desordeiros tentou libertar o preso, sendo, porém, repelidos pelos soldados"[777]. As fontes não dizem explicitamente que havia um grupo organizado em torno de determinada prática no pátio do mercado e redondezas, mas a partir de situações como essa é possível conceber a existência das articulações. Outra notícia, na qual Adama reaparece com uma jangada, proporciona uma noção da extensão delas.

Mais de quatro anos após esse episódio no pastoril da Rua da Concórdia, Antônio Alves da Silva, conhecido como Carne Guisada, percorrera toda a extensão da Rua Imperial – uma espécie de continuação da Rua da Concórdia na direção do 2º distrito de São José – quando resolveu parar para comer em um tabuleiro de "amendoins e outras guloseimas" que ficava ao pé da ponte do bairro de Afogados[778]. Após comer bastante, "meteu a mão no bolso, fez que tirava dinheiro, fez que pagava e ia retirar-se" quando o dono do tabuleiro reclamou e foi agredido, então apareceu a polícia: "ao ver-se perseguido 'Carne Guisada' fugiu, acabando por lançar-se da ponte ao rio, que pretendeu atravessar a nado".

Na pressa para escapar ou confiando em experiências anteriores, talvez ele tenha esquecido que aquela região de encontro entre rios não recebia o nome de Afogados em vão: "pouco adiante, porém, fraquejou e teria perecido afogado se não fosse a tempo socorrido por Paulino José dos Santos, vulgo 'Adama' que valeu-se de uma jangada para salvá-lo". A notícia que serve de base para a descrição acima tratou com certa ironia aquela situação, não tanto pelas circunstâncias em si, mas pela forma como Adama encarava a autoridade policial em vista de relações estabelecidas em um âmbito mais elevado:

> Conduzido "Carne Guisada" para a margem, a polícia apressou-se a reclamar o preso, mas "Adama" declarou que só o entregava ao coronel Mascarenhas, chefe político do local, o que indignou o subdelegado capitão Cireno Gonçalves. Travou-se novo embrulho, até que a autoridade, para mostrar que o subdelegado era ele mesmo e não o chefe político local, prendeu também a Adama, sendo este juntamente com "Carne Guisada" recolhido à detenção.

---

declaradamente inspirada em *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana. Sobre o pastoril de Nascimento Grande na mesma rua, ver notícia citada na introdução, página 11, nota 9.

[777] *Adama*. Jornal do Recife, 19/01/1904.

[778] *Desordens e Prisões. Adama e "Carne Guisada". Quem é o subdelegado?* Correio do Recife, 30/06/1908.

> Hoje pela manhã o capitão Cireno expediu ordem de soltura em favor de "Adama".

Embora a notícia não mencione, Carne Guisada também foi solto[779]. Mas pelo seu mergulho no rio fica a impressão de que ele não encarava da mesma forma que Adama a possibilidade de ser preso. Não que este não se preocupasse com a prisão, mas naqueles anos ele parecia não oferecer-lhe muita resistência em São José, talvez porque na hora de recorrer à proteção política desfrutasse de alguma ascendência sobre as demais pessoas com as quais convivia naqueles dois distritos.

Entretanto, esse caso remete a algumas questões que não poderão ser contempladas nesta dissertação. Entre fins dos anos 1920 e início da década seguinte, quando Oscar Mello inseriu uma pequena seção em *Recife Sangrento* sobre a atuação de Cireno Gonçalves nos distritos de São José, a autoridade ainda estava ativa na polícia[780]. Reportando-se ao passado, o autor afirma que ele fora subdelegado em São José "na época em que os mais temíveis desordeiros ali residiam" e ainda assim "nunca foi desrespeitado por nenhum daqueles 'Brabos'", pois a coragem com que os enfrentava provocava reconhecimento no "seio dos arruaceiros daquele tempo 'João Triunfo', Santos Fininho, 'Nocadô' e outros de nomeada na capoeiragem" em São José.

Como nos capítulos anteriores demonstrei no tocante ao delegado Barros Rego, o fato de após sucessões de governantes provenientes de grupos adversários entre si Cireno Gonçalves ainda ter se mantido no cargo da polícia não significa que não tivesse posição política. Assim, quando levou Adama e Carne Guisada presos, ainda que para soltá-los logo em seguida, o subdelegado podia estar tentando demonstrar firmeza não apenas diante dos acusados, mas de todos que tivessem participação no universo político de São José.

Quando ocorreu aquele episódio, Manoel dos Santos Teixeira Bastos, o Santos Fininho mencionado por Oscar Mello, já havia morrido anos antes, perto dali, na Rua da Jangada[781]. A crer na redação do *Jornal Pequeno*, a forma como as pessoas que

---

[779] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.49.

[780] MELO, Oscar. Op. cit., 1937, p.19-20. O livro foi publicado nos anos 1930, mas Oscar Mello narrava antigos crimes e a ações policiais em Pernambuco na *Província* durante os anos 1920, de maneira que não sei se ele escreveu nessa época o texto sobre Cireno incluído no livro.

[781] Não encontrei nenhum documento a respeito de Nocadô. Sobre João Triunfo: Correio do Recife, 10/03/1908, p.2, c.4; Correio do Recife, 14/03/1908, p.1, c.2 *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 16 de março de 1904*. Fundo SSP, Vol.438 (1904), APEJE. A respeito do ferimento e morte de Santos Fininho, ver: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 03 de março de 1904*. Fundo SSP, Vol.438 (1904), APEJE e *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 16 de março de 1904*. Fundo SSP, Vol.438 (1904), APEJE.

moravam naquelas redondezas viam a vítima não difere muito da descrição do autor: "é indivíduo conhecido como grande desordeiro e (...) exibe-se em repetidas cenas de valentia juntamente com outros"[782]. Apenas a capoeira não foi mencionada, como aparentemente também não foi por Bernardo José de Santana, que teria alegado só ter matado Santos Fininho "depois que este procurou dar-lhe diversos golpes de navalha e com ele teve terrível luta corporal"[783].

Assim, entre mortes e permanências, a violência cotidiana com a qual convivia a população de São José integrava também a vida política daquela localidade em disputas que ultrapassaram os anos 1880 e 1890 e mereceriam um estudo específico, no qual a questão da capoeiragem não estivesse necessariamente no centro da análise[784]. Além de ter dito, segundo o *Correio do Recife,* que só entregava Carne Guisada ao chefe político de São José, Adama também dava demonstrações de possíveis relações verticais ao atuar por diversas vezes ao lado de Jovino Pedro de Alcântara, o Jovino dos Coelhos, filho do Oficial de Justiça Numa Pedro de Alcântara e morto por "trabalhadores e populares" na ocasião em que tentava assassinar Júlio Maranhão, gerente da Usina Muribeca e proprietário do *Correio do Recife,* ligado ao Barão de Lucena e adversário do governo[785].

As longas e complexas experiências dele, de Nascimento Grande, de João Sabe-Tudo e de outros entre pessoas de níveis sociais distintos infelizmente ultrapassam o espaço de análise que ainda resta a esta dissertação. Quando as fontes do período mencionam os homens dos quais venho tratando neste tópico, quase nunca o fazem definindo-os como capoeiras ou se referindo à prática de exercícios de capoeiragem. Quase, mas não nunca. Jovino dos Coelhos é um exemplo disso, apesar de sua trajetória

---

[782] *Crime. Na Rua da Jangada.* Jornal Pequeno, 03/03/1904.

[783] Jornal Pequeno, 04/03/1904, p.1, c.6. Apesar de aparentemente menos conhecido pela imprensa, Bernardo José de Santana já estivera envolvido em outro caso de polícia: *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 13 de abril de 1897*. Fundo SSP, Vol.477 (1895-1897), APEJE.

[784] Vez ou outra os repórteres diziam algo sobre o que eles julgavam ser a percepção da violência por parte de quem circulava em determinada localidade, como na notícia *Crime. Na Rua da Jangada.* Jornal Pequeno, 03/03/1904: "Os muitos crimes desenvolvidos na Rua da Jangada, vão tornando esta receada pelos transeuntes e temida pelos supersticiosos".

[785] O mandante do assassinato de Júlio teria sido o Dr. Antônio Coelho de Sá, em cuja casa Jovino estaria hospedado. A Usina Muribeca era localizada no distrito de Boa Viagem. Correio do Recife, 18/05/1909, p.1; *O fim de um bandido. Assassinato em Prazeres. O célebre "Jovino dos Coelhos". Pormenores.* Correio do Recife, 05/07/1909 e *O fim do bandido "Jovino dos Coelhos"*. Correio do Recife, 05/07/1909, p.1. (agradeço a Emanuel Lopes pela indicação desses dois documentos. Apesar de pesquisar a escravidão na Zona da Mata Norte de Pernambuco, Emanoel conhece como poucas pessoas as fontes relativas à política de rua do Recife das primeiras décadas do século XX. Lamento que ao longo de cinco anos de contato tenhamos conversado tão pouco sobre as nossas pesquisas). Numa Pedro de Alcântara, pai de Jovino, morava no largo dos Coelhos, n.8: *Queixa,* Jornal Pequeno, 06/05/1902. Sobre o *Correio do Recife*, ver: NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., v.2., p.25.

ser bastante documentada, apenas na breve biografia traçada pela *Província* na longa reportagem sobre sua morte encontrei uma menção à prática da capoeiragem:

> Apesar da sua corpulência, Jovino fazia prodígios nos exercícios da capoeiragem e da natação. Ele próprio dizia de si quando andava perseguido da polícia nos Coelhos: - Em terra eu sou um gato; na água sou um peixe. Com efeito, quando não queria enfrentar os policiais capoeirando, Jovino lançava-se no rio, por mais cheio que estivesse, e atravessava para a rua Imperial, zombando dos que ficavam à margem[786].

No próximo capítulo, analisarei o percurso semântico por meio do qual, em 1909, capoeiragem e natação foram tratadas, juntas, como exercícios. Por ora, é importante destacar que em relação a muitos daqueles homens, nenhuma referência nesse sentido é encontrada nas fontes consultadas. Disso não se pode afirmar que eles não fossem vistos como pessoas hábeis nos exercícios de capoeiragem, pois a documentação sobre o período é extensa e não foi, nem de longe, exaustivamente analisada por mim. Portanto, uma ou outra referência discreta à capoeiragem – como no caso de Jovino dos Coelhos – em meio a inúmeros documentos onde ela não é mencionada, pode existir para cada um deles.

Até porque de uma maneira geral não era raro os dois distritos de São José figurarem como lugares onde pessoas de perfis semelhantes aos seus praticavam a capoeira, como indicam algumas referências do ano de 1907:

> A ex-praça do 27º batalhão João Dantas, que se diz empregado na "Great Western" tem praticado proezas de valentia no 1º e 2º distritos de S. José, onde é temido e respeitado. Ainda ontem à noite, em um "sereno" à rua dos Pescadores achava-se ele a provocar toda gente sapateando numa capoeiragem grotesca e ridícula e a proclamar-se, em voz de trovão, o mais valente da circunscrição[787].

Ela era igualmente vista sendo praticada em grupo e não necessariamente em situações de ameaça e conflito: "diversos indivíduos residentes no 2º distrito de São José, entre eles um pescador conhecido por José Titio, e José Alves da Silva, vulgo Cazuza, estavam se exercitando na capoeiragem anteontem na Rua Imperial". Mas nesse caso a "brincadeira" resultou em feridos[788]. Embora isso fosse bastante raro no século XX, algumas vezes a capoeira em São José era apresentada em alusão ao antigo sentido político atribuído a ela por alguns grupos em fins do século XIX.

---

[786] *Jovino dos Coelhos*. A Província, 06/07/1909.
[787] *Homem valente. Prudência de dois policiais.* Correio do Recife, 20/12/1907. O "sereno", onde não era difícil acontecerem conflitos, foi definido por Pereira da Costa como "reunião de gente no exterior de uma casa em festa para apreciá-la". Op. cit., 1936, p.671.
[788] Jornal Pequeno, 13/02/1907, p.2, c.1.

A Rua da Jangada, por exemplo, na qual morreu Santos Fininho, seria povoada pela *"fina flor da desordem"* e localizada próximo a várias tavernas, em particular a de um soldado do exército, na qual compareceria "o pessoal escovado" para beber: "as libações continuam animadas até que termina a festa com o rompimento de intimidades, havendo exibições de facas e cacetes, exercícios de capoeiragem, ferimentos e muitas outras cenas de igual natureza"[789]. Apesar de remeterem àqueles debates, essas alusões não reintroduzem, em função de um gestual, o capoeira na posição de alvo como quando ele adquiria um sentido político abrangente entre o fim do Império e o início da República.

Pinçadas na documentação entre inúmeras outras práticas consideradas inconvenientes ou criminosas, as referências à capoeiragem podem até parecer definir a experiências dos sujeitos que viviam em São José. No entanto, a realização dos exercícios de capoeiragem em si não parecia constituir qualquer tipo de articulação que reunisse e diferenciasse determinadas pessoas das demais consideradas indesejáveis, nem mesmo uma articulação suposta por um discurso de repressão.

Nesse sentido, notícias como aquelas de 1907, ao invés de facilitarem a assimilação da lógica de convivência entre Adama e seus companheiros ao modelo da malta de capoeiras, torna-a mais problemática. Se quem é descrito praticando a capoeira não parecia compartilhar valores e normas que os distinguisse dos não praticantes ou não foram perseguidos em função da capoeiragem, qual o sentido cogitar a possibilidade de que pessoas as quais muitas vezes nem chegaram a ser apontadas como praticantes da capoeira tenham sido "capoeiras" ou constituído "maltas de capoeiras"?[790]

Eu faria isso simplesmente por que minha pesquisa é sobre a capoeira? Pode-se observar o problema de semelhante percurso no trabalho de Josivaldo Pires de Oliveira sobre a capoeira em Salvador no início da República. Seguindo, em parte, as sugestões metodológicas de Antônio Liberac Pires, o autor considera legítimo partir do pressuposto de que a capoeira foi perseguida na figura dos seus praticantes, "os

[789] Jornal Pequeno, 01/02/1907, p.2, c.7.
[790] Carne Guisada, Antônio Roque, Tabalelê e mesmo Siri Donzelo não são apresentados como capoeiras nas fontes consultadas por mim e nem mesmo são listados pelos cronistas. Mas o mesmo não se pode dizer em relação a Adama, pois além da menção à capoeiragem por Oscar Mello, há um interessante *habeas corpus* impetrado por ele e seu primo José da Penha, do qual tratarei no próximo capítulo.

capoeiras", ainda que sobre isso ele não tenha encontrado referências na documentação do período[791].

O autor estava interessado em apresentar a repressão a uma prática cultural[792], mas como aparentemente não encontrou muitas informações diretas de praticantes da capoeira sendo presos, acabou nem chegando a indagar se o fato de alguém que realiza uma prática ser preso significa que essa prática foi o motivo da sua prisão[793]. Diante da ausência de informações nas fontes do período necessárias para a aplicação do seu modelo de compreensão da história da capoeira, torna-se compreensível que ele não tenha sido crítico o bastante em relação a uma literatura, posterior ao seu período de pesquisa, que lhe pareceu capaz de preencher aquelas lacunas documentais[794].

Josivaldo de Oliveira não questiona se os significados da capoeira para um mestre ou um romancista em meados do século XX – ou até depois – podem ser automaticamente transpostos para a documentação policial dos anos iniciais desse século. Ao invés disso, julga natural que para a "elite" a capoeira tenha sido invariavelmente considerada parte integrante de uma cultura negra e, por conseguinte, apresenta o "pensamento político-racial do período", baseado na "criminologia tradicional" como contexto que não deixava dúvidas para uma justificativa da repressão à capoeira[795].

Essa argumentação se baseia no fato de em um romance de Jorge Amado, o delegado Pedrito Gordo, que perseguia a capoeira, ser "estudioso da criminologia lombrosiana". Entre os livros que se encontravam no gabinete daquele personagem

---

[791] OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Op. cit., p.110.
[792] Idem, p.117.
[793] Já em Recife isso não está tão ausente, pois havia casos esparsos de prisões "na ocasião em que faziam exercícios de capoeiragem": *Movimento da delegacia do 1º distrito*. A Província, 29/09/1905; *Capoeiras*. Jornal do recife, 06/08/1903. No mesmo sentido, há notícias de perseguições nas ruas que punham "capoeiras" e "policiais" em polos opostos: *Capoeira*. Jornal Pequeno, 24/09/1904; Jornal Pequeno, 10/01/1907, p.1, c.3. No início da minha pesquisa era, afinal, isso o que eu procurava. Com o tempo, porém, a abundância de informações que tornavam insuficiente pensar a capoeiragem como algo pertencente a uma das faces da dualidade repressores/reprimidos me fez achar que o meu olhar sobre uma ou outra notícia como essas não poderia ser norteado por uma expectativa de resposta fácil, elaborada antes mesmo do início da pesquisa. Para a deportação de "vagabundos e capoeiras" da Bahia para Fernando de Noronha em 1890, ver, acima, página 116.
[794] Trata-se, em particular, do romance *Tenda dos milagres*, no que se refere à repressão à capoeira, e dos escritos do mestre Noronha. Ele não se perguntou, por exemplo, por que os homens que o mestre Noronha classificou de capoeiras geralmente não apareceram como tais nas fontes. A esse respeito, o comentário feito por Matthias Assunção (sem mencionar ninguém em particular) me parece indispensável: "many students of capoeira history seem to ignore the problem of 'feedback' in the mestres' narratives. As with everybody else, their discourse changes over time, according to shifts in their world views and to the new developments of the art. Any new information is processed and integrated into their current interpretation". Op. cit., p.28.
[795] OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Op. cit., p.110-113.

havia "As Três Escolas Penais", de Moniz Sodré, cuja leitura poderia ter contribuído para Josivaldo de Oliveira não tratar criminologia como o mesmo que Antropologia Criminal. Se no intuito abordar a temática é aceitável que ele não tenha mencionado o pensamento clássico de Beccaria, o fato de ter deixado de lado também a Sociologia Criminal ou Escola Crítica mostra que na reconstituição desse "contexto" o autor acabou simplificando um longo e intrincado debate.

Isso é compreensível, pois se trata de uma área de pesquisa na qual ele demonstrou (como eu também demonstro) pouco domínio. O que não é compreensível é o autor transformar isso na base do seu argumento sobre a repressão, ao afirmar que "se a documentação não aponta diretamente para uma perseguição sistemática contra a prática da capoeira, o discurso da degenerescência criminal que remete a questão racial, respaldado pela criminologia tradicional, não deixa dúvidas sobre a justificativa dessa repressão"[796].

A meu ver, esse raciocínio é insustentável não só porque Josivaldo de Oliveira não reconstituiu cuidadosamente os debates criminológicos, mas também por dois outros motivos. Primeiro, o fato de a "questão racial" ser suficiente para justificar uma repressão à capoeira não significa automaticamente que essa repressão tenha ocorrido, até porque o autor não analisa a disseminação dessa produção acadêmica na Bahia do seu período para além do personagem de Jorge Amado. Segundo, esse pode não ter sido o caso de Salvador, mas a existência daquela criminologia pode sim deixar dúvidas sobre as justificativas para a repressão à capoeiragem nas primeiras décadas do século XX, pois, como mencionarei no próximo capítulo, naquela época havia quem já não considerasse a capoeira uma prática inerente aos negros ou de origem negra.

Mas se não estavam unidos e reprimidos pela capoeiragem, em que sentido deve ser entendida a articulação e as solidariedades entre os homens que conviveram com Adama? Ao menos em parte, pode ser compreendida em vista do limite daquela "indefinição profissional" mencionada mais acima. Embora Adama tenha salvado Carne Guisada com uma jangada, o instrumento de trabalho pelo qual ele era mais conhecido é sugerido no registro profissional dos dois quando deram entrada da Casa de Detenção: carroceiros[797].

---

[796] OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Op. cit., p.113.

[797] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.49. Adama deu entrada como pardo e Carne Guisada como preto fulo.

Se nas notícias de jornais não encontrei Adama classificado como capoeira, algumas vezes a sua posição perante um grupo é definida em função daquela categoria profissional: "Em uma casa de vender gengibirra, na Rua da Guia, o carroceiro conhecido por Adama entrou anteontem, às 7 horas da noite, com alguns amigos, a fim de se desalterarem com algumas botijas daquele preparado refrigerante"[798]. Após beberem bastante, os "fregueses" iam sair do estabelecimento quando o proprietário foi cobrar a conta a Adama; não a todos, mas a Adama, que o teria agredido e ido embora.

A mesma ascendência que ele aparentemente tinha sobre Carne Guisada, aqui é de certa forma sugerida e remete à possibilidade de que alguns dos homens com os quais convivia fossem seus empregados. Com efeito, embora o registro "carroceiro" para ele e Carne Guisada no livro da Casa de Detenção não dê conta de diferenciações, na imprensa Adama é apresentado como dono de uma cocheira na qual poderiam ser encontrados outros carroceiros:

> O tenente Feitosa, auxiliado por algumas praças de polícia, deu cerco ontem pelas 11 horas da noite, na cocheira do conhecido desordeiro Adama. Resultou desta diligência serem presos dois carroceiros, também desordeiros, e o gatuno alcunhado Moleque Brejão, autor do furto havido há dias no estabelecimento do Sr. Manoel Motta, à rua da Praia. (...) Adama não foi encontrado, porque avisado a tempo pôs-se a bom recado. Adama é criminosos afiançado[799].

Aí se faz uma distinção entre os carroceiros desordeiros e o gatuno Moleque Brejão. Porém, na Casa de Detenção ele também foi registrado como carroceiro, além de preto, solteiro e analfabeto[800]. A relação estabelecida nessa notícia entre o mundo dos carroceiros e o do crime e das desordens é uma questão tão complexa em Recife naquele período que mereceria um estudo específico[801]. Nele certamente teriam um

---

[798] A Província, 19/09/1900, p.1, c.4.
[799] Jornal Pequeno, 11/02/1905, p.2, c.3.
[800] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/63 (1902-1905), p. 130. Em seu apelido consta "Moleque do Brejo".
[801] Não me parece haver outra categoria profissional mais frequente nas ocorrências policias e nas queixas da imprensa em Recife nessa época. Rispidez no modo de tratar as pessoas, hábitos imorais (como se banharem nus em público), agressões contra os animais etc. eram denúncias muitas vezes direcionadas aos carroceiros em conjunto, além de crimes de diversos tipos atribuídos a determinados indivíduos ou a pequenos grupos, como no seguinte caso: "Os indivíduos José Alves de Souza, Luiz Francisco de Oliveira, vulgo 'Beiçola' e Luiz Francisco de Santana, conhecido por 'Cabaceiro', todos três carroceiros, costumavam fazer exercícios de faca de ponta, numa casa na Torre. Queriam, assim, os três indivíduos, que são conhecidos desordeiros, se exercitaram bastante no manejo da faca de ponta". Até um ferir levemente o outro, o que teria dado ensejo a uma tentativa de assassinato. *Esgrima à faca na Torre.* Correio do Recife, 16/04/1909. Sobre os carroceiros, ver, entre muitos outros: *Brutalidade.* Gazeta da Tarde, 28/04/1890; *Indecência.* Jornal Pequeno, 27/04/1901; *Selvagens.* Jornal Pequeno, 13/06/1903; *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 06 de fevereiro de 1915*. Fundo SSP, Vol.455 (1895-1897), APEJE; *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 24 de agosto de 1902*. Fundo SSP, Vol.481 (1902), APEJE. Havia uma percepção análoga acerca dos carroceiros em São Paulo

importante papel alguns homens do rol de brabos e valentões apresentados por memorialistas além de Adama, como Libânio Carroceiro, que inclusive lhe provocou ferimentos no início de 1897, e Manoel Rouxinho, aquele mesmo que foi assassinado em um samba na mesma noite da morte de Arthur Jararaca[802]. De acordo com a *Província*, Rouxinho "era proprietário de um estábulo à Rua Treze de Maio, e de várias carroças e bois, e trabalhava para as casas Amorim & Irmãos, Loureiro Barbosa e Amorim Fernandes"[803].

Assim, algumas articulações e conflitos entre parte desses homens podem ser compreendidos no âmbito do trabalho com as carroças, mas não de todos. Outras correlações poderiam ser estabelecidas também no âmbito profissional, a exemplo, talvez, dos alfaiates[804]. Imbricadas às diversas atividades ilegais das quais eles eram acusados e às relações estabelecidas em torno de festas, as categorias profissionais pareciam referenciais em torno dos quais muitas pessoas se associavam, compartilhavam interesses, prestavam auxílio mútuo e definiam identidades, às vezes de maneira bastante formalizada, como nos clubes carnavalescos[805].

Ainda que pareça instigante atribuir esse potencial também às "maltas de capoeiras", não me foi possível pensa-las nos mesmos termos. Posto isso, é importante sublinhar, ainda que rapidamente, um outro aspecto da questão. Se a prática dos exercícios de capoeiragem em Recife naquela virada de século não possuía uma força associativa que autorize análise análoga àquelas realizadas em torno das maltas de capoeira do Rio de Janeiro no século XIX, ainda assim não poderiam ter sido engendrados em torno dela valores e normas que distinguissem seus praticantes, mas que, por serem menos explícitos na documentação, não foram percebidos por mim?

Essa certamente não é uma possibilidade a ser descartada, porém, é preciso sublinhar que havia sim valores e normas sutis relacionadas à luta corporal ou, em sentido lato, aos duelos e que eram compartilhados por pessoas conhecidas como hábeis

---

no final do século XIX conforme Elciene Azevedo: A Metrópole às Avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da "raça paulista". In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUB, Sidney. *Trabalhadores na cidade*: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

[802] Ferimentos provocados em Adama por Libânio José de Santana (esse era seu nome completo): *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 09 de fevereiro de 1897*. Fundo SSP, Vol.433 (1897-1898), APEJE.

[803] *Os últimos crimes.* A Província, 08/01/1905.

[804] Tabalelê e Santos Fininho foram descritos como alfaiates, como seis dos presos como/por capoeira em 1900 (quadro 1, p.157). *Crime. Na Rua da Jangada.* Jornal Pequeno, 03/03/1904; *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.62.

[805] Sobre os clubes nesse sentido, ver ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Op. cit., p.347-348.

na capoeiragem, mas não apenas por elas e nem mesmo principalmente por elas. Um episódio envolvendo Adama e Jovino dos Coelhos pode ajudar a entender esse ponto.

João Valdivino, que tanto na época quando nas páginas dos memorialistas posteriores possuía fama análoga às dos dois homens acima, certa vez foi noticiado como louco no *Jornal Pequeno*:

> O conhecido arruaceiro e criminoso "João Valdivino" cujo verdadeiro nome é João Leônidas Evangelista, parece estar sofrendo das faculdades mentais. Ontem pela manhã, "Valdivino" entrou em sua casa e começou a procurar sua companheira. Não obstante ela se achar ali, o arruaceiro foi para a rua e começou a gritar dizendo que lhe haviam roubado a mulher, indo ao encontro do tenente Laurentino, subdelegado de S. José, a quem denunciou *Jovino dos Coelhos* e *Adama* como autores do rapto. Dizia "Valdivino" que os *bandidos* haviam ocultado a sua mulher na igreja da Penha[806].

O pronome possessivo, no caso de Valdivino, remetia a um tipo de laço talvez mais socialmente legitimado do que as de uma parte considerável das pessoas que tinham passagem pela polícia, pois ele, assim como Adama, era casado[807]. Porém, independentemente de constarem como solteiros nos registros da Casa de Detenção, muitos dos homens que de alguma maneira foram associados à prática da capoeiragem no período pareciam considerar um aspecto importante na constituição da sua masculinidade o poder de controlar as mulheres com as quais conviviam[808].

Mas não era só nesses termos que as mulheres se situavam no centro da questão. A forma como um homem se comportava perante o outro em aspectos fundamentais para a manutenção de um conceito elevado a respeito de si em seu meio – como a capacidade de sustentar suas palavras quando desafiado por um rival ou o cuidado para

---

[806] *O célebre João "Valdivino" está atacado de loucura.* Jornal Pequeno, 01/07/1908.

[807] Conforme os registros policiais, Valdivino era casado com Maximiana Leônidas de Araújo e Adama com Josefa Joana dos Santos. *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/68 (1905-1920); *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.49. Um ano depois, Valdivino ainda estaria perseguindo Adama, mas não se diz por quê: *Antes evitar...* Correio do Recife, 23/06/1909. A notícia começa com: "O pátio do Mercado, o infeliz pátio do Mercado, local que reúne um grupo de vagabundos e que deveria ser policiado rigorosamente". Nela também há referência a Jovino.

[808] Os indícios disso vão desde o teor de algumas afirmações em um processo que trata de "capoeiras" em frente às bandas: "nunca ele testemunha procurou sequestrar uma mulher que o indiciado tinha em seu poder, ou este a mulher que ele testemunha tivesse em seu poder" *Habeas Corpus.* Erasmo Marinho Correia César... Cópia do depoimento das testemunhas, p.9, até o comportamento de um homem por alguns considerado cordato como Nascimento Grande, intimado por agredir a Josefa Barbosa de Castro em 1900: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 19 de setembro de 1900*. Fundo SSP, Vol.434 (1899-1900), APEJE. Uma das diversas descrições favoráveis a Nascimento Grande se encontra em MOTA, Alves da. *No tempo do bonde elétrico (história socio-pitoresca dos antigos bondes do Recife).* Celpe: Recife, 1982. P.33-34.

não ferir a dignidade de um amigo – muitas vezes era testada em conflitos envolvendo mulheres[809].

Na resolução de uma pendência, portanto, a necessidade responder prontamente a qualquer ameaça ao conceito que um sujeito procurava manter sobre si resultava frequentemente em confrontos físicos cujos preâmbulos, mais ou menos solenes, muitas vezes envolviam alguma prática associada à masculinidade, mesmo que não estivesse aparentemente relacionada à pendência entre os dois envolvidos. Um exemplo disso eram as lutas e mortes que se sucediam às recusas por aceitar aguardente oferecida por outrem, pois tais recusas às vezes pareciam consistir em rejeições a propostas de conciliação após conflitos anteriores[810].

Grosso modo, pode-se dizer que se nas circunstâncias do desafio ou da afronta o indivíduo não se mostrasse pronto para responder até as últimas consequências, ele não seria considerado um homem[811]. Nesse sentido, embora eu não tenha a segurança de uma pesquisa específica sobre o tema para afirma-lo, eram valores em torno da masculinidade que compartilhavam muitos daqueles que lutavam nas ruas do Recife, utilizando-se ou não da capoeiragem. Esses princípios eram condensados no tipo social do valente, tão presente na documentação do período e nas memórias posteriores.

Nos jornais da época é possível encontrar frequentes referências negativas a ele – às vezes chamado ironicamente de "valiente" –, que representaria valores a serem superados[812]. No entanto, isso deve ser visto com bastante cautela, pois as concepções em torno da masculinidade extrapoladas no ideal de valentia eram compartilhadas por pessoas de várias posições sociais, inclusive jornalistas[813]. Ademais, como aponta

---

[809] *Assassinato de um pescador na ilha do Pina*. Jornal Pequeno, 02/01/1903; Jornal Pequeno, 07/02/1907, p.3, c.1.

[810] *Ferimentos.* Jornal Pequeno, 14/05/1901; Jornal Pequeno, 08/08/1904, p.1, c.2. A imprensa apresentava apenas a recusa por beber como motivo para esses conflitos, até que ponto havia em cada caso essas motivações subjacentes sugeridas por mim é algo que mereceria um estudo específico, o que de certa forma foi feito por Ana Lúcia Rosa ao analisar brevemente casos como esses em um período um pouco posterior: *Passos cambaleantes, caminhos tortuosos*: beber cachaça, prática social e masculinidade - Recife/PE - 1920-1930. 2003. 122f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. P.106-107.

[811] Um exemplo é o caso em que o réu é apresentado por testemunhas ao mesmo tempo como traiçoeiro e sem coragem para brigar: "Você quer brigar com Luiz? Vamos embora, Luiz não briga com ninguém, só tem boca". *Denúncia*. Réu Luiz Alves de Souza, c.p. Luiz Côco. Recife. Juízo Municipal do 5º distrito criminal do Recife, 25 de janeiro de 1904. (IAHGP), p.10.

[812] *Que valiente*! Diário de Pernambuco, 01/08/1889; Jornal Pequeno, 20/02/1905, p.2, c.1; Jornal Pequeno, 09/02/1910, p.1, c.4; *Na Casa de Detenção. Grave conflito. Ferimentos*. Jornal Pequeno, 02/01/1907. Poderiam ser citadas outras dezenas de notícias nas quais a expressão é empregada, muitas vezes ironicamente.

[813] *Blanchu. Duelo entre jornalistas.* Jornal Pequeno, 03/06/1903, p.2; *Um duelo.* Jornal Pequeno, 15/01/1907, p.1. Em relação ao Rio de Janeiro do século XX, Brodwyn Fischer percebeu semelhanças nas noções de honra difundidas através dos mais variados níveis sociais ao analisar processos de calúnia. Ver:

Rodrigo Ceballos em sua dissertação, as concepções que orientavam um certo desdém por parte de alguns setores letrados aos papéis tradicionalmente atribuídos aos homens logo receberiam críticas, vindas deles próprios, por estarem promovendo "maus costumes" avessos à virilidade[814].

Nesse sentido, o emprego da expressão "homem" como uma identidade assumida por muitos dos "indivíduos" (que deixavam de sê-lo ao assumirem a persona de homens) acusados de conflitos de rua naquele período me parece de alcance maior e mais seguro do que "capoeira"[815]. Esta expressão inclusive talvez nem sempre coincida com o "homem" ou o "valente", como sugere a figura do moleque em frente à banda. No entanto, há um limite entre essa dissociação entre o moleque e o homem tradicional, pois no Recife do início do século este e aquele eram vistos, juntos, como constituintes de uma experiência de cidade cujo fim era aspirado por um Aníbal Fernandes e indesejado por um Gilberto Freyre[816].

FISCHER, Brodwyn. Slandering citizens: insults, class, and social legitimacy in Rio de Janeiro's criminal courts. In: Sueann Caulfield; Sarah C. Chambers; Lara Putnam. (Org.). *Honor, status and law in modern Latin America*. Durham & London: Duke University Press, 2005. P.176-200. Creio que apenas por essa ressalva a minha perspectiva se diferencia das de Raimundo Arrais e Ivaldo Lima no que tange à questão da existência de uma "cultura da exaltação à valentia e à bordoada" ou de um "ideal de valentia" em Recife naquele período, pois os autores associam isso aos "populares". ARRAIS, Raimundo. Op. cit., 1998, p.127; LIMA, Ivaldo Marciano. Adama e Nascimento Grande: valentes do Recife da Primeira República. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins; LIMA, Ivaldo Marciano. *A cultura afro-descendente no Recife:* Maracatus, valentes e catimbós. Recife: Bagaço, 2007.

[814] CEBALLOS, Rodrigo. *Os "maus costumes" nordestinos*: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930). 2003. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

[815] A noção de "homem" relacionada à de "valente" era assumida por muitos, mas não por todos. Um possível exemplo de que a presumida intrepidez do "valente" no duelo não era necessariamente algo que o sujeito estava sempre querendo demonstrar pode ser encontrado em um processo contra João Sabe-Tudo e Nascimento Grande. De acordo com os autos, este teria dito em seu depoimento que tentou evitar as duas lutas que ocorreram entre eles em outubro de 1900, enquanto Sabe-Tudo o provocava, chamando-o de covarde e divulgando que o mataria até com dinamite se fosse preciso, pois "nesta terra não pode viver os dois". Nascimento então declarou que se mudaria da cidade para garantir a sua vida se tivesse recursos. Em seu depoimento, porém, João Sabe-Tudo apresentaria a mesma postura, talvez ainda mais acentuada. Ele teria dito que, entre uma luta e outra, foi procurar o delegado duas vezes para expor o caso, enquanto Nascimento andava dizendo: "ele estará zangadinho comigo? Aquilo não foi nada, foi um brinquedo, mais tarde será melhor". Em relação ao segundo confronto, no pátio do Carmo, Sabe-Tudo chegaria a afirmar que "retirou-se do lugar da luta, sempre perseguido por Nascimento Grande, e lastimando que tanta gente, testemunhas da luta, não tivesse intervindo nem ao menos com uma palavra de paz". Os dois foram registrados como negociantes e alfabetizados. *Tribunal Correcional*. Réus João Batista da Rosa, c.p. João Sabe-Tudo e José Nascimento Trindade, c.p. Nascimento Grande. Recife. Juízo Municipal do 2º distrito criminal do Recife, 26 de outubro de 1900. (IAHGP), p.10-15. Eis a postura em depoimento dos dois maiores "valentes" do Recife naqueles anos, e é bom ter cautela antes de atribuir isso unicamente ao fato de estarem diante da polícia quando teriam feito essas declarações. A agressividade contra a própria polícia com que José Molecão – de fama muito menor – teria se portado em seu depoimento a ela em outro processo é um indicativo disso: *Denúncia*. José Moura, c.p. José Molecão. 1902. Memorial da Justiça de Pernambuco. Crime – Comarca do Recife. Caixa 1367 (1901-1904).

[816] CEBALLOS, Rodrigo. Op. cit., p.32.

Januário Doria, o baiano daquele desfile do 40º batalhão em 1900, também fazia as vezes de homem diante das mulheres. Em 02 de agosto de 1903, na mesma rua em que morava, ele teria chegado à casa de sua "amásia" Maria Salomé "provocando e ameaçando com uma faca de ponta, dizendo 'isto é aço puro'" às mulheres que lá encontrou[817].

Uma delas, Amélia Bandeira, conseguiu sair e chamar Salomé, que estava ausente no momento, para tentar acalmá-lo. Porém, quando chegou, o encontrou lutando com o vendedor de passarinhos Guilherme Bezerra, que também seria amasiado com ela, o que já teria provocado outras crises de ciúmes em Januário Doria. Com o aparecimento da polícia, ele resistiu, mas acabou preso e condenado a pouco mais de oito meses de prisão por ferimentos[818].

Cerca de três anos mais tarde, outro vendedor de aves, José Maximiano Duarte, precisou encarar Januário por motivos parecidos, agora no pátio do mercado de São José: "Baiano queria namorar uma moças cigarreiras, residentes na Rua da Praia, a quem aquele indivíduo na sexta-feira última dirigiu pilhérias. As moças não estando dispostas repeliram o Lovelace que julgou autor de sua desventura o citado pombeiro. Daí a tentativa de assassinato"[819]. Inclusive a última referência a Januário Doria associado a crimes que encontrei não foi como chefe de malta de capoeiras em frente às bandas, nem como gatuno, mas agredindo com uma faca de ponta à mulher Joana Batista de Sena cinco anos mais tarde, em abril de 1911[820].

Por essa época, porém, outro aspecto da trajetória de Baiano pode ser observado na imprensa. Se em função da prática da capoeiragem, ao redor dele não me foi possível observar qualquer malta, da qual Jararaca tivesse feito parte, isso não significa que ele não tenha estado, assim como Adama, à frente de alguma rede de sociabilidade em São José.

No carnaval de 1914 encontrei a primeira referência a Januário Doria na direção do Clube Quitandeiras de São José, que até 1918 tinha sede na Rua Lomas Valentinas,

---

[817] *Denúncia.* Réu Januário Doria de Menezes. Recife. Juízo Municipal do 2º distrito criminal do Recife, 13 de julho de 1903. (IAHGP), p.14.

[818] Foi impetrado um pedido de *habeas corpus* em seu favor, negado unanimemente após terem sido requisitadas informações ao subdelegado de Santo Antônio. *Superior Tribunal de Justiça,* A província, 02/09/1903; *Superior Tribunal de Justiça.* A Província, 12/09/1903. Quando da condenação, ele foi solto por já haver cumprido a pena: *Denúncia.* Réu Januário Doria de Menezes..., p.52.

[819] Correio do Recife, 21/05/1906, p.2, c.4.

[820] Jornal Pequeno, 21/04/1911, p.1, c.5.

embora não no mesmo prédio, e saía com músicos particulares[821]. Em 1919 parece ter havido uma alteração, pois além da Quitandeiras de São José, que havia se mudado para a Rua Estreita do Rosário e continuava acompanhada por pouco mais de dez músicos particulares, Januário Doria figura também como diretor da Toureiros de Santo Antônio, sediada no Pátio do Paraíso e contanto com vinte e três músicos da polícia nos três dias de carnaval[822].

Vários anos antes, quando certa vez uma autoridade policial resolveu proibir os ensaios dos clubes carnavalescos nas ruas do Recife, o *Jornal Pequeno* os defendeu opondo-os a práticas consideradas ofensivas, mas que, em sua perspectiva, não eram perseguidas pela polícia, como a capoeira em frente às bandas e a gatunagem:

> A polícia não persegue os capoeiras, que se exibem na frente das músicas, dando tiros e facadas; não impede as gatunices que todos os dias quase a imprensa registra; dá plena liberdade aos pastoris, onde cada sábado há uma desordem e implicou agora com os inofensivos carnavalescos! Deixai a polícia que esses foliões divirtam-se, porque enquanto pelas ruas eles entusiasmados, ensaiam marchas e arias, nem por sonhos desejam ir à Detenção[823].

Apesar de no final ela insinuar que os foliões dos clubes em outras circunstâncias poderiam fazer algo que os levasse à Detenção, essa notícia separa universos que se mostravam unidos na experiência de Januário Doria, embora também nele possam ter estado separados pelo tempo, porquanto nos anos 1910 não o encontrei, como antes, classificado como capoeira ou gatuno. Seja como for, a convivência simultânea de atividades aprovadas e reprovadas pela polícia e outras autoridades era uma rotina entre os clubes carnavalescos[824].

Dotados de estatutos submetidos à anuência da polícia, os quais normatizavam o seu funcionamento, os clubes eram entidades que se mantinham ativas durante o ano inteiro, exercendo por meio das suas diretorias um rigoroso controle moral sobre os associados[825]. Ao mesmo tempo, conforme o episódio de José Grande comentado neste capítulo, os conflitos violentos entre clubes rivais, envolvendo não só músicos, mas

---

[821] *Carnaval.* A Província, 22/02/1914; A Província, 09/02/1918, p.2, c.3. Indicam-se respectivamente 12 e 14 músicos particulares.
[822] *Carnaval.* A Província, 27/02/1919. Também: A Província, 02/03/1919, p.2, c.5: "Licença dos clubes e troças que vão se exibir no carnaval".
[823] Jornal Pequeno, 19/01/1904, p.1, c.2.
[824] Rita de Cássia de Araújo também cita essa notícia da nota acima, mas a analisa de uma maneira de certa forma oposta à trajetória de alguém como Baiano. Op. cit., p.367.
[825] Cf. Idem, p.341-344. Mas esse não era o caso de todos os clubes, como a autora reconhece e como sugerirei no epílogo.

também sócios, não era incomum, da mesma forma que não eram incomuns as referências à prática da capoeiragem nas passeatas[826].

Quaisquer que tenham sido as suas aparentes contradições, das relações de auxílio mútuo às publicações impressas os componentes dos clubes – ou ao menos parte deles – demonstravam perceber-se integrantes de uma coletividade com objetivos comuns, relacionados a seu status social de trabalhadores de determinadas categorias profissionais[827]. Esse sentimento de grupo é algo que a prática da capoeira não parece ter inspirado naquele momento, nem em grupos específico, nem tampouco se reunidas todas as pessoas que em algum momento foram associadas à prática da capoeiragem – do moleque em frente à banda a Gilberto Amado, velho conhecido desta dissertação, passando por Jovino dos Coelhos e Nascimento Grande[828].

Já a participação de alguns daqueles homens no complexo mundo das sociabilidades ligadas ao carnaval e outros divertimentos que movimentavam a vida da cidade durante todo o ano é uma questão que certamente ainda renderá muitas análises. Ela, além da rotina no pátio do mercado, aproxima os percursos de Januário Doria e de Adama, que era dono de um bumba-meu-boi no 2º distrito de São José, assíduo nos pastoris e fundador do maracatu Oriente Pequeno, agremiação na qual parecia ser auxiliado por seu primo, José da Penha, como será visto no próximo capítulo[829].

Nessa atmosfera, as conexões mencionadas por alguns autores às vezes sem muita base documental, entre a capoeiragem – especialmente em frente às bandas – e a musicalidade no carnaval do Recife no século XX, através da figura do passista de frevo, podem parecer plausíveis[830]. O mesmo não se pode dizer das interpretações para o fim da figura do capoeira associado ao universo do crime, as quais, contentando-se com a explicação do desaparecimento por vias de uma repressão, não levaram em conta o percurso semântico da capoeira no início do século XX, do qual tratarei a seguir.

---

[826] ARAÚJO, Rita de Cássia de. Op. cit., p.354-355.
[827] Idem, p.358-360.
[828] Segundo Luiz do Nascimento, no final de julho de 1915 o jornal o *O Tempo* afirmou que Gilberto Amado, deputado federal por Sergipe e professor da Faculdade de Direito do Recife, "fugindo ao terreno das letras, desceu à capoeiragem" e agrediu Jerônimo Moreira, um adversário do campo literário. Depois disso, por conta de uma denúncia de plágio, ele teria mandado Francisco Pita atacar Miguel Magalhães. Op. cit., v.2., p.33. Chico Pita, como outros mencionados, não poderia ter a sua trajetória de relações verticais analisada no espaço que resta a esta dissertação, embora (ou justamente porque) a documentação a seu respeito seja significativa. Naquele mesmo ano de 1915, Gilberto Amado matou a tiros o literato Aníbal Teófilo em um dos salões do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Quando perseguido pela multidão que tentava linchá-lo, ele teria gritado: "sou deputado, sou deputado!". Ele era "deputado" e não "capoeira". *Serviço especial do diário*. A Província, 20/07/1915.
[829] *Num "bumba meu boi". Barulhos constantes.* Correio do Recife, 09/12/1907.
[830] Conexões estabelecidas principalmente por Valdemar de Oliveira, op. cit., mas também por Rui Duarte, que as credita àquele autor. *História Social do Frevo.* Rio de Janeiro: Leitura S.A., s/d, p.45.

Capítulo 4 – "Ensaio de lexicografia popular": fontes e interlocuções da capoeira como esporte atlético

Ao apresentar o capoeira de frente das bandas como antepassado do passista do frevo, Valdemar de Oliveira, diferentemente de Rui Duarte em sua *História Social do Frevo*, preocupou-se em reconstituir a história da capoeira com base em uma bibliografia que de alguma forma tivesse tratado do assunto[831]. Escrevendo em meados do século XX, ele tinha em mãos alguns trabalhos sobre a capoeira no Rio de Janeiro e na Bahia e breves comentários a respeito dos capoeiras, brabos ou valentes de Recife por parte de Pereira da Costa, Mário Sette, Gilberto Freyre, Câmara Cascudo e Oscar Mello[832].

Assim, em sua narrativa nem sempre é possível distinguir precisamente onde termina o Rio de Janeiro e começa o Recife e se os "valentes" listados pelos memorialistas e os capoeiras que gingavam em frente às bandas eram as mesmas pessoas[833]. O autor explica o desaparecimento do capoeira em Recife relacionando a conhecida repressão à capoeira promovida no Rio de Janeiro em 1890 e a ação que Oscar Mello afirmou ter sido levada a cabo contra os valentes pelo Chefe de Polícia de Pernambuco Santos Moreira entre os anos 1904 e 1908: "Havia de chegar a vez de todos eles. O Chefe de Polícia do governo Sigismundo Gonçalves, o desembargador Santos Moreira, segue o exemplo de Sampaio Ferraz"[834].

Vale destacar que Valdemar de Oliveira não toma essa repressão em termos muito rígidos e pondera que alguns homens voltaram à cidade "quando a tempestade amainou". Mas, de qualquer forma, aponta o ano de 1911 como um momento em que "os remanescentes da capoeira iam desaparecendo da crônica policial"[835]. Ele não parecia saber que o "exemplo de Sampaio Ferraz" havia inspirado um projeto de

[831] OLIVEIRA, Valdemar. Op. cit., especialmente os capítulos 5 e 6; DUARTE, Rui. Op. cit., ver todo o livro, mas particularmente os capítulos 3-6 e 14.
[832] Não consegui estabelecer precisamente de quando são os escritos de Valdemar de Oliveira sobre o tema. Embora *Frevo, Capoeira e Passo* tenha sido publicado no início dos anos 1970, Rui Duarte já citara um "brilhante trabalho" daquele autor para o Boletim Latino-Americano de Música em 1946. DUARTE, Rui. Op. cit., p.13. Em *Frevo, Capoeira e Passo* esse trabalho também é mencionado. Op. cit., p.5.
[833] Por exemplo, no tópico sobre a capoeira do Recife, quando aborda as maltas, cita, na nota 50, um trabalho sobre as maltas de capoeiras do Rio de Janeiro. Op. cit., p.84-85. Na página 88 ele trata os valentes mencionados por Oscar Mello como capoeiras que gingavam em frente às bandas.
[834] Idem, p.88.
[835] Idem, p.89.

repressão à capoeira no Recife ainda na década de 1890, como analisei no capítulo 2, até porque não há referências a esse respeito na bibliografia que consultou.

Em relação ao momento seguinte, a despeito de uma possível ressalva que apresentarei no epílogo desta dissertação, a documentação do período não indica, como o faz para os anos 1890, que um projeto de repressão direcionado aos "capoeiras" na década de 1900 fracassou aos olhos de seus propositores; o que ela faz é sugerir que ele sequer existiu[836].

Mesmo que se procurasse, com base na distinção entre brabos e capoeiras feita por Mário Sette, argumentar que aquela repressão recaiu mais sobre a figura pública do capoeira em frente às bandas, enquanto o tipo discreto do brabo, protegido pela política, teria ficado impune – diferentemente do que disse Oscar Mello –, ainda assim não seria possível basear-se na documentação do período. Isso não só porque ela não permite que se estabeleça essa distinção em termos de grau de discrição entre brabo e capoeira[837], mas também porque entre o período que seria anterior a tal repressão e o momento de seu auge ou mesmo conclusão não se pode perceber diferenças significativas na forma como eram tratadas as pessoas presas como capoeiras em frente às bandas de música.

Aqui cabe uma última comparação entre os dois episódios, de 1900 e 1908, registrados pela polícia e pela imprensa como cercos a capoeiras e analisados nos quadros do capítulo anterior. Para começar, em 1908, no momento em que Santos Moreira passava a chefia de polícia a Ulisses Costa, o fato de permanecerem sendo presas pessoas como capoeiras nos desfiles de bandas, tal qual antes da sua gestão, é digno de nota. No entanto, o que chama mesmo a atenção é todos aqueles vinte e sete presos terem sido soltos no mesmo dia ou no dia seguinte, com a exceção de Júlio Ferreira de Lima, criado, registrado como preto fulo, que foi posto em liberdade só no início do mês subsequente[838].

O mesmo se deu na ocorrência de julho de 1900, na qual quem não foi solto no mesmo dia ou em dias próximos pelo delegado do 1º distrito, o foi alguns dias depois

---

[836] Como apontei na nota 619, discuti essa questão em um artigo escrito em 2009 e publicado em 2010, no qual muitas coisas não foram exploradas, a começar pelo fato de o significado de "capoeira" como inimigo da República no início dos anos 1890 já não ser expressivo em Recife nos anos 1900. A propósito, a problematização de "capoeira" como identidade, central nesta dissertação, praticamente passa em branco no artigo. No entanto, em relação à inexistência de uma política de repressão à capoeiragem no Recife do início do século, minhas ideias permanecem as mesmas. Op. cit., 2010.

[837] Idem, p.13-14.

[838] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.135-138.

por ordem do próprio chefe de polícia[839]. Tiveram essas pessoas um papel importante na manutenção da capoeiragem na vida musical recifense através do passo do frevo carnavalesco nas décadas seguintes?

Valdemar de Oliveira, assim como os autores que ele citou, inclusive Rui Duarte, não foram em busca de informações sobre quem eram elas, quais seus nomes, o que faziam e, portanto, se continuavam vivas após o desaparecimento da figura do "capoeira" das crônicas policiais. Uma exceção, a menção feita por esses dois autores a Anselmo Arselino Marinho, que teria "ainda" em fevereiro de 1907 agredido o diretor do Clube Tome Farofa enquanto fazia exercícios de capoeiragem em frente ao desfile, não vai além da circunstância narrada na notícia do *Jornal Pequeno*[840].

Avançando um pouco mais, Valdemar de Oliveira talvez chegasse ao registro conforme o qual Anselmo era um gazeteiro preto de doze anos de idade, perfil um tanto diferente dos de homens àquelas alturas politicamente articulados como Nascimento Grande, Jovino dos Coelhos, Apolônio da Capunga e Chico Cândido, embora ele trate tanto um quanto os outros como capoeiras de frente das músicas[841]. Da mesma forma, ao explicar a denúncia contra Anselmo Marinho como consequência de uma política de proibição da capoeiragem, Rui Duarte não parece ter tomado conhecimento de que ele foi posto em liberdade ainda naquele mês[842].

Chamado ou não de "capoeira" e sem ser obstado por qualquer repressão sistemática a pessoas como ele, Anselmo pode até o fim da vida ter continuado a fazer o que sabia e gostava em frente aos clubes, como literalmente aconteceu com o baiano Januário Doria, do qual tanto tratei no capítulo anterior. Em 02 de janeiro de 1921, há muito passara o tempo em que fora preso como chefe de malta de capoeiras em frente ao desfile do 40º batalhão de infantaria do exército. Ele contava agora 47 anos de idade e, como de costume, seguia com o Clube Carnavalesco Toureiros de Santo Antônio para

---

[839] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/58 (1898-1900), p.129-135. Deve-se fazer ressalva para os casos de Marcolino José Antônio e Luciano Felipe da Silva, que deram entrada como pretos e respectivamente sapateiro e criado. Eles foram apresentados ao chefe de polícia e não voltaram mais à Detenção, por isso não há as datas de suas solturas. Pelas suas idades, 13 e 14 anos, não sei se podem ter sido integrados à polícia secreta.

[840] DUARTE, Rui. Op. cit., p.75; OLIVEIRA, Valdemar. Op. cit., p.93? O "ainda" é dito por Valdemar de Oliveira, talvez acreditando, em vista de suas leituras sobre repressões policiais, que naquele momento casos assim já não fossem comuns.

[841] OLIVEIRA, Valdemar. Op. cit., p.88. Preso em frente ao clube, Anselmo Marinho deu entrada na casa de Detenção: *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/69 (1907-1908).

[842] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/69 (1907-1908). DUARTE, Rui. Op. cit., p.75. Ele situa a proibição da capoeiragem entre 1906-1911 e não entre 1904-1908, mas não explica bem por que, apenas afirma que tinha a ver com uma tentativa de manter a paz entre os clubes carnavalescos.

mais um ensaio, desta vez realizado na casa de um dos sócios em Areias, localidade afastada dos bairros de São José e Santo Antônio.

Na volta do clube à sede, que nessa época havia se mudado para um primeiro andar no Pátio do Carmo, caía uma chuva torrencial. Apesar disso, os sócios regressaram em passeata pelas principais ruas de Santo Antônio e já estavam se recolhendo quando "a lança do estandarte do clube, que era conduzido pelo sócio Antônio Nunes Durval, na ocasião em que este fazia uma 'gaivota', alcançou o fio elétrico da iluminação da respectiva sede, partindo-o".

Ao tocar o chão, três pessoas morreram imediatamente, entre elas "Januario Doria, de cor preta, solteiro, residente no beco do Sarapatel". Eram cerca de nove horas da noite. Outras três vítimas sobreviveram e foram socorridas pela Assistência Pública, em cujo posto, na Rua Formosa, permaneciam até a hora em que *A Província* colhia os dados para a reportagem que serviu de base para a descrição acima[843]. Por ser de 320 volts, o fio não teria produzido vítimas caso não estabelecesse comunicação com o de 2.200 volts da iluminação pública, ou pelo menos foi o que disse, aparentemente um pouco hesitante, o engenheiro que *A Província* levou ao local por volta das vinte e três horas.

As duas outras vítimas fatais foram o carroceiro José Tintão, "de cor também preta", e Manoel Figueiredo, "de cor branca, estabelecido com uma taverna na Rua de São Francisco"[844]. Os corpos dos três foram removidos para o xadrez do posto policial de Santo Antônio, onde a reportagem da *Província* os viu deitados ao chão e cercados por cinco velas acesas. Nesse momento uma "grande massa popular" já se aglomerava diante do quartel.

Destino amargamente irônico este que fez com que os "tempos modernos" que mataram Januário Doria fossem os do fio de eletricidade e não os da polícia republicana ideal[845]. Derradeiramente registrado como sócio de um clube atingido por uma fatalidade dez anos depois do momento em que "os capoeiras" teriam desaparecido das

---

[843] O título da reportagem foi bastante longo: *Uma dolorosa ocorrência - No pátio do Carmo um fio elétrico parte-se devido a ser atingido pela lança do estandarte de um clube carnavalesco - três mortes e três feridos - o pânico que o caso produziu – "A Província" leva um engenheiro ao local do ocorrido - as providências da polícia - fala-nos o porta bandeira do clube.* A Província, 03/01/1921.

[844] Idem.

[845] A modernidade como algo incompatível e que, portanto, deveria acabar com os capoeiras em frente às bandas é a tônica contextual de parte da historiografia e também de uma longa notícia de 1905, da qual copiei a expressão: *Os capoeiras em atividade – bordoadas de criar bicho – 'Pontos' espancados – Trunfo é pau.* Jornal Pequeno, 09/08/1905: "os capoeiras estão se lembrando dos tempos antigos e faz-se preciso o quanto antes que a polícia os lembre dos tempos modernos".

ruas do Recife, Baiano é parte de uma história que se prolongou por décadas e cuja narrativa poderia se estender por centenas de páginas. Como então conciliar o desaparecimento do "capoeira" das fontes na década de 1910 e a permanência de homens como ele nas ruas da cidade?

Pouco tempo após a sua morte, dois artigos de Samuel Campelo no *Diário de Pernambuco*, mais tarde republicados na revista do IAGHP, foram um pouco além do circunscrito espaço em frente às bandas que as crônicas geralmente atribuíam ao capoeira do Recife[846]. Apesar de a expressão "Fora, Espanha!" ter lhe vindo à mente após a leitura de "um artigo sobre o capoeira brasileiro", foram memórias de infância que o levaram ao momento um pouco posterior a um desfile de banda:

> Eu era bem criança e morava à Rua do Alecrim junto a um quadro de casinhas, onde hoje está edificada a "Garage Overland". Numa dessas casinhas morava uma pobre velha que tinha um único filho – moleque encapetado, já com fumaças de capoeira. Uma noite, o moleque foi comprar tapiocas ao pátio do Terço. Demorou a voltar, já a velha retirara a "macaca" de detrás da porta para as lamboradas do costume, quando o infeliz chegou, arrastado por alguns companheiros, com profunda navalha no peito. Poucos minutos depois teve de vida[847].

O capoeira, protagonista de uma história de violência e sofrimento, Samuel Campelo não lamentava que tivesse desaparecido. Tal história é por ele pensada entre lembranças do passado do Recife e leituras sobre a capoeira do Rio de Janeiro, sobre o velho enredo da capoeira na Monarquia e das deportações para Fernando de Noronha promovidas por Sampaio Ferraz no início da República[848]. Mas um novo capítulo da história da capoeira fluminense também emerge do texto do autor a partir da abstração de uma das propriedades – que hoje a alguns talvez pareça óbvia e única – dos capoeiras: "o indivíduo desordeiro que gingava à frente da música, para dar gosto ao seu feitio perverso, para ferir e matar, o capoeira portanto, era pernicioso. Mas a capoeira, o seu jogo de destreza, de força, de coragem, deveria ser aproveitado como coisa utilíssima que é"[849].

Esse esforço por abstrair a capoeira do capoeira vinha, no mínimo, de vinte anos antes e tinha o objetivo – por vezes bastante manifesto – de fazer o Brasil ser

---

[846] CAMPELO, Samuel. Fora, Espanha! *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XXVII, n.127-130, 1926, p.349-355.
[847] Idem, p.350.
[848] Idem, p.350-351.
[849] Idem, p.351.

reconhecido como igual às nações que possuíam seus próprios esportes de luta[850]. Igual ou superior, pois Samuel Campelo evoca a famosa "vitória do negro Ciriaco" em 1909 sobre um japonês que andou fazendo exibições públicas da luta de seu país, o jiu-jitsu, pelo Rio de Janeiro[851].

Tratava-se de Sada-Miako, que já havia vencido outros lutadores de capoeiragem brasileiros até enfrentar o estivador Ciriaco Francisco, conhecido por Macaco Velho, o qual após a vitória ganhou notoriedade por um tempo, concedendo entrevista a *O Malho* e realizando exibições públicas de capoeiragem na capital federal[852]. Esse evento não viria a repercutir em Recife apenas dezessete anos mais tarde, no artigo de Samuel Campelo. Ao contrário, esse artigo parece parte de uma trajetória de mudanças nas compreensões acerca da capoeira em Recife que parece ter ganhado força na época daquela derrota de Sada-Miako.

Na imprensa pernambucana, ela foi contextualizada pela pena do jornalista e político Gonçalves Maia. De acordo com ele, o sucesso recente do Japão na guerra contra a Rússia tinha tornado o país uma celebridade, de modo que uma das suas curiosidades disseminadas pela Europa "e logo adotadas foi o célebre jiu-jitsu, jogo de destreza do corpo"[853]. Esse interesse resultou na elaboração de compêndios, um dos quais em português, e crescia na medida em que o jogo se saía vencedor a cada novo desafio. Foi quando "o pretinho Ciriaco da Silva, natural de Campos e conhecido por 'Macaco'" desbancou um japonês.

Tudo bem, um boxeador já havia vencido um lutador de jiu-jitsu antes, mas contra a capoeira "o golpe ainda foi maior porque, estando em luta duas instituições semelhantes, a capoeiragem japonesa e a capoeiragem brasileira, foi literalmente vencedora a brasileira". Seguindo o raciocínio do autor, se as características do jogo oriental haviam feito sucesso na Europa, nada mais plausível do que achar que uma prática semelhante a ela, porém superior, teria recepção semelhante: "todas as vitórias são boas e fazem orgulho. Eu mandaria o Ciriaco à Europa"[854].

Embora alguns trabalhos acadêmicos tenham identificado o período por volta dos anos 1970 como o da divulgação da capoeira no exterior, já nas duas primeiras décadas do século a ideia de que a capoeiragem era motivo de orgulho nacional e podia

[850] Digo que vinha de no mínimo vinte anos porque no Rio de Janeiro foi publicado um artigo de Mello Morais Filho nesse sentido em 1889. BRETAS, Marcos. Op. cit., p.244.
[851] CAMPELO, Samuel. Op. cit., p.351.
[852] DIAS, Luiz Sérgio. Op. cit., 2000, p.100-103.
[853] *O Jiu-jitsu*. A Província, 23/07/1909.
[854] Idem.

representar o Brasil no estrangeiro não só era aceitável, mas se revertia também em práticas que mais tarde seriam entendidas enquanto uma busca pelo mercado externo:

> Quando o Sr. Sampaio Ferraz, como chefe de polícia dos primórdios da República, perseguiu e exterminou a capoeiragem, não imaginava, sem dúvida, que vinte anos depois assistiria a este grande acontecimento: a capoeiragem elevada à altura de um princípio... mundial. Sim, senhores, a nossa capoeiragem vai correr mundo, organizada em *tournée*, como qualquer outro campeonato. O campeonato começou anteontem no circo Spinelli, no Rio, e dali sairá para a América do Norte, em demanda dos teatros e do dólar dos apaixonados ianques. E como a capoeiragem, com a devida vênia do Sr. Sampaio Ferraz, é um jogo bonito e divertido e sobretudo *art nouveau* para os americanos, a tournée há de fazer um sucesso estupendo[855].

Se essa turnê de 1913 tivesse partido do Recife, tanto a exibição da capoeira nos ringues quanto o fato de ela ter se dirigido aos EUA poderiam ser entendidos com base na forma como se relacionavam a identidade nacional e a educação física esportiva ou a cultura física – duas designações comuns na época – na cidade no início dos anos 1910. Jiu-Jitsu, Ginástica Sueca, Luta Romana etc. conviviam entre exibições e desafios públicos (figura 4), testadas não só quanto ao nível de diversão que proporcionavam aos assistentes, mas também ao seu potencial terapêutico.

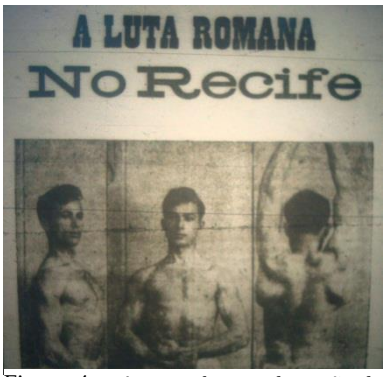

Figura 4 – Acompanhava a descrição do desafio de luta entre o "sportman" pernambucano Severino Guedes e o campeão Ton Jenkins. Jornal Pequeno, 19/06/1911.

Esse ambiente e a compreensão de que a capoeiragem era a parte que nele cabia ao Brasil fez com que em Recife a valorização da capoeira nos ringues se desenvolvesse no início daquela década, como aponta um anúncio de 21 de junho de 1914. Nele o Teatro Moderno, "mais confortável, elegante e amplo do Norte do Brasil, único construído de acordo com todas as exigências da última lei municipal, etc.", apresentava o "simpático sportman José Floriano Peixoto" que "entrará com o jogo à brasileira (capoeiragem)" contra o terrível campeão italiano Rinaldo na luta livre[856].

Mais tarde, no início dos anos 1920, Agenor Moreira Sampaio, o Sinhôzinho, teria nos ringues do Rio de Janeiro uma atuação aparentemente ainda mais destacada

---

[855] *Capoeiras... Teatrais.* A Província, 02/02/1913. Transcrito "da Plaléa de S. Paulo, em seu número de 24 de janeiro último". Sobre a divulgação da capoeira no exterior como um fenômeno da segunda metade do século XX, ver a vigorosa dissertação de Vivian Luiz Fonseca. Op. cit, p.52-58. Há também a tese de Maurício Barros Castro, que historiciza a questão a partir de uma definição específica do conceito de globalização: CASTRO, Maurício Barros de. *Na roda do mundo*: Mestre João Grande entre a Bahia e Nova York. 2007. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[856] *Teatro Moderno.* A Província, 21/06/1914. Teria sido realizada também uma festa para José Floriano, que ia viajar. Não é informado o destino.

que a de José Floriano Peixoto em Recife no primeiro lustro dos anos 1910[857]. Já em relação à Bahia, de acordo com a abrangente pesquisa bibliográfica realizada por Paula da Costa Silva, esse fenômeno começaria a ser observado cerca de vinte anos mais tarde através do intercâmbio de informações com o Rio de Janeiro[858].

Em Recife no final dos anos 1900 e início da década seguinte, circulavam ideias e exemplos provenientes dos Estados Unidos a respeito dos cuidados com o corpo através da Cultura Física em geral[859]. Porém, em relação particularmente ao papel da capoeira nesse ambiente era também o Rio de Janeiro a principal referência, o que ajuda a entender como as pessoas que até então praticavam uma capoeira associada aos mundos da pobreza e da criminalidade integraram o movimento de valorização da prática.

Frequentemente os autores que trataram das perspectivas positivas acerca da capoeiragem que se difundiam entre alguns setores letrados naqueles anos enfatizaram o esforço por dissocia-la das classes baixas com o objetivo de adequá-la aos padrões de civilidade que consideravam adequados[860]. Com efeito, o anúncio da luta livre entre José Floriano Peixoto, que entraria com a capoeiragem à brasileira, e o campeão italiano Rinaldo no Teatro Moderno era acompanhado da frase em negrito: "respeito, moralidade, ordem"[861].

Porém, não é que "os capoeiras", ou seja, aqueles que personificavam a relação entre capoeiragem e violência, não tenham tido lugar reconhecido nesse processo. Tiveram, ainda que, mesmo vivos, esse lugar fosse o passado. Quando da morte de Ciriaco em 1912, Gonçalves Maia o apresentou em sua coluna no *Jornal Pequeno* como "último representante talvez da capoeiragem nacional"[862]. Já na época da vitória sobre Sada-Miako, o autor havia estabelecido no tempo verbal a condição para a reabilitação da velha guarda da capoeiragem: "todos os povos possuem mais ou menos esse jogo de

[857] A respeito de Sinhôzinho, ver: PIRES, Antônio Liberac Simões. Op. cit., 2001, p.104.
[858] SILVA, Paula Cristina da Costa. *A educação física na roda de capoeira... Entre a tradição e a globalização.* 2002. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.92.
[859] *O Engenheiro social.* A Província, 31/07/1909; *Exposição de S. Luiz.* A Província, 19/01/1904.
[860] Dedicada especificamente a isso é a dissertação de Luiz Felipe de Oliveira Faustino. *Capoeiragem carioca*: da fina malandragem ao esporte civilizado (1885-1910). 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
[861] *Teatro Moderno.* A Província, 21/06/1914.
[862] *A nota.* Jornal Pequeno, 11/06/1912.

destreza. O português tem o jogo do pau, o inglês tem o box, o alemão tem o 'jogo das armas', o brasileiro tinha a capoeira"[863].

Assim, é no passado que "um sujeito modestíssimo, ignorado, sem instrução, um malandro da reserva, sem fortuna e sem qualidades brilhantes", enfim, "um simples homem do povo, anônimo" podia converter-se em signo daquela narrativa nacional ensejada pelo clima de emulação esportiva: "Vencera o Brasil. Não foi o Ciriaco; foi o Brasil"[864]. O mesmo ocorreu naquele anúncio da viagem de divulgação da capoeira pelos EUA em 1913, pois ao passo que se reconhecia a participação de homens do mesmo perfil de Ciriaco, eles não foram percebidos como o foco principal da capoeiragem naquele momento: "Da tournée fazem parte alguns capoeiras célebres, que a gente acreditava terem já desaparecido, como o Bexiga, que por enquanto é o campeão da trupe, o Marinheiro, o Moleque Olavo, o Canela Fina, o Pequeno e o Patrício"[865].

Assim, a alusão à repressão de Sampaio Ferraz no início da notícia explica o porquê de no final dela o autor tratar aquela turnê como um ressurgimento, positivo porque controlado: "ao menos no teatro..."[866]. Em outras palavras, talvez o interesse em compreender a capoeiragem por meio da ótica dos esportes atléticos tenha favorecido à difusão, já naqueles anos, do discurso segundo o qual a prática tal como era entendida nos últimos anos do Império fora suprimida pela polícia republicana.

Embora não tenha problematizado muito aquele discurso na conclusão de sua análise, Carlos Eugênio Soares percebeu essa associação entre ele e o tom favorável à capoeiragem. O autor cita o artigo de Melo Morais Filho, de 1889, mas afirma que a abertura do campo para um resgate de capoeira se deu mesmo com a revista Kosmos[867]. Trata-se especificamente da edição de março de 1906, que se encerra com as nove páginas do artigo de Lima Campos intitulado "A Capoeira"[868].

Ao tratar a "nossa capoeira" como a mais eficiente das "cinco grandes lutas populares" existentes pelo mundo ou como uma prática essencialmente defensiva, esse artigo dá sinais de ter sido a principal fonte daqueles que em Recife tentariam dissocia-

---

[863] *O Jiu-jitsu*. A Província, 23/07/1909. Como se verá, anos mais tarde Samuel Campelo também tratou a capoeira como algo que havia acabado.
[864] *A nota*. Jornal Pequeno, 11/06/1912. De acordo com o autor, Ciriaco "fizera, não a Europa como a modinha popular, mas o Japão curvar-se ante o Brasil".
[865] *Capoeiras... Teatrais.* A Província, 02/02/1913.
[866] Idem.
[867] SOARES, Carlos Eugênio. Op. cit., p.11-12.
[868] *A Capoeira*. Kosmos, ano III, n.3, março de 1906. Na assinatura do artigo na revista consta apenas L.C. Tomei conhecimento do nome do autor através de DIAS, Luiz Sérgio. Op. cit., 2000, p.54 (nota 24).

la do universo do crime, de Gonçalves Maia em 1909 a Samuel Campelo em 1926[869]. Pelo menos desde 1907, a revista Kosmos tinha um agente comercial em Pernambuco, portanto é plausível supor que a edição de março de 1906 logo circulou em Recife[870].

De qualquer forma, esse não foi um texto lembrado apenas quando da sua publicação. Cinco anos mais tarde, em 1911, o *Jornal Pequeno* estamparia em sua primeira página, entre os dias 24 e 29 de junho, cada uma das ilustrações de Calixto para aquele artigo, acompanhadas do título "A Capoeira" e das legendas em forma de diálogo explicando os movimentos da capoeiragem, enquanto as imagens retratavam a luta[871].

Assim como a ressonância das interpretações em torno da capoeira no Rio de Janeiro do final dos anos 1880 foram importantes para a difusão em Recife da concepção segundo a qual ela caracterizaria depreciativamente a relação entre os negros e a política naqueles anos, no início dos anos 1910 se difundirão nesta cidade através de Kosmos as virtudes da capoeira nacional, e não negra, "porque a capoeira não é portuguesa nem é negra (...) é cruzada, é mestiça"[872]. Portanto, ao contrário dos tempos da "Guarda Negra", a capoeira agora representava a todos e a sua origem se verificava em dois pontos do país onde o nativismo levara no passado a confrontos com o colonizador:

> Ao norte em Pernambuco, nos primeiros faquistas contra o marinheiro, como, em represália à antonomásia de cabritos, apelidavam os cafajestes o ex-possessor, apelido, aliás, honroso e, ao sul, aqui no Rio, nos primeiros capoeiras propriamente ditos (porque a capoeira, a legítima é por excelência carioca)[873].

---

[869] *A Capoeira*. Kosmos, ano III, n.3, março de 1906. Citei esses dois autores como uma espécie de limite cronológico de um período no qual a presença daquele artigo nas referências à capoeira na imprensa recifense eram diversas e por vezes sutis. Por exemplo, no início de 1911, ironizando o problema dos gatunos, uma coluna da *Província* conta um pesadelo no qual o narrador, um "cidadão pacífico e cordato" encontrava um "sujeito desconhecido" junto ao fogão de sua casa e o enfrentava com "socos, coices, rasteiras, rabos de arraia, prises e reprises; uma mistura de luta romana, capoeiragem e jiu-jitsu". Apesar de misturar três lutas, algumas expressões utilizadas por ele seriam gírias da capoeiragem indicadas naquele artigo de Kosmos. *Luta medonha!* A Província, 27/02/1911.

[870] Jornal Pequeno, 21/05/1907, p.2, c.4; Jornal Pequeno, 19/02/1907, p.2, c.4 (nesse anúncio de recebimento do último número da *Kosmos*, ela é tratada como a maior revista brasileira); Correio do Recife, 22/06/1908, p.2, c.4.

[871] A primeira legenda copiada é a da segunda imagem, pois a da primeira, que em Kosmos trata do início do diálogo, não consta no *Jornal Pequeno*. A partir da terceira imagem, antes da legenda o *Jornal Pequeno* acrescentou a expressão "calão técnico". A quarta imagem, que representaria "calço ou rasteira" na revista, na folha recifense foi posta como "meter o andante". A propósito, essa legenda seria da última imagem em Kosmos, enquanto na última imagem o jornal incluiu a legenda que havia nessa. *A Capoeira.* Jornal Pequeno, 24-29/07/1911.

[872] *A Capoeira.* Kosmos, ano III, n.3, março de 1906. P.57.

[873] Ibidem.

Essa era a interpretação da imprensa fluminense sobre a história da capoeira como o esporte brasileiro que chegava a Gonçalves Maia em fins dos anos 1900. Nela, por um lado, as pessoas tradicionalmente associadas à capoeiragem eram alçadas à condição de representantes da nação desde que permanecessem no passado e, por outro, Pernambuco era situado em segundo lugar, atrás apenas do Rio de Janeiro, nessa tradição. Não é de estranhar-se, portanto, que a vitória de Ciriaco tenha parecido ao jornalista e político pernambucano "uma glória para o Brasil e para as velhas tradições Nagoas e Guaiamus, no Rio, ou Quarto e Espanha, em Pernambuco"[874].

Quando pôs Quarto e Espanha de Pernambuco ao lado das duas antigas maltas de capoeiras do Rio de Janeiro na posição de antepassados da capoeiragem como luta atlética, o autor não parecia ter em mente que menos de dois anos antes, em uma rua do Recife, Sebastião José Francisco havia sido preso por estar praticando a capoeiragem com um menor aos gritos de "Fora a Espanha"[875]. Talvez já nessa época fosse possível explicar por um viés folclorístico a permanência no presente do que se consideravam práticas do "povo" cujo lugar eram os tempos idos. No entanto, em relação especificamente à capoeiragem, o que parecia decisivo era a apropriação dela no crescimento das discussões acerca da cultura física e do confronto entre os esportes nacionais, o que conduziu à sua dissociação do universo do crime por meio da dissolução da figura do capoeira.

Como foi visto acima, isso se traduzia na projeção ao passado da percepção da capoeiragem como uma prática coletiva de violência em frente às bandas, da mesma forma que no Rio de Janeiro se considerava a repressão republicana como o fim das maltas, a capoeira institucional que definia a existência dos "capoeiras". Por outro lado, a fundação desse passado para o esporte nacional exigia uma delicada operação por meio da qual no presente ele fosse percebido não mais como uma identidade social de pessoas vinculadas à criminalidade e sim como algo passível de ser abstraído daqueles praticantes em sua dimensão estritamente relacionada ao aperfeiçoamento do corpo e às disputas esportivas: o gestual.

---

[874] *O Jiu-jitsu*. A Província, 23/07/1909. Sobre o Quarto e o Espanha, ver o capítulo anterior.

[875] *Capoeiras em ação*. Correio do Recife, 31/10/1907. Talvez Gonçalves Maia estivesse no Rio de Janeiro nessa época, como quando escreveu sobre a morte de Ciriaco três anos mais tarde. Em Folk-lore Pernambucano, oscilando entre situá-los no passado e no presente, Pereira da Costa apresenta o partidarismo dos capoeiras no presente, mas no passado o seu ritual: "Os capoeiras, nos delírios do seu entusiasmo, com o chapéu na coroa da cabeça, gingando, pulando e brandindo o seu cacete, tinham frases rimadas que atiravam em desafio". Op. cit., 1908, p.242.

Na década de 1900, cada vez mais as notícias de violências e ferimentos em lutas de rua em Recife adquirirão um certo grau de detalhamento em relação à capoeiragem, percebida como um conjunto específico de movimentos ou habilidades corporais[876]. Mesmo quando apresentado de maneira negativa, isso constituía um atributo que poderia ser examinado e adjetivado independentemente das outras características pessoais dos sujeitos que o possuía:

> Às 9 horas da noite de ontem, um soldado do 1º corpo de polícia, cujo nome não sabemos, acompanhado do asilado conhecido por Manoel "Dezoito", na estrada do Rosarinho, distrito das Graças, promovia desordens, dirigindo insultos, esbordoando pessoas, etc. Ambos esbravejavam, quando apareceram no lugar acima, os populares Manoel Pedro e Zeferino de tal. Imediatamente os dois arruaceiros puseram-se a ensaiar passos de capoeiragem, ao mesmo tempo em que dirigiam insultos e convidavam para brigar os dois populares[877].

Da mesma forma foi noticiado o caso da ex-praça do 27º batalhão de infantaria João Dantas, que teria provocado "toda gente sapateando numa capoeiragem grotesca e ridícula" certo dia em São José, e a luta entre Passarinho e Boi Malhado, na qual este, "mais lesto, mais traquejado em matéria de capoeiragem, vibrou no outro valente paulada ferindo-o na cabeça"[878]. Passo, sapateio, saçarico, traquejo, a capoeiragem figurava como uma "matéria" na qual se poderia ser "exímio" ou "adestrado"[879], ou seja, ela poderia ser aprendida por meio da observação e da descrição baseada em um vocabulário próprio, uma gíria.

Por meio da gíria, um saber acerca daquele que agora se tornava um esporte atlético podia ser compartilhado entre pessoas letradas, a exemplo da coluna da *Província* de 31 de março de 1909, intitulada "Termos e Locuções (Ensaios de lexicografia popular)". Como em um vocabulário, nela constam: "Calço – termo de capoeiragem; colocar o pé junto ao pé do adversário e, em seguida, empurrar este de

---

[876] Por exemplo: A Província, 31/07/1900, p.1, c.3; Também o já citado: *Mulher Capoeira.* Correio do Recife, 09/04/1906.

[877] *Conflito no Rosarinho*. Correio do Recife, 27/04/1908.

[878] *Homem valente. Prudência de dois policiais*. Correio do Recife, 20/12/1907. *"Boi Malhado" e "Passarinho". A ferro e a péo* (sic). Correio do Recife, 21/07/1908.

[879] Além do segundo caso da nota acima, ver: Jornal Pequeno, 10/01/1907, p.1, c.3: "Uma praça de polícia corria ontem, às 4 horas da tarde pela Rua do Riachuelo em perseguição de um popular que esbofeteara a um menor na Rua da Aurora. O perseguido, adestrado no exercício da capoeiragem, num dado momento diminuiu a carreira, dando lugar a que a praça o seguisse; mas foi lograda, pois o indivíduo abaixa o corpo, e dá na praça grande queda sobre o calçamento. Em seguida desapareceu. O policial levantou e tomou a direção da Rua do Sossego, recebendo formidável vaia dos garotos".

surpresa, para fazê-lo cair (...) Americana – termo de capoeiragem; colocar as mãos no chão e jogar os pés contra o adversário"[880].

Nos debates políticos analisados no primeiro capítulo desta dissertação, a noção genérica de povo como o conjunto da nação em momentos de grande tensão entrou em conflito com a compreensão de povo enquanto designação das camadas inferiores – em variados sentidos – da população. A publicação dos "termos de capoeiragem" como um "léxico popular" naquele início de anos 1910 possivelmente pode ser entendido no movimento de encontro entre as duas concepções diante da interpretação de que era nas camadas mais humildes e não no cosmopolitismo das elites que se poderia encontrar as tradições constitutivas da identidade nacional.

Há indicações disso na documentação, mas é uma questão na qual não posso enveredar a essas alturas deste trabalho. De qualquer forma, em relação à capoeiragem, os diálogos e verbetes eram publicados em uma variedade linguística atribuída não só às pessoas pobres em geral, mas ao "Pessoal de Arrelia", ou seja, especificamente o segmento que tinha passagem pela polícia, o qual nesse contexto era percebido como portador de uma linguagem e um saber importantes porque constitutivos dos costumes da nação:

> Uma prosa entre dois *capoeiras*, de espavento:
> "- seu mano, ele grelou pra mim, todo se ocando,
> E então quando eu bispei e vi o movimento,
> O menino era bom, já tava vadiando...
>
> "Aí não quis sabê, puxei o suprimento,
> Fiz-me na ferramenta e fui logo botando.
> Mas o cabra era bicho, e veio num momento
> Me buseá adonde eu tava sassaricando...
>
> "Aí fiz-me de mole... o cabra ficou aneho,
> Partio... eu trastejei... ele armou a tapia...
> Eu descaí um pouco... e zás... passei-lhe o gancho".

[880] *Termos e Locuções (Ensaios de lexicografia popular)*. A Província, 31/03/1909. Outro significado para Calço, posto logo em seguida: "Quantia que os frequentadores dos catimbáus depositam em uma salva, sem o que os mestres não acodem a evocação. Há calços de cobre, prata e até de ouro. O mestre Carlos não faz questão da espécie do metal, recebe tudo; outros, porém, mais exigentes, como o príncipe de Canindé, só aparecem vendo na mesa ouro ou prata". Como já foi mencionado, pode-se pensar em um movimento mais amplo de esquadrinhamento de práticas consideradas "populares" e desde aquela época de alguma forma dignas de interesse para a definição do caráter ou da peculiaridade nacional, embora aqui eu particularmente me detenha na discussão em torno da capoeira como esporte. Rita de Cássia aponta, por exemplo, que a inclusão de imagens de negros e índios nas notícias sobre o carnaval de 1910 pode estar relacionada ao esforço por conceber uma identidade nacional calcada em elementos que distinguissem o Brasil dos referenciais europeus até então expressos na iconografia da imprensa durante os festejos. Op. cit. P.386-396. Nesse sentido, ver a partitura publicada na primeira página do *Jornal Pequeno* de 01/02/1913 com o título: *A dança que está fazendo sucesso em Paris (Maxixe Bresilienne) Vem cá mulata.*

> E inda prosaram muito os *cabras estourados*
> É bem melhor ouvir o pessoal de arrelia,
> Agrada mais, leitor, do que certos letrados[881].

O pessoal de arrelia – expressão que chegou a servir de título para as colunas policiais de alguns jornais do Recife[882] – era nesse caso "dois capoeiras". Em 1911, ano dessa publicação, a identidade "capoeiras", que unia no "pessoal de arrelia" o agora esporte nacional e a criminalidade, pouco aparecia na imprensa e menos ainda nas documentações policial e judiciária. No entanto, isso não significa que ela tenha simplesmente desaparecido tão logo surgiu o interesse em isolar e valorizar um gestual que a compunha. Ao contrário, ao menos por um tempo as duas coisas conviveram, o que pode ser observado, por exemplo, na notícia da prisão de Francisco de Paula Solano em 03 de fevereiro de 1908, por estar no pátio do mercado de São José promovendo distúrbios embriagado: "O devoto de Baco acima citado além de dar-se ao vício da embriaguez é traquejado em matéria de dar cocadas, sendo um exímio capoeira"[883].

Porém, apesar de não ter desaparecido, "capoeira" como uma identidade social é cada vez menos encontrada nas fontes no início da década seguinte, até mesmo no uso tradicionalmente marcado de referência aos desfiles das música. Ainda em 1908, porém, a notícia do *Correio do Recife* intitulada "Bulha entre capoeiras no passo do cateretê" interpreta a partir desse novo olhar sobre a capoeiragem uma luta altamente significativa. De um lado, havia alguém cujo apelido remete à figura do capoeira em frente às bandas, o Moleque Catarina, e, do outro, Apolônio da Capunga, um dos emblemas da política de rua mencionada por alguns memorialistas e que parte da imprensa dos primeiros anos do século XX atribuía a diversos indivíduos e particularmente ao grupo conhecido como "brabos da Capunga"[884].

Conforme o jornal, em 05 de fevereiro Apolônio decidiu cobrar ao Moleque Catarina os dois mil réis que este lhe devia. Encontrando-o às três horas da tarde, teve como resposta a rejeição definitiva da sua exigência de pagamento:

> Esta resposta encolerizou sobre modo a Apolônio, que sem mais nem menos, bateu mão à ferragem, e tocou a sassaricar. O moleque, bicho cotuba afeito a estes exercícios de capoeiragem, deu uns saltos, e entrou valente no samba, um-cateretê variado ao qual não faltaram o indefectível quiri, e a respeitável e tradicional faca de ponta. Os bichos eram bons, e muita gente afluiu ao local

[881] *Pessoal de Arrelia.* A Província, 05/04/1911.
[882] Ver, por exemplo: *O Pessoal de Arrelia*. Diário de Pernambuco, 01/07/1906.
[883] *Um devoto de Baco. No azar*. Correio do Recife, 04/02/1908; Em outro caso, um pouco anterior, a expressão é o título da local: *Capoeiras*. Correio do Recife, 09/08/1905.
[884] Sobre esse último ponto, ver: *Barulho na Encruzilhada. Arcanjo não morreu. Derrota dos brabos da Capunga.* Jornal Pequeno, 14/04/1903. Voltarei a essa notícia no epílogo da dissertação.

> em que os dois arruaceiros jogavam cristas, e num certo momento em que o "Moleque Catarina", desviou os mirantes do adversário, teve que receber no alto da carapuça, formidável pancada[885].

As últimas aparições da classificação "capoeiras", como essa acima, já não foram as que atrelavam genericamente um Paula Neri e um Nicolau do Poço em 1889 aos crimes e vícios do povo da Guarda Negra, que teriam se prolongado pela República. Embora Apolônio e o Moleque sejam tratados como "arruaceiros", no centro da notícia está a luta, os movimentos interpretados em alusão ao cateretê e ao samba, em um percurso no qual os então considerados "divertimentos populares" significam a um só tempo curiosidade e perigo, tradição e desordem.

Portanto, a meu ver esses são os momentos iniciais de uma mudança das concepções acerca da capoeiragem e de sua relação com as noções de povo e nação. Sua disseminação é o que possibilitará a Eustórgio Wanderley cerca de quarenta anos mais tarde apresentar Nascimento Grande, contemporâneo de Apolônio e Catarina, como um "tipo popular" que conhecia "bem o jogo nacional da 'capoeiragem'", pois seria capaz de derrotar o adversário "em pouco tempo com uma rasteira inesperada, uma cabeçada violenta ou um 'rabo de arraia' irresistível"[886].

O redator na notícia da luta não fez muito caso de após a pancada o Moleque Catarina ter sido levado "preso para o xadrez pelo seu agressor que nada sofreu"[887]. Porém, essa aproximação entre Apolônio da Capunga e a policia, que, ao que tudo indica, era parte de uma relação complicada com forças políticas do estado, é algo que na documentação se destaca mais a seu respeito do que o conhecimento dos exercícios de capoeiragem[888].

O caso dele é um dos exemplos de que o desaparecimento da identidade coletiva "capoeiras" da documentação esteve associado ao percurso semântico da capoeiragem e não ao desaparecimento, por vias de repressão, dos sujeitos a quem era atribuída tal identidade. Com efeito, a única referência a Apolônio como capoeira que encontrei foi aquela de 1908, mas ele não desapareceu das fontes após esse ano ou 1911. Muito pelo contrário, entre acusações e absolvições, Apolônio estará entre os acusados do assassinato político do jornalista Trajano Chacon em 1913[889].

---

[885] *Bulha entre capoeiras no passo do cateretê*. Correio do Recife, 06/02/1908.
[886] WANDERLEY, Eustórgio. Op. cit., 1954, p.94.
[887] *Bulha entre capoeiras no passo do cateretê*. Correio do Recife, 06/02/1908. Depois ele teria sido levado do xadrez à Casa de Detenção.
[888] A respeito dele, ver: OZANAM, Israel. Op. cit., 2011.
[889] Ele foi levado a júri e absolvido em 1912 por ter assassinado o seu compadre José dos Santos. Jornal Pequeno, 13/04/1912, p.1, c.5; Jornal Pequeno, 17/04/1912 (o promotor ainda recorreu da decisão). Sobre

Se no fim dos anos 1900 ele, como Nascimento Grande, volta e meia dava demonstrações do "jogo nacional da 'capoeiragem'", nada leva a crer que dez anos mais tarde fosse diferente. Dez anos no mínimo, pois a última fonte sobre Apolônio da Capunga encontrada por mim data de 1920, mas não é um atestado de óbito ou uma notícia de sua morte e sim uma petição do 3º promotor público da capital, solicitando o arquivamento das diligências policiais que o acusavam de ter em 23 de março de 1920 tentado assassinar "no largo da feira, distrito da Encruzilhada" o inspetor de quarteirão José Adolfo dos Santos[890].

Os registros policiais que consultei não permitem um cálculo preciso das idades de Apolônio e Catarina quando lutaram em 1908, podendo oscilar de 26 a 31 anos para o primeiro e de 20 a 23 para o segundo. Mas outras informações a respeito deles nas quais há alguma regularidade os põem em posições um tanto diferentes. Ao contrário do seu adversário, Felipe Neri – pois esse era o outro nome do Moleque Catarina – não foi citado pelos memorialistas, apesar das abundantes referências a ele na documentação policial e nos jornais do início do século.

Enquanto Apolônio foi registrado pela polícia como pardo claro, alfabetizado e pertencente ao organizado universo profissional dos artistas, o Moleque Catarina seria preto, pombeiro e analfabeto[891]. O seu apelido remete à imagem difundida do capoeira menino de rua que acompanhava os desfiles das músicas, como Manoel Tibúrcio, conhecido por Marechal, também preto, pombeiro, analfabeto e, ao contrário dele, lembrado por Guilherme de Araújo entre os capoeiras que se destacavam sempre frente às bandas[892].

Apesar disso, é a trajetória de Felipe Neri, o Moleque Catarina, a mais documentada dos dois. Ainda que tivesse algumas familiares morando no bairro da Madalena, às quais precisava dar alguma assistência, Catarina teve a sua vida marcada pela rotina no pátio do mercado de São José, entre conflitos no mundo dos pescadores, relações complexas com a polícia, tentativas de empréstimos e a apropriação direta de

---

o seu envolvimento na morte de Trajano Chacon no ano seguinte, ver: *Dr. Trajano Chacon.* A Província, 15/08/1913.

[890] *Autuação de uma petição do Dr. 3º promotor público acompanhada das diligências policiais contra Austricliniano Procópio da Colônia, vulgo "Apolônio da Capunga" para o fim na mesma declarado*. Juízo Municipal da 3ª vara criminal do Recife, 27/04/1920. (IAHGP), p.3.

[891] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/74 (1910-1911), p.155; *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/76 (1912-1913), p.187.

[892] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/72 (1909-1910). ARAÚJO, Guilherme de. Op. cit., p.120. O autor cita Machadinho "Marechal", o que parece remontar a duas pessoas diferentes, igualmente conhecidas das notícias policiais da época.

meios de subsistência[893]. Em todos esses aspectos, são inevitáveis os paralelos entre ele e algumas pessoas comentadas no capítulo anterior.

Assim como Adama, Felipe Neri foi deportado para Fernando de Noronha nos anos 1900[894]. Embora no seu caso eu não tenha encontrado uma indicação direta dos motivos da deportação, isso parece ter ocorrido após um grande conflito no pátio do mercado, e que prosseguiu no pátio do Terço, entre ele e cinco policiais que tentavam prendê-lo em fins de maio de 1906[895]. Pouco tempo depois, saiu de Fernando de Noronha e voltou ao pátio do mercado enfrentando sérios problemas financeiros, de maneira que Apolônio da Capunga não foi o único a quem ele recorreu.

No entanto, após o conflito entre os dois, o Moleque Catarina talvez tenha ficado com uma fama de mal pagador, pois Eduardo de Lira, conhecido por Chatinho, se recusou a emprestar-lhe mil réis poucos meses depois[896]. Catarina reagiu com bastante violência à recusa e foi preso no dia seguinte às seis horas da manhã, quando "estava no Pátio do Mercado comendo um pedaço de queijo que havia recusado a pagar"[897]. Decerto era bastante comum práticas como essas serem atribuídas a alguém tratado como "célebre desordeiro, bastante conhecido da polícia", ou seja, elas não eram necessariamente um sintoma de que o sujeito enfrentava dificuldades financeiras[898].

Jovino dos Coelhos, por exemplo, era conhecido por não pagar os produtos que adquiria nas vendas, mesmo não sendo considerado um desvalido[899]. No entanto, o caso de Felipe Neri me parece diferente. Não era só o apelido de moleque que remetia à pobreza nas ruas; no mercado e adjacências, especialmente a Rua do Fogo e o pátio de São Pedro, a sua experiência foi marcada pela privação e por sociabilidades que não parecem indicar relações verticais[900]. Ao invés disso, quando é descrito estabelecendo algum vínculo com outras pessoas, é em situações como a que se queixou de ter sido

---

[893] *Conflitos em São José.* Correio do Recife, 05/03/1908, p.2, c.1; *O moleque Catarina. Soldados smarts.* Correio do Recife, 05/02/1908; Jornal Pequeno, 15/01/1904, p.2, c.1: "Manoel Felipe Neri, vulgo Catharina, veio preso hoje da Madalena por estar armado de faca e cacete. Diz Catharina que assim procedia para afugentar os *cães?* Que estão cercando a casa de umas suas parentas na Madalena. – Quem sabe o que estarão fazendo eles por lá a estas horas? Dizia Catharina a uma praça de polícia. Catharina é freguês assíduo da cadeia".

[894] *Sempre o Caterina.* Correio do Recife, 28/04/1908.

[895] Ele era apresentado pela imprensa como um problema para São José, mas por meio dela mesma fica a impressão de que as coisas não eram tão simples, pois quando foi preso naquela ocasião o jornal declarou: "O acompanhamento de populares era numerosíssimo, uns se mostravam contra a polícia e outros a favor". Correio do Recife, 21/05/1906, p.2, c.3.

[896] *Herói de mil façanhas...* Jornal Pequeno, 07/07/1908.

[897] Ibidem.

[898] Correio do Recife, 26/05/1908, p.2, c.3.

[899] *Ofício e diligências da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 24 de março de 1908*. Fundo SSP, Vol.442 (Jan./Jun. 1908), APEJE; *Jovino dos Coelhos*. A Província, 06/07/1909.

[900] Correio do Recife, 06/06/1908, p.1, c.5.

furtado pelos ladrões com os quais pernoitou em um sobrado abandonado no pátio de São Pedro[901].

Em uma rua contígua ao pátio, porém, ele demonstrava, assim como Baiano, compartilhar com homens das mais variadas posições sociais aquelas concepções mencionadas anteriormente acerca da masculinidade, que se revertiam em atitudes específicas para com as mulheres ou os homens que se interpunham às suas relações com elas[902]. Se é que não o estimulou, o nome "moleque" não o impediu de encarar nesses termos o fato de em abril de 1911 a sua antiga companheira ter, de acordo com o *Jornal Pequeno*, se apaixonado por João Batista, conhecido como Pinto, que por isso foi desafiado para lutar por Felipe Neri[903].

Cinco anos depois, em 1916, ele seria preso em flagrante por ferir Izabel Maria Ferreira na Rua do Fogo[904]. Seria a mesma que prestou queixa contra ele oito anos antes?[905] Apesar das diferenças entre ele e Apolônio da Capunga, a data dessa ocorrência expõe um importante aspecto que na trajetória dos dois não foi diferente: nenhuma "repressão à capoeiragem" os matou ou removeu do convívio social entre o final da década de 1900 e o ano de 1911[906].

Isso significa que uma atuação semelhante à daquela luta de 1908 pode, também da sua parte, ter sido ainda realizada (e ensinada) ao longo dos anos 1910. Mas não na década seguinte como Apolônio. O pátio do mercado de São José veria uma luta de Felipe Neri, o moleque Catarina, pela última vez em 08 de fevereiro de 1919, quando ele recebeu de Manoel Leôncio, conhecido por Miolo, um ferimento de navalha que atingiu desde o lado direito da face até o crânio, levando-o à morte[907].

---

[901] *Uma providencia*. Correio do Recife, 06/06/1908. A providência que se pede é contra os ladrões e não contra ele.

[902] Correio do Recife, 04/05/1908, p.1, c.2. Trata-se da queixa de uma mulher residente na Rua do Fogo, segundo a qual Felipe Neri, o "Catherina", quis espanca-la após "ter ela recusado aceitar propostas libidinosas feitas pelo citado indivíduo".

[903] Jornal Pequeno, 18/04/1911, p.2, c.4.

[904] *Ofícios da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 06 e 13 de julho de 1916*. Fundo SSP, Vol.457 (Jul./Dez. 1916), APEJE.

[905] Ver, logo acima, nota 902.

[906] Em 1912 Felipe Neri foi acusado de provocar ferimentos com um punhal: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 05 de dezembro de 1912*. Fundo SSP, Vol.451 (Nov./Dez. 1912), APEJE; No ano seguinte, esteve preso como desordeiro juntamente a Ulisses Pedro, que pelo apelido "Olho de Pombo" talvez fosse companheiro de profissão: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 01 de agosto de 1913*. Fundo SSP, Vol.453 (Jul./Dez. 1913), APEJE. Mas foi logo solto e preso novamente no final do ano "enquanto promovia desordens": *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 07 de novembro de 1913*. Fundo SSP, Vol.453 (Jul./Dez. 1913), APEJE.

[907] A morte e o autor são informados na documentação policial: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 15 de março de 1913*. Fundo SSP, Vol.460 (1919), APEJE. Quando noticiou o caso, a *Província* só disse que ele foi encontrado no pátio do mercado com o ferimento mencionado, mas ainda estava em estado grave. *"Catarina" foi ferido gravemente.* A Província, 09/02/1919, p.1, c.6. Já o

A arma que o matou, a navalha, em algumas notícias da época foi descrita como a sua arma, além do toro de mangue[908]. Este último é mencionado, por exemplo, em maio de 1908, na ocasião em que "estava jogando no cais do Apolo, em companhia de outros camaradas" e feriu um policial do qual era desafeto por uma briga anterior no pátio do mercado[909].

Na notícia não se diz qual era o jogo e ninguém é tratado como "capoeira". A propósito, não encontrei Felipe Neri assim designado nenhuma vez após a luta com Apolônio da Capunga daquele mesmo ano, de maneira que nela a própria designação parece ter sido utilizada apenas como alusão a dois turbulentos ou desordeiros que praticavam os exercícios de capoeiragem, sem nenhum desdobramento em outras práticas daqueles homens ou implicação maior no sentido de serem conhecidos como capoeiras pela polícia ou pela imprensa.

No entanto, o fato de tal classificação ainda aparecer nesse momento merece ser destacado para indicar a impossibilidade do estabelecimento de uma linearidade rígida no movimento por meio do qual o tipo social do capoeira desapareceu e a capoeiragem passou a significar um esporte nacional caracterizado pelo gestual. Outro ponto, ainda mais importante para explicar o sentido da atenção que a imprensa dedicava aos "exercícios de capoeiragem" naquele momento, é a existência de referências anteriores, ainda dos anos 1890, ao gestual do capoeira.

Dois aspectos dos poucos documentos que encontrei nesse sentido me parecem intrigantes. Em primeiro lugar, apesar de se referirem ao gestual, eles não o distinguem do capoeira como fez o código penal de 1890; não havia uma preocupação em entender o "jogo" dos capoeiras, com seus saltos e cabeçadas, como um conjunto específico de exercícios. Com efeito, apesar de o artigo 402 do código referir-se à capoeiragem como "exercícios", a discussão parlamentar que antecedeu aquele texto – e da qual extraí a epígrafe desta dissertação – demonstra as indefinições existentes naquele período em torno do que consistiam tais exercícios. Afinal, era na ação coletiva que a capoeiragem adquiria sentido; era nela, não em um gestual, que chamava a atenção e preocupava:

> Qualquer movimento de corpo que se assemelhasse ao de um capoeira daria lugar a que a autoridade policial ou judiciária enxergasse o crime de capoeiragem em quase todos os crimes cometidos contra as pessoas (...) Ora,

---

pombeiro Marechal do qual falei acima ainda estava vivo em 1920: *Ofícios da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 31 de maio e 04 de agosto de 1920*. Fundo SSP, Vol.461 (1920), APEJE.

[908] Ver os já citados: *Herói de mil façanhas...* Jornal Pequeno, 07/07/1908 e *Sempre o Caterina*. Correio do Recife, 28/04/1908.

[909] *"Caterina"*. Correio do Recife, 04/05/1908.

> quando se carrega a mão tão pesadamente sobre o delito de capoeiragem, convém que ao menos esse delito seja perfeitamente definido. Eu entendo, senhores, que o delito de capoeiragem que é um produto quase peculiar da cidade do Rio de Janeiro, e que me consta começa a aparecer na cidade do Recife, não é um crime de pessoa isolada, nem que se possa dar nos lugares do interior; é crime próprio das nossas grandes cidades, cometido por ociosos e turbulentos; é uma impureza das espumas da população. *(Apoiados.)* Sendo assim, o crime de capoeiragem não pode ser definido sem os elementos essenciais de sua constituição, quais são, a meu ver, o ser perpetrado nas cidades, vilas, povoados e em reunião ou agrupamento nas praças e ruas[910].

Em segundo lugar, nenhum daqueles documentos trata de alguma situação em particular observada na cidade, mas sim de metáforas nas quais se comparava algo a um capoeira, seja um carneiro que dava cabeçadas como um capoeira, seja alguém que na pressa para fugir da chuva "estava feito um capoeira que se *diverte* com outro, isto é aos saltos"[911]. Talvez não por coincidência tenha sido na literatura que encontrei uma descrição mais detalhada do gestual dos capoeiras em Recife ainda nos anos 1890, seja no já comentado personagem Guilherme, de *Sua Majestade, O Vício,* que "balanceava o corpo e a cabeça; isto é: *gingava"* em frente à banda, seja no romance *Passionário*, publicado por Teotônio Freire em 1897[912].

O segundo capítulo da obra narra a realização de uma festa, cuja dança principal seria o coco, na casa de uma viúva chamada Mônica, situada em São José. Tanto o comentário sobre o que se passava entre os curiosos que olhavam a festa do lado de fora – no chamado "sereno" – quanto a descrição do movimento das umbigadas como parte do coco, também designado samba, lembram as notícias de cenas de crimes abundantes nos jornais daquela época[913].

Em meio à dança, um "conhecido naquela redondeza como turbulento e de más entranhas" chamado Neco se insinua para a protagonista Lúcia, uma costureira que no

---

[910] Trecho da fala do deputado Duarte de Azevedo que se segue à apresentada na epígrafe da dissertação. *Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Segunda sessão da vigésima legislatura*. De 27 de abril a 2 de junho de 1887. Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Sessão em 29/08/1887, p.486-487: "Prosseguimento da 3ª discussão do projeto n.49 de 1886 estabelecendo penas para o uso de armas proibidas e para os vadios, vagabundos e desordeiros". Uma parte da fala foi citada, sem uma discussão nesse sentido, como epígrafe do capítulo *A Alma das Ruas* em DIAS, Luiz Sérgio. Op cit., 2001, p.27.

[911] *Meadas.* Gazeta da Tarde, 09/05/1890. Grifado no original; *Carneiro capoeira.* Gazeta da Tarde, 07/05/1890. Há uma referência rápida a berimbau em: *"A guarda-negra... na bagagem".* Diário de Pernambuco, 15/02/1890. Mas com algum detalhamento, só mais tarde, quando se disser no mesmo jornal, na edição de 09/02/1922, que o musicista Moraezinho era "exímio tocador de berimbau" Cf. RABELLO, Evandro. *Memórias da folia*: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa (1822-1925): Recife: Secretaria de educação e cultura do estado de Pernambuco. p.124.

[912] *Sua Majestade, O Vício.* Folhetim 2. Gazeta da Tarde, 24/06/1891; FREIRE, Theotônio. *Passionário e Regina.* 2 ed. Recife: Lucilo Varejão Filho, 2005.

[913] Ver, entre muitas outras, as notícias: *Três navalhadas em um sereno.* Correio do Recife, 30/06/1908; *Consequências dos sambas.* Gazeta da Tarde, 01/07/1891; Jornal Pequeno, 21/01/1904, p.1, c.6 (na qual consta uma interessante descrição das "embigadas" em um coco). FREIRE, Theotônio. Op. cit., p.23-29.

romance é a personificação da pobreza honrada[914]. Após ser repelido em seus intentos, ele, já um tanto embriagado, fica enfurecido a acusa a moça de ter passado a andar "metida com a gente graúda e na prosa com os doutores", desdenhando por isso os seus[915].

Neco desafia então os presentes a dizerem se ela seria capaz se encontrar alguém melhor que ele: "todos estavam estupidificados e mudos; via-se bem que o Neco desejava armar desordens e acabar a reunião; ninguém, porém, atrevia-se a responder-lhe, porque ele, além de ser dotado de uma força hercúlea, era um capoeira emérito e jogava a faca com perfeição e maestria"[916]. Quando Chico Silva, sargento do 2º batalhão de infantaria, tenta fazê-lo cessar, inicia-se uma luta entre os dois cuidadosamente descrita pelo autor. Porém, ele não menciona movimentos ou exercícios de capoeiragem realizados por Neco, apenas uma rasteira que lhe permitiu submeter o adversário de maneira a poder cravar-lhe a faca em seguida[917].

Ao falar em "doutores", Neco se referia a Arthur, filho de família abastada, por quem Lúcia era apaixonada, mas a cujas investidas resistia porque o rapaz se entregava aos vícios da embriaguez, do jogo e da prostituição em áreas mal reputadas da cidade. Em suas idas e vindas pelas ruas do Recife, jovens como o personagem Arthur (ou o autor Teotônio Freire) podem ter visto, considerado úteis em sua defesa pessoal e procurado aprender as habilidades corporais atribuídas aos homens conhecidos como capoeiras.

Portanto, a percepção do capoeira como um homem hábil em dar saltos, cabeçadas, rasteiras e outros movimentos não era novidade entre o segmento da população letrada em Recife que tinha posição social elevada. O diferencial do período entre fins dos anos 1900 e o início da década seguinte foi que a confluência das crescentes preocupações com a cultura do corpo por meio da "ginástica" e a valorização dos esportes de luta revestidos de uma conotação nacional inspirou um duplo interesse: o de sublinhar aquele gestual onde ele aparecesse e o de desvinculá-lo do lugar social ao qual até então ele parecia pertencer naturalmente. Esse pertencimento era demarcado na classificação "capoeiras", que sempre foi pejorativo, designando má reputação e baixa condição social e não todo o conjunto de pessoas dotadas de determinadas habilidades corporais.

---

[914] FREIRE, Theotônio. Op. cit., p.25.
[915] FREIRE, Theotônio. Op. cit., p.25-26.
[916] Idem, p.26.
[917] Idem, p.28.

Por isso, no momento de valorização da capoeira em Recife, a identidade criminal "capoeira" perdeu força de tal maneira que qualquer pessoa que baseie sua pesquisa apenas nessa classificação julgará desaparecidos a partir dos anos 1910 os sujeitos aos quais até então ela era atribuída. Nesse período, entre determinados setores letrados que faziam a imprensa pernambucana, "os capoeiras" serão principalmente um capítulo passado do novo esporte nacional, ainda que Catarinas, Baianos, Marechais e Apolônios continuassem vivos[918].

No entanto, neste ponto de minha argumentação há algo que certamente põe em dúvida se esse movimento consistiria propriamente em uma mudança de significado. Não seria, ao contrário, a vitória de uma permanência após uma longa disputa semântica pouco documentada? Diz muito a esse respeito o fato de a adaptação da capoeiragem à linguagem da educação física com fins de torna-la um esporte nacional ter, por um lado, quase dissolvido "os capoeiras" enquanto identidade coletiva naquele momento e, por outro, como venho mostrando, sido elaborada com base em uma atenção maior aos gestos e à linguagem do "pessoal de arrelia", ou seja, do meio de onde viriam os tais "capoeiras".

Talvez para essas pessoas o "jogo da capoeira" sempre tivesse sido visto como algo independente do seu sentimento de pertencimento e das redes de sociabilidade que construíram. Em outras palavras, é como se não existisse para elas a vinculação entre as duas coisas na identidade coletiva "capoeira", repleta de conotações políticas e sociais ameaçadoras e depreciativas naquele período, principalmente no início dos anos 1890. A propósito, foi justamente em um desses anos que se deu um conflito doméstico bastante sugestivo nesse sentido.

Paulino José dos Santos, o Adama tão citado no capítulo anterior, tinha um primo chamado José da Penha, com o qual morava na rua por trás da Igreja da Penha, em São José, no ano de 1892. Apesar de declararem viver em harmonia, no dia 04 de novembro houve um problema. De acordo com o que seriam as palavras deles próprios, o caso teria transcorrido da seguinte maneira:

---

[918] Considerava-se passado especialmente o que era tido como a capoeiragem política avessa ao progresso: "Já vai longe o tempo em que o pernambucano era apenas tristemente conhecido pelo prestígio da faca de ponta de sua capoeiragem e a formosa Veneza americana, vista de longe, parecia uma taba de caciques e pajés ou uma grande roça onde a higiene e outros confortos e regalias da civilização eram por completo desconhecidos". *Colaboração. Palestra. Rio de Janeiro, 13/05/1914*. A Província, 01/06/1914. Tratava-se aparentemente de uma palestra proferida pelo pernambucano Olímpio Galvão no Rio de Janeiro.

> No dia 4 do andante, entendemos devertirmos e neste propósito andemos paciando e bebemos um tanto que resultou embriagar-mos, ainda assim nada avia entre nós, acontecendo, que ao recolhermo-nos para a casa e por efeito somente de estarmos embriagados se originou ferirmos reciprocamente sem gravidade e nem intenção de tais ferimentos praticarmos o que somente se deu por efeitos da embriaguez[919].

Embora não fosse raro um artista alfabetizado, esse não era o caso do caiador José da Penha, como também não era de Paulino dos Santos[920]. O fato de a petição ter sido redigida com o cuidado manifesto de enfatizar os habituais atenuantes em pedidos desse tipo não significa que não tivesse sido concebida pelos dois. No entanto, ela foi assinada a rogo dos pacientes por Antônio Francisco de Lima e sua linguagem oscila entre a primeira e a terceira pessoa do plural.

Apresentado em juízo quando da ordem de *habeas corpus*, José da Penha deixou, por meio do escrivão, um relato mais detalhado e significativamente diferente em um ponto. Ele teria dito que naquele dia os dois foram beber em uma venda, após comprarem quatro vinténs de caju. Quando voltaram para casa, "começaram a brincar jogando capoeiras", ferindo-se acidentalmente[921].

Onde estaria José da Penha com a cabeça para dizer diante das autoridades que ele e Adama eram capoeiras em pleno ano de 1892, imediatamente após os últimos meses republicanos e com a política de rua ainda a pleno vapor? Em parte alguma, pois ele não disse isso. Provavelmente, em sua ótica o fato de conhecer o jogo da capoeira não o tornava nada além de uma pessoa conhecedora do jogo da capoeira, o que não o assimilava a uma coletividade a cujo pertencimento só faria prolongar os vinte e quatro dias que já passava na prisão.

Uma declaração como aquela do primo de Adama sugere que em seu meio, muito antes dos discursos em torno do esporte nacional no final dos anos 1900, o jogo da capoeira era pensado isoladamente e não como o aglutinador de um grupo social definido pela prática e pertencente ao que a imprensa e a polícia considerava o "pessoal de arrelia". Se ele julgasse que havia uma preocupação particular com a brincadeira em si e ela o pudesse tornar alvo de repressão, dificilmente a teria mencionado justamente no momento de requerer sua liberdade.

---

[919] *Habeas corpus.* Paulino José dos Santos e José da Penha. 1892. Memorial da Justiça de Pernambuco. Crime – Comarca do Recife. Caixa 1207 (1890-1892), p.2.
[920] Idem, p.6-7. José da Penha teria se declarado artista no auto de qualificação e caiador no auto de perguntas. Sobre Adama não ser alfabetizado, ver o *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/71 (1908-1909), p.49.
[921] *Habeas corpus.* Paulino José dos Santos e José da Penha, p.7.

Não creio que com isso eu deixo de lado o fato de os sujeitos em cada circunstância contarem com uma racionalidade limitada pela distribuição desigual das informações na sociedade. Apenas é difícil imaginar que, em vista das reverberações nas ruas dos discursos políticos republicanos em favor de estratégias rigorosas de controle social naquele momento, se o jogo da capoeira definisse o capoeira e tornasse automaticamente José da Penha um alvo, ele simplesmente não soubesse disso.

Ou seja, não é esse o busílis, naquele momento os setores letrados que ocupavam cargos públicos e constituíam a imprensa não estavam tão concentrados no gestual da capoeira como estariam anos mais tarde. Portanto, caso haja entre minhas colegas e meus colegas capoeiristas do Recife de hoje algum arroubo heroico por pertencer a uma cultura outrora perseguida, sugiro cautela, pois na medida em que a atenção se voltava mais para o que em grande parte define a capoeira hoje, se voltava menos para o que a tornava perseguida[922].

Dizendo de outra forma e retomando novamente a epígrafe desta dissertação, qual era a questão quando se tratava de caracterizar a capoeira e o capoeira naqueles anos? Adama e José da Penha não foram presos em desfiles de bandas gritando o nome de algum dos velhos partidos ou enquanto se envolviam em lutas ao lado de algum político, nem foram identificados naquela circunstância como capangas. Não havia nada que lhes impedisse de fazerem exercícios de capoeiragem em casa, nem mesmo os artigos do código penal de 1890, que os proibiam apenas "nas ruas e praças publicas" e realizados por pessoas que andassem "em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal"[923].

---

[922] Não se trata de negar que entre as formas de compreender-se a capoeira hoje estão aquelas que vão muito além dos exercícios ou gestual. Ao contrário, parece-me válido inclusive indagar se quando ela é tratada como uma prática cultural portadora de determinada herança não se está por vezes – assim como foi feito no início do século XX – situando no passado determinadas características (a exemplo da violência), para ajustá-la melhor às demandas atuais de seus praticantes (como a de reconhecimento oficial). É importante salientar também que não foi a atenção ao gestual em si que eliminou a possibilidade de uma repressão à capoeira. Em parte se trata do inverso, são desse momento as poucas referências que encontrei a prisões "na ocasião em que faziam exercícios de capoeiragem" (ver, acima, nota 793), porém, isso não parece ter adquirido força justamente por conta do movimento de valorização da prática.

[923] Brasil. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. *Decreto n.847 - de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal.* Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Ainda que sob uma perspectiva metodológica diferente, Luiz Augusto Leal, ao estudar a capoeira no Pará no mesmo período, também chamou atenção para o fato de a proibição se restringir ao espaço público. Op. cit., p.156.

Por isso não causa surpresa que o depoimento de José da Penha não tenha impedido o julgamento favorável do *habeas corpus*[924]. O que talvez surpreenda um pouco é não ter sido questionada a alegação da natureza leve dos ferimentos, visto que Adama precisou ser operado e não compareceu em juízo no dia 28 de novembro por encontrar-se na enfermaria da Casa de Detenção[925]. Seja como for, ele se recuperou, os dois foram soltos e quase nove anos mais tarde José da Penha – cujo apelido era Abu – estaria implicado em um conflito que acrescenta mais um elemento, além dos apresentados no capítulo anterior, ao argumento de que as práticas aglutinadoras dos espaços de sociabilidade de alguém como Adama devem ser procuradas alhures.

Em julho de 1901, José da Penha estava morando com outro primo, chamado Olímpio, na Rua Augusta, mas parecia ocupar uma função de relevo na manutenção da ordem durante os desfiles do maracatu Oriente Pequeno, fundado por Adama. Isso porque em um desfile oito dias antes do carnaval daquele ano, José da Penha ou Abu, em companhia com outros homens pertencentes ao maracatu, teria ofendido a um indivíduo que dava sinais de estar armando quando seguia o cortejo[926].

Em seu depoimento, a vítima afirmou que se encontrava na fábrica Fênix, na Rua das Florentinas, quando passou o Oriente Pequeno, ao qual resolveu acompanhar. No entanto, a bengala que conduzia teria se quebrado no calçamento, o que aparentemente levou alguns homens pertencentes ao maracatu a lhe julgarem armado. O seu nome era José Ribeiro da Silva, cor branca, artista e alfabetizado. O processo contra Abu resultante dessa agressão poderia parecer apenas um documento referente a um mal entendido revelador do esquema de proteção armado nos desfiles de maracatus se a vítima José Ribeiro não fosse o "brabo" ou "célebre desordeiro" conhecido como Caninha Verde[927].

Independentemente do que lhes motivaram, as notícias sobre José Ribeiro quase sempre o punham de alguma forma em relação direta ou indireta com os jogos

[924] *Habeas corpus.* Paulino José dos Santos e José da Penha... p.10 (verso). Não encontrei indícios que me permitissem sugerir uma explicação política, para a questão. Nela a libertação dos dois poderia estar relacionada ao fato de aquele ser um momento de aproximação entre José Mariano e o governador Barbosa Lima contra os republicanos, de maneira que a José da Penha e Adama teria acontecido o mesmo que com outros marianistas. Porém, não percebi nada que aproximasse os dois primos dos homens que acompanhavam Mariano. Se eu propusesse uma aproximação devido ao fato de eles brincarem do jogo da capoeira, estaria incorrendo exatamente no que critico em minha argumentação, raciocinando como se "capoeiras" remetesse simplesmente a quem jogava a capoeiragem e ela fosse algo próprio aos correligionários de José Mariano, tal qual diziam os republicanos.
[925] Idem, p.5 e p.9.
[926] *Denúncia.* Réu José da Penha, conhecido por "Abu". Juízo Municipal do 2º distrito criminal do Recife, 18 de julho de 1901. (IAHGP).
[927] Jornal Pequeno, 03/02/1904, p.1, c.5; *Dous brabos.* Jornal Pequeno, 12/05/1902.

proibidos[928]. Além de serem artistas e terem outras informações pessoais em comum, ele e Apolônio da Capunga por vezes se envolviam nas intrigas do conturbado mercado das tavolagens em Recife. Em novembro de 1907, por exemplo, em meio às disputas por freguesia entre os proprietários dos estabelecimentos situados no largo do Terço, Caninha Verde teria sido enviado por João Valois, empregado da municipalidade e dono de uma das casas de jogos, para destruir a de propriedade de Antenor Selva[929]. Este, por sua vez, teria projetado uma vingança enviando Apolônio da Capunga e Manoel Solano[930].

Portanto, a presença de Caninha Verde no desfile do Oriente Pequeno e a reação de José da Penha ao vê-lo talvez precisem ser entendidas levando em conta o seu envolvimento no mundo dos jogos e a superposição deste com o das agremiações que constituíam o carnaval do Recife. Três anos depois daquele conflito, o Clube Romeiros da Caridade, por ser financiado pelo rico bicheiro Antunes, teria suas alegorias amplamente satirizadas pelo *Jornal Pequeno*[931]. Diante disso, não há como não pensar sobre qual seria o teor da decoração do carro alegórico do maracatu Diamante Pequeno, que circulava pelo bairro de Tegipió por aqueles anos[932].

A presença do Oriente Pequeno e de José da Penha nessas relações não me parece nada tênue. Como de costume nesse tipo de fonte, o auto de perguntas feitas a ele no inquérito sobre os ferimentos de Caninha Verde fornece basicamente as suas respostas, mas por elas é possível ter uma noção dos caminhos tomados pela investigação policial. Embora em tese as perguntas devessem girar em torno basicamente da agressão realizada no desfile do maracatu, em determinado momento José da Penha respondeu que "conhece Pedro Pereira da Silva, bicheiro, morador da Rua da Concordia; que não sabe quem foi que requereu o habeas corpus em seu nome"[933].

---

[928] Como quando estava na residência de Vigário, cuja casa de jogos disputaria freguesia com a de Nascimento Grande (ver nota 8 da introdução): Jornal Pequeno, 17/01/1907, p.2, c.4; Ver também: *Prisão de um criminoso.* Correio do Recife, 16/05/1908: "Pouco mais de 10 horas da noite de ontem, brigaram por motivo de jogo no pátio Saldanha Marinho, José Ribeiro Cavalcante, vulgo 'Caninha Verde' e o desordeiro Miguel de tal, cognominado 'Miguel Dente de Ouro'".

[929] *Casa de Jogos. Desordens. Apelo à polícia*. Correio do Recife, 11/11/1907. Para a relação entre a família Selva e as autoridades no pátio do Terço, ver: Jornal Pequeno, 20/07/1904, p.1, c.6.

[930] Mas Apolônio da Capunga e Caninha Verde não eram necessariamente inimigos. É o que sugere a notícia: *Rixas e escândalos no beco do canavial*. Correio do Recife, 20/12/1907.

[931] *Romeiros da caridade. Club carnavalesco do Antunes e seus chaleiras.* Jornal Pequeno, 09/02/1904.

[932] *Diamante Pequeno.* Jornal Pequeno, 28/02/1905. Publicada na coluna "Por conta alheia", essa notícia presumivelmente não era de responsabilidade da redação do jornal.

[933] *Denúncia.* Réu José da Penha, conhecido por "Abu"... P.12 (verso).

Durante a leitura do processo, antes que pudesse refletir um pouco sobre se o bicheiro teria requerido o *habeas corpus* e estaria por trás do conflito, deparei-me com as alegações de José da Penha de que não teria sido ele "quem feriu com tiro de revólver a João Valdivino" quando "este e outros o atacaram em Tegipió", localidade onde afirmou ter residido por muito tempo e onde, conforme dito acima, desfilava o Diamante Pequeno, que tinha sede ali perto. Quem sabe, em torno desses atritos envolvendo maracatus e jogos entre São José e Tegipió possa ser compreendida parte dos recorrentes confrontos entre Valdivino e Adama mencionados anteriormente.

Então o maracatu deste último contaria com o apoio de um bicheiro como Pedro Pereira, o qual seria adversário das pessoas com as quais Caninha Verde era articulado? E isso teria alguma coisa a ver com o contato estabelecido por Adama com a chefia política de São José, conforme sugerido no caso de Carne Guisada, no capítulo anterior? Não sei[934]. Mas aparentemente aquele conflito no desfile do Oriente Pequeno foi visto como algo relacionado a pessoas particularmente protegidas.

Dentre as cinco testemunhas levadas a juízo, havia o carroceiro Ernesto Luiz de França, o ganhador Jorge, que morava em uma cocheira de bois na Campina do Bodé, e João Firmino, pombeiro do mercado de São José[935]. De todos os processos que consultei ao longo da pesquisa que resultou nesta dissertação, esse é um caso raro – se não único – no qual as testemunhas arroladas negaram ter qualquer coisa a declarar sobre o incidente. Em 26 de outubro de 1901 a denúncia foi julgada improcedente[936].

O avanço com essas investigações exigiria tempo, o cruzamento de muitos nomes em documentação diversificada e a disposição metodológica para não pressupor que a reconstituição das redes de sociabilidade estabelecidas em torno dos maracatus naquele período deve ser norteada por um olhar exclusivamente voltado para a população negra e pobre. Certamente não é o que farei aqui, se apresentei esse caso foi apenas com a intenção de sugerir caminhos para a análise das experiências dessas pessoas alternativos à assimilação delas a uma lógica presumida de aglutinação em torno do jogo da capoeira.

---

[934] O *Jornal Pequeno* denuncia a relação entre o bicheiro Antunes e o grupo político predominante, representado pelo *Diário de Pernambuco*, em: Jornal Pequeno, 02/03/1905, p.2, c.1; Sobre o empenho da imprensa oposicionista nessas questões: *A polícia. O jogador Antunes. A Pimenta.* Jornal Pequeno, 11/02/1904; Ele não devia ser o único bicheiro politicamente articulado, para um episódio que demonstra a existência de uma rede de proprietários de casas de jogos que ultrapassava a atuação isolada de Antunes, ver: *O bicho.* Jornal Pequeno, 06/06/1902.

[935] *Denúncia.* Réu José da Penha, conhecido por "Abu"... P.14.

[936] Idem, p.39.

A meu ver, "ser capoeira" em Recife no início da República consistia em uma condição atribuída por mecanismos de produção das diferenças sociais oriundos de grupos letrados de prestígio no período e aceita acriticamente pela historiografia sobre o tema. Isso é apenas parte de um modelo de interpretação disseminado por determinados setores da sociedade no passado, segundo o qual haveria uma dualidade entre as práticas das classes "populares" ou "perigosas" e a cultura das classes "distintas" ou da "elite", tratado até hoje como um axioma por algumas pessoas que se propõem a fazer uma história "vista de baixo".

Portanto, os bacharéis que confinaram a prática da capoeira a um lugar social específico por meio da identidade do capoeira foram bem-sucedidos a tal ponto que ainda hoje frequentemente uma pesquisa sobre essa práticas é considerada um bom caminho para se chegar a um segmento social específico. Do ponto de vista da coleta de fontes e estratégias de análise, isso acaba pressupondo como reivindicada pela população pobre uma identidade atribuída por segmentos sociais elevados. Sem dúvida isso é uma autocrítica, pois era nessa perspectiva metodológica, afinal, que se baseava esta pesquisa quando ela foi iniciada.

Como para os jovens letrados de boa posição social o "jogo da capoeiragem" não era nada desconhecido[937], no momento da ascensão da cultura física eles viram aí um próprio nacional. Mas isso não se deu por meio da admissão de que esse "jogo" antes havia perpassado todos os espectros da hierarquia social e continuaria perpassando, mas sim do estabelecimento de uma periodização que o pusesse, no passado, junto aos pobres e aos padrões de sociabilidade inaceitáveis e, a partir de então, junto às camadas elegantes e ao "respeito, moralidade, ordem"[938]. Como se verá a seguir, essa transformação da brincadeira/arma em esporte atlético significará a introdução de uma nova compreensão do aprendizado da capoeiragem paralelo à que aparentemente até então prevalecia.

[937] Além do que já foi comentado anteriormente, ver a história do estudante da Faculdade de Direito do Recife que "jogava bem a faca e usava de capoeiragem" em: *Pilhérias de estudantes.* A Província, 13/04/1905.

[938] Ver na página 234 (nota 861) o anúncio do confronto no qual haveria capoeiragem no Teatro Moderno em Recife em 1914. Se esses princípios prevaleciam ou não no momento da luta no ringue, é outra história.

4.1 "Pernambuco pode se ufanar de ter um estabelecimento de cultura física que é talvez o primeiro do país"

Se até os anos 1900 um capitão Manoel Batista ou, quem sabe, um Gilberto Amado procurasse aprender a jogar capoeira com homens como Chico Pita para utilizá-lo enquanto arma de autodefesa, talvez não houvesse nada de estranho[939]. Porém, será na década seguinte que a compreensão dela como um esporte atlético inserirá – ainda que com sucesso incerto – o seu aprendizado na diversificada trama institucional e científica da introdução da educação física em Pernambuco.

Em seu artigo dos anos 1920, citado no início do capítulo, Samuel Campelo menciona um amigo que conhecia alguns passos de capoeira e os utilizava para a defesa pessoal, mas não diz onde ele os teria aprendido. Na perspectiva do autor, a utilidade da capoeira estaria tanto nessa dimensão, quanto no "cultivo da agilidade e do sangue frio". "No entanto, a nossa rapaziada vive por aí a treinar no boxe, na luta romana e no futebol, que não valem, nem por longe a mesma coisa"[940].

Mas o mesmo ele não diria dos capoeiras dos desfiles de bandas, representados em sua narrativa por aquele filho cuja mãe viu os amigos trazerem à beira da morte: "Para honra de nossos costumes, o capoeira de frente de música, é uma instituição (sim, porque era uma instituição) desaparecida"[941]. Desaparecida ou sucedida, pois ao mencionar a "negrada que gingava" Samuel Campelo ensaia timidamente, entre parênteses, a ideia que décadas mais tarde ganharia repercussão em *Frevo, capoeira e passo,* de Valdemar de Oliveira: "A ginga da frente de música foi, talvez, a precursora do frevo carnavalesco"[942].

Aparentemente muito amigos naqueles anos, pois foram até parceiros de opereta, eles podem ter chegado de alguma forma juntos a essa formulação[943]. Os dois estavam atentos às histórias sobre Sampaio Ferraz no Rio de Janeiro e julgavam que em algum momento do início do século XX a repressão havia recaído sobre os capoeiras do Recife, fazendo-os desaparecer[944]. Eles expressavam com naturalidade aquela

---

[939] Sobre Manoel Batista, ver, acima, nota 561; Já em relação a Gilberto Amado, nota 828.
[940] CAMPELO, Samuel. Op. cit., p.252.
[941] Idem, p.350. Mencionei esse caso na página 231, acima.
[942] CAMPELO, Samuel. Op. cit., p.350. Vale destacar que para Valdemar de Oliveira a capoeira seria precursora especificamente do passo, a dança realizada ao som do frevo. Op. cit., p.99.
[943] OLIVEIRA, Valdemar de. *Mundo submerso (memórias).* 3 ed. Recife: s/e, 1985. P.52. No seu artigo, Samuel Campelo menciona em tom de brincadeira Valdemar de Oliveira e Mário Melo. Op. cit., p.153-154.
[944] OLIVEIRA, Valdemar de. Op. cit., 1971, p.80-81; CAMPELO, Samuel. Op. cit., p.350.

concepção apropriada desde o final dos anos 1900 pelos discursos em torno da cultura física nacional, segundo a qual o jogo da capoeira era algo muito específico que podia ser isolado do capoeira.

No entanto, enquanto para Samuel Campelo tanto um quanto o outro teriam desaparecido no início do século XX, para Valdemar de Oliveira o capoeira morreu, mas a capoeira ficou[945]. Embora seja perigoso compará-los a partir de dois textos produzidos em períodos tão distintos, essa diferença aparentemente pode ser compreendida face à acentuada disparidade no grau de conhecimento dos dois a respeito da trajetória da capoeira em Recife desde a Guarda Negra e os desfiles das bandas até a educação física[946].

Sobre este último ponto, é importante destacar que quando os dois eram crianças, a cultura do corpo já perpassava a vida doméstica em Recife[947]. Foi conformando-se com a tendência da época que Bianor de Oliveira, pai de Valdemar, pensou em uma solução para o fato de o seu filho, nascido em 1900, ser uma criança doente: "- Quando eu botar esse bicho na ginástica, ele melhora! Botou. No 'Ginásio Brasileiro – Centro de Cultura Física', esquina Hospicio/Formosa"[948].

O verbo "conformar", porém, pode ter outro sentido, pois possivelmente como poucas pessoas o pai de Valdemar de Oliveira conformou o desenvolvimento da educação física em Pernambuco nos anos 1910. Embora em suas memórias o filho mal mencione algo nesse sentido, Bianor de Oliveira era professor de ginástica em diversos estabelecimentos em Recife, atendia em domicílio, confeccionava e instalava aparelhos para exercícios[949]. Além disso, e talvez mais importante, ele mantinha e dirigia aquele Centro de Cultura Física intitulado Ginásio Brasileiro no qual matriculou o seu filho.

---

[945] OLIVEIRA, Valdemar de. Op. cit., 1971, p.99; CAMPELO, Samuel. Op. cit., p.351.

[946] Várias das informações sobre a capoeira apresentadas por Samuel Campelo provinham do Rio de Janeiro, como a repressão de Sampaio Ferraz em 1890 e a luta de Ciriaco em 1909. No momento de explicar o grito "Fora Espanha!", concernente à história da capoeira no Recife, ele teve bastante dificuldade em saber do que se tratava. Deixou a questão em aberto no primeiro artigo, pois, como foi dito acima, a publicação na revista do IAHGP consiste em dois artigos para o *Diário de Pernambuco*. Para elaborar o segundo, ele procurou explicação em relatos orais de pessoas mais antigas. CAMPELO, Samuel. Op. cit.

[947] *Instituto Aires Gama.* A Província, 31/01/1901 (curso especial de ginástica escolar). Eu tinha encontrado em uma edição de jornal de 1904 um anúncio de leilão no qual constava um aparelho para ginástica entre utensílios domésticos. No entanto, perdi a referência. Mas peço a leitora ou o leitor que confie: havia anúncios assim naqueles anos.

[948] OLIVEIRA, Valdemar de. Op. cit., 1985, p.23-24.

[949] *Professor de Ginástica Bianor de Oliveira.* A Província, 24/06/1915, p.8. OLIVEIRA, Valdemar de. Op. cit., 1985. Entre as páginas 24 e 25 é posta uma imagem do estabelecimento fundado por seu pai, acompanhada da explicação: "(...) Bianor de Oliveira, o introdutor, em Pernambuco, do ensino sistemático de educação física nas escolas". Mas não sei se foi o próprio Valdemar que inseriu a imagem.

Explicarei porque sugiro que isso pode ter sido mais importante. A ginástica escolar era discutida em Pernambuco desde pelo menos o final do século XIX e logo implementada em Institutos como o Pernambucano e o Aires Gama[950]. Essa foi uma tendência que prosseguiu nas novas escolas e na qual inclusive Bianor de Oliveira tomou parte, mesmo quando o seu Centro de Cultura Física já existia:

> Ginásio do Recife – O padre Henrique Xavier, diretor do "Ginásio do Recife", novo estabelecimento a inaugurar-se brevemente, acaba de convidar o professor Bianor de Oliveira, diretor do "centro de cultura física" denominado "ginásio brasileiro", para cuidar da educação física do novo colégio. Assim, fica aumentado o corpo docente do "Ginásio do Recife", conforme o leitor verá no anúncio publicado nesta folha[951].

Entretanto, a criação de um estabelecimento especificamente dedicado à cultura física, baseado em uma literatura própria da área e inspirado em uma preocupação nacionalista me parece ter sido fundamental no processo de institucionalização da educação física em Pernambuco. No mínimo essa era a opinião de alguém que observava a situação do Rio de Janeiro naqueles anos[952].

Alegando ter obtido informações sobre o andamento da questão em Recife por meio dos números atrasados da *Província* que chegaram à capital do país, alguém que se identificava como K declarou nesse mesmo jornal que as estratégias de Bianor de Oliveira para levar adiante o seu Centro de Cultura Física, malgrado uma generalizada falta de apoio, patenteavam a "sinceridade de seu desejo de ver o povo brasileiro alcançar a robustez orgânica das raças superiores, a sua abnegação patriótica por uma causa verdadeiramente nacional"[953]. De acordo com o autor, aperfeiçoar a raça brasileira por meio da ginástica e do esporte implicava a criação de espaços específicos para isso, que cumprissem com os critérios rigorosamente observados no Ginásio Brasileiro:

---

[950] *Congresso do estado.* A Província, 22/11/1891; *Instituto Pernambucano.* A Província, 08/01/1903; *Instituto Aires Gama.* A Província, 05/01/1900; Parecia haver uma colaboração entre Bianor de Oliveira e Alfredo Gama, fundador do Aires Gama: *Ginásio Brasileiro.* A Província, 11/10/1914. Mas em 1906, antes de Bianor despontar como referência no assunto, a educação física no instituto era "confiada ao distinto oficial do exército, alferes Idelfonso Monteiro": *Instituto Aires Gama*. A Província, 17/01/1906.

[951] *Ginásio do Recife.* A Província, 12/02/1913. Com efeito, há o anúncio na edição do dia seguinte.

[952] A criação de escolas de educação física esteve entre os assuntos debatidos na câmara federal em 1905, o que mostra que já era uma questão tratada em âmbito nacional, embora eu não saiba dizer se houve repercussão através dos estados. *Os trabalhos da câmara.* A Província, 11/01/1906. No caso de Pernambuco, mais tarde uma pessoa dirá que Bianor de Oliveira levou seu projeto adiante "sem auxílios extraordinários, sem um gesto animador por parte dos poderes constituídos, foi em vez disso, onerado com pesados tributos". *Centro de Cultura Física.* A Província, 09/02/1914.

[953] *Do Rio.* A Província, 10/02/1915. Uma vez que a cultura física era uma causa nacional, foi organizada, "devido em grande parte aos esforços do Sr. Bianor de Oliveira", uma "apreciável festa de jogos ginásticos" para o dia 07 de setembro de 1913. *Sete de setembro.* A Província, 07/09/1913.

> O professor Bianor de Oliveira procurou organizá-lo de acordo com os melhores da Europa, orientando-se para isso nos mais autorizados autores que têm escrito sobre o assunto. Não sei se em todo o Brasil há algum que se lhe compare. No Rio não existe. A cultura física está bastante desenvolvida na capital do país, como aliás em todos os estados do sul. Todos os colégios importantes têm bons professores de ginástica, a maioria dos quais contratados a peso de ouro no velho mundo, à falta de profissionais brasileiros. Mas o Rio não possui um estabelecimento exclusivamente de cultura física, que se possa confrontar com o Ginásio Brasileiro[954].

Já que não há muitos detalhes sobre sua procedência, não deve ser descartada a possibilidade de esse artigo ter sido publicado pelo próprio Bianor ou por algum dos seus entusiastas da *Província*, em uma tentativa de credenciar o Centro com um atestado procedente da capital do país. Entretanto, o seu autor é convincente em fazer o leitor crer que ele escrevia a partir do Rio de Janeiro, pois critica detalhadamente o Centro de Cultura Física lá fundado em 1903 pelo professor Enéas Campelo, declarando-lhe muito insatisfatório e inferior ao Ginásio Brasileiro. Assim, um certo orgulho provinciano ao final do texto deixa a impressão de que se tratava de um recifense estabelecido em terras fluminenses: "Pernambuco pode se ufanar, pois, de ter um estabelecimento de cultura física que é talvez o primeiro do país".

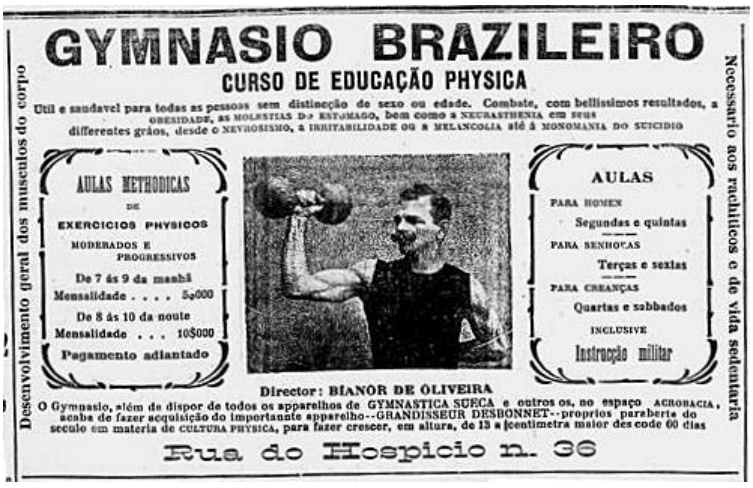
GYMNASIO BRAZILEIRO
CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA
Util e saudavel para todas as pessoas sem distincção de sexo ou edade. Combate, com bellissimos resultados, a OBESIDADE, as MOLESTIAS DO ESTOMAGO, bem como a NEURASTHENIA em seus differentes gráos, desde o NEVROSISMO, a IRRITABILIDADE ou a MELANCOLIA até á MONOMANIA DO SUICIDIO
Desenvolvimento geral dos musculos do corpo
Necessario aos rachiticos e de vida sedentaria
AULAS METHODICAS DE EXERCICIOS PHYSICOS MODERADOS E PROGRESSIVOS
De 7 ás 9 da manhã
Mensalidade . . . . 5$000
De 8 ás 10 da noute
Mensalidade . . . 10$000
Pagamento adiantado
AULAS
PARA HOMEN
Segundas e quintas
PARA SENHORAS
Terças e sexias
PARA CREANÇAS
Quartas e sabbados
INCLUSIVE
Instrucção militar
Director: BIANOR DE OLIVEIRA
O Gymnasio, além de dispor de todos os apparelhos de GYMNASTICA SUECA e outros os, no espaço ACROBACIA, acaba de fazer acquisição do importante apparelho--GRANDISSEUR DESBONNET--proprios para berta do seculo em materia de CULTURA PHYSICA, para fazer crescer, em altura, de 13 a 15 centimetros maior des cada 60 dias
Rua do Hospicio n. 36

Figura 5 – Anúncio do curso de educação física de Bianor de Oliveira, pai de Valdemar. A Província, 14/08/1911.

O artigo é de 1915, mas os primeiros anúncios do Ginásio Brasileiro que encontrei datam de 1911 (figura 5). Como vários outros estabelecimentos de ensino da época, situava-se na Rua do Hospício[955]. Ele era apresentado como um curso de educação física voltado à manutenção ou recuperação da saúde de homens e mulheres de todas as idades através da ginástica e dos esportes. Conforme declarou o misterioso K, tanto em publicações relativas ao

[954] *Do Rio.* A Província, 10/02/1915.
[955] Na mesma rua havia, por exemplo, o Aires Gama (A Província, 05/01/1900, p.2), o Porto Carreiro (A Província, 08/01/1903, p.2) e, mais tarde, o Ginásio do Recife (A Província, 12/02/1913, p.4).

Centro, quanto nas que tratavam da cultura física e sua educação, Bianor de Oliveira se mostrava atento à considerável literatura produzida acerca do assunto naquela época[956].

A isso se seguia uma tentativa de dotar o seu estabelecimento de equipamentos, técnicas e professores procedentes do que já se tornava uma tradição norte-americana e europeia, principalmente francesa. Um exemplo disso foi a reformulação do Centro no ano de 1914, que contou com a contratação do professor de esgrima Pedro Moreira da Silva Pinto, "diplomado pela escola francesa de Toulon, e vencedor de diversos campeonatos na Inglaterra e Chile em abril de 1913"[957]. Na ocasião da inauguração dos melhoramentos realizados, haveria um "assalto de florete e espada pelo novo professor e amadores, além da parte de ginástica sueca na qual tomarão parte todos os alunos".

Talvez esses melhoramentos tivessem alguma relação com o surgimento de um concorrente no ano anterior. Logo nos primeiros dias de 1913 foi anunciada a fundação em de um centro dedicado a todos os "esportes atléticos" em "um vasto e arcado campo" do colégio Porto Carreiro[958]. Na concepção acerca desses esportes apresentada pelos seus fundadores, pode-se perceber a inserção da capoeira nos debates que relacionavam a educação física e a raça brasileira:

> Centro de Cultura Física – Brevemente fundar-se-á este centro de cultura física por 4 rapazes destinados a todos os esportes atléticos, conhecidos como sejam: Acrobatismo, Boxe, Luta Romana, Capoeira, Esgrima a espada, Corrida a pé, Ciclismo, Jiu-Jitsu, etc. Os fundadores já conseguiram um grande e arejado sítio em um dos acreditados estabelecimentos de ensino do Recife, e por todo este mês será inaugurado, sendo a entrada franqueada ao público, havendo diversos trabalhos de acrobatismo executados pelos seus fundadores[959].

Salvo engano, esse é o registro mais antigo de ensino da capoeira em um estabelecimento desse gênero no Brasil. Nos autores que consultei, a história da aceitação da capoeira "sob o jugo do esporte" no país tem como enfoque mudanças ocorridas na Bahia cerca de vinte anos mais tarde, cujo marco seria a criação do Centro de Cultura Física do Mestre Bimba em 1932[960]. Nos casos em que é levada em conta a "esportivização da capoeira" no Rio de Janeiro do início do século, destaca-se como a chegada da capoeira baiana favoreceu esse processo e a proeminência adquirida pelos

---

[956] Como demonstrou na compilação que comentarei mais abaixo, publicada em: *Colaboração – A Cultura Física da mulher brasileira (compilação).* A Província, 31/03/1915.
[957] *Ginásio Brasileiro*. A Província, 08/07/1914.
[958] *Centro de Cultura Física.* A Província, 04/01/1913.
[959] *Centro de Cultura Física.* Jornal Pequeno, 03/01/1913.
[960] OLIVEIRA, Josivaldo Pires. Op. cit., p.120-124. Ver também, por exemplo: FONSECA, Vivian Luiz. Op. cit, p.41-51; PONTES, Samantha. Op. cit., p.41; CORDEIRO, Izabel. Op. cit., p.53.

baianos na imprensa da capital do país por volta dessa década e da próxima, com os estilos regional e angola[961].

Infelizmente não cheguei a explorar a fundo a documentação relativa aos primeiros anos de institucionalização da educação física em Pernambuco. Não sei, por exemplo, quem os fundadores do Centro de Cultura Física do Recife em 1913 tinham em mente para ensinar a capoeira quando a puseram entre os esportes atléticos do seu estabelecimento. Talvez não fosse Leopoldo Pires Ferreira Júnior, diretor do centro, pois ele era dedicado ao boxe, como indica um comunicado da Academia Nacional de Ginástica, aparentemente mais uma instituição de cultura física existente em Recife em 1914[962].

Quando da fundação efetiva do Centro, foram apontados entre os responsáveis, além do diretor, o fiscal Heribaldo Costa, o secretario, Eloy Amorim e o tesoureiro, Vamberto Costa[963]. Mas é o caso de Leopoldo Júnior que fornece indícios da possível rivalidade entre esse estabelecimento, igualmente situado na Rua do Hospício, e o Ginásio Brasileiro de Bianor de Oliveira. O pai de Leopoldo Júnior era professor do Colégio Santa Margarida, situado na Rua da Aurora, e rival do Pritaneu, pertencente à família materna de Valdemar de Oliveira e de cujo corpo docente Bianor fizera parte[964].

No que se refere às concepções em torno da educação física que guiavam a ambos, porém, não me parece em princípio ter havido divergências marcantes. De qualquer forma, Leopoldo Júnior não estava institucionalmente isolado por incluir a capoeira entre os esportes a serem ensinados em seu Centro, pois em 1914 ele fazia parte da diretoria provisória de um Clube de professores de ginástica dedicado à regularização da sua atividade e à promoção da cultura física:

> Club Ginásio Brasileiro – em reunião ontem realizada diversos professores de ginástica resolveram a fundação de um clube que regularize o ensino daquela

[961] PIRES, Antônio Liberac Simões. Op. cit., 2001, p.112-137. Em sua dissertação o autor havia destacado o Rio de Janeiro e Salvador como os principais palcos das mudanças pelas quais passou a capoeira na primeira metade do século XX. Mas é preciso levar em conta que quando escreveu o seu trabalho, não havia estudos que pudessem informa-lo sobre a capoeira em Recife nesse período. PIRES, Antônio Liberac Simões. Op. cit., 1996, p.233-234.

[962] *Academia Nacional de Ginástica.* A Província, 28/06/1914. Os trabalhos de cultura física da academia nesse dia seriam encerrados por um "grande 'match' de Welley ball", que creio tratar-se de voleibol.

[963] *Centro de cultura física.* A província, 09/01/1913: "Acaba de se fundar no dia 6 do corrente mês, no vasto sítio do Ginásio Porto Carreiro, o Centro de cultura física, destinado a todos os esportes conhecidos, a fim de cultivar o fisico da mocidade brasileira".

[964] *Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1913*. 69º ano, 2º volume, estados. Rio de Janeiro: Oficinas Tipográficas do Almanaque Laemmert, 1913. P.3445 (Colégio Santa Margarida). OLIVEIRA, Valdemar de. Op. cit., 1985, p.53. A Província, 19/04/1910, p.1, c.2: "representaram [no enterro de Joaquim Nabuco] o corpo docente do Colégio Pritaneu a diretora d. Clotilde de Oliveira, Bianor de Oliveira" etc.

> arte e desenvolva neste estado o gosto pela cultura física, segundo os processos modernamente adotados na Europa e nos Estados-Unidos. A nova associação funcionará provisoriamente no "Instituto nacional de ginástica", à Rua do Hospício, nº48[965].

Além de não ter sido erradicada por uma repressão policial, a sua integração ao processo de institucionalização da educação física em Recife sugere que a capoeira na cidade teve um desenvolvimento muito mais complexo do que o proposto na ideia, analisada na introdução desta dissertação, da substituição da "não capoeira" atribuída ao "brigão de rua" pela capoeira baiana décadas mais tarde. Por isso é importante salientar que os discursos em torno da cultura física possivelmente compartilhados por Leopoldo Filho se distanciavam de uma compreensão dos esportes de luta como defesa pessoal e apelo à masculinidade, situando-os em um registro terapêutico bastante diverso[966].

Uma compilação de autoria de Bianor de Oliveira, intitulada *A Cultura Física da Mulher Brasileira* auxilia na compreensão desse ponto. De acordo com ele, acostumadas a ignorar os exercícios físicos, as senhoras não percebiam que eles eram a solução para muitas das queixas que frequentemente faziam em relação a seus corpos. Assim, através de um apelo à estética ele tentava estimular um hábito que repercutiria positivamente na evolução da nação: "há longo tempo, as fisiologistas recomendam a 'educação física' da mulher como a mais necessária para o desenvolvimento e equilíbrio de um povo e de sua atividade física e moral"[967].

A missão sublime da maternidade seria decisiva para impedir a "degeneração de nossa raça" e ela só seria bem desempenhada por mulheres que desde a tenra idade tivessem recebido uma educação física. Esse era o argumento. Para defendê-lo, o autor lançou mão de Silvio Romero, Fenelon, Hanemann, Lagrange e Eduardo de Magalhães, sublinhando reiteradamente que a cultura física tinha por fim desenvolver a agilidade do corpo, o sangue frio e a harmonia das formas – necessários tanto às mulheres e aos homens – e não os músculos e as habilidades para a luta. De acordo com ele, a ginástica combate "a obesidade; o peito, as espaduas, os braços e as pernas se desenvolvem. Finalmente, ela favorece a digestão e regulariza, por consequente, as funções de todos

---

[965] *Club Ginásio Brasileiro*. A Província, 12/04/1914: "Foi organizada para tratar da instalação uma diretoria provisória, que ficou assim constituída: presidente: Oswaldo Lins e Mello; secretário: Abelardo Gama; tesoureiro: Leopoldo Pires Ferreira Júnior; orador: Oscar V. Domingo próximo haverá nova reunião para leitura e 1ª discussão dos estatutos". Embora o clube tivesse o mesmo nome do Centro de Bianor, ele não é mencionado na notícia. Ver também: *Academia Nacional de Ginástica*. A Província, 12/03/1914.

[966] Conforme sua propaganda, o Centro de Cultura Física Ginásio Brasileiro seria recomendado pelos médicos: A Província, 24.06.1915, p.8.

[967] *Colaboração – A Cultura Física da mulher brasileira (compilação).* A Província, 31/03/1915.

os órgãos. A ginástica racional, repito, não visa fazer atletas, e sim seres normais, bem proporcionados, harmoniosos de formas e atitudes"[968].

No ano anterior havia sido publicado um artigo não por Bianor de Oliveira, mas a respeito dele, no qual a mesma questão era destacada. Dizia-se que a "educação física não se destina ao preparo de lutadores, que disso fazem profissão; o seu fim é mais elevado e funda-se em leis científicas", o que no caso do diretor do Ginásio Brasileiro significava o cumprimento das "instruções expedidas pelo ministro da instrução pública da França" a respeito dos benefícios da ginástica para o corpo[969].

Apropriada no interior desses debates, a capoeira possivelmente se aproximava mais da compreensão que José da Penha, o primo de Adama, tinha dela – como uma brincadeira definida por determinadas habilidades corporais – do que do sentido de fator aglutinador pejorativo e um tanto genérico, predominante entre autoridades e a imprensa durante algum tempo. Porém, depois dessa assimilação dela aos esportes atléticos, com uma possível expectativa de padronização dos movimentos etc., por quanto tempo o jogo realizado por um José da Penha, um Adama ou um Apolônio da Capunga continuou sendo considerado capoeiragem?

Não cheguei a acompanhar detalhadamente o desenvolvimento da educação física em Pernambuco a partir dos anos 1910, a ponto de saber se a capoeira foi ensinada em outros centros e se no Centro de Cultura Física dirigido por Leopoldo Pires Júnior o foi como planejado e por quanto tempo. Mas a sua proposta indica a que ponto o movimento de valorização da capoeira por meio da sua conversão em esporte atlético nacional adquiria repercussão em Recife muito antes da introdução da prática baiana institucionalizada na segunda metade do século XX.

Por outro lado, esse movimento, que em princípio, como já foi dito, contribuiu para a dissolução do "capoeira" como identidade coletiva, mais tarde parece ter até mesmo deslegitimado como capoeiragem a prática do "pessoal de arrelia", que outrora fora a sua fonte principal. Talvez tenha sido esse o percurso que levou a, mais tarde, pessoas como o folclorista Edison Carneiro ou os mestres de capoeira que começaram a desenvolver suas atividades em Recife a partir dos anos 1960, conforme analisado na

---

[968] *Colaboração – A Cultura Física da mulher brasileira (compilação).* A Província, 31/03/1915.

[969] Mas a análise dos debates que surgiam naquele momento nesse campo e que foram sugeridos pelo autor do artigo ficará para um pesquisador da história da educação física em Pernambuco: "Muita coisa se tem escrito a respeito das leis do exercício dos músculos, a ginástica educativa. Tem-se cuidado, talvez em demasia, da ginástica esportiva, acrobática, de agilidade e destreza; mas a ginástica corretiva e mesmo curativa (...); que aperfeiçoa o físico das crianças, baseada na anatomia e na fisiologia; essa pouco ou nada tem sido praticada neste estado". *Centro de Cultura Física*. A Província, 09/02/1914.

introdução, considerarem a capoeira pernambucana uma prática violenta, de rua, sem padronização, uma capoeira ilegítima, diferente da baiana[970].

Quem hoje lê *Frevo, Capoeira e Passo*, de Valdemar de Oliveira, talvez não imagine que a valorização da capoeira em Pernambuco o antecedeu em várias décadas e se deu no bojo de discussões nas quais o seu pai esteve envolvido. Essa coincidência – se é que pode ser tratada assim – conduz a um questionamento a respeito do percurso da capoeira em Recife nas décadas seguintes: eu sugeri que os debates em torno da educação física nacional no início do século XX incorporaram a capoeira, deslegitimando com o tempo a forma como era compreendida até então. Em contrapartida, a valorização dessa forma de compreensão – tratada como uma tradição cultural –, favorecida por livros como *Frevo, Capoeira e Passo* desde pelo menos os anos 1970 não teria sido acompanhada da recusa de legitimidade a determinadas formas de capoeiragem do Recife daqueles anos?

Porém, antes que as coisas adquirissem tais contornos, as duas capoeiras coexistiram e se o aprendizado no Centro de Cultura Física ou as exibições nos ringues de tipos como José Floriano Peixoto foi algo que não tive fôlego para acompanhar nos anos seguintes, posso afirmar que as exibições e o aprendizado nas ruas parecem ter prosseguido. Conforme o adjunto do 2º promotor público do Recife em 1917, em um domingo de fins de março, quando alguns camaradas iam tomar banho de rio no Engenho Uchôa, situado no primeiro distrito policial do Recife, se deu um episódio que diz bastante sobre o prosseguimento da brincadeira que resultara em ferimentos mútuos entre Adama e José da Penha cerca de vinte e quatro anos antes.

Na ocasião, "quando em caminho brincando ou jogando capoeira" passavam pela porteira do engenho, um deles chamado Jorge atingiu a cabeça de José Martins de Santana com uma faca americana que, apesar de embainhada, produziu-lhe ferimentos suficientes para leva-lo ao hospital[971]. Em ofício que acompanhou as diligências realizadas, o subdelegado do distrito do Peres afirmou que Jorge era "sobrinho de José da Luz, aqui conhecido como célebre desordeiro", mas os autos de perguntas – nos quais não constam referências à capoeira – houve uma corroboração quase unânime do relato da vítima quando ainda se encontrava no Hospital Pedro II: "Jorge, que estava

[970] Mas não se trata aqui de embarcar nessas delimitações de modelos compartidos por estados, até porque esse perfil atribuído a Recife também era em parte baiano através de pessoas como Januário Doria.
[971] *Denúncia à Justiça Pública*. Réu: Jorge de Tal. Tribunal Correcional da Comarca do Recife em 12/04/1917. (Memorial da Justiça de Pernambuco). P.2. Um detalhe importante, ele foi denunciado como incurso no artigo 306 do código penal (lesão corporal) e não no 402 ou 404.

com uma faca Americana, vibrou-a por brincadeira, ferindo ao respondente na cabeça; que Jorge é seu antigo camarada e mesmo por ter sido o fato casual não quis o respondente que Jorge sofra coisa alguma nem mesmo punição"[972].

Inquirido também na delegacia, José Martins acrescentou que brincava com o acusado e as três testemunhas todas as noites em diversos lugares e fora com o intuito de brincar que na manhã de domingo Jorge "atirou-lhe diversos golpes que ele respondente rebatia com o chapéu", diante de que o companheiro dizia "o gatinho é ligeiro", aparentemente elogiando a agilidade de José Martins em alusão a seu pai, conhecido como Gato[973]. Assim, em um desses movimentos, "abaixando-se para melhor se defender, sucedeu a faca pegar-lhe na cabeça produzindo-lhe o ferimento".

Exceto no caso do tamanqueiro Manoel Paulino – José Martins era sapateiro –, cujo tom parece ter sido um pouco crítico em relação a Jorge, as demais testemunhas seguiram esse relato e apresentaram a ocorrência como um conflito casual entre dois amigos que brincavam[974]. Pouco mais de dois anos depois, o processo foi arquivado[975].

Com base no auto de perguntas respondidas pela própria vítima, pode-se imaginar esses homens todas as noites em situações análogas às mencionadas dez anos antes como reuniões diárias de indivíduos, em quitandas ou em quaisquer fundos de estabelecimentos, que conversavam em um tom ofensivo à moral pública e faziam "exercícios de capoeiragem"[976]. Essas situações, mesmo se por vezes conflituosas, frequentemente deixam a impressão de consistirem em uma mistura de exibição pública e treino ou aprendizado da luta[977].

---

[972] *Denúncia à Justiça Pública*. Réu: Jorge de Tal... P.12. Atitude semelhante em um episódio que envolvia "exercícios de capoeiragem" foi noticiada em 1911: "José Ferreira dos Santos Oliveira, o Cabeleira, ontem, seguramente 2 horas da tarde, no lugar Bomba de João de Barros, distrito do Espinheiro, fazia exercícios de capoeiragem em companhia de outro indivíduo. Armado de navalha, Cabeleira investiu contra o adversário e, num dado momento, com o ímpeto, feriu-o no ventre. Foi logo socorrido e levado pelo subdelegado local para a Farmácia Triunfo, na Encruzilhada, de onde, após medicado, seguiu para o Hospital Pedro II. Interrogada, declarou a vítima não culpar o companheiro pela sua infelicidade": Jornal Pequeno, 19/06/1911, p.1, c.5. O caso lembra também um conflito entre um homem chamado Cosminho e o já conhecido Caninha Verde, mas só nesse aspecto, pois nele não se menciona a capoeiragem: *Facadas. Caninha Verde e Cosminho.* Correio do Recife, 27/12/1907: "Tomando a polícia conhecimento do fato, o ferido pediu que não procedesse contra o ofensor, porque aquilo fora uma simples brincadeira, acrescentando que um camarada bom é irmão do outro, mas se ele facilita, faca nele".

[973] *Denúncia à Justiça Pública*. Réu: Jorge de Tal... P.14.

[974] Idem, p.15.

[975] Idem, p.19: "Verificando-se a prescrição da ação penal, código penal, artigo 85, esta Promotoria requer o arquivamento do presente processo. Recife, 06 de maio de 1919. Augusto Dias". P.20: "Conclusos. Arquivem-se em 5-5-1919. Fernando Leão".

[976] Jornal Pequeno, 01/04/1907, p.2, c.5; Jornal Pequeno, 12/04/1907, p.1, c.2.

[977] Como naquele confronto entre Apolônio e Catarina: "Este ato de bravura foi aplaudido ruidosamente pelos circunstantes". *Bulha entre capoeiras no passo do cateretê*. Correio do Recife, 06/02/1908.

Em 1915 uma "malta de desocupados" composta por rapazes e menores reproduziriam o que ainda era conhecido como o jogo da capoeira em circunstâncias descritas de forma bem distinta das aulas do Centro de Cultura Física ou das exibições no Teatro Moderno. Na opinião de um certo Antônio Dias, aparentemente morador da localidade, nas "imediações do mercado" de São José, perambulando pela Rua da Praia e o cais do Ramos, se divertiriam "esses malandros, vagabundos ou coisa que melhor pareça, em jogar capoeira, quando não atirar pedradas, com risco dos transeuntes, e furtar tudo que encontram à mão"[978].

Assim, apesar de "o capoeira" praticamente ter desaparecido das fontes nesse período e mesmo as referências ao jogo da capoeira entre o "pessoal de arrelia" serem cada vez mais raras, nessa época a concepção da capoeira como esporte atlético algumas vezes aparece mesclada com a associação ao lugar social no qual tal concepção se fundamentou, ao mesmo tempo em que era reconhecido o caráter genérico da antiga identidade coletiva:

> Capoeira – luta ou espécie de exercício ou jogo atlético, praticado por indivíduos de baixa esfera, vadios, desordeiros, e no qual esgrimem os lutadores cacetes e facas, e servindo-se ainda, em passos próprios, que obedecem a umas certas regras e preceitos, dos pés e da cabeça, valentes, ágeis e ligeiros, vencem o adversário. (...) Vem daí também a extensão do termo ao indivíduo que se exercita no jogo da capoeira, que aliás é também extensivo hoje à toda sorte de desordeiros pertencentes à ralé do povo, entes perigosíssimos[979].

Nas fontes consultadas por mim, capoeira como um jogo atlético mais específico e capoeira como uma identidade mais abrangente fazem assim um dos seus últimos encontros através de uma referência à capoeiragem como prática de indivíduos de baixa esfera. Vale destacar que ao escrever isso Pereira da Costa se baseava em notícias e outros documentos sobre a capoeira em Recife, mas também – como não raro entre os pernambucanos que escreveram sobre o assunto na época – sobre a capoeira do Rio de Janeiro. No entanto, após tantas aproximações da Guarda Negra ao artigo da Revista Kosmos, isso deve ser considerado um aspecto constituinte das interpretações sobre a capoeira do Recife, reeditada atualmente a cada vez que alguém aborda a capoeira nessa cidade com base em Carlos Eugênio Soares ou Thomas Holloway.

---

[978] *Queixas e reclamações.* A Província, 22/06/1915. Agradeço a Débora, amiga de sempre, por ter me enviado esse documento quatro anos atrás, quando ela já era minha amiga de sempre.

[979] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., 1936, p.190-192. Como já foi dito, apesar de publicada em 1936, essa obra foi elaborada nas primeiras décadas do século XX, citando documentos desse período e de períodos anteriores.

Em 1899, quando a lei estadual 370 de Pernambuco determinou a criação de colônias correcionais para capoeiras e outros contraventores, talvez os deputados tivessem em mente uma medida semelhante executada, ainda que com resultados questionáveis, da capital do país[980]. Porém, em Pernambuco tal estabelecimento ainda era solicitado no relatório anual da chefia de polícia em 1923, no qual se argumentava: "tanto a vagabundagem quanto a capoeira estão profundamente ligadas ao Direito Penal (...) A primeira é um vício contrário à organização da sociedade" e a segunda "à ordem e a tranquilidade pública"[981].

Aquele chefe de polícia, que se ressentia do fato de os artigos 319 e 404 do código penal de 1890 virem sendo "quase que letra morta", talvez tenha tido o seu esforço recompensado, pois no ano seguinte, 1924, teria sido criada uma colônia correcional em Fernando de Noronha[982]. Isso, assim como a mescla apresentada no verbete de Pereira da Costa e uma ou outra prisão por exercícios de capoeiragem no final dos anos 1900, apresentadas acima, significa que brincar de capoeira em si pode ter se tornado efetivamente perigoso para quem era visto como "pessoal da arrelia" a partir do momento em que a atenção sobre ela, enquanto jogo atlético, se voltou especificamente para o gestual?

Em outras palavras, no início dos anos 1920 um José da Penha ainda diria às autoridades que estava brincando de jogar capoeira quando feriu seu primo? Ou o "desaparecimento" da capoeira em Recife constatado por observadores entre os anos 1920 e 1970 também estaria relacionado a isso? Tenho minhas dúvidas, mas só pesquisas futuras poderão dizer. Decerto o desaparecimento do "capoeira" tal qual era compreendido no final do século XIX é um fenômeno bem menos difícil de rastrear do que as implicações da coexistência de perspectivas opostas a respeito da capoeira após a atenção ao seu gestual ter se tornado predominante. Possivelmente até hoje os mesmos gestuais podem ser vistos como patrimônio nacional ou coisa de "entes perigosíssimos", como dizia Pereira da Costa, a depender de onde e por quem sejam realizados.

---

[980] OZANAM, Israel, op. cit., 2011. Agradeço à historiadora/bibliotecária Maria José, da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, por ser extremamente gentil e solícita sempre que preciso de algum material daquele rico acervo. Foi lá que tive acesso ao texto da lei 370: Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, Coletânea de Leis Estaduais – Ano de 1899, lei nº 370. Quando sancionada, ela foi tecnicamente criticada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco. *Relatório.* Diário de Pernambuco, 14/03/1900. Sobre as colônias no Rio de Janeiro, ver: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, vol.05, Jan.-Jun. 2004.

[981] Arquivo Público Estadual, Fundo SSP, Série: Repartição Central de Polícia – Subsérie: Relatório dos Chefes de Polícia – vol. 1328. Ver também o meu artigo de 2010.

[982] Idem.

Epílogo – A segunda morte da capoeira do Recife ou o sentido da política das salvações em Pernambuco

O itinerário da história contada nesta dissertação seguiu inspirado pelo objetivo de apresentar uma proposta metodológica para a pesquisa sobre o tema em Recife. Foi com a intenção de não tratar a capoeira como algo semanticamente estável ao longo do tempo, mas sim de historicizá-la, que a narrativa percorreu desde os conflitos em torno da Guarda Negra na política entre fins do Império e início da República, até os primeiros passos da educação física em Pernambuco, uma linearidade cuja rigidez procurei volta e meia questionar, especialmente no quarto capítulo.

Nesse percurso, a revisão do tratamento frequentemente acrítico conferido até então pela historiografia a "capoeira" como identidade coletiva teve um papel central, sobretudo – mas não exclusivamente – no terceiro capítulo. Nunca me pareceu instigante negligenciar a história de como as classificações sociais são atribuídas em favor de uma acepção segundo a qual o capoeira é simplesmente quem pratica a capoeiragem, implicitamente definida como aquilo que hoje entendemos por capoeiragem.

Creio que estive atento a isso ao tratar do lugar dos sujeitos que tiveram "passagem pela polícia" (no duplo sentido da expressão) na história da capoeira em Recife entre o final do século XIX e início do XX. Nestas últimas considerações, gostaria de esboçar rapidamente um aspecto dessa questão. A problematização da categoria "capoeira" na dissertação se baseou do ponto de vista metodológico em uma pesquisa nominal que tornou possível perceber a continuidade na atuação de homens que parte das fontes do período e, sobretudo, alguns autores da primeira metade do século XX haviam definido como brabos, capoeiras e valentões.

Essa continuidade foi indiferente ao sensível enfraquecimento da classificação "capoeira" na documentação a partir dos anos 1910, ao qual no quarto capítulo atribuí outros motivos que não o desaparecimento de quem ela designava. Também foi indiferente aos discursos em favor de repressões sistemáticas à capoeira veiculados na época, a exemplo do início dos anos 1890, ou cuja existência considerei alegada a posteriori, como a repressão de Santos Moreira, continuada por Ulisses Costa, da década de 1900.

Portanto, em relação àqueles sujeitos e suas articulações, esta dissertação enfatiza muito mais permanências do que mudanças, sobretudo se supostamente conduzidas por via de ações policiais sonhadas por alguns atores sociais do período. Era o que eu tinha em mente quando abordei a tentativa de repressão à capoeira pelos republicanos no segundo capítulo, fazendo incursões em documentos de vários anos após 1890-1892.

Ali procurei demonstrar através da trajetória de homens como Bentinho e Bernardino Caboclo que, apesar do Partido Republicano, o século XX veria o prosseguimento da política de rua outrora protagonizada por José da Benta, Manoel da Jacinta, Eleutério, Nicolau e outros em uma área que ia das estradas Nova de Caxangá e dos Remédios, à estrada Nova de Beberibe (próximo ao Feitosa, ao Espinheiro e na divisa com Olinda), passando pela Capunga. Se a possibilidade de isso acontecer não era vislumbrada pelos redatores da *Gazeta da Tarde* quando da proclamação da República, era admitido nesses termos no início da década seguinte:

> Parece que uma *tribo de brabos*, resolveu de comum acordo fazer o seu *inferninho* lá para as bandas da célebre Estrada-Nova de Caxangá, antigo teatro das imorredoiras façanhas do inolvidável Manoel da Jacinta! Raro é o dia em que não registramos um, dois, três e mais hediondos crimes ali cometidos!...[983]

Era também a permanência que eu tinha em mente quando escolhi a figura da capa desta dissertação, a qual acompanhou um editorial do *Jornal Pequeno* do início de 1907. Intitulado "A Impunidade", ele comentava uma notícia a esse respeito publicada no *Jornal do Recife*, pertencente ao próprio governador do estado Sigismundo Gonçalves[984].

Por essa época, quando alguém falava em "brabos" possivelmente ainda tinha como referência as "imorredoiras façanhas" produzidas pela associação entre capoeiragem e política em discursos de fins dos anos 1880 e início dos 1890, como analisado no primeiro capítulo[985]. Entretanto, passados mais de dez anos, a capoeira já

---

[983] *Mais um assassinato*. Jornal Pequeno, 18/04/1901. Comentei o assassinato de Manoel da Jacinta no prado em 1889 no capítulo 2, páginas 107-110.

[984] *A impunidade*. Jornal Pequeno, 31/01/1907: "A quem cabe a responsabilidade das vergonheiras às quais se refere a folha do governador do Estado? À situação política dominante. A impunidade tem sido a causa da repetição, em alta escala, de crimes e assassinatos praticados nesta cidade".

[985] Uma indicação disso em relação à capoeira é um caso de 1909 no outrora considerado o principal reduto de José Mariano: "O subdelegado do Poço da Panela conseguiu prender ontem, em seu distrito, a Benedito José Francisco, que diz ter *carta de brabo* e à noite, provocava para a luta, a todo e qualquer mortal que lhe passasse a vista. Queria experimentar sua *bicuda*, porém, não conseguiu isto fazer, por ter seguido para o xadrez antes de dar mostras de sua capoeiragem". Jornal Pequeno, 05/11/1909, p.2, c.1.

não era o mote de ações repressivas sistemáticas e no editorial de 1907 ela não é mencionada.

De diferentes maneiras ao longo desta dissertação, contrastei essas duas "mortes" anunciadas da capoeira no Recife. Uma eu apresentei no interior de um projeto político malsucedido na ótica dos próprios propugnadores e de acordo com a documentação dos anos que se seguiram àqueles. A outra seria fruto da elaboração historiográfica posterior, que converteu o que Oscar Mello narrou em *Recife Sangrento* como uma campanha contra os "valentes", iniciada pelo Chefe de Polícia Santos Moreira (1904-1908) e continuada por Ulisses Costa, em uma repressão à prática da capoeiragem.

Bem ou mal, eu havia tratado desta última "morte" em dois artigos publicados em 2010 e 2011, os quais citei algumas vezes – não sem algum constrangimento, face às suas imperfeições – ao longo da dissertação. Mas nela propriamente eu dei muito mais atenção à primeira delas, porquanto era a que havia sido pleiteada no próprio período da pesquisa e não presumida posteriormente como a de Santos Moreira.

No entanto, sobre aquelas páginas de Oscar Mello sobre a campanha desse chefe de polícia havia muito a ser dito e eu lamento ter me limitado a demonstrar que entre 1904 e 1908 (ou 1911, período limite de predominância do grupo político ao qual ele e o seu sucessor pertenciam) a polícia não realizou qualquer erradicação da capoeiragem ou dos sujeitos que eram classificados como capoeiras. Com efeito, acredito que demonstrei isso de diversas maneiras.

Primeiro, não há um tratamento diferenciado nesse período às pessoas presas como capoeiras em frente às bandas. Assim como antes, elas eram logo postas em liberdade; segundo, em tais anos a atenção à capoeiragem como exercícios ou jogo apenas começava a generalizar-se entre diferentes camadas sociais, fruto de um movimento que logo foi motivo para que a própria identidade contraventora "capoeira" perdesse força; terceiro, a dicotomia entre "polícia" e "capoeiragem", necessária ao argumento da repressão, soa extremamente simplista a quem cruzou com o mínimo de atenção as informações fornecidas pela imprensa, a polícia e a justiça criminal.

Além do fato de referências a "exercícios de capoeiragem" entre policiais não ser raro nessa época, vários dos homens mencionados por Oscar Mello mantinham uma relação tão antiga e intrincada com a polícia e as forças políticas do período, que mesmo se Santos Moreira os definisse coletivamente como "capoeiras" e pretendesse lançar uma campanha para erradicar a "capoeiragem" (duas coisas que não me parecem

prováveis), teria tido dificuldades iguais ou maiores que os republicanos entre 1890 e 1892. Um exemplo disso são os jogos proibidos, cujo combate é fartamente documentado nos anos 1900 e mesmo assim as casas de tavolagem não desapareceram.

Entretanto, no substrato dessas minhas afirmações existem dois argumentos. O primeiro, no qual me concentrei, explica que em vista do percurso semântico da capoeiragem e da relação entre isso e os significados de "ser capoeira", o fato de alguns dos homens citados por Oscar Mello e outros memorialistas poderem ter praticado o jogo da capoeira – o que está documentado em vários casos, como Adama, Jovino dos Coelhos, Apolônio da Capunga e Chico Cândido – não os tornou alvo de repressão policial, até porque eles não serão ao longo dos anos 1900, por conta própria ou pelas autoridades, aglutinados em uma coletividade definida como "capoeiras".

O segundo argumento é o de que independentemente disso, se for deixada um pouco de lado a questão de a capoeiragem ser ou não o mote da repressão e a análise concentrar-se apenas na ação contra os sujeitos mencionados pelos memorialistas (homens protegidos pela política, conhecidos por sua valentia e donos de casas de jogos, maxixes etc.) ainda assim não se pode dizer que em algum momento houve uma tentativa sistemática de repressão a eles. Que tal tentativa não teria sido bem-sucedida, sugere a permanência de muitos deles na cidade após o início dos anos 1910, por exemplo: José Grande (1913), João Valdivino (1916), Antônio Padeiro (1917), Nascimento Grande (1917), Cosme Pretinho (1920), Apolônio da Capunga (1920), além dos considerados regenerados, como "o preto Eleutério", que morreu aos 79 anos em 1938[986].

Além disso, seria preciso observar que dentre os que não chegaram à década de 1910, Jovino dos Coelhos e Jararaca por exemplo, é mais difícil encontrar casos de

[986] *Com a Morte de Eleutherio, desapareceu um dos últimos valentes do Recife*. Jornal Pequeno, 09/11/1938. Na longa e riquíssima reportagem, se diz que "o preto Eleutério de Souza", foi "um dos fundadores da primitiva estiva em Pernambuco. Homem valente, na sua mocidade fez época em Recife. Sempre preferido pelos antigos políticos, a estes servia de 'guarda costas', principalmente por ocasião de eleições intrincadas". Agradeço calorosamente à minha amiga Rosilene Farias pela indicação deste documento e por ter me ajudado tanto ao longo destes anos. Vale observar que, ao que tudo indica, a atuação de Eleutério se deu em um período anterior ao analisado nesta pesquisa, embora possivelmente ele tenha sido um dos responsáveis, junto com Adama e Formigão, pelas agitações em um trem que regressava de uma festividade religiosa em 1907. *Conflito num trem. Ferimento, pânico e ataques histéricos.* Jornal Pequeno, 09/04/1907. João Valdivino, aquele que se conflitava com Adama e José da Penha, foi assassinado em 1916: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 01 de agosto de 1916*. Fundo SSP, Vol.457 (Jul./Dez. 1916), APEJE; Cosme Pretinho, do qual tratarei a seguir, estava vivo em 1920: *Ofício da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 26 de outubro de 1920*. Fundo SSP, Vol.461 (1920), APEJE; Mas nem sempre as coisas transcorreram assim. Libânio Carroceiro foi condenado a sete anos por homicídio em 1908 e ficou preso até a sua morte em 1915: *Termos de óbitos dos detentos.* Fundo da Casa de Detenção do Recife, vol. 4.2/96 (1886-1919), Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

assassinato em momentos de captura pela polícia do que em qualquer outra situação. Mesmo quando a polícia agia contra algum daqueles homens, não surgiam referências à possibilidade disso ser fruto de uma campanha específica, mas sim parte de diligências a respeito de incidentes nos quais eles haviam se envolvido.

Será mesmo? Um único caso dentre os encontrados por mim descortinou a possibilidade de que esse segundo argumento seja em parte falho. Isto é, uma tentativa de repressão a alguns "valentes protegidos pela política" citados nas crônicas pode ter existido em fins dos anos 1900, mesmo que não tenha obtido êxito e não tenha sido motivada pela prática da capoeiragem da forma como ela passava a ser amplamente compreendida naqueles anos.

Na edição de 07 de maio de 1910, *A Província* abriu uma longa reportagem de primeira página afirmando que, baseada em notas colhidas na Repartição Central da Polícia e em uma carta parcialmente conflitante com as alegações das autoridades, narraria "mais uma diligência de resultados trágicos, como tantas outras que ultimamente tem deslustrado a ação policial na presente campanha contra os perturbadores da ordem pública"[987]. Tratava-se da morte de Arcanjo Manoel da Silva na Rua do Futuro, situada na Capunga, realizada por uma força policial que, segundo a carta recebida pela *Província*, o havia atraído para lá enviando-lhe um recado em nome de sua amásia e atirado nele pelas costas quando, encapuzado, apareceu naquela rua por volta da meia-noite de 06 de maio.

Para entender quem eram tais "perturbadores da ordem pública" contra os quais estaria sendo levada a cabo tal campanha, nem chega a ser necessário mencionar – embora seja um dado importante – que Arcanjo foi citado por Oscar Mello e Guilherme de Araújo. Isso porque a descrição da *Província* estabelece um perfil que ao ser confrontado com uma notícia de anos antes situa aquele homem na antiga e abrangente rede de troca de proteção definida entre a política e o crime, já várias vezes mencionada nos capítulos anteriores. Nela, a política ia às ruas e aproximava pessoas de posições sociais variáveis a partir de categorias profissionais, agremiações carnavalescas e a influência em determinadas áreas da cidade, sobretudo por meio de ligações com a polícia.

De acordo com o jornal, Arcanjo era um homem de cor preta, "de elevada estatura e relativa corpulência", que em meados dos anos 1890 havia saído da prisão

[987] *Prisão e morte.* A Província, 07/05/1910.

para integrar a força policial. Depois de desligado da corporação foi passar uns tempos no Pará, como Chico Cândido e Miguel Dente de Ouro, onde trabalhou como marinheiro na alfândega[988]. De volta a Pernambuco, ele teria passado a viver "de gorjetas que lhe davam nas casas de tavolagem de ínfima classe que frequentava e da coadjuvação de alguns protetores, dos quais conservou sempre boas graças"[989].

Tanto quando era policial, quanto depois, teria sido verificada a sua participação em inúmeros crimes, "apesar disso tinha um aspecto simpático e as suas maneiras insinuantes logravam impressionar de modo favorável para si as pessoas de certa ordem com que tratava. Isto o tornava mais perigoso, cercando-o de uma certa aura de proteção"[990]. Uma postura capaz de despertar simpatia, relações com pessoas distintas, um nome como o de Arcanjo remetia a um momento da República em que a crônica política era permeada de menções a pretos armados lado-a-lado com autoridades, maltas de brabos, fina flor da gente, guarda negra.

É preciso reconhecer que àquelas alturas, em 1910, já não era nesses termos que os jornalistas definiam as pessoas cuja participação na violência política eles desejariam desfeita e a capoeira, cujos significados tomavam outro rumo, não estava no centro da questão. Porém, concentrando-se nas referências aos sujeitos e com base numa longa reportagem do *Jornal Pequeno* ainda do início da década, não me parece forçado sugerir que se houve alguma intenção por parte do chefe de polícia Ulisses Costa – o substituto de Santos Moreira – em reprimir determinados "perturbadores da ordem pública", ao dirigir-se a Arcanjo era a uma antiga tradição (outrora compreendida pelo sentido político de "capoeiragem") que se procurava abalar.

Em alguns aspectos, as reportagens da *Província* em 1910 e do *Jornal Pequeno* em 1903 se assemelham. Nesta, Arcanjo também é apresentado como um "um negro alto e magro" que estivera preso antes de ingressar na polícia nos anos 1890. No entanto, ainda atenta ao calor dos debates da década anterior, a redação do *Jornal Pequeno* descreve suas relações com mais detalhes e, até por conta do conflito que deu

[988] Miguel Dente de Ouro seria pronunciado por crime de homicídio naquele estado. Correio do Recife, 06/05/1908, p.2, c.3. Sobre sua má reputação na imprensa em Recife: *Indivíduo Perigoso.* Jornal Pequeno, 01/03/1910. Já a respeito de Chico Cândido no Pará e em Recife, ver: OZANAM, Israel. Op. cit., 2011. Acima, na página 117 (capítulo 2) eu comentei que no início da República havia queixas dos republicanos do Pará contra o que consideravam a contratação de capoeiras pernambucanos por Antônio Lemos, uma antiga liderança liberal daquele estado.

[989] *Prisão e morte.* A Província, 07/05/1910.

[990] Idem. Apesar de criticá-lo, *A Província* declarou registrar com pesar a morte de Arcanjo sob a violência policial. Diante disso, o chefe de polícia Ulisses Costa acusou a ela e ao *Correio do Recife* de defenderem criminosos. A esse respeito, ver outro artigo com o mesmo título do supracitado: *Prisão e morte*. A Província, 09/05/1910.

origem à reportagem, remonta às categorias que perpassavam o universo político na década anterior.

De acordo com ela, após cumprir sentença em Fernando de Noronha por ter assassinado a própria mulher, Arcanjo teria sido ordenança do delegado Sófocles Meira durante o governo de Barbosa Lima, isto é, entre 1892 e 1896[991]. Em 1903, juntamente com Apolônio, José Cândido (que pelas características parece tratar-se de Chico Cândido) e outros, ele compunha o grupo conhecido por "Brabos da Capunga", formado por membros do Clube Carnavalesco Três Espadas, e que acabava de ser desarticulado pela polícia de Beberibe em um conflito na Encruzilhada, próximo à divisa entre Recife e Olinda:

> Por muito tempo os brabos da Capunga foram considerados como os mais temíveis do Recife. Pertencentes todos ao Club 3 Espadas cometiam assiduamente crimes e tropelias, que sempre ficavam impunes, em vista da proteção escandalosa que lhes dispensava um chefe político da freguesia das Graças, o qual precisava dos seus serviços para fins eleitorais e outros. Agora, porém, a fina flor da gente brava foi destroçada completamente na Encruzilhada de Belém por praças da polícia olindense[992].

Arcanjo tivera destaque em um assalto na localidade do Entrocamento, realizado contra a casa do banqueiro Armando Grumback, mas é difícil saber se a ação policial contra ele – da qual saiu gravemente ferido – teve alguma relação com isso. Até porque naquela época a violência política em Olinda se tornava cada vez mais intensa em virtude da presença de Tonico Ferreira, filho do governador do estado e conhecido por suas práticas ilegais em companhia de homens de fama semelhante à de Arcanjo, como João Sabe-Tudo[993].

---

[991] *Barulho na Encruzilhada. Arcanjo não morreu. Derrota dos brabos da Capunga.* Jornal Pequeno, 14/04/1903. Há documentos anteriores indicando que estivera preso e processado em 1891: *Fórum. Tribunal da Relação. Sessão ordinária em 13 de janeiro de 1891. Distribuições.* A Província, 14/01/1891; *Casa de Detenção.* A Província, 27/02/1891.

[992] *Barulho na Encruzilhada. Arcanjo não morreu. Derrota dos brabos da Capunga.* Jornal Pequeno, 14/04/1903. Rita de Cássia Araújo menciona de passagem e sem citar fontes a relação entre o Clube Três Espadas e os Brabos da Capunga em op. cit., p.341.

[993] No apagar das luzes do século XIX, A *Gazeta da Tarde* definia assim a posição de Tonico Ferreira: "ex-prefeito de Olinda e dono ainda desse infeliz município". *Um por um.* Gazeta da Tarde, 26/10/1900. Conforme o *Jornal Pequeno*, as atitudes dele e de seus homens na velha cidade teriam provocado mais de uma vez conflitos internos ao próprio grupo de Rosa e Silva: *No Krause*. Jornal Pequeno, 06/06/1902. Sobre Sabe-Tudo ser um desses homens, é preciso levar em conta que apesar de haver mais de uma indicação nesse sentido, como o fato de Eustórgio Wanderley mencioná-lo entre os participantes de uma ceia realizada por Tonico certa vez, o *Jornal Pequeno* publicou uma charge em outubro de 1904 na qual aparentemente Sabe-Tudo figurava fazendo queixas contra Tonico e a polícia. Jornal Pequeno, 19/10/1904, p.1. Isso é explicado por Costa Porto em uma breve mas elucidativa passagem. Ao comentar o episódio no qual João Sabe-Tudo foi incumbido pela facção rosista da matar o coronel Delmiro Gouveia no Rio de Janeiro, o autor afirma que apenas houve um flerte dele com a oposição em uma ocasião em que fora levemente incomodado pela polícia. Op. cit., p.219.

Para a redação do *Jornal Pequeno*, porém, não havia dúvidas. Recorrendo a um estilo épico, ela definiu aquele confronto como o divisor de águas no qual a "fina flor da gente" da Capunga foi destroçada diante da fuga desesperada de Apolônio, José Cândido e "vários outros", e dos ferimentos em Arcanjo:

> Chegou portanto a vez de tornar-se Olinda o foco de uma nova geração de brabos perigosos. Inaugurou-se a nova fase da brabeza indígena [no] conflito da Encruzilhada, o local previamente combinado para o rendez vous decisivo dos valentões terroristas da Capunga e dos heroicos soldados da milícia municipal da poderosa cidade de Olinda.

Até pelas referências posteriores a esses homens atuando na Capunga e em outros lugares, não é preciso que se siga ao pé da letra o enredo traçado por essa reportagem, especialmente o seu desfecho. Mas o tom por meio do qual se relaciona aquele evento a antigas histórias envolvendo o perímetro da Capunga, Encruzilhada e Beberibe é digno de nota. Outrora considerado um reino de criminosos e escravos fugidos, posteriormente ele será volta e meia apresentado como um lugar onde pessoas de má reputação se reuniam em torno de bandas e outras agremiações, bebiam, brigavam, conversavam e jogavam capoeira[994].

Portanto, retomarei rapidamente a tensão política da virada da década de 1910 tendo em vista aquela continuidade em antigas relações e as consequências de alguma tentativa de ruptura nelas. Em 27 de fevereiro de 1911, o *Jornal Pequeno* noticiou o cerco policial à casa de Cosme Damião da Paz, conhecido como Cosme Pretinho, localizada no beco do mangue, primeiro distrito de São José, por ter sido a ele atribuída "a autoria do lançamento de uma bomba de dinamite na residência do coronel Antônio Gonçalves Ferreira Junior, senador estadual" (ou seja, Tonico Ferreira)[995].

---

[994] Há três casos muito significativos nesse sentido, que merecem ser mencionados. No primeiro, "pede-se a atenção da polícia para um grupo de indivíduos desocupados que se reúne no cruzamento da linha de Olinda com a de Limoeiro, na Encruzilhada. Estes desordeiros todas as tardes jogam capoeira e proferem palavras obscenas". Jornal Pequeno, 10/11/1904, p.2, c.2; Na noite de 18/04/1906, foi relatado que "em Ponto de Parada, ilha de Beberibe, 3º distrito das graças, faziam exercício de capoeiragem alcoolizados servindo-se de uma palha de cana João Pedro e Vicente de tal" quando começou um conflito entre os dois, do qual saiu o primeiro ferido. Ele foi transportado para uma farmácia na Encruzilhada e depois ao Hospital Pedro II. *Ferimentos graves.* Correio do Recife, 19/04/1906; No mesmo ano se chama a atenção do chefe de polícia "para os desordeiros que continuam a infestar o 3º distrito das Graças. Na travessa do Feitosa, [a] esquina da mercearia de um Sr. Machado é o lugar escolhido para os turbulentos que levam o dia inteiro a fazer exercícios de capoeiragem, principalmente nos dias em que ensaia uma banda de música existente naquele lugar". Correio do Recife, 08/06/1906, p.2, c.3; Conforme Celso Castilho, desde os anos 1880, Beberibe era considerado um reino de criminosos e escravos fugidos. Op. cit., p.195. Da mesma forma que algumas áreas do 2º distrito de São José, conforme mencionado no capítulo 3, durante a década de 1900 podia-se encontrar referências a fenômenos enigmáticos na região das notícias acima, a exemplo da noite em que "um homem do povo" teria vagado pelas ruas do Feitosa dizendo "estar com o *espírito mau*". Jornal Pequeno, 13/04/1907.

[995] *O Nefando Atentado à Bomba de Dinamite. Prisão dos Mandatários*. Jornal Pequeno, 27/02/1911.

Em diligência, as autoridades teriam encontrado no beco do mangue mais uma bomba de dinamite, mas não Cosme Pretinho, mencionado como "brabo" por Oscar Mello e Guilherme de Araújo. Seguiram então à Rua da Palma, onde o prenderam. A ação delas também resultou na captura de Antônio Tiamar, um "façanhudo popular conhecido como desordeiro e mau", que teria sido responsável por colocar "a bomba de dinamite no jardim do palacete onde residem a veneranda viscondessa do livramento e o nosso distinto confrade do Diário de Pernambuco, Dr. Rosa e Silva Júnior, à Rua Benfica, na Madalena"[996].

O *Jornal Pequeno* podia até ter caído nas graças do governo por aquela época e considerado uma infâmia da parte daqueles dois realizarem um atentado contra "dous cavalheiros, colocados na política do Estado". Mas essa não era a opinião da *Província.* Para a velha folha liberal de José Maria e José Mariano, atentado mesmo era a prisão de Cosme Pretinho e Tiamar, pois, segundo ela, "as bombas eram de ocre e areia e saíram dos planos de um agente de polícia, homem de toda a confiança do partido do governo, amigo íntimo de todos os seus correligionários"[997].

Isso porque os dois "cavalheiros" contra os quais teriam sido atiradas as dinamites eram "colocados na política do Estado" de uma forma bastante especial: Rosa e Silva Júnior, como o nome sugere, era filho de Francisco de Assis Rosa e Silva, líder da facção que comandava Pernambuco havia mais de quinze anos; enquanto o tal coronel Antônio Gonçalves Ferreira Júnior era, com já mencionado, Tonico Ferreira, filho de um então ex-governador do estado aliado de Rosa e Silva.

Diante disso, iniciou-se um movimento por parte do governo, veiculado através do *Diário de Pernambuco*, no sentido de chegar aos supostos mandantes dos atentados através das confissões dos mandatários Cosme Pretinho e Antônio Tiamar. A oposição, por seu turno, se concentrou em defender a integridade física e a libertação deles dois. Em carta aberta ao chefe de polícia Ulisses Costa, *A Província* tentava isentá-los de uma má reputação à qual o governo parecia apegar-se para justificar o tratamento que lhes fora conferido:

> Vmcê, justificando as surras dos dois infelizes, enumerou as entradas de ambos na cadeia de 1901 em diante: Antônio Tiamar seis, em dez anos,

[996] *O Nefando Atentado à Bomba de Dinamite. Prisão dos Mandatários*. Jornal Pequeno, 27/02/1911.
[997] *Cartas sem resposta*. A Província, 05/03/1911. Na edição do dia anterior, lembrando que dinamite era usada no mar durante pescarias, os redatores da folha zombaram da explicação, emitida pelo governo, de que as bombas não explodiram por conta da humidade. A Província, 04/03/1911, p.1: "Não é dinamite... A dinamite batendo, estoura. Bateu e não estourou? Não é! (...) O prêmio de química, instituído por Nobel, cabe este ano ao Dr. Ulisses Costa" (que era o Chefe de Polícia).

> quatro como gatuno e duas como desordeiro; e Cosme Pretinho duas como desordeiro. E os processos? Não se intentaram? Falta a nota da última culpa... Vmcê não quis publicá-la. As gatunices e as desordens de Tiamar e as desordens de Cosme Pretinho talvez sejam outras tantas perseguições de uma polícia de erros e de logros[998].

Formado por antigos conservadores e leões que em meados dos anos 1890 se aliaram ao governador Barbosa Lima, então inimigo literalmente mortal da gente de José Mariano (o qual na época chegou a ser preso e deportado à Ilha das Cobras), o grupo de Rosa e Silva era tudo a que a *Província* se opunha e nisso contava com o apoio do *Correio do Recife*, formado por partidários do Barão de Lucena também adversários do rosismo[999]. O episódio no qual Cosme Pretinho e Tiamar se viram envolvidos naquele início de 1911 pode ser considerado parte do que nas eleições do segundo semestre se tornaria um conflito violento de grandes proporções entre o governo e a oposição, a qual reuniu lucenistas, marianistas e até mesmo antigos republicanos históricos em torno da campanha do general Dantas Barreto, ministro da guerra do governo de Hermes da Fonseca[1000].

Logo, no caso das bombas em fevereiro, as tentativas feitas por ambos os lados no sentido de angariar a solidariedade das forças militares federais, dirigindo-se ao general Henrique Martins, inspetor da quinta região militar, ou ao próprio marechal Hermes da Fonseca, faziam parte de uma percepção de que o momento político era favorável às tentativas de insurreição, via apoio das forças armadas, contra as facções políticas predominantes nos estados. Essa explicação deu o nome de "política das salvações" ou "salvacionismo" ao processo e, enquanto olhar panorâmico, é muito adequadamente abordada em um trabalho recente:

> O governo do Marechal Hermes da Fonseca permitiu o retorno da oficialidade do Exército à condição de protagonista na cena política brasileira e serviu de contraponto ao predomínio das oligarquias brasileiras (...). A *política das salvações* ou o *salvacionismo* representou a participação dos militares nos conflitos estaduais ao oferecer apoio armado às dissidências locais e à oposição popular[1001].

---

[998] *Cartas sem resposta*. A Província, 08/03/1911. Ao "Sr. Dr. Ulisses Gerson Alves da Costa, desventurado chefe de polícia do governo, também desventurado, do Dr. Herculano Bandeira".

[999] A "Resposta a Faelante" tão mencionada nos primeiros capítulos desta dissertação respondia justamente a um artigo dele contra o rosismo publicado como carta a Afonso Pena no domingo 13 de maio de 1906: *A Viagem do Futuro Presidente*. A Província, 13/05/1906. Um dado interessante sobre o documento: Faelante poupou Sigismundo Gonçalves.

[1000] A esse respeito, ver: ANJOS, João Alfredo dos. Op. cit., 2009.

[1001] BORGES, Vera Lúcia. *A batalha eleitoral de 1910*: imprensa e cultura política na primeira república. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. P.386.

Aproximando o olhar, porém, pode-se indagar o porquê de ela ter sido bem-sucedida em Pernambuco. Nesse caso, o segredo talvez esteja em dar-se um passo adiante no que Vera Lúcia Borges chamou acima de "oposição popular", liberando por um instante os sujeitos dessas categorias e propondo uma análise mais de perto das diversas redes de colaboração estabelecidas na cidade do Recife, o palco dos conflitos decisivos. As colunas da *Província* a respeito das prisões de Cosme Pretinho e Antônio Tiamar em fevereiro de 1911 relacionam constantemente aquele momento e o período inicial de dominação do partido rosista, durante o governo de Barbosa Lima: "A polícia meteu na Casa de detenção Cosme Pretinho e Antônio Tiamar, depois de torturá-los com requintes de malvadez, surras bárbaras, todos os suplícios e verdugos chinezes ou dos tempos do Dr. Barbosa Lima"[1002].

Essas alusões são ainda mais pronunciadas na primeira reportagem dedicada ao caso, na qual a redação afirma estar reproduzindo informações contidas em uma carta anônima que recebeu. Nela se recordam as "cenas da ilha das Cobras" e a prisão de Joaquim das Couves no governo de Barbosa Lima[1003]. Passadas várias páginas e nomes, a leitora ou o leitor talvez não se lembre de Joaquim das Couves, ele fora considerado um dos integrantes da Guarda Negra pelos adversários de José Mariano nos primeiros anos da República[1004].

Ao mencioná-lo, *A Província* talvez quisesse mandar aos correligionários o recado de que os seus líderes procurariam providenciar a libertação de Cosme Pretinho e Tiamar, como no passado haviam feito no pedido de *habeas corpus* para Joaquim das Couves. Inversamente, quem enviou a carta, ao mencionar o episódio, é possível que estivesse realizando um apelo velado: "ninguém se atreverá a requerer uma ordem de habeas-corpus como se requereu por Joaquim das Couves em outras épocas"[1005].

[1002] *Cartas sem resposta*. A Província, 05/03/1911. A expressão "depois" utilizada ali foi bastante calculada. Naquele mesmo dia os redatores da *Província* haviam publicado que o administrador da Casa de Detenção lhes procurara para assegurar em seu nome e em nome do chefe de polícia que naquele edifício Cosme Pretinho e Antônio Tiamar não haviam sido agredidos, mas sim antes de chegarem lá e que os responsáveis por isso seriam processados. A Província, 05/03/1911, p.1. Recusando o convite da autoridade para irem verificar a situação dos presos pessoalmente, eles afirmaram acreditar em sua palavra e dali em diante se apegaram à informação oficial de que a polícia havia agredido aos presos no caminho para a Detenção.

[1003] A Província, 04/03/1911. P.1, c.3. Os conflitos com Barbosa Lima entre 1893 e 1894, dos quais faz parte a prisão e deportação de José Mariano, envolveram também a controvertida posição dos dois face à Revolta da Armada. Décadas atrás, Costa Porto fez um resumo valiosíssimo daquela conjuntura em *Os Tempos da República Velha*, ainda indispensável diante da escassez de pesquisas sobre a história política de Pernambuco no período. Op. cit., p.74-103.

[1004] Ver o capítulo 2, página 118.

[1005] A Província, 04/03/1911. P.1, c.3.

O "diretório do partido oposicionista" então se mobilizou e requereu *habeas corpus* para os dois[1006]. Com isso, Ulisses Costa teria mandado imediatamente soltá-los, atitude que *A Província* narrou entre considerações realizadas com a mesma disposição de estabelecer uma linha de continuidade com os acontecimentos dos anos 1890: "a política do governo de 1894 é a política do governo de 1911 (...) O partido de vmcê mandou assassinar José Maria"[1007].

Creio que nenhum episódio foi tão evocado pelos opositores de Rosa e Silva quanto o assassinato de José Maria, o maior dos aliados de José Mariano, por integrantes da polícia nas eleições para prefeito do Recife em 04 de março de 1895[1008]. Quando *A Província* responsabiliza o partido do chefe de polícia Ulisses Costa pelo caso, está se referindo ao Partido Republicado Federal (PRF), que na época do assassinato unia os rosistas e o governador Barbosa Lima[1009]. Em 1911, Barbosa Lima já não estava em cena e Rosa e Silva seguia como líder do grupo político do governador do estado, que agora era Herculano Bandeira, antigo membro do PRF[1010].

Essa continuidade pode ajudar a entender a proteção desfrutada ao longo de anos por Arcanjo e aqueles que foram chamados de "Brabos da Capunga", daí talvez a recorrência com que Apolônio da Capunga levava preso a um e a outro que cruzavam o seu caminho nos anos 1900[1011]. Governadores se sucediam, mas o grupo de Rosa e Silva se mantinha no comando e Arcanjo, antigo ordenança do delegado Sófocles Meira nos tempos de Barbosa Lima, na época aliado de Rosa e Silva, pode ter permanecido integrante do braço armado da situação. Mas, então, quais os motivos e as consequências de alguém como ele ser assassinado pela própria polícia rosista em 1910?

O grau de precisão das minhas respostas para isso – assim como talvez da própria pergunta – certamente será menor do que eu gostaria e se traduzirá em mais perguntas. Quanto aos motivos, primeiramente talvez o "rosismo" não tenha demonstrado tanta harmonia interna, especialmente no que se refere ao contraste que se procurou estabelecer nos anos 1900 entre o governo de Gonçalves Ferreira, antigo quadro do PRF e pai de Tonico Ferreira, por um lado e, por outro, o quadriênio

---

[1006] *Cartas sem resposta*. A Província, 08/03/1911.
[1007] Ibidem.
[1008] Em *Recife Sangrento*, Oscar Mello conta o acontecido de maneira detalhada e favorável a José Maria. Op. cit., 1937, p.41-46.
[1009] Desde 1895, Barbosa Lima e Rosa e Silva foram igualmente responsabilizados pela oposição, sobretudo através da *Província*. Cf. PORTO, Costa. Op. cit., p.98-103.
[1010] Idem, p.94.
[1011] Como após sua luta contra o Moleque Catarina em 1908, comentada no quarto capítulo, e em um episódio anterior, analisado por mim no artigo de 2011.

subsequente, de Sigismundo Gonçalves (1904-1908), pertencente à ala liberal que aderiu ao rosismo[1012]. Mas não se pode associar muito facilmente homens como aqueles da Capunga a um ou outro setor da política majoritária sem entender a lógica própria – embora não totalmente autônoma – das chefias políticas e policiais dos distritos da cidade. Como sobre esse ponto eu não sei quase nada, a explicação dele para por aqui.

Outro motivo imaginado por mim (e que eu nem sei se está dissociado do primeiro) remete à campanha que a própria *Província*, apesar do tom crítico, descreveu como dirigida por Ulisses Costa contra "perturbadores da ordem pública". Se os alvos dela tivessem sido só aliados da oposição e pessoas sem vínculos políticos, será que o jornal a teria descrito assim? Surge então a aparentemente inexplicável possibilidade de esse chefe de polícia ter deixado de lado os compromissos políticos – ou se orientado por compromissos que não consegui sondar – e voltado a corporação contra alguns dos homens que, ligados a ela por vezes informalmente, a tornavam uma espécie de exército estadual pronto para agir em favor da situação nos momentos de tensão política.

Com efeito, em 1911 um Cosme Pretinho ou um Nascimento Grande apareciam ao lado dos marianistas e, portanto, do grupo que levou Dantas Barreto ao governo àquele ano. De diferentes maneiras, os dois são representados como pessoas que enfrentaram Tonico Ferreira[1013]. Mas, diante da campanha policial de Ulisses Costa em 1910, quem, dentre homens como esses, estaria ao lado de Rosa e Silva no ano seguinte?

Isso exigiria um estudo cuidadoso dos conflitos de rua dos últimos meses de 1911, pois parece haver algumas inconsistências no argumento de que a cidade foi palco de uma guerra entre a polícia governista e o exército dantista. A meu ver, o principal

---

[1012] Embora considerasse Rosa e Silva seu "chefe político", da mesma forma que o fazia Gonçalves Ferreira, Sigismundo procurava abertamente diferenciar-se dele e de seu filho, como se pode observar no volume *Fatos e Cifras*, publicado por seu governo em 1908. Nas mais de trezentas páginas do texto, encontram-se desde comparações entre os dois governadores na administração das finanças públicas, até queixas ao fato de Tonico ter agredido, acompanhado de seus capangas, ao coronel Torquato Gonçalves, filho de Sigismundo. Nele também transparece o desejo de Rosa e Silva de evitar que o *Jornal do Recife*, de propriedade de Sigismundo, fizesse denúncias contra os Ferreiras: Governo de Pernambuco. *Fatos e Cifras*. 1904-1908. Recife: Tipografia do "Jornal do Recife", 1908. Muito significativos são os artigos da imprensa transcritos ao final do volume, especialmente o publicado por Sigismundo Gonçalves no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 22 de dezembro de 1908, intitulado "Duas administrações de Pernambuco. Um paralelo". P.290-302. De acordo com Lemos Filho, logo após a vitória das oposições aliadas ao general Dantas Barreto na conturbada disputa de 1911, o *Jornal do Recife* aderiu ao dantismo, enquanto outros antigos rosistas iam à oposição. FILHO, Lemos. *Clã do açúcar* (Recife – 1911/1934). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p.105.

[1013] Em um dos conflitos de rua da campanha do segundo semestre de 1911, o "velho marianista e famoso valentão, Nascimento Grande", teria dado "uma carreira no Senador Estadual Antônio (Tonico) Gonçalves Ferreira Júnior", resultando nos versos "o Tonico valentão/do Nascimento correu" inseridos em uma das muitas quadrinhas políticas entoadas na época. Cf. FILHO, Lemos. Op. cit., p.12 e 20.

motivo para tal compreensão ter sido pleiteada é o fato de ela adequar-se a seu complemento: o de que o "povo" tomou parte das lutas ao lado dos dantistas[1014].

No último capítulo de *Recife, culturas e confrontos*, Raimundo Arrais se nega a analisar o desfecho da campanha salvacionista como uma mera satisfação de interesses partidários de uma elite em disputa[1015]. Para isso, o autor situa os "populares" como uma coletividade que atuou em favor do general, mas não necessariamente da forma como os políticos dantistas desejavam[1016]. O autor sabia que com isso ele não dava conta das posições complexas envolvidas na questão, mas em vista da impossibilidade de adentrar na trama – na qual eu também não estou adentrando substancialmente neste epílogo – que envolvia as ações e aspirações de grupos bastante distintos, optou por recorrer conscientemente ao perfil do "Zé Povo" ou "Zé Povinho" elaborado por bacharéis para designar boa parte dos envolvidos[1017].

Em minha opinião, é um livro inspirador e, quem sabe, aquela escolha tenha sido a melhor ao alcance de Raimundo Arrais, diante da inviabilidade de avançar na análise em um trabalho de mestrado cuja temática não havia sido explorada anteriormente pela historiografia em Pernambuco[1018]. Mas creio que para seguir adiante na questão seria necessário rever a metodologia adotada, pois as categorias nas quais se baseou acaba não deixando o leitor com a impressão de que se está indo além da superfície das narrativas conflitantes da imprensa[1019].

A documentação que alicerça a descrição daqueles eventos como uma guerra da qual o "povo" tomou parte parece referir-se muito mais a uma série de episódios graves, mas localizados em determinados desfiles e celebrações que resultaram em violências (os quais inclusive não teriam ocorrido no dia das eleições) do que a um encontro de forças numericamente elevadas em um *front*, lutando pela cidade com táticas e logísticas concentradas em dois comandos. Parece-me útil, portanto, olhar a questão de uma maneira menos abrangente, procurando rastrear pequenos grupos que estiveram associados a políticos, como o ligado ao Clube Três Espadas na Capunga, e entender se

[1014] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., p.166-172; DOS ANJOS, João Alfredo. Op. cit., p.135-176.
[1015] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., p.147-218.
[1016] Idem, p.218.
[1017] ARRAIS, Raimundo. Op. cit., p.166-172. Sobre ele ter consciência das limitações disso, ver as páginas 211-212.
[1018] O trabalho de João Alfredo dos Anjos, por exemplo, é muito posterior. Mas não pretendo ignorar-lhe os méritos em considerar os rumos daquela conjuntura como resultados da dinâmica de acontecimentos envolvendo pessoas de diversas posições na hierarquia social em Pernambuco e não apenas como reflexos ou consequências da intervenção federal, mesmo que o grau de detalhamento de sua análise também esbarre na categoria "popular". ANJOS, João Alfredo do. Op. cit.
[1019] Ver, por exemplo, os embates narrados nas páginas 178-182. ARRAIS, Raimundo. Op. cit.

seus integrantes tinham algum peso na manutenção da política rosista em um momento como aquele, qual a relação deles com outros aparentemente aliados do governo, como João Sabe-Tudo, e se eles não apoiaram mesmo a situação em 1911[1020].

Nesse sentido, poderia ser investigado se uma campanha de repressão policial realizada por Ulisses Costa em 1910, que de alguma forma atingiu a determinados homens até então protegido pela política rosista, os teria feito pegar em armas contra o governo no ano seguinte ou simplesmente se negado apoiá-lo no auge da tensão. Claro, trata-se apenas de uma possibilidade a ser investigada, mas ela foi formulada com base em pesquisa. Há pelo menos dois indícios nesse sentido, um deles bastante surpreendente.

Chico Pita, aquele mesmo que teria agredido um repórter do *Correio do Recife* a mando de Gilberto Amado (na época protegido por Rosa e Silva Júnior)[1021], era considerado um dos defensores do governo quando publicou, em meio às disputas em 1911, o seguinte comunicado:

> Como ultimamente tenho sido perseguido como fazendo parte do grupo de capangas do coronel Tonico Ferreira, venho declarar que nunca fui capanga, apenas exerci o lugar de inspetor de quarteirão da freguesia de Santo Antônio, feito pelo mesmo coronel. Logo que foi proclamada a candidatura do general Dantas Barreto, fiquei logo em vista por me manifestar dantista. A fim de evitar perseguições à minha pessoa, declaro mais uma vez que sou dantista e posso provar em qualquer tempo. Preciso declarar também que no dia do último tiroteio, como também em outros, achava-me em minha casa, na Rua do Hospital Pedro II, nº 9, o que posso provar com toda a vizinhança. Viva o general Dantas Barreto! Francisco Alves de Lima (Chico Pitta)[1022].

Como não me foi possível explicar detalhadamente aquela conjuntura no espaço restrito deste epílogo, não sei se estou sendo capaz de transmitir o alcance de semelhante declaração, publicada na *Província* em um momento como aquele por alguém que se esperava aliado do governo[1023]. Da mesma forma, dois anos depois Apolônio da Capunga, em tese um dos homens próximos à polícia rosista, foi

---

[1020] O que é bastante complicado diante de documentos que por vezes relacionam pessoas por outras fontes situadas em posições opostas: "Vai muito bem o Sr. Tonico de Olinda, e nós não lhe invejamos os desejos, nem ousamos pôr empecilhos aos seus planos de político a Nascimento Grande ou a João Sabe Tudo". *Um por um. II.* Gazeta da Tarde, 27/10/1900.

[1021] Ver nota 828.

[1022] *Declaração.* A Província, 03/12/1911. Não encontrei nada que me leve a crer que outra pessoa publicou em nome dele, até porque o tom não era irônico.

[1023] Na edição de 1953 de *Recife Sangrento*, Oscar Mello incluiu uma longa narrativa sobre a campanha política de 1911. Dentre as muitas fotos que a acompanham, há uma cuja legenda diz: "'Chico Pita', ardoroso rosista, quando era conduzido preso por soldados do exército". Op. cit., p.36. Antes mesmo de conhecer essa edição, a foto – em resolução melhor, mas sem informações adicionais – já me havia sido fornecida por Dirceu, que em nossa rotina de Terça com Tobias não só indica documentos e livros, mas também os entrega em mãos, como fez comigo em relação ao *Vocabulário Pernambucano*, de Pereira da Costa, e muitos outros materiais.

apresentado como capanga do comandante da polícia militar do governo de Dantas Barreto, a serviço de quem um grupo de policiais a paisana conhecido como "turma do lenço" (por andarem com um lenço amarrado no pescoço para protegê-lo) praticavam violências contra políticos e jornalistas adversários ou ex-aliados[1024].

Diante disso, parece-me plausível sugerir um argumento semelhante ao apresentado no primeiro capítulo desta dissertação em relação ao projeto de repressão do Partido Republicano no início da República: diante da possibilidade de se tornarem alvos de uma repressão sistemática, pessoas teoricamente "subalternas" decidiram mais uma vez nas ruas os rumos da política pernambucana, em prejuízo daqueles que tentaram romper a teia de relações longamente estabelecidas por elas em Recife. Tal relação entre a "campanha de extermínio" e as mudanças políticas que teriam impedido o seu prosseguimento pode ser percebida no lamento de Oscar Mello:

> O Dr. Ulisses Costa foi um incansável à frente da polícia civil de Pernambuco. Vários valentes foram passados pelas armas, por terem reagido à prisão, inclusive o conhecido preto de nome Arcanjo. (...) A administração policial do Dr. Ulisses Costa teria sido também de grande proveito para o Estado de Pernambuco, se não tivessem surgido os casos políticos[1025].

Mas uma investigação sobre essa sugestão não poderia ter como objeto os "valentes" e "brabos" de Oscar Mello e outros cronistas, nem os "populares" ou os "capoeiras", pois a homogeneização que constantemente ameaça empobrecer a pesquisa é aquilo de que tal análise menos necessitará. Por exemplo, a facção que o *Jornal Pequeno* definiu em 1903 como "Brabos da Capunga", da qual faria parte Arcanjo, Apolônio e outros integrantes do Clube Três Espadas precisaria ser compreendida em sua especificidade.

[1024] MELO, Oscar. Op. cit., 1953, p.118; *Dr. Trajano Chacon.* A Província, 15/08/1913. Em princípio, Apolônio foi acusado da morte de Trajano Chacon – jornalista e ex-dantista –, realizada por policiais a paisana em 1913, mas aparentemente não chegou estar entre os processados. A informação de que os subordinados de Francisco Melo (esse era o nome daquele comandante da polícia militar dantista) que mataram Trajano Chacon eram conhecidos como "turma do lenço" se encontra em FILHO, Lemos. Op. cit., p.105-107, que situa também o jornalista Mário Melo entre as vítimas das agressões desses homens.

[1025] MELO, Oscar. Op. cit., 1937, p.32. Na legenda da foto de Ulisses Costa, consta: "Dr. Ulisses Costa, continuador da campanha de extermínio contra os 'brabos' de Recife". O capitão José Muniz de Almeida, conhecido por Cazuzinha, responsável pela ação policial que resultou na morte de Arcanjo, é descrito pelo autor em tom de aprovação. Teria sido ele quem "implantou o terror" como subdelegado do Pombal e ficou conhecido por mandar aplicar surras de "cipó de boi" nos presos pelo cabo Macacheira, "um preto gordo e baixo, que era a ordenança da autoridade e que foi assassinado em 1911 no Largo do Cemitério de Santo Amaro, por ocasião da campanha de Dantas Barreto". Op. cit., 1937, p.15.

Seria preciso entender como Cazuza Teles, um dos "capoeiras" mencionados por Guilherme de Araújo, se situava nesse grupo[1026]. Isso porque, quando foi morto, Arcanjo estava sendo procurado por um crime de assassinato contra Antônio Alfredo de Lima, no qual se investigava a participação dos dois. Porém, uma vez preso, Cazuza Teles foi posto em liberdade em 04 de novembro de 1909, apesar dos vários depoimentos contra ele[1027]. Por que tal "campanha" de Ulisses Costa não o atingiu?

Desde o início da década, ele parecia travar conflito com o grupo da Capunga, como quando foi ferido por José Cândido em 1903[1028]. Já no processo instaurado contra ele e Arcanjo em 1909 pela morte de Antônio Alfredo, uma das testemunhas arroladas foi ninguém menos que Apolônio da Capunga[1029]. Este procurou inocentar Arcanjo e culpar Cazuza Teles pelo crime, afirmando que o conhecia muito bem e sabia que ele era desordeiro e perverso, não hesitando em agredir as pessoas, como fizera com um empregado do próprio Apolônio[1030]. Percebe-se então que sua acusação admitida uma certa proximidade com o acusado, ele inclusive teria afirmado ao final do depoimento que, apesar de tudo, mantinha "até boas relações de amizade com" Cazuza[1031].

Assim, torna-se muito delicado esquadrinhar essas teias de solidariedade e conflito quando se espera confrontá-las com as vicissitudes do cenário político-partidário manifesto, até porque a possibilidade de compreensão a respeito dele em Pernambuco ainda é bastante limitada pela ausência de estudos. Se há algo que certamente precisará ser observado é que o alinhamento desses homens a esta ou aquela facção era tão volúvel quando o dos políticos.

Dito de outro modo, trata-se de levar em conta as palavras que Jovino dos Coelhos teria dito certa vez – após ser ajudado a não cair alcoolizado e cambaleante – ao Dr. Júlio de Albuquerque Maranhão, gerente da Usina Muribeca e proprietário do *Correio do Recife*:

[1026] ARAÚJO, Guilherme de. Op. cit., p.120. "O 'capoeira' foi uma figura que fez época no Recife, uma época sinistra, torva, de dolorosa e trista memória. (...) Tais desordeiros tinham os seus protetores, quase sempre políticos locais. Apolônio da Capunga e Cazuza Teles, na Capunga (...)".

[1027] Após agredir uma praça de polícia ele foi preso novamente, mas depois solto por ordem do Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Jornal Pequeno, 05/11/1909, p.2, c.2 e c.3, *Prisão e morte.* A Província, 07/05/1910 e Jornal Pequeno, 08/05/1911, p.2, c.2.

[1028] *Ofício da Delegacia de Polícia do 2º Distrito do Recife em 27 de junho de 1903*. Fundo SSP, Vol.482 (1903), APEJE.

[1029] *Denúncia.* Réus Archanjo Manoel da Silva e José Pires da Luz, vulgo Cazuza Telles. 1909. Memorial da Justiça de Pernambuco. Crime – Comarca do Recife. Caixa 858 (1909), p.3.

[1030] Idem, p.23-24.

[1031] *Denúncia.* Réus Archanjo Manoel da Silva e José Pires da Luz, vulgo Cazuza Telles... P.24.

> O senhor tem muito bom coração, os seus inimigos não são assim; felizmente eu sou um cabra sem instrução, mas sei me dar com um e outro lado, agradando a todos, mas agora, digo ao senhor uma cousa: o senhor tenha reserva e se ponha em guarda: moço branco, formado como o senhor, me disse: Jovino, se o Dr. Júlio morrer, será uma satisfação para a política e quem o matar nada sofre[1032].

Portanto, não se deve esperar que homens como ele tenham sido aliados irredutíveis de qualquer grupo político, embora pudessem ser longamente ligados a algum protetor, nem que confiassem em nada e ninguém além de "uns niqueis, uma navalha (...) e as seguintes orações: As três Nossas Senhoras de Monte Serrate, do Santíssimo Coração de Jesus, de Santa Helena, de Santa Catarina e da Imaculada Conceição"[1033]. Essa era a tônica das relações políticas e a explicação do envolvimento desses homens com elas precisa ser flexível o suficiente para contemplar essas variações, o que também se reflete na diversidade de pontos de articulação de trabalhadores em torno de demandas políticas. Quem sabe o caso de Nascimento Grande seja representativo disso.

Após 1911, sobre ele podem ter pesado as cisões entre os que haviam sido defensores da candidatura do general Dantas Barreto, de maneira que no ano seguinte foi demitido do matadouro da Cabanga pelo administrador Antônio Florentino, o que resultou em um conflito entre os dois noticiado até no Rio de Janeiro[1034]. Ao longo do tempo a memória dessa luta entre os dois permaneceu e foi evocada mais tarde por Joaquim Pimenta.

De acordo com o autor, Florentino era "um mestiço corpulento, desenvolto, inteligente, palrador, que terminou os seus dias como advogado nos auditórios do Rio" e acompanhara Dantas Barreto a Pernambuco, terra natal dos dois. Por ele ser "homem

---

[1032] *O fim do bandido "Jovino dos Coelhos".* Correio do Recife, 05/07/1909. Quem atribuiu essas palavras a Jovino foi o próprio Júlio Maranhão em depoimento à polícia após a morte dele.

[1033] É tudo o que foi encontrado, além de "um bilhete a João de tal, outro a mulher Maria de tal, no beco do Mangue", nos bolsos de Jovino dos Coelhos pelo subdelegado de Prazeres na ocasião de sua morte. *O FIM DE UM BANDIDO. ASSASSINATO EM PRAZERES. O celebre "Jovino dos Coelhos". PORMENORES.* Correio do Recife, 05/07/1909.

[1034] O Paiz, 26/04/1912, p.6, c.5. A partir de então, a situação de Nascimento Grande em Recife deve ter piorado progressivamente. Entre 1916 e 1917 serão sucessivamente apreendidos materiais de jogos em sua casa na Rua das Trincheiras, chegando ao ponto, surpreendente, de ele próprio ser preso em agosto de 1917. *Ofícios da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 11 e 18 de maio de 1916*. Fundo SSP, Vol.456 (Jan./jun. 1916), APEJE; *Ofícios da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 30 de outubro e 29 de novembro de 1916*. Fundo SSP, Vol.457 (Jul./Dez. 1916), APEJE; *Ofícios da Delegacia de Polícia do 1º Distrito do Recife em 13 de julho e 08 de agosto de 1917*. Fundo SSP, Vol.458 (1917), APEJE. Talvez por isso no final da vida ele tenha ido embora da cidade, como mencionei na nota 417: José Mariano Filho (1881-1946), que, como o nome indica, era filho do antigo líder do Poço, "agasalhou os últimos anos de Nascimento Grande, hospedando-o carinhosamente numa sua propriedade em Jacarepaguá". CASCUDO, Câmara. Op. cit., p.57. Isso também é mencionado por Ascenso Ferreira, op. cit., p.3.

capaz de o defender pelas armas", o general lhe dedicava confiança e estima, as quais teriam aumentado ainda mais quando ele foi informado de que Florentino "se havia saído galhardamente de uma luta, corpo a corpo, com Nascimento Grande, o maior lutador a cacete, a punhal ou a pistola, dentre os mais afamados do Recife, senão de todo o Estado"[1035].

Ao que parece, a perder de vista o matadouro da Cabanga, assim como a Alfândega, representará um canal de expressão política de talhadores, capatazes e outros "profissionais" sucessivamente definidos entre o mundo do trabalho e do crime. Tratava-se de homens instruídos e bem articulados, como o "conhecido preto de nome Arcanjo" ao qual tanto me referi nas últimas páginas. Ter enfatizado os seus vínculos com a polícia agora me parece apenas uma forma de facilitar a minha análise, pois em seus registros de entrada na Casa de Detenção, além de informações constantes em outras fontes, como a cor preta, não mencionei outras, como o fato de saber ler e ser magarefe, ou seja, o trabalhador responsável por abater e esfolar o gado no matadouro[1036].

Se eu não trouxe essa questão, é porque não saberia como adentrá-la, mas sei que é parte de uma longa história cujo início logo se conhecerá, quando for narrado pelo confrade do Terça com Tobias Felipe Azevedo, a quem dedico este singelo epílogo. Quando a sua tese vier a público daqui a cerca de quatro anos, muitas das tímidas linhas escritas neste texto empalidecerão. Da minha parte, se é que início e término são expressões adequadas, não me seria desagradável tentar procurar saber como terminam aquelas relações[1037]. Porém, percebo que não me sentiria à vontade para pesquisar outra coisa antes de enfrentar um certo modelo ainda persistente de interpretação das fronteiras culturais, o que espero fazer a partir de agora. Mas isso já é outra história.

[1035] PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. p.159. Nos dois artigos já mencionados aqui, aquela luta será mais uma fonte de incompatibilidades entre Guilherme de Araújo e Ascenso Ferreira. Aquele rejeitará a Florentino a alcunha de "brabo" que lhe foi atribuída por Ascenso, em mais um – o último – dentre os choques de atribuições de identidades e demarcações das diferenças sociais comentados nesta dissertação.

[1036] *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. APEJE, Fundo CDR, Vol. 4.3/65 (1901-1904), p.37. Trata-se de uma entrada por ter sido preso na Encruzilhada em 1902.

[1037] No final da década, quando Dantas Barreto tiver dado lugar a Manoel Borba no governo, ainda se dirá na imprensa: "Toda a população da cidade viu, anteontem, mais uma vez, quem perturba a ordem, quem dá tiros. Bastou que os capangas do administrador da capatazaria da Alfândega, o Sr. Virgilio Medeiros, não comparecessem às manifestações ao general Dantas, no Clube Internacional, e não houve morras ao Sr. Borba, nem provocações à desordem". A Província, 25/03/1917.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra de. *A exaltação das diferenças*: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900). 2004. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil.* Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Volume 2.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento:* a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

ANJOS, João Alfredo dos. *A revolução pernambucana de 1911*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade, 2009.

ARAÚJO, Guilherme de. Capoeiras e Valentões do Recife. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XL, nº145, 1946, p.118-122.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo:* entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o Riacho:* a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas, 2004. (Série Teses).

_____. *Recife, culturas e confrontos*: as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911. Natal: EDUFRN, 1998.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *Capoeira*: the history of an afro-brazilian martial art. London: Routledge, 2005.

AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUB, Sidney. *Trabalhadores na cidade*: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BLAKE, Augusto Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Volume 4.

BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn. *Beyond the Cultural Turn*: new directions in the study of society and culture. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1999.

BORGES, Vera Lúcia. *A batalha eleitoral de 1910*: imprensa e cultura política na primeira república. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Recompostos*: campos e canteiros da historia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). *Revista Estudos Afro-asiáticos,* Rio de Janeiro, nº. 20, jun. 1991.

BUARQUE, Felício. *Origens republicanas*: estudo de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Afonso Celso 'O Imperador no Exílio'. Recife: s/e, 1894.

CAMPELO, Samuel. Fora, Espanha! *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano,* Recife: vol. XXVII, n.127-130, 1926, p.349-355.

CARNEIRO, Édison. *Capoeira*. Rio de Janeiro: Funarte/MEC, 1975. Cadernos de Folclore, 1.

CASCUDO, Câmara. *Flor de romances trágicos.* Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966.

CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters*: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888, Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008.

CASTRO, Maurício Barros de. *Na roda do mundo*: Mestre João Grande entre a Bahia e Nova York. 2007. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CEBALLOS, Rodrigo. *Os "maus costumes" nordestinos*: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930). 2003. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. 2. Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002. (Coleção Memória e Sociedade).

COMTE, Auguste. *Systeme de politique positive, ou traité de sociologie, instituant la religion de l'humanité.* Paris: E. Thunot et Cie, 1854. Tomo 4.

CORDEIRO, Izabel Cristina de Araújo. *Capoeiras do Recife entre o novo e o antigo*: estudo comparativo entre os grupos de Abadá Capoeira e do Centro de Capoeira São Salomão. 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da Costa. *Vocabulário pernambucano. Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XXXIV, nº 159-162, 1936.

_____. Folk-lore Pernambucano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo LXX, parte II, 1908, p.240-242.

CUNHA, Olívia. *Intenção e gesto*. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DIAS, Adriana Albert. *A malandragem da mandinga*: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910 – 1925). 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

DIAS, Luiz Sérgio. *Da "turma da lira" ao cafajeste.* A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro da Primeira República. 2000. 222f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de filosofia e ciência sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Quem tem medo da capoeira?* Rio de Janeiro, 1890-1904. Rio de Janeiro: Arquivo Geral de Cidade do Rio de Janeiro, divisão de pesquisa, 2001. Coleção Memória Carioca, vol.1.

DUARTE, Rui. *História Social do Frevo.* Rio de Janeiro: Leitura S.A., s/d.

FALCÃO, Aníbal. *Fórmula da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1933.

FAUSTINO, Luiz Felipe de Oliveira. *Capoeiragem carioca*: da fina malandragem ao esporte civilizado (1885-1910). 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Ascenso. Os "brabos do Recife". *Boletim da cidade e do porto do Recife.* Recife: n.5-6, 1942.

FERREIRA JUNIOR, Alexandre Dias. *Histórico da Fundação da República Brasileira*. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890.

FILHO, Lemos. *Clã do açúcar* (Recife – 1911/1934). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

FISCHER, Brodwyn. Slandering citizens: insults, class, and social legitimacy in Rio de Janeiro's criminal courts. In: Sueann Caulfield; Sarah C. Chambers; Lara Putnam. (Org.). *Honor, status and law in modern Latin America*. Durham & London: Duke University Press, 2005.

FONSECA, Vivian Luiz. *Capoeira sou eu*: memória, identidade, tradição e conflito. 2009. 254 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

FREIRE, Theotônio. *Passionário e Regina.* 2 ed. Recife: Lucilo Varejão Filho, 2005.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. São Paulo: Global Editora, 2006.

_____. *Ordem e Progresso.* 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. *O velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti".* Recife: Massangana, 1989. (Série República, 7).

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco. *A cultura do romance*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009. (Coleção Romance, 1).

GASPAR, Lúcia. Pereira da Costa. *Pesquisa Escolar Online,* Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo,* Rio de Janeiro, nº. 26, vol.13, Jan. 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889). *Revista Estudos Afro-asiáticos,* Rio de Janeiro, nº. 21, 1991.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Abolição*: a liberdade veio do norte. Recife: Massangana, 1988.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. *Fatos e Cifras*. 1904-1908. Recife: Tipografia do "Jornal do Recife", 1908.

GUERRA, Flávio. *Lucena, um estadista de Pernambuco*. Recife: APEJE, Imprensa Oficial, 1958.

HANDLER, Richard. Cultural Theory in History Today. *The American Historical Review*, University of California Press, Vol. 107, nº 05, dez. 2002.

HANSEN, Patricia Santos. América. Uma utopia republicana para crianças brasileiras. *Revista Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, nº. 44, vol.22, julho-dezembro de 2009.

HENDRICKS, Howard. *Education and Maintenance of The Social Structure:* The Faculdade de Direito do Recife and the Brazilian Northeast, 1870-1930. 1977. 235f. Tese (Ph.D.) – Departament of History, Indiana University, USA.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Recife entre a monarquia e a república. *Anais da XXV reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH.* Rio de Janeiro, 2005.

_____. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil*: The Case of Pernambuco, 1868-1895. 1975. 282f. Tese (Ph.D.) – Departament of History, Indiana University, USA.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política*: o experimento da Primeira República brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da República.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

JARDIM, Antônio da Silva. *Memórias e viagens*: campanha de um propagandista (1887-1890). Lisboa: Tipografia da Cia. Nacional, 1891.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original em alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira, revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem:* a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906). Salvador: EDUFBA, 2008.

LEVINE, Robert. *A velha usina*. Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos brasileiros, v.45).

LIMA, Ivaldo Marciano. Adama e Nascimento Grande: valentes do Recife da Primeira República. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins; LIMA, Ivaldo Marciano. *A cultura afro-descendente no Recife:* Maracatus, valentes e catimbós. Recife: Bagaço, 2007.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados*: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Série Descobrindo o Brasil).

MELLO, Maria Tereza Chaves de. República *versus* Monarquia: a consciência histórica da década de 1880, *Revista História Unisinos,* São Leopoldo, Vol. 14 Nº 1 - janeiro/abril de 2010.

_____. A modernidade republicana. *Revista Tempo,* Rio de Janeiro, vol.26, 2009.

_____. *A república consentida*: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MELLO, Oscar. *Recife Sangrento*. 3 ed. Recife, s/e, 1953.

MELLO, Oscar. Recife Sangrento. Recife, s/e, 1937.

MELO, Mário. Pernambuco ante a revolta da esquadra. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XXXIX, 1945, p.144-157.

MENDONÇA, Helena. *O Don Juan da Rua Nova*: um estudo-itinerário sobre A Emparedada da Rua Nova, de Joaquim Maria Carneiro Vilela. 110f. Dissertação (mestrado em teoria literária) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MOTA, Alves da. *No tempo do bonde elétrico (história socio-pitoresca dos antigos bondes do Recife).* Celpe: Recife, 1982.

NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife*: eleições 1884. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.7.

_____. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.2.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *Pelas ruas da Bahia*: criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana (1912-1937). 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

OLIVEIRA, Valdemar de. *Mundo submerso (memórias).* 3 ed. Recife: s/e, 1985.

_____. *Frevo, capoeira e passo*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1971.

OZANAM, Israel. As fronteiras entre popular e elite em torno da "Pobreza em Mocambos" (no prelo). In: BORGES, Raquel, et. al. (Org.). *Fronteiras Culturais no Recife Republicano*. Recife: Bagaço, 2013.

_____. *"Vou-me embora porque Apolônio da Capunga já anda na Boa Vista querendo prender gente"*: capoeira e polícia no Recife no início da República. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

_____. Brabos ou capoeiras? Repensando a repressão republicana no Recife. *Revista Tempo Histórico*, Recife, nº 2, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do positivismo à desconstrução*: ideias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004.

PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

PINTO, Otávio. A visita de Silva Jardim a Goiana. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XL, 1945, p.246-254.

PIO, Fernando. *Meu Recife de Outrora.* 2 ed. Recife: SEEC, 1969.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *Movimentos da cultura afro-brasileira*: a formação histórica da capoeira contemporânea, 1890-1950. 2001. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. *A capoeira no jogo das cores*: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937). 1996. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PONTES, Samantha Eunice de Miranda Marques. *Patrimônio Gestual da Capoeira Carioca*. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PORTO, José da Costa. *Os Tempos da República Velha*. Recife: Fundarpe, 1986.

RABELLO, Evandro. *Memórias da folia*: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa (1822-1925): Recife: Secretaria de educação e cultura do estado de Pernambuco.

REZENDE, Arthur. *Phrases e curiosidades latinas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1952.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, vol.05, Jan.-Jun. 2004.

RODRIGUES, Francisco de Assis. Antigas bandas de música do Recife. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol. XXXVII, 1942, p.41-54.

ROSA, Ana Lúcia. *Passos cambaleantes, caminhos tortuosos*: beber cachaça, prática social e masculinidade - Recife/PE - 1920-1930. 2003. 122f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, vol.05, Jan.-Jun. 2004.

SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus.* 4 ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. (Coleção cidade do Recife, 19).

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil.* República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Volume 3.

SEWELL, William H.. Language and Practice in Cultural History: Backing Away from the Edge of the Cliff. *French Historical Studies*, Duke University Press, Vol. 21, No. 2, 1998, p. 241-254.

SILVA, Ana Carolina. *De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição*: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Leonardo Dantas. *A Abolição em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

SILVA, Paula Cristina da Costa. *A educação física na roda de capoeira... Entre a tradição e a globalização.* 2002. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição*: os capoeiras na Corte imperial 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SPIEGEL, Gabrielle M. *Practicing History*: New Directions in Historical Writing after the Linguistic Turn. New York e London: Routledge, 2005.

TROCHIM, Michael R. The Brazilian Black Guard: Racial Conflict in Post-Abolition Brazil. *The Americas*, Vol. 44, No. 3 (Jan., 1988), pp. 285-300.

VAREJÃO, Lucilo. A propósito das velhas bandas de música. . *Boletim da cidade e do porto do Recife.* Recife: n.43-62, jan./dez. 1952 – 1956.

VASCONCELOS, Maria Emília (no prelo). *O doutor Ambrósio Machado e os trabalhadores do engenho Gaipió-Ipojuca, Zona da Mata Sul de Pernambuco (1885-1893).*

VASSALLO, Simone Pondé. Resistência ou Conflito? O legado folclorista nas atuais representações do jogo da capoeira. *Campos - Revista de Antropologia Social*, Curitiba, Vol. 7, No 1, 2006.

_____. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira "autêntica". *Revista Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, ano 15, nº. 32, 2003.

WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife antigo*. 2ª série. Recife: Colégio Moderno, 1954.

_____. *Tipos populares do Recife antigo*. 1ª série. Recife: Colégio Moderno, 1953.

ZACARIAS, Audenice. *Legalidade e autoridade*: a implantação da República no Estado de Pernambuco (1889-1893). 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Pernambuco, Recife.

ZUMBI BAHIA E AVESTRUZ. *História da Capoeira no Recife*. Recife: [s.n.], 1979.